PESQUISAS

Número 3 ——— Ano de 1959

SECÇÃO A: CIÊNCIAS HISTÓRICAS

SUMÁRIO

LUIS G. JAEGER, S. J. — À Cata de Tesouros Jesuíticos 9

ARNALDO BRUXEL, S. J. — O Sistema de Propriedade das Reduções Guaraníticas 29

ALFREDO ROHR, S. J. — Pesquisas Páleo-Etnográficas na Ilha de Santa Catarina 119

INACIO SCHMITZ, S. J. — A Cerâmica Guarani da Ilha de Santa Catarina 267

Bibliografia 325

Publicações Recebidas 339

INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS
Pôrto Alegre — Caixa Postal, 358 — Rio Grande do Sul — BRASIL

PESQUISAS

PUBLICAÇÕES DE PERMUTA INTERNACIONAL

ÓRGÃO

DO

INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS

Conselho de Redação:

Balduino Rambo, S. J. — Diretor Técnico e Científico
Aloysio Sehnem, S. J. — Secretário da Redação
Inácio Schmitz, S. J. — Coordenador

GRÁFICA DA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
IMPRIMIU PARA O

INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS
PÔRTO ALEGRE, R. S. —::— CAIXA POSTAL, 358 —::— BRASIL

Este número de Pesquisas foi impresso com o auxílio da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

PESQUISAS está aparecendo em duas secções, com apenas uma paginação para ambas as partes:

I. Secção: **Ciências Naturais:** Botânica
Zoologia
Geologia, etc.

II. Secção: **Ciências Históricas:** Arqueologia
Etnografia
História, etc.

As entidades e institutos que tiverem recebido só uma secção de Pesquisas, podem receber também a outra se lhes interessar

——oOo——

PESQUISAS, this year, is divided into two consecutively numbered sections: Natural Sciences (Botany, Zoology, Geology), and Historical Sciences (Archeology, Ethnology, History).

The Institutions, Libraries, and individual correspondents, who have received one of these sections, may have the other on request.

——oOo——

PESQUISAS erscheint dieses Jahr in zwei Abteilungen mit fortlaufender Seitenzählung: Naturwissenschatten (Botanik, Zoologie, Geologie) und Geschichte (Archäologie, Völkerkunde, Geschichte).

Institute, Bibliotheken und Einzelempfänger, die nur eine dieser Abteilungen erhalten haben, können die andere auf Bestellung zugeschickt bekommen.

Endereços dos colaboradores.

Addresses of the collaborators.

Anschriften der Mitarbeiter.

Arnoldo Bruxel SJ: Caixa Postal 358, Pôrto Alegre, RGS, Brasil.

Pio Buck SJ: Caixa Postal 358, Pôrto Alegre, RGS, Brasil.

Luís G. Jaeger SJ: Caixa Postal 358, Pôrto Alegre, RGS, Brasil.

Balduino Rambo SJ: Caixa Postal 358, Pôrto Alegre, RGS, Brasil.

Brez Rambo SJ: Caixa Postal 358, Pôrto Alegre, RGS, Brasil.

Aloysio Sehnem SJ: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Leopoldo, RGS, Brasil.

Inácio Schmitz SJ: Colégio Cristo Rei, S. Leopoldo, RGS, Brasil.

Alfredo Rohr SJ: Colégio Catarinense, Florianópolis, Sta. Catarina, Brasil.

Erich Uhmann: Stollberg, Erzgebirge, Lessingstrasse 15, Deutschland DDR.

Ernesto Maurmann SJ: Caixa Postal 358, Pôrto Alegre, RGS, Brasil.

José Hauser SJ: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Leopoldo, RGS, Brasil.

P E S Q U I S A S

NÚMERO 3 ANO DE 1959

ÍNDICE

I. Secção: *Ciências Históricas*

Luís G. JAEGER SJ: À Cata de Tesouros Jesuíticos 9

Arnaldo BRUXEL SJ: O Sistema de Propriedade das Reduções Guaraníticas 29

Alfredo ROHR SJ: Pesquisas Paleo-Etnográficas na Ilha de Santa Catarina 199

Inácio SCHMITZ SJ: A Cerâmica Guaraní da Ilha de Santa Catarina 267

INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS

Caixa Postal, 358 — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil

PESQUISAS

INSTITUTO AMERICANO DE PESQUISAS

À CATA DE TESOUROS JESUÍTICOS

Luís Gonzaga Jaeger, S. J.

1. *A LIÇÃO DO MESTRE RANKE.* Ensina Leopoldo von Ranke, fundador da ciência histórica moderna, que o "papel do historiador é o de mostrar como é que a coisa foi pròpriamente". Êsse tem sido sempre o critério e a norma dos colaboradores da Secção Histórica do INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS. Para o conseguir não basta ler e estudar o que outros antes de nós já escreveram e "fazer depois de três calças velhas uma nova", como dizia nosso sábio mestre o falecido P. João Batista Hafkemeyer, S. J., referindo-se aos escrevinhadores de história que não estudam a documentação autêntica. Mas é indispensável avançar até as fontes primitivas, aos documentos primevos, talvez ainda ocultos sob o pó dos arquivos, estudá-los, examiná-los e averiguar se são de águas límpidas ou deturpadas. Muitas vêzes, porém, nem mesmo assim chegamos a uma conclusão satisfatória. A fim de reforçar mais os argumentos já colhidos, teremos de consultar a tradição conservada através do tempo, a qual, por vêzes, nos indica rumos nada desprezíveis ou alguma particularidade ignorada. No entanto, como não raro permanecem ainda dúvidas, o historiador diligente se transfere ao teatro histórico, onde foram representados os acontecimentos que se descrevem no intuito de desvendar o resto das dúvidas e poder por fim dizer como é que a coisa foi pròpriamente.

Foi isso que fizemos em janeiro e fevereiro de 1959 com referência a uns subterrâneos das antigas Reduções ou Aldeiamentos indígenas dos Sete Povos da margem esquerda do alto rio Uruguai, supostos depósitos de fabulosos tesouros dos Jesuítas que civilizaram os tapes e guaranís do Rio Grande do Sul nos séculos 17 e 18, elevando-os a um grau de excepcional cultura.

2. *O "CRESO" DO GERAL DOS JESUÍTAS.* "A fortuna incomensurável do Superior Geral dos Jesuítas em Roma, é verdade inconteste, que nem se discute", gritam pelo mundo certos adversários gratuitos da Companhia de Jesus. Discutir com êles e com tôda a sorte de aventureiros e ambiciosos seria perder o tempo visto darem crédito a fábulas e balelas as mais inacreditáveis.

Para os que têm ao menos um pouco de bom-senso, vai aqui uma amostra de semelhantes tesouros, caso històricamente certo, atestado por Cordara, testemunha ocular do fato. Quando Pombal, em fins de 1759, fêz "despejar" nas praias dos Estados Pontifícios 1091 Jesuítas por êle expulsos de Portugal "como prêmio ao Pai da Cristandade", sem lhes conceder o mínimo auxílio, o Geral da Companhia de Jesus, R. P. Lourenço Ricci, viu-se num apuro tremendo no tocante à sustentação de tantos filhos espirituais, lançados num extremo de miséria. Abriu suas caixas abarrotadas de dinheiro? Não havendo dinheiro, informa Cordara, "tôdas as despesas não indispensáveis foram cortadas e a nós (italianos) nos diminuiram algum tanto até a comida comum; embora não fôsse muito, contudo, representou um corte de uma mesa que já era frugal e bem moderada. Por fim, impuseram a tôdas as casas da Companhia de Jesus na Itália um tributo, mas cuja cobrança se tornou muito penosa, principalmente porque muitos colégios já estavam necessitados êles mesmos, sem poder pagar nada. Desta maneira, o P. Geral se viu na dura contingência de ter que vender uma parte da prataria das igrejas". Volvido um ano, em fins de 1760, o mesmo P. Geral, numa carta confidencial, se dirigiu aos Provinciais da sua Ordem com êstes termos: "Sinto-me possuído de uma profunda preocupação, não vendo nenhuma saída para obter os recursos indispensáveis para o sustento dos Padres e Irmãos portugueses. Compreendo que quase tôdas as Províncias estão em necessidade, a maioria dos Colégios onerados de dívidas, e sei quanto a situação infeliz da época aumenta essa situação de miséria. Mas que vou fazer se não se me apresenta nenhuma espécie de auxílio, ainda que eu tenha meditado muito e longamente com indizível dôr sôbre o assunto?"

Após a sua prisão, em 17 de agôsto de 1773, o P. Ricci, inquirido judicialmente acêrca das suas riquezas, respondeu que os Jesuítas portugueses haviam sido sustentados com estipêndios de missas, com a venda de prataria das igrejas, quadros e com esmolas. De outros países sòmente havia vindo a Roma tanto quanto era necessário para prover o seu próprio sustento e o de sua Cúria (alguns assistentes e secretários). Que êle jamais ocultara nem por si nem por outros qualquer dinheiro ou preciosidades, e asseverou: "Nossas grandes riquezas jamais existiram. Os boatos que acêrca disso foram espalhados pelos maus não têm fundamento algum, são loucas fantasias. Essa idéia se tornou uma verdadeira mania; e fiquei espantado ao encontrar até pessoas de espírito que davam crédito a essa fábula, de cuja falsidade, — após as minuciosas e extraordinárias inquirições realizadas aqui em Roma e em outros países para descobrir êsses tesouros, — deviam de estar convencidas. (DUHR-KOCH, Jesuitenlexikon 1519-1520).

Saibam os leitores não bem informados que o Geral dos Je-

suítas não é nenhum senhor absoluto que pudesse dispor arbitràriamente das economias das casas da sua Ordem. Êle apenas pede, ou, em caso de necessidade tôda especial, impõe alguma contribuição, bem de acôrdo com a possibilidade de cada comunidade.

3. *MAS A SUNTUOSIDADE DAS IGREJAS E A OPULÊNCIA DOS COLÉGIOS DA COMPANHIA?* Como se poderá explicar a ostentação dos templos jesuíticos e a magnificência das suas casas de educação sem supor reservas financeiras elevadíssimas? Bastaria pensar em Roma, Viena, Praga, Bruxelas, Antuérpia, Paris, Madrid, Lisboa, e, na América, em Buenos Aires, Santa Fé, São Miguel, etc. E essa impressão acha sua confirmação nas supostas fortunas colossais que, na opinião dos fantasistas, necessàriamente trouxeram ao ingressar na Companhia muitos candidatos plutocratas ou candidatos de alto coturno. Talvez pensem no margrave S. Luís Gonzaga, no duque de Gandía e vice-rei da Catalunha S. Francisco de Borja, no rei Casimiro da Polônia, no rei da Sardenha e Piemonte Carlos Emanuel IV, ou, em nosso dias, no Padre Jorge, herdeiro da corôa de Saxônia, e outros numerosos nobres que vestiram a libré de Santo Inácio. Mas todos êles fugiram do mundo justamente para se abraçar com a pobreza religiosa.

E' sabido que grande parte das Igrejas mais lindas da Companhia foram custeadas por pessoas que dispunham de fortunas vultosas, que quiseram empregar êsses bens no esplendor do culto, sem falarmos do trabalho baratíssimo e mão de obra nas reduções sul-americanas, onde foi possível erguer o enorme e belo tempo de São Miguel, no Rio Grande do Sul, em apenas dez anos por mil índios operários sob as ordens de um único arquiteto, o engenheiro romano Irmão João Batista Prímoli. O resto que a Ordem de Santo Inácio possui é resultado de grandes economias e ainda esmolas de benfeitores generosos, sendo uma boa parte aplicada em bibliotecas da especialidade dos que residem na casa ou colégio, bibliotecas das quais foram despojados os Jesuítas inúmeras vêzes em tantas expulsões havidas durante 4 séculos de existência.

4. *E A VIDA DESAFOGADA DAS REDUÇÕES NOS SETE POVOS DO RIO GRANDE DO SUL?* — Tôda a vida econômica das Reduções ou Aldeiamentos dos índios cristianizados pelos Jesuítas, baseava-se no próprio trabalho da lavoura, da pecuária, manufactura, indústria e arte. A colheita básica era a do milho, — o "abati" dos guaranis, — do qual tiravam 4 colheitas anuais, sendo êle comido cru, ou assado, ou ainda em papas ou tomado como "chicha", bebida fermentada e inebriante. A segun-

da planta em importância era a mandioca. Havia-a venenosa e mansa. Ambas eram aproveitadas para o consumo. A mandioca mansa, ou aipim, — o "aypi" guarani, — era aproveitada em grande escala, por ser doce e dar o saboroso mbeyú, irmão gêmeo do nosso benquisto beijú ou tapioca. Também faziam farinha de mandioca e pirão. Muito apreciada era pelos guaranis nossa batata doce ou "yeti" indígena, tubérculo de sabor agradável tanto cozida em água ou assada ao fogo. Dava pouco trabalho. Com êsses alimentos, mais um naco de carne de rez, e um punhado de erva mate, nosso bugre civilizado estava mais que satisfeito.

Cultivavam ainda o algodão, que os Jesuítas já encontraram nas regiões do Rio Grande do Sul, com o qual teciam os indígenas seus panos e faziam suas roupas, ensinados pelos missionários. No entanto, como o plantio, a colheita e o preparo do algodão exigia muito trabalho, os índios fugiam dêle quanto podiam.

5. *LUCROS DA INDÚSTRIA ERVATEIRA.* A erva, conhecida nos séculos 17 e 18 como "erva do Paraguai", foi na realidade a fonte principal para a manutenção financeira das Reduções jesuíticas, inclusive dos Sete Povos da Banda Oriental do Uruguai, situadas no atual município de São Borja, São Luis, Cêrro Largo e Santo Ângelo. Árvore semelhante em tamanho e na côr das suas fôlhas à laranjeira, crescia e medrava bem na América do Sul, entre 25° e 32° graus de latitude Sul, particularmente nas bacias do alto Paraná e Uruguai, isto é no Paraguai, norte da Argentina e nos Estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Ao tomarem posse dessas regiões os conquistadores europeus, os indígenas já conheciam o valor dessa planta como bebida, preparando-a com sofrível perfeição. Posto que a "ilex paraguariensis" nativa crescesse sem cuidado especial, seu beneficiamento para os missioneiros era custoso tanto pela colheita e o preparo moroso, como ainda pela distância entre os ervais e os pontos de consumo. Os espanhóis se aperceberam em breve do alto valor dessa planta como bebida tônica e digestiva de primeira ordem, excitante e diurética, com efeitos maravilhosos sôbre o organismo humano, capaz de produzir um notável bem-estar. Daí nada admira que ricos e pobres procurassem conseguir êsse chá. Sendo a sua obtenção, porém, muito penosa, os colonos espanhóis, sobretudo os malfadados "encomenderos", serviram-se do trabalho escravo dos índios, forçando-os a trabalhar excessivamente na colheita da "ilex". Gananciosos e desumanos, não lhes interessava que seus escravos perecessem aos milhares, vítimas de trabalhos sôbre-humanos, da fome e do cansaço, contanto que êles mesmos auferissem algum lucro. O uso da erva, tomada como chimarrão, chegou mesmo a ser para muitos um verdadeiro vício, nocivo à saúde.

Por essa razão nada admira que, ao penetrar os Jesuítas na zona dessa erva, encarassem a indústria da erva com desconfiança e reserva, pois era colhida com sacrifício de muitas vidas humanas, vendida com lucros ilícitos e ingerida imoderadamente. Os índios, porém, já catequizados, e desde a infância habituados a essa bebida tradicional, e tão arraigada entre êles, não puderam ser privados dêsse sustento, que, afinal, tomado com moderação, produzia inquestionàvelmente seus bons efeitos higiênicos e era ainda o mais seguro contraveneno para o abuso da chicha com que se embriagavam.

Como boa parte da área ocupada pelos missionários se achava coberta da ilex nativa, lançaram mão dêsse produto não apenas para o próprio consumo pessoal e dos seus pupilos, mas também, como meio para conseguir os fundos indispensáveis para a subsistência das missões naqueles desertos. Mas os ervais ficavam distantes demais das sedes das Reduções. Por isso, logo após as sementeiras e lavouras dos campos, depois da primavera, na segunda metade do ano, cada Redução, de acôrdo com o número de seus habitantes, mandava cêrca de cem homens para o erval, com umas 60 a 80 carretas carregadas dos instrumentos de trabalho, puxadas por 3 juntas de bois cada uma, conduzindo a erva necessária para o próprio gasto, mais 50 a 200 libras de tabaco, e umas 500 a 1000 rêzes para o corte durante essa ausência de 3 para 4 meses, conforme o tempo bom ou mau. Os caciques responsáveis pelo trabalho, fiscalizavam tudo, tendo o máximo cuidado em não deixar umedecer a erva colhida. Depois de devidamente preparada, era selecionada e moída, dando a primorosa e preferida "caa" ou "caamini" ou "caamirim", isto é: erva miúda, que os colonos espanhóis jamais aprenderam a fabricar, apesar de serem instruídos pelo P. Cardiel, como êle mesmo no-lo descreve. Ainda colhiam outro tipo, não selecionado, grosseiro, mistura de pó e pauzinhos, chamado "erva de pau", que valia a metade de caa.

A erva era acondicionada cuidadosamente em surrões ou sacos de couro, em que cabiam 6 a 8 arrobas espanholas de erva, ou sejam, em pêso brasileiro, de 70 a 80 quilos, lembrados de que a arroba castelhana pesa só 12 quilos e meio. Regressando à Redução os ervateiros, eram recebidos ao som de festas e ação de graças no templo. Separavam em armazens especiais a quantidade para o próprio consumo durante um ano. O resto ficava aguardando tempo favorável para ser embarcado e exportado a Buenos Aires.

O máximo de carga que podia ser descida dos Sete Povos eram doze mil arrobas, equivalentes a uns 150.000 quilos. Tocava portanto a cada um dos Sete Povos a média de 20 a 24 toneladas de erva comerciável. O P. Carlos Teschauer refuta ao visconde de São Leopoldo, que afirma, sem prova alguma, que

os Jesuítas dos Trinta Povos, remetiam anualmente para os mercados de Santa Fé e Corrientes até trinta e quarenta mil arrobas anuais de erva mate. (Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do R.G.S. Ano VI, 1926, 569).

O produto da erva era da exclusiva propriedade dos índios, sem que os padres tivessem proveito material nisso. Não se vendia a erva a dinheiro. Mas o Padre Procurador de Buenos Aires, recebia o carregamento, pesava-o e declarava que ao preço então vigente, os donos da erva tinham um haver de tantos pesos, e lhes pedia a lista do material que êles queriam levar em troca. Era uma simples permuta de mercadorias: êles davam erva, e, em troca, recebiam panos finos para o culto e suas festividades, algum calçado, remédios, tintas, mas sobretudo instrumentos de trabalho, como facas, agulhas, machados, foices, serras, etc. (Ver o artigo de PESQUISAS, institulado: O Sistema de propriedade das Reduções guaraníticas, onde o P. Arnaldo Bruxel trata com proficiência todo êsse assunto, sobretudo os números 38, 41, 42, 46, 55 e 112).

Calculado o tempo para a colheita, o transporte e a viagem de ida e volta a Buenos Aires, provàvelmente gastavam em tudo isso meio ano. Já vêem que para tanto esfôrço o lucro auferido vinha a ser realmente insignificante. Mas não havia outro meio de subsistir. Isso de os Jesuítas enriquecerem com o comércio da erva, que nem lhes pertencia, não passa de uma de tantas balelas que nada custa para inventar, mas é difícil de se provar. Por isso escreve o historiador protestante Southey (Cit. por C. Teschauer no mesmo lugar): "Tão infundada como as outras acusações que se lhes fizeram é esta de se enriquecerem os Jesuítas neste artigo" (da erva). Os curas das Missões nos asseguram em seus muitos relatórios que o lucro do comércio era aplicado exclusivamente às necessidades das Reduções. Êsses homens abnegados, que tudo haviam abandonado em suas pátrias para viver nas privações dos sertões sul-americanos, cujo caráter puro e desinteressado é até reconhecido pelos adversários sérios da Ordem, poderiam e até deveriam exigir tanta fé aos seus depoimentos quanto os outros inimigos dão às acusações provenientes de fontes impuras. Já a circunstância de na expulsão dos Jesuítas do Paraguai, em 1768, terem sido encontradas reservas insignificantes de gêneros e bem pequenas quantias de ouro atesta que o comércio dos Jesuítas jamais atingiu a extensão de que se fantasiou. Êste fato é tanto mais importante para o julgamento das mencionadas acusações quanto os Padres nenhuma suspeita nutriam acêrca do perigo que os ameaçava, sendo que todos, nas cidades das regiões rio-platenses, foram assaltados e aprisionados inesperadamente não lhes ficando tempo nenhum para esconder seus tesouros. Pois todos sabem que para um comércio intenso se exigem somas avultadas e gran-

des reservas sempre disponíveis. (Pl. Genelin, "Die Reunionen der Jesuiten in Paraguay", im Jahrbuch der Leo-Gesellschaft, Wien, 1895, 129 ss. cit. por Duhr "Jesuiten-Fabeln", 4. ed, 628).

O mesmo Genelin pondera: "A fim de conseguir para as Reduções os utensílios indispensáveis que a terra não produzia, como nomeadamente ferro e outros metais, sal, etc. como ainda o tributo a ser pago anualmente ao Rei, as Reduções se viram na necessidade de fazer comércio. Os Jesuítas solicitaram e alcançaram para isso a licença da Côrte espanhola no ano de 1645, mas com a restrição de que o lucro total do comércio redundasse em benefício dos índios, determinação essa que os Jesuítas, sem dúvida êles mesmos teriam desejado, já que fôra dado pelo Geral aos missionários Jesuítas a ordem severa de não aplicar para seu proveito a fortuna das Reduções. Por isso é que os curas das Reduções deviam prestar contas exatas dos seus gastos e lucros. (Duhr, ibid. 628). E nosso Arthur Ferreira Filho, em sua nupérrima "História Geral do Rio Grande do Sul", 1503 — 1957, p. 39, conquanto tenha as suas reservas quanto aos Jesuítas das Missões Orientais, confessa resolutamente: "Nada ampara a suposição de que os Jesuítas possuissem avultada fortuna em metais preciosos, e tão avultada que não lhes fôsse possível transportá-la quando abandonaram as Missões. Seus bens consistiam nos grandes rebanhos bovinos que povoavam as dilatadas campanhas missioneiras. O dinheiro, que não seria muito, auferido do comércio da erva-mate e couros, com Buenos Aires, era empregado na ornamentação dos templos e na aquisição de utilidades não produzidas no local".

6. *ERVAIS HORTENSES.* A colheita da erva apresentava um grave inconveniente: a excessiva distância dos ervais nativos da sede das Reduções, sobretudo os situados na zona do Inhacorá, nos hodiernos municípios de Santa Rosa, Horizontina e Três de Maio. Para a vida moral e religiosa do neófito, afastado do lar e dos olhos do seu padre espiritual, meses a fio, envolvia um verdadeiro perigo. Trataram, pois, os Jesuítas de remediar êsse inconveniente trazendo para mais perto os ervais. Havia, entretanto, uma dificuldade que muito estudo lhes custou até ficar superada. E' que a semente da erva, coberta de uma espessa goma, não germinava enquanto não ficasse livre dessa viscosidade. Observaram que a semente, tendo passado pelo estômago de passarinho, nascia sem dificuldade. Recorreram, pois, como diz uma velha crônica, aos bons ofícios de uns "muchachos", que deviam engulir a semente, sem mastigá-la. Desta maneira conseguiram a semente necessária para seus ervais hortenses na proximidade das Reduções. Ao serem banidos os Jesuítas dos Sete Povos, em 1768, todos êles já possuiam seus ervais de plantação. (Pablo Hernández, "Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Com-

pañía de Jesús, Barcelona 1903, I, 202). No importante escrito do P. Antônio Sepp, publicado por nosso colaborador Mansueto Bernardi no fascículo 2 de PESQUISAS, p. 21, 36, e sobretudo 48, o famoso missionário ensina outro método de obter mudas de erva, que consiste em baixar os galhos da planta até o chão, deixando-os cobertos de terra até terem lançado raízes.

7. *DESCOBERTO O PÔRTO DE EMBARQUE DA ERVA DOS SETE POVOS*. Inesperadamente, nossas pesquisas de janeiro de 59 nos conduziram a um ponto de máxima relevância para o estudo que ora nos ocupa. É que a Professora D. Leonor, espôsa de nosso magnânimo hospedeiro de São Nicolau, Ademar Silva, muito interessada na história regional, nos falara diversas vêzes de uma extensa enseada ou recôncavo formado pelo rio Piratini, a uns 13 kms. acima da barra dêsse rio no Uruguai, a 2 kms. abaixo da cachoeira de Santo Isídro, junto à entrada do arroio Jeré no Piratini, como lugar que valia a pena examinarmos. Como a distância não fôsse grande, através de campos e matagais, levamos conosco, como cicerone, ao velho Ramon Gomes Bambil, de 75 anos de idade, que se criou em São Nicolau, conhecendo tudo aquilo como a palma de sua mão. Em dois carros a comitiva se transferiu para o local indicado. Embora o acesso fôsse dificultado pelo matagal, nossos olhos extasiados descobriram um belíssimo recôncavo de uns 300 a 400 metros de diâmetro e uns 500 de extensão, bastante fundo, como afirmam, cercado de mato, de cujo barranco, ainda não faz muito tempo, arrancaram os moradores da redondeza uma escada feita de pau ferro, o qual, ao que se sabe, não apodrece na humidade. A fotografia inclusa dá uma pequena idéia dêsse magnífico remanso.

Sempre nos perguntávamos: "Onde teria sido o lugar em que os antigos Jesuítas dos Sete Povos embarcavam sua exportação de erva?" O sítio junto ao arroio Jeré nos deu uma resposta satisfatória. Efetivamente, todos os caminhos dos Povos missioneiros, salvo o de São Borja, entre os rios Piratini e Ijui, convergem para São Nicolau. Naquele amplo lugar as balsas ou jangadas, feitas de duas canoas, sôbre as quais se erguia uma casinha para dar teto aos surrões da erva, encontravam um pôrto como melhor não se podia desejar, onde cabiam folgadamente centenas de embarcações, bem resguardadas contra a fúria dos ventos, em águas completamente mansas. Posto que não tenhamos nenhuma confirmação escrita a êsse respeito, não duvidamos que o recôncavo do Jeré — Piratini era na realidade o pôrto de embarque da erva-mate, por apresentar com grande vantagem sôbre os demais as condições mais favoráveis. Os antigos moradores da região assim o confirmam.

8. *ENCONTRADA MAIS UMA USINA SIDERÚRGICA MISSIONEIRA*. Até há pouco só conhecíamos a fundição de ferro construída pelo P. Antônio Sepp, na Redução de São João Batista, hoje São João Velho, município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, o primeiro siderúrgico que em terras, agora sul-brasileiras, chegou a derreter êsse importante metal. Êle mesmo no-lo descreve pormenorizadamente no seu livro, traduzido ao português e publicado por Wolfgang Hoffmann-Harnisch no vol. XI da Biblioteca Histórica Brasileira, sob o título "Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos", Livraria Martins, São Paulo, Cap. XXVIII. Alí nos descreve Sepp como encontrou a pedra denominada pelos indígenas "itapura", ou pedra cupim, pedra-formiga ou cabeça de negro. Moída, e sujeitando-a a uma temperatura elevada de fogo intenso, derreteu o P. Sepp o metal que a pedra contém em pequena porcentagem. Era metal muito mais precioso nas Reduções do que o ouro e a prata. E o missionário nos dá a razão dizendo que, fôsse ouro ou prata, teriam vindo os europeus gananciosos, expulsando os Jesuítas. Por ferro essa classe de gente pouco se interessa, mas com êle o P. Sepp fabricava instrumentos de trabalho, como enxadas, facas, machados, cunhas, foices, charruas, pregos, etc. tão necessários para os índios cristãos. Isso no ano de 1700.

Durante a nossa estadia em São Nicolau, em janeiro de 1959, o Sr. João Silva nos ofereceu uma bela amostra de escória de ferro fundido, pesando 700 gramas, evidentemente oriunda de uma usina de ferro. Denominam isso também de borra de fundição ou ferro de fundição, ou, no Norte do Brasil, sucata de ferro, que os alemães designam com o nome de "Schlacke". Outrora, em fundições primitivas, como as dos Jesuítas das Missões, estando o ferro a liquescer, a fundição gorava às vêzes, não se sabendo porque, dando como resultado essa escória.

Nosso amigo Ademar nos levou a um quilômetro de distância de São Nicolau, a um lugar chamado ainda hoje "Capão da Pólvora", na propriedade do velho Bento Guimarães dos Santos, de 76 anos. Pouco resta da antiga construção de fundição, porquanto as pedras foram levadas para um quartel que se edificou em São Nicolau há anos. Os alicerces ainda denotam uma construção de 4 peças, com 8 a 9 metros de diâmetro, comunicando entre si.

Quem foi que construiu essa segunda fundição dos Sete Povos? Até agora não o descobrimos. Mas não resta dúvida que ela é do tempo das Missões jesuíticas. A existência da escória de ferro, com certa abundância em algum ponto, como de fato o é São Nicolau, — não sendo produto natural e sim artificial, é prova evidente de uma fusão malograda. Portanto é certo que por alí houve mais uma usina siderúrgica, na qual os Jesuítas produziam ferro, conquanto em porções pequenas, pela insuficiência da

matéria prima. Foi mais uma prova da inteligência e capacidade dêsses venerandos civilizadores de antanho. O falecido pai de Ademar sempre afirmava que ali existiu a primeira fábrica de pólvora do Brasil.

9. *O MISTÉRIO DOS SUBTERRÂNEOS DAS MISSÕES.* A palavra "subterrâneo", quase sempre envolve a idéia de segrêdo, de mistério e de ocultação. Mòrmente em se tratando das Missões dos Jesuítas, expulsos violentamente de lá em 1768. Não podendo levar seus "tesouros", era evidente na opinião de todos os ingênuos e crédulos que êles os haviam ocultado, chegando mesmo a cometer o crime de matar os índios que lhes haviam ajudado a esconder êsses bens. Sôbre os nossos Sete Povos do Rio Grande do Sul já foram escritas páginas magistrais. Bastaria lembrar os 3 volumes, hoje já esgotados da "História do Rio Grande do Sul dos dous primeiros séculos" do P. Carlos Teschauer, S. J., obra aperfeiçoada por Aurélio Porto, em sua monumental "História das Missões Orientais do Uruguai", edição Selbach, que forma o 3º e 4º volume da Coleção "Jesuítas no Sul do Brasil", e ainda algum opúsculo do Prof. José Hansel. Ali encontramos os nomes dos fundadores, seus habitantes, lugares que ocuparam, civilização, florescimento, declínio e ruínas, seus templos, sua indústria, comércio, etc. Mas existe ainda um mundo de material inédito, que nosso confrade P. Arnaldo Bruxel, S. J. está colecionando de diversos arquivos europeus e sul-americanos, que dará futuramente matéria de primeira ordem para dizer a última palavra sôbre as tão controvertidas Missões. Mas ainda um ponto carecia de esclarecimento: os Subterrâneos das Missões. Já conhecíamos a sua existência, e até de alguns já tínhamos visto a entrada. Ninguém, entretanto, nos sabia explicar a sua finalidade e dar conta do seu tamanho.

A respeito de subterrâneos circulavam e ainda circulam as mais tolas opiniões. Para uns eram depósitos de grandes tesouros dos Jesuítas, para outros, galerias de escape em horas de perigo, para terceiros, prisões de criminosos, ou ainda despensas ou sejam repartimentos para artigos alimentícios fora do alcance da mão do índio guloso, ou quem sabe, para alguma outra finalidade a nós desconhecida?

Não foi diletantismo nem mera curiosidade, mas apenas o amor à verdade histórica que nos levou a desvendar definitivamente êsses "segredos". Advertimos desde já que nos enganamos algum tanto em nossos cálculos, imaginando que, na maioria dos casos, os pontos de entrada já fôssem conhecidos, bastando remover algumas pàzadas de terra e submergir corajosamente no subsolo, com uma boa lâmpada elétrica, e medir as 3 dimensões do esconderijo e examinar bem as paredes. Essa suposição nos sor-

riu apenas em São Nicolau. Acabamos convencidos que essa espécie de pesquisas requer mais tempo, um esfôrço humano maior e talvez um movimento de terra mais amplo.

10. *SÃO NICOLAU.* A Vila de São Nicolau, que conta atualmente cêrca de 900 habitantes, é a povoação mais antiga do Rio Grande do Sul, pois a sua fundação remonta aos gloriosos dias do Beato P. Roque González de Santa Cruz, protomártir rio-grandense. Ali rezou êle a primeira missa entre os guaranis, no dia 3 de maio de 1626. E São Nicolau continuou vivendo com interrupções apenas passageiras até o dia de hoje. Veio a ser um dos aldeiamentos mais importantes dos Sete Povos, colocado em primeiro lugar no ano de 1732 com 7.751 habitantes.

Calculando com vários dias de trabalho, em ofício nos dirigimos ao Sr. Prefeito de São Luís Cel. Justino Marques de Oliveira, — substituído temporâneamente por seu dinâmico vice-prefeito Atílio Lena Berni, — à Câmara dos Vereadores, ao comandante do 3º Regimento de Cavalaria Independente ali sediado, e alguns amigos. Quase todos responderam prometendo seu auxílio. A Prefeitura de São Luís autorizou a Sub-Prefeitura de São Nicolau a pôr à nossa disposição 3 ou 4 operários para as excavações. O sub-prefeito Sr. Ildefonso Vieira de Oliveira, como seu filho o vereador Jauri Gomes de Oliveira, foram de uma atenção inexcedível. Mas acima de todos, a família Ademar Silva nos favoreceu com moradia, mesa e condução durante todo o tempo da nossa permanência naquela boa região.

1. *EM DEMANDA DAS MISSÕES.* Segunda-feira, dia 19 de janeiro de 1959, às 5,30 partimos, em companhia do P. Ernesto Maurmann, secretário do Colégio Anchieta e zelador do museu do mesmo estabelecimento, no trem "minuano", magnífico expresso, de fabricação alemã, que, movido a óleo Diesel, devora os quilômetros. Em viagem esplêndida, almoçamos em Santa Maria, galgamos a Serra, paramos ràpidamente em Júlio de Castilhos, Cruz Alta, Ijuí, e outras localidades, atingindo às 19 horas a primeira cidade dos antigos Sete Povos, hoje próspera cidade de Santo Ângelo.

O amigo Ademar já nos aguardava com o Professor universitário, Dr. Amadeu de Oliveira Freitas, com os quais seguimos imediatamente de auto a São Luís, distante quase 100 kms. À luz do sol poente foi possível vislumbrar ainda um pouco dos contornos das ruínas de São João Batista e do templo de São Miguel, sendo que das de São Lourenço nada se pôde ver. Passadas já 21 horas entramos na cidade de São Luís Gonzaga, um dos mais importantes dos Sete Povos, cuja origem data de 1687. Ponto ameno, saudável, na vizinhança do arroio Chimbocu, aflu-

ente do Piratini, a 260 metros de altitude, com um panorama vastíssimo em tôdas as direções, sendo hoje em dia a esbelta tôrre da matriz a primeira a dar as boas vindas ao forasteiro.

Tendo cumprimentado ao jovem e esforçado vigário, R. P. Atílio V. Basso, fomos os dois sacerdotes pôrto-alegrenses hospedar-nos no bem montado hospital entregue aos cuidados de enfermeiras religiosas. No dia 20 fomos procurar o velho Dr. José Vieira Marques Primo, de 78 anos de idade, que nos mostrou o ponto aproximado onde êle achava que estêve a entrada do subterrâneo do grande colégio dos Jesuítas, tendo êle entrado nele quando menino. Era êsse colégio o edifício mais antigo da região, com cêrca de 200 anos de existência, ainda em perfeito estado de conservação, tendo servido de escola pública, de hospital, de câmara municipal e nos últimos tempos, de quartel. Imperdoàvelmente foi mandado demolir pela Prefeitura pelo ano de 1928, com o pretexto de abrir uma rua e aproveitar suas pedras e as lindas colunas de uma única peça, que circundavam o edifício sustentando uma longa galeria, na construção da nova igreja matriz de São Luís. Desta maneira, excetuando as ruínas da igreja de São Miguel, o Rio Grande do Sul e o Departamento Histórico e Artístico Nacional, perderam a melhor peça histórica das Missões. Com a demolição de 1928 também ficou entupida a entrada no subterrâneo que havíamos visto um ano antes com nossos próprios olhos.

Na Prefeitura atendeu-nos gentilmente o vice-prefeito em exercício, que nos prometeu todo o auxílio que desejássemos, sobretudo de operários e conduções. Fomos também à redação do hebdomadário A NOTÍCIA, a cujo diretor Sr. José Grisolia, agradecemos a propaganda que fizera acêrca das nossas projetadas pesquisas. À noite, no espaçoso Clube da Associação Rural, perante umas 120 pessoas, fizemos uma conferência sôbre a rica história missioneira, sobretudo de São Luís, e a finalidade da nossa vinda a essa terra. Nosso distinto ex-aluno do Colégio Anchieta, Dr. Newton de Souza Corrêa, nos fêz um presente régio, constante de um molho de 9 velhas chaves missioneiras, de diverso tamanho, por êle descobertas na vizinhança de São Luís.

No dia seguinte, 21 de janeiro, abalamos com o amigo Dr. Amadeu para São Nicolau, distante 42 kms. de São Luís e 17 da costa do Uruguai, distância por nós palmilhada diversas vêzes em épocas anteriores. Estrada linda, mas extremamente poeirenta. De tarde, o sub-prefeito Ildefonso nos atendeu, prometendo iniciar a abertura do subterrâneo para o dia imediato.

12. *O SUBTERRÂNEO DE SÃO NICOLAU.* Como alguns moradores da Vila, entre êles a família do nosso hospedeiro Silva, já conheciam com precisão a entrada do subterrâneo, tivemos a indiscutível vantagem de não perder tempo em sua procu-

ra. Assim já na quinta-feira, dia 22 de janeiro, os operários puderam abrir o famoso subterrâneo. Como foi? Tendo alargado o buraco que lá aparecia, até cêrca de um metro e meio de profundidade, ficou patente uma lage de mais de um metro de extensão, sôbre cujas extremidades descansavam duas pedras arqueadas em forma de meia laranja, oferecendo uma abertura de uns 60 a 70 cm. de altura. Atrás da abertura aparecia um fundo, em parte obstruído por terra. Removida a terra ficou visível um vão de uns 2 metros nas três dimensões. O soalho era de pedra grês, as paredes e a abóbada arqueada também do mesmo material aparelhado. Descendo ao subterrâneo, avistamos, afastadas a um metro da entrada, duas colunas de pedra, dando passagem de uns 60 cm. para outro compartimento. Estendendo a mão para lá, tocamos em terra desmoronada de cima, proveniente do afastamento de uma grande lage, que fôra retirada a tempos por soldados a fim de ser aproveitada na construção de um quartel. Como o trabalho da desobstrução, feita a pá e picareta avançava com lentidão, aproveitamos o tempo para descobrir o pôrto do embarque da erva-mate, e o Capão da Pólvora, como ficou referido nos parágrafos 7 e 8.

Apareceram em São Nicolau muitos indivíduos, vindos de diversas partes, desejosos de ver as nossas descobertas, e quem sabe? talvez algum pote cheio de ouro desenterrado. À noite, Ademar Silva, técnico multiforme, e rádio-amador, mandou a Pôrto Alegre uma mensagem ao nosso Reitor, R. P. José Nunes, participando-lhe a nova de termos descoberto o primeiro subterrâneo. Meia hora depois já tínhamos a resposta de felicitações. Entre os visitantes inesperados achamos também nossos companheiros, P. Balduíno Rambo e P. Inácio Schmitz, ambos professores do Colégio Anchieta de Pôrto Alegre e da Universidade do Rio Grande do Sul, que nunca haviam visitado aquela zona. Vieram estudar, o primeiro a riqueza botânica, e o segundo procurar elementos etnológicos dos primitivos habitantes da região.

À tarde fizemos um apêlo pelo alto-falante da casa do vereador Jauri aos sãonicolauenses no sentido de nos darem mais operários. O apêlo foi bem recebido, pois diversas pessoas se prontificaram a pagar o salário de trabalhos suterrâneos. Sábado, dia de luto na Vila, não se trabalhou, como tão pouco no domingo, dia santo e ademais passado em jogos populares em benefício de um hospital projetado em São Nicolau. Não podemos silenciar a satisfação e ainda a devoção que experimentamos ao saborearmos 3 laranjas temporãs, que nos ofereceram, de árvores antiquíssimas do tempo dos Jesuítas, saidos de São Nicolau havia 191 anos. Pouco gostosas, essas temporãs, provindas de árvores completamente abandonadas, nos eram saborosas por serem legìtimamente "jesuíticas". Vários escritores que passaram pelas Missões no sécu-

lo 19, como Saint-Hilaire, Avé-Lallemant, o Cônego Gay e outros acentuam a existência de grandes laranjais do tempo dos Jesuítas.

Segunda-feira, dia 26, procuramos remunerar com uma lembrança impressa os que mais nos haviam ajudado nas pesquisas, e nos despedimos pelo alto-falante dos bons sãonicolauenses, e mergulhamos mais uma vez no subterrâneo aberto, matutando sôbre a possível finalidade daquela cavidade. Nossos três companheiros Jesuítas regressaram a Pôrto Alegre, forçados pelos seus afazeres. E dia 27 partimos também nós, deixando ao Sr. Ildefonso o pedido de continuar a limpeza do subterrâneo para ver se continuava para mais longe. Viemos a saber mais tarde que êle se reduzia às duas peças já descobertas.

13. *PESQUISAS EM SÃO LUÍS GONZAGA.* Deixamos São Nicolau na terça-feira, dia 27 de janeiro, na esperança de nossas buscas em tôrno do subterrâneo de São Luís nos levarem a um resultado positivo dado o manifesto interêsse da população sãoluisense e do apoio da municipalidade. Por isso, fomos logo à Prefeitura, encontrando ali ao Deputado Estadual Gustavo Langsch em companhia do Cel. Justino, novamente no exercício do cargo de Prefeito. Acompanhados de alguns amigos procuramos ao Cap. Sabino Pinho da Cunha, agora aposentado, que serviu longos anos no antigo Colégio dos Jesuítas, quando êste era ainda quartel, e hoje, infelizmente desaparecido. Seguindo as diretrizes de Sabino, um operário, dirigido pelo sub-prefeito Anápio, iniciou as escavações num declive da propriedade do Sr. Nelson Wendt. Esperávamos encontrar ali, se não a própria entrada do subterrâneo, ao menos a sua abóbada. Verdade é que o velho "tio Juca", protestava afirmando a pés juntos que a entrada não era ali, e sim a uns 30 metros mais longe, debaixo duma calçada, nos fundos do jardim do Dr. Dinar Vieira Marques, onde, de menino, havia penetrado diversas vêzes. A maioria, porém, puxou para o ponto do Cap. Sabino. O Sr. Walter Kurt Balle, mecânico alemão, desde longos anos radicado em São Luís, que conheceu e admirou desde a juventude o demolido colégio, nos forneceu dados preciosos. Ao partirmos na manhã seguinte a São Borja, o operário do dia anterior já estava cavocando na linha que lhe havíamos indicado. Mas, infelizmente, teve de sustar o trabalho por causa das contínuas chuvas que comprometiam a solidez do prédio contíguo, no caso de se escavar em sua vizinhança. De maneira que São Luís ficou com um ponto de interrogação.

14. *RASTEJANDO OS SUBTERRÂNEOS DE SÃO BORJA.* Um bom jeep cedido generosamente pelo prefeito de São Luís nos levou por 120 kms. de boa estrada até a florescente cidade fronteiriça de São Borja, que data sua origem desde 1682, edificada em ponto ameno a 5 kms. da costa do Uruguai. Prè-

viamente avisados, fomos recebidos cordialmente pelo jovem vigário R. P. Hugo Hartmann e seu dedicado coadjutor R. P. Bonifácio Hamerski. De tarde entramos em contacto com o prefeito em exercício Dr. Ovídio Batista da Silva, e seu secretário Artur Freire Nunes, ambos muito interessados por nossas pesquisas. À noite nos recebeu fidalgamente em sua residência o Cel. Serafim Vargas, sobrinho do falecido Dr. Getúlio. Prometeu-nos o auxílio de soldados, que, de fato, na manhã seguinte, deram início às escavações em dois pontos atrás da velha matriz. Mas a chuva torrencial que desabou fêz paralizar os trabalhos diversas vêzes. Como nosso amigo e ex-aluno Cap. Luís Riviello nos remetesse diàriamente 4 soldados cavocadores, procuramos o subterrâneo em 3º ponto. Salvador Melo, gentilíssimo diretor da Rádio Fronteira de São Borja, irradiou notícias e informações a respeito dos nossos trabalhos. Veio muita gente presenciar as escavações. Nosso amigo e ex-aluno Dr. Clovis Bastos Guimarães nos levou à fazenda dos Santos Reis, do venerando ancião Dr. Protásio Vargas, de 82 anos, irmão do Dr. Getúlio, que nos confirmou a existência dos subterrâneos em São Borja, onde penetrara de menino, logo atrás da sacristia, sem contudo poder precisar com exatidão o ponto de entrada.

Com um número extra em nosso programa, fomos os 3 sacerdotes à noite do dia 30 até o Passo de São Borja, já bem povoado, ligado à cidade por uma boa faixa de cimento, onde fizemos uma procissão noturna com grande acompanhamento. Tomaram parte as mais altas autoridades militares e o cônsul argentino, que carregaram o andor da Virgem. Dando-nos a palavra falamos a respeito de Nossa Senhora Conquistadora, que, em 1626, subira por aquelas mesmas águas do Uruguai, indo com o Beato P. Roque fundar São Nicolau. Como tanto os brasileiros como os argentinos éramos filhos da mesma Mãe celeste, devíamos amar-nos uns aos outros, como irmãos. No dia 2 de fevereiro celebraram pela primeira vez em São Borja a festa de N. Sra. dos Navegantes com uma luzida procissão fluvial de uns 20 barcos, que subiram pelo rio, rezando e cantando os fiéis até a cidade fronteiriça de San Tomé. Cuprimentados cristãmente os que chegavam pelos católicos argentinos, houve discursos breves e caridosos, regressando todos satisfeitos já entrada a noite.

Como os soldados só podiam trabalhar por um tempo restrito, solicitamos à Prefeitura outros operários de profissão. Deram-nos logo 3 muito bons. Entretanto nosso amigo Sebaldo Saenger, gerente do Banco do Brasil, nos levou uma tarde à próxima granja S. Vicente, do Dr. João Goulart, Vice-Presidente da República, que então estava de visita à terra natal. Recebidos com fidalguia, palestramos apenas dois minutos com S. Excia. a fim de lhe não furtar o tempo precioso.

Sendo morosas as escavações a picareta e pá, pedimos um trator à Prefeitura. Ainda nisso fomos atendidos com presteza. Começou o "monstro" a abrir profundos e largos sulcos em diversos pontos onde se dizia encontrar o subterrâneo. Desafortunadamente, permaneciam frustradas nossas esperanças. E o velho barbeiro Alcides Santos, de alcunha Duzinho, a nos asseverar a pés juntos que o lugar da entrada no subterrâneo, onde êle entrara repetidas vêzes, quando jovem, era ali mesmo a vários metros da sacristia, donde até retirara uma tosca estàtuazinha. À tarde do dia 6 fizemos uma palestra de despedida ao povo sãoborjense sôbre as antigas Missões e a finalidade da nossa vinda. Como um telegrama no chamava para Pôrto Alegre, tivemos que suspender as escavações, malgrado as resistências do Vigário e do Prefeito de São Borja. Consolamo-los com a promessa de outra ocasião. E estávamos tão perto do subterrâneo!

15. *QUAL A FINALIDADE DOS SUBTERRÂNEOS?* Seria um esconderijo, uma galeria de escape em momento de perigo súbito, ou prisão, ou depósito de armas de fogo, ou abrigo contra o frio, ou então apenas uma despensa ou adega para artigos alimentícios? As referências escritas a êsse respeito são escassíssimas.

Não eram esconderijos, nem galerias de escape, porque o índio preferia o mato ou o campo livre para fugir dos seus perseguidores. Ademais, os subterrâneos encontram-se também nos Povos da Argentina e Paraguai, onde o perigo de inimigos era diminuto. Não era prisão, porque os castigos empregados para os delinqüentes consistia em número moderado de açoites, cárcere em edifício especial ou expulsão; mas nenhum subterrâneo (Pablo Hernández, "Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesus, Barcelona 1903, I, 122 — 125). Nem eram depósitos de armas, porque o P. Cardiel (José Cardiel, S. J. y su Carta — Relación, pelo P. G. Furlong, S. J. p. 154) fala expressamente de um "aposento para Armería de escopetas, lanzas y alfanjes". Era abrigo contra o frio? E' bem possível, porque o guarani era muito sensível contra a temperatura baixa, sendo que do calor do sol êle se ria, sem cobrir a cabeça contra seus raios. Talvez fôsse despensa ou adega? Nosso confrade do Instituto Histórico Geógráfico do Rio Grande do Sul, Mansueto Bernardi, se deu ao trabalho de respigar em suas contínuas leituras de documentos sôbre as Missões, tôdas as referências feitas a subterrâneos missioneiros. O que descobriu publicou num excelente artigo, do Correio do Povo de Pôrto Alegre, 15-3-1959. Prova Bernardi que em tôdas as reduções havia "sótanos" isto é, em português, casa ou abóbada subterrânea escura ou ainda subsolo, porão, adega. Cita Cardiel, em sua nunca assás lida Decla-

ración de la Verdad, (refutação brilhante das falsidades publicadas por Pombal em sua "Relação abreviada"), onde lemos à página 220: "habrán entrado à la parte los que en el ejército (luso-espanhol) venían persuadidos á que debajo de la Iglesia de San Miguel había una riquísima mina de oro, y por eso (según nos cuentan sus mismos compañeros) al entrar en ella daban fuertes patadas por ver si sonaba a hueco; los que decían que los pilares de la nave de en medio de la Iglesia de S. Juan eran de oro macizo; los que en S. Miguel y S. Lorenzo, luego que vieron el sótano (que hay en todos los pueblos junto al Refectorio), iban desalados á él, persuadidos de que allí estaban los tesoros, y cuando entraban y se hallaban burlados, luego decían que estaban encantados". E conclui M. B.: "Êsse trecho de Cardiel, acima transcrito contém três surpreendentes revelações: 1º — Havia "sótanos" em todos os Povos; 2º — êsses "sótãos" estavam situados junto aos refeitórios, nas casas dos Padres; 3º — dois, pelo menos, foram explorados pelos oficiais e soldados do exército hispano-português que se apoderou das Missões Orientais, depois da batalha de Caibaté, em 1756". Ora, se a acepção setecentista desta palavra era a de um subterrâneo e se os sótãos, ou porões missioneiros estavam invariàvelmente situados junto dos refeitórios, lógico é deduzir para que serviam: eram adegas, despensas ou depósitos de gêneros alimentícios".

E continua nosso informante: "Um autorizado e insuspeito depoimento lusitano confirma em tudo o informe do P. Cardiel. O autor do "Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrade às Missões do Uruguai", capitão Manoel da Silva Neves, depois de descrever, em data de 17 de maio de 1756, o templo de São Miguel, as oficinas de trabalho dos índios e a quinta dos Padres, refere "uma casa que disseram ser o refeitório, debaixo do qual estava uma escotilha que servia de entrada a uma casa subterrânea, semelhante à de cima, com uma campa de pedra e uma porta que deu indícios a vários discursos". Aqui, — conclui Mansueto, — o sótão, porão ou subterrâneo estava situado "debaixo do refeitório, como a indicar-lhes a destinação". Por fim cita ainda ao Cônego Gay, o qual, — em sua "História da República Jesuítica do Paraguai", seg. edição, p. 322. — do refeitório que ficava junto ao colégio das Missões jesuíticas, afirma: "Esta peça tinha sempre subterrâneo mais ou menos extenso". Finalmente, alega ainda o testemunho de Hemetério Velloso da Silveira, que, nas suas "As Missões Orientais e seus antigos domínios", por ex. p. 299, refere duas vêzes a entrada de cavidades para o subsolo. E menciona ainda referências de autores do outro lado do rio Uruguai, como p. ex. Juan Queirel em suas obras "Misiones" e "Las ruinas de Misiones", onde se fala claramente em subterrâneos jesuíticos junto à moradia dos Padres.

16. *UM SUBTERRÂNEO GIGANTESCO?* Ficamos convencidos que o subterrâneo por nós aberto em São Nicolau, como aquêles a que se refere M. Bernardi, serviam de fato para despensa em lugar mais fresco de alimentos. Mas existe em São Nicolau um cidadão, o Cap. João Silva, que afirmava haver mais um outro subterrâneo, sem contudo saber com exatidão o lugar da sua entrada. E veio a confirmação por outra fonte.

Mal tínhamos publicado no Jornal do Dia, de Pôrto Alegre, em 15 de fever. de 1959, uma reportagem acêrca do que vai escrito nestas páginas de PESQUISAS, enviamos um exemplar ao Sr. Oscar de Souza Batista, que se criara em São Nicolau, morando hoje em Santiago do Boqueirão, Rio Grande do Sul. Dêle recebemos uma atenciosa carta, de 24 de fevereiro de 1959, da qual destacamos os seguintes tópicos: "Quero informá-lo de certos pormenores com relação ao subterrâneo de São Nicolau. Em 1914, em companhia de mais 4 companheiros, entramos numa parte do subterrâneo; conheço duas entradas, sendo uma ao lado das ruínas da igreja, digo, ao lado das ruínas do Cabildo e outra ao sul da praça, no páteo da Igreja Jesuítica, a primeira foi atulhada por um irmão meu e sub-intendente da época, a fim de evitar a entrada de guris, pois era perigoso. Quando entramos no subterrâneo exploramos 20 compartimentos, até o ponto onde há uma porta de côr azul, existindo no mesmo subterrâneo uma corrente de água, canalizada por pedras, indo desaguar no "chafariz", ficando a umas três quadras da praça. Essa exploração foi feita há 46 anos atrás. — Estive em São Luís, falando com o Dr. Newton Corrêa de Souza, Promotor de Justiça, dei essas informações a êle e acredito que sejam as publicadas não as julgo completas e me comprometi no fim dêste mês ir a São Nicolau com o Dr. Newton, mostrar as entradas a êle e ver si encontro alguém da família de Martin de Souza Batista. Contei a êsse senhor, que era meu tio, no ano de 1915, então êle me mostrou um roteiro do subterrâneo que tem 150 compartimentos, sob a praça, a Igreja e o Cabildo. Irei ver se ainda existe em poder da família o roteiro". Até aqui nosso atencioso informante.

Oscar Batista da Silva foi de fato a São Nicolau, mostrou o ponto da entrada para o novo subterrâneo, que foi aberto no mês de março, a pedido nosso, pelo Cap. Feliciano Taumaturgo Mendes de Morais, Comandante da 2ª S. de Levantamento, quando de passagem por aquela região. O Cel. Carlos de Morais fotografou a entrada em abril seguinte, retrato que oferecemos aos nossos leitores.

Em conclusão: dois compartimentos para guardar alimentos, é suficiente. Mas vinte ou mesmo 150, para a mesma finalidade, não pode ser. Que será? Eis a nova pergunta, cuja resposta, se Deus quiser, daremos no fascículo 4 de PESQUISAS.

ZUSAMMENFASSUNG:

Der Verfasser berichtet von seinen Untersuchungen über die unterirdischen Gänge, die sich in den alten Jesuitenreduktionen Paraguays, vornehmlich in den «Sieben Völkerschaften» (Sete Povos) im heutigen Staate Rio Grande do Sul, Südbrasilien, befinden. Das besondere Ziel der Arbeit war die Aufklärung des Zweckes, dem diese merkwürdigen Einrichtungen gedient haben mögen. In S. Borja war der Eingang leider nicht mehr zu finden, obwohl manche Anwohner in ihrer Jugend selbst in die Gänge eingedrungen waren. In S. Luís mussten die Grabungen bald eingestellt werden, weil der vom vielen Regen durchweichte Boden die Grundmauern eines Wohnhauses zu gefährden drohte. In S. Nicolau, wo man den Zugang schon vorher sicher kannte, wurden zwei unterirdische Räume, je zwei Meter in jeder Richtung, in anderthalb Meter Tiefe freigelegt. Nach allem, was man schliessen kann, handelt es sich dabei um Keller oder Vorratskammern für Lebensmittel.

Neben diesen Gängen konnten auch untrügliche Beweise einer zweiten Eisengiesserei in den «Sieben Völkerschaften» erbracht werden, nämlich in S. Nicolau, wo die Grundmauern des Gebäudes, die örtliche Überlieferung und vor allem eine grosse Menge von Schlacken eindeutig diese Tatsache belegen.

Weiter wurde der Anlegeplatz am Piratiní-Fluss in der Nähe von S. Nicolau festgestellt, wo die Jesuitenmissionare des 18. Jahrhunderts (vertrieben 1768) ihre Flösse und Lastkähne mit den Waren der Reduktionen beluden, vor allem mit Paraguay-Tee, um sie dann über den nahen Uruguay nach Buenos Aires zu senden.

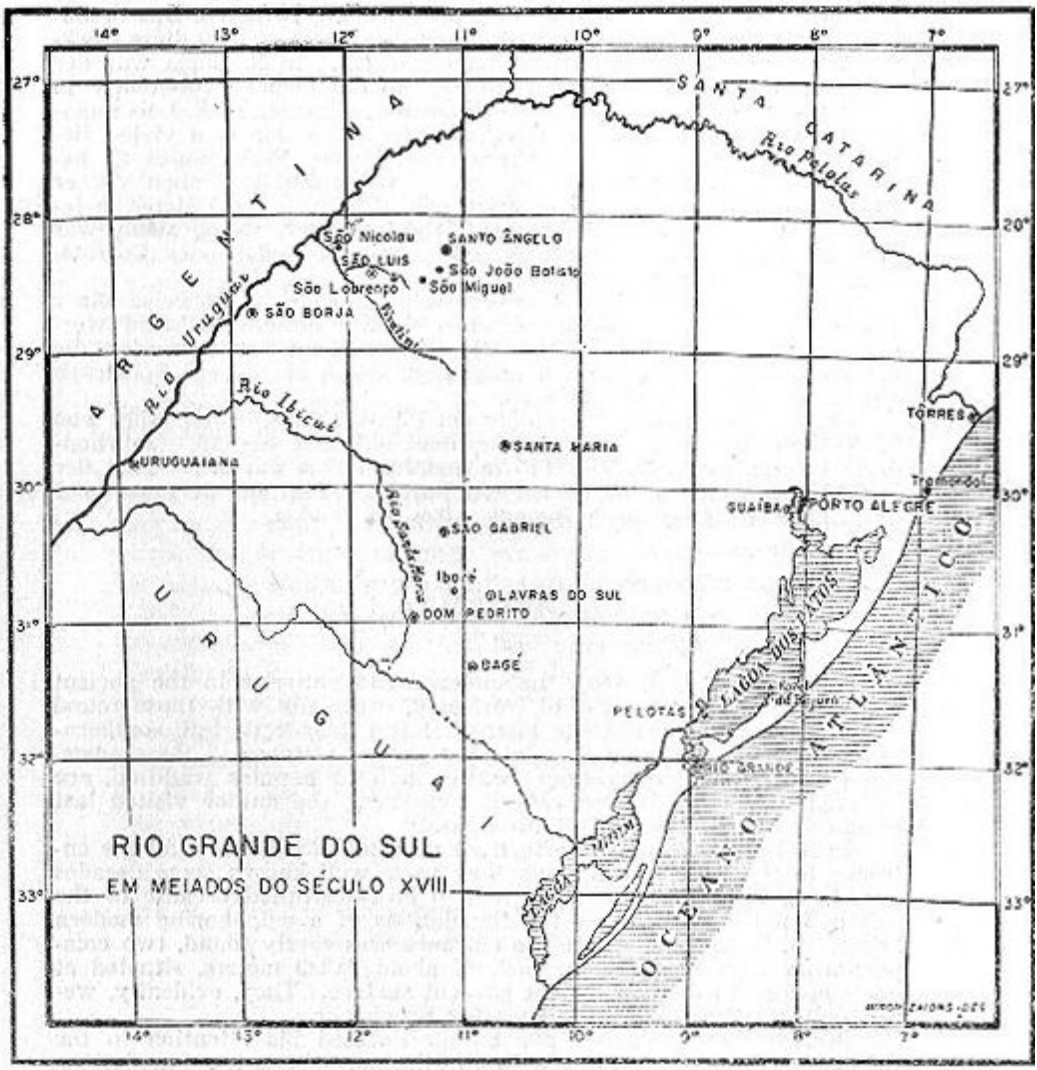
ABSTRACT:

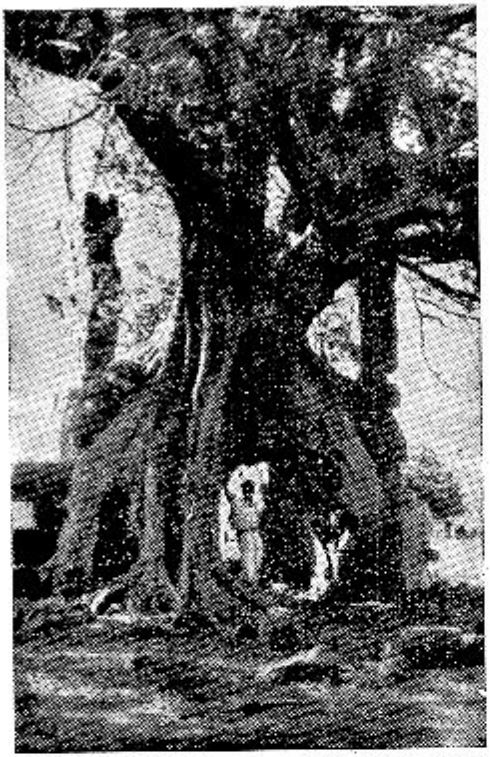
This article deals with the underground galleries in the ancient Jesuit Missions (Reduções) of Paraguay, especially with those found in the «Seven Peoples» (Sete Povos) of Rio Grande do Sul, southernmost Brazil; in order to elucidate the proper purpose of these something mysterious constructions, which, in local popular tradition, are believed to contain hidden «Jesuit treasures», the author visited last summer three of the ancient Missions.

In S. Borja, despite all efforts, it was not possible to find the entrance to the galleries although they were well known some decades ago. In S. Luís, the excavation had to be interrupted because of the soft soil putting in danger the foundations of a neighboring modern house. In S. Nicolau, where the entrance was easely found, two compartments were cleared out, each of about 2x2x2 meters, situated at one meter and a half below the present surface. They, evidently, were used as cellars or store-rooms for provisions.

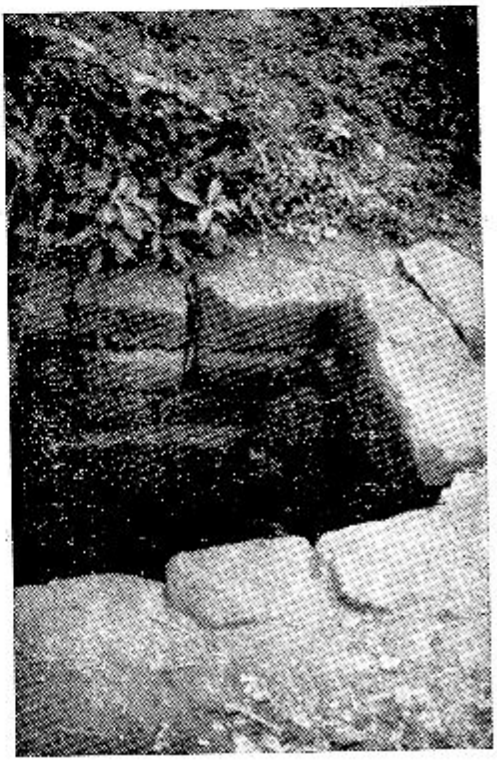
Besides these galleries, the author devoted his attention to the remnants of an iron foundry in S. Nicolau, where the foundations of the construction, local tradition, and plenty of slags and cinders gave ample evidence to it.

Moreover, the harbour on the near-by River Piratini was inspected, from where the Jesuits of the 18th century (exiled 1768), on rafts and barges, shipped their Paraguay-tea (Yerba mate) through the Uruguay River to Buenos Aires.


ARGENTINA
SANTA CATARINA
Rio Pelotas
Rio Uruguay
Rio Ibicuí
Rio Santa Maria
Rio Jacuhy
São Nicolau
SANTO ÂNGELO
SÃO LUIS
São João Batista
São Lobrenço
São Miguel
SÃO BORJA
SANTA MARIA
URUGUAIANA
SÃO GABRIEL
Iboré
GLAVRAS DO SUL
DOM PEDRITO
CAGÉ
TORRES
Tramandahy
SUAÍBA
PÔRTO ALEGRE
LAGOA DOS PATOS
PELOTAS
RIO GRANDE
LAGOA MIRIM
OCEANO ATLÂNTICO
RIO GRANDE DO SUL
EM MEIADOS DO SÉCULO XVIII



São Nicolau: Ruinas do cabildo, com figueira



São Nicolau: Entrada num dos subterrâneos

O SISTEMA DE PROPRIEDADES DAS REDUÇÕES GUARANÍTICAS

P. ARNALDO BRUXEL, S. J.

Preito de gratidão aos Senhores Médicos

Dr. Luiz Carlos Ely
Dr. José Machado de Oliveira

INTRODUÇÃO

FIM E META DESTA INQUIRIÇÃO

1. Há as mais diversas e as mais contraditórias opiniões sôbre os Trinta Povos de Missões, que tinha a Companhia de Jesus na antiga Província do Paraguai. Quem quiser informar-se sôbre algumas das opiniões emitidas, poderá consultar Pablo Hernández, Organización Social de las Doctrinas Guaraníes, Barcelona 1913, II, pg. 286-509.

Da mesma diversidade e contradita participa também o conceito que se manifesta às vêzes sôbre o sistema de propriedade, que vigorava naquela organização.

Uns dizem que reinava um perfeito comunismo e que a paz e felicidade de que gozavam, se devia precisamente a êste sistema de propriedade.

Outros asseveram que tudo era propriedade da Companhia, que ela auferia lucros fabulosos do trabalho escravo dos índios, que tôda aquela organização não passava afinal de uma gigantesca emprêsa escravocrata, exercida à sombra da Cruz.

Outros afirmam que os Trinta Povos formavam um país completamente independente, que tinha um rei fantoche à sua frente, e era governado a bel-prazer pelos padres por meio dêste seu títere.

Dada a fama internacional que adquiriram os Trinta Povos e o interêsse que provocaram, não admira que haja milhares de apreciações, divergentes pró e contra a Companhia. A título de

exemplo vá a palavra de Voltaire, citada por Pablo Hernández, na página 443 da obra e volume acima mencionados: "O estabelecimento feito no Paraguai pelos jesuítas espanhóis, debaixo de certos aspectos parece um triunfo da humanidade; parece suficiente para expiar as crueldades dos primeiros conquistadores".

É claro que comunistas e socialistas queiram aduzir as reduções para corróborar a sua idéia. E' claro que a Igreja e a Companhia não queiram por assim dizer, dar o braço a torcer; não queiram ser paraninfos de teorias tão avessas à sua mentalidade. E' claro que tudo se pode provar com "fundamentos históricos", com o processo literário de fatos um pouco mais ou um pouco menos inculcados, fatos de todo omitidos ou de todo inventados, fatos mal e falsamente interpretados...

Parece, pois, valer a pena examinar os fatos concretos do sistema de propriedade que reinava no conjunto dos Trinta Povos. E' êste o fito que nos propomos; não nos importa se se corrobora ou não alguma teoria. "Il sacro vero mai tradir". Jamais trair a verdade que é santa! (O Papa João XXIII)

Acentuamos expressamente a intenção de examinar os fatos concretos da propriedade. Não queremos estabelecer teorias, nem tirar conclusões a não ser a título de opinião pessoal. Visamos mais a organização lógica do rol de perguntas que podem ser feitas, a respeito dêste tema. Em alguns casos podemos dar resposta definitiva. Em outras devemos esperar até que haja inquirições, que abonem ou desabonem suposições provisórias, apoiadas em alguns fatos, mas não provadas definitivamente como sistema universalmente seguido por todos os missionários, em todos os povos e todos os tempos, em fôrça da prescrição superior, prescrição que costumava ser precedida de exaustivas e freqüentes consultas de todos.

Ninguém que medianamente se tenha ocupado com verdadeira investigação, estranhará a necessidade da formação de um sistema lógico de perguntas. Os quesitos naturalmente devem contemplar tôdas as possibilidades e nunca encaminhar-se a determinada teoria. Devem-se fazer constar simplesmente os fatos concretos todos, qualquer que tenha sido a teoria de que tenham partido ou a que possam levar. Sem um ról de perguntas sistemáticas, grande número de fatos escapam aos olhares inquiridores. Às vêzes há grandes verdades contidas em frases ou palavras secundárias, em que só a mente alertada pelo rol de perguntas sistemáticas é capaz de descobrir o rasto secreto das coisas. Frisamos, pois, expressamente que esta investigação deseja ser mais um convite à investigação de outros, sôbre uma base sistemática, a respeito dos fatos concretos do sistema de propriedade das reduções. Contudo não deixaremos de emitir a nossa opinião provisória ou definitiva, se para tanto dispusermos de argumentos comprobatórios.

ESBÔÇO GEOGRÁFICO DOS TRINTA POVOS

Há muitos leitores que se interessam por êstes assuntos. Mas nem todos estarão suficientemente familiarizados com a geografia e a história dos Trinta Povos de Missões. Pedimos pois vênia de apresentar um pequeno esbôço geográfico e histórico desta organização social, para que qualquer leitor se possa orientar mais fàcilmente.

2. Quanto ao esbôço geográfico, não queremos colimar absoluta exatidão nas indicações. Primeiro, porque de forma alguma vem ao caso tal exatidão, porque em nada mudaria o aspecto das questões que nos propomos tratar. E, segundo, porque ela não existe, nem é possível, já que os limites externos da "província" dos Trinta Povos só parcialmente corriam ao longo dos acidentes geográficos imutáveis, como são o leito dos rios e a cadeia de montanhas. Seguimos nêste esbôço as indicações de Pablo Hernández, que por volta de 1900, mandou fazer um mapa da Província dos Trinta Povos de Missões, guiando-se por mapas parciais anteriores e pelas indicações espalhadas em milhares de documentos originais, calcando as linhas resultantes sôbre o Mapa de Oyarvide. O Mapa de Hernández se encontra em Pablo Hernández, Organización Social de las Doctrinas Guaraníes, Barcelona, 1913, (1). Os mapas que em grande parte serviram de base ao mapa de Pablo Hernández se acham englobados na monumental Cartografía Jesuítica del Rio de la Plata de Guillermo Cardif Furlong, Buenos Aires, 1936 (2).

Julgamos que a área total dos Trinta Povos andaria por 600 ou 700 mil quilômetros quadrados. Se é certa a estimativa, então seria duas vêzes a Alemanha ou a Itália, três a quatro vêzes a Grã-Bretanha, sete a oito vêzes Portugal, doze a quinze vêzes a Suiça, um pouco mais do que os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em conjunto. Mas deve-se notar que essa superfície não estava totalmente aproveitada pelos Trinta Povos. Era êste o território em que se achavam espalhadas as manchas de terra realmente aproveitadas. Assim entre os núcleos territoriais compactos das sedes e as estâncias havia grandes extensões, que só serviam de passagem às tropas, por não serem tão aptas à criação do gado. Da mesma forma entre os referidos núcleos e as grandes manchas ervateiras, que quase tôdas ficavam no alto Uruguai e Paraná, intermediavam enormes espaços vazios, não ocupados nem aproveitados por ninguém, por que desprovidos de tudo que naqueles tempos aliciasse à colonização. Contudo eram de alguma forma necessários para garantir a posse dos ervais. Parece-nos que os solos intermediários desocupados chegariam a perfazer mais ou menos a metade ou dois terços do terre-

no realmente aproveitado por estâncias, moradias, plantações e ervais nativos. E' claro que também no núcleo compacto das sedes havia claros temporàriamente desocupados.

Para que qualquer pessoa possa desenhar sôbre um mapa da América do Sul os contornos da Província dos Trinta Povos dos Guaranis, indicamos sumária e aproximadamente o percurso dos limites, vinculando-o a cidades ou acidentes geográficos modernos. Há de traçar-se pois, primeiro uma linha que vá de Pôrto Alegre a Vacaria. Daí uma linha mais ou menos reta até o Salto das Sete Quedas do Rio Paraná. Desce a linha, contornando os afluentes ocidentais do Paraná, até encontrar-se com as cabeceiras do rio Tebiquari-Guaçu. Segue-se por êste rio até a confluência com o Paraguai. Desce-se o Paraguai até a confluência com o Paraná. Sobe-se êste até topar com os afluentes ocidentais do rio Guapey na atual Argentina. Bordejam-se os afluentes até chegar à altura do rio Mirinay. Desce-se o Mirinay, até a região do arroio Curuzúguaçu. Dêste ponto ladeia-se pelas cabeceiras dos afluentes ocidentais do Uruguai, até mais ou menos um têrço da distância que há entre os rios Dayman e Gueguay, que estão na atual república do Uruguai. Dêste ponto caminha-se pelo leito do Uruguai até a altura de Paysandú, onde se atravessa o Uruguai e se segue algo afastado da margem sul do Gueguay, até topar com o rio Negro. Sobe-se o rio Negro até as cabeceiras do Rio Jaguarão. Segue-se o leito dêste até entrar na Lagoa dos Patos. Margeia-se o lado ocidental da Lagoa até entrar de novo em Pôrto Alegre.

Se quisermos caracterizar um pouco esta Província, quanto à constituição e recursos para a vida humana dos índios, poderíamos dividí-la em três zonas principais, que correspondem aproximadamente aos recursos naturais do solo, aproveitáveis e aproveitados naquele tempo.

3. A começar pelo sul, temos a zona ganadeira das estâncias. Era todo o território ao sul da linha Ibicui-Jacui. Mas havia também uma grande estância ao norte da linha, na região de Rio Pardo e Santa Cruz do Sul, pertencente ao Povo de São Luiz, e outras menores de outros povos, no ângulo formado pela margem superior do Ibicui e Uruguai. Cremos que as razões de se estabelecerem as estâncias nas ditas zonas, eram a presença do gado, que se dispersara depois da invasão de Raposo Tavares por 1637, e também a maior aptidão destas terras para a ganaderia. Não vem ao caso mencionar outros fatos interessantes sôbre a zona ganadeira, já que se trata apenas do sistema de propriedade e não de outros pontos de vista.

4. Confinava ao norte com esta região a zona populacional,

estendida em faixa de cem por seiscentos quilômetros, desde Pôrto Alegre até topar com o Rio Paraguai, abaixo da sua confluência com o Tebiquary. Além desta faixa, orientada mais ou menos de leste para oeste, havia outra faixa estreita, perpendicular à primeira, que descia em ambas as margens do Uruguai, até a foz do Ibicuí. A faixa leste-oeste só esteve ocupada totalmente na primeira fase dos povos orientais, quando as reduções mais avançadas chegavam até a hodierna cidade de Santa Cruz do Sul. A faixa desde o mar até o Uruguai esteve completamente desabitada de povos regulares durante os cinquenta anos de exílio ocidental dos Povos orientais, em conseqüência da irrupção bandeirante. Voltou a ocupar-se de 1688 em diante, quando se fundaram os Sete Povos Orientais. Mas êstes, por medida de segurança e quiçá por outras razões, se mantiveram próximos ao Uruguai, deixando sem povos o trato de terra que se estendia de Santo Angelo a Pôrto Alegre.

Ao redor das Sedes de cada um dos Trinta povos devia haver uns mil a dois mil quilômetros quadrados de terra com estâncias menores, potreiros, currais, plantações comuns e particulares, das mais variadas espécies, necessárias para a manutenção dos povos.

5. Por fim chegamos mais para o norte, à zona ervateira, com superfície total de uns 300 por 800 quilômetros, ou seja uns 240 mil quilômetros quadrados. Podemos imaginar esta faixa encostada no eixo Pôrto Alegre-Vacaria, avançando em direção noroeste até incluir os afluentes ocidentais do Paraná, desde o Salto das Sete Quedas até as cabeceiras do Tebiquariguaçu no atual Paraguai. Esta zona não foi utilizada nem para estâncias nem para ervais artificiais. E' verdade que nas primeiras décadas de 1700 intentaram implantar lá a grande Vacaria de Los Pinares, de que ainda hoje fica o nome de Vacaria. Mas logo foi descoberta por paulistas e lagunistas que em breve tempo deram cabo dela. Os ervais nativos, que eram o único aliciente natural desta zona, certamente não ocupariam mais que uma parte mínima. O resto não convidava a ninguém naquele tempo e naquelas circunstâncias, por não haver minas a explorar nem índios a cativar, nem gados para courear. Contudo, como já antes indicamos, os espaços intermédios sempre eram de alguma maneira necessários para a segura posse dos ervais, já que uma população, que se metesse entre os povos e os ervais, naturalmente quereria explorar os ervais, interferindo assim na posse mesma dos ervais.

ESBÔÇO HISTÓRICO DOS TRINTA POVOS

Também é necessário dar um pequeno esbôço histórico acêr-

ca das vicissitudes por que passou o território dos Trinta Povos, e mais em particular dos Sete Povos Orientais. O solo mudou várias vêzes de dono antes da destruição definitiva. Por isso não é possível falar em sistemas de propriedade sem falar contìnuamente nos diversos acontecimentos históricos, que podiam mudar os fundamentos jurídicos dela. Mas por serem demasiadamente conhecidos os principais fatos históricos, contentamo-nos em indicá-los sumàriamente. Assinalamos apenas alguma literatura, em que pode aprofundar a matéria, quem o quiser, quanto a motivações e circunstâncias particulares. Para o fim que se pretende neste trabalho, basta uma indicação sumária dos eventos principais.

6. A Companhia de Jesus entrou na Província do Paraguai nas últimas décadas do século décimo sexto, e no Paraguai propriamente dito pouco antes de findar êste século (3). O primeiro Provincial, Diogo de Torres Bollo, vinha do Perú, com longa experiência no tratamento dos índios e na sua conversão, embora os moradores das regiões andinas fôssem de caráter muito menos rudimentar que os habitantes das selvas tropicais do Paraguai. Depois das missões volantes (4), sem maiores resultados, começaram os padres o sistema das reduções fixas, rudimentarmente já praticado pelas pequenas reduções dos Franciscanos e pelas aldeias dos encomendeiros, e, embrionàriamente preparados pelo sistema social precristiano das aldeias guaranis.

Com consentimento e mandato das autoridades, aceitaram os padres por volta de 1610 a incumbência de cuidar do bem espiritual e material dos índios pagãos, que até então nunca tinham sido conquistados, nem material nem espiritualmente por ninguém. Com isto tiveram que aceitar também o cargo de tutores do bem-estar material dos índios, pois êstes eram, e com razão, considerados menores pela lei. Seriam pois administradores de seus bens, segundo as leis de Indios que já havia, e as que, com o correr dos anos, e, com as experiências no campo do trabalho, se iriam formando, após propostas dos padres, das autoridades civis e eclesiásticas, exame e aprovação do Supremo Conselho de Indias e do próprio Monarca do Império espanhol.

7. Avançaram os padres desde a cidade de Assunção do Paraguai em três direções diferentes. Uma a nordeste, no Guairá, em que fundaram grande número de reduções florescentes, que uns vinte anos mais tarde foram tôdas destruídas pelos bandeirantes. Êstes forçaram os padres e restantes neófitos a executar aquela homérica retirada de mais de dez mil pessoas, Paraná abaixo, contornando as cataratas das Sete Quedas, indo de paragem em paragem, por quase mil quilômetros de caminho, até fixar-se definitivamente no meio dos povos do Paraná e Uruguai, onde a aglomeração de reduções e as armas de fogo obtidas do Rei, garantiam

uma defesa eficaz contra quaisquer ataques. Tudo isto se deu nos trinta anos que se seguiram a 1610, em que foi começada a fundação de reduções estáveis no Guairá (5).

O segundo grupo de missionários avançou, também por 1610 para oeste, ao Gran Chaco Gualamba, a fim de tentar a redução dos guaicurus, que traziam em contínuos sobressaltos a cidade de Assunção. Mas estas reduções, apesar dos bons começos, tiveram que ser abandonadas, depois de alguma dezena de anos, por falta de resultados duradouros. É que as inundações e sêcas periódicas, juntamente com gafanhotos, que ainda hoje têm seu centro naquelas regiões, forçavam os guaicurus, já de sua natureza belicosos e andariegos, a um nomadismo permanente, impossibilitando qualquer trabalho regular e proveitoso, tanto na esfera espiritual como na material, que era a base "sine qua non" de um resultado duradouro também na esfera espiritual (6).

A terceira leva de missionários avançou de Assunção para sudeste e começou a assentar bases na margem meridional do Tebiquary-guaçu. Pouco a pouco, em questão de vinte e cinco anos foram plantando reduções após reduções, até o Paraná, do Paraná ao Uruguai, e de 1626 a 1638 também na banda oriental do Uruguai, até as imediações do mar. Mas em 1637, Antônio Raposo Tavares apareceu nos sertões do Rio Grande do Sul, que naquele tempo se chamava Banda Oriental. O fero bandeirante em parte destruiu as reduções, em parte obrigou-as a exilarem-se na banda ocidental. Nesta ocasião começou a espalhar-se nas campanhas do Rio Grande do Sul o gado vacum, que fôra abandonado nas reduções assoladas. Pois nem os bandeirantes, nem os retirantes puderam recolher e levar tôdas as cabeças que havia. Em breve tiveram fim as caças de escravos que os bandeirantes intentavam no sul do Brasil. Pois os exilados da banda oriental, ajudados por seus Irmãos da banda ocidental, já de posse de armas de fogo, por concessão do Rei de Espanha, derrotaram, em 1641, uma bandeira que vinha descendo secretamente pelo Uruguai, e a lição foi tão boa que as bandeirantes pràticamente desapareceram dos cenários do sul. Já os índios armados eram inatingíveis e também as descobertas de metais e pedras preciosas de Minas e Mato Grosso, desviaram as bandeiras para aquela direção (7).

8. Da tríplice rota civilizadora, restavam pois, por volta de 1640, apenas a que se dirigira em direção sudeste, e mesmo esta rebatida e encurtada por mais da metade de sua extensão. Mas os índios da banda oriental, nos cinqüenta anos que durou seu exílio ocidental, voltavam freqüentemente à banda oriental, em parte para enxotar aventureiros, que acaso encontrassem em suas antigas possessões, em parte para arrebanhar o gado vacum, que se achava espalhado pelas vastas campanhas, e que era descendente todo êle do primitivo gado missioneiro abandonado na fuga

precipitada diante dos bandeirantes. Destas vaquejadas traziam não raro quarenta ou cinqüenta mil cabeças, que os povos que haviam mandado os vaqueiros, vendiam aos outros povos da banda ocidental que não dispunham de tais recursos (8).

Em 1688 parecia que a Banda Oriental estava já tão livre de perigos e os povos todos tão fortalecidos, que puderam arriscar-se a voltar a seus antigos pagos e a edificar novamente as suas cidades. Foi então que se fundaram os famosos Sete Povos da Banda Oriental ou Sete Povos das Missões Orientais. Mas por precaução ficaram todos perto do Uruguai, todos também, com exceção de São Borja, entre os rios Piratini e Ijui (9). Entretanto também na banda ocidental se haviam ido fundando e aperfeiçoando os demais povos, perfazendo o número conhecido de Trinta Povos Guaranis, com que entraram na literatura Universal (9). Chegaram dali por diante todos êles a um grande grau de florescimento espiritual e material, como atestam os autores antigos, os documentos insuspeitos dos arquivos, e as próprias ruínas, que ainda existem nas ermas campanhas (10).

A ruína dos povos orientais e ocidentais, ainda que mais daqueles do que dêstes, começou com o tratado de limites de 1750. Por êste pacto Portugal entregaria à Espanha sua Colônia do Sacramento, que era na verdade um bom e rendoso pôsto de comércio e contrabando, mas só tinha uns poucos quilômetros de terra em contôrno. Em compensação, Espanha entregaria a Portugal tudo o que os Sete Povos tinham entre a linha Ibicuí-Jacuí e Uruguai e mais a bacia atlântica do Rio Grande e grande parte do hodierno Uruguai. Seria talvez um território de seus 150.000 quilômetros quadrados, com as sete florescentes cidades dos guaranis. Os padres do Paraguai suspeitavam das intenções de Portugal antes do dito tratado, como se depreende dos depoimentos do padre Juan Escandón em seu famoso livro "Transmigración de los Siete Pueblos", cuja publicação preparamos para o Brasil.

Certamente, depois de ter notícia segura do tratado, comentariam entre si o desacêrto do mesmo para os interêsses de Espanha e a injustiça que se faria aos índios, forçando-os contra a sua vontade à transmigração, sem a devida indenização e sem dar-lhes tempo suficiente para preparar e executar uma emigração desta envergadura. Pelo mesmo livro de Escandón, consta também que de parte do padre Geral da Companhia de Jesus, se mandou aos padres missionários, que, pouco a pouco, preparassem os índios para incliná-los a aceitarem a transmigração. Mas os missionários previram que nunca os índios se prestariam de boa mente para a saída forçada da terra de seus pais. Resolveram pois calar a existência do tratado até que urgisse a imediata execução, que então os índios não teriam muito tempo para refletir sôbre as injustiças que se lhe faziam. Também era esperança e desejo dos

padres e de tôdas as autoridades civis e eclesiásticas, que Espanha acordasse de sua incrível sonolência, aproveitada pelo esperto e desperto Portugal. Entretanto, os missionários viram que realmente se executaria o tratado, em paz ou por fôrça, e que na guerra os indisciplinados e desarmados índios seriam derrotados, e derrotados estariam na posição de rebeldes e prisioneiros de guerra, que nesta posição, além das perdas em gente e bens durante a guerra, perderiam o direito de levar os seus bens móveis e semoventes. Havia que escolher entre dois males inevitáveis: um, a transmigração "voluntária", com todo o cortejo de más conseqüências, e outro a transmigração forçada, precedida dos horrores da guerra e da ocupação militar dos povos, e acompanhada do confisco de todos os seus bens, e seguida da expulsão em condições mil vêzes piores. Escolheram dos males o menor e começaram a usar todos os meios a seu alcance para levar os índios a sujeitar-se voluntàriamente. Mas os índios apegados que estavam à terra de seus pais que, no regime cristão dos padres, haviam cultivado por quase 150 anos, ficaram tão aflitos e alucinados que não deram mais ouvidos aos padres, nem a ninguém. A tal ponto se insurgiram contra os padres que alguns dêles foram ameaçados de morte e todos trancados em suas casas canônicas, na banda oriental, para que não pudessem comunicar-se com ninguém que agenciasse a transmigração.

Resistiram a seu modo nas várias campanhas que os brancos levaram a efeito, das quais umas malograram pela dificuldade do terreno, e outras triunfaram fàcilmente sôbre os índios. Os vencidos foram teòricamente tratados como tais, mas na prática não se procedeu com tanto rigor. Pois os portuguêses de Gomes Freire desde logo os trataram bem com o fito de aliciá-los às suas estâncias de Rio Pardo e Rio Grande. Por fim também os espanhóis, sobretudo depois que Don Pedro de Cevallos tomou conta das coisas, trataram de contrabalançar a sagaz política de Gomes Freire e de todos os seus soldados. Por muitas centenas de cartas suas, que extratamos em 1958, no Archivo General de la Nación, em Buenos Aires, se vê que Cevallos, em parte se sentia movido por verdadeira piedade cristã, em parte intentava não deixar tantos índios na mão dos portuguêses. Tudo isto vem fartamente documentado no livro de Escandón, cuja edição acima anunciamos e sobretudo na volumosa correspondência dos espanhóis enquanto ocupavam os Sete Povos Orientais (11).

Por fim, subiu ao trono de Espanha Carlos III, que sempre estivera contra um tratado tão ruinoso para a sua pátria. Uma de suas primeiras diligências, foi desfazê-lo completamente, aliás de pleno acôrdo com a Corôa de Portugal. Os índios puderam voltar para os seus Povos Orientais semidestruídos e arruinados. Seguiram-se uns poucos anos de intensa atividade para refazer

o antigo esplendor, mas em 1767, sobreveio a expulsão da Companhia de Jesus de todos os domínios de Espanha; em 1768 se executou o decreto nas reduções. A administração da Companhia foi substituída por um novo sistema em que se achavam separados os dois ramos, pois havia administradores leigos para o temporal e membros de outras ordens religiosas para o espiritual. Os da alçada temporal procuravam safar-se da monótona e aborrecida ocupação, com um mínimo de permanência e trabalho e um máximo de lucros pessoais, se bem que houve também louváveis exceções.

Os da alçada espiritual na maioria desconheciam o idioma dos índios e sua índole peculiar e sobretudo se viam tolhidos pelo braço secular da administração. Os índios, porém, estavam entre dois fogos. Apanhavam do administrador porque estavam na Igreja. Apanhavam do cura porque não se achavam na Igreja. Eram como os filhos de pais divorciados, que são covardes demais para se enfrentarem a si mesmos e que batem ambos nos filhos, porque êstes não são totalmente de nenhum. Os índios, sempre acossados, se foram retirando para as campanhas circunjacentes e para os matos de sua antiga barbárie. Casas e Igrejas se foram desmantelando contìnuamente, abandonadas que estavam à incúria e ao saque de quem quer que passasse nas ruínas. Em 1801, um grupo de brasileiros, engrossados de índios fugitivos, tomaram os Sete Povos à mão armada e empurraram os espanhóis para o outro lado do Uruguai. Nas subsequentes guerras entre o Brasil e seus vizinhos e dos vizinhos entre si, quase tôdas as sedes dos antigos trinta povos foram arrasadas e arruinadas, com exceção de algumas poucas, mais afastadas dos limites em disputa. Sôbre as ruínas de alguns se ergueram novas cidades dos brancos. De muitas outras só restam poéticas ruínas dormindo entre pobres casebres e a mata que cobriu piedosamente os destroços que fizeram os catolicíssimos e fidelíssimos cristãos numa das mais belas realizações do cristianismo (12).

DIVISÃO DO PRESENTE TRABALHO

É necessário dividir de alguma maneira o trabalho para pesquisar com ordem e proveito. Adotamos o ponto de vista do sujeito que tem direito de propriedade. Parece mais próprio do que a divisão segundo o critério dos objetos de possessão, ou do grau de perfeição da posse (domínio perfeito, domínio imperfeito...). Mas qualquer um dêstes pontos de vista ou qualquer outro que se apresente, pode trazer à tona fatos e facetas, que escaparam ao critério do sujeito ou detentor da propriedade, que adotamos.

Seguimos em escala descendente os detentores de direito de propriedade nas reduções. Na prática pode haver e há zonas de

interferência dos direitos de vários detentores. A enumeração que propomos vai do mais alto detentor de direitos, que é o rei ou a nação, ao mais baixo que é o indivíduo ou cada índio particular. Em cada um dêles se podem mencionar os outros critérios de divisão ou seja a que classe de objetos se estende o direito dos sujeitos, e qual o grau de perfeição na sua posse. Como corolário se pode ventilar uma questão, intrínsecamente já resolvida nos pontos anteriores, a saber, que classe de propriedade tinha a Companhia de Jesus nas reduções dos guaranis. Com esta utilidade se poderiam fazer também comparações entre os diversos sistemas de propriedade que atualmente vigoram, tanto nos países capitalistas como nos socialistas e êstes quer tenham chegado a êle por fôrça ou por lei, quer sejam extremos, quer mitigados; comparação com alguns sistemas sui gêneris, esporádicos, que se encontram em alguns lugares da Suiça, da Itália, da França, Portugal, Andorra, Espanha e Israel. Seria interessante um cotejo com os sistemas históricos que houve desde os tempos primordiais da civilização até os nossos dias, com tôdas as cambiantes de liberdade...

10. Têrmos de divisão (Veja-se o índice que apresentamos em outra parte).

1. É evidente que se devem explicar nitidamente alguns têrmos desta divisão, delimitando claramente os significados, pelo menos em teoria, já que na prática pode haver e sempre há grandes variedades, intrusões e misturas de parte a parte.

Entendemos por propriedade Real os direitos que a lei escrita e consuetudinária daqueles tempos concedia aos reis, não só no tocante ao território global ou parcial do solo metropolitano, mas sobretudo nas terras recém-descobertas, antes e depois da conquista, antes e depois de dadas em mercê, de vendidas a seus súditos. E' supérfluo declarar que hoje êstes direitos se chamariam direitos nacionais.

Por direito de vice-rei ou audiência real entendemos os meios de interferir em questões de propriedade que tinham essas instâncias superiores do govêrno colonial. Na maioria dos casos coincidirá com os direitos reais, com certas restrições, consignadas nas "Leyes de Indias".

À falta de têrmo melhor, chamamos provisòriamente direitos inter-provinciais os direitos que poderiam ter alegado ao território dos Trinta Povos, as Províncias que se achavam contíguas a êle e eram a Província do Paraguai (Assunção), a do Rio de la Plata (B. Aires) e também a Província do Brasil, quer como Província portuguêsa antes e depois dos 60 anos, que se seguiram ao desastre de Alcácer Quibir, quer como Província luso-espanhola, que foi no govêrno dos Felipes desde 1580 até 1640. E note-se

que de forma alguma julgamos decidir a priori qualquer questão concernente a reclamações possíveis destas três Províncias vizinhas. Apenas queremos propor alguns elementos necessários à discussão.

Chamamos propriedade provincial a posse que competia ao conjunto dos Trinta Povos, que, quanto à administração imediata, constituia como que uma Província separada, encravada entre as três Províncias acima mencionadas. Dizemos expressamente "como que", porque, embora o fôsse em muitas coisas de menos importância, não o era por independer do Governador de Buenos Aires, nem dos bispos de Buenos Aires e Assunção. Há milhares de documentos administrativos, nos arquivos de Buenos Aires, que provam a dependência, ainda que não dependência em todo o sistema de representantes seus espanhóis, que o governador de uma Província por lei mandava às cidades, que tinham direito a um tenente do governador ou corregedor. Frisamos pois que a palavra Província aqui não tem o sentido legal que tinha aplicado às províncias hispano-americanas. Apenas significa o conjunto dos Trinta Povos, considerados como um todo, como uma pessoa jurídica, por si, em questões de propriedade.

Tomamos o nome de propriedade interreducional para designar a posse conjunta que poderiam ter dois ou mais povos, sem serem os Trinta Povos como um total, em alguma coisa ou obra comum. Dizemos que poderia ter tido, porque de fato pouco consta a respeito, devido às razões que mais tarde explicaremos.

Propriedade reducional ou municipal chamamos à que pertencia a um só povo, tomado como um todo moral, como uma pessoa jurídica, como por exemplo as estâncias, os ervais, a igreja, que eram propriedade de todo o povo e não de cada cacique e menos de cada indivíduo em particular. Também se poderia chamar propriedade do comum, do município, do Povo, da Aldeia, da Doutrina, da Redução. Mas dizendo municipal se há de advertir ainda que cada povo funcionava mais ou menos como um município dentro de um Estado. Contudo não havia identidade absoluta entre êstes dois têrmos de Povo e município de nossos dias, porque o município dos nossos dias e a unidade governativa correspondente daqueles tempos, podia ter mais de uma cidade. Os moradores moravam quase sempre dispersos, ao passo que o "município" missioneiro nunca tinha mais que uma cidade, que era a Sede. E todos em princípio moravam na sede, composta às vêzes de sete a oito mil almas, sem excluir a moradia temporária dos índios em choupanas de campo no tempo das sementeiras e a estadia permanente de alguns grupos de famílias em postos, em que a comunidade os colocava, como por exemplo, nas capelas e pousos do caminho, nos passos dos rios, nas estâncias de gado. Mas quem não morava fora por encargo da comunidade, morava

obrigatòriamente na Sede, que sempre era uma só. Havendo necessidade para mais, se fundava outra Sede, outro Povo e outro "município".

O têrmo propriedade "cacical", quanto sabemos, quase nunca ocorre expressamente como tal, ainda que indiretamente se mencione, muitas vêzes, e é de estranhar que seja pràticamente desconhecido na literatura que fala de propriedade entre índios cristianizados. Mas a inspecção dos documentos nos mostra que deve ter sido uma das coisas mais correntes nos Trinta Povos. Chamamos propriedade cacical a propriedade, quase sempre imóvel, reservada aos caciques e seus vassalos dentro de cada povo, de sorte que a um cacique se entregava certa zona das casas, e certa região de lavoura, em que êle e seus vassalos trabalhavam como em propriedade do seu cacicado. Com exclusão, pelo menos temporária, de outros caciques e outros vassalos. Mais adiante aparecerão as razões porque devemos dizer "pelo menos temporária". É desnecessário advertir que cada Povo podia constar de sessenta e mais caciques diferentes, cada um com número maior ou menor de vassalos.

Propriedade familial é a posse de objetos dados mais à família do que ao indivíduo em particular, e de que os indivíduos não podiam dispor plenamente sem uma espécie de autorização da família. Na prática veremos que é extremamente difícil determinar direitos exclusivos nêste ponto, já que os próprios chefes da família, que eram os pais, procediam e eram considerados por lei como menores ou crianças de 12 e tantos anos, e portanto necessàriamente estavam sujeitos à vigilância, que vinha de mais acima.

A propriedade individual se referia a coisas em que o indivíduo tinha pleno domínio, jus utendi e abutendi, de fazer com elas o que quisesse sem perguntar sem ser responsável perante ninguém. Também aqui entra a condição especial de minoridade em que estavam de fato e pela lei todos os índios. Deveremos guiar-nos na investigação mais pelo conjunto de fatos do que por declarações testimoniais particulares. Deveremos distinguir entre propriedade e responsabilidade principal na conservação de algum objeto. Muitas vêzes terá que distinguir-se entre o texto duma lei, seu efeito e estado que cria, e as necessidades práticas da administração.

Quanto à posição que os administradores jesuítas, legìtimamente poderiam ter ocupado ou na propriedade de terras ou pelo menos no usufruto delas, devemos distinguir bem. A questão de jure se decide pelo direito canônico e civil e pelo Instituto da Companhia de Jesus. Dizemos poderiam ter ocupado, porque também é admissível que por motivos vários não tenham feito o que poderiam ter feito. Por isto, a par da questão de direito, se deve examinar a questão de fato. Devemos ver com documentos na mão, que proveito de fato tirou a Companhia das riquezas

produzidas pelos índios. A questão de fato constará do que se tiver tratado anteriormente, bastando dar um pequeno resumo da matéria.

De tudo já se tem discutido, pondo outros sistemas em confronto com o sistema dos Trinta Povos. Muitas vêzes se discutem, com completo desconhecimento dos fatos concretos dos Trinta Povos, com apôio apenas em uma que outra frase isolada dos velhos missionários, desvinculada do seu contexto histórico, próximo e remoto, e do contexto dos outros textos todos, que direta ou indiretamente se relacionam com a questão da propriedade. Daí a necessidade de estabelecer a verdade dos fatos. Não basta o direito escrito, porque poderia não ser observado.

Perigoso é o zêlo dos apologetas indiscretos, que no afã de livrar o sistema dos Trinta Povos, e com êles a Companhia e a Igreja, da pecha de comunistas. O zêlo indiscreto pode torcer ou negar fatos incontestáveis. Igualmente perigosa é a ânsia dos defensores dos sistemas coletivos que procuram antecedentes de suas teorias na grande e bem sucedida experiência da vida comunitária dos Trinta Povos. Em seu empenho podem chegar a supor motivos e condições que não havia, bem como a omitir fatos que não podem ser negados. Neste trabalho procuraremos ater-nos a um dito de Manzoni, citado por sua SS. João XXIII, em audiência concedida aos jornalistas: "Il sacro vero mai tradir!" — A verdade é tão santa que jamais deve ser traída!

Não podemos fechar esta introdução sem acrescentar pelo menos um dos testemunhos autorizados, dentre os milhares que poderíamos aduzir, quanto à incapacidade dos índios guaranís de se governarem a si mesmos no manejo temporal e espiritual das reduções. Trata-se do Padre José Cardiel, que pelos longos anos passados entre os guaranís, pelos cargos de inspeção que ocupou, e pela preocupação científica que sempre manifestou, é um dos mais fidedignos escritores a tratar dêste assunto.

Diz êle na sua Carta-Relación de 1747, página 124 da publicação que dêste documento fêz Guillermo Cardif Furlong em 1953, Librería del Plata, B. Aires:

"No ano de 1731, dois anos depois de haver chegado a estas províncias, parti para as Missões dos Guaranís, que vulgarmente os espanhóis chamam de Tapes...". "São êstes índios por via de regra de pouca estatura, algo gordos e bem apessoados. Eram muitos em número. Viviam governados por seus caciques em povoadinhos de palha. Sustentavam-se do pouco que semeavam: e faltando isto, da caça e da pesca. Não vestiam mais que uma curta camiseta, a modo de dalmática, no demais andavam nús. (Nota: a camiseta dos índios, de que falam tantas vêzes os espanhóis, não é uma vestimenta a modo de camisa, mas o poncho quadrangular, com uma abertura no centro para enfiar a ca-

beça). Não tinham gado algum nem maior nem menor. Andavam em contínuas guerras uns com os outros, já sôbre disputas que tinham a respeito dos limites de caça e de pesca, já com a finalidade de apanhar cativos. A maior parte dos que conseguiam apanhar, os assavam e os comiam, e depois, limpavam o crâneo, e se serviam dêle para copo em suas bebedeiras de chicha, que é uma espécie de cerveja de milho: e o mesmo faziam quando apanhavam algum espanhol, com os quais tiveram algumas guerras, sem jamais serem vencidos".

"Sua capacidade e sua inteligência é muito limitada, como a dum menino... A vista muito perspicaz, e também o ouvido: o olfato é quase nenhum: quando os demais não podemos suportar o mau cheiro sem tapar o nariz, êles estão com muita serenidade sem mostras de enjôo, e por isto e pelo estragado gôsto que têm, não sentem asco de coisa alguma... O tato é pouco sensível. As inclemências do tempo, que em nós fazem tanta impressão, são para êles uma brincadeira, sem mostrar incômodo algum, antes muito riso e bulha. Das feridas, por cruéis que sejam, saram com grande facilidade, mesmo sem medicina alguma, e logo fazem crosta e se fecham.

"Suas potências são coisa bem diversa do que vemos nas demais gentes do globo. A memória feliz e tenaz. Se um índio anda uma vez um caminho de duzentas léguas e ainda de trezentas, ainda que seja escabroso e sem senda alguma, já o sabe melhor que nós depois de percorrê-lo cem vêzes, e nunca se perderá. As coisas que consistem de memória, como o aprender a ler ou escrever uma língua estranha, fazem-no com mais facilidade e destreza que nós. O entendimento e faculdade de discorrer, muito fraco e defeituoso. Não pensam nas conseqüências do futuro, se se lhes põe diante dos olhos, fazem-lhes mui pouca impressão. Daí nasce que não pensam no amanhã. São homens de um dia. O milho, legumes, etc., que colhem na colheita, por mais que se lhes recomende que o guardem, que o ano é comprido, que padecerão muita fome etc., logo comem tudo, sem moderação e o dão a outros e o disperdiçam. A maneira duma mãe que dá a seu filho de sete anos uma arroba de passas para almoçar em quatro meses, encarregando-lhe que cada manhã não tome mais que um punhado: que se as come logo não lhe dará mais, que há de passar fome, e que há de chorar: a criança em poucos dias acabará com tudo, já comendo durante o dia todo, já convidando seus amigos, já deitando a perder, sem que lhe faça impressão o que há de vir: dessa maneira se comporta o índio em seu govêrno econômico. Se para convencê-lo lhe põe silogismo perentório, concede a maior e a menor e com grande serenidade negará a conseqüência. E se o que lho opõe, se admira ou se irrita com esta irracionalidade, o índio se espanta, de que

não se tome a bem negar a conseqüência: e não o tirarão daí, por mais silogismos que lhe ponham.

"E' tempo perdido usar compridos raciocínios com êles e acumular razões sôbre razões. O que aproveita é dizer pouca coisa e isto ainda muito trivial e material nos sermões e confissões, e mesmo em coisas materiais. Porei um só caso, ainda que a mim me sucedam cada dia outros casos semelhantes...

"Nas confissões nos sucede cada dia que dizem sim e não à mesma coisa e imediatamente, e em coisa grave: e sabemos que não é por malícia, senão por estupidez do entendimento, à maneira duma criança que perguntada se sabe mentir, responde que sim e perguntada segunda vez, responde que não, e quantas vêzes lhe perguntarem responde já sim, já não... E assim os que tratamos muito com êles, não cremos coisa alguma até vê-la...

Quando os governadores condenam a alguém à morte por algum delito capital depois de haver-lhes notificado a sentença... estão com tanta serenidade, conversando amigàvelmente com seus amigos, como se nenhuma fatalidade lhes sucedera: de maneira que mesmo nas coisas mais árduas não têm apreensão nem discurso...

Soem fazer danos muito consideráveis do valor de centenares de pesos, sem se dar conta do que fazem. Estes casos são quotidianos e exacerbam a paciência do homem mais pacífico, e chegamos a ver que não sabem o que fazem, porque o índio, trazido à presença do que o pode castigar, responde com muita serenidade, até que lhe ponderam os danos: que então, ainda que por sua estupidez não lhe façam impressão as razões, começa a temer o castigo que o espera. Sucede o mesmo que a um menino quando êste quebra alguma coisa de grande valor. Ainda nos mais capazes de que nos valemos para o govêrno dos povos, a capacidade que têm, a têm a temporadas: e de repente nos saem com seus ditos e feitos, à maneira dos lúcidos intervalos que têm os loucos: êles mesmos nos costumam dizer: Padres, esta nossa capacidade é diferente da dos espanhóis: porque êstes são constantes em seu entendimento, e nós só o temos de tempos a tempos.

A destreza em coisas de memória e de mecânica, é semelhante à que têm o mono ou o cachorrinho do cego e outros em que vemos tais habilidades, frutos de um mestre incansável, que os homens mais racionais não as podem executar. E ainda no modo de ensinar e aprender se assemelham aos animais: pois ao índio, seu mestre não lhe ensina com razões, senão com golpes e pancadas: não ditando, senão fazendo o mestre o que o discípulo deve aprender: êste vai atrás, fazendo o que vê e ouve...

Sua vontade é tão volúvel como o vento, já está querendo uma coisa, já não a quer mais: já se mostra amigo e logo imedia-

tamente por uma coisa de nada, se mostra inimigo: e assim é muito fácil voltar-se para qualquer lado, seja no bem seja no mal".

Não queremos demorar-nos mais neste ponto da incapacidade do índio para a sua autoadministração. E' claro que não falamos da cultura rudimentar que tinham em sua gentilidade, mas da cultura temporal e espiritual em que estavam nas reduções. Poder-se-ia acrescentar uma massa imensa de textos, tirados das testemunhas de todos os séculos e de tôdas as camadas sociais, da Igreja e do Estado e da Companhia, que atestam expressamente a incapacidade ingênita do índio ou a supõe como fundamento de suas medidas.

E' muito fácil dizer que tudo isto estava errado, que não havia a tal incapacidade dos índios. Fácil dizer para quem está sentado na sua poltrona estofada sem o perigo de ter que ir ao mato e provar entre índios as suas afirmações. Como foi fácil aos que expulsaram a Companhia das reduções, afirmando alto e bom som que a administração da Companhia estava errada, "que cada índio devia ter suas vacas leiteiras e uma tropilha a mais para comer, como fazem os espanhóis do campo; um erval para horta; um tabacal; seus cavalos e mulas: e fazer erva e tabaco em abundância, e virem os espanhóis e comerciar com os índios e os padres só ensinar a doutrina cristã. "(Cardiel, Breve Relación... em Pablo Hernández, La Organización Social de las Doctrinas Guaraníes, II, 543). Foi fácil dizê-lo e quando quiseram prová-lo pràticamente, não levou muitos anos, e trinta grandes cidades guaranis com 150.000 habitantes estavam reduzidas a nada. A História deve ater-se aos fatos existentes e não decretar-lhes a existência, por ter necessidade de provas para alguma peregrina teoria.

Antes de encetar a investigação, convém ressaltar mais uma vez que propositadamente abstraímos dos autores dos nossos dias, isto é das conclusões pessoais que êles tiram dos textos ou fatos apresentados. Muitos deles, não todos, se deixam levar por miras de ataque ou defesa.

E segundo as suas tendências interpretam ou selecionem os documentos.

Diz Oreste Popescu em "El Sistema Económico en las Misiones Jesuíticas", Bahia Blanca, 1952, pg. 14: — Cuanto mayor éste, (o número de investigadores do sistema econômico das Missões, independentes entre si) mejores serán las perspectivas de alcanzar con el tiempo una "communis opinio" sobre el esqueleto estructural de la economia misionera.

Por isto nos pareceu melhor trabalhar independentemente de todo e qualquer autor moderno. Não obstante, não podemos abster-nos de render sincera homenagem a dois autores completamente insuspeitos de parcialidade, e que são os senhores Oreste Popescu na obra acima citada e Magnus Mörner em The Political

and Economic Activities of the Jesuits in the La Plata Region, The Hapsburg Era, Stockholm 1953.

Com esta menção contudo não emitimos nenhum juizo sobre nenhuma outra obra, que trate do nosso assunto. Apenas trazemos à baila estes dois autores, porque se nos pediu dar uma apreciação sumária de suas obras em outra parte dêste Número de Pesquisas.

CAPÍTULO I

INFLUÊNCIAS METROPOLITANAS NO SISTEMA DE PROPRIEDADE DOS 30 POVOS

INFLUÊNCIAS DO REI

É necessário esclarecer bem os direitos do rei ou do Estado nas propriedades situadas dentro de seus limites, para ajuizar corretamente sôbre o procedimento do Estado espanhol, no tocante à propriedade territorial dos Trinta Povos de Missões, e sobretudo no Tratado de 1750, em que desapropriou grande parte (13) dêste território para o dar aos portuguêses.

12. Na Enciclopédia Espasa, volume 47, página 904, se esclarecem brevemente os direitos de propriedade que pode ter um Estado. Diz que o Estado tem propriedade de cujo uso estão excluídos os súditos, porque se destinam a custear as despesas comuns do Estado (tesouro Nacional). Tem bens cujo uso é permitido a todos, como estradas, pontes...

Tem bens que são alugados a particulares (terras, quedas de água...)

Mas além disso ainda tem direito de dispor sôbre os bens particulares, em certas condições, em que o bem público o exige. Chama-se domínio eminente ou alto domínio. Nos estados socialistas e comunistas o Estado dispõe de tudo, como se fôsse o proprietário particular de tudo.

Mas os reis ou Estados, em muitos tempos e sobretudo no tempo do descobrimento e conquista dos novos mundos, se adjudicavam ainda outros direitos.

13. Primeiramente os reis cristãos se julgavam com direito de conquistar as terras dos infiéis, que chegassem a descobrir e dominar por navegadores e expedicionários. Espanha e Portugal chegaram a dividir entre si todos os mares do mundo e as terras que nele se descobrissem e conquistassem. Vicente Sierra prova que pela letra do Tratado só se fala de um Meridiano que vai pelo Atlântico, de polo a polo, e não de um círculo completo, que di-

vidisse as terras e mares também no outro lado do globo (14). No uso dêstes pretensos direitos, os reis davam as terras de antemão aos que mandavam conquistá-las. Ou então as davam em mercê, depois de descobertas e conquistadas. Depois de as terras del Rei entrarem na posse de particulares, acabava esta classe de direitos do rei, ficando apenas o alto domínio ou domínio eminente.

Que houve de tudo isto com respeito ao território dos Trinta Povos de Missões? Devemos proceder cronològicamente para não confundir os direitos que possa ter havido. Devemos ao menos mencionar brevemente a primeira ocupação.

Uma terra nunca ocupada por ninguém, nem física nem moralmente, teòricamente é de todos, até que o primeiro ocupante se der ao trabalho de a encontrar e trabalhar. Há quem negue esta tese. Mas o fato é que todo o mundo, desde que o mundo é mundo, procedeu assim, e os mesmos defensores da tese contrária não poderão negar que seus mesmos antepassados não podem ter começado de outra maneira.

14. Quais terão sido os primeiros ocupantes do território dos Trinta Povos? Segundo as investigações dos sábios, houve algumas tribos anteriores aos guaranis. Sôbre os primitivos habitantes da América do Sul há várias teorias divergentes (15).

O fato claro e inconcusso é que no tempo do descobrimento e da conquista do Rio de la Plata, os guaranis e algumas tribos afins, guaranizadas, eram de fato donos do seu terreno por meio de ocupação e cultivo da terra, com caça, pesca e agricultura e por meio da defesa contra a intrusão ou recuperação da parte de outros troncos indígenas. Pouco importa poder-se justificar ou não o procedimento dos ocupantes guaranis. Se foi por serem os antecessores pouco numerosos, pouco hábeis para aproveitar a riqueza que a terra oferecia, ou verem-se os próprios guaranis acossados por outros povos, ou por fomes e demasiada multiplicação demográfica. O fato é que, com ou sem direito, eram donos efetivos da terra que ocupavam quando sobrevieram os espanhóis.

15. Devemos primeiro ver o procedimento geral dos brancos na conquista e depois a aplicação ao território dos Trinta Povos. Quanto ao procedimento geral, temos o direito internacional consuetudinário de seu tempo. Os reis de Espanha e Portugal se consideravam de antemão candidatos preferenciais à posse de tôda a terra americana, pois que tôda ela estava no âmbito de sua ambição e na esfera de suas atividades. Para incentivar conquistadores particulares, os reis transferiram a êstes o direito que julgavam ter para conquistar, e também lhes davam a faculdade para adjudicar-se certa porção do conquistado e dar o resto a seus compa-

nheiros subordinados, reservando certa percentagem ao rei, para futuras concessões a pessoas beneméritas. Os conquistadores, já antes da partida, eram possessores potenciais da terra a conquistar, como o próprio rei que dava a concessão.

Seguia-se a conquista, com que as terras iam passando à propriedade real primeiramente. Mas no momento em que o conquistador dava por assegurada a conquista, convertia, mediante certas formalidades legais, a terra tirada aos outros e já pertencente ao rei, em propriedade particular. Mas é de notar que a maior parte das vêzes êste proprietário particular deixava os índios morando e mourejando no seu lugar como antes da conquista, com a diferença apenas de terem que trabalhar uma parte para sustentar a família e uma parte para pagar os impostos, não ao rei, mas ao branco particular que recebera do rei a doação. E' claro que o rei ficava sempre com o alto domínio sôbre terras doadas em mercê (16).

Era êste esquemàticamente o precedimento geral. Agora o que se deu em relação aos Trinta Povos de Missões. Caindo êste território a oeste da linha divisória de Tordesillas, o Rei de Espanha se considerava naturalmente habilitado a dá-las a quem as conquistasse por fôrça de armas ou meios pacíficos. De fato, tôdas as regiões que circundam as cidades de Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes e Assunção do Paraguai, bem como as cidades que se foram plantando mais em direção aos Andes, foram mandadas conquistar e de fato conquistadas ou por meios militares ou parcialmente também com alianças familiares dos brancos com os vermelhos. Conseqüentemente tôdas estas terras passaram transitòriamente ao estado de realengas ou del rei, acabando no estado de propriedade particular dos conquistadores.

Antes de a Companhia de Jesus começar as suas reduções no território dos guaranis, êste poderia ter sido mandado conquistar à semelhança dos outros territórios vizinhos. E' provável que tenha sido mandado conquistar, pelo menos implicitamente. Por isto, antes de sê-lo efetivamente, pertencia, segundo a concepção daqueles tempos, de alguma maneira, ao rei e, através do rei, a quem êle mandasse conquistar. E se um conquistador tiver sido efetivamente encarregado pelo rei de conquistar aquela terra, então teria certo direito de excluir da futura conquista e posse a qualquer outro, até que a sua concessão caducasse pelo não cumprimento de condições. Não nos recordamos no momento, se houve ou não quem fôsse encarregado de tal, a não ser que queiramos ver o mandato da conquista incluído no encargo geral que traziam os fundadores das cidades, de conquistar tudo que estivesse na esfera de Espanha.

16. O fato inconteste é que nenhuma parcela dêste território

foi efectivamente conquistado por meios militares antes da conquista espiritual da catequese pela Companhia de Jesus. Por isso, nunca foi dado efetivamente a nenhum particular ou comunidade social dos espanhóis, nem podia sê-lo legalmente, porque ninguém pode dar o que não tem. Nem o rei nem particular algum tinha em posse o território dos Trinta Povos, porque sempre estivera inconquistado até o comêço das reduções. E ainda que alguma vez fôsse dado implícita ou explícitamente a alguém o mandato ou concessão de conquistar, esta concessão caducou totalmente por falta de cumprimento das condições essenciais. Pois quando os padres da Companhia começaram a catequese, o rei, por meio de seus legítimos representantes, que eram então os governadores de Assunção e Buenos Aires, cada um por sua parte, cortou tôda e qualquer doação anterior, se por ventura existisse, e deu êste território para sempre aos índios guaranis, caso perseverassem nas condições que ofereciam, de converter-se e serem administrados temporal e espiritualmente pelos padres da Companhia de Jesus, e submeterem-se voluntária e pacíficamente à corôa de Espanha, com certos direitos e deveres para com ela. Êstes direitos e deveres essencialmente já os havia desde o início, mas com o correr dos anos se foram pouco a pouco aperfeiçoando, segundo as experiências dos padres que estavam com a mão na massa, e segundo as informações que bispos e governadores transmitiam à Corôa, as quais a mesma Corôa examinava e examinadas aceitava ou rejeitava, constituindo-se assim pouco a pouco o regime definitivo das reduções.

Os direitos que o rei de Espanha concedia aos índios eram principalmente o de ficarem para sempre na posse de tôdas as terras, que tinham herdado de seus antepassados, de nunca terem que ir servir pessoalmente aos espanhóis, como os outros índios submetidos à Corôa, de nunca serem diretamente governados por espanhóis, mas por corregedores e oficiais de sua raça, sob a direção dos padres da Companhia. Mas note-se bem que com isto não se excluia de forma alguma o supremo govêrno do respectivo Governador de Buenos Aires ou Assunção, como provam à saciedade milhares de documentos administrativos, que encontramos em Buenos Aires, referentes a ordens dadas na qualidade de governador. O que se excluia eram apenas as chicanas e explorações sobejamente conhecidas do govêrno local dos brancos, em contato direto com índios ingênuos e pusilânimes, incapazes de se defenderem de qualquer exploração.

Os deveres se poderiam sintetizar em poucas palavras, e eram aceitar o cristianismo e a vida civil correspondente, conservando, é claro, tudo quanto de sua vida antiga pudesse ser conservado; pagar um pequeno tributo não já aos cobradores inferiores, mas diretamente à Caixa Real, em Buenos Aires, por meio dos padres

da Companhia; dar auxílio militar aos governadores, quando legìtimamente requeridos para tal; não hostilizar os espanhóis e defender a fronteira contra os inimigos do leste. Pode ser que êste pacto não tenha sido feito em tôdas as formalidades da lei, nem tenha tido muita consciência disto o rei de Espanha desde o princípio. O fato é, que pouco a pouco se desenvolveu o sistema, com aprovação de quase dois séculos da parte da Corôa e dos Indios. Os padres pioneiros, conhecendo as necessidades e a disposição geral dos reis de Espanha, se atreveram a empenhar a palavra do Rei e êste por duzentos anos gostosamente ratificou e manteve sua palavra. E contra êste empenho do rei se despedaçaram todos os esforços dos colonos escravocratas (17).

Portanto podemos dizer, que as terras dos futuros Trinta Povos, desde o tempo dos descobrimentos e conquistas do Rio de la Plata, eram pré-realengas, isto é, passíveis de serem realengas por meio da conquista. E com serem pré-realengas eram ipso facto pré-particulares, isto é, passíveis de serem particulares, depois de terem passado de pré-realengas a realengas pela conquista efectiva. Mas como se vê, tudo isto estava no reino dos possíveis, como o castelo que um rei pode construir na terra dum contrário, caso chegar a vencê-lo. Mas o fato é que essas terras dos Trinta Povos, do estado de pré-realengas, passaram diretamente ao estado de propriedade particular, sem jamais terem estado no códice de realengas. Ou para falar com exatidão, continuaram sendo propriedade particular dos índios guaranis que constituiriam os futuros Trinta Povos, acrescentando-se apenas um novo título, concedido pelo rei de Espanha. O sentido principal do título era que o rei em nome de tôda a sua gente renunciava para sempre ao direito que, segundo a concepção daqueles tempos, poderia ter para conquistar a terra dos índios guaranis por meios violentos. E se quiséssemos considerar que os Felipes que então ocupavam também o trono de Portugal, eram os legítimos representantes dêste país, a promessa teria sido feita também em nome de Portugal. Mas cremos que ninguém aceitará tal promessa, pois neste caso Felipe teria renunciado em certo modo a uma eventual propriedade de Portugal a favor de Espanha, já que o contrato-aliança entre Espanha e guaranis, de fato estabelecia o alto domínio e a soberania de Espanha sôbre o território dos Trinta Povos.

Mas para evitar mal-entendidos, devemos inculcar que a renúncia de Espanha só significa a renúncia à conquista armada, não a renúncia ao alto domínio.

A independência política dos Trintas Povos é uma tese que nenhum homem culto deve cometer a infantilidade de afirmar, à vista de inumeráveis documentos que jazem nos arquivos de Buenos Aires, em que os governadores se exibem, mandando mil coisas, em virtude de seu cargo, ainda que sempre por intermédio

dos padres, já que os índios por si mesmos não eram capazes de concatenar as providências e executar o que o governador mandava.

É claro que nos primeiros tempos não se sabia ainda se o novo sistema da Companhia havia de ser bem sucedido, e, muito menos, se previa até onde se estenderia a sua conquista espiritual e conseqüentemente a ocupação material da terra, através dos índios, espiritualmente conquistados, e através de tudo isto também da soberania de Espanha. Em todo o caso, a concessão se referia a terras situadas dentro da jurisdição de Espanha e próprias dos índios pagãos a converter e por via de inclusão também às terras que mediassem entre êstes índios e fôssem necessárias para a segurança e sustentação material. Assim implìcitamente a concessão do rei se estendia a todo o território dos futuros Trinta Povos. E se êste título não bastasse, bastariam inúmeras aprovações expressas ou tácitas posteriores tanto da parte do próprio rei como da parte de todos os seus legítimos representantes, como Vicerreis, governadores, visitadores e reais audiências que todos se esmeraram em tutelar a posse territorial de que gozavam os Trinta Povos.

A conseqüência de tudo isto é que essa propriedade, já não podia ser tirada senão em virtude do alto domínio ou por sentença judicial que decretasse o confisco por crimes de alta traição e outros que legalmente acarretassem a desapropriação.

À luz dêstes princípios, certamente o rei de Espanha tinha o direito, em virtude de seu alto domínio, sôbre a terra dos Trinta Povos, de desapropriar os Sete Povos Orientais, no Tratado de 1750, se o bem público o exigia com bastante gravidade, naturalmente com a obrigação de dar a conveniente indenização pelos bens imóveis que não poderiam transportar, e de dar tempo e meios convenientes, não só para levar os bens móveis e semoventes, mas também para preparar convenientemente as novas sedes dos povos na terra que o rei lhes desse em compensação das antigas. Cremos que havia razões bastante graves para desejar de acabar duma vez para sempre com as intermináveis questões de limites entre Espanha e Portugal. Neste ponto não exorbitou o tratado. Mas exorbitou em tôdas as outras condições, não talvez no texto das condições, mas ao menos na sua execução prática. E não sabemos bem se principalmente por culpa do comissário português, ou do espanhol ou do da Companhia, que, a par de ignorante em questões de índios, era também presumido e apodíctico em suas apreciações, incapaz de entender as razões dos outros. Sua presença só se explica pela imposição que se fêz ao Padre Geral da Companhia. Muita luz traz sôbre êstes pontos a Transmigração dos Sete Povos, do Padre Juan Escandón, que se prepara para a imprensa.

Ainda que mais tarde queremos tratar expressamente da propriedade que competia à Companhia na terra dos Trinta Povos, convêm não obstante intercalar aqui duas palavras sôbre êste assunto.

O território dos Trinta Povos nunca foi dado à Companhia como propriedade sua, nem no todo nem na mais mínima parte. E nada do que nêle se construiu ou nêle se produziu pertenceu jamais à Companhia. À Companhia apenas competia, por ordem da legítima autoridade a administração da terra, das casas e coisas que nela havia e ia haver. Por esta administração temporal poderia ter requerido não só a conveniente sustentação da gente empregada na administração mas também um justo salário, correspondente à soma de ofícios administrativos que, pela geral incompetência dos índios, os padres estavam obrigados a acumular. Não falemos aqui do cargo espiritual da cura das almas, que por êste o rei dava a dois missionários jesuítas o que dava a um padre secular ou cura religioso de outra ordem, como estava determinado por lei. Note-se também que não afirmamos que nas reduções administradas por curas seculares ou religiosos, êstes se faziam pagar pela administração temporal. Só afirmamos, que se o trabalho de administração se fizesse por leigos, êstes, com tôda a justiça, poderiam reclamar o salário correspondente aos cargos que acumulavam. E a Companhia? Em virtude da administração espiritual, os padres recebiam meio soldo de pároco, e podiam exigir dos freguêses a construção duma casa para êles e a alimentação. Tudo mais, isto é, tôda a imensa incomodação com a administração temporal se fazia de graça, como mais tarde veremos. De modo que a Companhia nos Trinta Povos apenas era proprietária do meio sôldo de pároco, e da comida de cada dia que os índios lhes deviam dar como a párocos que eram, e dos objetos de uso estritamente pessoal, comprados com o meio sôldo que recebiam, e eram a roupa, o calçado, o breviário e outras coisinhas que tais. Mais tarde veremos como, não os padres em particular. mas tôda a Província, tirava algum proveito pecuniário. Mas também se verá que não correspondia geralmente ao total que a Província do Paraguai havia invertido na formação dos membros que punha à disposição dos Trinta Povos para a administração espiritual e temporal, e muito menos ao que perdia ou não recebia por defender os interêsses dos índios contra a ganância dos que os queriam explorar.

17. Em resumo, quanto à propriedade do Rei, podemos dizer:

I. Tinha, segundo os conceitos daqueles tempos, o direito de conquistar ou pelo menos de reduzir à vassalagem aquelas ter-

ras que se achassem na sua demarcação, e não fôssem já ocupadas por outro príncipe cristão.

2. Os reis de Portugal e Espanha, por tratado, tinham o direito de excluir-se mútuamente de suas demarcações.

3. Com o direito de conquista que julgavam ter, julgavam também ter o de desapropriar os legítimos possuidores indígenas e converter a terra, primeiro em realenga e logo mais em particular dos conquistadores brancos. De modo que antes das expedições descobridoras e conquistadoras, já os reis e os seus encarregados se consideravam como candidatos à possessão, e candidatos preferenciais.

4. Daí se conclui que pela licença e mandato geral de conquistar no Rio de la Plata, os adelantados, conquistadores, os governadores fundadores, por êste mesmo mandato e pelos gastos que tinham feito, se podiam considerar, de alguma maneira, como donos eventuais da terra dos Trinta Povos que ficavam na jurisdição do Rio de la Plata. Mas seu direito não se efetuou antes da conquista efetiva. Se não interviesse nova determinação, podiam em alguma maneira excluir da conquista e futura possessão a todos os outros candidatos. Em certa maneira também a Companhia, se esta se valesse contra a vontade dos detentores do direito de conquista. Mas o direito preferencial só valia até que passasse o prazo concedido ou até que interviesse nova determinação, por quem de direito.

5. Esta nova intervenção superior do rei efetuou-se quando a Companhia começou a catequização. Pois tanto Hernandárias, que entregou o Paraná à catequese da Companhia, como Francisco Céspedes, que lhe alargou o Uruguai, eram naquele momento os únicos possíveis detentores de algum eventual mandato e ao mesmo tempo eram legítimos representantes do rei de Espanha. E em ambas as qualidades mandaram a Companhia à catequese na forma das reduções da Companhia, renunciando com isto a qualquer título que tivessem pessoalmente e que tivesse posteriormente o mesmo rei. Em outras palavras: cortava-se todo e qualquer direito anterior. Não se trata aqui do alto domínio que nenhum rei e governador renunciou nem podia renunciar, se não quisessem fazer dos guaranis uma nação independente. Os guaranis voluntàriamente aceitaram as condições e se sujeitaram ao evangelho e à soberania. E parece-nos que é êste contrato-aliança que dora em diante rege todas as questões de propriedade.

6. Mais tarde, quando já as repúblicas sul-americanas haviam sucedido aos reis de Espanha e Portugal, de per si, permaneceria o mesmo direito, estabelecido pelo pacto entre rei e índios, a não ser que colidisse com novas leis essenciais ou que os índios

cometessem um delito capaz de importar no confisco, ou que êles, rarefeitos, abandonassem definitivamente as suas terras. Neste caso a terra, como res derelicta, "ficava ao primeiro ocupante que, segundo as leis vigentes", as tornasse produtivas pelo trabalho. Lògicamente, o primeiro e necessário sucessor era o Estado ou a nova nação independente que se formava. Na prática o primeiro ocupante requeria e obtinha geral legalização de sua posse, desde que o requeresse à legítima autoridade. A dúvida sôbre a legítima autoridade continuava em todos os limites contestados entre Brasil e Argentina, Uruguai e Paraguai, como tinha existido antes das independências. Até que as guerras e diferentes pactos internacionais regularizaram a situação. Estas nos parecem, em poucas palavras, as vicissitudes que o direito real percorreu com referência ao território dos Trinta Povos.

INFLUÊNCIAS DOS REPRESENTANTES METROPOLITANOS DO REI

Depois do Rei temos ainda várias outras autoridades metropolitanas, que puderam ter havido que ver com a propriedade nos Trinta Povos, pelo menos indiretamente. E para sermos completos, não podemos omitir a sua menção. São civis e religiosos.

Entre os civis podemos mencionar a Real Casa de Contratação de Sevilha, o Conselho Real de Indias, o Conselho de Guerra.

17a. A Real Casa de Contratação de Sevilha foi a primeira autoridade metropolitana que se constituiu. Teve múltiplas alçadas, que, porém, pouco a pouco se restringiram, até que ficou ùnicamente "un organismo rector del comercio". Portanto a princípio poderia influir sob muitos pontos de vista, mais tarde sempre poderia propiciar medidas restritivas ou extensivas do comércio, que estavam obrigados a fazer os Trinta Povos. Não temos tempo nem lugar de investigar que influência realmente exerceu neste sentido. Poderia também favorecer ou dificultar a saída de bagagem que levavam os Padres Procuradores quando voltavam da Europa, para suprir não só as necessidades dos Colégios mas também grande parte das missões. (Vicente Sierra. Historia da la Argentina, 1492-1600, pg. 105). (18).

18. O Conselho Real de Indias recebeu, em 1528, de Carlos V, a faculdade de expedir mercês e provisões de govêrno. Vicente Sierra, na obra citada, pg. 106, depois de mencionar que o território americano foi dividido em vice-reinados, audiências reais e Províncias, com as divisões eclesiásticas correspondendo

geralmente às civis, acrescenta que "sôbre tal organização teve o Conselho de Indias a plena jurisdição em todos os negócios de paz, guerra, políticos, militares, civis e criminais". Como se vê, tudo que era favorável ou desfavorável ao sistema de propriedade dos índios, a administração conservada ou não conservada nas mãos da Companhia, a quantia e maneira de pagar os impostos, tudo passava pelas mãos dos Conselheiros do Conselho de Indias. Por êle devem ter sido aprovadas as condições que houve, de parte a parte, quando os guaranis se submeteram voluntàriamente. Por êle deve ter sido aconselhada ao Rei a rejeição de tôdas as tentativas dos colonos de submeter a terra e a gente dos guaranis ao regime dos outros índios. Por êle aprovadas as armas de fogo, dadas aos índios com que salvaram várias vêzes a sua terra. Assim pois, ainda que o Conselho nenhum dominio exercia nos Trinta Povos, contudo indiretamente influiu e podia influir intensivamente no seu regime de propriedade. Interessante seria investigar mais em particular os méritos ou deméritos do Conselho na presente questão. Teòricamente o Conselho propunha, o rei decidia. Mas na prática, quase sempre seguia o rei o parecer dos conselheiros.

19. Uma junta de fazenda se criou, mas logo depois foi suprimida.

A Junta de Guerra superintendia todos os negócios militares da colônia. Cremos que a Junta de Guerra aconselharia ao Rei, e êste daria ordens aos seus executores delegados na Colônia, que eram os vice-reis e governadores. Deve ter passado pelas mãos da Junta de Guerra o decreto que deu bôcas de fogo aos índios e assim os salvou da total ruína que os ameaçava da parte dos bandeirantes. Nem sabemos em concreto que influência teve a Junta de Guerra na convocação militar de índios que fizeram os governadores de Buenos Aires contra os Portuguêses da Colônia, contra os insurretos de Assunção em diversas ocasiões, e contra várias tribos indígenas que assediavam Santa Fé, libertada por tropas dos Trinta Povos. A Junta de Guerra certamente teve algum papel no tratado de 1750, que foi a causa da ruína total dos Povos. Desta maneira, os decretos da Junta de Guerra podiam ter conseqüências desastrosas ou benéficas para todo o sistema dos Trinta Povos. E' claro que sempre indiretamente, através de medidas militares que aconselhassem ao Rei ou mandassem por meio dêle aos vice-reis e governadores.

Isto quanto aos poderes civis. Poder-se-ia investigar ainda se havia também autoridades eclesiásticas extra-americanas que pudessem influir, ainda que só indiretamente no sistema total e também no sistema de propriedade dos Trinta Povos.

INFLUÊNCIA DO PAPA

20. O Papa, que, como tal, é o supremo mandante de tôda a Igreja e de tôdas as ordens religiosas, é também, e de modo especial, da Companhia. Isto em grau muito superior ao de outras ordens e congregações, sobretudo no referente a missões entre infiéis. Todo o sistema de propriedade introduzido e tanto tempo conservado entre os guaranis dos Trinta Povos, dependia únicamente da administração que dava a Companhia a essa propriedade, não talvez porque outras ordens não fôssem capazes de produzir os mesmos efeitos, mas porque não obtiveram e talvez não tinham fôrça para impor as mesmas condições favoráveis aos índios. Podendo pois o Papa favorecer ou tolher de todo a ida e permanência de missionários entre os guaranis, vê-se que indiretamente poderia impulsionar ou arruinar todo o sistema.

INFLUENCIA DO PADRE GERAL

21. O mesmo vale ainda mais do Superior Geral da Companhia de Jesus, que permitia ou proibia a ida de missionários para o Paraguai, uma vez que cada missionário precisava de licença especial do Padre Geral. Também tinha legalmente poderes de favorecer ou proibir medidas tendentes a aumentar e conservar a prosperidade dos Trinta Povos. Poderiam tê-lo levado a exigir o abandono da administração temporal dos povos, as intermináveis queixas dos próprios jesuítas, sob o pêso insuportável que representava essa carga. Há muitas cartas nos arquivos de Buenos Aires que mencionam esta situação e também se conhecem as discussões que houve na Província sôbre continuar ou não com tal carga, alegando o exemplo da Província do Peru que nunca aceitara tal incumbência. (Mas é preciso não esquecer que os índios peruanos, acostumados à vida dura das montanhas, eram bem diferentes quanto à evolução psíquica de responsabilidade, sendo por isto mesmo imensamente mais capazes de administrar-se êles mesmos do que os índios da floresta tropical, desacostumados à luta da vida).

Também o poderiam ter levado a isto as muitas instâncias dos bispos e governadores e particulares que, por inveja ou falsa e unilateral informação, clamavam por mudança do sistema e que tudo fôsse entregue à administração de leigos. E finalmente poderia mover-se a isto pelos perigos que realmente havia na administração temporal, a dissipação dos padres, o mergulho quase total em negócios temporais, a tentação e possibilidade de derivar os recursos dos índios em proveito dos padres e da Companhia...

Mas constava por uma parte a incapacidade dos índios para se administrarem na escala requerida, por outra a rapacidade incorrigível dos administradores leigos, que converteriam os índios em escravos mascarados.

Sabia-se que os inconvenientes que podiam advir aos padres, poderiam ser impedidos pela rigidez da disciplina e pela vigilância dos Superiores. Julgou-se pois conveniente continuar no sistema costumado (20). E os fatos deram razão a êste pensamento. Mal a Companhia foi expulsa, introduziu-se outro sistema, e por mais que os religiosos sucessores reclamassem, não foi possível restabelecer a unidade de sistema da administração temporal e espiritual. Os Povos decaíram até que, com a rarefação e relaxação total dos índios, ficaram abandonadas a maior parte das terras e foram empolgadas pelo primeiro ocupante que se apresentava ou as pedia em mercê às autoridades.

Portanto, os Papas e os Padres Gerais em muito poderiam ter influído no sistema das propriedades ainda que só indiretamente. E sua influência sempre se manifestou pela manutenção, já que era o único meio de conservar florescentes as reduções.

CAPÍTULO II.

INFLUÊNCIAS SUPERIORES COLONIAIS

22. Os adelantados eram representantes diretos do rei, encarregados de conquistar, povoar e governar a terra, tudo à sua própria custa, com as franquias e restrições que constavam na sua capitulação. Os que governavam de modo ordinário deviam ater-se às leis comuns de seu cargo.

Certamente os adelantados do Rio de la Plata tinham licença e tal qual encargo da parte do rei de conquistar tôda aquela terra para o rei de Espanha, e de adjudicar a si e a seus subordinados o que constava nas capitulações. Com isto também a terra dos futuros Trinta Povos entrava de alguma forma no âmbito dos direitos eventuais do primeiro adelantado Dom Pedro de Mendoza. Fracassada, porém, a primeira fundação de Buenos Aires e fundada em conseqüência Assunção do Paraguai, acentuavam-se encargos e licenças e eventuais direitos daí decorrentes, dada a maior proximidade. Mas o caso é que nem Mendoza nem seus sucessores conquistaram qualquer coisa nos futuros Trinta Povos, de maneira que, segundo a lei, pudessem adjudicar terra ou índios para encomiendas.

Consta que o último adelantado do Rio de la Plata, Don Juan

Ortiz de Zárate, tinha encargos e obrigações de fazer fundações de brancos rio abaixo e para oeste do Paraná. E tão gravemente estava condicionada a sua dignidade ao cumprimento dessa obrigação, que depois de certo tempo a Coroa podia mandar gente que as executasse por conta de Zárate. Não nos consta que tivesse tais obrigações também para o leste do Paraguai e Paraná onde ficariam os futuros Trinta Povos. Certamente a Coroa lhe aprovaria a conquista neste sentido, se a fizesse depois do cumprimento das outras obrigações. O fato, porém, é que em 1610, quando tôda esta região do Paraná e 1626 quando também o Uruguai foi entregue à administração da Companhia, nenhum adelantado havia conquistado qualquer coisa na direção dos Trinta Povos, não sabemos se por temor dos índios ou desejo de só avançar em direção ao dourado Potosi.

E com o contrato-aliança feito entre a Coroa e os guaranis, de que acima já apontamos as condições, ficaram cortados todos e quaisquer ulteriores direitos, que se pudessem alegar, até que uma das partes contratantes rescindisse o contrato (21).

23. As Reais Audiências foram transplantadas da Metrópole à colônia. Mas tomaram características peculiares em considerações às novas circunstâncias que encontraram. Quanto à função eram o mais alto organismo de justiça que havia no novo mundo, e um dos seus principais deveres era assegurar por meio de sentenças e decisões a defesa eficaz das pessoas e dos bens dos índios, a conservação da ordem social estabelecida pela lei, ordem social sempre inclinada a deteriorar-se em detrimento dos mais fracos, que eram os índios nas suas pessoas, nos seus bens móveis e imóveis. Controlava, por meio de sentenças que dava e por meio de visitadores que enviava, todos os oficiais do rei. Eram, como diz Solórzano Pereira, em sua famosíssima recopilação "los castillos roqueros", isto é, os castelos fortes da justiça, em que todos os pobres achavam defesa contra a prepotência dos poderes (22).

Já se vê quanto influiriam na preservação do regime dos Trinta Povos nas numerosas tentativas, que procuravam abrogá-lo.

Mas não só preservavam o que estava estabelecido, senão que suas informações propiciavam novas medidas diante do rei e por suas determinações legislativas e governamentais, sobretudo quanto à nomeação de governadores interinos, repartição de índios para mitas e encomiendas, podia empenhar-se diretamente pró ou contra os Trinta Povos.

Basta lembrar-se de Don Francisco de Alfaro, visitador que deu as célebres leis de proteção aos índios, precisamente no tempo em que se começavam a fundar os primeiros povos guaranis da Companhia. O mesmo vale de visitadores posteriores enviados por ocasião em que sediciosos do Paraguai anelavam sôbre tudo

apoderar-se da terra e das pessoas dos índios da Companhia, para acabar com o seu sistema, que era a "conditio sine qua non" do florescimento. Tudo isto mostra o grande poder que direta e indiretamente tinham as reais audiências sôbre o sistema de propriedade. São inúmeros os documentos jesuíticos espalhados em todo o mundo, em que se atesta a favorável intervenção que inúmeras vêzes exerceu a Real Audiência, a que estava sujeito o Rio de la Plata (23).

24. Os vice-reis. Quando os reis de Espanha viram quão grande era a terra que tinham descoberto e enorme a distância que os separava da mãe-pátria, resolveram transferir para lá os vice-reinados que já tinham em algumas partes da Europa. Como o nome indica, eram os quase-reis, que deviam fazer tudo que o rei faria se estivesse presente, sobretudo quanto à conversão e amparo aos índios, e segundo a cédula de 1614 se lhes devia a mesma obediência como ao rei. Recebiam um corpo de instruções para seu procedimento. Deviam informar os governadores que pertenciam ao vice-reinado, e no fim deixar um escrito com as informações necessárias para seu sucessor. Estavam, como todos os governantes, sujeitos a um juízo de residência no fim de sua gestão, evidentemente com as sanções que a lei determinava. Não tinham entretanto poderes absolutos, já que os esperava o juízo da residência que examinava se haviam exorbitado ou não de suas atribuições. E mesmo a Real Audiência em muitas coisas lhe era igual ou superior (24). Não podemos entrar em pormenores, mas vê-se pelo exposto que quatro eram as maneiras principais de um vice-rei interferir nos Trinta Povos; como supremo governante e comandante podia decretar medidas pró ou contra os povos guaranis, (por exemplo a concessão de armas de fogo, que salvaram os guaranis da destruição total pelos bandeirantes no princípio, e dos espanhóis mais adiante); como juíz e presidente da Real Audiência tinha seu voto preferencial na Audiência que tantas vêzes interveio em favor da conservação do regime dos Trinta Povos; como concessor de mercês de terras, de encomiendas de índios muito poderia ter feito, em caso que as terras dos índios fôssem alguma vez legítima ou ilegítimamente dadas a repartir; finalmente, como conselheiro era e devia ser grande o pêso dos conselhos que dava aos governadores e vice-reis seus sucessores e sobretudo ao próprio monarca (25).

25. Os Juízes visitadores ou pesquisadores podiam ser mandados pelo Rei, pelo Conselho de Indias e pela Real Audiência. Algumas vêzes até com certa jurisdição governamental, mas em geral só com o direito de fazer inquirição judicial sôbre o proceder dos magistrados locais. Como juízes podiam decidir imediatamente em muitas questões ou pelo menos levar elementos ao Vice-Rei e à Real Audiência e, é claro, também às autoridades metropo-

litanas, para inclinar a decisão daquelas autoridades em um ou outro sentido (26). Lugar de destaque ocupariam muitas vêzes as questões sôbre a incorporação dos índios missioneiros no sistema geral dos índios do Rio de la Plata, com tôdas as conseqüências tão temidas e odiadas dos índios, a mita, o serviço pessoal, o imposto a pagar nesta ou naquela forma, o comércio direto dos brancos com os índios.

O visitador Don Francisco de Alfaro criou por sua legislação um dos instrumentos mais fortes de proteção ao índio.

26. Governadores. Nomeados pelo Rei tinham a máxima autoridade política e judicial de sua demarcação que era a Província. Em geral eram também "Capitanes generales", caso em que lhes competia também o supremo comando militar (27). Não nomeamos autoridades inferiores a Governador, porque estas nunca tiveram competência alguma sôbre os Trinta Povos, a não ser que fôssem ao mesmo tempo tenientes de Governador por ausência ou impedimento dêle, ou delegados em assuntos especiais.

Os assuntos em que os documentos nos fazem aparecer os governadores são primeiramente a escolha do cura do povo, que lhe competia escolher, como vice-patrono que era, numa lista tríplice que apresentava o Provincial; depois a nomeação do corregedor e aprovação do cabildo eleito pelo cabildo antecedente; a visita oficial do povo que muitas vêzes foi solicitada pelos padres e algumas vêzes feita pelos governadores em pessoa ou por seus delegados, ocasião em que todos os índios podiam apresentar as queixas que tivessem contra os padres na administração e em qualquer outro ponto de vista; no auxílio militar tantas vêzes mandado prestar e tantas vêzes prestado às tropas reais, quando requisitado pelo governador como supremo chefe das coisas militares, seja contra os portugueses, seja contra os espanhóis rebelados ou índios infiéis agressores. No princípio das reduções apareciam também os governadores de Assunção e Buenos Aires, como concessores em nome do Rei da terra aos índios dos futuros Trinta Povos, ou antes como garantidores das condições com que os índios se haviam submetido voluntàriamente. Alguns governadores também aparecem com tentativas de subverter a ordem social e propriedade dos índios, querendo alcançar do Rei a sua repartição em encomiendas, ou a substituição da administração da Companhia por espanhóis leigos ou ao menos por outros religiosos clérigos seculares, com a secreta esperança de serem êstes mais frouxos na defesa dos índios.

Outros muitos modos de influirem os governadores em escala menor seriam os seus decretos facilitando ou dificultando o comércio que os povos faziam por meio de seus administradores da Companhia, por exemplo na restrição das quantidades, na liberação

de impostos, na proteção contra subordinados prepotentes, que nunca faltavam; serviços militares ou civis impostos com base legal ou com pressão moral, forçando a longas ausências dos índios, acarretando decadência da disciplina e da prosperidade material dos Povos (28)...

27. As autoridades da Companhia na Província do Paraguai

Será necessário passar cronològicamente os fatos para ver que influência poderiam ter as autoridades da Companhia na Província do Paraguai sôbre a propriedade dos Trinta Povos.

1. Quando a Companhia entrou a fundar os Povos guaranis, os padres missionários, mandados pelos seus superiores, iam para a terra dos caciques pagãos, procuravam conquistar a sua simpatia e induzí-los a reduzir-se. A redução consistia em reunirem-se vários caciques voluntàriamente em terreno propício, e comprometerem-se mais ou menos a ficarem reunidos. Os caciques que se rendiam, ou ficavam na sua terra, se ela apresentava boas condições ou se resolviam a conselho dos padres a estabelecer a sua aldeia em outra parte, mas evidentemente ainda dentro da sua propriedade cacical, ou, se na de outro cacique, com consentimento dêste. Assim se juntavam de 40-50 caciques, voluntàriamente de sua parte, e com consentimento dos caciques que os acolhiam em suas terras. Estes caciques reunidos, naturalmente conservariam as suas antigas propriedades territoriais, se não estavam demasiadamente distantes. Assim se acrescentava pouco a pouco o território global do povo, até que o número da gente fôsse grande demais para ulteriores acrescentamentos, caso em que se fundava um povo mais adiante, sempre no mesmo sistema. Portanto, nesta formação do território de todo o povo, os padres não exerciam nenhum ato de propriedade, senão que tudo era decorrência da propriedade anterior dos caciques e de seus vassalos.

Deu-se em 1610 a outorga de terras aos índios que em nome do Rei fêz o Governador de Assunção Hernando Arias de Saavedra, e em 1626 Don Francisco de Céspedes de Buenos Aires. De per si jurídicamente os Governadores não davam a terra porque esta era dos índios, nem nunca havia passado a ser do Rei de Espanha, porque nunca fôra efectivamente conquistada, e assim não havia a figura jurídica daqueles tempos que era a conquista e ocupação. Em última análise, o que o Rei por seus representantes fazia, era premiar a voluntária vassalagem dos índios guaranis, com empenhar a sua palavra real, e a de seus funcionários em seu nome, de nunca tentar conquistar por fôrça, e de impedir tôda a tentativa de conquista da parte dos outros. Portanto, os títulos primários não vêm de forma alguma da Companhia, e só de alguma maneira do Rei, já que êste não dava, mas apenas confirmava

a posse, garantindo-a contra os violadores, e renunciando por sua parte a tôda futura conquista.

Cresceu o número dos povos e cresceu também a massa de gente que cada um tinha, e com isto crescia a necessidade de aproveitar mais os trechos em que os territórios de dois povos se tocavam, e onde podia haver indecisões por falta de lindeiros naturais. Também podia haver necessidade de fundar colônias, de aceitar povos fugidos de outras partes, obrigando a dividir territórios de um povo, que por seu tamanho o permitia, ou a ir ocupar terras desocupadas além dos últimos povos, como aconteceu mais tarde na fundação dos Sete Povos... Também podia ser que chegassem às missões padres algo pendenciadores ou entre os índios se suscitassem rivalidades, que se descarregavam em litígios fronteiriços. Tudo isto obrigava a acertar melhor os limites e estabelecê-los definitivamente.

Neste caso o procedimento era o seguinte. Povo e cacique já teriam falado entre si quando a pendência vinha à tona, chegando a interessar os padres que estavam obrigados em virtude de seu cargo de administradores, a tutelar cada um os legítimos interêsses de seu povo. Falavam os padres entre si e com os caciques, e se chegavam a um acôrdo, propunham o caso ao superior ou ao Provincial, para êle sancionar a combinação pacífica. Pois êste, por lei do Estado, estava encarregado dêste poder. E não só estava facultado, mas obrigado a fazê-lo, além do título de árbitro livremente escolhido pelas partes litigantes. De modo que se neste caso se tirava algo a um e se dava a outro, não era por conta própria que os padres o davam ou tiravam, mas em virtude de seu cargo e de sua posição de árbitro livremente escolhido.

Mas também se dava o caso de não haver acôrdo entre os interessados, isto é, entre os caciques e as autoridades civis do povo, corregedor e cabildo. Também acontecia, e não raras vêzes, estarem os próprios curas em desacôrdo porque cada um julgava que seu povo estava com a razão e êle — cura — com a obrigação de defender os direitos da entidade que administrava e representava. Para êstes casos o Provincial estava autorizado por lei, pelo menos implícita, de nomear juízes de pleitos, entre os padres mais experimentados e menos apaixonados. Em tôdas as listas de cargos, que se encontram às centenas nos arquivos de Buenos Aires, há os nomes dos padres que foram nomeados para tal cargo. Ante êstes, pois, os pleiteantes, isto é os povos por meio de seu representante legal, que era o cura, deviam apresentar suas razões. Os juízes, por maioria de votos, decidiam a questão. Da decisão dos juízes cabia recurso ao Provincial, a quem por lei cabia a suprema decisão do pleito. Para bem da verdade devemos acrescentar que os maiores litigantes não eram os índios, mas os padres, ou pelo menos alguns dêles, mais propensos a tais diver-

timentos. As relações de razões apresentadas aos juízes são de grande importância para a história territorial dos Trinta Povos, pois apresentavam geralmente com tôda a minúcia os limites certos e litigiosos dos povos em questão. Tôda esta atividade dos padres estava legalizada implícitamente pela quase bissecular aprovação que lhe deu a Lei e a Corôa de Espanha, além de muitos e positivos testemunhos que o permitiam, louvavam e mandavam. Neste rol estão tôdas as cédulas de louvor ao trabalho da Companhia entre os índios guaranis, pois a Coroa sabia muito bem que o eixo de tudo era o sistema de propriedade e administração empregado pela Companhia.

Pela relação do P. Sepp na fundação de São João Batista consta que os padres deviam determinar bem os limites das roças dadas aos caciques e às famílias. As roças, matos e campos eram propriedade comum do povo, e depois de abandonados pelas famílias, tornavam a ser propriedade comum. Daí se vê que não era pròpriamente o padre que dava a propriedade, senão o comum por meio do administrador que era o padre.

Se o padre fôsse proprietário, poderia também reter para si ou mandar trabalhar para si ou para a Companhia. Disso, entretanto, não há vestígio algum.

Da mesma base jurídica procedia tôda a outra interferência em grau menor ou maior, que a Companhia exercia sôbre os bens móveis e imóveis dos índios. Não era proprietária, era administradora apenas (29).

CAPÍTULO III.

DIREITOS INTERNACIONAIS E INTERPROVINCIAIS

Como dissemos acima, chamamos direitos interprovinciais, os direitos à posse do território dos Trinta Povos que poderiam alegar as três Províncias contíguas, de Buenos Aires, de Assunção e do Brasil. Em nome da respectiva nacionalidade, de Buenos Aires e Assunção por Espanha, e do Brasil por Portugal. Já os primeiros bandeirantes ao sul alegavam direitos em nome de Portugal, ainda que menos para recuperar uma terra para Portugal do que para justificar a sua caça de escravos, diante dos padres que alegavam ser terra de Espanha. (30). Os principais autores dos bandeirantes estão concordes em afirmar que as bandeiras ao sul do Brasil não tiveram nunca outra causa que a econômica de descobrir minas e caçar escravos (31). Mais tarde houve questões entre Portugal e Espanha que se arrastaram durante séculos, até que

foram terminadas por tratados internacionais, já no tempo das repúblicas, repartindo-se as terras entre os três núcleos do Brasil, Paraguai e Rio de la Plata (Argentina e Uruguai). Houve também grandes dissenções e guerras entre os dois núcleos hispânicos de Buenos Aires e Assunção a respeito de Misiones argentinas e paraguaias (32).

De tudo isto se vê que há razão para mencionar pelo menos algumas razões que teria cada uma destas três províncias para a posse do território dos Trinta Povos. E inculcamos a palavra mencionar, porque uma discussão mais ou menos exaustiva exigiria volumes e não cabe na página dum pequeno tratado.

Tomamos, em primeiro lugar, como base comum, os tratados internacionais entre Portugal e Espanha, e depois apontaremos sumàriamente alguns argumentos que poderiam alegar os portugueses do Brasil e os Espanhóis de Buenos Aires e Assunção, e vice-versa.

A QUESTÃO ENTRE ESPANHA E PORTUGAL

28. Parece-nos melhor alinhar os tratados internacionais em forma cronológica.

Segundo Vicente Sierra (33) (Hist. da Argentina I, 43) as epopéias de Colombo e Alvarez Cabral não são feitos isolados, mas, apenas, a chave de ouro, posta a um sem-número de tentativas e avanços anteriores, começados já nas cruzadas medievais, e continuadas, mais tarde, pelos genovêses, majorquins e andaluzes. Pois já, em 1291, os genovêses Argílofo mandaram os Vivaldi para as Canárias e alguns pontos da África Ocidental. Vinte anos mais tarde, o genovês Lancelotto deixou seu nome perpetuado na Ilha de Lançarote, das Canárias. Depois seguiram as suas pegadas os maiorquins e andaluzes. Houve, então uma pausa de um século, até que os portuguêses, com seu Infante Henrique, o Navegador, começaram a polarizar os esforços náuticos e cartográficos, baixando, sempre mais, para a costa africana. Houve, naturalmente, incidentes, entre Espanha e Portugal, ainda sem maiores significações, porque Espanha estava com as mãos atadas pela expulsão definitiva do mourama do solo espanhol. Os atritos foram terminados, provisòriamente, pelo Tratado de Alcáçovas em 1480, deixando as Canárias para Castela e reservando a Costa africana para Portugal, a qual já lhe fôra dada vinte e seis anos antes pelo Papa Calixto III. Ficara pois Castela com ilhas, sem especial interêsse, e, Portugal, com o monopólio do caminho às ricas especiarias da Ásia. Parece que ambos os países haviam pensado em um meridiano, isto é, uma linha, das ilhas até o polo sul, que separasse as propriedades de Espanha

e Portugal. Nesta interpretação Colombo partiu para os mares que legítimamente pertenciam a Espanha. Isto com referência a Portugal naturalmente, porque com outros países não se fizera combinação alguma nem êstes se interessavam por tais aventuras. Quando voltou Colombo com a nova sensacional de haver descoberto terras ou ilhas naqueles mares de Espanha, Portugal tentou salvar, segundo Vicente Sierra, para si, alguma coisa mais, dizendo que não se tratava de meridianos mas de um paralelo, ou seja uma linha correndo a igual distância do equador, interpretação que reservaria para Portugal tudo o que ficava desta linha para o sul. Mas desta vez os Reis de Espanha haviam prevenido a astúcia do seu contendor e haviam obtido secretamente uma bula que os assegurava de antemão contra a manobra de Portugal. Vicente Sierra (34) diz que Fernando, o Católico, havia obtido mesmo cinco bulas, das quais uma foi conservada em segrêdo, até bem pouco, porque não aclarava suficientemente o ponto do meridiano, sendo substituída por outra, que, clara e indubitàvelmente, estabelecia o meridiano, que iria ser impugnado por Portugal, dando a Espanha tudo o que estivesse cem léguas a oeste dessa linha e não fôsse já possuído por outros príncipes cristãos. Vê-se que já nos primórdios da questão, ambas as facções procuravam surpreender-se mútuamente com espertezas. E, certamente, nunca poderemos compreender a história fronteiriça, tanto metropolitana, como colonial, destas duas nações, se não tomarmos em conta êste fato, reconhecendo-o, aberta e distintamente, como o faz o portuguesíssimo Dr. Jaime Cortesão, ao tratar desta questão em seu livro Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil, Rio, 1958 (35).

29. Chegou-se, com isso, ao Tratado de Tordesilhas de 1494, em que os Reis de Espanha e Portugal pareciam dividir, entre sí, os mares e as terras do mundo, apoiados em concessões da Santa Sé.

Convém perguntar, antes, que base jurídica tinha a Santa Sé para tais doações. Donde o Papa tirava o direito de dar a Espanha e Portugal as terras, recém-descobertas? Pode ver-se a discussão abreviada dêste assunto, em Sierra, Hist. da Argentina, página 47, (36). Segundo êste autor, alguns põem a base na doação que Constantino fizera à Sé de Pedro de tôdas as ilhas. E' verdade que Colombo julgava ter descoberto ilhas, mas estas ilhas não estavam na jurisdição de Constantino, porque não pertenciam ao seu império e, nem sequer, foram conhecidas senão mais de mil anos mais tarde.

Outros invocam o direito consuetudinário, justificado ou não, mas, em todo o caso, existente na Idade Média, que dava ao Papa tais poderes de adjudicar terras conquistadas, não pertencentes a príncipes cristãos. Seja como fôr, Portugal e Espanha reconhe-

ciam êste direito, pois, ambos, já tinham pedido e obtido dos Papas concessões dessa natureza, muito antes do Tratado de Tordesilhas. Também se poderia dizer que Portugal e Espanha se julgavam com direito às posses das terras descobertas, isto é, com exclusivo direito de tentar a conquista e a posse efetiva, simplesmente pelo título de descobrimento e futura conquista e que apenas invocavam o Papa como árbitro para dividir a prêsa, não como dador de títulos jurídicos. Mas esta explicação parece combinar menos bem com a forma autoritária das concessões, empregada pelo Papa e, com o segrêdo das bulas, de darem a Espanha, sem dar ciência a Portugal.

Mais acessível à nossa concepção moderna é a teoria que repõe a origem dos direitos que reclamavam Espanha e Portugal, no direito primitivo e natural, de que a ilha é de quem a descobriu e povoou. A não ser que se trate de ilha muito próxima a uma terra firme, de soberania conhecida, de modo que faça parte dela moralmente, porque seria o mesmo que ocupar uma parcela, diante da porta do vizinho... Ora Colombo e sua gente e todos os europeus pensavam mais em ilhas descobertas, que em continentes, e ilhas distantíssimas de tôda a outra soberania cristã, conhecida então. Cremos, entretanto, que esta lei romana e natural supõe ilhas desertas, física e moralmente. Isto é, sem habitantes ou então poucos e tão pouco aproveitadores dos recursos naturais, que, com certa razão, se possam chamar abandonadas. Sempre é preciso ter em conta que, no tempo de Tordesilhas, ninguém sabia que se haviam descoberto continentes. Todos pensavam apenas em ilhas. E' claro que esta teoria fere a sensibilidade dos homens de hoje. Mas foi a única real base de direitos, que tinha fôrça decisiva, em todos os descobrimentos da Península Ibérica.

Seja como fôr, com respeito à base legal que havia nas concessões dos Papas, o fato é que Espanha e Portugal lhe reconheciam o direito, e se apoiaram nele, no seu Tratado de Tordesilhas em 1494. Conservaram o meridiano introduzido pelos Papas, mas colocaram-no a 370 léguas a oeste das ilhas do Cabo Verde. Comprometem-se as duas partes a não empreender explorações na demarcação do outro. Fixa-se quase um ano para marcar a linha, isto é, amarrá-la a acidentes geográficos, conhecidos e fixos. Outorga-se, como é natural, aos castelhanos, o direito de navegar através dos mares de Portugal, que se estendiam, como se disse, 370 léguas a oeste de Cabo Verde, para assim chegarem aos seus mares, que eram dali por diante. Dizem alguns portuguêses que a razão de pôrem os portuguêses, a tanta distância, o meridiano, era o conhecimento prévio que tinham da costa americana, que depois Cabral, por forma, iria descobrir (37). Não queremos discutir êste assunto. Outros dizem que a razão foi o conhecimento que a êste tempo já tinham os portuguêses de uma

corrente marítima favorável à circunavegação da costa africana, corrente que os portuguêses queriam na sua demarcação. Possibilidade logo depois aproveitada por Vasco da Gama e por Pedro Alvares Cabral, que indo um pouco mais além, descobriu o Brasil para os portuguêses (38).

Discutem ainda os autores se no Tratado de Tordesilhas se entendia um só meridiano, isto é, uma linha que ia de polo a polo ou dois meridianos que davam a volta à terra. Distinção de extrema importância, pois, se o Tratado não falava em dois meridianos que formassem um círculo completo, não haveria nenhuma partição entre Espanha e Portugal, no extremo Oriente. Nem se poderia falar em direito que caberia a Portugal de compensar-se na América, daquilo que no Oriente os castelhanos lhe haviam tirado, além de sua linha.

30. Vicente Sierra quer provar que a amarração prática da linha de 370 léguas, a oeste das ilhas de Cabo Verde, era impossível para aquêles tempos, dada a falta de instrumentos exatos para tal (39). Com os instrumentos de hoje se sabe que o meridiano passava mais ou menos na Ilha de Santa Catarina. Cremos que, também, naqueles tempos, no fôro íntimo, todos a colocavam, mais ou menos, nessa altura, com possibilidades de êrro de algumas centenas de kms. Mas, dada a impossibilidade de prová-lo peremptòriamente, perante os antagonistas, esforçavam-se ambas as partes a tirar tôda a vantagem possível da incerteza. Ou, segundo expressiva imagem de Jaime Cortesão, procuravam empurrar a linha mais para oeste, os portuguêses; e, mais para o leste, os espanhóis. Jaime Cortesão, num gesto de inesperada franqueza, confessa, até, que os portugueses falsificavam, conscientemente, os mapas, para tal objetivo (40). Não será falta de piedade cristã, supôr a mesma coisa dos espanhóis. Pois ambos estavam amparados, no seu direito presuntivo, já que não se sabia nem se podia saber, com certeza, onde passava exatamente o meridiano das 370 léguas. Por isto, do ponto de vista nacional, é bem compreensível e justificável, que os governos metropolitanos e coloniais de Portugal, secretamente, estimulassem e sempre acobertassem os avanços dos bandeirantes, ainda que não aprovassem os seus atos, sob o ponto de vista humanitário e cristão. Os espanhóis, felizmente, para os portugueses e para o Brasil, estavam tão fascinados pela miragem aurífera do Peru que nunca se deram ao trabalho de empurrar também pràticamente a linha de Tordesilhas mais para leste, negligência que os privou de uns seis milhões de kms. quadrados, em favor da futura nação brasileira, com todos os tesouros do subsolo que os bandeirantes puseram a descoberto, em incansáveis correrias, no interior brasileiro.

Certa compensação contudo tiveram os espanhóis. Ocupan-

do as terras adjacentes à Cordilheira dos Andes, asseguraram o Peru, e passando pelo estreito de Magalhães chegaram ao Extremo Oriente e ultrapassaram já a linha de Portugal, apoderando-se, das Filipinas, fornecendo, com isto, uma justificação para os avanços dos portugueses na América.

Tratados posteriores, entre os dois reinos, e os países que lhes herdaram a soberania, sancionaram para sempre a linha, imensamente empurrada para oeste, pelos portugueses, mostrando mais uma vez que, de fato, o único direito que sempre valia, entre as nações, também entre os cristãos, era a fôrça de tomar e conservar o tomado, que por tratado era dos outros (41).

RECLAMAÇÕES DAS PROVÍNCIAS LIMÍTROFES

31. As reclamações da Província do Brasil.

Vistos já, ainda que sumàriamente, os antecedentes da questão entre Espanha e Portugal, podemos apontar alguns pensamentos sôbre as pretensões que a Província do Brasil podia ter sôbre o território dos Trinta Povos.

No tempo em que os representantes do rei de Espanha no Rio de la Plata confiaram à catequese da Companhia o Paraná e o Uruguai com tôdas as conseqüências que acima apontamos, o Brasil, como colônia de Portugal, estava sendo governado por um rei espanhol, no trono de Portugal. Quando êste outorgou direitos aos índios, por meio de seus governadores rio-platenses, parece evidente que só o podia fazer em nome da Espanha, a não ser que legalmente fôsse autorizado pelas condições com que foi admitido no trono de Portugal, a fazê-lo também em nome de Portugal. Seja como fôr, a linha de Tordesillas não era fixa nem podia ser fixada e, consequentemente, o direito das duas coroas não constava, quanto à demarcação prática. Portanto, se o rei da Espanha que estava no trono de Portugal adjudicasse um terreno litigioso à Espanha, faria ao mesmo tempo renúncia, em nome de Portugal, a eventuais direitos dêste país sôbre êste território. Poder-se-ia neste caso perguntar se os restauradores do trono português não tinham o direito de declarar nulo, o que havia sido feito por um rei que êles declaravam intruso na sua terra, por ter obrado em evidente prejuizo de Portugal e do Brasil.

Se a localização exata da linha era não sòmente desconhecida naquele tempo e até impossível de conhecer (42), então, em boa consciência, Portugal e a Província do Brasil podiam, não digo, avançar no terreno litigioso, mas ao menos impedir que Espanha avançasse no que não constava que era seu. E visto que o único título, que efetivamente valia, era a ocupação, deve-se conceder-lhe também o direito de ocupar, pelo menos provisòriamen-

te, o terreno litigioso, para que uma ocupação espanhola não lhe tirasse a possibilidade de reclamar o que eventualmente era seu.

Se Espanha ultrapassou a linha no Oriente, na ocupação das Molucas e das Filipinas, e Portugal ultrapassou, com certeza, a sua linha ao avançar milhares de kms., além da linha de Tordesilhas, então estava o campo aberto para a correria das compensações, que, de per si, são um título legal, já que o Tratado caducara, por si mesmo, por falta evidente de observância das condições essenciais. Mas a falta de observância estava em ambos os lados.

Se se quisesse alegar direitos provenientes de viagens e explorações, Portugal e o Brasil podiam invocar a expedição de Aleixo Garcia ao Peru. E Espanha a de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, desde a ilha de Santa Catarina a Assunção. E, ambos os lados, outras expedições anteriores e posteriores. Parece que nunca se invocou, eficazmente, êste título, ainda que, às vêzes, se use para reforçar direitos.

Às vêzes, também se invocam as reclamações verbais ou escritas, feitas por alguma parte, como sinal de reivindicação dos portugueses e brasileiros, sôbre esta região. Consta que os brasileiros aduziram, algumas vêzes, ser a terra sua, para justificarem suas "razzias" no sul do Brasil. E mais vêzes ainda os rio-platenses e antes de todos os jesuítas espanhóis, atingidos em seus índios, pelos bandeirantes, reclamavam que a terra era sua, ou seja da Espanha (43). Mas a pura reclamação não cria direitos, apenas pode destruir o direito de outro, que estivesse baseado apenas em pacífica e não contestada ocupação. Quanto às reclamações dos jesuítas, no sentido de que eram terras de Castela, devemos acrescentar que o mesmo teriam feito os jesuítas portugueses se ocupassem aquelas terras, isto é, se as suas várias tentativas de missionar aquelas partes não tivessem sido sempre desfeitas, pela resistência dos caçadores de escravos de São Paulo ou pelo vazio de gente criada após as "razzias" escravocratas dêles (44).

Há escritores que invocam o destino histórico do Brasil que deveria ter tôda a margem oriental do Uruguai, por ser o limite natural e mais favorável ao Brasil (45). Mas os espanhóis poderiam, em nome do mesmo destino histórico, falar na fronteira feita pelo arco do Alto Uruguai e Pelotas ou do Iguaçu, ou do Paranapanema, que tudo isso também arredondaria belamente o Vice-reinado do Rio de la Plata. Pode-se imaginar fàcilmente que diferença haveria, neste caso, para o engarrafamento do Paraguai e da Bolívia. E' verdade que, sob outro ponto de vista, a exata linha de Tordesilhas teria que ultrapassar-se, necessàriamente, em nome do destino histórico ou espaço vital, como, mais modernamente, se chama o fenômeno. Um Portugal colonial reduzido à

faixa estreita do litoral e cercado por um imenso colosso hispano-americano, que ademais dispunha de tantas vias de acesso, de dentro para fora, fàcilmente empurraria o Brasil para dentro do mar, segundo lembra, ajuizadamente, Jaime Cortesão, em seu livro "Raposo Tavares..." (46). Mas uma coisa é a expansão para oeste e outra coisa é para o sul, quanto ao grau de necessidade para subsistir a nacionalidade. E' evidente que a expansão portuguêsa, em direção ao Prata, foi uma vantagem imensa para Portugal e para o Brasil, e teria sido maior ainda se abarcasse tôda a margem oriental do Uruguai. Dizemos apenas que o ser vantagem não é título jurídico para a posse. Pois, se fôsse, também valeria para o adversário que teria grandíssima vantagem face ao colosso brasileiro, se os seus limites subissem até as fronteiras do atual Rio Grande ou Santa Catarina e Paraná.

Se Espanha apoiou seus direitos na ocupação feita pelos missionários de Espanha, e Portugal usou o mesmo título no Amazonas, em que, fóra de tôda a dúvida, havia ultrapassado a linha de Tordesilhas, então devemos lembrar o que, pouco acima, dissemos, a saber, que os jesuítas portugueses tentaram, várias vêzes, jogar-se para os guaranís, que depois foram entregues a jesuítas espanhóis. Mas não encontraram nas autoridades metropolitanas e coloniais o mesmo apôio e proteção que alcançaram os missionários de Espanha, pela simples razão de que não havia fôrça capaz de coibir a preia dos bandeirantes. Se o tivesse encontrado, estaria nas mãos de Portugal a base jurídica, que invocaram com tanta eficácia os espanhóis (47).

Jaime Cortesão quer provar, em seu Livro, "Raposo Tavares", que a donataria dos Assecas atingia as terras do Rio Grande e que Raposo Tavares era comissionado do donatário, e que a sua invasão tinha portanto o aspecto de reivindicação (48). Deviam-se examinar os fatos todos, à luz desta hipótese, e ver se se explica o abandono quase secular em que os bandeirantes, depois deixaram todo êsse território, não havendo mais índios para prear ou lhes era a preia demasiado dura, devido às armas de fogo dos índios. Mas seja como fôr, seguiria apenas que o concessor da donatária teria ultrapassado a linha, ainda que, teòricamente, sua localização estivesse duvidosa, como acima referimos, assistindo neste caso ao doador português o mesmo direito que ao espanhol. Tudo estaria em provar que grau de certeza havia de fato sôbre a linha. Podia haver dúvida sôbre a sua colocação exata; mas certamente havia zonas, de ambos os lados, em que, com certeza, a linha não fôra atingida, e em que, com certeza, já estava ultrapassada. Tem-se a impressão de que tanto portugueses como espanhóis sabiam que mais ou menos passava pela Ilha de Santa Catarina, e que bastante antes de Santa Catarina era, por-

tanto, com certeza, demarcação portuguêsa e que, bastante ao oeste de S. Catarina, era, com certeza, terra de Espanha. Jaime Cortesão nos surpreende com a afirmação de que os cartógrafos portuguêses falsificavam os mapas, conscientemente, para não fornecer armas aos espanhóis. (49).

O fato é que nem Espanha nem Portugal haviam conquistado efetivamente aquêle território quando foi dado à catequese da Companhia de Jesus. Foi conquistado ùnicamente pelas armas espirituais, afora alguma defesa que fizeram os caciques cristãos contra atacantes pagãos. Tanto portuguêses como espanhóis maloquearam na periferia, mas não subjugaram por armas o futuro território dos Trinta Povos.

Nesta altura, podemos perguntar qual a última intenção dos outorgantes espanhóis e qual a dos padres que aceitaram a catequese, dentro de uma zona que pelo Tratado de Tordesilhas pertencia realmente à Espanha, mas que na consciência poderia estar algo duvidosa, ainda que para os espanhóis à fôrça de afirmar, já não o fôsse tanto. E' evidente que a par da salvação material e espiritual dos indígenas, os governantes espanhóis intencionavam incorporar aquela terra efetivamente à jurisdição de Espanha, com a glória e a recompensa que isto acarretava para o governador que o conseguisse. E' evidente também, que os jesuítas espanhóis sabiam desta intenção. E é evidente outrossim, que se alegrariam dela, como se alegrariam os jesuítas portuguêses da incorporação, a favor de Portugal, de muitos milhões de kms. quadrados, por meio dos bandeirantes, ainda que repugnassem, ao máximo, os meios injustos empregados pelos mamelucos contra os indígenas. Como ainda hoje, os jesuítas, na zona sul, se alegram do engrandecimento territorial do Brasil ainda que verberem sempre o extermínio do índio. Também é evidente e consta de inúmeras provas, que os jesuítas espanhóis alegavam razões patrióticas para pôr em movimento a vagarosa burocracia da Espanha, provando que os favôres extraordinários concedidos aos índios dos Trinta Povos eram-lhes devidos, graças às suas qualidades de povos fronteiriços que arcavam com a defesa do solo de Castela, contra o tradicional inimigo luso e brasileiro.

Mas não é nada evidente que os jesuítas espanhóis endereçassem a catequese nesta direção, movidos decisivamente por motivos políticos. O motivo que os levou, nesta direção era, simplesmente, porque, nas outras direções, não havia ou já não havia índios tão aptos para o estilo de catequese que se havia provado como único eficaz. No Guairá do nordeste tinha havido índios aptíssimos. Foram para lá os padres e fundaram florescentes povos. Mas os bandeirantes se atiraram sôbre a prêsa fácil de índios já amansados e reunidos. Aos padres não restou outra coisa senão abandonar aquela região e salvar-se, com um pequeno resto, des-

cendo o Paraná. No Norte, nordeste, oeste e sudoeste e mesmo sul de Assunção havia, é verdade, muitos índios, mas todos êles nômades e incorrigíveis, em parte por seu gênio inveterado e, em parte, porque a terra demasiado sujeita a sêcas, enchentes e praga de gafanhotos, não suportava a permanência dum número maior de gente, no mesmo lugar. Tudo se agravou pela adopção do cavalo. Ao mesmo tempo que o Guairá e o Paraná, foram começadas as reduções no sudoeste, entre os guaicurus. Mas depois de alguns anos, devido a fatores, acima referidos, tiveram que ser abandonadas aquelas terras sáfaras (50)! Restava ùnicamente o sudeste, e êste, em direção ao Tebiquary-guaçu, Paraná, Uruguai, até as praias do mar, onde a raça indígena era tratável. Agricultura, em escala maior, incontaminada pelo branco e, bastante fàcilmente, isolável. Além disso, as terras eram aptíssimas para uma forte economia indígena, pois que não eram nem só matos fertilíssimos, mas também campos aptíssimos para a criação de gado, o que tanto agradava aos índios e fornecia tanta e tão boa alimentação. Este foi o motivo que levou a Companhia de Jesus à catequese, nesta direção, e não com preferência, nem sequer, com relevância, o motivo político. Pode muito bem ter sido o principal aliciante da parte dos governadores que legalizavam o avanço da Companhia, nessa direção. E repetimos que os jesuítas espanhóis podem ter invocado mil vêzes o motivo político, não porque êste fôsse para êles motivo decisivo, nem sequer importante, mas porque, naqueles tempos, como hoje e sempre, os motivos religiosos não eram capazes de mover a morosa burocracia metropolitana a decretar, com tempo, as medidas necessárias para o fim humanitário e cristão que a Companhia tinha em vista.

AS RECLAMAÇÕES DA PROVÍNCIA DO RIO DE LA PLATA

32. A situação dos direitos dessas duas províncias aparece já na discussão dos direitos do Brasil. Por isso, basta uma resenha breve para dar uma vista de conjunto.

Sendo províncias de Espanha, estavam com a mesma razão ou sem razão de conquistar terras estranhas, ou exigir que a gente se submetesse à vassalagem do rei de Espanha, com tôdas as conseqüências que acarretava a mesma vassalagem, naqueles tempos e naquelas colônias, em que se dizia, que "sem índios não há Indias", sem trabalho aberta ou mascaradamente escravo dos índios, as Indias não valiam nada, nem para os brancos, nem para os índios das florestas tropicais, que só aspiravam ao "dolce far niente" de seus antepassados.

Não é preciso mencionar que, além dos "direitos" gerais herdados de Espanha, as Províncias tinham direitos preferenciais por estarem contíguas ao território dos futuros 30 Povos.

Ao tratar do Brasil já ventilamos algumas bases jurídicas em que os historiadores procuram apoiar as pretenções de sua nação, e explicamos em parte sua aplicação também às Províncias espanholas. Damos portanto aqui um breve resumo, apenas para apresentar uma vista de conjunto.

Pelo Tratado de Tordesilhas, que os Reis de Portugal e de Espanha, em nome de suas atuais e futuras possessões, assinavam, vê-se que de fato o futuro território pertencia à Espanha e não a Portugal. Porque a linha, ainda que não se soubesse com clareza, passava mais ou menos pela altura da Ilha de Santa Catarina. Consta, porém, que não se sabia isto, naqueles tempos, nem se podia saber, exatamente. Por isso, as províncias portuguêsas e espanholas ou estavam com a mesma proibição de avançar para a zona litigiosa, ou tinham os mesmos direitos de impedir que avançasse o vizinho, e mesmo o direito de ocupar, provisòriamente, para impedir o avanço, pretensamente definitivo, do adversário. Mas se não se podia saber exatamente, era obrigação investigar se não se podia saber aproximadamente e se com isto não havia zonas, em ambos os lados da linha que, com tôda a certeza, estavam além da linha. Dizemos isto porque o portuguesíssimo Jaime Cortesão confessa expressamente, de seus compatriotas, que êles falsificavam conscientemente os mapas, se o podiam, sem o perigo de serem acusados, convincentemente, de má fé. Não será falta de respeito supor a mesma coisa dos espanhóis, em idênticas circunstâncias. Nunca avançaremos nestas investigações, enquanto procurarmos, não a verdade, mas a defesa de nosso pátrio berço. Muito de louvar é que se siga êste espírito de Jaime Cortesão, quanto à sua pátria (51). Oxalá que se siga esta atitude também em outra parte. Para que defender em questões internacionais, uma boa fé e impoluta honestidade, que todos sabem que não existiu?

O direito de ocupar para compensar o que o outro havia ultrapassado à linha, como existia para o Brasil, assim existia também para as duas Províncias espanholas. Pois se a Espanha ultrapassara a linha no Oriente, muito antes de 1600, Portugal também a transpusera na América, antes e depois dessa data. E não se sabendo, nem se podendo saber, o montante do ultrapassado, porque não se pode saber exatamente onde passava a linha de Tordesilhas, ficaria para ambos os contendores o direito de assegurar, provisòriamente, o suficiente, para não ser prejudicado.

O direito proveniente da prioridade de exploração, por gente da própria nacionalidade, cremos que, no direito internacional daquele tempo, não constituía, por si só, título à posse, se não se seguisse a conquista efetiva. E se déssemos título à posse, certamente teríamos uma rede intricável de possessões portuguesas e espanholas que se interpenetrariam, irremediàvelmente, como é

fácil de provar, relacionando as datas e as nacionalidades dos diversos exploradores, que percorreram as costas e o interior da América do Sul.

A lei do destino histórico ou espaço vital, como hoje em dia se chama, se existe, existe para todos, e não só para os que têm mais longos canhões. Já vimos algumas apreciações sôbre êste ponto ao tratarmos desta questão com respeito ao Brasil.

O direito proveniente da conquista e ocupação efetiva do território dos 30 Povos não existia nem para Buenos Aires, nem para Assunção, como não existia nem para o Brasil, porque esta região nunca havia sido conquistada por ninguém.

De modo que se vê que a única base legal que as Províncias espanholas de Buenos Aires e Assunção poderiam alegar seria a linha de Tordesilhas. E como, segundo Vicente Sierra, não se sabia nem se podia saber, exatamente, onde esta passava, devemos tirar a conclusão lógica, que não cabia mais direito à ocupação a Espanha que ao Brasil. A não ser que digamos, que o território dos Trinta Povos já estava tanto além da provável colocação da linha, que, com certeza, já era terra de Espanha. Tudo está em saber onde ainda podia haver dúvida e onde, com certeza, já se havia ultrapassado a linha. Isto no caso de não fazer valer os outros títulos.

Mas ainda que os povos estivessem em zona, que, com certeza, já era espanhola, contudo para as províncias de Buenos Aires e Assunção acabou o direito de incorporar da maneira costumada êsses territórios, depois que o Rei fêz o tratado-aliança acima explicado, com os guaranís. E note-se que embora, quem fêz o tratado fôsse o Padre Lorenzana, que supunha ser esta a vontade do soberano, e ainda que desta promessa não houvesse nenhuma ata escrita, contudo o proceder secular da Côrte Espanhola ratificando sempre êste tratado-aliança, protegendo incansàvelmente os índios dos Trinta Povos contra todos os ataques dos portugueses e espanhóis, mostra claramente a existência do Tratado, ainda que feito inicialmente pelos padres da Companhia, talvez sem autorização antecedente da Coroa ou de seu legítimo representante. A secular aprovação conseqüente, explícita e implícita não só dos governadores, audiências e vice-reis, mas também do próprio monarca, sanou perfeitamente a falta de autorização escrita para tal, que possa ter faltado nos primeiros contatos com os guaranís desta região (52).

Mas note-se bem, já que há tantos que fazem lamentáveis confusões, se dizemos que estas duas províncias perderam o direito de incorporar-se da maneira costumada aos territórios dos Trinta Povos, de maneira alguma afirmamos que perderam o direito do alto domínio, que os seus governadores exerciam em nome do rei. Os Trinta Povos como escaparam à incorporação, more sóli-

to, não escapavam da jurisdição destas províncias. Esta se conservava em pleno vigor, ainda que restringida, quanto ao âmbito. Não perdiam nem podiam perder a não ser que as terras passassem a Portugal ou recebessem governador espanhol à parte, igual ao de Buenos Aires e Assunção. Mas isto nunca se deu. A princípio, uma parte pertencia à jurisdição do Paraguai e outra à de Buenos Aires. Nas primeiras décadas de 1600, foram tôdas elas adjudicadas à jurisdição de Buenos Aires, mais afastado e menos dependente do influxo daqueles que queriam sujeitar os índios ao odiadíssimo serviço pessoal, causa invariável da decadência dos povos indígenas (53). Fácil é de imaginar a tremenda situação em que estaria a Companhia e os índios da Companhia, nas várias ocasiões em que o governador de Buenos Aires foi mandado derrubar governos rebeldes de Assunção, com auxílio da milícia missioneira das reduções.

E se não perderam o alto domínio, também não perderam o direito de reivindicar para Espanha estas terras, no caso de se aclarar onde passava a linha de Tordesillas ou se estabelecer outra.

Seria muito tentador examinar direitos derivados do princípio do destino histórico ou do espaço vital, como modernamente se chama. Cremos que os juristas internacionais não negarão que, em certas condições, pode estar justificada uma exigência, em nome dêste princípio, quando se trata do necessário à vida, de que o vizinho, injustificadamente, barra todos os acessos e ainda mais se, injustificadamente, se apoderou e monopolizou o que o outro precisa necessàriamente. Hoje, já se admite universalmente que não só todos os homens mas também tôdas as nações têm direito a um lugar ao sol. Mas êste princípio também acoberta tôdas as guerras imperialistas dos nossos dias. Quanto mais alguém tem, tanto mais precisa para crescer além do que já tem. Feitas essas ressalvas, poderíamos, cautelosamente, examinar as necessidades vitais que poderiam ter tido Buenos Aires e Assunção, dêstes territórios. Torna-se porém necessário diferenciar as necessidades nas diferentes épocas históricas e não projetar necessidades de hoje sôbre necessidades daquele tempo, em que as condições eram essencialmente diferentes.

Assim pode-se dizer que, durante os primeiros dois séculos de América, as cidades da Província de Buenos Aires não sentiam necessidade alguma de estender-se para o que depois foi o território dos Trinta Povos, sobretudo para a margem esquerda do Uruguai.

A economia destas cidades, preferentemente, ganadeira, era feita em grande parte por descendentes de brancos, alguns índios adventícios, escravatura negra, a qual atendia também aos serviços domésticos, aos ofícios e à pouca agricultura que se fazia para o consumo doméstico. Por isto os portenhos, santafecinos e

correntinos de per si pouca necessidade sentiam, nem do trabalho índio nem da terra dos índios para plantar, porque a terra lhes sobrava, nem dos campos de criação, porque êstes estavam distantes, separados e cercados por índios bravos e divididos por caudalosos rios que dificultavam extraordinàriamente o transporte de gados.

A banda oriental não interessou, em quanto não havia por lá gado chimarrão para fazer couro e sêbo. Interessou depois pela Vacaria del Mar. Mas depois de poucos anos a riqueza estava destruida e só havia ainda estâncias com donos cuidando de armas na mão (54). Que interêsse e menos que necessidade pois poderia sentir a província do Rio de la Plata, se tudo que poderiam tirar da Banda Oriental ou do Alto Paraná, lhes estava sobrando quase à porta da casa?

Quando, porém, do avanço português para a margem do Prata, então, sim, forçosamente despertou-se o interêsse, culminado com a fundação de Montevidéo, e com a freqüente convocação da milícia missioneira contra o tradicional inimigo assentado na Colônia do Sacramento. Mas então apenas pensou-se em termos de segurança política e supremacia comercial, da parte dos portenhos (55).

33. Algo diversas eram as necessidades vitais de Assunção que era, preferentemente, agrícola, e sobretudo ervateira. Como sem índios não havia índias, muito menos Paraguai ervateiro, sem índios ervateiros. Sem meios de contrabandear escravos negros, apoiava-se, essencialmente, no braço indígena, e devia estar, naturalmente, interessadíssima nos muitos braços que ficariam bloqueados na catequese dos jesuítas. Pois estava cercada, de todos os lados, de tribos inimigas, menos a nordeste, este e sudeste, isto é, precisamente na direção onde os futuros Trinta Povos lhe vedariam a terra e os braços dos índios.

Para os outros lados poderiam inventar guerras "justas", e fazer peças à fôrça, com a perspectiva de estas lhes fugirem na primeira ocasião favorável. Só os sedentários e pacíficos guaranís suportavam o sistema de encomiendas. Suposta, pois, a admissibilidade da conquista e da implantação do sistema de encomiendas, não se pode negar que a Província do Paraguai tinha certa necessidade de terra e de gente dos Trinta Povos. Mas esta necessidade só entrou em jôgo, quando o Paraguai parou de fascinar-se pela miragem do dourado Potosi (ao qual queria chegar e chegou tarde) e quando as cidades que fundou Paraná abaixo, Santa Fé, a segunda Buenos Aires e Corrientes, depois de lhe haverem tirado a gente mais empreendedora, começaram a sufocar comercialmente a cidade-mãe, engarrafada no sistema hidrográfico. Mas quando isto aconteceu, já o rei havia tirado à Assunção e Buenos Aires o direito de conquistar a terra dos futuros

Trinta Povos. Pois já se fizera o contrato-aliança com os guaranís, ou pelo menos se aprovara pelos representantes do rei e mais tarde, implìcitamente pelo rei, inúmeras vêzes.

As necessidades que, hoje em dia, sentem o Paraguai e a Bolívia de uma saída para o mar, para não estar a mercê dos portos argentinos, só adveio dois séculos depois da fundação dos Trinta Povos, com a divisão e independência das antigas províncias que se transformaram em repúblicas.

Ainda que, já naqueles tempos, os assuncenhos estavam obrigados a deixar os lucros principais de suas exportações e importações nas mãos dos santafecinos e portenhos, contudo teria sido rematada loucura, pretender levar as mercadorias ao mar, não pela comodíssima via do Paraná e sim pela via terrestre da Banda Oriental, através dos passos dos caudalosos rios, por imensas distâncias desertas ou infestadas de índios selvagens para os inexistentes ou problemáticos portos do Rio Grande. Entenda-se bem: proveitoso seria para a Espanha e tôdas as províncias rio-platenses possuir os portos rio-grandenses e de Santa Catarina e mesmo São Francisco, e bastas vêzes o intentaram, mas isto por outros motivos, não para o escoamento da produção do Paraguai, daqueles tempos. E a utilidade que hoje teriam os portos brasileiros para o Paraguai e para a Bolívia, não é a mesma que teriam tido, naqueles tempos, em que as circunstâncias eram completamente diferentes e não existiam as causas de asfixiamento que hoje oprimem aquelas nações. Problemas que nem hoje existiriam, se as províncias espanholas não se tivessem dividido em repúblicas independentes.

Resumindo, podemos dizer que, naquele tempo, a Província de Buenos Aires não tinha nenhuma necessidade vital na posse do território dos Trinta Povos. A Província do Paraguai, podia falar de certa necessidade, já que só naquela direção acharia abundância de índios aptos para os seus trabalhos agrícolas. Mas falando em necessidade, ainda não falamos em liceidade, pois o índio, hoje como sempre, não podia ser escravizado.

CAPITULO IV

PROPRIEDADE PROVINCIAL, OU DIREITOS E PROPRIEDADES EFECTIVAS DO CONJUNTO DOS 30 POVOS

Dissemos acima que entendemos por propriedade provincial a que pertencia a todos os Trinta Povos em conjunto, tomados como um todo, de modo que só o todo, ou só os representantes do todo pudessem legìtimamente dispôr dessas propriedades.

Também é mister acentuar, que, se chamamos província ao conjunto dos Trinta Povos, não tomamos esta designação no mesmo sentido que tem quando aplicado às províncias do Paraguai ou Rio de la Plata, porque estas eram províncias no pleno sentido jurídico da palavra, ao passo que os Trinta Povos formavam, é verdade, uma unidade administrativa como se fôssem uma província, mas, jurìdicamente estavam debaixo do mesmo governador, que a província de Buenos Aires. Deviam acabar de uma vez para sempre as ignorâncias e infantilidades dos que afirmam o contrário. Há centenas e milhares de documentos nos arquivos de Buenos Aires, confiscados dos arquivos da Companhia, que supõem como a coisa mais natural e evidente do mundo, o direito do governador de mandar nos Trinta Povos, como se viu acima quando tratamos dos governadores (56).

34. Há muitos argumentos que provam o fato de terem formado os Trinta Povos não apenas um simples agregado, mas, realmente um corpo jurìdicamente uno, capaz de direitos e de deveres. Inúmeros são os escritos saídos de tôdas as autoridades metropolitanas e coloniais, desde o Rei até os governadores de Província, desde a Cúria Romana da Igreja e da Companhia, até as cúrias dos bispos e provinciais, que sempre se dirigem ao todo, impondo deveres ou concedendo franquias ao todo. A falta de espaço e tempo nos impedem de aduzir fatos e documentos que provam que o conjunto dos Trinta Povos era realmente uma pessoa jurídica, com direitos e deveres que não eram de cada povo em particular, mas só do conjunto. O fato é que muitíssimas vêzes se impunham cargos e obrigações ao conjunto deixando a repartição dos cargos aos administradores menores (57).

Os próprios fatos de propriedades, que não eram de nenhum povo em particular, mas, só do conjunto, provam a nossa tese.

Dividimos as propriedades dos Trinta Povos em conjunto nas seguintes classes:

1. Uma espécie de alto domínio...
2. As Vacarias do Mar e dos Pinhais.
3. Os Ofícios de Missões.
   a) na sua parte material (terreno, edifícios, servos, conteúdos)
   b) na sua parte imaterial (o grande crédito e confiança, que o Ofício de Missões grangeara para as missões).

34a. O alto domínio. Julgamos que a província dos Trinta Povos tinha uma espécie de alto domínio sôbre todo o território, porque êste se considerava por todos, índios, espanhóis e portuguêses, como de fato dominado pelos mesmos Trinta Povos. Mas,

acentuamos expressamente "uma espécie de alto domínio", porque nem o Rei de Espanha, nem os seus representantes legítimos na América, que eram os vice-reis e governadores, perdiam nada, por mínimo que fôsse, do alto domínio que exerciam sôbre tôdas as terras sujeitas à sua jurisdição. Mas, embora sujeita como uma sub-província ao governador provincial de Buenos Aires nas coisas essenciais, podia o conjunto dos Trinta Povos ter uma espécie de alto domínio sôbre o seu território, enquanto não contradisesse o alto domínio do rei e do governador. Assim negativamente poderiam proibir a venda que algum povo particular quisesse fazer de terrenos seus particulares, se a venda prejudicasse o bem comum dos Trinta Povos em conjunto, por exemplo, pela interpolação de estabelecimentos nocivos de brancos no meio dos índios. Se um povo fôsse possuidor de passos de rios, caminhos, ou de algum recurso natural necessário e inexistente nos outros povos (gado, erva, minas de ferro, etc., etc.) e se obstinasse em não ceder o uso nem mediante competente indenização, julgamos que o conjunto poderia obrigá-lo, mesmo à fôrça de armas, a abrir mão de sua obstinação. Na importação e exportação podia impor normas obrigatórias para todos os povos, possibilitando o necessário a uns e restringindo o sobejo a outros. Julgamos também que teria tido o poder de desapropriar alguma terra para alguma obra comum dos Trinta Povos, se fôsse necessário e os proprietários irracionalmente se obstinassem em não ceder. Enfim, em escala menor, proibir ou mandar fazer, ainda mesmo com restrições de direitos particulares, se o bem comum o exigisse, da mesma maneira como em escala maior gozava dêste poder o Governador e o Rei, em virtude do alto domínio, que lhes outorgava o direito e o dever de fazer prevalecer o bem comum sôbre o bem particular.

Mas, note-se bem, por enquanto não afirmamos êste direito como certamente existente. E' que não nos vem à memória nenhum caso em particular, e é muito difícil que exista, porque nos casos mencionados os povos particulares sacrificavam com suma facilidade os seus direitos particulares ao bem comum, em parte por sua extrema falta de previdência do futuro, em parte pela cega confiança que tinham na justiça e caridade dos seus administradores imediatos, que eram os curas de cada povo, como também do administrador supremo que era o superior das Missões e, acima dêste, o provincial. Desta maneira fazia-se tudo pacificamente, sem que nunca aparecesse um arcabouço jurídico nalguma medida de coação. Desta sorte é difícil perceber a existência e o exercício dêste alto domínio, a não ser que queiramos dizer que estava implícito em tôdas as medidas governativas, administrativas, judiciárias, militares etc., que os supremos encarregados da administração temporal podiam e soíam impor ao conjunto dos Trinta Povos.

Mas, assim como nem a nação como tal nem o seu legítimo representante, que é o govêrno supremo dela, são no mesmo grau proprietários dos bens dos particulares, como os mesmos particulares, (— tal conceção só existe nos estados de comunismo ou socialismo total —), assim também, a "província" dos Trinta Povos ou seus legítimos representantes, não podiam de forma alguma, privar de sua propriedade alguma pessoa física ou jurídica particular, sem que houvesse gravíssimos motivos do bem comum, e sem que se desse ao particular indenização, que êle ou os avaliadores imparciais determinassem.

Êste nos parece que era o estado de direito, quanto ao alto domínio que julgamos ter assistido aos Trinta Povos em conjunto.

Os órgãos, para exercer êste alto domínio, em si poderiam ter sido os Trinta Cabildos com seus corregedores à frente, juntamente com os conselheiros e idealizadores e executores de tôdas as medidas, que eram os curas, e superior de Missões e Provincial. O consentimento dos administradores se exigia por lei, para a validade de qualquer geral imposição. A opinião e consentimento dos cabildos era mais por forma e para facilitar a aceitação psicológica do que se iria impor, porque os índios, também os caciques e corregedores, eram de fato e de jure considerados como de menor idade, por sua falta de prudência e previdência em muitas coisas. Na prática, os cabildos aceitavam os conselhos dos curas, e resolviam em geral de comum acôrdo o que êstes, em casos de alto domínio propunham e que em consulta geral de todos se houvesse resolvido e, depois de resolvido, proposto ao Superior de Missões ou em caso necessário ao Provincial, e êste houvesse mandado executar.

Poderia alguém pensar que o caso clássico do alto domínio dos Trinta Povos, ou, em última análise do Provincial aconselhado por todos os padres missionários, seria a transmigração dos Sete Povos, em conseqüência do Tratado de 1750. Mas, ainda que o Provincial como o Superior de Missões através dos curas, procurassem alcançar a efectiva transmigração pacífica dos Sete Povos, não o faziam em virtude de poderes que lhes assistissem como supremos administradores delegados dos Trinta Povos. Houve ali uma desapropriação da propriedade particular de cada um dos Sete Povos, e foi mandada pela autoridade legítima e deu-se com uma compensação, embora insuficientíssima, e houve uma causa legítima, que era a paz entre Portugal e Espanha. Mas, quem exerceu ali o alto domínio foi o rei de Espanha, foram seus comissários plenipotenciários. Os detentores do alto domínio, que atribuimos aos Trinta Povos, funcionaram neste caso apenas como transmissores de ordens superiores, como urgidores e em parte executores subalternos das ordens do rei. O mesmo vale dos auxílios prestados contra os portuguêses da Colônia e contra os

Espanhóis do bispo Cardenas e do juiz Antequera, que pela legítima autoridade foram considerados como usurpadores do govêrno da província (58).

Abandonamos êste assunto porque nos parece, que ainda há que perscrutar muitos documentos e fatos para desvendar com clareza a existência e extensão do alto domínio que competia aos Trinta Povos em conjunto sôbre todo o seu território. Em todo o caso seria crassa ignorância e infantilismo histórico desconhecer os fatos e os documentos a tal ponto que se chegue a dar a êste alto domínio a mesma extensão que ao que competia ao Rei e a seus representantes. Infantilidade que cometem todos os que atribuem aos Trinta Povos independência de jure e de fato, da Coroa de Espanha.

À luz desta doutrina tôda é fácil ajuizar sôbre o valor dos contratos que Gomes Freire de Andrade fêz com alguns caciques de São Luís a respeito da cessão de terras em Rio Pardo. O alto domínio pertencia exclusivamente ao rei de Espanha e aos seus legítimos representantes na América, que no caso vertente era o Comissário Valdelírios. Nem o consentimento de todos os caciques de todos os Trinta Povos, nem com todos os padres curas e Superior e Provincial podiam validar tal contrato, porque não tinha poderes para tal. Quanto menos alguns caciques, não todos, nem os que legitimamente representavam o povo, que era o cabildo, com o padre...

Além disso a legítima autoridade já tinha dado a Gomes Freire não só aquilo que êle contratou com os caciques, mas, todos os Sete Povos, faltando apenas conseguir expulsar os Sete Povos e tomar posse oficialmente do que lhes concedia o Tratado. E' difícil crer que Gomes Freire tivesse tão pouca ciência do direito internacional daqueles tempos. Por isso dizemos que o que os portuguêses intentaram naquela ocasião era nada mais nem menos do que uma retirada segura sem serem atropelados pelos índios, que mantinham os portuguêses cercados no mato. Os índios, na sua curteza de vistas, pensavam que tinham descartados os portuguêses para sempre daqueles lados. Se alguém mais tarde invocou o tratado com os índios, como título de propriedade das estâncias em questão, mostrou igual ignorância do direito internacional, ou patenteou maior ignorância nos que aceitavam tal título. Pode ter havido outros títulos legitimadores, mas não êste.

AS GRANDES VACARIAS COMUNS

Depois do eminente ou alto domínio, podemos mencionar algumas emprêsas comuns dos Trinta Povos. Algumas se reconhecem fàcilmente por tais. Em outros casos é preciso atender a di-

versas circunstâncias. Assim na Vacaria de los Pinares, que foi instalada, onde hoje estão os campos da Vacaria no planalto riograndense, alguns povos forneceram gado para povoá-la outros deram gente para levar o gado, outros cavalos para os que levavam o gado, outros cavalos bons, outros cavalos ruins, outros não contribuiram com nada na instalação. Ora todos êstes diversos auxílios tinham diverso valor. Os que contribuiram com menos pagariam mais ao tirar vacas da vacaria e mais ainda os que não tinham contribuído com nada. Parece, pois, reduzir-se a uma emprêsa particular de vários, não de todos os povos. Mas, tinha sido mandado pela autoridade suprema na administração, com direito para todos os povos de tirar de lá vacas, executada pela maioria dos povos, sobretudo por aquêles que, por sua proximidade ou seus recursos em gente, em cavalos e em gado, estavam habilitados para isto. Os que na ocasião da fundação não queriam ou não podiam ajudar, estavam comprometidos a pagar mais para um certo fundo de manutenção ou transporte de gados, e os que eram miseráveis seriam socorridos de graça. Assim há casos em que não se vê com tôda a clareza se se tratava de emprêsa do conjunto dos Trinta Povos ou de um simples e casual esfôrço comum de vários povos (59).

Entre as emprêsas comuns contamos em primeiro lugar as vacarias. A do Mar originou-se mais ou menos ao acaso; a segunda, de los Pinares, foi criada conscientemente pela suprema autoridade administrativa dos Trinta Povos, que era o provincial.

35. A Vacaria del Mar se localizava mais ou menos ao sul da linha Jacuí-Ibicuí até as proximidades da hodierna Montevidéo, naturalmente com gado também ao norte desta linha, onde houvesse condições tão favoráveis que o gado chucro não preferisse emigrar para o sul. Tôda a Banda Oriental tinha sido dada aos guaranis na pessoa do Padre Roque González de Santa Cruz, que recebeu o encargo do governador de Buenos Aires de converter aquêles índios orientais e reduzí-los na forma costumada, isto é, com garantia de que suas terras e pessoas ficariam livres de sujeição a espanhóis particulares. Roque e os sucessores fundaram muitas reduções na banda oriental, que depois foram assoladas por Antônio Raposo Tavares. O gado, que já existia em grande quantidade nessas reduções orientais, não pôde ser levado nem pelos índios, que fugiram para a banda ocidental, nem pelos bandeirantes. Alçou-se segundo as nativas leis da propagação para o sul, atravessando águas e contornando cabeceiras e pouco a pouco encheu os rincões mais favoráveis das campanhas até mesclar-se com manadas chimarronas nascidas de gados soltados por santafecinos e portenhos.

Durante os cinquenta anos que os índios orientais fugitivos

permaneceram na banda ocidental, voltavam freqüentemente a prover-se de gado nas enormes manadas bravias da banda oriental, pois, não sòmente eram suas aquelas terras por herança de seus pais e por doação do governador de Buenos Aires, senão que também o próprio gado descendia do gado que êles haviam possuído e que ficara abandonado na fuga. Com tôda a razão era, pois, propriedade dos povos a Vacaria del Mar como ficou sendo chamada em vista de achar-se em direção ao mar. Os índios usavam a Vacaria del Mar parcimoniosamente, levando gado ùnicamente para as necessidades de carne, couros e animais de tração. Mas, não tardou em que os santafecinos e portenhos bem como os portuguêses da Laguna tivessem notícia da grande quantidade de gado que pascia na campanha rio-grandense, e quão pingues proventos dariam o cebo e o couro que lá se poderia fazer, para exportação à Europa. E segundo o costume de todos os que entram em seara alheia, procurou cada um amontoar o mais depressa possível o maior número de couros a secar. Depois de alguns anos tôda aquela riqueza estava irracionalmente dissipada e aniquilada. Com o uso racional que lhe davam os índios, administrados pelos padres, teria durado sem fim, dada a maravilhosa multiplicação natural, que proporcionavam as excelentes pastagens nativas, ainda desprovidas dos naturais inimigos do gado vacum (60).

36. Com a exaustão causada na Vacaria del Mar entrou em dificuldades a alimentação dos povos, que muitas vêzes se viam a braços com sêcas que estiolavam as plantações ou com gafanhotos que deixavam tudo raso. Prematuramente foram pensando em remédios os padres, com a criação de estâncias menores, fáceis de vigiar a mão armada por índios posteiros, e onde os brancos nem resquício de direitos podiam alegar. Mas, além disso o Provincial, certamente aconselhado por seus missionários, pensou numa medida mais larga. Decretou em nome dos Trinta Povos a criação de outra Vacaria semelhante à que havia sido a del Mar. Procuraram no vasto território sujeito à jurisdição dos Trinta Povos e encontraram no planalto rio-grandense uma grande extensão de campos cercados de florestas de léguas e léguas de extensão, longe das correrias dos espanhóis e — ao que parecia — longe também das correrias dos portuguêses. Eram os campos que ainda hoje se chamam os campos da Vacaria. Determinou o Provincial que se pusesse lá uma determinada quantidade de vacas tiradas das estâncias dos povos, e de algum rincão ainda intato da Vacaria del Mar. Mandou que se deixasse multiplicar-se em paz aquêle gado até constituir uma enorme manada de 700.000 cabeças, cifra que os padres estancieiros podiam predizer para depois de poucos anos. Após isso, os

povos podiam tirar cada ano determinadas quantidades sem perigo de jamais esgotar a população vacuna, segundo as leis, que bem conheciam aquêles prudentes e abalisados administradores.

Mas, também desta vez os amigos do alheio, que sempre andavam rondando, tiveram notícia da nova Vacaria instalada, e subiram da Laguna e desceram de São Paulo, para abater irracionalmente o gado alheio e levar os couros a vender em Lisboa ou na Inglaterra. Se fôsse por motivos políticos, como o nosso nacionalismo nos impõe a acreditar, mais necessário e mais fácil teria sido rebater as estâncias particulares, que avançavam na facílima depressão central do Estado e muito mais para a presunta fronteira de Portugal. Mas, é que lá não se podia courear sem perigo do próprio couro.

Existem no Archivo General de la Nación em Buenos Aires documentos em que se discute o que cada povo devia pagar ao comum pelas vacas que tirasse da Vacaria de los Pinares. E na justificação se enumeram tôdas as contribuições dos diversos povos. É pràticamente a história inicial de la Vaqueria de los Pinares (61).

Devastada, pois, a Vacaria dos Pinhais, a terra ficou abandonada, mas, não considerada fora dos limites dos Trinta Povos, ainda que não mais ocupada, por parecer impossível coibir os ladrões a tão grande distância. Também continuava como sendo da Corôa de Castela, tanto assim que Portugal contratou em 1750 recebê-la em troca da Colônia do Sacramento. De certa maneira continuava na necessidade vital dos Trinta Povos, já que era quase necessária à sua segurança. Afinal, destituído de gado, já não oferecia mais atrativo nenhum para os portuguêses, tanto mais que era de dificílimo acesso pelas encostas bravias e larguíssimas cintas de mata virgem que as cercavam. Não sei se nessas condições poderia ser chamada "res derelicta", à mercê do primeiro ocupante? Também se deve considerar que os índios guaranis tinham obrigação contratual de defender as fronteiras de Espanha contra a invasão dos portuguêses, já que frequentemente haviam sido aliviados de certas cargas tributárias por serem fronteiriços de inimigos tradicionais. Assim, em certa maneira, ainda que para êles já não tivesse mais muita utilidade, os índios tinham certa obrigação de conservar a posse da Vacaria para a Espanha.

Nos arquivos de Buenos Aires encontramos alusões a contribuições dos povos para uma estância, ao que parece, comum dos povos nas cercanias de Santa Fé ou Entrerrios. Mas, não nos consta no momento se se efetuou e como acabou aquela emprêsa (62).

Depois da destruição das Vaquerias ou Estâncias grandes e comuns dos povos, só se mantiveram estâncias particulares dos

povos. A maioria delas estavam ao sul da linha Ibicuí-Jacuí, com algumas menores acima dêstes rios. Duas eram enormes, a do Japejú e a de São Miguel, e destas estâncias os povos tinham direito de comprar gado em grande escala. Compravam e pagavam em gêneros, sobretudo a Japejú, que quase só dispunha de criação de gado. Tôdas estas estâncias eram particulares dos Povos e serão tratadas no capítulo sôbre a propriedade reduccional ou municipal.

OS OFíCIOS DAS MISSÕES

Depois das Vacarias, e mais claramente que estas, pertenciam ao conjunto dos Trinta Povos os famosos Ofícios de Missões, em Santa Fé e Buenos Aires. Os povos negociavam também com as cidades de Corrientes e Assunção, ou pelo menos com seus colégios da Companhia, e também com particulares. Mas, nestes colégios não havia Procuradores especialmente destacados para as reduções, senão que o procurador comum da casa regia também o intercâmbio comercial com as Missões.

37. Quanto à incapacidade do índio para negociar com os brancos por si mesmo, basta estar familiarizado, por pouco que seja, com tôda a secular legislação da Colônia americana, para convencer-se dela. O índio na sua ingenuidade infantil e na sua pusilanimidade sempre saía logrado. Não se devem confundir os índios das selvas paraguaias com os aborígenes andinos e mesmo pré-andinos, que todos estavam num grau mais alto de cultura e independência pessoal. Os que negavam a incapacidade mencionada eram precisamente os que estavam mais interessados em explorá-la em próprio proveito. Os que lhe afirmavam a existência eram justamente os que por convicção e obrigação de estado estavam adstritos a defender o índio inerme, isto é, os órgãos do Estado, da Igreja e os missionários. Não podemos deter-nos aqui neste assunto. Mas, segundo os documentos é evidente que os índios não eram capazes de negociar sem prejuízo com os particulares. Tiravam a camisa para comprar uma fruta, ou um pãozinho que no momento tinham vontade de comer. Vendiam seu poncho que valia duas ou três vacas por um naco de carne que já estava pronto para comer. Quanto menos, para fazer os complicados negócios de compras e vendas, por exemplo de erva mate, que devia viajar às vêzes durante uma dezena de mêses através de muitos milhares de kms., (digamos de Santo Ângelo até Santa Fé, Córdoba, Mendoza, Valparaíso, Callao, Lima, Potosí...). É evidente que devia haver um Ofício e um homem com qualidades administrativas extraordinárias para superintender a tudo isso em nome dos Trin-

ta Povos. Nas próprias cidades dos espanhóis, em que os índios das encomiendas ou reduções de outros regulares podiam comerciar, havia o protetor de "naturales", que legalmente podia ser sentenciado a penas graves, se não rescindia contratos mal feitos pelos índios, como o tutor que perante a lei não sòmente pode, mas deve rescindir contratos mal feitos por menores seus tutelados.

Por isso os superiores da Companhia, de acôrdo com a razão, com a caridade evangélica, com a lei do Estado, da Igreja e da Companhia, criaram êsses Ofícios de Missões, por cujas mãos deviam passar tôdas as compras e vendas que cada um dos Povos fazia para fora dos Trinta Povos. Mesmo compras e vendas maiores dos povos entre si deviam estar registradas nos livros da Procuradoria de Missões, para o que bastava avisar ao encarregado, que creditasse de parte de tal povo tanto e tanto a favor de outro povo. No decurso desta investigação se esclarecerão muitos pontos do funcionamento do Ofício de Missões.

Os elementos de propriedade que se podem considerar com respeito ao Ofício de Missões, são o terreno, os edifícios de moradia e armazenagem, os serventes dos armazens, os objetos armazenados, o dinheiro em ser e em contas a cobrar, o crédito ou bom nome comercial que tinha o Ofício das Missões, os produtos que estavam viajando para os seus destinos, se iam por conta e risco de Ofício, e não do comprador, os produtos depositados em tôdas as províncias aquém e além dos Andes e que esperavam a venda, bem como os produtos ou dinheiro com que se pagara a venda e ainda não entrara na Procuradoria... Em fim, tudo quanto pertence ao material e imaterial duma grande e sólida casa comercial, que tal era mais ou menos a Procuradoria, a qual, entenda-se bem, não era da Companhia, nem em favor da Companhia, mas dos Trinta Povos, que encarregavam um padre da Companhia para gerir seus negócios.

38. Terreno. O Ofício de Missões funcionava nos Colégios da Companhia em Santa Fé e Buenos Aires. Geralmente os Colégios cediam uma parte de seu terreno para edificar o Ofício. Ou vendiam ou cediam o usofruto do terreno enquanto houvesse Ofício de Missões. Levava-os a isso primeiro a necessidade que tinha o procurador de morar dentro duma casa religiosa e ainda de ficarem os armazens seguros contra ladrões ao abrigo dos muros do Colégio. Além disso, tôda a Província e todos os colégios tomavam como emprêsa sua a administração temporal, único meio de salvaguardar as Missões, que ocupavam mais ou menos a metade dos padres da Província e eram tôda a sua glória. Mas, não se precisa negar que esperavam, também, alguma retribuição em forma de trabalho quando os índios barquei-

ros se demorassem alguns dias na cidade, e sobretudo podiam com tôda a razão esperar algum pequeno abatimento nos preços dos gêneros, sobretudo do tabaco e erva mate que precisavam em grande quantidade para os negros que trabalhavam nas suas obras.

Em Buenos Aires houve longos litígios entre reitores de colégios e Procuradores de Missões, provando quão tenazmente os procuradores defendiam as propriedades e os direitos do seu Ofício, que afinal não eram seus, mas dos índios dos Trinta Povos pelos quais estavam encarregados e obrigados em consciência de defender.

39. Sôbre o terreno estavam os apartamentos ou casas de moradia do procurador e de seus ajudantes jesuítas se os tinha, e de algum leigo capaz de pegar em armas em caso de necessidade. Supomos que, se o procurador tinha índios ou escravos negros a seu serviço para os trabalhos pesados do armazém, êstes morariam provàvelmente na rancharia comum, onde moravam os escravos a serviço do colégio, aparecendo só de dia para trabalhar.

Além dêstes aposentos devia haver ainda uma rancharia para os índios barqueiros. Por ter que remar em muitas ocasiões, devia haver em cada barco algumas dúzias, de modo que a chegada simultânea de vários barcos poderia juntar bem uma centena de índios, que o Procurador devia alojar, alimentar e sobretudo vigiar, para não atropelarem nem serem atropelados por ninguém. Muitas vêzes o colégio ou mesmo particulares aproveitavam a ocasião para empreitar êstes índios, pagando-lhes o que diante do procurador se havia combinado. Aliás para abrigar essa gente bastava um galpão com fogo no meio e postes, para as redes.

As edificações que certamente mais espaço ocupavam eram os armazens. Deviam ser amplos e espaçosos pelas massas de coisas a guardar; fortes e seguros, pelos ladrões e intempéries que os poderiam danificar. Cremos que geralmente seriam construção e propriedade do Ofício, ainda que o terreno fôsse do colégio, porque ainda que o colégio necessitasse de armazens, não os precisava tão grandes. Assim a construção caberia quase sempre ao Ofício.

40. Não nos consta com certeza se o ofício tinha também escravos a seu serviço, e quantos, e se eram comprados por êle ou talvez só pedidos em aluguel do colégio, pagando-se tanto e tanto por dias e semanas de trabalho, e se, sendo próprios do ofício, comiam e moravam com os outros escravos, pagando o procurador uma diária por êles... Tudo são possibilidades, que devem ser investigadas. Aliás um escravo ou escrava no Rio de

la Plata, em certos tempos, valia tanto como 500 bois em Buenos Aires ou 1.000 nas Missões. Já se vê que os donos cuidariam de bem conservar o que tanto custava.

41. Os objetos armazenados podem ser divididos em duas grandes secções: o que vinha das Missões para ser vendido em outra parte e o que vinha de outra parte para ser vendido nas Missões ou nos lugares em que não se podia pagar com dinheiro, mas em gêneros. A maneira de comerciar e pagar em gêneros é um fato que nunca se deve perder de vista se se quer apreciar com verdade histórica, fenômenos e fatos daqueles tempos.

Em primeiro lugar, os objetos mandados pelos povos. Cada povo mandava ao ofício certa quantidade de erva, que se deveria vender e, com o produto, pagar o impôsto ao rei. Além disso, devia mandar produtos para pagar o que se encomendava do ofício, como sejam todos os panos mais finos, todos os metais necessários para instrumentos, e um sem número de outras coisas, que não se podiam produzir nos povos. Os produtos mandados também deviam fornecer a contribuição do povo para as despesas comuns da administração: às vêzes, muitos milhares de pesos para custear os processos em defesa dos interêsses de todos os povos, custear a vinda de novos missionários, etc., etc. Nesta altura devia-se saber se os produtos dos povos, ao entrarem no Ofício, passavam a ser propriedade do Ofício, ou seja de todos os povos, creditando-se ao povo, que os havia mandado, a respectiva soma, segundo o preço fixado de antemão para todos. Assim poderia ser, e que dali em diante o Ofício, isto é, todos os povos em conjunto, corressem com as alterações dos preços, com as avarias sempre possíveis nas longas viagens, com o pagamento de mais ou menos longas armazenagens, e talvez perda total, por chegar erva nova e ninguém mais querer a velha, ou então a preço muito reduzido. Neste caso o conjunto dos povos correria também com as possíveis melhorias dos preços, devidas a circunstâncias naturais ou à esperteza do procurador. Mas, neste caso, desapareceria um tanto o estímulo para apresentar um bom produto e bom acondicionamento. O povo que se distinguisse ou por sua aplicação, ou por sua negligência, teria o mesmo galardão, a não ser que o procurador mais tarde acrescentasse ou tirasse algo do que tinha creditado ao povo, conforme as reações dos compradores. Consta, por muitos documentos, em Buenos Aires, que mesmo em Lima ainda sabiam de que povo era a erva que tinham comprado, quais os povos que a produziam melhor. Outras contas mostram falhas iniciais no acondicionamento. É de saber que a erva mate, que era quase a única mercadoria que se exportava para longe, se acondicionava em

surrões de couro de boi, dessecados e costurados com tentos e marcados a fogo com a marca do povo que a fabricara e provàvelmente também com a data. Ninguém aceitava um surrão aberto antes da compra efetiva. Daí que o Ofício não tinha meios de controlar a qualidade do produto antes de o comprador abrir a costura.

Por outro lado, seria desastroso e injusto para um povo contribuir como todos para a manutenção dos serviços comuns e, ter talvez, a sua erva não vendida por algum capricho do procurador, ou por não chegar ainda a sua vez. Estaria sem recursos. Por isso, inclinamo-nos a crer que os produtos, ao entrarem no Ofício, passavam a correr por conta do Ofício e não mais do povo em particular. A êste creditava-se o preço marcado e, mais tarde, se se descobriam falhas ou superqualidades, sempre se podia multar ou premiar o povo que era responsável. O fato de, em dezenas de milhares de documentos, nunca termos encontrado nenhuma queixa dum povo, de não se ter vendido a sua parte, ou ter havido preferências do procurador por algum povo em particular, parece provar a nossa acepção. Todos os contratos feitos por negociantes de Mendoza, Chile e Perú a respeito de erva, sempre dizem ùnicamente respeito ao procurador ou ao Ofício.

Os objetos mandados pelos povos eram, sobretudo, erva, tabaco, "lienzo de la tierra", isto é, panos rudes com que se vestiam os índios e os escravos, pano que tinha muita procura, mesmo nas cidades dos espanhóis. Mandavam também pavios para os lampiões de sebo ou de azeite, algum couro e sebo, alguma madeira em forma de taboões, açúcar...

Os objetos mandados de outra parte, para serem remetidos às reduções, eram entregues à medida em que os administradores ou curas, com bilhete assinado por êles e pelo padre superior de Candelária, os fôssem requerendo. Eram, sobretudo, os tecidos mais finos para os vestidos oficiais dos índios, para ornamentar a igreja, todos os instrumentos para os trinta ou quarenta ofícios que havia nas reduções, todos os objetos de devoção, como medalhas, cruzinhas, muitas quinquilharias, que eram tesouros para os ingênuos índios e um grande atrativo para sua boa vontade.

Aqui entra em jôgo um fator que nunca se deve perder de vista. No Paraguai não corria nenhuma moeda, e, nas cidades mais abaixo, muito pouca, sobretudo entre a gente simples do povo. Tudo, mesmo entre os brancos, pagava-se com um tanto de tabaco, com tantas varas de tal pano, com um ou dois ponchos, enfim, tudo quanto homens e mulheres e crianças precisavam para seu vestido ou seu adôrno. Também selas, facas, pistolas, balas de chumbo. Para qualquer coisa que se quisesse

pagar, precisava-se ter um objeto e, como o trabalhador ou vendedor podia precisar duma coisa e não da outra, quem tinha de pagar muito a muitos, tinha que ter um grande estoque de gêneros, e gêneros os mais variados. Por isso os colégios, as reduções, e mesmo o Ofício devia comprar muitos objetos para ter com que pagar ou trocar. Devemos sempre lembrar-nos que moeda de metal quase não corria e o papel-moeda apenas foi inventado na revolução francêsa.

Por outro lado, o Ofício, quando vendia alguma coisa, também, quase sempre, era pago em gêneros; gêneros que, por sua vez, serviam para comprar ou para converter, em boa ocasião, em moeda sonante que se pudesse mandar para mais longe, por exemplo, para a Europa, a fim de comprar de lá o que não havia na América. É evidente, que os riscos que o cambalacho de tanta mercadoria trazia consigo eram grandes: a erva mofava, os panos eram comidos pela traça, ou apanhavam chuvas nos longos mêses de viagem nas carretas de bois ou nas balsas dos rios. Estas e outras circunstâncias melhoravam ou pioravam os preços. Tudo isto, com certeza, justificava um ganho de vinte e trinta por cento a favor da propriedade comum dos Trinta Povos, ou seja do Ofício. E é de supôr que tanta quantidade de mercadorias na mão dum hábil administrador devia aumentar os haveres comuns.

42. O mesmo vale dos recursos que havia na caixa, quer se tratasse de moeda sonante (os bilhetes de banco não existiam ainda), quer de recibos, vales, letras de câmbio a cobrar e pagar. É claro, também das dívidas. O Ofício comum também tinha contas a pagar e cobrar dos povos em particular, ou, em outras palavras, se um povo, que tinha dívidas no Ofício, não mandara suficiente mercadoria para pagar o que comprara do Ofício, ou vice-versa, se tinha saldos favoráveis, vendera mais do que comprara. Da mesma maneira podiam estar os colégios particulares, a própria Província, conventos de outros religiosos, comerciantes particulares. Deve-se, pois, distinguir bem o que os povos particulares tinham a pagar ou a cobrar e o que seu órgão comum, que era o Ofício, tinha a pagar ou cobrar. Mas, em caso de dissolução do órgão comum, pagar-se-iam primeiro todos os débitos, cobrar-se-iam tôdas as contas, depois se liquidariam todos os haveres e se dividiria o resultado em trinta porções perfeitamente iguais para cada um dos Trinta Povos. Que parte caberia à Companhia? Nenhuma! Não porque não tivesse direito a ter um salário proporcionado ao trabalho e inventiva do procurador e seus auxiliares, mas porque no tácito contrato feito entre a Companhia e os Trinta Povos, o procurador, bem como os auxiliares da Companhia, teriam apenas o sustento pessoal,

da mesma maneira como os administradores subalternos, que eram os missionários que estavam nas reduções.

Um caso algo duvidoso poderia ser o referente às compras que faziam os procuradores, que de tempos em tempos eram mandados para Roma e Madrid, a fim de buscar novos missionários, concertar os negócios pendentes e trazer as coisas que a lei lhes permitia comprar e trazer. A viagem, e manutenção durante a viagem, dos novos missionários era paga, em parte, pelo Rei da Espanha. O resto, bem como o muito que se devia gastar no encaminhamento de outras coisas, e também os panos, metais, instrumentos industriais e científicos de tôda a classe, que se necessitavam nos colégios, universidades, missões da Companhia na Província do Paraguai, uma infinidade de objetos que se deviam ter para pagar serviços feitos, tudo ficava à conta do Procurador, que raramente gastaria menos de cinquenta ou cem mil pesos. Muitos objetos eram encomendas de pessoas particulares ou de entidades particulares como seja um colégio, o ofício de procuradoria da Província, alguma redução em particular. É claro que, neste caso, o particular cuidava também do pagamento, entregando o dinheiro ao procurador na partida. O resto, por enquanto, não era nem da Província nem das Missões, mas da entidade transitória, que era a missão enviada à Europa. Ora, as despesas próprias desta missão eram custeadas pela Província e pelas Missões, na proporção dos jesuítas que havia em ambas as partes e que naturalmente deveriam ser, com o tempo, substituídos com os sujeitos que a missão trazia da Europa. (Se na Província houvesse 150 Padres e nas Reduções número igual, então Província e Reduções entravam com quota igual). Assim, pois, era justo que as Reduções em comum tivessem parte no que trazia o Procurador, mandado à Europa, e parte, na proporção do que tinham contribuído. Por isto se pode e se deve contar entre os haveres do Ofício de Missões, esta parte proporcionada, que se lhe dava em gêneros, ou em dinheiro, ou em crédito a favor do Ofício. Não é fácil investigar êste ponto, porque muitas vêzes o que se trazia não era devido ao dinheiro que Província e Missão davam ao procurador, mas às habilidades pessoais do procurador, em arranjar abatimentos ou doações e coisas que tais e, neste caso, o rendimento devia ser de quem mandara o procurador, que era a Província, e não as Reduções, enquanto Reduções.

43. Também se dava o caso de pessoas piedosas fazerem doações de casas de aluguel ou coisas semelhantes às Reduções. Tudo isto ingressava, pois, no acervo comum dos Povos. Mas note-se que também faziam doações a uma Redução em particular, talvez por parentesco ou amizade ao cura dela. Neste

caso, geralmente, o Ofício administrava a propriedade doada, mas os proventos eram não de todos os povos, mas do respectivo povo em particular.

44. Por fim, eram do Ofício e das Missões em conjunto todos os aumentos de patrimônio, que se operavam com o movimento todo de mercadoria, de dinheiros, de créditos, de bom nome comercial do Ofício, etc., etc. Começou com esmolas, doações de particulares e sobretudo de colégios, que às vêzes, sobretudo nos princípios, doavam milhares de cabeças de gado. Continuou com a venda dos produtos que as Reduções mandavam ao procurador dos colégios para vender em seu nome. Continuou mais tarde com a criação dos Ofícios especializados de Buenos Aires e Santa Fé. Pouco a pouco, os Ofícios estavam em situação de poder pagar razoàvelmente aos Povos, quer se vendesse, quer não os seus produtos, ou, em outras palavras, o Ofício, quando chegavam as remessas, creditava tanto e tanto ao respectivo povo, e dali em diante tôda a remessa corria por conta e risco do Ofício e não já do povo particular, que talvez recebia algo menos, mas também estava livre do risco de perder tudo. O Ofício, naturalmente, não só tinha o direito mas também o dever de procurar vender do melhor modo possível dentro do sistema de rígida concorrência que vigorava livremente. As reduções tinham ervais artificiais perto dos povos e os espanhóis não os tinham. As reduções tinham muito mais índios e melhor alimentados e controlados. Podiam oferecer um produto muito mais fino e de mais longa duração, e era a erva caamini ou erva mais moída. Para a exportação ao Perú e, em geral, para longa distância, usava-se quase tão sòmente a caamini. Portanto, só a caamini ia aos lugares onde abundava a moeda de ouro e prata. O movimento constante da grande quantidade de objetos que acima referimos devia deixar de cada um certa porcentagem de lucro, não para a Companhia, mas para as reduções, superiormente administradas pelo Ofício. Assim, necessàriamente, devia aumentar o capital à disposição da Administração geral das Reduções. Com abundante capital à disposição, é evidente que se possibilitavam muitas transações vantajosas em favor dos povos, em que sem dinheiro nem se podia pensar, ou não pensar durante as boas ocasiões. Com capital à disposição e o renome de fiel pagador de tôdas as suas obrigações, muitos colégios e conventos e comerciantes particulares arriscavam-se a compras e vendas a fiado com o Ofício de Missões, com lucros para ambos os lados... Com o bom nome comercial, o Ofício fàcilmente recebia dinheiro emprestado de tôda a classe de pessoas físicas ou jurídicas e com menos juros por apresentar mais segurança de rendimento e restituição de capital. Com dinheiro e

bom nome muitos comerciantes, que distavam milhares de kms. entre si, podiam, por meio duma simples carta ou ofício mandar pagar milhares de pesos em Buenos Aires a um amigo comercial, comprometendo-se êles a pagar alguma dívida do Ofício em Lima, ou ficando a dever com certos juros ao Ofício de Buenos Aires até chegar uma boa ocasião de pagar. Êstes favores ou pagavam uma percentagem direta, como os bancos de hoje, ou se retribuíam, fazendo os mesmos favores, quando o Ofício estivesse necessitado, ou dando bons avisos a respeito de negócios a fazer ou dívidas a cobrar, (por exemplo, um amigo em Mendoza avisa ao procurador de Missões em Buenos Aires, que está caminhando com erva para Valparaíso um homem que refoge ao pagamento das dívidas que tem no Ofício, e que o Ofício pode escrever uma procuração para Valparaíso a fim de embargar a fazenda do caloteiro, até pagar o que deve, aos índios, em seu Ofício de Missões).

Assim se poderia desenredar tôda a trama inextricável da forma de vender e comprar daqueles tempos e de como e quanto importava o bom nome de absoluta probidade comercial em benefício do capital do Ofício de Missões. Foi devido a esta administração racional e desinteressada das Reduções particulares e do conjunto, que saiu a riqueza, que causou tanta inveja aos desmazelados colonos que cercavam a Província dos Trinta Povos guaranis.

45. Apesar de já estar implìcitamente declarada a posição da Companhia em todos êsses movimentos de bens do Ofício de Missões, convém, não obstante, declará-lo expressamente, ainda que com brevidade, porque nos reservamos explicá-lo em outros trabalhos mais longamente.

Em primeiro lugar: a título de propriedade, na terra e na produção, a Companhia não podia reclamar lucro algum do Ofício de Missões, porque nem o solo das reduções, nem os índios que trabalhavam aquêle solo eram propriedade da Companhia. Outra coisa seria, jurìdicamente, se a Companhia tivesse a propriedade do solo ou se os índios fôssem encomienda da Companhia, ou escravos no sentido da lei. Mas nada de tudo isto havia. Nem a título de transporte da Redução até o Ofício, porque êste era feito por índios, em barcos construídos e sustentados pelo povo. Poderia exigir algo como salário correspondente ao influxo do administrador temporal dos povos, que era de preferência o cura, e na ausência ou incapacidade dêste, o padre companheiro. Mas a Companhia havia aceitado o contrato da administração temporal dos povos gratùitamente, porque o meio sôldo, que pagava o rei e a sustentação com casa e comida, que dava o po-

vo, lhes era já devido por lei, por título de administração espiritual.

Os colégios de Buenos Aires, jurídicamente, poderiam pedir alguma compensação no caso de terem posto gratùitamente à disposição do Ofício um pedaço de terreno e talvez até as próprias edificações do Ofício ou alguma parte, ou dado escravos para trabalhar.

A província podia pedir algum sôldo correspondente ao inteligente trabalho do procurador do Ofício, que ela punha à disposição dos povos para a administração geral. E também, é óbvio, uma compensação pelo salário devido à administração temporal dos Povos particulares, para a qual se desfazia de uns trinta sacerdotes de extraordinária capacidade administrativa. Pois dizem todos os autores que era relativamente fácil achar padres para a cura de almas nas Reduções, mas era extremamente difícil achá-los para administrar e conservar, em cada povo, oito mil índios trabalhando, conhecida que era a inata frouxidão e irresponsabilidade dos naturais. Todos sabem que não são as grandes propriedades e a muita gente trabalhadora que faz prosperar uma emprêsa, mas o tino administrativo de quem a dirige de quem sabe prever e organizar os serviços que se devem executar. Pode-se imaginar, pois, quanta falta faziam, nos seus colégios, os bons administradores, que a Província gastava nas Reduções. Mas sob o ponto de vista de sôldo a administração dos Povos e do ofício era inteiramente gratuita. Feito o contrato entre jesuítas e índios nesta base, aos jesuítas não assistia depois direito algum de reclamar participação nos lucros do Ofício.

Não obstante, os colégios e a Província podiam ter, e tinham, proventos sôbre outras bases. Em primeiro lugar, em vista da parte de leão que cabia aos administradores gratùitos da Companhia na própria produção da riqueza do Ofício, êste podia vender aos Colégios, com algum abatimento, a erva que compravam para si e para os seus escravos. Assim também no tabaco e no pano missioneiro que empregavam para os mesmos escravos. Também a facilidade e segurança dos pagamentos por meio das procuradorias justificaria êste pequeno abatimento. Além disso, os Colégios de Buenos Aires e Santa Fé haviam facilitado a instalação do Ofício com terreno e edificações e, talvez, com gente de serviço. Podia-se compensá-los de alguma maneira com abatimentos, ou deixando os índios barqueiros trabalhar alguns dias nas colheitas do colégio ou nas suas construções. Os outros colégios todos eram compradores em grande escala e fidelíssimos pagadores. Os pagamentos e cobranças eram fáceis de executar, porque todos os colégios tinham dívidas e "há de haveres" entre si, bastando ajustar as contas no fim do ano. Todos os colégios eram como que sucursais do Ofício para o ponto de vista de arranjar

compradores de confiança, e de efetuar pagamentos e cobranças. Cada negociante experimentado sabe quanto dinheiro vale tudo isto e quanto abatimento pode conceder em boa consciência um administrador, sem prejudicar em nada os administrados. Dizemos que tal abatimento podia ter havido, e seria justo que o houvesse. Mas o fato de ter havido, deve ainda ser investigado.

Além do abatimento, o Ofício também podia dar de vez em quando alguma pequena esmola aos colégios. Mas quanto nos lembramos, nas dezenas de milhares de cartas não há referência quanto a isto, antes, muitas em sentido contrário. Só dizemos que seria justificado.

Cremos que o principal proveito que os colégios e a Província podiam tirar do Ofício era terem um vendedor a tôda a prova, que não os enganava nem na qualidade nem no preço, nem os apertava irracionalmente no prazo do pagamento. Era terem onde emprestar dinheiro se se tratava de evitar os juros dum pagamento atrasado, ou para fazer uma boa compra, que de outra forma não podiam realizar, por não haver quem lhes proporcionasse o capital necessário. Mas, muitas vêzes dava-se o contrário, era o Ofício que recorria aos colégios para ter capital de efetuar uma boa transação, que não faria se os colégios não lhe adiantassem o dinheiro. E tais empréstimos, em vista da maior segurança de retôrno do capital e dos juros, também podiam ter uma percentagem menor de juros.

Nas contas que se conservam nos arquivos de Buenos Aires vê-se que os produtos dos índios circulavam em grande escala em tôda a América espanhola do Perú para baixo. E tudo isto por meio do Ofício de Missões e dos Ofícios da Província e das Procuradorias dos Colégios. Não é de admirar que, numa rede tão vasta e tão segura, todos pudessem tirar proveito sem detrimento para ninguém. O Ofício de Missões era simplesmente um elo da grande cadeia. Mas um elo de caráter singular. Pois tôda a rêde não era uma organização comercial, nem um sindicato, nem uma cooperativa, em que rege a justiça, mas só a justiça. Era antes uma família, em que um dos membros é ainda criança, sem culpa sua, e por isto é cercado do mimo e do favorecimento geral dos irmãos. Êsse filho menor eram as Reduções representadas por seu Ofício de Missões. Quem não toma em conta êste caráter de relações entre os membros daquela família nunca acertará a verdade histórica (63).

OUTRAS EMPRÊSAS E PROPRIEDADES DOS TRINTA POVOS

46. Se os povos particulares funcionavam como municípios, porque tinham seu cabildo ou câmara de vereadores, com o correge-

dor ou prefeito municipal, então se poderia pensar que o conjunto ou Província dos Trinta Povos, corresponderia a um Estado ou Província dos nossos dias. E estando acostumados a ver tantas obras empreendidas pelo Estado com os meios que lhe fornecem os municípios, pensamos que também o "Estado" dos Trinta Povos deveria ter um grande número de obras, feitas em nome e com despesa e proveito de todos, estradas, pontes, meios de transportes terrestres e fluviais... Vimos que as únicas emprêsas comuns eram as vacarias e os Ofícios de Missões. Será que não houve outras? Podíamos pensar em estradas interreducionais, em pontes de maior monta, em barcos de vulto para Buenos Aires e Santa Fé, em frotas imensas de carretas e mulas de carga. Podíamos pensar em fábricas de certos instrumentos, de obras de arte, oficinas de telhas, em plantações mais extensas de erva mate, de trigo, de cana de açúcar.

Mas de tudo isto não nos constam nem exemplos nem provas de que jamais tenham estado a cargo do "Estado" dos Trinta Povos.

Talvez poderíamos contar, como tais, as várias expedições militares ou de trabalho, que os governadores pediam aos Superiores dos Trinta Povos, deixando aos padres a escolha da gente. Neste caso é evidente, que a carga devia ser distribuída equânimemente sôbre os Trinta Povos, de modo que os auxílios de todos se equiparassem uns aos outros, quer fôssem em dinheiro liberado no Ofício de Missões para o caso, quer contribuíssem com cavalos, com gente, com mantimentos, com barcos para o transporte...

Quanto a estas emprêsas, os índios foram várias vêzes chamados contra os portugueses da Colônia, várias vêzes foram chamados a trabalhar em obras públicas, como fortificações e catedrais, e várias vêzes foram levados pelos governadores contra os rebeldes brancos do Paraguai. Uma vez foram conclamados contra os assassinos do Padre Roque Gonzalez e seus companheiros e uma vez reunidos e levados à vitória contra os bandeirantes em Mbororé. Várias vêzes contra os índios infiéis da margem direita do Paraná e Paraguai. Cremos que nestas ocasiões a administração superior das reduções, ou seu delegado, comprava gado, se não era possível levá-lo de casa. E também a administração superior renunciava, em nome dos Trinta Povos, aos soldos, a que os soldados guaranis tinham direito por determinação régia, direito teórico que na prática tropeçava sempre com o vácuo invencível dos cofres do rei.

Cremos que a grande maioria dos destacamentos militares que patrulhavam a periferia dos Trinta Povos, onde pudesse haver perigo, era mantida e sustentada pelo povo que mandava os piquetes (64).

Poderia alguém estranhar a ausência de obras comuns dos

Trinta Povos com respeito a estradas, pontes, embarcações, ervais. Isto em parte é devido ao tempo em que estamos, e em parte ao gênio dos índios. Do tempo, porque as viaturas das reduções eram as carretilhas dos índios (essencialmente dois pedaços de tronco, arredondados e furados e providos de eixo, lança e caixa), as carretas dos Povos e dos Padres (de duas rodas, sem aro de metal, e com dois metros e mais de diâmetro). Fora disso, as récuas de mulas. Para tais viaturas os caminhos eram uma picada dentro dos matos e as raias paralelas das rodas no campo. De pontes havia talvez uma que outra pinguela mais larga, feita de troncos e terra. No demais, era passar os arroios e rios a vau ou a nado, com as caixas das carretas suspensas em duas canoas. Os passageiros passavam a nado, se não era passo provido de canoa, balsa ou pelota. Ora, todos êstes serviços eram de pouca monta e cada povo, em seu próprio interêsse, cuidava do que era seu, e assim todos os outros estavam igualmente bem servidos. Nos grandes rios havia postos e barqueiros da responsabilidade do povo mais próximo. Os balseiros eram sustentados pelo comum de seu povo e êste receberia anualmente alguma gorgeta dos outros povos que costumavam usar mais vêzes a balsa, ou os passageiros compensavam cada vez de qualquer forma.

A pouca madureza psicológica dos índios e sua inclinação a rixas e pendências, a necessidade de uma vigilância ininterrupta por parte dos administradores, desaconselhavam a reunião, num mesmo trabalho, de índios de diversas reduções. Além disso não havia necessidade do esfôrço conjunto, se cada povo podia produzir ou comprar tudo que precisava, se os que tinham barcos, podiam levar por dinheiro a carga dos que não dispunham de embarcações. O que um não produzia, produzia o outro, e como os preços estavam fixados, todos podiam viver.

CAPÍTULO V

PROPRIEDADE INTER-REDUCIONAL, INTER-MUNICIPAL...

47. Segundo a definição acima dada, chamamos propriedade inter-reducional à criação e manutenção de coisas ou obras por iniciativa, despesa e proveito de dois ou mais povos guaranis. No capítulo anterior tratamos da propriedade dos Trinta Povos em conjunto. Aqui, da propriedade de dois ou mais povos, sem ser de todos, nem de um só.

Os milhares de documentos que passamos, ainda que não sob o ponto de vista da propriedade, não nos deixaram a impressão e lembrança de nenhuma obra ou coisa dêste gênero. Só nos recordamos de obras dos Trinta Povos em comum ou então de um só (65).

48. É claro que teòricamente poderia ter havido muitas destas coisas e obras, como pontes, estradas, explorações de ervais nativos, de matos de madeiras especiais, pedreiras, oficinas, embarcações, estâncias. Mas, não havia necessidade para tal. De caminhos, bastava cada um fazer a sua parte até o limite, que costumava ser algum arroio ou banhado ou coisa semelhante. O povo vizinho fazia do arroio em diante até a sua séde. Pequenas pontes, enfim, mais fàcilmente poderiam ter sido esfôrço comum dos dois povos que as precisavam e em poucos dias se teriam feito. Todo o resto, como pedras, madeiras, podiam ser compradas ou doadas, pelo povo que as tinha. Estâncias e embarcações comuns eram completamente desnecessárias, porque nenhum povo que tinha vacas suficientes, comprava-as do vizinho, se êste as possuia. E nas embarcações e estâncias os peões, se fôssem de dois povos diferentes, bem depressa estariam envolvidos em pendências, dado o seu gênio acriançado. Aos balseiros dum povo que cuidavam dum rio se podia pagar. O patrulhamento ordinário das fronteiras cremos que era feito pelo povo e a custas do povo que tinha aquela parte da fronteira, pois era êle que estava mais interessado em não deixar entrar bandoleiros brancos ou vermelhos. Poderia ter havido recolhida comum de vacas na estância grande de um povo, como a de São Miguel ou do Japeju. Mas se o comprador ajudava na recolhida e transporte, com gente ou com cavalhos, se lhe vendiam as vacas a preço mais reduzido.

Assim vemos aplicado um grande e saníssimo princípio: deixar à iniciativa particular dos municípios tudo que êles pudessem suportar, sem pruridos de autosuficiência completa, e levantar à esfera do Estado só os assuntos que ultrapassavam realmente os recursos dos municípios. Ultrapassavam o Ofício de Missões e as duas grandes Vacarias: a do mar, por ter tido origem no gado de muitos povos, a de los Pinares, porque nenhum povo tinha tanto gado e tanta gente e cavalos, que sòzinho a pudesse implantar. Mas, de resto, iniciativa particular.

49. Reunindo as razões porque não haveria quase nenhuma obra inter-reducional, podemos dizer que isto se dava porque 1) não havia necessidade para tal, já que o próprio esfôrço e o recurso ao Ofício de Missões bastavam ordinàriamente para tudo, e em casos especiais bastava fazer funcionar o vulgaríssimo meio do comércio entre os povos para aprovisionar-se do necessário. As-

sim os povos Uruguai abaixo, como São Borja e mais ainda Japeju, eram preferentemente pastoris, e tinham gado e lã para vender em abundância. Os povos apertados na densa rêde entre Paraná e Uruguai eram preferentemente agrícolas e tinham erva, tabaco, algodão, madeiras para trocar por gado com os povos pastoris. E como os preços eram anualmente fixados na assembléia de todos os padres administradores, não havia possibilidade de uns povos explorarem a má situação do outro.

2) Além da pouca necessidade havia pouca possibilidade, já que os índios dos diversos povos fàcilmente brigavam por dá cá aquela palha, tornando assim pouco viável uma colaboração racional. Mais fáceis eram ainda as dissensões quando se tratava da repartição dos frutos do trabalho, onde até os padres curas se esquentavam freqüentemente, pensando cada um cumprir um dever de consciência em defender os interêsses do seu tutelado. Tôdas as oficinas, menos a de telhas, estavam e deviam necessàriamente ficar no segundo páteo, por causa da vigilância. Dois povos vigiando numa oficina e dentro do segundo páteo dela, seria uma utopia, dada a mentalidade dos índios. O mesmo vale de ervais comuns, de estâncias comuns, de barcos comuns. Não havia possibilidade.

50. Ao tratar de empresas inter-reducionais poderíamos examinar o que significavam os Intendentes de guerra, que o Provincial nomeava cada ano, e que nos tempos mais perigosos eram cinco. Dois para o Paraná, rio acima e rio abaixo. Dois para o Uruguai: rio acima e rio abaixo, e um para o Ibicuí ou para o mar. Êstes padres estavam encarregados de ficar com olhos e ouvidos abertos, cada um na sua comarca, para apanhar as notícias e rumores de ataques que pudesse haver e comunicá-los oficialmente e com tôda a urgência ao superior, que residia em Candelária. Em caso de urgência tinha também poder não só de pôr em estado de defesa o seu próprio povo, como todos os curas o tinham, mas também jurisdição de ordenar a prestação de auxílios de outros povos vizinhos igualmente, ainda que menos diretamente afetados. Mas neste caso não podemos falar pròpriamente em emprêsa econômica correlacionada como sistema de propriedade.

Outra coisa seria se se tratasse de sustentar com recursos dos respectivos povos um exército e um arsenal comum para tal fim. Mas nunca era o caso. A munição, os soldados, os exercícios militares, eram coisa de cada povo em particular, e cremos que mesmo em caso de marcha comum cada povo cuidava da sua gente, sem cuidar da do outro povo, a não ser por meio de vendas ou trocas de gêneros ou serviços. A Intendência de guerra impunha ao encarregado o dever duma vigilância especial nos povos de sua jurisdição e o direito de mobilizar não só os recursos do próprio povo, senão também os dos povos de sua zona (66).

CAPÍTULO VI

PROPRIEDADE REDUCCIONAL

Chamamos propriedade reduccional a propriedade que não pertencia nem a indivíduos nem a famílias, nem a cacicados em particular, mas era propriedade comum de todo o povo da redução, tomada como conjunto.

E propriedade exclusiva desta redução, não de duas ou mais nem das Trinta em conjunto.

Antecipando desde já os resultados das pesquisas e supondo que estejam de acôrdo com a realidade histórica, poderíamos dividir a propriedade reduccional (comunal, municipal) em cinco grandes classes:

1 — O solo todo...

2 — Os edifícios todos, menos a choupana de palha de roça.

3 — Grande parte dos objetos que havia dentro e fora dos edifícios, como se procurará determinar mais adiante.

4 — Os animais de montar, de corte, de tração.

5 — O dinheiro em ser e em crédito que o povo tinha no Ofício de Missões, bem como a parte que lhe tocaria em caso de dissolução do Ofício, de tôdas as propriedades do Ofício, que vimos no ponto anterior.

O SOLO

51. Se perguntarmos pela origem do solo dum povo, devemos responder que geralmente se formava do conjunto dos territórios que possuíam os caciques e seus vassalos quando se convertiam e juntavam ou "reduziam". O número podia ser de mais de 60 caciques, que se reuniam para formar uma unidade maior, chamada Povo, Doutrina, Redução, aldeia, Oppidum em latim, e que no tempo do maior florescimento eram verdadeiras cidades de 6 a 8 mil habitantes, com organização de município, com câmara de vereadores ao estilo de então.

Cremos que estas propriedades iniciais dos caciques pagãos nem sempre eram encostadas uma à outra. Antes formariam, a maioria das vêzes, grandes manchas de terra mais apropriada para agricultura, disseminadas numa área maior, com trechos ainda não aproveitados ou talvez nem aproveitáveis. Havendo então paz entre os caciques, para obviar as dificuldades da distância, é de supor que os caciques, que tinham suas terras perto do lugar escolhido para sede do povo, consentiriam em dar terra arável aos

novos caciques e sua gente que vinha chegando, ficando ou o povo em conjunto ou os caciques emigrados donos das terras antigas, abandonadas por causa da distância (67). Assim dentro da área total da terra do povo, as terras dos caciques mudavam e o solo total ia crescendo à medida que se chegavam novos caciques. Podia acontecer que caciques quase vizinhos fôssem uns para um povo e outros para outro e desta maneira podia haver interpenetração de terras. Assim se tornaria necessário fixar bem e racionalmente os limites dos povos entre si para evitar as costumeiras rezingas de crianças grandes que eram os índios. Por isso e por outros motivos era necessário fixar bem os contornos dos povos. Ainda mais, se fôsse preciso formar colônias pela demasiada multiplicação de um povo. Neste caso, com consulta e consentimento de todos os caciques interessados e das autoridades municipais, que geralmente seriam escolhidas entre os caciques, com direção e conselho dos administradores, que eram os padres, se resolvia traçar desta ou daquela maneira os limites. Se não havia acôrdo se recorria aos juízes de pleitos, e dêstes ainda se podia apelar para a última instância que era o Provincial. Êste, pelo rei e pela lei, estava investido da autoridade civil de decidir tais casos. Mesmo nos últimos anos não faltavam pleitos, porque a agricultura podia avançar a zonas de contato que até agora estavam fora da atenção e não haviam sido bem deslindadas (68).

Cremos que dentro da zona dos Trinta Povos haveria também terras que não eram reclamadas nomeadamente por nenhum povo em particular. Se eram aptas, poderiam ser escolhidas algum dia pelos legítimos administradores, de acôrdo com o parecer dos índios experimentados em terra de lavoura e criação de gado. Podiam ser adjudicadas a uma colônia que se destacasse de um povo super-povoado. Ou também um povo podia ter terras de sobra de seus antigos caciques, aptas para sustentar uma nova colônia. Neste caso podiam os caciques do povo proprietário, a conselho dos padres, doar a terra ao novo povo, ou vendê-la em certas condições. A doação tinha lugar quando a colônia era uma filial do povo proprietário, porque neste caso tanto os que iam como os que ficavam tinham igual direito, tanto à terra que fôra escolhida para nova colônia como a que ficava para o povo antigo. De per si o povo antigo estaria também obrigado, pela lei natural, a ajudar na instalação de roças, casas e igreja do povo novo, porque os homens do povo novo, ou pelo menos seus antepassados, haviam ajudado a instalar o povo velho. Mas consta pela fundação do povo de São João, filial de São Miguel, que tudo isto se fazia não com rigorosa justiça, mas mais com espírito de família, pois não só São Miguel ajudou, mas muitos outros povos enviaram gente que requeria apenas a sustentação e às vêzes nem isto. Mas se o Povo A cedia terra para uma colônia filial do

povo B, então o povo B e sua colônia em conjunto pagavam de alguma maneira a nova terra, porque tanto o povo B como a sua colônia lucravam, a colônia por adquirir a terra nova, o povo B porque as suas próprias terras agora, em vez de serem, por exemplo, para duas mil famílias, eram apenas para mil, já que o segundo milhar ia para a terra nova e o segundo milhar tinha tanto direito às terras antigas que abandonava, como o primeiro milhar que ficava. Mas houve também casos em que o povo A dava de presente a terra à colônia do povo B, em parte por caridade cristã, em parte porque o índio não se preocupava muito do que não precisava no momento. Claro que a venda seria à sua maneira: tantas vacas, ou sacos de erva ou rolos de tabaco e coisas que tais (69).

52. Como se provará històricamente a realidade dêste sistema de propriedade comunal de todo o solo do Povo?

Em primeiro lugar consta, por muitos documentos, que no princípio os padres assinavam terras aos caciques e sua gente. Claro que essa terra era solo de outros caciques e sobrava a êles, ou era de ninguém em particular, ou seja do povo em comum. Em todo o caso vê-se que a administração comum ou tinha terras comuns ou as fazia comuns de particulares que eram (com consentimento dos donos!) e as tornava a atribuir a particulares (70).

Mais tarde continuamente encontramos frases dos padres, as quais supõem que os padres pouco alcançavam de trabalho entre os índios, se não determinavam concretamente, onde, quando e quanto cada um devia lavrar para a sua colheita particular (71). Êsses fatos supõem que ao menos intervinham na zona assinalada ao cacique para determinar nela a terra que cada família devia trabalhar em tempo determinado, quer dizer, que atribuíam o uso da terra, até que a família requeresse outro trecho melhor. E é de se notar que muito bem podia ser que tôda a zona do cacique em que intervinham, havia sido extraída da propriedade de um cacique e incorporada na de outro, como vimos mais acima. Tudo isto supõe, como se vê, pelo menos em épocas posteriores, domínio perfeito da parte do povo e domínio imperfeito da parte do cacique e de suas famílias. Em outras palavras, os particulares, neste caso os caciques, as famílias, só tinham o uso, mas uso sem prazo fixo, por quanto tempo quisessem, mesmo em seus herdeiros, se um se interessasse por isso.

Acabamos de dizer: até que a família requeresse outro trecho. Êsse trecho, que a família sempre recebia, de quem era? Certamente não de outro particular, isto é, não era um trecho atualmente trabalhado por uma outra família. Porque, sobrando a terra, e sendo a única coisa difícil de alcançar a de que a família se resolvesse a trabalhar na roça particular, seria rematada loucu-

ra nos padres, tirar o que estava sendo trabalhado por um para dá-lo a outro. Se não era particular, era comum. Podia ter sido uma vez roça particular, mas cansada depois de sete a oito anos, fôra abandonada pouco a pouco e reduzida a capoeira, que ninguém queria, enquanto havia melhor, e melhor havia porque sobravam os matos. Se ninguém a queria é lógico que revertia à propriedade comum, até que, pelo descanso e pela vegetação (adubo e cinza) se tornasse novamente desejável e o comum a atribuisse a um novo particular. Podia ser que volvesse às mãos do possessor anterior ou entrasse na de outro. Seria infantilismo histórico julgar as questões que passaram naquelas terras e naqueles tempos, com a mesma bitola com que avaliamos fatos análogos dos nossos tempos e em lugares de falta de terra e sobra de gente.

No princípio as reduções podiam constar de algumas centenas de famílias. No decurso do tempo podiam chegar a mil e quinhentas e mesmo duas mil famílias, nos povos que se aproximavam de oito a dez mil almas. Depois êstes povos numerosos podiam reduzir-se outra vez a mil famílias ou menos ainda por meio de terríveis mortandades de pestes ou também pela divisão do povo em dois, formando colônia. Cada uma das famílias não só tinha o direito, mas o dever de ter uma roça particular e de trabalhar nela (72). As terras que se deviam dar às novas famílias, se o povo passava de 500 a 1000 ou de 1000 a 2000 famílias, donde as tiravam? Com que direito tirariam de uns para dar aos outros e isto para quanto tempo esta outra família quisesse? E se o número das famílias diminuia, e centenas de lotes começavam a vagar, quem entrava a ser o proprietário, se deixava de haver proprietário particular por morte dêste ou abandono da terra? O particular só considerava a terra como sua enquanto nela perdurava o efeito de seu amanho, semeadura e colheita a fazer. Isto no mesmo ciclo agrícola, por quanto, no segundo e seguintes, o amanho para nova semeadura era mais fácil que uma nova derrubada de mato. Mas se a terra se cansava e o rendimento não correspondesse mais ao trabalho empregado, o índio preferia fazer nova derrubada e por isso abandonava a roça velha e requeria ou simplesmente tomava, com tácita aprovação, um novo trecho de mato para derrubada e nova roça. Tudo isso naturalmente supõe que a terra saía do comum e voltava ao comum, pouco a pouco, porque uma roça velha ainda por vários anos podia continuar a produzir alguma batata doce, mandioca, alguns pés de milho, alguma touceira de algodão, que uma certa honestidade natural adjudicaria aos donos antigos.

O Tupambaé, roça de Deus ou roça do comum, constituia a metade ou mais da metade de tôda a terra cultivada. Era feita por todos em comum, isto é, o comum mandava que todos equi-

tativamente trabalhassem a sua parte nela e isto gratùitamente, porque seus frutos eram empregados exclusivamente para benefício de todos igualmente. Dizemos a metade, porque, afirma Cardiel, que depois de meio ano, pràticamente nenhum particular continuava a poder alimentar-se dos recursos da sua roça particular, e portanto, todos deviam ser alimentados pelo comum. Ainda que esta asserção seja talvez exagerada, contudo devemos acrescentar que pelo comum eram alimentados e vestidos os doentes, os velhos, tôdas as crianças, até a idade de casar (15 anos para meninas e 17 para rapazes), tôdas as viúvas, outras mulheres que moravam no cotiguaçu (asilo), todos os homens que iam a uma expedição militar ou de trabalho. Além disso o Tupambaé fornecia produtos para vender e ter o dinheiro para pagar todos os impostos, (um pêso por varão entre 18 e 60 anos, excetuados os poucos que estavam isentos), e sobretudo para comprar cada ano por 6-7 mil pesos e, em alguns anos muito mais, para a igreja, para as oficinas, etc., etc. Por êstes fatos se pode ter idéia do tamanho do Tupambaé, comparado com o abambaé ou propriedade particular. Ora estas terras do Tupambaé, antes de serem adjudicadas ao Tupambaé, de quem eram? Se do comum, então temos a tese; se de particulares, com que direito se tiravam da mão dêles? Perguntemos antes com que juízo se tiravam da mão dêles, porque se os padres deviam afadigar-se cada dia e cada hora em impelir os índios para produzir alguma comida para si, na roça particular, seria loucura despejá-los duma terra em que o estavam fazendo talqualmente (73).

Cremos que geralmente as terras do Tupambaé seriam assinaladas no princípio da redução. No decurso dela deviam ser algumas vêzes rodiziadas, já que não se conhecia outro adubo que o das cinzas das queimadas. Deviam ser forçosamente tratos maiores de terras, complexos de roças, que estavam mais ou menos próximas umas das outras ou mesmo contíguas e contínuas, por causa da vigilância dos padres sôbre tôdas as fases do trabalho. Mas se se mudava o Tupambaé, derrubando uma nova mata e deixando encapoeirar a roça antiga, de quem era o novo mato e de quem passava a ser a antiga roça?

De tudo isto nos parece constar com evidência, que todo o solo que estava dentro da jurisdição se considerava por índios e padres como propriedade comum. Talvez ninguém pensasse muito, nem sequer os padres nos fundamentos jurídicos de tal propriedade. Na prática todos procediam assim, os padres dispondo como administradores de todo o solo na forma acima explicada, e os índios, antigos proprietários ou não proprietários de tudo, de boamente aceitavam e aprovavam, ainda que não conscientemente, todo êste estado de coisas. E assim nos parece que em todo o caso a tácita ou expressa aprovação dos antigos proprietários,

e o beneplácito da lei del Rei, que mandava tantas vêzes os padres continuar o seu sistema, nos parece dizer, que se a propriedade comunal carecesse inicialmente de bases jurídicas, agora, com o proceder de todos, se sanavam tôdas as falhas que por acaso houvesse no princípio.

Resumindo, afirmamos pois, que tôda a terra era propriedade comunal. O comum, não só dava a cada um quanto quisesse cultivar para sua família, mas até lutava perpètuamente para obrigar de boamente o índio a cultivar mais do que costumava aceitar a inata preguiça indígena. E dava para quanto tempo quisesse a família e seu descendente casado que quisesse continuar a cultivar a terra do pai. E quando cansada aquela terra, não só dava de boamente outro pedaço de terra nova, mas até obrigava o índio a aceitar o cultivo duma terra nova, se constava que a velha não dava mais. Verdade é que geralmente se procedia através do cacique, assinalando para êste uma certa zona e cuidando para que êle destinasse as terras a cada família, e urgindo por meio dêle todos os trabalhos, desde a semeadura até a colheita. E enquanto as terras do cacique eram proporcionadas à sua gente, êle, o cacicado, em nome do povo, podia reentrar na posse duma terra abandonada por cansada, e em nome do povo podia atribuir terra nova a quem precisasse por cansaço da velha ou por haver constituido família. Índios e caciques continuavam desta maneira a antiga organização cacical, tão apreciada por êles. As autoridades administrativas do povo, que eram o cabildo e padre cura, tinham nisto um poderoso meio de influir sôbre os índios no sentido do trabalho efetivo. Se o cacicado se aumentava, o comum aumentava a zona do cacique, e no caso de extinção, se retomava completamente a sua zona, para em outra oportunidade dá-la a outro cacique necessitado de terra. Vemos que no fundo sempre aparece o comum do povo como dono das terras.

E' claro que não devemos examinar estas questões com olhos do século vinte, nem com olhos nas aldeias superpovoadas dos Alpes ou dos Andes, em que as montanhas apenas deixam uma que outra manchinha de terra aproveitável. A tese básica para compreender aquêles sistemas de propriedade é que sempre sobrava imensa quantidade de terra, à espera de um braço que a quisesse cultivar em próprio proveito, e que a única dificuldade do índio era a falta de ambição suficiente para a propriedade particular. Nêste ponto, permaneceria criança grande.

Convém especificar algo mais as muitas e diferentes partes de que se compunha êste território comum do povo, porque pode muito bem ser que a espécie de domínio adquira aspetos diferentes. Pois como se sabe, não havia, tão sòmente, o bloco compacto de uns mil e tantos quilômetros quadrados ao redor de cada sede. Havia várias classes de blocos menores, separados do bloco

principal por consideráveis distâncias. Podia haver plantações, embora raramente, à grande distância do povo. O que mais longe estava eram as estâncias, que podiam ficar a centenas de quilômetros e ervais nativos, também a muitas centenas de quilômetros de distância, disseminados numa área de cêrca de duzentos mil quilômetros quadrados, não cultivados nem assinalados a nenhum povo em particular, ainda que dentro da "província" dos Trinta Povos.

Poderíamos classificar as diversas partes do terreno do povo, segundo a coesão com o bloco da sede, ou segundo a perfeição do domínio, que exercia o povo, ou segundo a classe de utilidade que oferecia. O primeiro critério é pouco fecundo. O segundo se trata precisamente de investigar. Tomamos pois o terceiro, de suas utilidades, procurando adicionar o grau de domínio que a investigação fôr determinando.

Segundo o critério das utilidades, dividimos pois as terras do povo em terras de pura extração, em terras de cultura agrícola e ganadeira, em terras de moradia, em terras de circulação e terras baldias. Visto que quanto ao sistema de propriedade, entre as diferentes partes pode haver notáveis diferenças, tanto se as compararmos entre si como se as compararmos com os seus correspondentes dos nossos dias. Por isso pedimos vênia para desenvolver algo mais as subdivisões desta divisão.

53. Terras de pura extração denominaríamos as terras que fornecem as suas utilidades, sem que se adicione nem trabalho nem cultura alguma. Tôda a contribuição humana se reduz à colheita.

Na atual Bolívia, nas missões dos Chiquitos, extraíam muito mel e cera das matas nativas, que davam milhares de pesos cada ano nos mercados do Peru. Mas parece que nas florestas tropicais do Paraná e Uruguai haveria pouca renda com isto (74). Pelo menos se vê nas contas dos povos com os ofícios de Missões que cêra e mel estão pràticamente ausentes, ao passo que os procuradores para as missões dos Chiquitos mencionam quantidades enormes, mandadas por aquelas missões. Quanto à extração dos pinhões nos pinhais do planalto rio-grandense, há menções de que os índios às vêzes migravam para lá no tempo do pinhão. Mas isto seria antes da conversão. Depois da redução havia muita abundância de milho, mandioca, batata doce, sobretudo nos Tupambaé e, mais que tudo, tanta carne de vaca e tudo podiam receber cada dia quase na porta de suas casas. E' difícil de admitir que os índios viajassem tão longe para apanhar aquêle alimento tão escasso e tão pouco alimentício em comparação com o que tinham em casa. E tanto era o trabalho comum e particular em casa que pouco tempo sobraria para um passeio com tão pouco

proveito à tanta distância (75). Em certa maneira os matos subtropicais se poderiam chamar de extração com respeito à caça, pesca e frutos silvestres. Mas como êstes recursos só eram necessários em casos de viagens e extravios, já que havia mais e melhor e com menos trabalho em todos os povos, quase não vale a pena mencioná-los (76).

54. Os matos não se podem chamar racionalmente lugares de extração em lenha e madeira de construção, porque a lenha se tirava sempre das derrubadas feitas para roças novas, e as madeiras de lei se guardavam na mesma ocasião para os casos de necessidade (77), ou então por serem de lei, podiam ficar deitados na roça por muitos anos sem prejuízo. Claro que pode ter havido casos e certamente os houve em que se buscavam madeiras de construção no recesso dos matos antes que lá chegasse a derrubada. Para casas e templos se precisava uma enorme quantidade. Os documentos falam também de exportação de tábuas Paraná abaixo, ou de balsas de troncos de lei, levados Paraná ou Uruguai abaixo para edifícios públicos ou eclesiásticos e da Companhia (78). Também se mencionam vendas ou doações de madeiras que um povo de muitas matas fazia aos que não dispunham delas (79). Madeiras especiais se requeriam para móveis, canoas, barcos maiores, estátuas, chapas em que se cinzelavam negativos da imprensa... Precisavam os índios de muita lenha para os seus fogões, que geralmente se reduziam a algumas pedras no meio do compartimento em que morava tôda a família. Fogo não só para cozinhar, mas também no inverno para aquecer, no verão para afugentar os mosquitos e insetos molestos. Daí se pode imaginar que quase nunca se apagaria o fogo completamente. Isto e o disperdício de energia, ocasionado da falta de fogões fechados, exigia uma grande quantidade de lenha. Um povo de mil famílias, que gastasse umas cinco achas por dia e por família, precisaria de quase dois milhões de achas por ano. E que são cinco achas das que nós costumamos comprar no mercado, para o gasto duma família nas condições dos índios que acima indicamos? Daí que uma das condições mais indispensáveis para a fixação duma nova redução era a abundância de matos para roças e lenha e madeiras de construção (80).

Aqui se impõe antecipar uma explicação, que damos ao tratar da propriedade cacical. Parece-nos certo que o povo ou o padre dava ao cacique e à sua gente uma zona boa de matos ou capões. O cacique, juntamente com o padre, assinalava a cada família do cacicado um trecho que podia e devia cultivar em proveito particular. Cada um ficava por seis ou sete anos com êsse seu lote. Depois o dava por cansado, como expressamente atestam vários missionários. Abandonavam pois o primeiro lote que

naturalmente iria encapoeirando pouco a pouco e requeriam e recebiam outro lote de mato para derrubar e fazer cada um a sua roça. Depois passariam a um terceiro pedaço ou também voltariam a roças antigas se julgavam que se haviam recuperado suficientemente para valer a pena trabalhar. E' claro que entrementes cada família dispunha a belprazer da lenha da sua derrubada, e talvez da dos outros, a quem agradava ver-se livres da infinita ramalhada que estorvava o trabalho da plantação. Não acontecia o mesmo com as madeiras de lei que o comum, por meio do corregedor ou do padre, mandava reservar para os casos de necessidade. Nem os mesmos índios teriam emprêgo algum razoável para os enormes troncos da madeira de lei. Para lenha não serviam fàcilmente, dada a grossura dos toros. Nem para as frágeis choupanas de roça que estavam feitas com quatro ou seis troncos pequenos, algumas varas, algumas rodilhas de cipó e bastante palha. Os troncos grandes da derrubada só serviam nas Igrejas, nas casas dos padres e dos índios, o que tudo era feito pelo comum do povo e não por particulares. Por isso dissemos que os grandes madeiros de lei, por via de regra, pertenciam à comunidade, tanto os que eram sacrificados na derrubada comum, como os que se iam buscar no recesso das matas. Sôbre êsse trabalho dá bons conselhos o Padre Antônio Sepp (81).

55. Abandonando os matos comuns, volvemo-nos para os ervais nativos. Aí sim que encontramos uma área de pura extração. Não vem ao caso mencionar os processos interessantíssimos desta indústria extrativa. Devemos provar que eram propriedade reducional ou comunal do povo de uma aldeia tomada em conjunto. Estavam situados quase todos êles na zona ervateira do alto Paraná e alto Uruguai. Para atingí-los, se faziam expedições, puramente fluviais, ou então um misto de ambas as maneiras. São Borja, por exemplo, tinha um erval na margem da Lagoa dos Patos, o que com os rodeios dos caminhos, seriam quase mil quilômetros de distância. Cremos que em muitos casos seriam propriedade pre-cristã dos caciques que entraram a formar a respectiva redução, ou também que tinham sido achados e adjudicados, com exclusividade ao povo, a quem pertenciam os expedicionários que procurassem e achassem os ervais nativos. Como todos os índios estavam obrigados a fazer anualmente a sua roça particular e fora do tempo do trabalho de roças, a trabalhar em obras comuns, de casas de índios, igrejas, oficinas, caminhos etc., etc., não é de supôr que 50 ou cem homens se pudessem ausentar destas suas obrigações por vários mêses e trabalhar em proveito exclusivamente particular e depois tomar parte nos proveitos do trabalho comum em que não tinham tomado parte (82) . . . E nos mêses de faina ervateira, eram sustentados com carne e tabaco que vi-

nha do comum: os bois ou cargueiros, que usavam eram do comum e provàvelmente também as balsas em que subiam os rios e as bolsas de couro em que ensacavam a erva. Tudo isto sugere, com bastante evidência, que não só o erval nativo era de todo o povo, mas também que a fabricação era feita por gente mandada pelo comum e a erva produzida era do comum, aliás sem nenhuma repugnância dos ervateiros, que iam na expedição, porque êles recebiam do comum tôda a erva que precisavam. As pagas ou prêmios, que alguns padres mencionam, seriam antes um prêmio aos ervateiros que apresentassem o resultado de seu trabalho em maior quantidade e melhor qualidade. Estímulo que bem se compreende, dada a mentalidade acriançada dos índios. Acresce que o ervateiro índio não seria capaz de guardar por muito tempo uma quantidade maior de erva, por não ter lugar em condições, e por desperdiçar logo tudo com o uso imoderado e com presentes dados a todos os amigos, vizinhos ou parentes, consoante a sua evolução psíquica atrasada. Para o comum, aliás, não faria muita diferença, porque o índio que tinha erva por recursos próprios, não recebia os do comum, e se não tinha nada de particular recebia sempre do comum. Se até o milho, a farinha de mandioca, o algodão dos particulares se guardava, com a taboleta do nome do particular, nos armazens comuns para ser usado racionalmente! (83).

De todos êsses fatos concluimos que tanto os ervais como a erva colhida nos ervais nativos era propriedade comum, à maneira porém, duma família, em que não se procede com extremo rigor. Dos ervais artificiais nem se fala por que êstes sempre pertenciam em todo o sentido ao comum, já que feitos em solo do comum e com trabalho do comum e para o comum. O produto dos ervais nativos, certamente era inferior porque feito com material menos bom que o dos ervais artificiais, e além disso com menos vigilância e vagar, já que os primeiros podiam distar mil quilômetros e os artificiais estavam, muitas vêzes, à meia légua e menos da sede do povo, como se vê em muitíssimos documentos de Buenos Aires (84). A não ser que a erva trazida dos ervais nativos passasse mais tarde por um novo processo de refinamento por nova moagem e peneiramento. Os únicos instrumentos necessários na fabricação da erva mate eram machados e facões para cortar lenha e galhos de erva e para fazer os morteiros de madeira que usavam os índios para moer as fôlhas dissecadas, se é que não usavam também buracos na terra, revestida de couro de boi. Os espanhóis, segundo algumas testemunhas, não revestiam os buracos com couro e menos ainda se davam ao trabalho de fazer morteiros de madeira (85). Daí que seu produto era sempre inferior em todos os mercados.

56. Terras de pura extração poderiam ser chamadas também algumas pedreiras de grês, basalto, itacuru; os barreiros apropriados para adôbes e mais raramente para telhas; os banhados com diversas qualidades de palhas e juncos (86). Tudo isto era do comum, porque nem podia estar na roça particular, porque então tal terra não servia para roça e porque as obras que com isto se faziam eram sempre feitas pelo comum, e nunca nenhum índio nem família indígena se lembraria de reclamar essa propriedade, porque não lhe serviria para nada absolutamente, já que a casa que êle fazia, costumava ser de palha, e, se muito, de pau a pique ou "taipa francesa", como se chama nos documentos coevos. A título de curiosidade e de informação, acrescentamos, que há centenas de memoriais de Províncias nos arquivos de Buenos Aires, em que no fim da visita de inspeção oficial, mandavam por escrito o que se devia fazer na respetiva redução. Pois bem, dificilmente se encontraria uma recomendação, tantas vêzes repetida, como a que mandava cuidar bem da instalação, conservação ou funcionamento da oficina das telhas. As casas dos índios, com exceção de algumas da costa do Paraná, em que a erosão já pôs a descoberto as camadas de arenito, eram feitas com fundamento de pedras, muros de adôbes, e madeiramento de lei, se havia. Ora uma cobertura com palha, em pouco tempo deixaria cair a água sôbre os adôbes, que se derretiam, como barro sêco, não queimado, que eram. Agora com telhas queimadas em cima e com um corredor coberto por todos os lados, os muros de adôbes e também os de barro pisado, podiam durar séculos, se se cuidava de evitar e remediar imediatamente tôdas as goteiras. Daí a insistência estafante dos Provinciais na fábrica de telhas e em "coger las goteras". Não raro aflora também a menção da alegria duma redução por ter encontrado finalmente um barreiro apto para a fabricação de telhas. A fábrica consistia nas fôrmas, nos galpões para secar e nos fornos para queimar, como os descreve o Padre Antônio Sepp, que relata também como os meninos e as meninas ajudavam na fabricação, pelo cuidadoso transporte das telhas de um lugar para outro. Ora a juventude, antes de casar, quase sempre se empregava em trabalhos comuns e para o comum. De tudo isto se deduz com evidência a propriedade comunal que procuramos demonstrar, quanto aos terrenos de pura extração (87).

57. Não mencionamos minas de pedras ou metais preciosos porque não os havia. Nem mencionamos a tão gabada fundição de ferro do P. Sepp, em São João Batista. Pràticamente o único reflexo que esta extração deixou, em dezenas de milhares de documentos, é a relação que êle mesmo fez, em suas amenas descrições da viagem, sinal de que ninguém a teve em muita con-

ta, provàvelmente por ser muito mais econômico produzir erva e vendê-la e com o dinheiro comprar o bom ferro das forjas de Barcelona.

Chegamos com isto aos terrenos de cultura. Devemos distinguir acuradamente os diversos aspectos que havia, que nuns pode estar mais e noutros menos claro o carácter de propriedade que os rege.

58. Em primeiro lugar nomeamos todos os chãos que dizem respeito à criação de gado, como sejam as estâncias maiores, em geral a grandes distâncias dos Povos proprietários; as "estanzuelas" menores ou uma espécie de "potreiros grandes" em que se guardava o gado trazido das estâncias maiores. É claro que estas estâncias menores também deviam ser bem providas de pasto, e por isto não estariam encostadas ao povo; os currais que serviam imediatamente para os açougues. Tudo isto se originava de propriedade comum, era instalado por trabalho comum, era manejado por trabalho comum, com cavalos comuns e seus frutos eram todos distribuidos pelo comum aos particulares, segundo regulamentos dados pelo comum: uma vaca cada dia para tantas e tantas famílias! (Em tempos de carestia se dava uma rez grande para cem pessoas). Os índios, por via de regra, nem criavam gado de corte, nem eram capazes para tal, sem uma contínua vigilância de cima, da parte dos administradores brancos do comum que eram os padres curas. Além disso os índios só com enormes trabalhos dos padres se deixavam compelir aos labôres comuns e particulares. Era pois claro que, havendo carne da parte do comum, nenhum índio se dava ao trabalho de criá-la particularmente. Por isto é evidente que tudo quanto se relacionava com criação de gado estava na esfera da propriedade comunal, até o momento em que os açougueiros oficiais entregavam a ração de carne ao representante da família, ou ao representante de uma comunidade, como era a comunidade feminina do cotiguaçu, a juventude não casada, empregada em trabalhos da comunidade etc., etc. Tudo isto prova que estâncias, potreiros, currais eram propriedade do povo em conjunto (88).

59. Além das estâncias comuns, havia roça comum ou Tupambaé (Tupan,mbaé: de Deus, coisa). Não sabemos se desde o princípio se destinavam ao Tupambaé extensões tão grandes de matos e campos lavráveis que durante cem anos e mais se pudesse rodiziar, atacando uma parte e deixando outra descansar e encapoeirar até poder ser retomada com proveito, ou se também no decurso do tempo havia rodízio entre as propriedades destinadas ao Tupambaé e as que eram destinadas aos abambaés (roças particulares). Podia ser que um ex-Tupambaé fôsse retomado para

abambaé ou vice-versa; ou que um mato ou campo virgem, primitivamente destinado a Tupambaé servisse depois para abambaé ou vice-versa. Em todo o caso o Tupambaé devia estar forçosamente mais perto da sede por causa da maior vigilância que se requeria e porque muitos trabalhos eram feitos por crianças: rapazes para capinar, meninas para enxotar os periquitos e para colher os delicados flocos de algodão... É claro que as crianças não podiam se deslocar cada dia a várias horas de distância para trabalhar, tanto mais que urgia também a catequese, mais ou menos diária, o rosário pelas cinco ou seis da tarde... Seja como fôr, ambas as roças procediam de solo que era propriedade comunal: o Tupambaé cultivado com trabalho comum e seus frutos distribuídos exclusivamente pelo comum, aos pobres, doentes, viúvas, órfãos, para pagar impostos e comprar tudo quanto era preciso para alimentar mais ou menos tôda a população depois de acabadas as provisões particulares. Do conjunto dêstes fatos se vê claramente que a terra do Tupambaé era propriedade comunal no mais perfeito sentido da palavra (89).

Uma sub-parte do Tupambaé, porém mais protegida e reservada ainda era a horta dos padres, que quase sempre ficava atrás do colégio e da igreja. Sua extensão às vêzes chegava a 200 por 300 ou mais metros, ou seja entre cinquenta e cem mil metros quadrados. Procedia, é claro, da propriedade comum do solo, era destinada à horticultura. Todos os frutos eram destinados a aqueles cujo sustento corria por conta do comum. As flôres para a igreja, as hortaliças para doentes e padres, as frutas do pomar para doentes, crianças, padres. Aliás, cremos que certos pomares de fácil cultura, como os laranjais e pecegueirais também se cultivaram fora da horta. A horta também se destinava ao espairecimento dos padres, como é costume nos conventos e colégios da Companhia de Jesus. Estava cercada de um muro de pedra ou às mais das vêzes de uma taipa de barro com telhado de palha ou telhas para impedir a destruição do barro pela chuva. Há referências a obras de regadio, em alguns lugares. A horta era um bem da paróquia ou do conjunto do povo, ainda que seu acesso e uso estava reservado aos padres e aos peões que o comum mandava para trabalhar na horta, se os 5-6 meninos destinados aos pequenos serviços domésticos não podiam dar conta do trabalho. A Companhia na horta não possuia nem um palmo de terra como propriedade sua. Era tudo do respectivo povo (90).

59a. Examinemos a situação das terras destinadas aos trabalhos agrícolas da família ou seja dos particulares. Não é fácil decidir claramente a classe de propriedade que a caracterizava. Devemos encadear cronològicamente os fatos concretos a respeito dela. Começando a morar numa redução, um cacique

com a sua gente, podia ter a sorte de continuar a trabalhar na zona que já antes da conversão e redução se considerava como sua e de sua gente. Neste caso, os particulares ou as famílias connuavam na posse do que lhes assinalara ou aprovara o cacique. Mas também podia se dar o caso que todo o cacicado se deslocasse do seu lugar para a redução e isto a tal distância que não valia a pena continuar cultivando a antiga zona. Neste caso, o cacicado e nele tôdas as famílias particulares recebiam uma zona nova ou das mãos do comum ou das mãos dum cacique particular que o dava por meio do comum e a pedido e ordem e limitação do comum. E não só recebiam terras, mas pelo simples fato de quererem ir de suas terras para perto da redução, adquiriam o direito de receber suficiente terra para si. O mecanismo dêste direito era o seguinte: a terra, que adquiriam direito de receber na sua nova residência, naturalmente havia sido de algum cacique particular e de sua gente. Depois de alguns anos, a terra se cansava e podia muito bem ser que estivesse cansada tôda a terra dada a um cacique, de sorte que não só as famílias abandonavam uma terra e tomavam outra na zona do cacicado, mas também acontecia que todo o cacicado abandonava sua zona e tomava outra. Êste último caso, forçosamente, se dava quando o cacicado havia chegado a derrubar todo o mato de seu capão e não dispunha mais de matos para lenha e roças novas. As terras abandonadas e cansadas que ninguém queria, de quem eram senão do povo? Após muitos anos, quando já estavam novamente cobertas de algum mato, podia-se assinalá-la, como roça para o mesmo ou outro cacique. Quem assinalava senão o comum? E o comum como assinalava, se não era proprietário? De quem era uma terra que ninguém queria, por haver terra melhor para todos? Ninguém querer é o mesmo que ninguém ser proprietário. E ninguém em particular ser proprietário é o mesmo que ser propriedade do comum. Não devemos julgar essas coisas por nossos conceitos. Naqueles tempos e lugares sobrava a terra e o mato, e a única coisa que sempre faltava era a vontade de trabalhar, ainda que fôsse em exclusiva utilidade particular. Nestas circunstâncias e diante da fácil implicância dos índios, era necessário que o comum interviesse para regularizar devidamente tudo que se referisse às roças (91).

Por isso julgamos que o comum atribuia aos particulares e à família o uso da terra lavrável por quanto tempo essa família quisesse. E mesmo a deixava transmitir ao filho ou à filha, que ficasse na casa e na roça. Não aos outros filhos casados, porque ao casarem, recebiam casa e terra própria, razão porque nunca se originariam invejas entre irmãos e irmãs casadas por causa da herança na terra dos pais. Bastava requerer outra e melhor e mais nova para tê-la imediatamente, já que o grande e secular empe-

nho dos padres foi inspirar suficiente ambição de ter casa e roça particular e nela trabalhar para si e sua família. Nos memoriais das visitas provinciais há poucas recomendações tão frequentes e tão insistentes, como a que se fazia com respeito ao trabalho na roça particular.

A terra, logo abandonada, pela família, voltava a ser propriedade comum. Não com fórmulas legais, mas com o direito concedido pelo costume, prática e implicitamente aprovado por todos.

Chegamos com isto à classe dos solos destinados à moradia. Também aqui devemos examinar as diferentes classes de solos de moradia porque as "pertenencias" jurídicas podem ser diferentes, pelo menos em intensidade.

60. Os solos de moradia, em primeiro lugar, eram os do "complexo sagrado", que geralmente tinha esta sequência, da direita para a esquerda, de quem olha da praça para a fachada da igreja: cemitério, igreja, colégio, oficinas e, atrás destas quatro dependências, a horta. (Já tratamos da horta no ponto anterior, mas aqui se inclui sob o ponto de vista do sagrado, porque estava provàvelmente incluída na clausura ou seja com exclusão de acesso às mulheres.) Solos de moradia eram, em segundo lugar, os solos em que estavam tôdas as demais moradias, subdivididas em moradias públicas (cotiguaçu, oficinas, cabildo, cadeia, hospedaria ou tambo, fábricas de ladrilhos, telhas, cal, açougues) e moradias particulares dentro da sede do povo.

61. O chão em que estavam tôdas estas edificações públicas era uma parte do chão comunalmente possuído desde o princípio. Quanto ao terreno dos edifícios públicos, não pode haver dúvida alguma de que tenha sido propriedade comunal do povo, dada a sua procedência e dado o seu destino. Os mesmos edifícios públicos eram todos êles feitos pelo comum e exclusivamente para o comum, ainda que reservado o uso àquelas pessoas a que o comum os destinava (colégio aos padres, cotiguaçu às viúvas, etc., cabildo aos "cabildantes", oficinas aos oficiais, cadeia aos presos sentenciados ou por sentenciar...) (92).

62. Quanto ao chão, em que estavam as casas particulares, é verdade que procedia duma propriedade comum, mas enfim poderia ser dado para sempre aos particulares. Provaremos, entretanto, mais tarde, ao tratarmos das casas "particulares", que estas mais bem continuavam propriedade comunal ainda que dadas às famílias por tôda a vida e também aos descendentes que ficassem nela depois dos pais. Assim pois é de supor que o chão das casas particulares evidentemente continuava sendo proprieda-

de comunal e não particular. Isto no sentido de que o particular e seus filhos o usavam, mas não o poderiam vender ou doar a outros, sem aprovação da comunidade. (Veja habitação em propriedade familiar) (93).

Portanto, as razões de afirmar que o solo em que estavam as casas dos índios, era propriedade comunal, são as seguintes: antes de doado àquela família, era propriedade comunal. Sem casa em cima, não tinha valor e ninguém o queria, o que equivale a dizer que todos o deixavam para quem quisesse e isto significa que ficava para o comum. Por todo o sistema das reduções se vê claramente que os caciques recebiam seus bairros assinados pelo comum (padre) e que as casas se faziam como e onde e quando o comum o queria; o comum indicava que a família teria já sua casa, que a família devia esperar um pouco. Quando uma casa vagava, era o comum que a destinava a outra família. Quando a casa faltava, o comum marcava onde construir.

Todos êstes e outros fatos provam que o solo sôbre que estava a casa particular, era comum. Mas dum comum que não tinha a ordem rígida de um Estado, da cooperativa ou dum sindicato. Era um comum como o da família, em que se cuida de todos, não só segundo os seus méritos, mas também segundo as suas necessidades.

63. Resta falar do solo do tráfego em que se processavam os transportes e movimentos pessoais, praças, ruas, estradas, pontes... É claro que êste terreno não era de particulares, mas enfim podia ser do "Estado" ou Província dos Trinta Povos. Podia ser provincial em vez de municipal. Alguma coisa também poderia ter sido inframunicipal ou cacical (distrital). Cremos que nunca foi inframunicipal. Pois além de não haver documentos neste sentido, não se compreende como um cacique, que nunca mandava mais que sôbre os seus vassalos e que muitas vêzes era adventício no lugar, pudesse ter direito de mandar fazer esta ou aquela estrada e para isso desapropriar terra. Nem poder nem vontade tinha êsse particular de levar a cabo uma obra que era para 60 ou mais caciques. Nem eram propriedade supramunicipal, porque de forma alguma era necessária a ingerência da "Província" dos Trinta Povos em assuntos, que eram perfeitamente possíveis aos povos particulares. A "Província" podia exortar aos povos que cada um cuidasse bem de suas estradas, ruas, praças, pontes etc., mas não tinha o dinheiro, gente nem outros meios para fazer qualquer coisa por si mesma. Tudo podia e devia fazer através dos povos em particular. Portanto, a ausência de necessidade, a ausência de meios por parte do conjunto dos Trinta Povos, a ausência de documentos que falem da ingerência direta dos Trinta Povos em todo o sistema viatório, provam à saciedade que

a viação estava afeta ùnicamente aos municípios e que por isto mesmo o chão de estradas e ruas e praças nunca pertenciam ao Estado, mas aos municípios.

É isto que afirmamos na tese. Acrescentamos a explicação que cada povo cuidava de suas estradas até a fronteira do povo seguinte, onde geralmente havia de ambos os lados uma capela com alguns aposentos para repousar e provàvelmente alguma guarda fixa. Esta duplicidade das capelas nos limites consta da viagem que fêz o brigadeiro Alvear, uns dez e tantos anos depois da expulsão dos jesuitas (94). É claro que se a divisa entre os povos era formada por um arroio de profundas barrancas, bem podia ser que os dois povos colaborassem em medida mais ou menos igual para a construção de uma ponte, mandando gente, madeiras e mantimentos durante o trabalho.

E se perguntarmos como é que a comunidade dos Trinta Povos podia estar bem servida com os caminhos comuns, entregues ao capricho dos povos particulares, responderemos que se os municípios estavam bem servidos, também o estavam os Trinta Povos, que não tinham nenhum interêsse à parte de seus subordinados. Além disso, ao tratarmos das estradas no capítulo da propriedade provincial, explicamos as exigências modestas que naqueles tempos se tinha a respeito dos caminhos, pontes e outras passagens dos rios. Não devemos esquecer que os padres, cuja vontade fàcilmente faziam os índios, estavam muito mais firmemente dependentes do superior das Missões e do Provincial do que os prefeitos de hoje dependem do Governador duma província. E por sua parte, também estavam sumamente interessados no bom andamento temporal de todos os povos. O interêsse dos padres no bom andamento não só de seu povo mas de todos os Trinta Povos, a dependência entre Provincial e Superior de missão e padres e índios faziam com que cada município cuidasse bem de suas estradas e assim estando bem o município, estavam bem o Estado ou conjunto de municípios. Não se deve esquecer nunca que não vigorava ùnicamente a justiça, mas a caridade, a coesão e boa vontade de família (95).

Por isso seria improcedente aduzir o sistema rodoviário dos Trinta Povos, que era de base essencialmente municipalista, como modêlo histórico do municipalismo de hoje. É certo que grande parte das nossas misérias econômicas provém da absoluta supremacia em número e em proventos da pura burocracia estatal, sôbre os municípios que devem produzir e têm que entregar grande parte das rendas para alimentar a burocracia inativa e impeditiva. O municipalismo guarani é um exemplo, mas nas comparações devem-se tomar em conta as diversidades de circunstâncias.

Resta mencionar que cada povo, uns mais outros menos, te-

ria também terras que nem oferecíam matéria para extração, nem possibilidades para cultura "ganadeira" ou agrícola, nem serviam para moradia ou circulação, como pedregais estéreis, banhados, tremedais, encostas íngremes, várzeas sujeitas a enchentes, tratos indecisos para sul e norte das propriedades dos Sete Povos, tratos que não sabemos onde acabava a jurisdição de cada povo e começava a dos Trinta Povos em comum... Esta indecisão valia sobremaneira a respeito da zona ervateira do norte em que algumas pequenas manchas ervateiras flutuavam numa área de centenas de milhares de quilômetros quadrados. Nestas regiões, ao longo dos grandes rios e seus afluentes, havia imensas florestas virgens com solos exuberantes, que futuramente poderiam ter servido para fundar colônias guaranis. Onde estaria aí a fronteira entre povos particulares e o conjunto dos Trinta Povos? (96)

EDIFICAÇÕES SÔBRE O SOLO

64. Qual a atitude dos índios na sua vida pré-cristã, com respeito à habitação? O guarani na infidelidade sempre tendia ao aglomerado. Raramente faria choupana para si só ou só sua família. Os documentos mais antigos (97) nos mostram que a sua casa sempre era uma casa coletiva, geralmente em forma alongada, em que o cacique assinalava a cada família um pedaço em que pôr os seus trastes e passar os dias e as noites, que não passassem sentados na roda dos companheiros de cacicado. Cremos mesmo que só transitòriamente construiria casa à parte para a sua família. É claro que dessa casa grande, ou comum, só o conjunto dispunha como proprietário, ou em nome do conjunto o cacique mandaria aumentar, destruir, abandonar, renovar... Assim no guarani cristão se acentuava mais o conceito de casa comum do que a casa particular. Por isto e por grande economia de trabalho e material, os padres conservaram a casa grande, comprida, introduzindo apenas as divisões internas que não havia na casa pré-cristã, mas aumentando a comodidade social diurna ao redor da casa, por meio duma varanda coberta de seus duzentos e tantos metros quadrados. As divisões internas se haviam tornado necessárias por motivos de ética, fàcilmente inteligíveis e por motivos de psicologia. Era necessário acostumar pouco a pouco o índio ao manejo da propriedade particular e da responsabilidade pessoal... (98).

65. Sôbre êste lastro tradicional devemos ver a organização das edificações das reduções. Em geral, os novos habitantes da redução chegavam em grupos com o cacique à frente. Às vêzes também em famílias isoladas. Os grupos constituiriam, com

auxílio dos que os acolhiam, uma ou mais casas grandes, ao estilo dos antigos. Diz-se nos documentos que nos começos os padres permitiam ainda casas sem divisões internas (99). As famílias isoladas construiriam uma choupana de palha. Ambos ficariam morando mêses e talvez um ano e mais, até que o comum estava em condições de oferecer casa feita por êle aos recém-chegados. Cremos pois que estas casas iniciais e provisórias se consideravam mais de propriedade particular dos que as haviam construído, ainda que talvez já em terreno alheio. Da mesma forma as casinhas ou choupanas de palha que os índios construiam na roça para se abrigarem das intempéries, no tempo da lavoura, pois que muitos tinham plantação tão longe da sede que deviam permanecer a semana inteira na roça voltando apenas no sábado para os deveres dominicais (100). Estas choupanas de palha, ou se muito de pau a pique, se faziam em questão de horas ou poucos dias, duravam pouco e no tempo em que não se trabalhava na roça ficariam abandonadas. Cremos pois que estas choupanas, bem como alguma outra que fizesse algum índio fugido, sempre se consideravam como coisa inteiramente particular, de tal maneira que o dono ou a família podia mudar, destruir, fazer de novo sem ingerência de quem quer que fôsse. Ainda que o terreno de roça, como acima insinuamos, parece que era propriedade do comum, e portanto, segundo os nossos direitos, o particular não poderia construir sem licença do comum. Contudo é verdade que aquêle terreno se considerava para êste efeito como propriedade particular, pois que era dado à família para quanto tempo quisesse.

Descartadas pois estas construções iniciais e as choupanas das roças, entremos a examinar as demais construções do povo. Podemos dividir a matéria em edifícios públicos e particulares.

Chamamos edifícios públicos todos os que não eram exclusivos duma família ou dum indivíduo, ainda que talvez reservado a uma classe.

66. Quanto a igrejas, capelas, oratórios públicos não há dúvida alguma. Feitas sôbre terreno do povo, pelo povo, a expensas do povo e para o povo. Não eram da Companhia nem dos Trinta Povos, nem do Estado nem da Igreja. Eram do povo (101). O cemitério também tinha consideráveis construções: muros com belo portão, com uma capelinha mortuária, canteiros, cobertiços ou aposentos para guardar coisas. É evidente que as edificações eram do povo (102).

67. O colégio, feito sôbre o chão do comum, pelo comum e a expensas do comum, constava na ala do fundo de 5-6 quartos, refeitório, cozinha, despensa, adega. Dos outros lados o da esquerda tinha escolas e oficinas provàvelmente com portas para o

pátio das oficinas. Os outros dois lados do colégio, o da praça e o da igreja, só constavam de galerias cobertas. No centro um grande pátio. Julgamos que todas estas alas e o pátio estavam em clausura papal, isto é, nelas não podiam entrar mulheres de qualquer idade e condições que fôssem. Os índios do sexo masculino entravam aí como se entra em casa alheia, com licença e com vigilância. Desta maneira se vê que o colégio de alguma maneira estava reservado, não porém por ser dos padres, mas por haver prescrições da Igreja e da Companhia a êsse respeito. O colégio não pertencia de maneira alguma à Companhia, assim como a casa canônica construída por uma paróquia não pertence ao vigário que casualmente atende à paróquia, no momento da construção. É reservado aos padres, mas não é dos padres, nem êles podem vendê-lo ou destruí-lo ou alugá-lo a seu belprazer. Os colégios das reduções, apesar do nome, que muitas vêzes levam, não eram colégios, nem de fato nem jurìdicamente, ainda que a forma e o tamanho às vêzes aparentasse tal coisa. Eram simples casas canônicas, que os paroquianos estavam obrigados por lei civil e eclesiástica a proporcionar aos seus párocos (103).

68. O chamado segundo pátio que se encostava no primeiro que era o colégio, agrupava tôdas as principais oficinas e armazens, em seus quatro lados. Os autores enumeram algumas dúzias. Por motivos de segurança, e sobretudo de vigilância, deviam estar tôdas juntas num grande recinto fechado e chaveável à noite. Sôbre terreno da comunidade, construídas pelo comum, com expensas do comum, provido de instrumentos e operários pelo comum, e executando trabalhos do comum e para o comum... Não resta dúvida alguma que o edifício das oficinas era propriedade comunal, não dos padres nem de caciques particulares e menos de famílias e indivíduos. É claro que certas oficinas executavam também trabalhos para os particulares: os tecelões teciam a lã ou o algodão dos particulares, empregado na roupa dos particulares; os carpinteiros também fariam as rodinhas das carretilhas que depois eram inteiramente particulares, também fariam cangas e coisas que tais. E o comum para isto os sustentava e em certa maneira pagava. Pagava, porque fazia gozar de todos os inumeráveis benefícios, decorrentes de todos os outros trabalhos comuns (estâncias, ervais, Tupambaé, etc., etc.,.) a que o oficial pessoalmente não concorrera, mas concorrera o marido da índia para quem o tecelão gratuitamente tecia o algodão. Além disso a índia também tecera lã e algodão da comunidade, pagando assim pessoalmente o tecelão através da comunidade. Veja-se mais adiante a famosa questão do salário dos índios. O tecelão, além do sustento dado pelo comum, recebia da índia alguma gulodice a modo de gorgeta estimulante. Pode haver dúvidas, mas

corretamente explicadas deixam em pé a tese de que as oficinas eram propriedade comunal (104).

69. Quanto a casas de administração, devia contar-se em primeiro lugar a casa canônica ou colégio, porque lá morava o cura a quem estava confiada por lei a administração temporal suprema da comunidade. Já vimos que era comunal. Mas parece que haveria também as casas de cabildo, onde os "cabildantes" ou vereadores se reuniam para deliberar o que propor e o que emendar (105). Por tradição, por conciliar autoridade aos "cabildantes" e por exigir-se realmente o segrêdo das reuniões em sala própria, cremos que existiria o cabildo num edifício especial. Não nos consta que as autoridades maiores, como o corregedor, tivesse casa de moradia especial, de maneira que nela se revezassem os sucessivos ocupantes do cargo (106). Até ter provas em contrário, antes nos inclinamos a crer que não haveria casa especial do corregedor.

70. De cárceres se fala frequentemente nos memoriais dos Provinciais, no sentido, de melhorar as suas condições, por exemplo, forrando de táboas o assoalho (107). As casas de moradia tinham chão de terra batida (108).

É evidente que o govêrno civil exercido por um corregedor, assessorado pelo padre, devia dispor de um compartimento onde guardar seguramente os presos que aguardavam julgamento e os que tivessem que cumprir alguma pena de reclusão. Mas deve-se tomar em conta que os delinquentes, que tinham que esperar pena de morte, eram enviados ao Governador de Buenos Aires. Os delitos em geral eram mais eficazmente castigados com uma ou duas dezenas de chicotadas, aplicadas pela autoridade legítima, depois de consultado o padre cura, que vetava as demasias dos rudes policiais indígenas. Além disso, os presos eram segurados pelo cepo, em que se fechavam pulsos ou tornozelos do prisioneiro de sorte que mesmo em praça pública estaria impossibilitado de fugir. E o índio que fugisse, estando a pé e mesmo a cavalo, se não dispunha de muitos cavalos para remudar, bem cêdo cairia nas mãos da justiça, seja no mato, na campanha ou na proximidade dos outros povos, onde se notaria a sua presença. Era inútil fugir. Tendo em conta tudo isto e que a vida estava tão regularizada, que quase não aconteciam delitos, a não ser os que sucedem entre crianças e que se castigam como entre crianças, temos que a cadeia seria uma casa bem modesta. Seja como fôr, sempre será, evidentemente, propriedade do comum.

71. Casa da comunidade era também o cotiguaçu. Êste era uma espécie de asilo de viúvas e órfãs que não tivessem fa-

mília em que arrimar-se. Também entravam aí as quase-viúvas, isto é, as mulheres dos homens que haviam fugido ou que estavam por mais tempo fora do povo por motivo de guerras ou trabalhos públicos. Forçadas a estar no cotiguaçu, eram as mulheres que não se comportavam bem, ou que estavam em perigo sério de cair em delitos, ou mesmo já estavam sentenciadas por delitos anteriores. Cremos também que haveria aí uma espécie de escola doméstica, em que as meninas aprendiam algumas artes mais finas, como bordados e costuras dos vestidos oficiais dos homens com cargo público, e mesmo paramentos para a igreja, ainda que os documentos atribuam a feitura disto a alfaiates varões. Há numerosas referências nos memoriais das visitas, que demonstram o cuidado dos Provinciais e dos curas a respeito dessa casa. Sôbre chão do comum, construído pelo comum e a expensas do comum, sempre sustentado do comum (e tanto assim que nem saiam a trabalhar na roça como todo o resto da povoação!), é evidente que o cotiguaçu sempre era propriedade do comum (109).

72. Os hospitais parece que só existiam no tempo de emergência. Nas reduções sempre havia ou tinha havido padres e irmãos leigos formados em medicina, os quais ensinaram aos índios a sua arte e deixaram livros de receitas para as mais diversas doenças. Assim pois havia em cada redução meia dúzia de enfermeiros indígenas que conheciam as enfermidades comuns e os seus remédios e estavam aptos para aplicá-los. Êstes passavam todos os dias de manhã e de tarde, por tôda a povoação, examinando os doentes que havia e tomando conta dos novos que aparecessem. A cozinha dos padres, que era grande e espaçosa, preparava todos os dias comidas especiais para os doentes, comida que se levava às suas casas. Todos os dias o padre cura passava pelos doentes para dar-lhes os sacramentos, se precisassem e para ajudar a diagnosticar os sintomas já interpretados pelos enfermeiros. Tôdas estas providências e o cuidado que se recomendava nas famílias, tornava desnecessários os hospitais, tanto mais que tôdas as famílias que não tivessem comida, roupa e abrigo recebiam-na do comum. Carne sempre do comum...

No tempo de contágios e pestes, diz o padre Cardiel, que êle encontrou o costume de construir duas espécies de casas de isolamento. As primeiras, umas choupanas de palha, não estavam muito longe do povo. Eram pequenas e individuais, onde se cuidava do doente até que seus sintomas iniciais indecisos se declarassem graves ou sem importância. Se se declarava contágio de peste, era levado para um verdadeiro hospital maior, também feito de material ligeiro, mas muito mais distante do povoado, onde se juntavam os doentes, já que todos estavam indubitàvelmente contagiados. Os que se revelavam sem contágio na primei-

ra casinha de isolamento, depois de curados, voltavam ao povo, e a choupana podia servir para outro doente. Mas no caso de ter-se revelado contagiado, esta choupana era queimada imediatamente, para que não se pusesse nela um doente que ainda estava com sintomas indecisos. No isolamento grande os doentes ficavam até sarar ou morrer, bem assistidos e cuidados, de preferência por gente já imunizada. No fim de tudo também se queimava o isolamento grande.

Além disso consta por documentos que os padres isolavam completamente as reduções das cidades espanholas, se por lá aparecia alguma doença que para índios costumava ser fatal.

De todos êsses manejos se vê claramente que todos os hospitais eram propriedade comunal, porque o terreno, a casa, o trabalho, o comando era sempre do comum, com exclusividade, que agia através do padre cura (110).

73. Devemos mencionar ainda o tambo ou casa de hóspedes. Cremos que seria um grande galpão fechado e coberto em que podiam estender de noite suas redes os índios de outros povos que não achassem acolhida em casa de parentes e amigos ou os espanhóis que acaso passassem. Entre os passageiros espanhóis devem contar-se sobretudo o mercadores que tinham regular acesso aos povos "de abajo", isto é, os que estavam entre o Paraná e o Tebiquaryguaçu do Paraguai. Tinham licença de ficar três dias e de mercadejar através do padre, que por lei estava obrigado a impedir e anular as fraudes dos brancos. Supomos que para abrigar os cavalos, as mulas de carga, as carretas e os bois dos comerciantes, haveria algum curral perto do tambo. Os religiosos, os eclesiásticos e os leigos de alguma posição social eram acolhidos no colégio, ao lado dos padres. Seja como fôr, é evidente que o tambo era em todo o sentido uma edificação que pertencia exclusivamente ao comum, competindo-lhe só a êle tôda e qualquer disposição de propriedade a respeito (111).

74. Quanto à casa particular em que moravam os índios, fàcilmente pode haver fortes controvérsias sôbre se pertenciam aos particulares ou à comunidade. Vejamos as hipóteses que são possíveis, isto é, os sistemas de propriedade que poderia ter havido, para ver se o exame descarta umas e retêm outras. Poderia ser que o terreno só fôsse da comunidade e a casa tôda, quanto à propriedade e quanto ao uso fôsse inteiramente do índio, de sorte que êste pudesse usar e abusar sem que alguém tivesse direito de intervir, como hoje em dia o proprietário até pode queimar a sua casa, se quiser... Poderia ser que a terra e casa fôssem do comum e ao índio coubesse apenas o uso, e êste uso poderia ser limitado a um certo número de anos ou à tôda a sua vida ou mesmo ex-

tender-se a uma ou mais gerações de descendentes. E caso de só haver o uso, o usuário podia estar ou não obrigado a cuidar da conservação da casa. Além disso, devemos distinguir o direito e os fatos. Uma poderia ser a situação de direito e outra a do fato. Mesmo um proprietário de maior idade pode não ser capaz de dispor razoàvelmente de suas posses e pode acontecer então que uma governanta ou um maiordomo de fato mande sempre o que deve ser mandado, sem ter pròpriamente direito para isso. Devemos examinar os fatos concretos para ver que hipótese se ajustava mais acertadamente às casas dos índios das reduções. Provamos mais acima que o chão em que assentavam as casas dos índios era indubitàvelmente propriedade comunal (112). Pelo que nos dizem os missionários sôbre a maneira de reduzirem-se os índios e pelo que dizem inúmeros memoriais de provinciais, que se acham no Archivo General de la Nación em Buenos Aires, consta claramente que as casas regulares e definitivas dos índios eram feitas por ordem da administração, a expensas e com trabalhadores mandados e sustentados pelo comum, com madeira, pedras, adôbes, telhas fabricadas pelo comum (113). E é de saber-se que o particular não tinha absolutamente nada que pagar pelo trabalho feito pelos outros, senão ajudando êle por sua vez na obra das outras casas ou na roça que sustentava quem trabalhava na casa dos outros e assim por diante. Tôda esta maneira de proceder insinua que o comum, isto é, o corregedor e o padre mandavam entrar uns nas casas já feitas e a outros mandavam esperar até se fazerem mais outras. Por inúmeras recomendações dos provinciais se vê que era o padre quem velava pela conservação, mandando fabricar telhas e enviando pedreiros e telheiros para reparar alguma falha nas casas antigas. Também há recomendações que encarecem o cuidado de recolher telhas e madeiras ainda prestáveis nas casas derruídas. Também o fato de uns serem mandados trabalhar na roça que sustentava os que trabalhavam nas casas, prova com evidência que a casa era feita, dada, conservada, tirada pelo comum. Os índios mesmos não eram capazes de fazer casas tão bem feitas, nem de conservá-las. Sua cultura autóctone nunca passou da palha ou no máximo do pau a pique. Em Trinidad encontramos varandas de casas dos índios feitas de pedra grês, com belas flôres esculpidas nos tímpanos dos entrearcos... (114).

De tudo isso concluímos que o comum ficava, de jure e de fato, com a propriedade, não só do chão mas também da própria casa definitiva dos índios, ainda que lha dessem em uso por tôda a vida e também para o descendente casado que quisesse ficar na casa do pai. Tinha bons e grandes títulos jurídicos para isto, como temos visto. Ademais era absolutamente necessário ficar com o direito de intervir por causa da irresponsabilidade do índio.

75. Na prática estava o índio melhor do que se fôsse inteiro proprietário, em nosso sentido da palavra. Porque não só lhe davam terreno e casa pronta. Não só lhe davam para tôda a vida e também para os seus herdeiros. Mas até o livravam do dever de por si mesmo e com os próprios recursos remediar os males das goteiras e outros semelhantes. Em caso de incêndio se lhe reconstruía a casa no mesmo lugar ou em outro igual ou melhor. Também se lhe garantia casa igual à casa paterna a todos os seus filhos ou filhas que constituissem família. Portanto, não só um herdeiro tinha garantida a herança da casa paterna, mas todos os filhos e filhas se casavam na certeza de se lhes dar, a seu tempo, moradia própria boa e tão boa que quase sempre era melhor do que o rancho de palha dos espanhóis daquêle tempo (115).

E tudo isso, não devido a muito trabalho seu pela comunidade, senão devido principalmente à sábia, desinteressada, gratùita e às vêzes sobre-humanamente trabalhosa administração dos padres (116)...

Segundo os testemunhos, os homens difícilmente trabalhavam mais que 5 a 6 horas por dia e isto ainda à maneira de índios. O trabalho das índias pela comunidade era tão pouco por semana que, diz Cardiel, qualquer mulher branca ou negra fiaria aquêle algodão em poucas horas (117).

Se é certa a nossa tese da propriedade comunal sôbre as casas dos índios então seguiria que o comum, isto é, os padres, os corregedores, o cabildo poderiam exigir que uma família saisse duma casa e fôsse para outra, deixando a sua para outra família. Ter-se-ia dado êste caso? Por puro castigo certamente não. Porque a família que saisse devia receber casa não muito longe dali. E que lhe importaria mudar de casa? Só se se tratasse de separar famílias desavindas, ou evitar escândalos conjugais. Mas dada a proximidade e feição peculiar de tôdas as casas quase não era possível essa hipótese. Em todo o caso o único remédio vindicativo e preventivo eficaz era um castigo como se dá a crianças, isto é, uma punição física "no lugar que Deus criou para isto" (Cardiel). Era possível que um casal enviuvasse, sem ter filhos casados em casa. Neste caso não valia a pena gastar uma casa para um só, nem o interessado gostaria de ficar sòzinho numa casa. Nêste caso sim, cremos que se alojava a parte sobrevivente em casa de parentes e amigos e se dava a casa para um casal que ainda não a tivesse. (As viúvas iam para o cotiguaçu, se não queriam ficar com filhos casados).

Cremos que a família podia dispor do espaço interno como quisesse, com tanto que não prejudicasse as paredes de adôbes e o telhado de madeira e telhas. Podia pôr tabiques de pau a pique ou de esteiras. Podia pôr o fogo mais para cá ou mais para lá. Estava naturalmente obrigada à limpeza dentro da casa e na

parte da varanda que lhe cabia. Podia agasalhar parentes e amigos de outras partes. Enfim dizemos que a casa era dêle e não era dêle. Como numa grande casa de fazenda, filhos e genros têm todos as suas casas ou apartamentos, feitos pelo patriarca, conservados pelo patriarca. Não se pergunta muito de quem é a propriedade, porque não se trata de comunismo estatal nem de sindicato nem de cooperativa, mas de família, em que todos são tratados, nunca abaixo da justiça, mas muitas vêzes acima dela, com caridade...

Acabamos com isto os edifícios. Passemos aos bens móveis e semoventes.

OS BENS MÓVEIS

76. Com certeza era propriedade comunal tudo quanto de móvel se achava dentro das igrejas, capelas, sacristias e oratórios, espalhados nos arredores. Altares, bancos, armários, paramentos, estátuas, castiçais, vasos sagrados, bandeiras, órgãos e centenas de outros instrumentos musicais de orquestra, todos os livros e manuscritos litúrgicos, musicais, os livros de assentamentos... Tudo isto era comprado com bens da comunidade ou feito por oficiais da comunidade e só para a comunidade. Só a comunidade dispunha de tudo por meio de seus legítimos representantes e conselheiros...

Além desta razão do direito natural que assigna a propriedade de alguma coisa a quem é dono da matéria, da mão de obra, dos instrumentos e recursos empregados na produção da coisa, podemos alegar o direito positivo, civil e eclesiástico que mandam que os pertences da paróquia são da paróquia, não do pároco, a não ser que êle, com recursos seus pessoais, adquira algo e o ponha à disposição do serviço paroquial durante a sua permanência neste serviço. Assim um pároco pode ter cavalo ou carro próprio. E' claro que êstes ficam na propriedade do pároco como pessoa particular e podem ser levados quando sair da paróquia. E se fôr roubado, não foi roubado à paróquia mas ao pároco. Ao passo que um carro que a paróquia põe à disposição do pároco, se fôr danificado ou roubado, o prejuízo é da paróquia, não do pároco.

E' necessário esclarecer bem êste ponto com respeito aos móveis que havia nos templos e sacristias dos Trinta Povos.

De tudo isso nada pertencia à Companhia. Neste ponto a Companhia não perdeu nenhuma propriedade quando foi expulsa das reduções nem se lhe fêz agravo algum em questão de propriedade. Não se deve confundir a situação com a dos Colégios da Companhia nas cidades. As igrejas dos Colégios não eram pa-

róquias e por isto não havia comunidade paroquial para comprar, a suas expensas, coisas para a igreja dos Colégios. Quem comprava era a própria Companhia, com suas economias e com os donativos que lhe davam para isto. E' claro que muita coisa das igrejas dos Colégios era dada pelos fiéis na intenção de que ficasse aí para sempre, ainda que mudasse a Companhia para outro lugar. Mas de per si, a Companhia era proprietária dessas coisas dos Colégios e na expulsão foi esbulhada do que era seu. Nada disto se deu nas reduções, onde tudo que estava nas igrejas e nas sacristias era propriedade da paróquia e só a paróquia podia dispor daquilo para vender, doar, reformar. Claro que na prática, quem mandava fazer ou refazer era o padre cura, mas isto porque os índios não eram capazes desta administração e se o cura o fazia, não o fazia em seu nome, nem em nome da Companhia, mas em nome e a expensas e em proveito da comuna, que era o respectivo povo. Um padre jesuíta devia entregar ao sucessor tudo quanto constava no inventário. Na expulsão da Companhia, os jesuítas tiveram de entregar tudo com inventário aos sucessores e consta que tudo isto se fêz por atas e inventários que ainda se conservam. Não era possível esconder tesouros da igreja, em não sei que remotos subterrâneos para subtraí-los à entrega e mais tarde buscá-los. Os inventários oficiais impediam tudo. E depois para que? Psicològicamente também é uma quase-impossibilidade. Os padres que haviam abandonado tôdas as posses e comodidades de sua pátria e família, para dedicar-se tôda a vida à insana labuta com índios e no fim de tudo cometer furtos, e isso ainda com tão pouca probabilidade de sair-se bem com a fraude. Seria loucura sôbre loucura. Por isso não se devem basear argumentos sôbre a provável psicologia da Companhia em perder os Trinta Povos, com todos os seus tesouros religiosos. Êsses sentimentos ou ressentimentos não podiam existir, porque a Companhia não tinha bens materiais investidos nas reduções que fôssem perdíveis para ela. Se teve sentimento e ressentimento em relação à saída forçada das reduções, foi com relação aos índios que sabia seriam esbulhados de tudo... (118).

77. Em segundo lugar, devemos mencionar os bens móveis que se encontravam no colégio: os móveis pròpriamente ditos, os arquivos oficiais da paróquia, a biblioteca, os quadros religiosos, todos os objetos da cozinha, despensa e adega, enfim, tudo quanto no decurso de século e meio os padres deviam deixar e deixavam na redução quando se mudavam. A substituição dos administradores temporais ou seja dos padres curas era de cinco em cinco anos, por prescrição do Geral da Companhia. Tudo isto era da paróquia, por ser comprado e mandado fazer para a paróquia, com despesa paga por ela. Era do comum e ficava no comum,

destinado por êle aos padres que se sucedessem no serviço espiritual e temporal do comum.

Da Companhia era, e os jesuítas levavam e podiam levar, os objetos estritamente pessoais, como roupa, breviários, aparelhos de barbear, algum objeto pequeno de devoção pessoal, trazido de outra parte e provido de licença de levar sempre, os manuscritos, os apontamentos pessoais de cada um, as cartas pessoais que havia recebido, talvez algum instrumento científico que houvesse sido dado à sua pessoa pelo provincial ou amigos, naturalmente para ser levado a todos os lugares onde o portador fôsse parar para fazer observações. Tudo isto geralmente cabia num pequeno alforge ou mala de couro. Tinha sido comprado com o meio sôldo que o rei dava aos padres, na qualidade de curas espirituais. Por seu cargo de administradores temporais nada haviam adquirido os padres e nenhum direito tinham de levar, aceitando as reduções no sistema referido... E' rematada tolice pensar que padres haviam abandonado as honras, os faustos e as riquezas de sua casa paterna, passado uma vida de insanas canseiras e no fim iriam perder a paz de sua consciência e a sua salvação eterna por angariar injusta e tão penosamente uns pequenos lucros pessoais (119).

78. Vêm agora tôdas as oficinas e repartições do segundo pátio. Aí costumava estar a "armeria" ou sala de armas, com o retrato e a bandeira do Rei em lugar de honra. Armas de fogo, em geral, arcabuzes e pistolas, com um ou outro morteiro ou canhão; as lanças de metal, as espadas, as flechas de ponta de metal, as munições de pólvora e balas de chumbo, talvez certa provisão de arcos e flechas para os casos de súbita necessidade, talvez também uma provisão de fundas com que se atiravam cascalhos roliços dos arroios. Não havia índio que não tivesse em casa seu arco e sua provisão de flechas para as competições e para a caça. Mas seria razoável ter certa provisão, pelo menos de flechas. Os tambores, as insígnias dos chefes, as bandeiras civis e militares. Tudo isto chaveado e os padres com as chaves guardadas, de modo que só com seu consentimento se podia abrir o arsenal.

Os inventários publicados por Brabo e os muitos que ainda andam espalhados em outros lugares mostram quantos instrumentos havia no interior das oficinas, que iam desde a imprensa em alguns povos e passavam por oficinas de pintura, estatuária, carpintaria, de "rosarieria", tecelagens, de "saboaria", de oficina dos mais finos bordados de casulas, entretecidas de fios de ouro e prata... Naturalmente, cada oficina com seus instrumentos característicos. Pois bem, todos êsses instrumentos eram adquiridos com recursos do comum, manejados por gente mandada pelo co-

mum, sustentada pelo comum e trabalhando para o comum. E' mais evidente que todos os recursos industriais, todos êsses instrumentos, não pertenciam a nenhum particular, mas exclusivamente ao comum. A conseqüência desta tese é que, em caso de dissolução do comum, todos os instrumentos das oficinas deveriam ser ou vendidos e o dinheiro distribuído a todos igualmente ou então os mesmos instrumentos repartidos entre os componentes do comum. Nada disto era da Companhia nem se devia dar nada disto à Companhia. A Companhia nada perdeu quando perdeu as oficinas, porque nada tinha de seu nas oficinas (120).

79. Os armazens. Nos armazens que também estavam no segundo pátio, se recolhiam antes de tudo os produtos da sementeira comum. Grãos secos de milho, trigo, a farinha de mandioca, os feijões, algodão em rama, lã, erva mate, sebo, couros secos, os panos tecidos nas tecelagens e muitos produtos das oficinas que eram para se vender, rio abaixo, ou entregar oportunamente ao povo. Mas devemos advertir que nos armazens comuns também se recolhiam os grãos secos, colhidos pelos índios particulares: milho, feijão, amendoim, em sacos de couro com o nome do dono. Êsses gêneros continuavam sendo propriedade exclusivamente particular e se iam entregando pouco a pouco, à medida que a família gastava, porque sem essa medida a irresponsabilidade do índio, em pouco tempo gastaria tudo atoa, desatinadamente, entre parentes, amigos, em comezainas...

Portanto, no conteúdo dos armazens havia duas classes de bens: públicos e particulares. Os públicos eram produzidos em solo comum, com trabalho mandado e custeado pelo comum, expendidos com ordem e regulamento do comum, marcado e controlado pelos respectivos oficiais. Não cabe dúvida alguma de que era de direito e de fato bem do comum. Os gêneros armazenados dos particulares continuavam particulares, mas gozavam de armazenagem, supervisão e racional administração por parte do comum e tudo de graça para o particular, pois êle não trabalhava mais para o comum do que seu vizinho que não tinha comidas particulares para armazenar (121).

OS MEIOS DE TRANSPORTE

Quanto aos meios de transporte mecânico, terrestre e fluvial, devemos distinguir claramente, não só os estados de direito mas sobretudo as situações de fato.

80. Os autores falam nas pequenas carretilhas dos índios, que acima já descrevemos e que constavam essencialmente de duas rodelas, cortadas dum tronco, que não rachasse fàcilmente, um

eixo, uma lança e uma caixa, provàvelmente em forma de trançado de varas... Tudo amarrado com cipó ou tiras de couro cru. Tudo isso, exceto talvez as rodas, qualquer índio o fazia com facão e machado. Por isto julgamos que êste meio de transporte ficaria à inteira disposição da família e nunca o comum intervinha porque se o índio irracionalmente destruía a sua carretinha, tinha que trabalhar para fazer outra.

81. As carretas grandes ou "carretones" só podiam ser feitas nas oficinas, e constavam de duas rodas enormes de mais de dois metros de diâmetro, quatro metros de comprimento, um e meio de largura e dois de altura. Eram as carretas dos espanhóis e precisavam várias juntas de bois, sobretudo se carregadas com cem ou duzentas arrobas de carga. Cremos que todos os carretões que houvesse no povo seriam de propriedade do comum, porque feitos pelo comum e com recursos do comum, e postos à disposição pelo comum para emprêsas comuns ou particulares se o comum julgava poder dar a carreta para tal. Regime de família! Portanto, a carretilha era propriedade familiar, a carreta ou carretão comunal (122).

82. Quanto aos animais de transporte (bois para a tração, cavalos para montar e mulas para levar carga, vejam-se os números 88 e 89.

83. Referente aos meios de transporte fluvial, é de saber que nas contas conservadas nos arquivos de Buenos Aires, se mencionam repetidamente barcos de quase todos os povos. Cremos que nem sempre fazem distinção entre barcos, balsas e canoas. As balsas eram duas canoas compridas, ligadas por um estrado de paus, em cima dos quais ia uma casinhola de palha ou de couro de vaca. Teria seus vinte a trinta remadores, os cabos necessários para navegar "a la sirga" (avanço por cabos fixados rio acima), talvez alguma vela. O "bote" suponho que seria como uma baleeira, provista de remos e vela. Estas embarcações maiores, sempre são mencionadas, nas contas, como de um povo. Há memoriais que dão licença a um povo para fazer o seu barco. A carga que levavam para Santa Fé e Buenos Aires, sempre era fazenda comum e o que traziam também eram encomendas feitas e pagas pelo comum, isto é, pelo padre cura, em nome do comum.

Muitas contas mencionam tantas e tantas vacas, postas na conta do povo por que seus índios barqueiros as haviam recebido para a volta, as haviam matado e xarqueado para comer na viagem. As contas mencionam deteriorações sofridas pela mercadoria por alguma negligência dos índios, mas o desconto ia por conta do povo. De maneira que é claro terem sido êsses barcos propriedade comunal, não de caciques, nem da Companhia (123).

84. Também as balsas e canoas oficiais nos passos dos rios eram feitas pelo povo e os balseiros que moravam à margem do rio para atender, eram sustentados com carne, erva, tabaco, milho por conta do povo (124).

85. Mas é evidente que os povos moradores quase à beira do rio, teriam muitos dentre êles com suas balsinhas e pirogas para passear e pescar. Neste caso as embarcações certamente eram particulares ou pelo menos da família.

86. Outros bens móveis do povo eram os saldos favoráveis que tinham com outro povo e sobretudo no Ofício de missões. Havia povos com saldos favoráveis de muitos milhares de pesos, o que dependia naturalmente dos recursos naturais que tinha em gêneros exportáveis, da aplicação e habilidade do administrador do povo em fazer trabalhar e racionalizar os gastos (125).

Finalmente, se os povos que tratavam com os Ofícios de missões eram trinta, cada um dos trinta tinha direito à trigésima parte do acêrvo total dos dois oficiais de missões, para o caso de se dissolverem os Ofícios (126).

Por fim devemos destacar ainda um bem que pertencia aos Trinta Povos em conjunto e pertencia a cada povo em particular. O crédito ou bom nome comercial que estava ligado aos recursos e à absoluta honestidade dos Ofícios de Buenos Aires e Santa Fé e assim aproveitava a todos os povos e a cada um em particular. Ninguém ignora quanto esta coisa tão sem pêso, que é a confiança comercial, se pode converter em moeda sonante, pelos muitos negócios que facilita e até possibilita, mesmo numa ausência momentânea de recursos monetários (127).

OS BENS SEMOVENTES

Outra classe especial dos bens móveis são os que se movem ou os semoventes. Pode ser tôda a classe de animais. Mas no nosso caso pràticamente só entram em questão os animais de corte, os animais de tração, animais de montar e os produtores de lã. O ramo de lacticínios e da gordura animal eram quase completamente desconhecidos e desusados entre os índios guaranis, ainda depois de um século da conversão.

87. Para animais de corte se usavam quase exclusivamente os vacuns. Propriedade do comum eram as estâncias e o gado que nelas se criava. O comum mandava os estancieiros morar

nos postos, provia-os de erva, roupa, tabaco e outras necessidades, construia-lhes as capelas das estâncias, supervisionava o seu trabalho. O comum mandava os vaqueiros para buscar o gado e encerrá-lo nas "estanzuelas" ou potreiros e currais. O comum abatia as rêzes, cortava-as em rações e distribuia estas segundo regras exatamente controladas. O comum mandava a boiada acompanhar uma expedição guerreira ou de trabalho. O comum mandava patrulhas de soldados expulsar bandoleiros vermelhos ou brancos que se encontrassem "vaquejando" e coureando em campo alheio. O comum guardava sebo e couros para vender ou para empregar nos serviços correntes públicos ou particulares que julgasse. O comum defendia estâncias e gados nos pleitos. Portanto, se pode dizer que o gado de corte permanecia inteiramente na mão do comum até que o particular recebesse e recebia cada dia, a sua ração. Inúteis foram todos os esforços de levar os índios a criar gado de corte por si mesmos. Invariàvelmente matavam vacas e terneiros antes de multiplicar-se pela procriação. Em geral se calculava uma rez grande, diária, para vinte famílias ou cem pessoas. Podia haver mais ou menos conforme a abundância de gado. Êste sistema também representava uma grande economia de carne, não só porque não se comia irracionalmente, mas também por que se a família matasse uma rez, ou deveria comer a carne em poucos dias ou charqueá-la. Com o sistema racional sempre havia suficiente, nunca de menos nem demais (128).

88. Vejamos os animais de tração, já que cavalos e mulas se usavam exclusivamente para montar e levar carga. E' um capítulo à parte quase inexplorado, o emprêgo dos animais nos trabalhos agrícolas. Constantemente se encontram referências a juntas de bois que puxam as carretilhas particulares dos índios, as carretas e carretões dos padres e dos serviços comuns do povo. Fala-se em bois ou vacas para amassar o barro das telhas (129). Certamente trabalhavam os bois no arado, seja no arado que faziam os índios e que diz Sepp e outros, que não fazia mais do que arranhar um pouco a terra (130). Certamente o comum tinha também os arados de relha de ferro, que já se usavam na Europa naqueles tempos. Sepp menciona juntas de bois a arrastar troncos pesados, recomendando que se ponha a cabeça do tronco sôbre um eixo forte com duas rodas para poupar muito tempo e trabalho (131).

Quanto aos animais de tração empregados em serviços do comum, como em lavrar o Tupambaé, em carregar materiais de construção para edifícios públicos, em levar as cargas aos embarcadouros, etc., etc., não há dúvida alguma que eram propriedade comunal, pois desde que nasciam até que morriam nunca saíam das mãos do comum.

Mas de quem eram os bois confiados aos índios particulares para os seus trabalhos agrícolas particulares? Devemos examinar tôdas as circunstâncias cronològicamente. Os particulares não criavam nem conseguiam criar gado vacum em casa. Daí que todos os bois de trabalho procediam do gado da estância que sempre pertencia ao comum. Os índios não gostavam muito de comer carne de boi. Preferiam sempre a vaca. Os novilhos e touros eram pois arriados à sede do Povo e aí amansados antes ou depois da castração. Geralmente a castração e o amansamento se faria por homens especializados, portanto gente a serviço do comum. Depois de amansados, entregues aos particulares. Sepp, num lugar, diz que os bois não deviam ser entregues ao cuidado de cada família, mas antes ao cacique e que êste devia ter perto de sua roça um curral em que tôdas as noites, todos os seus vassalos, deviam entregar os bois, para serem controlados e assim conservados mais tempo, e que no fim da semana tôda a boiada se devia levar para o povo e meter num grande curral para contrôle do padre e do corregedor. Êste curral devia ter quatro casas com quatro famílias morando e dormindo nos quatro cantos do curral para resguardar os bois contra os ladrões. Que os encarregados dos bois, de manhã, deviam soltar a boiada para pastar uma ou duas horas no capim molhado, porque do contrário o boi não comia mais nada durante todo o dia. Em outros lugares se aponta o nome oficial dos que cuidavam dos bois e novilhos de trabalho, e era "novirerequara". Parece que tudo isto aliado à conhecidíssima falta de responsabilidade dos índios, sobretudo quanto aos vacuns domésticos que seus antepassados não haviam conhecido, prova com bastante evidência que os bois eram antes do comum do que do particular e da família. Acresce a consideração do tempo que o boi era útil na roça particular do índio. Segundo Sepp, o índio fazia umas seis plantações sucessivas de milho, ou seja em julho, agosto, setembro, dezembro, janeiro e fevereiro (Pesquisas, II, pág. 43). Portanto se se tratava de lavrar campo para essas semeaduras, precisavam de bois durante umas semanas antes dêsses seis prazos. Cremos que nunca usariam o arado para lavrar entre os pés de milho como fazem os colonos alemães do Rio Grande do Sul, porque provàvelmente não teriam regularidade de fileiras que supõe êsse sistema. Logo, a capina se faria tôda com enxada e facão ou à mão. Sepp menciona como enxada de crianças a paleta dos bois que, afiada, se usaria à maneira de minúsculo sachão para cortar o inço debaixo da terra. O resto de suas plantações, que eram sobretudo feijões, amendoins, batata doce, mandioca e as abóboras, certamente não suportariam outra limpa que a capinação à mão, dada a proximidade das plantas, o perigo de prejudicar as raízes ou os baraços. Nem os colonos não lavram entre os pés destas plantações. Por-

tanto os bois seriam necessários apenas para lavrar tais roças antes da plantação. Donde se vê que os bois durante uns cinco mêses não trabalhariam nada na roça e durante os outros mêses só com longos intervalos, meia dúzia de vêzes na preparação do milharal. Tudo isso sugere que os bois de tração não podiam ficar à mercê do índio descuidado, nos intervalos sem trabalho. Tanto mais que — e isto é de pêso também — era pouco o gado de tração e se precisava dêle, em primeiro lugar para fazer os trabalhos agrícolas em muito maior escala no Tupambaé e isso no mesmo tempo que se semeavam os abambaés dos índios particulares. Aproveitava-se para isto o sábado e a segunda-feira. Pois domingo os índios deviam estar na Sede por causa dos deveres religiosos. Aproveitava-se pois a estada das pessoas e dos animais para lavrar as roças comuns, cuja capinação depois corria por conta de cêrca de um milhar de moços e moças ainda não casados e das crianças. Além do trabalho do Tupambaé, que era simultâneo com o do abambaé, havia muitos trabalhos para os bois fora do tempo da semeadura. Basta pensar na construção de estradas, de cêrcas de pedra e moirões, de pontes, e sobretudo de casas de índios, de oficinas e colégio e mais que todos da igreja. Dizem que na de São Miguel estiveram durante muitos anos — talvez uns dez — cêrca de cem índios a trabalhar diàriamente. O movimento dos materiais de construção dos matos e das pedreiras até o lugar da preparação das pedras e dêste para o lugar da construção e para o lugar onde se assentariam aquelas ciclópicas pedras... Tudo isto supõe centenas de juntas em contínuo trabalho. Podemos lembrar ainda as caravanas de carretas que levavam aos portos de embarque os gêneros a vender nos Ofícios de missões ou traziam de lá o que nêles se comprara. E cada carreta devia levar muitas juntas, não só para remudar, mas também para arrancar a carreta dos atoleiros e dos passos dos arroios e rios. Tudo isto exigia um regime especial de propriedade à racionalidade extraordinária que sempre demonstraram os administradores temporais dos Povos (132).

Entre os índios não se aliava suficiente ambição de bens particulares aos competentes cuidados de os conservar e aumentar. Havia apenas a ambição de utilidade imediata de crianças, cuja evolução psíquica, por mais que se queira, não é capaz de prover eficazmente o futuro longínquo.

Por isso, a nossa tese quanto aos animais de tração. O comum estava em posse da estância, povoara-a de gado; por meio de seus posteiros ou estancieiros oficiais cuidava da conservação e aumento do gado vacum, mandava quem o recolhesse e levasse ao povo; dispunha de quem o castrasse e amansasse. Entregava os bois aos particulares, gratuitamente, quando e para quantos os precisassem, exigindo e fiscalizando apenas a conserva-

ção dos animais. Depois os recebia de volta e cuidava de sua ulterior conservação e emprêgo, utilizando-os em trabalhos comuns ou mais especificamente, destinando os animais velhos para o açougue, os cansados e estropiados para a invernada, os de fôrça e saúde para os mencionados trabalhos comuns, cuidando que para a seguinte temporada viesse da estância o refôrço de algumas centenas de juntas novas. Assim, tanto o comum como todos os particulares estavam garantidos de terem sempre os animais de tração na ocasião em que os precisassem. Todo outro sistema teria acabado em fracasso entre índios de sangue puro. Outra coisa se dava com os mestiços, qualquer que fôsse o sangue que entrasse na miscigenação. Pois alguns povos tinham chefes de estância espanhóis ou mestiços que administravam a estância do comum. Tinham êstes a licença, de bom grado concedida, de criar o seu gado particular, provàvelmente em forma de certa porcentagem, ou de rincão à parte, gado que o mestiço apartava e vendia ou lhe era abonado em pesos a pagar no fim do serviço ou cada ano.

Podia alguém pensar que os animais eram propriedade dos particulares, mas guardados pela comunidade. E' possível, mas extremamente improvável essa interpretação, em confronto com a nossa. Com efeito, os fatos concretos são êstes: o boi nascia e se criava em estância do comum, procedia de touro e vaca do comum, corria à custa do comum até chegar ao povo, provàvelmente castrado e amansado por oficiais do comum. Então se entregava ao particular, mas continuava controlado diària e semanalmente pelo comum, certamente com castigo moral ou físico de quem negligenciasse a conservação dos animais. Se não nos pequenos intervalos entre as diversas lavrações, então pelo menos nos 4 a 5 meses em que não havia sementeiras, o boi voltava inteiramente ao cuidado e responsabilidade do comum e, não só ao cuidado mas até ao uso da comunidade para trabalhos de construção, etc. Muitos bois morriam no inverno nas mãos da comunidade, pelos trabalhos, pela falta de pasto nos campos, queimados pela geada. Além disso, os bois na invernada estariam todos misturados de modo que seria difícil que no ano seguinte um índio recebesse a mesma junta de bois que no ano precedente. Nem havia necessidade alguma para isto, contanto que recebesse uma junta amansada. Diante disso, que é mais razoável: dizer que os bois eram sempre da comunidade que os dava aos índios quando os precisavam, ou dizer que os bois eram particulares, mas criados e guardados pela comunidade?

A adoção de socialização bastante avançada dos meios de produção nas reduções, não partia de idéias preconcebidas ou hauridas das múltiplas "utopias", ou "cidades do sol", que alguns autores, no decurso dos milênios haviam ideado. O único

mestre era a dura experiência que cada dia se fazia da irresponsabilidade dos índios e de sua incapacidade de providenciar para além de alguns meses. Esta incapacidade e a necessidade de dar de comer a cem mil ou mesmo a cento e cinquenta mil pessoas fêz evoluir gradativamente todo o sistema de propriedade e produção nas reduções. Não partia da demasiada ânsia de açambarcar, mas precisamente do contrário, isto é, do insuficiente desejo de bens particulares (133).

89. *Os animais de montar.*

Mencionam-se nos inventários de Brabo e nos Estados Temporais de quase dois séculos, as diversas etapas e classes de animais de que se compunha a raça equina. Contudo, no trabalho aparecem apenas as éguas para trilhar cereais ou pisar barro na fabricação de telhas, os cavalos para montar, e as mulas para levar cargas. Devemos considerar tôdas as circunstâncias da evolução da criação de cavalos e mulas, tôdas as circunstâncias especiais dos índios, e índios colocados no sistema das reduções da Companhia, para compreender e explicar os fatos e decidir qual seria o sistema de propriedade que haveria a respeito dos animais de montar.

E' certo que os índios americanos não conheciam os equinos antes da introdução dos mesmos pelos europeus. Para carga conheceriam os camelídeos americanos que eram os guanacos e llamas, que entretanto só viviam nas regiões frias da Patagônia ou nas regiões de grande altitude dos Andes. Depois o cavalo se espalhou, mesmo em estado semi-selvagem, pelas campanhas imensas, desde os Andes até o mar. No antigo Rio Grande foram introduzidos pelos missionários e é de supor que, com o tempo, haveria grandes manadas chucras e que os guapetões entre os índios tivessem permissão de domar para si alguns cavalos, além dos da comunidade. Mas depois se manifestaram grandes inconvenientes na posse de cavalos particulares. Pois um chefe de família, com a irresponsabilidade que tinha dum menino de doze anos da Europa, se tinha cavalo, fàcilmente se afastava do trabalho e da família, ausentando-se por muito tempo a vagabundear, sobretudo se tinha alguma conta com a justiça. Por isso se encontram ordens dos Provinciais, naturalmente aconselhados pelos administradores, que eram os padres, mandando que, com boas maneiras, se tratasse de tirar os cavalos de que alguns particulares, com ou sem fraude, se haviam apoderado (134). Um delinquente ou faltoso que procurasse fugir a pé, em poucas horas caía nas mãos da justiça. No mato não encontrava comida e se expunha ao perigo dos tigres que precisamente, devido ao muito gado vacum, haviam aumentado espantosamente. No

campo, ou pequenos capões, as duas por três estava rastreado e prêso por índios a cavalo.

Acresce que o índio para com o cavalo tinha a mesma imprevidência e descuido que para o boi. Dizem os padres que era capaz de deixar o cavalo o dia inteiro amarrado ao palanque, sem lhe dar de comer nem beber, só para não ter o trabalho de ir apanhá-lo, quando o precisava para qualquer capricho ou corridinha (135).

Também se deve dizer que pràticamente os índios particulares não sentiam muita necessidade de cavalo na vida ordinária. Para ir e voltar da roça, com a colheita e com a lenha, havia a carretilha com os bois. Todo o resto das locomoções se resumia nas caminhadas dentro do povo, que nunca passariam muito de mil passos, pois tôdas as oficinas, armazéns, igreja e escolas estavam no recinto do povo. Para visitar uma outra redução, onde houvesse parentes e amigos, em geral bastavam quatro a cinco horas de lenta caminhada, pois a distância regulamentar entre os povos estava calculada precisamente para a marcha diária dum índio, ou seja uns vinte a vinte e cinco quilômetros. Muitos povos tinham menos, alguns mais e eram os de Uruguai abaixo. Mas neste caso se usavam as velozes canoas ou balsas dos índios particulares.

Todos os trabalhos com o gado, desde os rincões da estância até o lugar do abatimento diário das rêzes, supunham cavalos, mas eram serviços afetos à comunidade, nunca aos particulares. Todos os serviços de correio, de patrulhamento, de viagens dos curas e cabildos para festas em reduções vizinhas ou algo mais afastadas, o deslocamento rápido dos que fiscalizassem os trabalhos públicos e particulares, tudo eram serviços da comunidade. Todos os transportes maiores que se faziam, sempre eram e só podiam ser da comunidade, fôsse aos portos de embarque, fôsse para outras reduções, fôsse mesmo para as cidades dos espanhóis. Japeju mandava caravanas de carretas com erva para Santa Fé. Cremos que tôdas as carretas levavam também cavalos para recolher a boiada da carga e do corte.

Claro está que também o índio particular, podia alguma vez ter necessidade de um cavalo ou duma mula, embora não seja tão fácil imaginar as ocasiões para isto, já que a única coisa que ordinàriamente podia estar distante era a roça. Mas para esta êle ia na sua carretilha com a junta de bois. Suposto, porém, o caso de necessidade, não haveria dificuldade em pedir e receber um ou dois cavalos da comunidade. Podia ser que necessitasse animais para o transporte de mandioca, milho verde ou batata doce e abóboras, de que buscariam uma nova provisão cada semana ou cada quinze dias se a roça distasse muito. Êstes transportes se pode imaginá-los em muares com bruaca de couro ou em car-

retilhas com junta de boi, se a roça distava muito. Mas também havia tempos em que na roça não havia nada a colher, com exceção de batata doce que continua comestível durante o ano todo. Mas êsses transportes seriam antes em carretilhas de bois, pois delas se fala muitas vêzes e nunca ou rarissimamente em transporte por mulas ou cavalos da parte de índios particulares.

Considerando pois a malandragem que o cavalo possibilitava ao índio, a incapacidade ingênita de tratar bem os cavalos, a penúria que em geral havia de equinos mansos, a sua grande necessidade para os trabalhos da comunidade, acima mencionados, e a quase nenhuma necessidade verdadeira dos índios particulares com respeito a cavalos, estabelecemos provisòriamente a nossa tese: todos os cavalos eram propriedade do comum. Tanto a estância, como a manada de equinos que lá se criavam, era propriedade do comum, cuidavam-se por estancieiros sustentados, mandados e controlados pelo comum, os cavalos e mulas se recolhiam por gente do comum, se amansavam por domadores do comum. O comum empregava os cavalos para todos os serviços do comum, como expedições de guerra, do patrulhamento, do trabalho, das correrias dos estafetas ordinários do correio e dos "chasques" extraordinários, das viagens dos padres e cabildantes, dos movimentos necessàriamente mais rápidos dos que supervisionavam as obras comuns e particulares.

O comum também dava cavalos aos particulares que dêles precisassem, exigindo o bom tratamento e a restituição, e aplicando "una vuelta de veinte e cinco azotes", se se provava negligência do usuário.

Assim o comum podia estar seguro de ter sempre algumas centenas de cavalos à disposição imediata para os casos de necessidade, sobretudo em tempos de guerra. E também havia para os casos de necessidade dos particulares, para os quais, de outra forma, não haveria, já que os particulares não sabiam cuidar da conservação do cavalo. O comum retinha nos potreiros do povo os cavalos em boas condições e mandava para as invernadas os que precisavam de engorda e descanso.

Tôdas estas noções tomam colorações dramáticas, quando se lêem as vicissitudes dos exércitos português e espanhol na chamada "Guerra dos Sete Povos", vicissitudes devidas ao estado do gado e dos cavalos, e sobretudo quando se lêem as minuciosas cartas dos comandantes espanhóis que ocuparam os Sete Povos depois da expulsão dos índios, cartas que continuamente falam em deficiência de cavalos, da presa que faziam os tigres e as cobras e dos roubos que perpetravam os numerosos desertores, que nunca iam sem levar uma boa cavalhada, escolhida entre a pouca que restava nos quartéis... (136).

90. Os animais de brinquedo, vejam-se no número 101.

91. Quanto às ovelhas produtoras de lã, deve-se concluir do que dizem concordemente os autores que sua criação sempre esteve ùnicamente na mão do comum.

Sepp e outros autores, nos conselhos que dão aos jovens padres que começam a administrar povos (Pesquisas, II, 1958 pág. 35) supõe a criação de ovelhas pelo comum, quando trata da fiscalização dos pastôres pelo comum, de trasquiladores pelo comum, o envio de pastôres pelo comum, de recoleção de restos de lã pelo comum, das precauções do acasalamento dos animais, do cuidado dos cordeiros recém-nascidos...

As compras e vendas de lã sempre aparecem feitas pelos povos e nunca por índios particulares.

Há autores que afirmam a incapacidade dos índios de criar ovelhas.

Esta incapacidade psicológica está aliás bem na linha de sua habitual frouxidão e irresponsabilidade.

E também na linha das maiores dificuldades que tem a criação de ovelhas com relação à criação de vacas, pois os vacuns têm sua defesa na agressividade de vacas e touros, mesmo contra tigres, ao passo que tanto ovelhas e carneiros fogem ao menor sinal de perigo, abandonando a cria a seus inimigos.

De tudo isto se conclui, com evidência, que a criação dos lanigeros sempre era coisa ùnicamente do comum.

Não nos cansamos de relembrar que tudo isso se fazia não com a rigidez regulamentar dos sindicatos ou das cooperativas, onde cada um recebe apenas na proporção em que contribui. Muito menos se fazia com a totalidade dos estados socialistas modernos. O que vigorava era o regime de família bem ordenada, em que, em certo sentido, tudo é comum; mas não obstante bem controlado pelo pai; em que se ajuda a cada um, não sempre na medida de seus méritos, mas na medida de suas necessidades, em que não se parte da falta de direito à propriedade particular, mas da incapacidade dos filhos menores de manejar-se eficazmente com êste direito; em que a tendência final não é a propriedade comum, mas exatamente o contrário, isto é, se procura favorecer o estabelecimento progressivo de lares próprios, com direitos divididos e exclusivos... O comunismo parcial das reduções das reduções, que nenhum historiador pode negar, não era uma etapa do particular para o comum, mas da insuficiência particular, para uma suficiência transitória comum, com a tendência para suficiência particular. Inúmeras vêzes transparece esta tendência nos memoriais de visita e nos testemunhos particulares dos padres.

CAPÍTULO VII

A PROPRIEDADE CACICAL.

92. Tornamos a inculcar que, ao falarmos de propriedade cacical, não empregamos o têrmo propriedade em sentido pleno e perfeito, mas entendemos apenas que uma certa zona de mato ou campo tenha sido reservada ao uso de um cacique e seus vassalos. E reservada, sem prejudicar naturalmente nada do domínio alto nem do Rei, nem das outras autoridades subalternas, nem do conjunto dos Trinta Povos, nem do comum do povo, como acima explicamos.

A zona ficava reservada às lavouras do cacique e de seus vassalos, até que entrassem circunstâncias especiais, em que a zona voltava à disposição do comum, para ser assinalada eventualmente a outros particulares ou a outros caciques. Estas circunstâncias, em nosso modo de entender, seriam o abandono voluntário por parte do cacique e vassalos, por requererem e receberem outra zona em vez da sua já velha e cansada; ou por resolverem voltar ao mato, a seus antigos pagos, abandonando a redução; ou por extinção total ou quase total dos vassalos do cacique em consequência de guerras, pestes, e outras causas naturais. Pois em todos êsses casos não seria racional deixar uma zona fértil sem o devido aproveitamento. O caso de abandono voluntário também se dava quando se dividia um povo demasiadamente numeroso e se fundava uma colônia ou filial a vinte ou trinta kms. de distância. Dado o caráter profundamente cacical que continuava em todos os povos na medida do possível, é de supor que em caso de emigração, emigrassem de preferência grupos ligados pelo cacique, sendo pois inevitável que pela divisão se liberassem terras de caciques, terras que deviam pois passar a outros grupos cacicais. . .

93. Perguntar-se-á como se prova a existência desta propriedade cacical tão extensa e tão limitada como acima explicamos.

Apresentamos em primeiro lugar uma prova tirada da possibilidade, racionalidade e quase necessidade psicológica desta organização. Possibilidade, porque todo o modo de proceder dos antigos caciques em suas guerras e contendas, mostra claramente que êles tinham a propriedade cacical, isto é uma certa zona de lavoura, caça e pesca, da qual excluiam a outros caciques e sua gente se por acaso se quisessem dela apoderar. Racionalidade, porque a coesão ao redor dum cacique só assim se explica e

só assim tem sentido. A fixação em certos lugares e a defesa mútua das vantagens dêste lugar não teria sentido algum se não houvesse direitos para os vassalos e exclusão para os não-vassalos, isto é, para a gente de outros caciques.

Mesmo em nossos dias os índios, que ainda subsistem em estado mais ou menos puro, tem esta tal qual organização cacical. Já se vê que, então como hoje, a designação dos lotes das famílias por parte do cacique, pode muito bem estar mascarada. Pode ser que a gente seja tão pouca e a terra tão abundante, que ao cacique não reste nada a fazer a não ser aprovar a escolha feita por cada família (136a).

Se, porém, houvesse falta de terra e surgissem dúvidas e atritos entre as famílias dos vassalos por causa das terras, então, sim, que entraria a funcionar a autoridade e a propriedade cacical da zona. Dissemos quase necessidade psicológica por causa do apêgo, que tinham os caciques à sua autoridade e os índios a que se lhes guardasse os foros a seus maiorais. Basta abrir qualquer das inúmeras relações da conquista e conversão do Rio de la Plata para se convencer desta verdade. No número II de "Pesquisas" no artigo sôbre a nobreza dos antigos caciques rio-grandenses, atestada por quase duas dezenas de categorizadas testemunhas pessoais, se patenteia de modo claro o que afirmamos. Portanto a razão levava os padres a respeitar a organização cacical em tudo quanto podia ser respeitada (137).

Foi esta a norma da Companhia, ainda que nem sempre aceita por outras ordens missionárias nem pelos representantes da Igreja, influenciados por émulos da Companhia. E nada, absolutamente nada se opunha à organização cacical da propriedade e do trabalho. Antes pelo contrário, com ela tudo se facilitava enormemente e sem ela tudo se dificultava. Para a própria redução ou emigração dos caciques e de tôda a sua gente para um lugar em que já moravam muitos outros caciques, haveria grandes dificuldades, porque os índios nada resolviam sem o cacique. Ganho o cacique podia-se dizer que tôda a parcialidade estava ganha. (138). Assim atestam todos os missionários.

Lemos nos documentos das fundações de Roque Gonzáles de Santa Cruz, que, quando chegavam novos caciques, se lhes assinalava lugar para morar e para fazer suas chácaras e parece que era e devia ser assim que êstes lugares do cacique e sua gente estavam mais ou menos juntos entre si e separados dos outros cacicados, de modo que os novos e velhos caciques da redução não sofriam nada na sua autoridade, e os vassalos nenhuma mudança nas suas relações de veneração e dependência de seus caciques.

O padre Antônio Sepp (Pesquisas II, pg. 35) aconselha aos jovens missionários que não entreguem os bois de canga aos ín-

dios particulares, mas ao seu cacique e que êste tenha um curral em sua roça, em que se recolham cada noite os animais de seus vassalos, e êle os inspeccione e mande guardar durante a noite contra ladrões e tigres, e no fim da semana os traga ao povoado e os submeta à inspeção do cura e demais autoridade (139). Ora isto supõe com evidência que o cacique e seus vassalos tenham as suas roças juntas na mesma zona, tanto mais que em muitos outros lugares se fala na supervisão que devem exercer os caciques no trabalho de seus vassalos. Outros padres dizem que um trabalho eficiente só se alcançava fazendo-os trabalhar em quadrilhas, o que muito bem se executaria pelo puxirão tão conhecido na zona rural ainda hoje em dia (140).

Cremos mesmo que esta maneira de trabalhar é herança direta dos nossos indígenas. Pois bem, esta maneira de trabalhar em quadrilhas, ou puxirão, se levaria a efeito maravilhosamente na organização cacical da propriedade agrícola, e menos bem na formação heterogênea dos grupos de trabalho.

O empadronamento sempre se fazia à base de caciques: tal cacique com tais e tais vassalos. Encontramos em Buenos Aires várias listas antigas de moradores dos povos. Ora neles sempre se diz: bairro dêste ou daquele santo, cacique tal e tal, com vassalos êstes e aqueles. (141). Ora se já no povo se guardava a organização cacical nas moradias, quanto mais nas roças onde era mil vêzes mais fácil guardá-la e não havia quase outro meio de conservar a paz e a ordem nas roças afastadas senão por meio dos caciques. Com isto combina bem a notícia que outros nos dão de que os caciques costumavam ser revestidos também de autoridades de alcaides ou seja policiais nas casas de sua gente.

Julgamos com isto provado, em certa maneira, a existência da propriedade cacical no sentido acima explicado. A propriedade plena ficava com o comum do povo, porque o que se dava ao cacique, pertencia à propriedade comum e voltava a ela quando o cacique por alguma das razões acima indicadas abandonava a sua zona. Era propriedade do cacique no sentido de poder cultivar por quanto tempo quisesse.

Se não quisesse mais ou não pudesse mais, tudo voltava ao comum do povo. A enciclopédia Espasa na palavra "propriedade" aponta vários casos de regimes semelhantes na Europa, onde porém, em geral o uso se restringe a uma determinada série de anos consecutivos.

A propriedade cacical, revertida ao comum do povo, poderia ser dada a outro cacique, ou a particulares que estivessem sem cacique, ou ao Tupambaé. Naturalmente, depois de ter descansado bastante.

Resumindo, apontamos três razões para afirmar a existência da propriedade cacical: A possibilidade da parte dos índios,

porque desde séculos tinham a organização cacical e possível da parte da Companhia porque timbrava em conservar o que podia ser conservado.

A conveniência e necessidade, porque, não respeitando os foros dos caciques, não se alcançava nada e, respeitando, se obtinha tudo com relativa facilidade, não só na redução mas em tôda a vida ulterior.

A prova documental em muitos escritos parece supor a existência de propriedade cacical.

CAPITULO VIII

A PROPRIEDADE FAMILIAL

Entramos aqui num terreno de bastante incerteza e imprecisão. Porque em consequência do regime não estritamente jurídico, mas antes familiar, aparecem diluídas as fronteiras entre os direitos do comum, do cacique, da família e do indivíduo. Tentaremos, não obstante, expôr e provar as nossas afirmações, e, onde não o pudermos fazer, deixaremos em suspenso a nossa opinião, para que outros procurem deslindar as questões abertas. E pedimos, desde já, vênia, se alguma vez nos vemos forçados a repetir ou antecipar alguma coisa, porque se trata de apresentar em cada capítulo um quadro mais ou menos completo dos fatos de propriedade, e não haverá remédio senão volver às distinções já apresentadas ou por apresentar...

94. O terreno da roça familial. O comum, através do administrador, que era o padre, e com conselho e consentimento do cabildo assinalava a cada cacique uma zona de terra lavrável e o cacique mesmo ou o padre em nome dêle assinalava a cada família do cacicado a porção que podia e devia cultivar. Ou então deixava que a família escolhesse o seu pedaço e as autoridades aprovavam, intervindo só em caso de evitar atritos com outras famílias. A família ficava com o uso dessa terra para si e seus descendentes que quisessem ficar na chácara do pai. (142). Depois de sete e tantos anos os índios consideravam a terra cansada e a abandonavam. Abandonada teòricamente, reentrava na posse do povo que a havia cedido desde o princípio, ou antes ainda ficava reservada ao cacicado e através dêle era do comum. Mas na prática ficava à mercê do primeiro ocupante do respectivo cacique ou cacicado, e se êste abandonara já a sua zona para ir a

outra melhor, tudo ficava à mercê dos particulares do povo ou dum cacicado, que quisessem nele trabalhar. Não se deve estranhar êste fato, porque o que sobrava sempre era a terra e o que sempre era deficiente era a vontade de trabalhar nos índios (143). De modo que tôda a luta dos padres e todo o contentamento e consentimento dêles seria levar um índio a trabalhar em seu proveito particular. Daí também que a ocupação duma terra abandonada por quem a quisesse trabalhar, nunca provocava resistência da parte dos padres e menos ainda da parte dos índios. Assim, pois, com a restrição dos cacicados, pràticamente tôda a terra lavrável estava à disposição das famílias que quisessem trabalhar, menos a horta dos padres e o Tupambaé, em que se trabalhava em comum e cujos frutos também eram reservados à distribuição pelo comum. Pode-se dizer que os índios mais louvados e acariciados eram os que mais se empenhassem em trabalho particular, sem naturalmente negligenciar os comuns, de cujo fruto necessàriamente também viviam.

Resumindo podemos dizer que cada família não só tinha o direito de ocupar por tôda a vida terra suficiente para se alimentar, mas até se sentia continuamente estimulada a fazê-lo e não só para si senão também para seus herdeiros, que quisessem ficar na roça paterna. Um filho ou uma filha ficava, os outros casados ou casadas já tinham recebido quanta roça quisessem. E mais ainda. Se a terra estava cansada e os índios a davam por cansada depois de sete e tantos anos, tinha o direito e até o dever de requerer outra porção nova e fértil, geralmente de mato. E não só para si, senão também para todos os seus filhos casados, sendo que naturalmente as filhas casadas recebiam terra com seus maridos. Para trabalhar na sua roça particular o comum lhe dava de graça os animais necessários, os instrumentos e também as sementes se não as tinha. E se adoecia ou ficava velho ou era mandado para a guerra ou para outros trabalhos em pelotão, o comum sustentava tôda a sua família ou mandava gente do comum para trabalhar a roça do particular, que estava legìtimamente impedido. Para as viúvas e filhas menores em perigo ou sem arrimo, o comum tinha o cotiguaçu em que tôda a vestição e alimentação corria por conta do comum. Desta maneira, a família, apesar de ter o direito da roça restringido, na prática, estava muito melhor que muitos agricultores brancos, devido aos muitos direitos que tinha.

95. A casa na roça. Já provamos mais acima (144), que esta, apesar de feita sôbre chão que ùltimamente era da comunidade, contudo era feita pela família e costumava estar entregue inteiramente a ela quanto à construção, conservação, mudança, destruição e reconstrução. Era de palha ou, se muito, de

pau a pique nas paredes. De modo que esta casa se devia considerar, não da comunidade, mas da família.

96. O chão da casa dentro do povo. Êste terreno provinha da propriedade comum, era mudado pelo comum nas reconstruções ou mudanças. Em caso de abandono, por ir a casa a outra parte, voltava à comunidade. Daí que se deve dizer que não era da família, e sim da comunidade (145).

97. A casa da família na sede do povo. Era feita sôbre terra do comum, com trabalho e material do comum, concertada e conservada pelo comum, dada, tirada, redistribuída pelo comum, voltava ao comum depois de desocupada por morte ou outra causa. Também o comum recolhia os materiais ainda aproveitáveis duma casa desmoronada (telhas, madeiras). Tudo isto, com mais espaço e mais tempo, fàcilmente pode ser provado em todos os seus pormenores. E sendo isto assim, cremos poder dizer que a casa da família, na sede do povo, era da comunidade e não da família. (146). É claro que a família ficava nela por tôda a vida e também para os seus futuros filhos, se casassem, já estavam com casa garantida. Pràticamente os únicos motivos de apêgo à casa paterna seriam as saudades dela, ou a longa convivência com vizinhos e conhecidos. É preciso lembrar-se do tipo das casas, que eram blocos ou séries de casas em número de 6-10, encostadas tôdas por um lado, com porta na frente e janela atrás, tudo cercado dum corredor coberto de dois metros e meio de largura e um total de uns 100 a 120 metros de comprimento. Êsse bloco ou série estava, por todos os lados, separado de outras séries por ruas, provàvelmente relvadas, de seus 12 metros de largura.

Considerando que a trôco de não muito trabalho pelo comum, a família tinha casa garantida não só para si, para tôda a vida, senão também de antemão para todos os descendentes, que chegassem a casar, e que não precisava cuidar da conservação e reconstrução, mas apenas avisar o comum de alguma falha que houvesse, devemos dizer que estavam mil vêzes melhor do que milhões de operários e proletários das nossas grandes e imponentes civilizações.

Cremos que os únicos motivos, com que de fato se fariam algumas mudanças forçadas, segundo o direito, que acima reconhecemos ao comum, seriam brigas ou escândalos entre famílias vizinhas. Mas ainda neste caso a experiência ensinara que muito mais rápida e mais eficaz era "una vuelta de azotes" que punha água na fervura imediatamente.

98. Os animais de corte. Repetimos que tôdas as famílias

recebiam diàriamente sua ração de carne ou de charque, ração que era relativamente grande. Uma vaca para cem pessoas e vinte famílias. As famílias não criavam, nem eram capazes de criar gado para carne, já por seu gênio irresponsável, já porque nem haveria possibilidade, dado o sistema de morar nos blocos de casas na sede e deixar a roça abandonada durante a noite e exposta a tigres e ladrões. Talvez conseguissem criar algumas aves, que procurassem seu sustento por si mesmas. Cardiel fala várias vêzes em galinhas. As expedições levavam tropas de rêzes. Os barcos faziam carne sêca para a viagem (147). De modo que todos os animais de corte eram do povo e não da família nem do indivíduo; eram dados pelo comum para o consumo do indivíduo e da família.

99. Os animais de tração. Mais acima, no número 88, explicamos largamente porque nos parece que os animais de tração ou bois de canga, ainda que estivessem nas mãos dos particulares, por bastante tempo, contudo, parecia, que eram propriedade da comunidade e não dos particulares, nem das famílias. E a razão é que eram criados, dados, fiscalizados, reclamados no fim da temporada, refeitos e guardados pelo comum e não pelos particulares. Pode-se fazer a ficção jurídica da propriedade particular ou familiar, mas não é mais do que uma ficção, porque de fato em todo o sentido estavam na posse do comum (148).

100. Os animais de montar. Vimos acima, no número 89, que todos os cavalos e mulas eram criados exclusivamente em estâncias do comum, com manadas do comum, por estancieiros do comum, ou então comprados aos espanhóis pelo comum. Vimos que não só os índios particulares quase nunca tinham necessidade de cavalo, êstes eram antes um grande perigo para os preguiçosos ou delinquentes, que só com cavalo conseguiam fugir às suas obrigações ou às punições em que haviam incorrido. Vimos que todos os trabalhos que realmente exigissem cavalos ou mulas, eram feitos pelo comum, e mesmo para necessidades particulares duma família ou dum indivíduo, o comum lhe dava cavalos, se a sua petição estava justificada. Por isso concluimos acima e concluimos aqui que, nem a família, nem o particular tinha animais de montar. (149). Entretanto, parece-nos dever-se conceder que, se o sistema de morar e de trabalhar dos índios fôsse diferente, se por exemplo os caciques morassem e trabalhassem uns longe dos outros, e tivessem que cuidar por si mesmos da sustentação, provàvelmente teriam conseguido criar cavalos chucros em estâncias comuns. Porque, como os guaranis não comiam a carne de cavalo, ao contrário de outros índios rio-platenses, que a preferiam à de rez, bastaria deixar cavalos e éguas

sôltas num rincão e depois laçar e domar os cavalos, que lhes seriam de muita ajuda.

Com as vacas era diferente. Nem em potreiro nem em estância comum conseguiriam criar sem supervisão dos padres, porque não só eram sumamente imoderados no abate de animais de corte, mas também tinham grandíssima preferência pela carne de vacas e terneiros desprezando, se podiam, a de touros e bois. Donde se vê que exterminariam as estâncias em breve tempo se estivessem entregues a si mesmos.

101. Dada a predileção de todos os índios por animais de brinquedo, é de supor a priori, que tenham tido papagaios, pássaros de canto e de plumagem colorida, macacos, caxinguelês, e outros animais que fàcilmente se apegam a seus amigos humanos. (150).

102. Não nos consta com certeza que tenham tido cães e gatos. Era possível, porque êsses animais domésticos podem morar na casa com o dono e costumam sustentar-se a si mesmos. No momento não nos lembramos de rastros deixados nas dezenas de milhares de documentos, o que denota em todo o caso grande raridade. Sabemos perfeitamente que Sepp, ao carregar as côres para descrever, de modo pitoresco, a casa dos índios de Japeju, diz que nela dormiam com os donos 3 a 4 cachorros. E mais tarde ao descrever a caravana de mulheres que transmigravam de São Miguel para a recém-fundada São João Batista, diz, pitorescamente, como vão carregadas de filhos e panelas e gatos e que atrás delas vai a longa fila de seus cães. (151).

Achamos estranho o silêncio de dezenas de milhares de documentos a respeito de cães e gatos, quando Sepp dá a impressão de haver tantos. Mas em ambos os casos Sepp fala de Povos eminentemente ganadeiros, pois, São Miguel e Japeju eram os únicos povos com estância grande de 10 a 15 mil kms. quadrados. Podia ser que tivessem mais cães que outros. Além disso, Sepp sempre se inclina ao exagêro, ao pitoresco e engraçado, razão suficiente para aceitar com certa reserva as suas informações. No Archivo General de la Nacion há muitas cartas em desabono de suas realizações.

Os cães fugidos e tornados selvagens e espantosamente multiplicados à custa de terneiros e ovelhas nos campos de Buenos Aires, não aconselhavam a manutenção de muitos cães, que aliás quase nenhuma utilidade teriam no sistema de morar e trabalhar que havia nas reduções. Basta pensar na ausência total de animais domésticos (vacuns, suinos...) nas famílias e casas. Os gatos sim, seriam úteis nas casas para acabar com ratos e camondongos, e não apresentavam os perigos dos bandos de cães chimarrões.

103. Chegamos aos instrumentos de lavoura. Basta recordar que espécie de instrumentos agrícolas haveria. A roça, que não fôsse aberta no campo raso ou numa capoeira, sempre começava com a derrubada do mato e continuava com a queima da vegetação derrubada. Depois se preparava a terra. Na coivara duma mata recentemente derrubada, por anos a fio, não era possível a lavração por causa da rede inestricável de troncos e galhos semi-queimados. Depois se plantava e se capinava várias vêzes. Depois de vários anos já podia entrar em ação o arado, porque, a pouco e pouco, a galhada sêca se ia gastando para a cozinha e os toros de lei para as construções. Para certas plantas, é claro, que se prestava mais o campo raso, do que a fertilíssima coivara. Assim para a mandioca, melancia, abóbora, talvez também para ervais hortenses e algodoais. Tôdas as colheitas das plantas comestíveis cultivadas pelos índios se faziam a mão, com exceção de talvez uma enxada ou um pau pontiagudo para a batata doce. O milho, mandioca, abóboras, melancias, amendoim, feijões, algodão, ainda hoje se fazem sempre a mão, não apenas por costume, mas porque é melhor, a não ser que entrem já as máquinas modernas.

Destas classes de trabalhos da roça particular da família podemos concluir para a classe de instrumentos agrícolas que precisavam as famílias constantemente e que, portanto, teriam sido dados em propriedade à família da parte do comum. Para a derrubada de matos e capoeira teriam bastado os machados de pedra de que se serviam os índios antes da conversão ou então o simples expediente de abater pelo fogo. Depois da redução, o primeiro e mais apetecido objeto para uma família era o machado e o grande facão de metal (cuña, machete). Era pois isto que se dava a tôdas as famílias, talvez também alguma foice roçadeira, que afinal não passa dum facão recurvado. Nas contas dos povos ocorrem serras grandes e pequenas. Mas cremos que êsses instrumentos mais delicados e menos necessários, ficariam antes sempre na mão do comum, dentro das oficinas ou nas mãos dos que eram enviados e fiscalizados pelo comum, para arranjar toras e táboas para as construções públicas e particulares.

As terras de mato ou alta capoeira, depois de queimadas, não precisavam outra preparação para a semeadura. Os campos naturalmente deviam ser lavrados muitas vêzes antes da semeadura. Sepp menciona casos em que se devia lavrar meia dúzia de vêzes em seguida para afofar a terra convenientemente (152). Dos arados dos índios diz que não faziam muito mais do que arranhar um pouco a terra (153). Não passariam provàvelmente de dois galhos, natural ou artificialmente ligados, dos quais um era puxado pelos bois e outro arranhava a terra. Mas é de crer que os atiladíssimos administradores, que tantos quintais de ferro

levavam para as Missões, também mandassem seus ferreiros fazer os arados de ferro, que conheciam da Europa, arados talvez empregados exclusivamente nas lavouras do Tupambaé.

Para plantar não precisavam mais do que a enxada, se a tinham ou então um simples pau de lei aguçado, ou com ponta de metal, como ainda hoje os nossos colonos usam para plantar entre os ramos da coivara.

Para limpar a plantação das ervas daninhas e dos rebentos novos que subiam dos tocos das árvores abatidas, bastariam machados, facões, enxadas, se as tinham, e as mãos para arrancar do solo. Sepp menciona omoplatas (paletas) dos bois para a capina feita por crianças. (154). Para a colheita não se necessitava de instrumento algum na roça particular. Para o transporte da roça e para a roça, bastavam as carretilhas acima descritas (155). Nos documentos se mencionam surrões de couro cru em que se guardavam os alimentos que constassem de grãos secos, como milho, feijão, amendoim, também farinha de mandioca. Como todas as famílias podiam e deviam guardar uma parte de suas colheitas particulares nos armazéns comuns, é de supor que também teriam estes sacos de couro ou então o comum os punha à sua disposição, colocando em cada saco uma taboleta com o nome da família, de modo que se pudesse ir entregando à medida que a família necessitava (156). Fala-se de sacos de dois couros de boi com capacidade para doze e tantas arrobas de carga. Outros, e geralmente eram os mais freqüentes, eram de um só couro e nêle cabiam de 6-7 arrobas ou seja de oitenta a noventa kgrs. de erva mate (157). Nos documentos da ocupação espanhola se mencionam também sacos pequenos nas mãos das famílias, adaptados provàvelmente para a fuga e o transporte rápido em ombros de homem. (158).

Das simplicíssimas carretilhas dos índios devemos distinguir as grandes carretas e carretões dos espanhóis e dos padres e dos quais também haveria uma grande quantidade em cada povo devido aos transportes comuns necessários. Cremos que só as carretilhas eram feitas, pelo menos parcialmente, por cada índio e também ficavam na posse irrestrita de cada família, para quem o pai de família as havia feito.

Cremos que todos os instrumentos de lavoura que acabamos de mencionar neste número (menos carretas e serras) eram propriedade mais ou menos irrestrita da família, ainda que é evidente que os que só podia fornecer o comum (machados, facões, sacos de couro, enxadas...) estavam sob especial vigilância do comum, de tal sorte que não se entregava sem lembrete novo machado ou facão, se o índio não podia justificar, porque estava sem o anterior. E se não justificava, recebia grátis o que precisava, isto é, o machado ou o facão, e uma boa lição "no lugar

que Deus criou para isto", a fim de que cuidasse melhor dos instrumentos, que com dinheiro da comunidade se deviam comprar. Portanto, regime de família, não de sindicato, nem de cooperativa, onde todos têm tratamento igual, mas tratamento apenas de justiça, não de educação e caridade como na família.

Trabalhos mais complicados como ceifa de trigo no Tupambaé por meio de foices, a tosquia de ovelhas por meio de tesouras especiais, sempre estavam a serviço do comum e nunca dos particulares, que não criavam trigo nem ovelhas. Resumindo, dizemos que eram propriedade da família, os machados, os facões, as enxadas, os arados indígenas, as carrettilhas, sacos, cestas, redes para transporte de colheita.

104. Com respeito às armas de caça e pesca, é bastante difícil determinar, se seriam mais do indivíduo que da família. Esta, em todo o caso, teria certo direito à herança, já que, depois da adoção do cristianismo, os índios não continuariam com o costume de enterrar os mortos com suas armas, ainda que, do lado da fé, o cristianismo nada teria que objetar. As armas de origem européia, como armas de fogo, lanças de metal, e frechas com pontas de metal, eram do comum e não estavam nas mãos dos índios e menos ainda para caçar. É curioso notar, que nem nos quartéis dos espanhóis durante a ocupação dos Sete Povos, se permitia caçar com armas de fogo, já que quase nunca havia mais que seis ou sete tiros para cada soldado no quartel. Cremos que os anzóis de aço, como coisa mais rara, estavam cuidadosamente guardados pela família. Mas todos os outros instrumentos e armas de caça eram de facílima fabricação, e todos os índios as sabiam fazer desde criança. Por isto teriam mais o cunho de propriedade individual.

Cremos que muito bem devemos distinguir entre propriedade duma coisa e principal responsabilidade pela fabricação, conservação e emprêgo da mesma coisa. E distinguir entre os usos dos guaranis cristãos e os dos pagãos: assim uma panela no paganismo podia ser propriedade individual da mulher, porque ela a fazia, conservava, transportava, empregava, e como que ganhava a vida junto dum homem com a panela em que lhe cozinhava os manjares. E como havia possibilidade, de ter que andar sòzinha e procurar outro marido, precisava levar a sua panela. Mas no cristianismo não era o caso. A mulher, ou era ainda solteira, e então era alimentada na casa de seus pais e no asilo do cotiguaçu. Ou era espôsa e estava em casa de seu marido. Ou era viúva ou quase viúva e, se não vivia na casa de parentes, passava a alimentar-se e morar no cotiguaçu. Só precisava levar panela para a casa do marido quando se casava. Nos outros casos encontrava a panela dos parentes e do cotiguaçu.

Vê-se por êste exemplo que não podemos sem mais nem menos transferir os costumes pagãos para os lares cristãos. O mesmo vale um pouco também das armas e instrumentos de caça indígenas dos homens. Cremos que eram propriedade familiar e individual ao mesmo tempo, porém mais individual do que familiar, já que todos os indivíduos sabiam e podiam fazê-las com pouco trabalho e em pouco tempo, tanto para a família como para si mesmos. E como meio de vida, pouco interêsse teriam, a não ser em caso de viagem ou extravio, pois em casa abundava mais e melhor carne, com todos os produtos da roça particular e comum. (159).

Canoas e balsas para pescar e viajar, e que não fôssem do comum, cremos que seriam mais propriedade familiar que individual, por ser coisa de mais preço e mais trabalho. Não falamos aqui dos barcos e balsas do comum, que eram propriedade do povo e só estavam a serviço da comunidade. (160).

As diversas classes de armadilhas para pássaros, peixes, animais menores e maiores (para tigres até armavam alçapões), provàvelmente se fabricavam no lugar do uso, e não valia a pena serem transportadas. Poderiam ser do comum, se empresa comum, da família, se armados pela família ou em nome da família ou por quem era responsável pela família e para a família. Mas haveria muitos casos de pura propriedade individual. Tudo dependeria dos direitos de participação na caça, que costumasse haver por caridade cristã ou por tradição pagã, digna de ser aprovada. A priori podemos dizer que os missionários deixaram subsistir a organização, que encontrassem vigente, se não contradizia a lei cristã. Parece-nos que certo socialismo na caça, que havia entre os guaranis pagãos, não contradizia, antes favorecia a caridade cristã. (161).

105. Quanto aos instrumentos para os trabalhos domésticos dos homens, cremos que lhes bastariam os que já traziam de costume no paganismo e os que se lhes davam para os trabalhos agrícolas, mais alguma faca menor que ganhassem por algum trabalho extraordinário ou como prêmio nas numerosas competições de carreiras a pé e a cavalo e escaramuças militares ou exercício de tiro ao alvo...

Quais seriam os trabalhos dos homens em casa? Por via de regra nenhum homem nas horas de trabalhar estava em casa, a não ser que estivesse impedido por chuva ou algum mal-estar parcial. Todos, sem exceção, faziam a sua roça particular, o que ocupava uns cinco a seis meses. Fora disto os oficiais trabalhavam nas oficinas ou fora delas, se seu trabalho era tal, como fabricantes de telhas, de adôbes, os pedreiros e carpinteiros entendidos e ocupados na construção e reparação dos edifícios... Os não oficiais,

quando não trabalhavam na sua roça, trabalhavam na roça comum ou em outros serviços públicos, como estradas, cêrcas, pontes, embarcações, derruba de madeira para as construções, pedreiras, etc.... De modo que em casa teriam pouco tempo para trabalhos domésticos. Seriam sobretudo trabalhos simples em couro cru, fios para anzóis e espinhéis, redes de dormir, as suas armas, pois sempre teriam uma boa porção de frechas feitas com arte e muita paciência, alguns adornos com penas de pássaros... Ora para tudo isto não precisariam de muitos instrumentos especiais. Bastariam os que tinham para outros afazeres. Que propriedade haveria neste ponto? Cremos que haveria uma grande confusão e mistura de familial e individual. (162).

106. Os instrumentos para os trabalhos domésticos das mulheres. Devemos ver a vida que levavam as mulheres casadas para adivinhar os instrumentos de trabalho doméstico que poderia ter havido. Poderíamos percorrer também minuciosamente as contas das compras feitas pelos missionários nos Ofícios das Missões. Mas não será tão fácil saber se uma coisa comprada se destinava ao uso do homem ou da mulher. Tesouras, agulhas e coisas que tais tão bem podiam estar na mão de alfaiates índios que de donas de casa ou mesmo alfaiates oficiais no contiguaçu. Lembremo-nos que há casulas artìsticamente bordadas com fios de ouro e prata, debuxando animais americanos como macacos e borboletas nas vestimentas oficiais das mais augustas cerimônias religiosas dos povos...

E' de supor que algumas vêzes a mulher acompanhava o marido à roça da família se esta estava tão distante que não valia a pena voltar cada noite. Se não o fazia e quando não o fazia, ela estava em sua casa, cuidando das crianças e do trabalho doméstico, que era preparar a comida para a família, e cuidar da limpeza. Certamente fazia também adornos para si e para os seus, fabricava os potes de barro queimado que precisava na cozinha. Quanto ao mais, seu trabalho de obrigação era fiar o algodão que havia colhido na sua roça particular. E fiado entregá-lo aos tecelões do comum, para tecerem com êle a roupa que chamavam "lienzo de la tierra". Dizem os autores que o que a índia frouxa e preguiçosa conseguia criar e colher e fiar e mandar tecer, em geral mal e mal bastava para ela e para o marido terem uma muda nova cada ano, e isto ainda com muito auxílio de persuasões de palavra e de obra, da parte dos fiscais e do seu cacique. Para vestir as crianças, até casar, todos os anos, e os doentes o pobres, órfãos e viúvas e sobretudo para vender algumas centenas de metros de fazenda por ano e assim ter recursos para comprar o que se precisava, devia entrar o algodoal do comum em que os homens trabalhavam, os meninos capinavam e as me-

ninas colhiam os flocos de algodão. Pois bem, dêste algodão do comum se dava, segundo Sepp, meia libra, isto é umas 225 gramas na segunda-feira a cada mulher casada e devia entregar isto, feito fio, na quarta. Nêste dia recebiam outra meia libra para entregar fiado no sábado. Da mesma maneira se entregava também a lã das ovelhas do comum. As mulheres não eram pagas diretamente por fazerem êsses serviços pela comunidade. Mas se considerarmos quanto benefício elas mesmas, seus maridos e filhos retiravam do comum, diremos que a exigência estava plenamente justificada. Aliás, a tarefa semanal imposta era tão pouca que dizem os autores que uma fiadeira espanhola ou negra fazia o trabalho em poucas horas. Mas a índia estava retardada da sua natural frouxidão, e divertida naturalmente entre as crianças que pululariam na grande varanda ao redor da casa e também pela tagarelice de 8 a 10 vizinhas, que sentariam tôdas juntas na varanda para conversar e trabalhar. Da lã fiada se teciam os ponchos de que mais adiante falaremos. Não nos consta com certeza se eram as índias que cortavam e costuravam os vestidos para a sua família, ou só para marido e mulher, já que as crianças eram vestidas pela comunidade. Parece-nos antes que os vestidos que dava a comunidade eram feitos por alfaiates da comunidade. Mas pode ser que ficasse tudo por conta da dona de casa. Neste caso tôdas teriam agulhas e tesouras. Certamente se encarregavam de lavar a roupa e consertá-la. (163).

Dêste conspecto do trabalho doméstico das mulheres vemos que bem poucos eram os instrumentos de que tinham necessidade. Na cozinha bastavam os machados e facões dos maridos para lenha, os porongos para água, os potes de barro queimado para cozinhar, as cuias para copos... Para comer serviam os dedos. Para fiar bastava o fuso que já conheciam na vida anterior à conversão. Para as costuras e remendos alguma tesoura e agulhas recebidas dos missionários. Cremos dever dizer que a mulher era a principal encarregada e responsável por êsses instrumentos, mas a propriedade era mais da família do que da mulher individual. Se perguntarmos das possibilidades da herança, devemo-nos lembrar outra vez que todo o empenho dos padres foi levar a mulher a trabalhar quanto mais e melhor para seu proveito e o de sua família ou da casa em que vivia, tanto que sem prêmios e castigos não se alcançava a perseverança no trabalho. Por isso teriam também sumo empenho em prover a tôdas as mulheres dos instrumentos que pudessem usar com proveito. Por isso dificilmente uma mulher teria inveja da outra por ter tesoura e agulhas, já que era só pedir e prometer de trabalhar para receber o que desejava. Daí seria difícil haver questões sôbre quem ficaria com as tesouras e agulhas duma defunta.

Levá-las-ia de preferência a filha que ainda não tivesse, se não

uma outra família que no momento estivesse sem com que trabalhar. Nunca devemos esquecer que o regime era mais de família que de qualquer outra organização social; além da justiça, a caridade.

A juventude, antes de casar, em geral trabalhava em grupos comuns, se não haviam ido com os pais à roça da família. Os moços para trabalhos mais duros, capinar, carregar telhas nas olarias, etc. As moças e meninas, enxotando os papagaios e periquitos nos milharais e colhendo o algodão nos algodoais. Saíam em fila com bandeiras e tambores e flautas à frente e da mesma forma voltavam de tarde para o rosário na igreja. A comida se lhes dava duma grande panela comum. Pràticamente se pode dizer que a juventude era vestida e sustentada pelo comum e também quase só trabalhava em comum, e, naturalmente, com instrumentos do comum, se o trabalho exigia instrumentos, como enxadas feitas da paleta de bois.

107. Depois dos instrumentos devemos mencionar os móveis da família. Não encontramos nenhum inventário de móveis de casa de índios. Devemos recolher notícias esparsas. Os principais móveis na casa dum índio, fora dos trens de cozinha, já mencionados, seriam as redes de dormir ou "hamacas". Certamente todos tinham a sua adaptada à idade. Precisamente a adaptação à idade sugere que, de certa maneira, a rede seria propriedade da família mais que do indivíduo. Porque certamente eram os responsáveis da família, isto é, o pai ou a mãe que as faziam para os filhos e que com o crescimento dos filhos davam, aos maiores, redes maiores e guardavam as menores para os irmãos de menos idade ou para os netos. E' de supor também que em caso de morte, era a família que herdava e guardava as redes, e que a família era responsável pela guarda da dos ausentes se não a levavam. Cremos também que a família por fiscalização evitava desperdícios de redes, já que ela devia fabricar outra para o filho ou marido, que esbanjasse a sua. Desta maneira, a rede seria familial e individual ao mesmo tempo.

Fala-se também em camas de estacas com couro de vaca, ou de couros de vaca, diretamente sôbre o solo. Nos museus platinos se vêem camas coloniais de tiras de couro entrelaçadas, produzindo boa elasticidade. Tais camas, porém, nas reduções só as teriam os padres menos acostumados às redes.

Cadeiras, mesas, bancos não os havia na casa dos índios. Cardiel e Sepp dizem que para sentar-se no máximo havia pequenos mochos e provàvelmente alguma caveira descarnada de boi, que tanto se usa em tôda a campanha. Seu gôzo era sentar-se no chão, encostados às paredes ou com as mãos entrelaçadas nos joelhos. E' difícil decidir entre propriedade familial e individual. (164).

Parece-nos que também há referências sôbre caixas e baús de couro cru, aliás bem necessários para resguardar a roupa de sobresalente e os trajes domingueiros contra a poeira, as traças, a fuligem e o desmazêlo das crianças. Tais recipientes seriam mais da família que dos indivíduos. (165).

108. A roupa dos índios parece que mais devemos colocá-la entre as propriedades individuais do que familiais.

Ainda que com perigo de repetições, convém inculcar aqui novamente a concepção que nos parece se deve ter a respeito do sistema de propriedade dos povos guaranis cristianizados.

Cremos que a concepção històricamente mais exata, que se pode ter a respeito, é a da família. E' verdade que havia certa organização provincial no conjunto dos Trinta Povos, certa organização municipal em cada povo em particular, certa organização distrital nos cacicados, e também certa organização familial e individual à maneira da que nós temos em nossas famílias e indivíduos, sob o ponto de vista da propriedade. Mas não era só isto. Os índios eram de jure considerados como menores de idade, que tinham direito a serem tratados com direito especial e naturalmente também dever de se sujeitar a êle. E não só considerados por lei, mas de fato psicològicamente eram tais, ainda que não pela idade, se bem que também aqui ainda cabe uma subdistinção de muita importância: para as suas vidas de índios selvagens da floresta, os adultos estavam maduros com relação a seus filhos menores, mas êstes mesmos adultos eram imaduros diante da complexa vida cristã e civilizada, a qual entretanto lhes trazia tantos bens e benefícios...

Devido ao estado de minoridade que de lei e de fato lhes era próprio, os que os governavam exerciam e deviam exercer o ofício de pais e tutores, os quais com certa reciprocidade ou mesmo gratùitamente e para sempre dão aos membros da família as coisas que lhes querem e devem dar. E não obstante têm o direito e o dever de vigiar para que nada se desperdice inùtilmente, exigem prestação de contas e razão, ainda do que já deram definitivamente, do que já saiu da propriedade comum para a particutilar. Neste regime familiar não se vê bem se uma coisa dada ao particular, saiu já da propriedade do comum inteiramente, ou se apenas foi dada sob condições; não se vê bem se o pai, ao retomar uma coisa dada ao filho, retoma o que ainda era seu, ou se priva o filho dum direito já definitivamente adquirido. Não se vê bem se age como proprietário ou como educador, que priva temporàriamente para educar o senso da responsabilidade. Ora em mil passos se patenteia a vigência do regime preferentemente familiar quanto ao sistema de propriedade nas reduções. Será também devido a isto que não existe um tratado pormenorizado da

propriedade de jure dos índios guaranis. E nem mesmo da propriedade de fato. Porque o princípio supremo era administrar tudo para o maior bem dos índios, e o único regime que de fato dava resultado e era exigido pelas circunstâncias, era o regime familiar, em que se faz tôda a justiça, porque o pai ama a todos. Mas além da justiça há mais: há a caridade entre pais e filhos e a caridade fraterna dos irmãos entre si.

Dada esta concepção, compreende-se que a suprema regra, quanto à roupa era a necessidade de cada um. Recorde-se o que dissemos páginas atrás sôbre o trabalho doméstico das mulheres casadas. Ordinàriamente o comum vestia os filhos até a idade de casarem. Depois disso a mulher casada devia cuidar de plantar e colher ao menos tanto algodão que desse para vestir com algodão marido e mulher, que tudo que era de lã, e era muito, provinha exclusivamente do comum, ajudando as mulheres casadas apenas na fiação da lã. Mas mesmo a roupa de algodão que faltasse a marido e mulher, lhes era dada pelo comum, naturalmente com algum lembrete que os fizesse mais diligentes para o ano vindouro. A roupa interna e externa dos homens e das mulheres, a julgar pelo que dizem os autores era mais ou menos a que usamos em nossos dias e usavam os espanhóis naqueles tempos, com exceção naturalmente da qualidade e algo da forma e do tamanho. As calças dos homens geralmente não passavam dos joelhos. As camisas, ou tipóis ou saias das mulheres, estavam com ou sem mangas, mas iam sempre até os tornozelos, de acôrdo com o vestido de todos os civilizados daquele tempo. Mencionam-se cuecas, calças, camisas, coletes ou gibões para os homens. Para as mulheres há poucas e incompletas indicações: mas sempre um ou dois vestidos dos hombros até os joelhos, dos quais supomos que o de trabalho era sem mangas e o de festa e domingo com mangas. Todos, geralmente, com a cabeça descoberta e descalços. Fazenda e feitio não variavam. Apenas as côres que acrescentavam homens e mulheres, servindo-se dos corantes indígenas ou dos que os padres compravam.

A roupa de abrigo para ambos os sexos e tôdas as idades era o poncho de lã. Não a capa circular que hoje em dia usamos, mas uma peça quadrangular, mais comprida do que larga, com uma abertura em forma de fenda no meio. Dada a forma e feitio do poncho, era facílimo fazê-lo e adatá-lo a qualquer idade e sexo. As peças ou fardos de roupa se teciam geralmente na largura de uma vara (80 cms) e no comprimento de 100 varas (80 ms). Não nos consta se o pano para ponchos não era talvez algo mais largo, como seria conveniente ou se se juntavam duas tiras. Seja como fôr, bastava cortar os pedaços de pano destinados a ponchos em maior ou menor comprimento conforme a idade e tamanho da pessoa. Os irmãos maiores fàcilmente podiam

deixar seu poncho aos menores, os homens para as mulheres e vice-versa, já que a única coisa que variava era o comprimento da tira de pano e talvez algum ornamento acrescentado posteriormente.

Dois ponchos pequenos fàcilmente se convertiam em um grande e um grande em dois pequenos. Sempre se tratava de tiras de pano quadrangulares da mesma largura, diferindo apenas no comprimento, e era fácil fechar a fenda no meio para enfiar a cabeça e abrir nova, em outro lugar.

Como a criação de ovelhas era exclusiva do comum, também se deve dizer que todos os ponchos, que os documentos chamam "camiseta" saíam das mãos do comum.

Pelo exposto se vê que a maior parte da roupa partia do comum. Não é de estranhar, pois, que o comum de alguma maneira vigiasse a conservação, mesmo da roupa já dada às famílias e aos indivíduos. Também se compreende que os pais eram responsáveis por sua vez do que havia sido dado aos filhos pelo comum. Todos recebiam periòdicamente o que de ordinário bastava até a distribuição anual seguinte. Se entretanto alguém estava sem a devida roupa podia pedir outra, mas dava conta do motivo por que estava sem roupa, e em caso necessário recebia seu lembrete, de qualquer idade e sexo que fôsse. Porque sem a sanção eram capazes de dar um poncho novo por uns caramelos que no momento lhes excitavam a gula. Por onde se vê que famílias e indivíduos eram donos da roupa que haviam recebido e contudo não podiam fazer sem mais nem menos o que lhes aprouvesse. Nova confirmação do regime de família. (166).

109. Os adornos trazidos do tempo do paganismo eram colares de penas, de contas, de dentes de animais (167). Acresciam os muitos que lhes haviam trazido os missionários, como contas de vidro colorido, cruzinhas, medalhas. Nas contas dos procuradores de Roma e Madrid que encontramos em Buenos Aires há itens de dezenas e centenas de milhares de medalhas dos diversos tipos e tamanhos. (168). Seria propriedade mais individual do que familial? Cremos que sim, porque a presença ou ausência de tais objetos, ainda que importasse para o prestígio duma pessoa, contudo não tinha importância essencial para a vida física, moral e espiritual de ninguém.

Comida, vestido e casa própria importava muito e quase essencialmente para a vida tôda dos indivíduos e das famílias. Não assim os adornos. Por isso nos parece que tanto o comum, como em certa maneira a família, não mantinha muita vigilância sôbre os adornos. Porque o indivíduo, que por própria culpa perdesse ou desperdiçasse os seus adornos, podia sem perigo ficar penando até receber outros ou êle mesmo fazer outros orna-

mentos para si. Contudo os pais certamente vigiariam os ornatos de seus filhos pequenos, pois a ausência de ornamentos costumados nos pequenos, recairia nos pais, ainda que a culpa fôsse dos pequenos.

Resumindo, diríamos que os ornatos nos parecem de direito completamente individual, ainda que um pouco também familial e um pouco também, ainda que muito menos, comunal, já que o comum comprava e distribuia os ornamentos cristãos por excelência, que eram cruzinhas de metal e medalhas. A título de curiosidade acrescentamos que em 1957 visitamos povoados argentinos edificados sôbre antigas reduções guaranis e sôbre a cêrca da horta um homem nos vendeu medalhas das antigas reduções que havia achado na sua horta, dizendo que a cada passo as encontravam os moradores.

Também se poderia mencionar como propriedade da família as toscas estatuetas de madeira ou barro queimado, que certamente haveria nas casas. Dizemos que certamente haveria, porque um povo tão afeiçoado à devoção e devoção exteriorizada, em consonância com seu caráter simples e infantil, um povo que tinha tantos homens nas oficinas das pinturas e das estátuas, executando pinturas e estátuas que ainda hoje admiramos nos museus coloniais, certamente não deixaria de aproveitar suas horas de lazer para modelar no barro as toscas concepções artísticas e religiosas que lhe pululavam na mente.

110. Lembramo-nos de perguntar de quem seriam os aparelhos de iluminação? Nas ruas ordinàriamente não haveria nenhuma iluminação noturna. Nem nas cidades dos espanhóis não a havia. E na dos índios cristãos não a precisava haver, em primeiro lugar porque o índio por costume ancestral dormia cedo e levantava cedo, provàvelmente para evitar o sol e aproveitar para caça e pesca as horas matinais. (169).

Além disso, a certas horas da noite, começava a rondar a guarda noturna, obrigando a entrar em casa aos que acaso ainda vagueavam por fora. (170). Nas casas não havia necessidade de iluminação especial senão em casos raros. Porque no meio da sala estavam as achas de lenha entre algumas pedras, talvez dia e noite acesas, de dia para cozinhar, de noite para aquecer e para espantar os mosquitos, segundo a temporada de um e de outro.

Os parcos reflexos das brasas bastavam para todos os afazeres ordinários. E para casos raros em casa ou na rua, havia tochas de taquara rachada, ou ainda chifres de boi recheados de sebo e providos duma mecha de corda. (171). Os chifres de boi ou vaca abundavam porque não havia serventia para êles a não ser para lâmpadas ou para copo de água na mão de algum índio extremamente caprichoso (para que carregar um copo, se

a gente podia beber diretamente da fonte?). Cada ano o comum matava de 6 a 10 mil rêzes, de modo que montões de chifres se acrescentariam aos que já estavam espalhados pelo chão. O sebo só se recebia do comum, pois os particulares não tinham vaca para matar. Cremos que a iluminação ordinária que algum índio levasse na mão, seria uma acha de lenha ou uma tocha de taquara ou de outro vegetal de fácil combustão.

Finalizando êste capítulo sôbre as propriedades familiares, queremos prevenir uma objeção que poderia ocorrer a alguém menos bem versado nestes assuntos. Não se deve estranhar a exiguidade das propriedades da família, pois tanto a família como o indivíduo tinha tantos direitos de coisas a reclamar da comunidade, que era como se as tivesse efetivamente em seu poder, com a grande vantagem de não precisar preocupar-se com a conservação e administração. Não entramos aqui mais em particulares porque já se entreviu muitas vêzes, em que consistiam êsses direitos, e no capítulo seguinte, sôbre a propriedade individual, queremos acrescentar uma pequena resenha dêles. (172).

CAPÍTULO IX

A PROPRIEDADE INDIVIDUAL

Na questão da propriedade individual nas reduções devemos considerar duas coisas muito importantes: o direito de receber e a recepção efetiva e posse das coisas. O indivíduo, bem como a família, parecem ter tido muito poucas coisas em posse efetiva. Contudo, havia uma imensidade de coisas que tinham direito de receber e efetivamente sempre recebiam. Das coisas que efetivamente estavam nas mãos da família e do indivíduo, vigorava um direito sui generis. Podia dispor à vontade, mas se o malbaratava ficava sujeito a reprimendas e castigos, não porque não se lhe reconhecesse o direito de dispor, mas porque era criança grande e era necessário educá-lo e acostumá-lo a agir de acôrdo com a responsabilidade.

111. Falamos em primeiro lugar dos direitos. Podíamos apresentar êsses direitos segundo o critério dos objetos a que os indivíduos tinham direito, ou segundo a classe do direito que assistia ao indivíduo sôbre as diversas coisas, e ainda segundo o ponto de vista do sujeito que tinha direitos. Preferimos êste último critério e vamos percorrer as diversas idades do sujeito, para ver quais os direitos que lhe estavam de jure e de fato garantidos.

Já o bem do nascituro era cautelado muito antes de se casarem os seus pais. Pois êstes já na infância e mocidade estavam rodeados de condições de saúde corporal e espiritual, que os fazia aptos para uma boa geração quando casassem. Sempre tinham garantida a casa, a roupa, a comida, a educação, o trabalho, o ambiente pacato e moralizado que reinava nas reduções. Ninguém negará a importância disto tudo para o bom desenvolvimento dos corpos e das almas dos pais. Êstes podiam casar no vigor da sua nubilidade, pois a nova família tinha garantidas casa, comida, roupa, trabalho e tudo o mais que precisassem para si e para os seus filhos no futuro lar. Receberiam da comunidade tudo quanto faltasse na providência dêles mesmos. Casavam tôdas as moças aos quinze e os moços aos dezessete anos, dada a mais rápida maturação dos índios para o casamento. Quer ficassem ainda algum tempo sob a vigilância na casa dos pais ou dos sogros, quer passassem imediatamente para casa própria, estavam como acima se disse, com tudo garantido quanto a vestuário, casa e comida e isto para tôda a vida, de sorte que a mãe grávida estaria isenta de mil e uma preocupações capazes de prejudicar a tranquila gestação da criança. Nunca faltaria a abundância de carne e de outros alimentos simples e bons, que são essencialmente os mesmos, que adotaram depois os colonos das nossas zonas rurais. Levíssimo era o trabalho que se exigia das mulheres casadas em geral e é de supor nenhum o das gestantes em estado adiantado. Em qualquer enfermidade a futura mãe podia contar com enfermeiros e enfermeiras formadas, que todos os dias passavam duas vêzes por tôdas as moradias para ver como estava a gente e em caso de necessidade aplicavam os muitos remédios caseiros, que conhecia o indígena, e que lhes haviam ensinado padres e irmãos leigos, que antes de entrar na Companhia tinham sido formados em medicina. Ainda há em arquivos rioplatenses extensos receituários transcritos por índios e que passavam de mão em mão através de gerações. Cremos que as índias guaranis conservariam muito da facilidade de dar à luz, que tinham as mulheres em seu estado selvagem, a qual era tão grande que chegada a hora iam para o mato e voltavam com a criança banhada e lavada e elas continuando sem mais os seus trabalhos domésticos. Depois de nascida a criança, recebia através da alimentação farta dada aos pais e sobretudo à mãe, os primeiros cuidados da comunidade. Se a índia não tinha suficiente roupa para abrigar a criança no inverno, recorria à comunidade, que continuava depois a vestir a criança até a idade de casar. Se já estava na idade de ajudar no trabalho dos outros, entrava também a trabalhar em bandos alegres que saíam ao som de flautas e tambores; recebia farta alimentação em seu grupo e ajudava no que podia ajudar, enxotar papagaios e periquitos... Quando em

casa não havia mais alimentos, era alimentada juntamente com todos os seus irmãos e pais por parte da comunidade. Tinha direito a administração gratùita de todos os socorros da religião, da educação e também do aprendizado de um ofício, se era julgado apto para tal. Enfim, tôda a assistência espiritual e material até chegar por sua vez à idade de casar. A isto acresce uma soma extraordinária de diversões ao gosto dos índios, como as pomposas festas religiosas, com foguetes e cantos e procissões, seguidas sempre de abundante comezaina em casa e as festas civis que êles apreciavam, como carreiras a pé ou a cavalo, lutas simuladas, tiros ao alvo, ingênuos teatros, para o que se vestiam pomposamente. Quanto à música basta considerar que as orquestras, que tocavam na igreja e na praça, se compunham às vêzes de um bom centenar de instrumentos de corda e de sôpro...

E se na vida o particular tinha direitos, ainda os tinha também depois da morte, pois se lhe faziam gratùitamente as exéquias, os enterros, e se lhe dava gratùitamente seu lugar no cemitério, cheio de lousas e de flores, onde todos os domingos os iam visitar os seus parentes.

Direito a administração gratùita da autoridade civil, estradas, pontes, justiça, proteção por meio do policiamento, guarda noturna pelas ruas, defesa militar contra agressores pelo comum, pagamento dos impostos pelo comum. A comunidade até lhe guardava gratùitamente as suas colheitas particulares nos armazens públicos, protegendo-os contra os ladrões e contra a voracidade inconsiderada do mesmo índio, que malbarataria tudo em pouco tempo com a família e com amigos folgazões...

Muitissimas coisas só podiam ser compradas pelo comum, e consequentemente dados aos particulares devido aos benéficos resultados que advinham aos povos da confederação de todos os Trinta Povos, numa administração gratùita central. Imensos trabalhos foram feitos pelos procuradores de Missões em defesa dos interêsses dos povos em conjunto, quanto à paga de impostos, maiores e menores, quanto a dízimos, quanto ao serviço pessoal e outros modos de escravizar os índios, quanto à introdução de administradores espanhóis leigos, o que teria sido, como depois foi, a morte das reduções. Várias vêzes as reduções estavam em perigo de serem levadas de roldão por autoridades eclesiásticas e civis enraivecidas da florescência das reduções da Companhia, e a defesa se deveu aos padres que as administravam gratùitamente.

Tudo isso são direitos de que gozavam todos os indivíduos: cercados de garantias desde que nasciam até que morriam e que os Padres pleiteavam desde o mais escuro rincão duma casa de índios até os mais esplêndidos palácios dos vice-reis e dos próprios reis da Espanha e do Papa em Roma...

Considerando o que dissemos e o que por falta de espaço e de tempo deixamos de dizer, quanto a direitos, que o índio tinha e que efetivamente se lhe guardavam, concluiremos que, de fato, sob muitos respeitos estava muitíssimo mais bem situado que grande parte da massa operária e proletária dos nossos dias.

112. Nesta altura devemos esclarecer a famosa questão da gratuidade dos trabalhos dos índios e das índias. É verdade, que há não poucos e célebres e experimentados missionários que dizem, que todos os trabalhos, também dos oficiais, se faziam gratùitamente por amor de Deus e do próximo. E os inimigos da Companhia acrescentam com sorriso escarninho: em proveito da Companhia.

Devemos examinar a questão, vendo as diversas classes de trabalhos públicos e particulares que faziam os índios e as índias.

Para os trabalhos exclusivamente particulares dos índios na sua roça particular, a família dispunha de um conjunto de seis e tantos meses. Fora dêsse tempo não trabalhavam em roça alguma durante êsse tempo, pois era o tempo de inverno. O que conseguiam plantar nessa época, geralmente era só milho, feijão, batata doce, mandioca, e em quantidade que mal bastava para sustentar durante pouco mais de meio ano, quanto a estas comidas; quanto à carne, erva e tabaco recebiam provisão do comum durante todo o ano. E também quanto às referidas comidas criadas na roça particular, diz Cardiel que da metade do ano em diante pràticamente todos recebiam tudo do comum. O resto do tempo os homens que não tinham ofício, trabalhavam na roça comum ou Tupambaé, e em outros trabalhos comuns, como casas, caminhos, estradas, igrejas... As mulheres casadas, porém, trabalhavam em casa na fiação de lã e algodão, parte da própria produção de algodão e parte na lã e algodão da comunidade, como veremos logo adiante. Meninos e meninas em grupos no Tupambaé. Mas todo o trabalho no Tupambaé não se deve entender como se a roça comum se fizesse em outra época do ano que a roça comum. Não era possível porque tôdas as plantas têm seus ciclos anuais de vegetação. Mas é que o tempo dedicado ao abambaé ou roça particular perfazia um total de uns seis e tantos meses. Revezavam-se no trabalho da roça particular e da roça comum. Durante a semana trabalhavam na roça particular. Nos sábados e segundas-feiras trabalhavam na roça comum, já que para vir à igreja no domingo, deviam voltar da roça particular. Provàvelmente também havia turmas por cacicados que trabalhavam por turmas alternadamente na roça comum também fora dos sábados e das segundas-feiras, quando era para acabar algum serviço urgente ou especializado. Pode ser que nestes casos até se mandasse pelo comum gente para trabalhar na roça particular do especialista. Além disso, a juventude masculina e feminina

não casada, em geral só trabalhava na roça comum, em pelotões que saiam com flautas e tambores a trabalhar, recebendo então a sua refeição de manhã e ao meio dia da mão do comum.

E agora uma observação importante. Os oficiais, por via de regra, só trabalhavam no seu ofício e na sua roça particular. E como a roça particular exigiria mais ou menos o mesmo tempo de trabalho que a dos outros homens que não eram oficiais, segue-se que o oficial trabalharia mais ou menos tanto tempo no seu ofício quanto o não oficial na roça comum e em outros trabalhos comuns não especializados. Em outras palavras, o oficial nunca trabalhava no Tupambaé e nos demais trabalhos comuns e contudo recebia roupa, comida e todos os outros benefícios do Tupambaé como qualquer outra pessoa que havia trabalhado de cinco a seis meses nele. Em outras palavras, o trabalho que o oficial aparentemente fazia grátis no seu ofício, na realidade era retribuído em gêneros que corresponderiam a cinco ou seis meses de trabalho na roça comum. Os oficiais trabalhavam em trabalho especializado para o comum e os não oficiais trabalhavam em trabalho não especializado pelo comum. Ambos desfrutavam os resultados da roça comum. Diz Cardiel que o oficial, em certa maneira, desfrutava até mais, porque o padre lhe dava mais e melhor do comum para premiar a maior aplicação. Além disso, dizem os autores que os que tinham ofício gozavam de grande prestígio, ao passo que os não oficiais eram chamados "aba guaipi", ou seja homem "guaipeca", homem pequeno, sem muita importância. Posição à parte ocupavam ainda os tecelões que deviam tecer também o pano para os particulares. Dizem que as índias então davam algum presente ao tecelão como uma torta de milho (pão de milho). Mas também se deve dizer que enquanto o tecelão tecia os panos dos particulares, êstes particulares trabalhavam no comum, de que o tecelão recebia tantos benefícios. Assim a índia para quem tecia um pano, fiava lã e algodão para o mesmo comum, que afinal revertia em benefício do tecelão. E seu marido trabalhava na roça comum e nos outros trabalhos comuns de que desfrutava o tecelão, sem ter posto neles a mão.

Nem se pode dizer que os índios e índias, sem ofício, trabalhavam de graça. Porque o que recebiam do comum ultrapassava de longe tudo quanto poderia ter produzido a contribuição efetiva de cada um para o comum. Êste fruto maior, êste excesso de lucro do comum sôbre a contribuição dos particulares, provinha da sábia e inteligente administração que gratùitamente fazia em nome dos povos e para os povos o Procurador de Missões. E mesmo nas próprias reduções em particular, o comum não produzia tanto porque havia tantos e tantos índios a trabalhar, mas porque havia tantos e tantos padres a administrar sàbiamente as

estâncias e as roças do comum, zelando com energia incomparável sôbre os algodoais e sôbre os ervais, milharais e mandiocais. Deixando todos os índios, sem os padres, em breve estaria tudo acabado. E quinhentos índios com um bom administrador faziam mais do que mil ou dois mil sem administrador algum. Por isto dizem os autores que o padre era tudo na redução e sem êle não havia quase nada nem espiritual nem materialmente. De modo que, em questão de salário, o único homem que trabalhava grátis na redução era o padre. Evidentemente, que falamos aqui do salário como administrador, porque como cura espiritual êle e seu companheiro tinham a metade do salário de um cura secular de índios, e êste salário era pago teòricamente pelo govêrno espanhol. Como administrador temporal o padre não tinha nem sequer a pura sustentação material de cada dia, porque esta lhe era devida, segundo as leis da Espanha, em virtude de seu cargo de cura espiritual. Falamos já e falaremos de como a Companhia e a Província podia tirar e tirava algum proveito temporal da circunstância de administrar temporalmente as reduções. Mas isto por outros títulos. Não pelo título de propriedade nem pelo título de administração, que propriedade não tinha nenhuma, e a administração era gratùita da parte da Companhia. Os procuradores de missões, sim, teriam como salário o sustento diário sob o título de administração, pagando uma diária ao Colégio em que moravam.

Quanto ao sistema salarial das reduções, antes devemos dizer que se assemelhava a algumas fábricas progressistas no sentido social, que dão maiores salários, não em forma de dinheiro, que o operário imprevidente esbanja logo na primeira garrafa de cachaça que encontra, mas que abrem lojas de cooperativas onde os funcionários da fábrica compram com preços muito reduzidos. Pois êste sistema nas reduções tinha sido levado a tal extremo que não se dava salário algum, mas dava-se o direito de receber muito mais de graça do que se poderia comprar com os salários se tivessem sido dados. E isto ainda com uma grande diferença entre redução e fábrica do estilo indicado. A fábrica pode dar vantagens tão grandes que atráia todos os operários da região, que por fôrça querem trabalhar nela. Mas o lucro principal sempre ainda fica para o patrão, não para os operários, apesar das grandes vantagens que o patrão lhes concede. Na redução todo o lucro era integralmente vertido em emprêsas para o bem comum dos mesmos operários e nada em bem do gerente ou administrador, porque êste, que era o cura, só recebia da redução o sustento diário, que já lhe era devido em virtude de seu ofício de cura espiritual.

Portanto, erram os inimigos da Companhia que baseiam suas deduções no trabalho escravo dos índios reduzidos em benefício da

Companhia. Erram também os ingênuos historiadores antigos da Companhia que cândidamente afirmam a gratuidade dos trabalhos. A verdade histórica é precisamente a contrária. Os índios não eram escravos dos padres, mas antes os padres eram escravos dos índios, porque se submetiam à carga, que tantas vêzes êles mesmos chamavam insuportável, da administração temporal que deviam e queriam fazer com absoluta gratuidade da sua parte. Na família em que pais e filhos trabalham para um acervo comum, os pais muito, os filhos pouco, ninguém vai dizer que os filhos são escravos dos pais. Antes quase sempre é o contrário: os pais é que são escravos dos filhos, já que se matam para o bem-estar dêles.

Uma grande distinção que sempre se deve fazer entre a coletividade missioneira e suas congêneres sindicais e cooperativistas modernas é que era uma família, em que sempre se ia além da justiça pela prática da caridade. Os sistemas sindicais e cooperativistas modernos dão direitos e muitas vêzes, pelo menos em alguns países dão de fato aquilo a que os associados têm direito. Mas tudo isso segundo cotas pagas. Na redução se dava a todos acima do que poderiam ter contribuido, e também se dava aos doentes, às crianças, aos velhos, que nada tinham contribuido. Também se dava aos preguiçosos e descuidados, porque como eram crianças grandes não deviam morrer de fome, mas juntamente com o que precisavam, se lhes dava também o lembrete necessário, no "lugar que Deus criou para esta função", para que futuramente se corrigissem. Neste caso o sindicato e a cooperativa com razão abandonariam o culpado à sua sorte.

Porque esta diferença? Porque o índio na dura experiência dos séculos se mostrara sempre como uma criança grande. E por isto pela lei do Estado, da Igreja, e da própria razão natural, era e devia ser considerado como de menor idade, com todos os privilégios daí decorrentes. Ao menor não se exige nem se nega como ao adulto.

O investigador que não tomar em consideração a índole paterno-familiar da administração dos Povos Guaranis, pode constituir grandiosos castelos filosóficos. Tudo no ar. Está fora da verdade histórica.

A POSSE REAL DO INDIVÍDUO

Grande parte dêste ponto foi tratado ao examinarmos a propriedade familiar, que, devido ao regime especial das reduções, em muitos casos não se distinguia claramente da individual. Por isto em geral bastará dar aqui um breve resumo geral do quesito, para dar uma imagem completa da propriedade que efetivamen-

te tinha nas mãos o indivíduo e de tal maneira que pudesse dispor dela a seu bel-prazer. Aqui como em outros pontos não nos podemos apoiar demasiadamente em textos isolados, circunstanciais, e secundários em geral, feitos sem atenção clara ao ponto que tratamos. Ninguém se preocupava dessas questões minuciosas, e por isso só casualmente encontramos indicações que nos ajudam na investigação.

113. O terreno da roça, de per si, nem era do cacicado, nem da família e menos ainda do indivíduo, já que um indivíduo sem família ou sem o seu grupo, que substituisse a família, era quase inconcebível, a não ser algum viúvo, e êste mesmo quase não se pode imaginar isolado. Pois os órfãos evidentemente estavam com parentes e as meninas órfãs também com parentes ou no cotiguaçu. As viúvas, no cotiguaçu ou com parentes. Os filhos, com seus pais. Dada a sociabilidade dos índios, dificilmente haveria mesmo algum viúvo que quisesse ou pudesse viver em completa solidão. Sempre estaria em algum ofício ou grupo ou com parentes ou amigos e conhecidos. (173)

114. Da mesma forma se deve dizer da choupana da roça, que seria geralmente da família, nunca do comum e raramente de um indivíduo, como acabamos de provar quanto a convivência dos indivíduos. (174)

115. O terreno da casa ùltimamente era do comum, ainda que dado como que para sempre à família. Não era da família e menos se pode dizer que fôsse dum indivíduo. (175)

116. A casa, como o terreno, era do povo, pelos motivos acima expostos, (176), ainda que dada para sempre à família, que, entretanto, não tinha os direitos nem os deveres que no direito moderno tem uma família, ou um indivíduo, que pode dizer que a casa é sua. Menos seria do indivíduo, pois raro seria o indivíduo que vivesse isoladamente numa casa. Nem o esfôrço constante que fazia o comum para construir e conservar as casas na sede do povo, poderia permitir que o espaço que bastava para uma família ficasse ocupado exclusivamente por um indivíduo.

117. Vimos que nem as famílias tinham animais de corte, de tração, de montar, e de produção de lã. Pois, por sua irresponsabilidade, não eram capazes de criar ou sequer de deixar criar-se por si mesmos êsses animais, sem que estouvadamente interviessem para exterminá-los. (177). Exceção fariam os cavalos, que não se matavam para comer. Mas êstes traziam outros inconvenientes. Se não eram da família menos ainda dos indiví-

duos que compunham a família. Talvez houvesse esporàdicamente alguma exceção. Outra coisa se pode dizer dos animais de brinquedo quadrúpedes ou aves, que, como coisa de luxo e divertimento, teriam talvez um cunho mais individual do que familial. (178).

118. Dos instrumentos de lavoura vimos no capítulo da propriedade familial, que na maior parte seriam de propriedade familial, sobretudo os que eram dados pelo comum, como machados, facões, enxadas, foices, carretilha, e em geral objetos de alguma monta. E' claro que eram de propriedade comunal todos os instrumentos agrícolas empregados na lavoura comum ou Tupambaé. Também é evidente que coisas de pouca monta poderiam considerar-se coisa individual. (179).

119. Quanto a armas de caça e pesca dissemos acima, que as armas de fogo e outras européias, sobretudo as em que entravam metais, não estavam à disposição dos cacicados nem das famílias nem dos particulares, porque estavam guardadas no arsenal ou "armeria" e conservadas debaixo de chave. As armas indígenas, como arco e flecha, macana, machado de pedra, funda de couro crú para atirar pedras arredondadas, boleadeiras, dissemos que em parte seriam mais da família, em parte mais do indivíduo, conforme a facilidade que todos tinham de fabricá-las em qualquer ocasião, sobretudo arco e flecha, que todos os meninos, desde pequenos, manejavam. (180). As diversas classes de armadilhas, conforme o tamanho e o esfôrço exigido para construir e armar, seriam algumas vêzes mais do comum, outras mais da família, outras mais do indivíduo. Não podemos a priori dizer que nestas questões se conservariam os antigos costumes guaranis, ainda que da parte dos missionários certamente não haveria objeção alguma a fazer, em não se tratando de coisa contra a fé e a moral. Mas o caso é que com a abundância relativamente extraordinária, que os índios passaram a gozar no regime das reduções, bem podia ser que o interêsse dos diversos membros da família e do cacicado nas armas e nas prêsas estivesse profundamente mudado, deixando descambar tudo mais para o terreno do individual. Da pesca vale o mesmo. Os anzóis de aço, que os índios recebiam dos missionários (ou digamos do seu comum, já que eram comprados com o dinheiro que rendiam a erva e a roupa do comum vendidas nas cidades espanholas...), os anzóis dizemos, seriam mais de cunho familial, como destinados ao uso em proveito da família. Outras armas indígenas, que todos fàcilmente poderiam ter ou fazer, teriam mais o cunho de propriedade individual, ainda que também empregados para o bem da família. (181).

120. Quanto a instrumentos para trabalhos domésticos, vimos que os homens pràticamente não teriam nenhuns, fora dos que usavam para a lavoura, os quais certamente eram mais familiais do que individuais. As mulheres eram responsáveis pelos trens de cozinha, que geralmente só conteriam elementos trazidos do tempo da infidelidade. Raramente teriam alguma paneia de metal. Teriam também agulhas e tesouras dadas pelos missionários, além dos instrumentos que usavam na antiguidade para fiar, que a tecelagem só se fazia nos teares da comunidade. Não é fácil decidir se os instrumentos de trabalhos domésticos eram realmente propriedade da mulher individualmente ou se ela era apenas a principal utilizadora, guardadora e responsável, sendo a família a principal possuidora e proprietária. (182)

A provisão de lenha evidentemente era mais da família por sua origem da roça comum da família e seu destino que era a cozinha da família. Dos produtos da roça da família, alguns ficavam na roça até serem consumidos, como mandioca, batata doce, ou se eram grãos secos também se guardavam na casa da família em pequena quantidade, e em maior quantidade no armazém comum com o nome da família proprietária, escrito numa taboleta. Êstes produtos certamente eram mais da família que do indivíduo. Da mesma maneira o que se dava em quantidade maior à família da parte da colheita do Tupambaé... (183).

121. Os móveis, vimos, que mais eram da família que do indivíduo. Mas deveremos distinguir o grau de firmeza com que uma coisa estava ligada à família ou ao indivíduo. Assim os baús de couro crú para guardar as roupas, as canastas para buscar mandioca ou milho verde, etc. certamente se consideravam mais da família do que as redes de dormir de que havia uma para cada um. E sendo de esperar que os filhos pequenos passassem a usar redes, que para seus irmãos maiores já eram pequenas demais, vemos que mesmo aí entra a propriedade familial... (184)

122. Explicamos mais acima o sistema de produzir e administrar a roupa, já pelos particulares, já pelo comum. Tôdas as roupas fora do poncho ou "camiseta" quase nunca duravam mais do que um ano. Daí que se pode dizer que todos os adultos gastavam até o fim tôda a roupa que recebiam, a não ser que houvesse um caso de morte, em que se deixasse roupa em boas condições. Assim se pode dizer que a roupa era de direito mais individual, ainda que em certa maneira também familial e até comunal, porque o comum, isto é, o padre como supremo executor e conselheiro do comum, devia vigiar o reto uso da roupa, mesmo nos adultos, pois que êstes, em certo sentido, se portavam como crianças menores. Mas esta vigilância e interferência não era mais a do dono da roupa, senão a do pai que cuida de seus filhos que não têm juizo suficiente. (185)

123. Os adornos, ainda que dados às vêzes pelo comum e as mais das vêzes pela família, eram certamente de direito preferentemente individual, já que se tratava de coisa não necessária nem à vida material nem à moral ou espiritual, podendo-se, pois, deixar penar quem desperdiçasse os seus adornos, até que por um esfôrço especial os recuperasse ou adquirisse outros. (186)

Ao concluir êste capítulo devemos tornar a chamar a atenção para a condição mental dos índios, que requeria um regime de família e não de sindicato ou cooperativa, e menos de socialismo estatal completo, em que perecem os que não se adaptam. Nas reduções, além da justiça, sempre havia a caridade, e o amor paterno da parte dos padres, e filial e fraterno da parte dos índios. Mas tudo isso era possível apenas no estado de atraso mental, em que estavam os guaranis dos Trinta Povos. (187)

CAPÍTULO X

COTEJO DE DIVERSOS SISTEMAS DE PROPRIEDADE

Notas breves sôbre diversos sistemas de propriedade que houve no decurso da história em diversas nações do globo. Tôdas essas noções são tomadas da Enciclopédia Espasa, no volume em que trata da palavra "propriedade". Sem conhecer a fundo a técnica e a literatura de que se serviriam os autores do citado artigo é possível que, em nosso resumo, daquele resumo, haja inexatidão de pormenores. Por isso, quem quiser aprofundar a matéria, evidentemente, deve recorrer às fontes originais da Enciclopédia, que contém tudo quanto afirmamos e indica também a literatura de que se serve. Uma única exceção fazem as colônias comunitárias do novo Estado de Israel, para as quais citamos no fim a fonte de que tiramos os nossos dados.

124. Verificamos diferentes sistemas, no decurso do tempo. Alguns teóricos ensinam que os homens começaram com a propriedade comunista, que no princípio tudo era de todos. Parece verdade na abstração, porque é evidente que os homens, nos primeiros passos que deram sôbre a terra, tiveram que começar apropriando-se de algumas coisas para comer e beber, que não eram ainda de ninguém e por conseguinte de todos.

Se o nomadismo precedeu cronològicamente a pecuária e agricultura, devemos dizer que os nômades, evidentemente, deviam apropriar-se dos frutos que nasciam, espontâneamente, da

terra. Deviam reclamar, para uso exclusivo do indivíduo ou da tribo, os animais que haviam caçado e os peixes que haviam pescado. Também deviam reclamar para uso exclusivo os instrumentos de caça e pesca que tivessem fabricado os diligentes e que os preguiçosos não possuiam. Assim teríamos um começo de propriedade móvel, que poderia naturalmente ser individual e familial ou tribual. Não precisa existir ainda propriedade imóvel.

Mas também é verdade que com a caça e a pesca e mesmo com a recoleção de frutos poderia haver certa propriedade imóvel, pelo menos tribual, porque os peixes tinham certos lugares de preferência e as manadas de animais certos campos de pastagem, e também as frutas silvestres principais podiam ter certos paradeiros de maior abundância, como os pinhões do planalto, as algarrobais no Chaco. As guerras entre parcialidades e tribos teriam geralmente esta origem econômica.

No período dos metais aumentaria a agricultura e a pecuária, exigindo, por sua vez, e possibilitando mais estabilidade e, por isso mesmo, mais propriedade móvel e imóvel. Foram as condições mesológicas que fizeram dos guaranís um povo semi-sedentário e semi-agricultor, o que, na bôca de todos os missionários, foi uma grande vantagem para a cristianização e civilização. Bem ao contrário dos guaicurus do Chaco, que tiveram de ser abandonados porque as contínuas enchentes e sêcas que se sucediam, nos mesmos lugares, e a praga do gafanhoto, os obrigavam a um nomadismo incorrigível.

A diferenciação das ocupações, dentro da mesma tribo ou nação, empregando-se uns na defesa, outros na agricultura, outros na caça e pesca, equivale ao processo incessante da apropriação do solo, dos meios de produção e dos mesmos produtos do trabalho humano.

Hoje em dia, a tal ponto evoluiu a propriedade, em direção ao individualismo, que se levanta uma luta gigantesca, em todo o mundo, da parte das classes menos favorecidas para voltar a sistemas anteriores, que eram, provàvelmente, mais sociais, mais coletivos, ainda que provàvelmente, nunca em forma total.

NO ESPAÇO TAMBÉM VERIFICAMOS UMA GRANDE DIFERENÇA NOS SISTEMAS DE PROPRIEDADE

125. Entre os antigos hebreus, a terra conquistada foi distribuída entre as tribos. A tribo a distribuía entre os grandes grupos de famílias e estas às famílias particulares. Uma certa proteção contra o açambarcamento era o jubileu dos cinqüenta anos, em que tôdas as propriedades deviam retornar à família primitiva, que, por ventura, tivesse tido que desfazer-se dela. Havia

ainda o sétimo ano, em que se devia deixar descansar a terra, perdoar as dívidas e libertar todos os cativos hebreus que por êste motivo se achassem presos.

126. Entre os antigos egípcios, alguns opinam que não havia camponeses proprietários, senão que a terra tôda pertencia ao rei, aos sacerdotes, organizados em classe e à nobreza. Que os nobres cultivavam a terra por meio dos escravos, o rei e os sacerdotes as arrendavam aos camponeses. Mas os fenômenos econômicos observados, por ocasião da aparição de José do Egito, parecem insinuar a propriedade particular dos egípcios.

127. Na China se apreciava, sempre e muito, a propriedade particular. E' verdade que, teòricamente, se considerava tudo como pertencente ao imperador. Mas, na prática, êste sempre a deixava aos súditos a trôco do imposto.

128. Na Índia, houve e há grande variedade de sistemas de propriedade.

129. A Assíria e Babilônia, com suas baixadas fluviais, possuiam espantosa fertilidade de solo. Era um paraíso agrícola, e com o luxo que a riqueza e a técnica permitia, tudo isso levava à propriedade particular.

130. Fenícia e Cartago floresceram por grande riqueza e comércio e eram portanto favoráveis, em extremo, à propriedade particular.

131. Na Grécia, uns afirmam que houve desde logo propriedade particular. Outros dizem que a propriedade imóvel começou por ser comunista, seguindo depois a evolução para o particular. Já o fato de nunca ter havido em Atenas guerra entre os ricos e pobres, mostra que a propriedade era particular e estava bem distribuída. Dizem que havia umas 10.000 famílias proprietárias.

132. Os romanos tinham tão grande estima da propriedade particular que a protegiam pela própria religião, colocando estátuas dos deuses nos limites e usando ritos religiosos para adjudicá-la ao proprietário pela colocação de Lares e assinação de lugar para enterrar os mortos da família. A invasão da propriedade imóvel alheia era considerada, pois, como um crime de religião, como um sacrilégio contra os deuses.

O direito romano, admiràvelmente bem desenvolvido, foi adotado por tôdas as nações, no tempo da dominação romana e na

Idade Média, sem contudo abolir certas formas originais dos povos subjugados.

133. Entre os Celtas parece que havia desde logo a propriedade particular, juntamente com a pública, sendo esta reservada aos que se lhes viessem juntar ou se davam em arrendamento aos particulares ou se cultivavam em comum.

134. Na Irlanda, primitivamente, a terra era de tôda a tribo. Esta a dava a grupos menores, os quais, por sua vez, a distribuiam às famílias, reservando sempre algumas terras para o comum, por fins de arrendamento. A propriedade estava limitada, pois ninguém podia vender sem consentimento de seu grupo menor ou maior. Parece que se fazia também, de tempos em tempos, uma nova distribuição de pastos, matos e terras aráveis.

135. Entre os Eslavos, dizem que a propriedade particular era, primitivamente, comunal, ou tribual, chamada Mir. Uma grande família patriarcal, que trabalhava tudo em comum. Na descrição do Mir, que daremos mais adiante, se vê que, contudo, havia certa propriedade particular, só que esta estava limitada, de sorte que o indivíduo não podia vender a terra, sem consentimento da tribo ou dar-lhe opção e preferência.

136. Dos Germanos, diz Tácito, que entre êles tudo era comum. Depois diz que para herdar um filho do pai, não era preciso fazer testamento. Por donde se vê a pouca fé que nos merece sua informação contraditória. Talvez eram comuns os imóveis, quando ainda nômades, e se tornaram particulares, quando o contato com outros povos e a escassês de terras os obrigou à vida mais sedentária, e com isto maior porção de propriedade particular.

137. Os Vândalos se apoderavam de tôda a terra que invadiam. Os Visigodos requeriam dois têrços ou mais da metade. Os francos ocupavam as terras fiscais do domínio público.

138. De tôdas essas misturas de sistemas originaram-se, na época bárbara da Idade Média cinco classes de propriedade: a comunal, que era de todos e cultivada por todos, a aloidal, que estava livre de tôda e qualquer carga; a beneficial, de que apenas se dava o usufruto, por certo tempo, e não a propriedade; devendo reverter ao comum depois de certo tempo, para ser redistribuída; a censual, que pagava certos impostos ou censos e tributos; a servil, que tinha mais cargas e maiores limitações que tôdas as outras. Na época feudal da Idade Média, o rei conquistador dava as terras conquistadas a seus fiéis vassalos, e os moradores das terras vencidas deviam pagar o impôsto aos senhores

feudais. De resto, parece que permanecia, mais ou menos o sistema anterior, com a terra dos vilões ou moradores de cidades livres, terra dos servos, terra aloidal, terra comunal...

139. Também a Igreja, conforme suas necessidades, tinha propriedade imóvel desde os princípios, pois, mandaram os perseguidores arrasar igrejas e confiscar terrenos delas. Os vitupérios dos santos padres são dirigidos, não contra a propriedade como tal, mas contra o excesso de apêgo a ela. Pois, expressamente, diz Lactâncio, que não deve ser prejudicado aquêle que por sua industriosidade adquire mais, nem deve ser favorecido aquêle que por sua preguiça adquire menos.

Os bens da Igreja estavam divididos em quatro partes: a do bispo, a do clero, a do culto e da reparação da igreja, e a dos pobres. Mais tarde se davam também porções para o sustento dos párocos das aldeias.

140. Os antigos árabes e muçulmanos, como os beduínos de hoje, recebiam a propriedade das mãos dos chefes para a sua tribo. A tribo distribuia entre as famílias, até que o chefe fizesse outra distribuição. Mafoma considerava a Deus como o grande proprietário e os ricos como seus administradores, obrigados à caridade para com os pobres. Nas suas conquistas os muçulmanos, em geral, deixavam a propriedade da terra aos povos vencidos, com a obrigação de pagar impostos aos vencedores. Hoje em dia, há muitas classes de propriedade entre os povos árabes.

141. Nos tempos modernos, com a técnica e a conseqüente possibilidade de concentração de propriedade nas mãos de poucos, chegamos à necessidade de remediar, inculcando o lado social que pesa sôbre tôda a propriedade individual.

142. Quanto aos regimes de socialização extrema, devemos distinguir entre a teoria e a prática. Na teoria será o que dizem os mestres. Mas na prática, terão feito inúmeras concessões à propriedade particular para não sucumbir na improdutividade que é conseqüência necessária da falta de interêsse que há sempre, onde falta a propriedade particular em que trabalhar, pelo menos em ambiente, em que faltam as circunstâncias das reduções guaranís.

Há também algumas formas de propriedade comunal, modernamente, em países civilizados, e que têm muita semelhança com o regime das reduções guaranís. Trata-se do Allmend da Suíça, da Università na Itália e de organizações semelhantes na França, Córsega, Portugal, Andorra e, em tempos passados, da Espanha.

Passamos êstes tópicos em ordem inversa, porque o Allmend suiço tem mais semelhança e queremos tratá-lo mais extensamente que os outros.

143. Diz Espasa, na parte referente à propriedade, que na Espanha antiga havia muitas propriedades de uso coletivo, mas que as leis as mataram, tudo ficando reduzido apenas a alguns pastos comuns, que se aproveitam coletivamente, indenizando com uma pequena taxa paga aos que não aproveitam o direito de mandar para lá seus gados.

144. Dizem os mesmos autores que em Andorra os pastos e os bosques são comuns, e que as terras lavráveis se repartem com medida de espaço e tempo igual para todos.

145. Em Portugal se menciona a Paróquia de São Miguel em Entrerrios, a qual cada ano divide os seus lotes aos agricultores. Mas, apesar da repartição igualitária aos particulares, os trabalhos agrícolas são feitos todos em comum. Na colheita, entretanto, cada um recebe só o que foi produzido no seu lote.

146. Na Córsega as partes altas e montanhosas são tôdas da comunidade. Esta, por seus jurados e autoridades determina, cada dois ou três anos, a parte que vai ser loteada, entre os moradores, deixando os lotes anteriores descansar, por alguns anos.

147. Também na França, há lugarejos, em que se faz coletivamente o aproveitamento das terras do comum, ainda que, além disso, todos tenham também terras particulares. Mas, na Bretanha, há ilhas em que se faz exclusivamente o trabalho comum, dividindo tudo fraternalmente depois da colheita. O chefe da comunidade é sempre o cura, assessorado por um conselho de anciãos.

148. Na Itália estas comunidades de habitantes se chamam de universidades ou consórcios de famílias. Nas partes montanhosas os pastos, bosques e terras de plantios se distribuem periòdicamente pelos membros da Università. Abunda mais êste sistema nas Marcas e, segundo uns autores, há por ali 351 università, com mais de 22.000 hectares, variando as università com propriedade coletiva de 5-100 hectares. Perto de Bolônia há algumas università, que se originaram da doação feita há muitos séculos, de terras sujeitas a inundação, que os colonos tornaram indenes dos efeitos das águas, com a condição de se lhes conceder o uso na forma indicada. Cada vinte anos se mudam os usufrutuários, por uma nova distribuição. Coisas semelhantes, nas Vi-

las de Frioul e em lugares dos Apeninos do Norte. Laveleye diz que na Província de Roma há mais de 170.000 hectares de bens comuns. Mencionam-se ainda outros lugares, como consórcios ou Università, como seja Sant-Abondia, Fontone, Chiaserna, Cacciano... Nesta última o cura é o presidente dos associados por fôrça de direito.

149. Chegamos ao Allmend da Suíça, e seguimos, como em tôdas as nótulas anteriores o que trazem os autores, no artigo, "Propriedade" da Enciclopédia Espasa.

Dizem, pois, que em grande parte do território da Suíça, as aldeias, vilas e lugarejos, guardam grandes extensões de terrenos aráveis, bosques e pastos, que não podem ser vendidos pela comunidade, e que se distribuem entre os grupos de famílias, formados em cada aldeia. São geralmente agrupações de 15-20 famílias, que vivem em perfeita comunidade, ainda que em casas diferentes, e que se repartem exatamente estas propridades do comum e as administram e melhoram.

As vantagens do sistema são várias, como acostumar a gente a interessar-se por coisas públicas, porque todos devem assistir às assembléias da corporação; reter a população no campo, dando a todos um pedaço de terra em que plantar e direito à madeira dos bosques para construções e lenha.

Um modêlo dêste sistema de propriedade coletiva, escrevem, é a comunidade de Gross, no Cantão de Schwytz. Todos os membros de 18 anos para cima se reúnem, uma vez por ano, para dar e receber conta do que se fêz e há de fazer. Cada dois anos se faz uma nova eleição da diretoria, que é cargo obrigatório, retribuído e sujeito a responsabilidade. O executivo está nas mãos de um conselho (um diretor e seis conselheiros), que regula os cortes nos bosques, prepara a distribuição das terras, representa a comunidade em juízo, impõe multas, ordena os trabalhos que não passem de certa quantidade de francos, pois sendo mais se exige o consenso da assembléia geral.

O direito à participação na comunidade se concede a um homem casado que resida certo tempo no lugar. Em certas circunstâncias também se dá o direito à viúva com os filhos, ainda em casa, ou a filhos maiores que se estabeleçam, por conta própria.

O regulamento do uso varia segundo os lugares. Às vêzes se limita o número de gado, às vêzes se paga uma certa taxa por cabeça de gado, às vêzes se distribui por sorte. Nos bosques, os jurados determinam, na parte de cada um, o que pode cortar por ano. As terras lavráveis se dividem ou sorteiam e ficam de 15-20 anos na família ou também por tôda a vida. No fim tudo volta

à comunidade. Os descendentes de um falecido, se têm direito, ficam aí, até a próxima repartição.

As partes do Allmend são matos, pastagens, terras lavráveis. Algumas povoações também têm juncais, que se cortam para fazer cama de gado. Outros têm também turfeiras comuns. Assim cada membro da comunidade pode ter tudo quanto precisa para as primeiras necessidades: carvão e lenha para o fogo, madeira para a casa e para os móveis, algumas vacas e ovelhas, trigo, batatas, linho...

A extensão do que se concede, a cada um, no Allmend suíço, chega mais ou menos a meio hectar. Quando há terras alugadas, se reparte o aluguel entre os membros todos. No Cantão de Valais, todos os moradores trabalham certos dias da semana nos trigais e vinhedos comuns. Depois se divide fraternalmente o resultado entre todos.

Parece-nos que o regime de propriedade que reina no Allmend suiço é um dos que mais se parecem com o regime econômico das reduções guaranis. Mas nunca se há de esquecer uma grande e fundamental diferença. No Allmend, como em todos os regimes semelhantes, e mesmo nos regimes socialistas e comunistas, o ponto de partida é sempre a demasiada ambição de bens particulares, com o perigo do açambarcamento de uns e miséria de outros. Mas entre os guaranís, o ponto de partida era precisamente o contrário, isto é, nunca foi possível inspirar suficiente e eficiente ambição de bens particulares nos índios, com perigo, mil vêzes experimentado, de não haver ninguém com bens particulares suficientes para salvar-se da miséria. E isto não por falta de saúde ou tempo ou ausência de possibilidades, senão ùnicamente pela inata frouxidão e imprevidência dos índios. Se os missionários não organizassem a produção e conservação de alimentos comumente, depois de alguns mêses, todos estariam na miséria. Levados, porém, como crianças grandes que eram, a um trabalho comum organizado, não só tinham alimento, à farta, para si, senão que também dispunham de produtos para vender a outros povos e aos espanhóis, e com o produto da venda, erguer grandiosas obras, que ainda ressumbram de suas ruínas.

150. Acrescentamos mais uma experiência interessante de que não fazem menção os autores do artigo "Propriedade" em Espasa. Trata-se dos kibboutzim do novo Estado de Israel.

No livro: "Dans les Pas de Jesus", Présentation de S. E. le Cardinal Liénart, Evèque de Lille, Introduction Historique et Archéologique de M. le Chanoine René Leconte, Doyen de la Faculté Théologique de Lille, Photographie de Frederique Duran, Paris, 1953, se diz na página 15:

As mais belas flores, as mais belas uvas eu as admirei, no

outono passado, nas terras dos Kibboutzim, realizações agrícolas que constituem um dos mais espetaculares feitos do Novo Estado de Israel. Qualquer que seja a riqueza, ninguém tem coisa alguma como propriedade particular, nem casa, nem cercado, nem cocheira. As colheitas são vendidas no mercado, sempre exclusivamente em proveito da comunidade, que se responsabiliza, por outro lado, também dos gastos da subsistência. E' um mundo sem salário, onde cada um é tratado em pé de igualdade, independentemente do rendimento de seu trabalho. O rigor do coletivismo é tal, que, por exemplo, no pavilhão dos celibatários, cada quarto é reservado para ao menos dois ocupantes. Só os viúvos e as viúvas e alguns veteranos da primeira hora têm o direito a um quarto particular, ao passo que no refeitório há obrigação regulamentar de mudar de vizinho, em cada refeição que se faz. Os kibboutzim, que não admitem senão voluntários, são já em número de trezentos, com um total de mais de seis mil habitantes. Faz dois mil anos que na Palestina, uma seita judia, a dos Essênios, propôs um gênero de vida semelhante". Entre os Essênios, contam os contemporâneos, não há ninguém que tenha uma habitação, que não pertença, ao mesmo tempo, também aos outros. Não têm campo, nem servidores. Metem tudo em comum, habitam em conjunto, partilham do mesmo repasto".

APÊNDICE

Pontos de cotejo entre o sistema de propriedade das reduções dos guaranis e o dos sistemas coletivistas extremos modernos.

Queremos alinhar singelamente mais algumas considerações, que nunca se devem perder de vista nas comparações entre os sistemas mencionados na epígrafe. É conhecido que nascem os maiores absurdos quando se fazem comparações de diversas coisas, não se atendo sempre ao mesmo ponto de vista para ambos os lados. Por isso apresentamos alguns pontos de vista passíveis de comparação, e acrescentamos os fatos da parte das reduções, deixando para os estudiosos a contraposição da outra parte.

Sem pruridos sistemáticos faremos uma arrumação sumária dos conceitos com respeito aos seguintes critérios:

1. A existência ou não da propriedade particular no sistema.
2. A base filosófica do sistema comunitário...
3. A direção da marcha evolutiva do sistema...
4. A motivação que fêz eclodir o sistema...
5. O resultado prático do sistema.

6. Os meios psicológicos empregados no sistema.
7. A origem teórica ou prática do sistema.
8. A pessoa humana no sistema.
9. A idéia religiosa no sistema.
10. O elemento humano com que lida o sistema (dirigentes, dirigidos).
11. O hermetismo em dois sentidos do sistema.

etc. etc. etc.

1. *A PROPRIEDADE PARTICULAR NO SISTEMA*

As reduções tinham a propriedade particular, embora muito reduzida, devido ao elemento humano deficiente com que se lidava. A restrição da propriedade particular não provinha da idéia da iliceidade dela, mas da incapacidade do índio de a conservar e aumentar. Teve que adotar-se por isso o sistema de família em que os pais suprem a deficiência dos filhos pequenos, não porque os julguem ineptos para ter particulares propriedades, mas porque os têm por enquanto por incapazes de os conservar e aumentar. Tôda a propriedade era por assim dizer pre-particular como o são os bens da família, porque tôda ela, menos a que é e deve ser pública em qualquer administração de sociedades humanas, estava destinada a passar para ser particular, como provam inúmeros textos, que por falta de espaço e tempo não podemos colecionar, em que, porém, se prova a incansável atitude dos padres em levar os índios à economia particular, atitude que prova, que no momento em que fôsse possível, os padres teriam entregue tudo à iniciativa particular.

2. *A BASE FILOSÓFICA DO SISTEMA*

Quanto à base filosófica da liceidade ou iliceidade da propriedade particular bastaria olhar para o ensino da Igreja e da Companhia daqueles tempos, ao qual a Companhia sempre zelava por se conformar, e para os milhares de textos e atos dos missionários em particular e de suas autoridades imediatas, para ver evidenciar-se como a luz do sol, que não só nunca reprovaram a propriedade particular, mas também a faziam praticar e procuravam por tôdas as fôrças introduzí-la eficazmente entre os índios. Centenas de testemunhos neste sentido se poderiam fàcilmente extrair das obras especializadas do Padre Sepp e do Padre Cardiel e dos memoriais que os Provinciais deixavam no fim da visita das reduções, em que sempre recomendavam o favorecimento do trabalho

dos particulares nas roças particulares, cujo rendimento pertencia exclusivamente à família do particular.

3. *A DIREÇÃO DA MARCHA EVOLUTIVA DO SISTEMA*

Para ver a direção que quiseram imprimir à evolução do seu sistema, basta ver os atos e as palavras dos missionários e sobretudo as prescrições de seus superiores em centenas de memoriais que se encontram no Archivo General de la Nación em Buenos Aires. Vemos que haviam partido da tal-qual propriedade comunitária do cacicado gentio, para uma comunidade de bens em si mesma menor (basta lembrar as casas individuais que desde o princípio procuravam dar a cada família!), ainda que a quantidade de bens comuns e particulares tenha crescido quase ao infinito, comparado com o pouco que tinham tido antes. E a tendência constante, segundo atestam os padres, era para a diminuição da propriedade comum e aumento da particular. Daí os esforços incessantes dos padres e as prescrições e vigilâncias contínuas dos superiores, insistindo na lavoura particular. E isto era tanto assim que os famosos castigos aos que não trabalhavam convenientemente, quase só se cingiam aos que neste ponto não cumpriam o seu dever na roça particular, trabalhada em benefício exclusivo da sua família. É que o índio em grupos e mais vigiado nas roças comuns, trabalhava com mais facilidade do que quando abandonado sòzinho com a mulher e filhos maiores na roça particular.

4. *A MOTIVAÇÃO QUE FEZ ECLODIR O SISTEMA*

Também nesta parte notamos alguma diferença. Os sistemas comunitários extremos e mitigados procuram justificar a sua atitude pela demasiada ambição de bens particulares de alguns homens, a qual os leva a açambarcar tudo para si, longe acima de suas necessidades, não deixando nada ou quase nada para os outros.

O sistema comunitário das reduções partia precisamente dum motivo inteiramente contrário. Pois não havia nem sequer ambição suficiente de bens particulares, nem em alguns índios e menos ainda em todos. Ou antes a ambição não estava suficientemente acompanhada do empenho de aumentar e conservar os bens particularmente adquiridos. Os índios, segundo todos os testemunhos dos que trataram com êles, eram como crianças grandes que pode ser que ambicionem com tôdas as veras um objeto, mas é uma ambição momentânea, que, satisfeita a gula do mo-

mento, não se preocupa mais, e desperdiça com quem quer que lhe venha ao encontro o que restou e talvez fôsse dado para o dia seguinte. Vaca e terneiro só interessam como carne no espeto, não como origem duma futura manada. E assim em tudo o mais. Mesmo depois de 150 anos com tôda a vigilância dos padres e dos caciques, não foi possível que espontâneamente produzissem comida para mais de meio ano, ainda que sobrassem tempo e campo para trabalhar. Por isso foi necessário introduzir o trabalho comum e o armazém comum, onde a vigilância e o impulso podiam ser mais efetivos da parte dos administradores do que nas longínquas e disseminadas roças particulares. Portanto, o ponto de partida foi precisamente a falta de suficiente e eficiente ambição de bens particulares.

5. *O RESULTADO PRÁTICO DO SISTEMA*

Podemos olhar para os dirigentes e para os dirigidos. Com respeito aos segundos, todos os amigos admiravam e todos os inimigos se escandalizavam da grande prosperidade material, cultural e espiritual das reduções guaranis. Segundo Cardiel, os demarcadores que estiveram nos Sete Povos avaliaram tudo que havia sido construído e plantado em cima do solo duma redução no mínimo em 700.000 pesos, o que equivaleria ao dobro de vacas gordas na região das reduções. Trinta Povos seriam 21 milhões de pesos ou seja uns 40 milhões de vacas gordas. Tudo era dos índios e nada dos padres; mas tudo devido ùnicamente à administração dos padres, como base eficiente de seu trabalho espiritual, que era a meta principal. Mas nestas comparações nunca devemos esquecer as condições mentais e psicológicas em que estavam os índios com que lidavam os padres.

Quanto ao resultado para os dirigentes, vimos nas páginas anteriores, que nada de tudo quanto se produzia pertencia aos padres, e tanto êles como a Companhia saía mais pobre do que entrara. Esta tese parecerá inacreditável, mas fàcilmente poderia ser provada com os documentos coevos e fidedignos na mão.

6. *OS MEIOS PSICOLÓGICOS EMPREGADOS NO SISTEMA*

Vimos nas reduções e se poderá provar com relativa facilidade, que o único meio eficaz de levar os índios a aceitar a direção e imposição dos padres quanto ao trabalho particular e comum, era o extremado amor que os padres sabiam inspirar aos

índios, fato de que se poderiam aduzir centenares de testemunhos de amigos e inimigos, se a brevidade desta arrumação sumária de conceitos não nos forçasse a omití-los. A única explicação que os textos históricos permitem, que a razão considera como suficiente, é o amor dos padres acompanhado de sacrifício e desinterêsse extraordinário, que em tôdas as ocasiões têm mostrado aos índios. É verdade que também funcionava o castigo. Mas em primeiro lugar, o castigo era sempre tão justo que os índios não só o aceitavam de boa mente, mas muitas vêzes até o vinham pedir espontâneamente, e recebido o agradeciam, beijando a mão do padre, que havia dado licença às justiças ordinárias para o executarem, segundo estava prescrito no livro das ordens. Tanto mais que quase sempre funcionava por descuidos culpáveis na roça particular, apesar de se ter dado ao índio bois para lavrar e semente para semear.

Compare-se com isto os sentimentos que impulsionam os membros das comunidades comunistas ao cumprimento das determinações que baixam da administração.

7. *A ORIGEM TEÓRICA OU PRÁTICA DO SISTEMA*

Parece que os extremismos sociais modernos partem duma idéia ou teoria preconcebida, que se põe em prática sem saber de antemão pela experiência passada, se dá certo ou se pode dar certo; com a agravante dos adversários provando pelas próprias leis inerentes ao espírito humano, que não pode dar certo na humanidade que vive sôbre esta terra.

As reduções, pelo contrário, não partiram de nenhuma teoria preconcebida, por mais que alguns autores, apoiando-se em suas fantasias, procurem encontrar a origem teórica das reduções nas diversas "utopias" e "cidades do sol" e outras que tais, que o engenho humano excogitou em questão de sistemas sociais. Os criadores das reduções olharam simplesmente para a condição do índio que tinham diante dos olhos. Perguntavam-se como levar essas criaturas à prosperidade espiritual que almejavam para êle. Viram que o único meio era fazê-lo primeiro homem e depois cristão. Viram que o único meio de defender o índio da escravização pelos brancos e da infracultura que êle trazia do mato, era metê-lo no sistema em que o meteram. Olharam os meios legais que já existiam na Legislação de Índias, e o que faltava procuraram obter das legítimas autoridades. Na consecução desta finalidade a Província do Paraguai jogou a sua vida: porque várias vêzes foi expulsa de seus colégios por causa da proteção ao índio de que não queria abrir mão, e também a expulsão total em grande

parte se deve à sua tenacidade em defender o indefeso aborígene da exploração pelos mais poderosos. Portanto, partiu da prática e não da teoria, quando introduziu um sistema comunitário, com a mira sempre na propriedade e administração particular, se esta desse resultado.

8. *A PESSOA HUMANA NO SISTEMA*

Há Estados que apregoam a supremacia do bem comum sôbre o particular. Mas o bem comum que visam é só uma aparência, porque querem um Estado brilhante, não para o bem dos cidadãos, que êstes pouco lhes interessam, mas como monumento de glória para o criador da grandeza. O bem comum é uma camuflagem do bem particular dos governantes, seja na glória, seja no proveito econômico das pessoas ou das classes que exploram a emprêsa do Estado. A pessoa dos cidadãos pouco lhes interessa...

Nas reduções se atendia em primeiro lugar às pessoas. Fazia-se prevalecer o bem particular de muitos, sôbre o bem particular de poucos, o bem do espírito sôbre o bem do corpo, o bem sobrenatural sôbre o meramente natural e passageiro, sem entretanto nunca esquecer o bem natural que é a base indispensável do verdadeiro e duradoiro bem sobrenatural duma grande comunidade. Por isso, os bens produzidos se gastavam em dar casa, comida e roupa às pessoas, ainda que estas fôssem inválidas e incapazes de contribuir para o aumento dos bens materiais comuns...

9. *A IDÉIA RELIGIOSA NO SISTEMA*

Na redução cristã não sòmente não se excluia a idéia religiosa, mas esta sempre formava a última meta. Se bem que a proteção e elevação do indefeso e bárbaro indígena fôsse em si mesma uma emprêsa digníssima do esfôrço de qualquer cristão, contudo a verdade histórica nos obriga a dizer que os sacerdotes eram por sua própria natureza indicados para o cuidado espiritual e não para o corporal, que êste pertencia por natureza ao Estado. Mas uma vez que não era possível a defesa do índio e sua humanização antes da cristianização, foi absolutamente necessário empreender antes ou então concomitantemente com a cristianização a cultura humana do índio, tanto assim que os mesmos padres jesuítas do Paraguai, nas suas aldeias de índios pampas e nas dos

preandinos, onde os índios eram mais desenvolvidos e mais responsáveis, e sabiam cuidar de si por si mesmos, os padres dizemos não aceitaram a administração temporal. Portanto, a administração temporal foi tomada e aceita como condição sine qua non da prosperidade durável do espiritual.

O mesmo se pode dizer da implantação dum sistema comunitário tão avançado. Só foi estabelecido porque assim era necessário para a prosperidade material dos índios, a qual era necessária para uma prosperidade estável também no campo espiritual. Isto tudo está mais do que justificado, porque o índio, como todo o homem, supera a pura materialidade do animal e a pura naturalidade do homem.

Portanto, o pensamento religioso não sòmente não foi excluído, mas constituia o móvel mais forte para aceitar a administração temporal e impôr uma administração mais ou menos comunitária.

10. *O ELEMENTO HUMANO COM QUE LIDA O SISTEMA*

A imprevidência incorrigível dos índios tornava necessária a implantação do sistema das reduções. O mesmo caráter infantil os tornava aptos para sentir intensamente o amor que lhes votavam os padres e para retribuí-lo com a mesma intensidade e espontaneidade de crianças, possibilitando assim a relação de amorosa obediência que movimentava tôdas as fôrças nas reduções. Cremos que em nenhuma outra sociedade humana teria sido possível tal sistema, e se os sistemas comunistas se jactam da sujeição dos povos, deveremos examinar, se tudo isto não é devido à onipresente e onipotente polícia secreta, que pulveriza tôda e qualquer resistência às suas idéias.

Quanto ao elemento humano dirigente é fácil fazer comparações.

11. *O HERMETISMO EM DOIS SENTIDOS DO SISTEMA*

As reduções barravam a entrada dos exploradores da simplicidade indígena. Mas deixavam fugir os descontentes, que em geral acabavam na mais negra miséria, na aguardente e nos vícios que aprendiam dos brancos. Não havia cortinas de ferro nem de bambú.

Voltaire disse um dia que as reduções do Paraguai quase bastavam para perdoar todos os crimes dos Conquistadores.

REFERÊNCIAS

Nota 1. Circunstâncias imprevistas apressaram a entrega dos originais. Por isso e pela falta de espaço, as referências nem por sombra pretendem ser completas.

2. Damos a seguir nomes e títulos completos de alguns autores e suas obras, que no decurso das referências citaremos sempre em forma abreviada.

Hernández, P. Pablo, S.J., Organización social de las Doctrinas guaraníes, I e II volumes, Barcelona 1913.
Citamos: Hernández, Organización... pg....

Pôrto, Aurélio, História das Missões Orientais do Uruguai, P. Alegre, 1945, I e II parte.
Citamos: Pôrto, História... pg....

Teschauer, P. Carlos, S. J., História do Rio Grande do Sul, 1918, 1921, 1922, I, II e III parte.
Citamos: Teschauer, História... pg....

Jaeger, Luís Gonzaga, S.J., Os Três Mártires Rio-Grandenses, P. Alegre, 1952.
Citamos: Jaeger, Mártires... pg....

Cardiel, P. José, S.J., Carta-Relación, publicada por Furlong Guillermo, S.J., Buenos Aires, 1953.
Citamos: Cardiel, Carta Relación... pg....

Sierra, Vicente, História de la Argentina, 1492-1600, Buenos Aires, 1956.
Citamos: Sierra, História... pg....

Sepp, P. Antônio, S.J., Viagens às Missões jesuíticas e Trabalhos Apostólicos, São Paulo, 1943.
Citamos: Sepp, Viagens... pg....

Sepp, P. Antônio, S. J., Algunas Advertências tocantes al Gobierno Temporal de los Pueblos, em «Pesquisas», N.° 2, 1958, Pôrto Alegre, publicado por Mansueto Bernardi.
Citamos: Sepp, Advertências... pg....

Cortesão, Jayme, Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil, Rio, 1958.
Citamos: Cortesão, Raposo Tavares... pg....

Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Secção Companhia. Temos cêrca de 2.500 páginas de anotações sôbre umas 12.000 páginas desta Secção. Uma enfermidade interrompeu o trabalho até agora. Faltam-nos ainda a microfoto dos documentos anotados e as fichas temáticas a extrair dos apontamentos. Desta maneira, e, pela urgência dêste trabalho, não é possível aproveitarmos plenamente desta valiosa Secção. Fá-lo-emos em ulteriores aperfeiçoamentos dêste ensaio, ajudados da experiência dos mestres na matéria.
Citamos: Archivo General de la Nación.

Damos a seguir as referências, que correspondem aos algarismos, que no texto aparecem postos em parêntesis. (...)

1. Hernández, Organización, I° volume.
2. Furlong Guillermo, Cartografía Jesuitica del Río de la Plata, B. Aires, 1936.
3. Hernández, Organización, I, 5 ss.
   Lozano, Hist. de la Prov. del Paraguay, L. I, cap. XI.
   Pôrto, História, I, 24 ss.
4. Hernández, Organización, I, 5 ss.
   Pôrto, História, I, 28.
5. Hernández, Organización, I, 9.
   Pôrto, História, I, 32.
   Teschauer, História, I, 114.
6. Jaeger, Mártires, 64.
7. Hernández, Organización, I, 8 ss., 13-16.
   Jaeger, As invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul, 1636-1641, Pôrto Alegre, 1940.
   Pôrto, História, I, 76-120.
   Teschauer, História, I, 35-50 e 126-211.
8. Pôrto, História, I, 265 ss., 308 ss.
9. Pôrto, História, II, 31-85.
   Teschauer, História, II, 3-14.
10. O florescimento dos 30 Povos é atestado pelos remanescentes, que há ainda nas ruínas dos campos e nas salas dos museus, pelos testemunhos entusiastas dos amigos e invejosos dos inimigos e por milhares de faturas comerciais que enchem os arquivos do Rio de la Plata. Qualquer livro ou revista dos cerca de um milheiro que vai citar Guillermo Furlong em seu Las Reducciones Guaranies, que está em preparo, dará testemunho do mesmo.
11. Pôrto, História, II, 198-242.
    Teschauer, História, II, 200-325.
12. Pôrto, História, II, 242-258, 259 ss.
    Teschauer, II, 323-404.
13. Espasa, Enciclopedia Universal, vol. 47, pg. 904.
14. Sierra, História, pg. 39-56.
15. Balesteros, Hist. de la América. Volume que trata da América indígena.
16. Como exemplo dos direitos e deveres dos Conquistadores vejam-se as capitulações de Dom Pedro de Mendoza, fundador da primeira Buenos Aires.
    Sierra, História, pg. 208-210.
17. Moerner, Magnus, The Political and Economic Activities of the Jesuits in the Rio de la Plata Region, Stockholm, 1955, pg. 88.
18. Sierra, História, pg. 105.
19. Epítome da Companhia, tratando das relações dela com o Papa.
20. Cardiel, Carta-Relación, 132.
21. Sierra, História, 108, 208 ss., 363 ss.
22. Sierra, Historia, 109.
23. Real Audiencia. Sua influência aparece em qualquer questão das reduções que haja para decidir.
24. Sierra, História, 111
25. Veja-se a nota 23. O mesmo vale dos vice-reis.
26. Sierra, História, 114. Veja-se a nota 23. Vale também dos Visitadores.
27 Sierra, História 113.

28. Veja-se a nota 23. O mesmo vale também dos governadores.
29. Para ver a influência de fato exercida pelos Provinciais no sistema de propriedade das reduções, deviam-se colecionar os documentos de tôdas as fundações, decisões de pleitos, etc.
30. Pôrto, História, I, passim. (bandeirantes)
Cortesão, Raposo Tavares, passim.
31. Pôrto, História, I, 121.
Elis, Alfredo Junior, Raposo Tavares e sua Época, S. Paulo, pg. 65, 140, citado por Jaime Cortesão, em R. Tavares e a Formação Territorial do Brasil.
32. Qualquer história do Brasil, ou dos países que tocam no Brasil, trata das guerras limítrofes, que houve depois da independência e antes dela.
33. Sierra, História, pg. 43.
34. Sierra, História, pg. 45.
35. Cortesão, Raposo Tavares, pg. 30.
«Desde os começos do Quinhentos que essa inviabilidade do Tratado levou os portugueses a falsear a representação do Brasil nas cartas geográficas, à sombra das dificuldades em calcular por um método seguro as longitudes, quer diminuindo consideràvelmente a distância entre o nordeste brasileiro e o arquipélago do Cabo Verde, quer distendendo a chamada costa leste-oeste no sentido do oriente, — os dois processos obedecendo ao mesmo objetivo de incluir na zona da soberania própria uma parte da América do Sul, mais vasta do que permitia a posição aproximada da linha demarcadora.

«Por seu lado os espanhóis, não menos ambiciosos que seus vizinhos, procuraram situar o meridiano de Tordesillas de forma a reduzir o mais possível o hemisfério da soberania portuguesa, quer na América do Sul, quer no Extremo-Oriente, onde se debatiam problemas de soberania não menos importantes, os da posse dos arquipélago das Molucas e das Filipinas, êste último base do comércio com a China. E diga-se em abono da verdade, os espanhóis levaram vantagens àqueles no excesso da fraude. Para documentar esta asserção basta-nos exemplificar com as cartas espanholas de Lopes de Velasco (c. 1574), em que o meridiano de Tordesillas passa no Extremo-Oriente pela península de Málaca e corta no Brasil a baía de Guanabara».
36. Sierra, História, pg. 47.
37. Sierra, História, pg. 54.
38. Neste trabalho não nos toca nem sequer resenhar literatura sôbre a casualidade ou não do descobrimento do Brasil, já que nada influi no objetivo da pesquisa. Indicamos apenas Sierra, História, pg. 55, em que se trata o ponto com bastante equanimidade.
39. Sierra, História, pg. 55.
Cortesão, Raposo Tavares, pg. 30. «...à sombra das dificuldades em calcular por um método seguro as longitudes...»
40. Cf. Nota 35.
41. Cf. Nota 32. Não vem ao caso pormenorizar.
42. Cf. Nota 39.
43. Cardiel, Carta-relación 131.
A alegação dos jesuítas de ser a terra dos Trinta Povos terra de Espanha se encontra em um sem número de documentos.
43a. Cortesão, Raposo Tavares, 189-226.

44. Pôrto, História, I, 24-28.
Cortesão, Raposo Tavares, 191-226.
45. Sôbre o destino histórico do Brasil ao Rio de la Plata vejam-se as polêmicas que vieram à luz em 1956 por ocasião do Caso Sepé Tiarajú em Pôrto Alegre. (Cf. Mansueto Bernardi, O Primeiro Caudilho Rio-Grandense, Pôrto Alegre, Globo, 1957).
46. Cortesão, Raposo Tavares, 29.
47. Cf. Nota 44.
48. Cortesão, Raposo Tavares, 189-226, sobretudo 195.
Pôrto, História, I, 345-374.
49. Cf. Notas 30, 43.
50. Jaeger, Mártires, pg. 64 ss.
51. Cf. Nota 35.
52. Valeria a pena investigar extensa e documentadamente o contrato-aliança, entre o rei de Espanha e os guaranis que se reduzissem pelos jesuítas do Paraguai. Suas bases nas leis dos conquistadores, e nas Leyes de Indias, os fatos concretos que houve na celebração com as eventuais deficiências regulamentares, sua suposição e confirmação em milhares de requerimentos e concessões e também cargas impostas como a quem goza do referido contrato-aliança, a contraprova pela comparação com indios conquistados pelas armas...
53. Hernández, Organisación, I, 130-132.
54. Cardiel, Carta-Relación, 144.
Pôrto, História, I, 312.
Hernández, Organización, I, 204.
55. Pôrto, História, I, 311, 398-407.
56. Hernández, Organización, I, 130-193.
Teschauer, História, II, 88 ss.
Para provar a tese de que os Trinta Povos não formavam Província independente seria necessário citar dezenas de milhares de documentos da Coleção de Angelis do Rio de Janeiro, do Archivo General de la Nación em Buenos Aires, e dos não menos abundantes arquivos de Chile, Assunção, Sevilla, Simancas e Roma, nos quais todos os governadores se apresentam exercendo em nome do Rei a sua autoridade, se bem que não por meio de subalternos espanhóis leigos, se não dos administradores jesuítas dos Povos, já que as próprias leis em nome da experiência e da razão não permitiam a colocação de oficiais espanhóis nos povos dos guaranis...
57. É impossível recensear todos os documentos civis e eclesiásticos e da Companhia que fazem concessões ou impõem deveres ao conjunto dos Trinta povos, e que portanto os supõem formando um todo moral e jurídico.
58. Hernández, Organización, I, 22, 24.
59. Pôrto, História, I, 315. — Hernández, Organización, I, 205. Teschauer, História, II, 34.
60. Pôrto, Hist., I, 308. — Hernández, Organización, I, 204. — Teschauer, Hist., II, 35.
61. Pôrto, Hist., I, 315. — Hernández, Organ., I, 205. — Teschauer, Hist., II, 34.
62. No momento não nos é acessível o documento que fala dêste assunto, mas recordamo-nos dêle do Archivo General de la Nación em Buenos Aires.

63. Hernández, História, I, 242. — Teschauer, História, I, 336. — Cardiel, Carta-Relación, pg. 149. — Archivo General de la Nación, Buenos Aires, em que há muitos balanços anuais dos Ofícios, com os Colégios e com particulares.
64. Pôrto, História, II, 15 ss., 162 ss. — Teschauer, História, I, 235 ss. e II, 15 ss. — Cardiel, Carta-Relación, pg. 157 ss. — Hernández, Organ., II, 45-73.
65. Archivo General de la Nación, Buenos Aires. Em 1958 resenhamos cêrca de 12.000 páginas e fizemos cêrca de 2.500 páginas de anotações. Devido à premência dêste trabalho não nos foi possível aprontar microfilmes dêstes documentos nem fichas temáticas dos apontamentos. Mas nem mesmo vaga lembrança nos ficou de emprêsas interreducionais no sentido apontado.
66. Hernández, Organización, I, 192. — Archivo General de la Nación, Buenos Aires, em que há muitas listas de destinações de padres e em muitas se encontram os nomes de intendentes de guerra.
67. Jaeger, Mártires, 59, 82. — Sepp, Viagem, cap. XIV-XXXI. — Hernández, Organización, I, 207. — Semelhantemente tôdas as fundações.
68. Pôrto, Hist., I, 308. — Hernández, Organ., I, 120 ss. — Teschauer, Hist., II, 153. — Archivo General de la Nación, Buenos Aires, onde há numerosos documentos em que os padres funcionam como juízes. Idem em Col. de Angelis, Rio.
69. Sepp, Viagem, cap. XIV-XXXI. — Teschauer, Hist., II, 3 ss. — Pôrto, Hist. II, 31 ss.
70. Veja-se a nota 67.
71. Sepp, Viagem, 195 ss.
72. Pôrto, Hist., II, 193. — Sepp, Viagem, 169-182.
73. Teschauer, Hist., II, 48. — Hernández, Organización, I, 209.
74. Archivo General de la Nación, Companhia, Contas dos Chiquitos, onde a cera vem muitas vêzes apontada. Mas na mesma coleção nunca aparecem contas de cera das missões dos guaranis, sinal de raridade.
75. Tôdas as revistas brasileiras de etnografia, falando dos índios atuais do Planalto, falam de pinhões como alimento dêles. Na documentação coeva dos Trinta Povos nunca ocorre menção de pinhão como alimento, como se poderá verificar no Archivo General de la Nación em B. Aires.
76. Sepp, Viagem, pg. 195.
77. Cardiel, Carta-Relación, pg. 128. — Sepp, Viagem, pg. 35, 40. — Archivo General de la Nación, S. Companhia, onde muitas vêzes aflora nos memoriais dos Provinciais a menção ou recomendação de ir acumulando madeiras para as construções.
78. Archivo General de la Nación, S. Companhia, Contas...
79. Archivo General de la Nación, S. Companhia, Contas...
80. Jaeger, Mártires, pg. 311. — Cardiel, Carta-Relación, pg. 153. — Sepp, Viagem, pg. 195 (na fundação de São João Batista).
81. Sepp, Advertências, 35, 40. — Cardiel, Carta-Relación, pg. 155. — Hernández, Organización, I, 294. — Sepp, Viagem, 211.
82. Hernández, Organización, I, 207 ss., 209 ss. — Sepp, Advertências, 39, passim. — Cardiel, Carta Relación, pg. 140 ss. — Teschauer, História, II, 41, 49.

83. Cardiel, Carta-Relación, 142.
84. Archivo General de la Nación, S. Companhia, Memoriais dos Provinciais onde são sem conta as advertências sôbre o cuidado dos ervais artificiais. — Teschauer, História, II, 46. — Cardiel, Carta-Relación, 148. — Pôrto, História, I, 331-344, onde cita muitos documentos de Ângelis. Ver em Brabo: Inventários... os que tem para tôdas as reduções.
85. Hernández, Organización, II, 539.
86. Sepp, Viagem,. 219. — Sepp, Advertencias, 40. — Arch. Gen. de la Nación, Comp., Memoriais dos Provinciais.
87. Sepp Advertências, passim. — Sepp, Viagem, 128. — Cardiel, Carta Relación, pg. 143. — Hernández, Organización, I, 203. — Teschauer, Hist., II, 34. — Pôrto, História, I, 308. — Jaeger, Hist. da introdução do gado no Rio Grande do Sul, citado, em Pôrto, Hist., I, 317.
89. Cardiel, Carta Relación, 142. — Pôrto, História, II, 191. — Teschauer, História, II, 49 — Hernández, Organización, I, 210.
90. Cardiel, Carta-Relación, 154. — Sepp, Viagem, 115.
91. Hernández, Organización, I, 207. — Teschauer, História, II, 48 ss. — Pôrto, Hist., II, 190. — Cardiel, Carta-Relación, 140 ss. — Arch. General de la Nación, Memoriais dos Provinciais, que abundam de recomendações.
92. Sepp, Advertências, 35, 39, 40. — Cardiel, Carta Relación, 154, 155 ss.
93. Cardiel, Carta-Relación, 154. — Hernández, Organización, I, 100.
94. Jaeger, Mártires, 309.
95. Cardiel, Carta Relación, pg. 153.
96. Há mapas gerais dos Trinta Povos em Hernández, Organización; Teschauer, História; Pôrto, História; Furlong, Guillermo C. Cartografia Jesuitica del Rio de la Plata. Buenos Aires.
97. Pesquisas, 2, 1958, pg. 81: «A nobreza dos caciques guaranis... (Arnaldo Bruxel)
98. Cardiel, Carta-Relación, 154. — Hernández, Organización, I, 100. — Sepp, Advertencias, 39. — Teschauer, História, I, III ss. — Archivo Gen. de la Nación, Companhia, Memoriais dos Provinciais.
99. Jaeger, Mártires, 90.
100. Hernández, Organización, I, 208. — Cardiel, Carta Relación, 140.
101. Cardiel, Carta-Relación, 155 — Hernández, Organización, I, 294. — Teschauer, História, II, 72.
102. Hernández, Organización, I, 296. — Cardiel, Carta-Relación, 156.
103. Cardiel, Carta-Relación, 154.
104. Cardiel, Carta-Relación, 154. — Teschauer, História, II, 56 ss.
105. Hernández, Organización, I, 105.
106. Não nos recordamos de nenhum texto que fale de casa de corregedor.
107. Hernández, Organización, I, 106, 124. — Cardiel, Carta-Relación, 157. — Archivo General de la Nación, Companhia, Memoriais dos Provinciais.
108. Sepp, Viagem, 119.
109. Hernández, Organización, I, 320. — Cardiel, Carta-Relación, 156.
110. Hernández, Organización, I, 320 ss. — Cardiel, Carta-Relación, 187. — Sepp, Viagens, 169-183. — Teschauer, História, II, 179.
111. Cardiel, Carta Relación, 156. — Hernández, Organización, I, 321.
112. Cf. Nota 93.

113. Archivo General de la Nación, Companhia, Memoriais dos Provinciais, onde vêzes sem conta ocorre a recomendação de cuidar das casas dos particulares. — Sepp, Advertências, 50.
114. Vimos Trinidad em 1957, em Companhia duma expedição européia.
115. Cardiel, Carta-Relación, 116 ss., 154. — Hernández, Organ., I, 104.
116. Cardiel, Carta-Relación, que quase em cada página afirma e supõe, que tudo dependia da iniciativa do Padre. — Do mesmo modo todos os outros autores. — Do Archivo General de la Nación em Buenos Aires, Secção Companhia, se poderia com relativa facilidade comprovar os altos e baixos das reduções pela presença ou ausência de padres bons administradores, que não eram fáceis de encontrar...
117. Cardiel, Carta-Relación, 145.
118. Hernández, Organización, II, 242-284. — Teschauer, História, II, 358-404. — Pôrto, História, II, 198-277.
119. Brabo, Francisco Xavier, Inventarios de los bienes hallados en la expulsión de los Jesuitas de los Pueblos de Misiones. Madrid, 1872.
120. Cardiel, Carta Relación, 138. — Teschauer, II, 56 ss. — Hernández, Organización, I, 219 s.
121. Cardiel, Carta-Relación, 142.
122. Sepp, Advertencias, 39, passim.
123. Hernández, Organización, I, 241; II, 600 (fretes). — Archivo General de la Nación, Companhia. Nas inumeráveis contas dos Ofícios, aparecem muitas vêzes os barcos dos Povos...
124. Archivo General de la Nación, Companhia, Correspondencia dos comandantes da ocupação espanhola dos Sete Povos, onde abundam providências sôbre canoas nos passos dos rios Piratini e Ijuí. — Hernández, Organización, II, 600. — Escandón, P. Juan S. J. em A Transmigração dos Sete Povos, cuja publicação está em preparo, fala de dezenas e centenas de embarcações preparadas para a transmigração em seus trajetos a fazer pelo Paraná...
125. Archivo General de la Nación... Anotamos, dezenas, senão centenas de ajustes de contas anuais dos Ofícios com os respectivos Povos... Não vem ao caso pormenorizar aqui.
126. Não será fácil calcular quanto caberia a cada povo em particular, no caso duma dissolução do Ofício. Ajustar em certa época o que devia e o que se devia ao Ofício, com tudo quanto havia em ser e em imóveis... Aqui só importa constatar o fato.
127. Cf. Número (não Nota!) 44.
128. Cf. Nota 88.
129. Sepp, Advertências, 35.
130. Sepp, Advertências, 36.
131. Sepp, Advertências, 40.
132. Sepp, Advertências, 43. — Cf. Nota 82.
133. Para provar a tese sôbre os animais de tração deve-se repassar tudo o que dizem testemunhas presenciais sôbre abambaé, Tupambaé, trabalhos fora do tempo das sementeiras como construções da igreja, colégio, casas dos índios particulares, transportes de cargas até os portos dos rios, e dos ervais até os povos, etc., etc. Não há autores que não falem continuamente destas coisas, sobretudo também os Provinciais nos seus memoriais em Archivo General de la Nación, S. Companhia, Buenos Aires...

134. No momento não nos é acessível o Memorial do Provincial que manda recolher com jeito os cavalos de que os particulares se tenham apoderado, e se forem legitimamente particulares pagar-lhes o seu importe...
135. Hernández, Organización, I, 215.
136. Archivo General de la Nación, S. Companhia, nos anos da ocupação espanhola dos Sete Povos antes de anulado o Tratado de 1750. Inumeráveis queixas sôbre falta de cavalos, desfalques feitos pelos tigres e pelos numerosos desertores espanhóis ou índios fugitivos...
136a. A organização social em cacicados dos índios antigos e modernos não precisa ser especialmente provada, pois está patente aos olhos de todos. Cf. Pesquisas 2, 1958, pg. 81.
137. Pesquisas 2, 1958, pg. 81.
138. Pesquisas 2, pg. 81. — Jaeger, Mártires, 64-273, onde continuamente se fala da influência decisiva dos caciques. Idem em todos os outros autores.
139. Sepp, Advertências, 38. — Hernández, Organización, I, 207 ss.
140. Cardiel, Carta-Relación, 140 s.
141. Hernández, Organización, I, 153-158. — Teschauer, História, II, 49. — Archivo General de la Nación, S. Companhia, onde se encontram vários padrões de Povos.
142. Cf. Nota 91.
143. Cardiel, Carta Relación, 140 ss. — Sepp, Viagem, 135.
144. Cf. Nota 112.
145. Cf. Nota 93, 112.
146. Cf. Notas 112 e 113.
147. Veja Número 87.
148. Veja Número 88.
149. Veja Número 89.
150. Veja Número 90.
151. Sepp, Viagem, 120, 224.
152. Sepp, Advertências, 36. — Sepp, Viagem, passim.
153. Sepp, Advertências, 36.
154. Sepp, Advertências, 36.
155. Sepp, Advertências, 39.
156. Sepp, Advertências, 142.
157. Archivo General de la Nación. S. Companhia, Comandantes espanhóis dos Sete Povos a Cevallos. — Todos os autores falam de «yerba» e de «tercios» e «zurrones», que sempre são de couro de vaca.
158. Archivo General de la Nación. S. Companhia, Comandantes espanhóis...
159. Cf. Número 78.
160. Cf. Número 85.
161. As armadilhas estão ausentes de tratados e documentos, sinal certo de que a administração não tinha nada que ver com elas.
162. Cf. os Números 78-85, 88-89.
163. Hernández, Organización, I, 234. — Cardiel, Carta-Relación, 145.
164. Sepp, Viagem, 119. Haverá muitas referências casuais esparsas sôbre móveis dos índios cristãos.
165. Cf. Números 76-85 (móveis do comum), Número 121 (móveis particulares).
166. Cf. Número 106.

167. Todos os autores antigos de etnografia e viagens falam dos adornos dos índios do Brasil e do Rio de la Plata. Schmiedel, Staden, Anchieta, Sepp, Baucke, etc., etc.
168. Archivo General de la Nación. S. Companhia. Contas dos Procuradores...
169. Sepp, Viagem, 140. — Cardiel, Carta-Relación, 172, 174. — Hernández, Organización I, 350.
170. Constando quão perfeitamente funcionavam os alcaldes, é evidente a priori, que haveria sentinelas noturnas. Há referências esparsas...
171. Archivo General de la Nación, S. Companhia, referências à iluminação a sebo.
172. Cf. Números 112 e 113.
173. Cf. Números 59, 93, 94.
174. Cf. Números 74, 93, 95.
175. Cf. Números 62, 96.
176. Cf. Números 74, 97.
177. Cf. Números 87-93, 98-102.
178. Cf. Números 90, 101, 102.
179. Cf. Número 103.
180. Cf. Número, 104.
181. Cf. Número 104.
182. Cf. Número 105, 106.
183. Cf. Número 79.
184. Cf. Números 76-85, 107.
185. Cf. Número 108.
186. Cf. Número 109.
187. Sôbre a tese da incapacidade dos índios de se administrarem êles mesmos à altura em que foram administrados pelos padres, quase não há página de história ou de legislação civil e eclesiástica ou de dezenas de milhares de documentos coevos, em que não se patenteiem as manifestas afirmações ou tácitas suposições, que a comprovem. Entretanto, alguns historiadores e sociólogos modernos, distanciados por séculos e milhares de kms. da realidade dos fatos, sentam-se nas suas poltronas almofadadas e decretam, que o índio era capacissimo, só para que dêem certo as caluniosas afirmações da legenda negra contra Espanha e Portugal, contra a Igreja e a Companhia das Reduções. Está na hora de ir aos documentos!

INDICE

INTRODUÇÃO

Fim e meta desta inquirição. 1.
Esbôço geográfico dos Trinta Povos.
Limites aproximados. 2.
Caracterização das três zonas principais.
A zona ganadeira. 3
A zona residencial. 4.
A zona ervateira. 5.
Esbôço histórico dos Trinta Povos.
Entrada dos missionários. 6.
Avanço em três direções. 7.
Remanescência final de uma só direção. 8.
Florescimento e decadência dos Trinta Povos. 9.
Divisão do presente trabalho.
Termos da divisão (cf. índice) 10.
Explicação dos termos do índice. 11.
Incapacidade do índio guarani para a sua autoadministração nas reduções. 11a.

CAPÍTULO PRIMEIRO

Influências superiores metropolitanas no sistema de propriedade das reduções.
Influências do Rei.
Direitos do Rei em geral. 12.
Direitos do Rei Conquistador (da América). 13.
Ocupantes precolombianos do território dos Trinta Povos. 14.
Ocupantes espanhóis e seus direitos. 15.
Ocupação pela catequese da Companhia e direitos decorrentes. 16.
Resumo. 17.
Influências dos representantes metropolitanos do Rei.
A Real Casa de Contratação de Sevilla. 17a.
O Conselho Real das Índias. 18.
As Juntas de Fazenda e de Guerra. 19.
Influências do Chefe da Cristandade. 20.
Influências do Chefe da Companhia de Jesus. 21.

CAPÍTULO SEGUNDO

Influências superiores Coloniais.
Influência dos Adelantados. 22
Influência das Reais Audiências. 23.
Influência dos Vice-reis. 24.
Influência dos Visitadores. 25.
Influência dos Governadores. 26.
Influência do Provincial da Companhia de Jesus. 27.

CAPÍTULO TERCEIRO

Direitos na esfera internacional, da parte das províncias e países vizinhos.
A questão entre Espanha e Portugal.
Descobrimentos e adjudicação pelos Papas. 28.
Base jurídica das adjudicações dos Papas. 29.
Imprecisões na fixação prática da "Linha". 30.
Reclamações das Províncias limítrofes do território dos Trinta Povos em consequência do Tratado de Tordesillas.
Reclamações da Província do Brasil. 31.
Reclamações da Província de Buenos Aires. 32.
Reclamações da Província de Assunção. 33.

CAPÍTULO QUARTO

Direitos e propriedades do conjunto ou "Província" dos Trinta Povos.
Os Trinta Povos eram uma unidade jurídica. 34.
Direitos e propriedades dos Trinta Povos em conjunto.
Assistia-lhes uma espécie de alto domínio (sentido, existência, casos) 34a.
Havia também propriedades efetivas.
As grandes Vacarias comuns.
A Vacaria del Mar. 35
A Vacaria de los Pinares. 36.
Os Ofícios ou Procuradorias de Missões.
Razões de sua fundação. 37.
Objetos de sua propriedade.
Objetos materiais.
Terrenos. 38.
Edifícios de moradia e armazenagem. 39.
Gente de serviço. 40.
Objetos guardados nos armazens, a) dos Povos, b) para os Povos. 41.

Dinheiro recebido e a receber. 42.
Imóveis doados à Missão. 43.
Objetos imateriais.
Crédito e bom nome comercial dos Ofícios em benefícios dos Trinta Povos. 44.
Posição e proveito da Companhia na questão dos Ofícios de Missão. 45.
Teria havido outras emprêsas ou propriedades comuns da "Província" dos Trinta Povos? 46.

CAPÍTULO QUINTO

Propriedades comuns a dois ou mais Povos, sem ser dos Trinta em conjunto. (Propriedade interreduccional, intermunicipal, interdoutrinal...)
Razões da inquirição. 47.
O que teòricamente poderia ter havido. 48.
Causas da ausência prática de tais propriedades. 49.
Casos duvidosos. 50.

CAPÍTULO SEXTO

Propriedade do Povo em particular tomado como conjunto. (reduccional, municipal, do comum...)
Propriedade comunal de todo o solo compreendido nos limites do Povo.
Origem da propriedade comunal do território. 51.
Provas da existência da propriedade comunal do solo. 52.
Classificação dos territórios e diversidade no gráu de perfeição da posse.
Terras de pura extração.
Extrações menores. 53.
Extração de lenha e madeira de construção. 54.
Extração nos ervais nativos. 55.
Extração em solos de materiais de contrução. 56.
Extração em minas metalíferas? 57.
Terras de cultura.
Cultura nas estâncias. 58.
Cultura em roças comuns e particulares. 59.
Terras para moradia.
Terras do complexo sagrado. 60.
Terras dos edifícios públicos. 61.
Terras dos edifícios particulares. 62.
Terras para o tráfego. 63.

Propriedade comunal nas edificações feitas sôbre o solo...
Edificações do guarani pré-cristão. 64.
Edificações do guarani cristão das reduções.
Edificações iniciais provisórias e a choupana das roças. 65.
Edificações definitivas.
Os edifícios sacros pròpriamente ditos. 66.
O "colégio". 67.
As oficinas. 68.
A casa do Cabildo. 69.
A cadeia. 70.
O cotiguaçu ou Asilo. 71.
Os hospitais. 72.
As hospedarias. 73.
As casas dos índios. 74.
Fatos, conclusões, comparações... 75.
Propriedade comunal nos bens móveis dentro dos edifícios...
Os móveis dos edifícios sacros. 76.
Os móveis do Colégio. 77.
Os móveis das Oficinas. 78.
Os móveis da família. 78a
Os objetos guardados nos armazens. 79.
Os móveis ou meios de transporte.
As carretilhas: eram da família. 80.
As carretas. 81.
Os animais se tratam à parte. 82.
As balsas e barcos que iam a Santa Fé e Buenos Aires. 83.
As balsas e canoas dos passos dos rios. 84.
As canoas e balsas da família e particulares... 85.
Propriedade comunal de todo o dinheiro em ser ou por cobrar, que o Povo tinha nos Ofícios, ou em casa, ou com qualquer pessoa jurídica ou física. E também o direito à trigésima parte em todos os bens do Ofício de Missões, em caso de dissolução dêstes.
Propriedade comunal nos bens semoventes ou animais...
Os animais de córte. 87.
Os animais de tração. 88.
Os animais de montar. 89.
Os animais de brinquedo: eram mais da família e dos indivíduos. 90.
Os produtores de lã. 91.

CAPÍTULO SÉTIMO

A propriedade cacical.
O sentido dêste têrmo. 92.
Provas da existência da Propriedade cacical. 93.

CAPÍTULO OITAVO

A propriedade familial.
O terreno da roça da família. 94.
Casa da roça da família. 95.
Terreno da casa na Sede. 96.
Casa da família na Sede. 97.
Animais de córte. 98.
Animais de tração. 99.
Animais de montar. 100
Animais de brinquedo. 101.
Cães e gatos? 102.
Instrumentos da lavoura. 103.
Armas de caça e pesca, balsas, armadilhas... 104.
Instrumentos de trabalho doméstico masculino. 105.
Instrumentos de trabalho doméstico feminino. 106.
Móveis de família. 107.
Roupa: da família, do indivíduo. 108.
Adornos... 109.
Iluminação... 110.

CAPÍTULO NONO

Direitos e propriedades individuais.
Direitos.
Direitos que rápida e integralmente se cumpriam aos indivíduos. 111.
A questão dos salários ou a gratuidade dos trabalhos dos índios. 112.
Posses efetivas do indivíduo.
Terreno da roça. 113.
Choupana da roça. 114.
Terreno da casa da Sede. 115.
Casa da Sede. 116.
Animais de córte, tração e de montar, de produção de lã, de brinquedo. 117.
Instrumentos de lavoura. 118.
Armas de caça e pesca etc. 119.
Instrumentos de trabalho doméstico de homens e mulheres. 120.
Móveis. 121.
Roupa. 122.
Adornos. 123.

CAPÍTULO DÉCIMO

Outros sistemas de propriedade, que se poderiam comparar com o das reduções.

Sistemas de pré-história. Evolução do particular ao comum ou do comum ao particular. 124.

Sistemas conhecidos nos povos históricos ou atuais.

No Israel antigo. 125.
No Egito antigo. 126.
Na China... 127.
Na Índia... 128.
Na Assíria e Babilônia... 129.
Na Fenícia e Cartago. 130.
Na Grécia antiga. 131.
Na Roma antiga. 132.
Nos Celtas antigos. 133.
Na Irlanda antiga. 134.
Entre os Eslavos antigos. 135.
Entre os Germanos antigos. 136.
Entre os bárbaros pre-medievais (vândalos, visigodos, francos) 137.
O sistema feudal da Idade Média. 138.
A propriedade eclesiástica antiga. 139.
Entre os árabes e muçulmanos antigos. 140.
A propriedade individual moderna. 141.
A propriedade socialista e comunista moderna. 142.

Sistemas esporádicos de propriedade comunal, que em muitos pontos se assemelham ao das reduções guaranis.

Na Espanha antiga. 143.
Em Andorra. 144.
Em Portugal (paróquia de São Miguel). 145.
Na Córsega. 146.
Na França. 147.
Na Itália. 148.
Na Suiça. 149.
No moderno Estado de Israel: os kibboutzim. 150.

APÊNDICE

Pontos de cotejo entre as reduções e os modernos sistemas socialistas e comunistas.

ZUSAMMENFASSUNG

Der Verfasser sucht das Eigentumsrecht der christlichen Indianerreduktionen in Paraguay darzulegen. In der Einleitung gibt er unter anderem einen kurzen Überblick über die Geographie und Geschichte der Dreissig Reduktionen. Im ersten und zweiten Kapitel folgen knappe Angaben über den Einfluss, den die Regierungsorgane im Mutterland und in der Kolonie auf die Eigentumsverhältnisse gehabt haben konnten und in der Tat hatten; im dritten Kapitel, die Ansprüche, die die drei anliegenden Provinzen von Brasilien, Rio de la Plata und Paraguay gemacht haben konnten und in etwa auch gemacht haben; in vierten bis neunten Kapitel, das Eigentum, das man anscheinend den Dreissig Reduktionen als Ganzes zuschreiben muss; ferner was einer etwaigen Kolligation von zwei oder mehreren Reduktionen, was einer einzelnen Reduktion als Ganzes, und was dem Kazikendistrikt, was der Familie und was dem Individuum zugeschrieben werden kann. Im zehnten Kapitel werden ganz kurz einige ähnliche Eigentumsorganisationen aus der Geschichte und aus der Gegenwart zum Vergleiche herangezogen. Schliesslich werden im Anhang einige Gesichtspunkte erwaehnt, die man nie aus dem Auge lassen sollte, wenn man die Reduktionen mit dem modernen Sozialismus und Kommunismus vergleichen will.

ABSTRACT:

This paper is an attempt to characterize the **Property System in the Jesuit Mission («Reduções») of Paraguay.** After some introductory notes on the geography and history of the Thirty Missions, the author divides his subject into ten chapters.

In the first and the second chapters, the possible and real influences of the Spanish mother-country and colony on the property system of the Christian Indians are analised; in the third, the same is done as to the claims laid by the three neighbouring provinces of Brazil, Rio de La Plata, and Paraguay. Chapters four to nine deal with the different aspects of the property system: **The property** that, as far as one can judge, belonged to the Thirty Missions as a whole; the property of a Union of two or more Missions; the property of one individual Mission as a whole; the property of a District of Caciques; the property of an individual Family; and the property of an individual Indian.

Chapter ten draws a comparison between the Mission System and some similar organizations of property in the past and present.

In the conclusion, attention is called to some very essential viewpoints that should not be lost sight of when one compares the Jesuit System with modern Socialism or Communism.

PESQUISAS PALEO-ETNOGRAFICAS NA ILHA DE SANTA CATARINA

Nº I — 1958

A JAZIDA DA BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

ALFREDO ROHR, S. J. — FLORIANÓPOLIS

I. INTRODUÇÃO

1. A ILHA DE S. CATARINA

A Ilha de S. Catarina situa-se a meia altura da costa do Estado do mesmo nome. Possui, aproximadamente, 60 Kms. de comprimento por 20 Kms. de largura e forma, com o continente, duas vastas baías de pequena profundidade, mas de grande beleza natural. Ao meio da ilha, defronte do continente, está situada Florianópolis, a capital do Estado. A ponte "Hercílio Luz", estendendo-se com 800 m. de comprimento sôbre o "Estreito", comunica a Ilha com o continente e faz a divisa convencional das duas baías, em Baía do Sul e Baía do Norte.

NOTA Fruto dos esforços conjugados de muitos, o presente trabalho, não tem pretenções de ser completo e, muito menos, livre de falhas. Cumpre-nos salientar, sobretudo, a cooperação de Balduino Rambo e Inácio Schmitz, S. J., que nos animaram a publicar o trabalho e nos ajudaram na medição e descrição dos crâneos. Merecedores de agradecimentos especiais tornaram-se o Sr. Dr. Aderbal Ramos da Silva, ex-governador do Estado e proprietário da Firma Hoepke, que nos cedeu, gratuitamente, um aparelho fotográfico de alto custo, que nos permitiu a copiosa documentação fotográfica do trabalho; os Srs. Comandantes da Base Aérea, Cel. Nelson Asdrubal Carpes e Maj. Carlos Jorge Mirândola, que nos deram carta branca para a exploração da jazida, situada em terrenos da Base; o Sr. Dr. Buechele Junior, Diretor do Departamento Estadual de Geografia e cartografia e Desenhista Moacir Coelho que elaboraram os croquís topográficos da jazida e da disposição de parte dos esqueletos. Agradecemos, também, aos colegas professôres e empregados que nos ajudaram nas escavações.

Dois grupos de montanhas, em parte ainda cobertos de matas e separados por uma extensa planície, dão ao navegante em alto mar, a impressão de ter à vista duas ilhas maiores, rodeadas, cada qual, de um grupo de ilhas menores, que são os "Moleques do Sul" e os "Moleques do Norte". O lance norte de montanhas, que vem morrer no Rio Tavares, conta com a altura máxima de 450 m. no Morro da Lagôa. O lance sul toma início no morro do Ribeirão, a elevar-se 600 m. acima do nível do mar, para ir morrer na praia do Naufragado, na ponta sul da Ilha.

A Ilha é rodeada de extensas praias arenosas, que se alternam, graciosamente, com inúmeras enseadas, meandros, diques e pontais rochosos. Acariciada de um lado suavemente pelas águas mansas das duas Baías, a Ilha, pela outra banda, é assaltada permanentemente pelos vagalhões enfurecidos do mar grosso.

Diversos rios, como sejam: o Rio Tavares, o Rio Ratones, o Rio Vermelho, Rio Papacoara, bem como a extensa Lagôa da Conceição, a Lagôa do Perí e outras lagunas e lagoinhas, concorrem para dar à Ilha de S. Catarina um aspecto de todo pitoresco, que surpreende, agradàvelmente, o visitante, amador da natureza.

2. A PRÉ-HISTÓRIA DA ILHA

O Carijó, do tempo da conquista, apelidava a Ilha de S. Catarina de JURURÊ MIRIM ou JURUMIRIM, i. é "boca pequena". A verdadeira história da Ilha, porém, remonta a épocas bem mais antigas, i. é pré-colombianas e recúa, por milênios, para dentro da penumbra misteriosa do passado. Esta história é narrada pelo testemunho eloquente dos seus sambaquís, das suas estações líticas, das suas inscrições rupestres, das suas jazidas páleo-etnográficas e dos seus paradeiros indígenas. Êstes monumentos préhistóricos são tamanhos e de tal natureza, que não deixam margem à dúvida que as extensas e ricas praias da Ilha, em tempos idos, têm sido vastos arraiais indígenas. O habitante primitivo para cá era atraido pela abundância de peixes, de moluscos e de crustáceos que, a par da caça, de frutos e tubérculos, constituiam a sua principal refeição. Isto não é de admirar, de vez que, a riqueza do pescado destas praias, ainda hoje em dia, é tamanha, que o praieiro, hábil no manejo da rêde, jamais sente penúria em casa. Nos meses de maio e junho é o tempo da tainha, que anualmente arriba às praias da Ilha em cardumes de centenas de milhares de indivíduos. Vem a seguir o tempo da corvina, do bagre, do bacalhau e da viola; o tempo da enxova, da mangona, da garoupa, do méro, do badejo e por fim, o tempo da pescada, do linguado, da raia, da cocoroca, etc. etc. que aparecem a qualquer tempo.

Ao olhar do pesquisador atento, não é difícil, consignar grande número de traços característicos, que marcaram a passagem do homem primitivo por estas praias, hoje quase desertas.

a. Sambaquís. Na opinião mais geralmente admitida, os monumentos páleo-etnográficos mais antigos da Ilha de S. Catarina, conhecidos até a presente data, são os sambaquís. Os sambaquís, concheiros ou casqueiros são montes altos de conchas, que, em certos casos, podem atingir 30 m. de altura como, por ex., na Laguna. Outras vêzes elevam-se muito pouco ou mesmo, não se elevam acima do nível do solo, ocupando, porém, áreas muito vastas e aprofundando-se alguns metros debaixo do solo. Nos sambaquís, habitualmente, encontram-se, além de carapaças de moluscos e crustáceos, numerosos restos de ossos de mamíferos, aves e peixes, bem como carvão vegetal e pedras lascadas e semipolidas. Não raro aparecem nos sambaquís também ossos humanos esparsos ou esqueletos inteiros. Em um dos sambaquís do Rio Vermelho e em dois sambaquís do Rio Tavares foram encontrados numerosos esqueletos humanos.

Encontram-se sambaquís esparsos por tôda a zona litorânea do Brasil. Othon Henry Leonardos em "Concheiros Naturais e Sambaquís" publicado em 1938 pelo Departamento de Produção Mineral, assinala na Ilha de S. Catarina a existência dos seguintes sambaquís: sambaquí do Rio Tavares, sambaquí do Rio Cachoeira, sambaquí de Canasvieiras e concheiro do Rio Ratones. Acrescenta, ainda, que a um Km. do sambaquí do Rio Tavares, encontrou dois outros sambaquís.

João José Bigarella em "Contribuição ao Estudo da Planície Sedimentar da Parte Norte da Ilha de Santa Catarina", publicado em 1949, enumera 11 sambaquís situados ao norte da latitude de 27°30', i.é ao norte de uma linha que unisse as localidades de Rerituba (S. Antônio), Ratones e Rio Vermelho. A localização dêstes sambaquís é a seguinte: Canasvieiras, 3; Vargem do Bom Jesus, 2; Ponta das Canas, 1; Lagoinha, 1; Rio do Braz, 1; Rio Vermelho, 3. Outros sambaquís existentes na metade norte da Ilha são os seguintes: Lagôa (Ponta das Almas): 1; Barra da Lagoa: 5

Os sambaquís existentes na metade sul da Ilha têm a seguinte localização: Pântano do Sul, 2; Armação do Sul, 1; Rio Tavares, 5; Base Aérea, 2; Fazenda da Ressacada e arredores, 3; Canto da Lagôa, 2. O número dêste tipo de monumentos pré-históricos conhecidos na Ilha de S. Catarina monta, portanto, já ao número considerável de 32 jazidas. Certamente existem muitos sambaquís, ainda desconhecidos, na Ilha, porque grandes áreas dela ainda não foram cientificamente exploradas neste sentido.

b. Estações líticas. Onde quer que o basalto negro aflore

numa praia, por entre os maciços de granito, que constituem as principais rochas da Ilha de S. Catarina, aparecem os tais "moinhos de bugre" ou estações líticas, i.é superfícies alisadas, tipo de prato raso, mais ou menos circulares, em que os índios outrora alisavam, afiavam e poliam os seus utensílios de pedra e talvez moiam as suas sementes e raizes. Tais "moinhos" ainda hoje podem ser observados em vários pontos das praias do Pântano do Sul, Armação do Sul, Base Aérea, Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa, Praia do Santinho, Inglêses e Canasvieiras. Há lugares, como p. ex. na Barra da Lagoa, onde, na falta de basalto, o próprio granito serviu de matéria prima às superfícies alisadoras. Devassando os arredores destas estações líticas, habitualmente, encontram-se também machados de pedra lascados e polidos, inteiros ou fragmentados e inúmeras lascas pequenas, muito cortantes de basalto, que constituem as aparas do lascamento, o refugo das oficinas líticas.

c. Inscrições rupestres. Outra categoria de monumentos préhistóricos da Ilha, de sentido ainda de todo problemático, são as inscrições, melhor talvez diríamos, gravações rupestres. São constituidas de figuras circulares, paralelográmicas, onduladas, etc. gravadas na superfície mais ou menos lisa das paredes das rochas ou dos blocos isolados do basalto. Tivemos ensejo de recolher blocos de basalto com tais inscrições ao museu etnológico do Colégio Catarinense, procedentes da Praia do Santinho e da Armação do Sul. Nos paredões de basalto da Praia do Santinho existe ainda grande número de gravações rupestres e o nome daquela praia originou-se, devido a uma inscrição rupestre em forma de boneco, existente num bloco de basalto. Nos Moleques do Sul e na Ilha do Campeche, que distam poucos Kms. da Ilha de S. Catarina, existem numerosas gravações rupestres.

d. Jazidas páleo-etnográficas. Esta denominação aplicamo-la, a uma classe de monumentos pré-históricos que, talvez, possam ser considerados como monumentos de transição das culturas mais antigas do homem dos sambaquís, para as culturas mais recentes dos paradeiros indígenas. Caracterizam-se as jazidas páleo-etnográficas pela sua riqueza em material páleo-etnográfico.

A jazida páleo-etnográfica apresenta todos os elementos dos sambaquís, como sejam restos de ossos de mamíferos, aves, peixes e reptís, abundante carvão vegetal, etc. Encerra, porém, relativamente pequena porcentagem de conchas, mas, em compensação, número muito elevado de esqueletos e utensílios indígenas. Guilherme Tiburtius, I. K. Bigarella e J. J. Bigarella em "Arquivos de Biologia e Tecnologia" de 1950-1951, descreveram tal jazida páleo-etnográfica de Itacoara, próximo à Cidade de Joinville

no norte do Estado de S. Catarina. Tivemos ensejo de explorar uma jazida páleo-etnográfica muito semelhante, localizada em terrenos da Base Aérea de Florianópolis, no sul da Ilha de S. Catarina, que passaremos a descrever no seguinte capítulo. Pesquisas futuras, talvez, venham demonstrar que parte dos sambaquís supraenumerados, não passem destas estações páleo-etnográficas.

d. "Paradeiros" indígenas. Abrangemos com êste têrmo os sítios, onde, em épocas mais recentes, que, talvez, alcançassem o tempo da conquista, existiam aldeamentos indígenas de origem guaraní. Os paradeiros são caracterizados pela abundância de carvão vegetal, que imprime ao solo do local uma tonalidade escura. O subsolo do paradeiro indígena, está juncado de fragmentos de cerâmica, machados de pedra, pontas de flecha, lascas de pedra e grande variedade de outros utensílios indígenas. Uma descrição detalhada de paradeiros guaranís, da autoria de Inácio Schmitz S. J., encontramos nos Números 1 e 2 de Pesquisas, correspondentes aos anos de 1957 e 1958. Numa zona de uns 5 Kms. quadrados, no sul da Ilha de S. Catarina, encontram-se numerosos vestígios de paradeiros indígenas. Em algumas buscas ligeiras recolhemos, daquela zona, ao museu etnológico do Colégio Catarinense, 3 peças de cerâmica quase inteiras e várias caixas de fragmentos, além de machados de pedra e outros objetos líticos com sinais evidentes de uso. A cerâmica dos paradeiros, geralmente, é de um acabamento mais perfeito, do que a que se recolhe das jazidas páleo-etnográficas. Os machados dos paradeiros, muitas vêzes, são perfeitamente polidos.

Ao fazermos a distinção acima, estamos cônscios da sua arbitrariedade, mas empregamos esta terminologia para distinguir fenômenos diferentes. Chamamos paradeiros aos antigos aldeamentos guaranis, jazida páleo-etnográfica aos jazigos de cultura intermédia entre a guaraní e a sambaquiana, e de sambaquís àquilo que todos conhecem sob êste nome. A separação das estações líticas e das inscrições rupestres não significa que as julguemos pertencentes a novas culturas, mas indica apenas a nossa ignorância em atribuí-las a uma ou outra das culturas anteriores.

II. A JAZIDA PÁLEO-ETNOGRÁFICA DA BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

1. *A descoberta.* Pelo exposto no capítulo precedente, vê-se que os campos para pesquisas páleo-etnográficas na Ilha de S. Catarina, são muito numerosos e variados. Neste trabalho nos restringiremos à descrição de uma jazida páleo-etnográfica, que exploramos no ano passado (1958) em terrenos da Base Aérea

de Florianópolis. A descoberta dêste monumento páleo-etnográfico foi fortuita. Em abril daquele ano tivemos informações que, em escavações levadas a efeito por operários da Base Aérea, com o fim de retirarem areia, estavam aparecendo "ossos de defunto". Visitando o local, verificamos que se tratava de esqueletos de índios. Pesquisas ulteriores provaram que o local em questão, não passava de uma extensa e importante jazida páleo-etnográfica, da qual, infelizmente, restava apenas pequena parte, talvez dez porcento, tendo o grosso da jazida sido destruída, na exploração do areal, sôbre o qual assentava a jazida, pròpriamente dita. Para fazer-se uma idéia aproximada da extensão da jazida, basta dizer, que os operários mais antigos da turma de tarefeiros da Base afirmam, virem quebrando crânios já durante 15 anos. Houve entre êles, até, quem afirmasse, ter encontrado um "camarada", i.é um esqueleto, com arame farpado ao redor do pescoço. Esta afirmação, provàvelmente, é decorrente da falta absoluta de senso de observação e espírito crítico que, a par de interêsse, caracteriza êstes homens simples, na maioria analfabetos, no desempenho das suas tarefas. O interêsse dêles não ia além da areia. Esqueletos, seixos polidos, caramujos, cerâmica e quejandos, não lhes mereciam a menor atenção, e até constituiam um impecilho, um obstáculo indesejável na consecução do seu fim. Por isto eram quebrados displicentemente.

Como veremos mais abaixo, o terreno era formado por uma camada preta, oscilando em espessura entre 30 e 130 cms. e por baixo desta, areia. Acresce ainda que o local, outrora, fôra ocupado pelas modestas casas de moradia de algumas famílias de pescadores e, atualmente, dista a menos de 100 metros do "cemitério" dos aviões abandonados, dos quais encontram-se pedaços espalhados nos arredores. Na exploração da areia, o operário ia tombando a terra preta, em grandes torrões, para pôr a descoberto, cada vez, novas porções de areia. Visto encontrarem-se os esqueletos enterrados numa cova rasa, feita na areia, pràticamente, entre a terra preta e a areia, não é de admirar, que o operário, no seu trabalho, misturasse esqueletos de índios com pedaços de arame farpado; fragmentos de cerâmica indígena, com cacos de vidro; Machados de pedra, com pedaços de velhos ferros de engomar; ossos de baleia, com pedaços de avião, confundindo, de maneira espetacular, as culturas de séculos, quiçá de milênios diferentes. As covas, abertas pelos operários, depois de retirada a areia, iam sendo fechadas novamente com entulho e lixo e aplanadas com máquinas motoniveladoras.

Tendo a jazida sido remexida, na sua maior parte, pelos operários e rasgada, até por tratores, não nos é possível dar os contornos exatos dela. Por algumas sondas ligeiras, feitas nos diversos fronts e por informações, colhidas dos operários, a jazida

deve ter abrangido uma área de acima de 1.000 metros quadrados. Tudo faz crer, que toda a área da praia, numa extensão de 300 a 400 metros por, aproximadamente, 50 metros de largura, i. é, desde o local das escavações, até o trapiche da Base, incluíndo o prédio do corpo de guarda, os angares, as oficinas e parte da estrada geral da Base Aérea, formasse uma única jazida páleo-etnográfica. Afirmam os operários, que, nas escavações, para lançamento dos fundamentos de todos aqueles prédios, topavam com esqueletos.

2. *TOPOGRAFIA DO LOCAL*

A Base Aérea está situada numa pequena enseada da Baía do Sul, a 16 Kms. de Florianópolis, no lugar chamado Ressacada, ocupando parte da extensa planície, que separa os dois grupos de montanhas da Ilha de S. Catarina. As escavações foram feitas a 10 ms. da praia, entre os hangares e a rampa dos hidro-aviões da Base Aérea, num pontal de terra, chamado "Ponta Caiacanga-Mirim", que margeia aquela pelo lado norte. A largura do pontal, no local das escavações é de uns 200 metros de praia à praia. A faixa de terreno, de uns 10 metros, que medeia entre o local das escavações e a praia, serve de estrada particular aos veículos da Base e conduz à rampa dos hidro-aviões, stand de tiro ao alvo da Base e ao "cemitério" dos aviões. Esta estrada termina, a uns 150 metros do local das escavações, onde vai dar num morrete de base cristalina, coberto de mato rasteiro, que se eleva uns 40 ms. acima do nivel do mar. Ao pé dêste morrete, que forma a cabeça do pontal de terra, a poucos metros da rampa dos hidro-aviões, na praia, aflora um dique de basalto entre o granito cinzento. Neste dique de basalto, existem, ainda visíveis, 18 daquelas típicas superfícies alisadas em forma de prato raso. Em virtude do descascamento superficial, que vai desagregando a rocha, certo número de vestígios desta estação lítica, já desapareceram (fig. 3).

III. A EXPLORAÇÃO DA JAZIDA

1. A ESTRUTURA DO SOLO

Devidamente autorizados pelo Exmo. Sr. Comandante da Base Aérea, Tente. Cel. Nelson Asdrubal Carpes, iniciamos, em abril de 1958, a exploração sistemática do material etnográfico,

existente na área, ainda intata, da jazida. As observações preliminares revelaram, que uma secção esquemática da jazida, apresentaria a seguinte configuração (Fig. 1):

I. Cobertura de vegetação secundária.

II. Camada de humus, i.é, de terra negra, oscilando em espessura de 30 a 130 cms. Esta camada chamaremos de "camada de cultura", não tanto, por constituir humus de primeira qualidade, que está sendo aproveitado, com vantagens, nos jardins e gramados da Base; mas por formar uma espécie de "refugo ou resto de cozinha", depositado no decorrer dos séculos, pelas gerações, que alí viveram, morreram e foram enterradas, semelhante ao que os inglêses denominam "kitchen-midden" e os dinamarqueses de "Kjoekkenmoedding".

Esta camada varia muito, não sòmente quanto à espessura, mas também quanto à composição. Focalizemos uma secção, onde a camada preta de terra de cultura atingisse, pelo menos, 1 metro de espessura.

Teremos, primeiramente, uma crosta superficial de uns 10 cms. de espessura, servindo de substrato à grama paulista e envolvendo tôdas as características da civilização do século vinte, desde cacos de vidro, de telha e tijolo, até pequenas peças de avião.

Retirada esta crosta superficial, toma início uma faixa dura e compacta de uns 30 cms. de espessura, que se caracteriza pela sua grande heterogeneidade. Andam nela esparsos machados de pedra acabados e inacabados, inteiros ou fragmentados, cerâmica, carvão vegetal, abundantes lascas finas e cortantes de basalto, cascalho, seixos de todos os tamanhos, alisadores de instrumentos, esqueletos inteiros, bem como ossos esparsos de mamíferos, peixes e aves, dentes, amuletos, conchas marinhas, caracóis terrestres Strophocheilus sp. que o povo da Ilha denomina de "búzios", etc. etc. Quando nesta camada, de raro em raro, aparecia algum esqueleto humano, tratava-se de exemplares muito esmagados e quase sempre de crianças.

A esta camada heterogênea sucedia uma faixa de côr amarelo-escura, que atingia 15 a 20 cms. de espessura e era composta, quase que exclusivamente, de espinhas de peixe, carcaças de crustáceos e farelo de osso, incluindo, também, raro material lítico, coquinhos calcinados, carvão e algumas conchas. Nesta camada de ossos, salientava-se mais acentuadamente o caráter de "Kjoekkenmoedding" i.é, restos de cozinha, de toda aquela segunda camada preta de cultura.

À camada de osso seguia uma faixa, também esta bastante homogênea, constituida, precìpuamente, de conchas marinhas e moluscos fluviais. Nesta camada apareciam conchas de ostras

enormes de 35 cms. ou mais de comprimento por 13 de largura, as quais, no dizer dos pescadores, hoje já não se encontram. De mistura com as conchas, também aquí, andavam esparsos raros exemplares de machados, seixos, carvão vegetal e alguma cerâmica.

Retiradas as conchas, aparece uma terra de côr cinza-escura, muito solta, fácil de raspar e de retirar com a colher de pedreiro. Esta camada, que atinge uns 25 a 30 cms. de espessura, era formada de farelo de concha, areia e humus preto, de cinza e carvão. Mais raramente apareciam nela, também seixos e ossos de peixes isolados de côr amarelada, igual à côr dos ossos humanos.

Com certa frequência, encontravam-se nesta altura, reunidos em núcleos, uns 10 a 15 seixos lisos e rolados de basalto e quartzito, do tamanho de um ovo de galinha ou menos, de finalidade problemática. Era, ainda, nesta camada de terra solta e de côr cinza, que topamos, talvez uma dúzia de vêzes, com legítimos fogões ou "churrascarias" indígenas. Êstes fogões assentavam sôbre a areia, que fica abaixo da camada preta de terra de cultura, encontrando-se, portanto, aproximadamente, a um metro de profundidade. Eram formados de seixos diferentes de basalto, granito e quartzito, os maiores do tamanho da cabeça de um cão, reunidos numa superfície circular de, aproximadamente, 50 cms. de diâmetro e cobertos de abundantes cinzas e carvão. O granito que fazia parte dêstes fogões, devido à dilatação irregular dos cristais componentes ao sofrerem o aquecimento, esfarelava-se ao contato. Recolhemos ao museu os 18 seixos componentes de um dêstes fogões. De outro fogão, da figura 4, retiramos acima de 1 litro de carvão vegetal granulado, desprezando o carvão reduzido a pó e misturado com terra e areia.

Quando acontecia que esta camada de côr cinza ia afundando dentro da areia, geralmente, era indicada muita cautela no manejo da ferramenta, porque era indício, quase certo, de aparecer algum esqueleto.

III. Areia de mistura com farelo de concha. Esta areia é em tudo semelhante à areia da praia, que, ainda hoje, aparece misturada com o mesmo farelo de concha e dista, atualmente, uns 10 metros do local da escavação. E' possível que a jazida se estenda até encostar na praia. Não nos foi possível verificar êste detalhe, porque seria preciso destruir o leito da estrada, difícil de reconstruir, devido à possível invasão das águas em período de maré enchente ou de mar agitado. Em vários lugares a areia da jazida já se encontrava parcialmente cimentada, formando blocos que resistem à enxada. Trouxemos algumas amostras dêste arenito em formação.

partido do extremo norte da jazida em direção da praia; tendo avançado uns 40 ms., em direção sul, numa frente de uns 100 metros de extensão. Ao iniciarmos as escavações, desconhecendo a localização, o nível e a direção dos esqueletos, perdemos tempo e material, pesquisando, ora aquí, ora alí no extenso front dos operários. Desde junho, porém, cientes que os esqueletos ocupavam posição norte-sul, não conduzíamos as nossas escavações neste rumo, que era a direção do avanço dos operários; mas atacávamos o terreno lateralmente, em faixas de 2 a 3 metros de largura, avançando rumo leste-oeste.

Por meio da colher de pedreiro, ia sendo retirada, cuidadosamente, a camada fofa dos esqueletos (nº 5), por baixo das camadas duras que ficavam por cima. Sucedendo, que a colher de pedreiro descobria em baixo, algum osso humano, caracterizados por aquela côr amarelo-escura inconfundível, era fácil demarcar, na superfície, a área, dentro da qual estava localizado o esqueleto. Em continuação um trabalho paciente de 3 a 4 horas acabava, deixando o esqueleto, em alto-relêvo, sôbre o fundo negro do lençol de terra preta. Aos poucos, à medida que ia aprofundando, esta ferramenta grosseira, cedia lugar à espátula e à faquinha. Alguns pequenos pinceis, de barba resistente, prestavam ótimos serviços, quando se tratava de remover os últimos vestígios de areia e terra de cima dos ossos frágeis e amarelentos. Depois de fotografado, o esqueleto era, cuidadosamente, desmontado e encaixado para o transporte.

Interessantes e originais eram os diversos comentários e palpites da assistência, feitos no decorrer das escavações. A oficialidade da Base Aérea, alheia às lides do simples operário braçal de campo, supunha tratar-se de um velho cemitério abandonado, que não podia ficar alí, como um dique oposto à marcha avassaladora do progresso e da civilização do século vinte, e por isto, de uma ou de outra forma, era condenado a desaparecer. Os soldados rasos opinavam, que aquêle "mundo" de gente, devia ter morrido em alguma batalha ou tinha perecido em algum naufrágio. Entre os simples operários e pescadores da Ilha é voz corrente, que os esqueletos, que costumam aparecer em escavações, são restos do dilúvio universal. Foi sòmente, pouco a pouco, devido ao aparecimento dos numerosos artefatos de pedra, cerâmica, objetos de adorno, etc. que conseguimos convencer o pessoal, que aquêles esqueletos eram de índios.

Infelizmente, até a presente data, não nos foi possível dar uma resposta satisfatória à pergunta mais generalizada e palpitante, de quantas nos eram dirigidas; a saber, qual a idade do jazigo. Quando foi e quem foi? Como vimos acima, recolhemos alguns kgs. de carvão vegetal, que se encontrava em fogões soterrados ou espalhado pelo solo de mistura com restos de cozinha, conchas e

ossos. Pela análise rádio-ativa do carvão (carbono 14), consegue-se determinar, modernamente, a idade das ossadas. Para fins de análise rádio-ativa, parte do carvão, já foi encaminhado aos Estados Unidos e outra parte, junto com ossos, será remetida à Alemanha.

Resolvemos, restringir-nos, no presente ensaio, rigorosamente, à simples enarração dos fatos e à descrição do material encontrado, sem aventar hipóteses fantásticas ou afirmações arrojadas. Referente à idade do jazigo, pode-se afirmar, sem medo de errar, que pertence à era pré-colombiana, i.é anterior ao tempo da descoberta do Continente Americano; porque não foi encontrado, na camada de cultura daquele povo, nem vestígio sequer, de utensílio metálico ou outro objeto, que indicasse contato com a cultura do homem branco. Portanto, a jazida possui de 500 anos para fora, talvez mil anos.

Outra pergunta, que, espontaneamente, aflora aos lábios dos curiosos, é como os esqueletos puderam conservar-se durante tanto tempo, visto que, de esqueletos humanos, desenterrados depois de 40 ou 50 anos, geralmente, nada mais resta senão "pó e cinza". Primeiramente chamamos a atenção, para as condições, excepcionalmente, favoráveis à conservação, em que os esqueletos eram enterrados. Deitados na areia, cobertos com areia e farelo de concha, material, que filtrava òtimamente a água, jamais ficariam de todo ensopados, durante muitos dias. Suposto que tenham sido enterrados entre cinza vegetal, encerrando certo teor de soda e potassa cáustica, esta podia exercer uma ação bactericida favorável à conservação dos esqueletos. Além disto, encontrando-se os esqueletos enterrados ao nível do mar, a poucos metros da praia, em areia, inicialmente, salgada, o próprio sal marinho pode ter secundado a conservação dos esqueletos.

Com respeito ao povo que tenha construído aquela jazida, o material lítico, os objetos de adôrno e a maior parte da cultura parecem-nos decididamente sambaquianos, ao passo que a cerâmica indica uma cultura que se adianta aos sambaquinos conhecidos, mas não chega a ser a dos guaranis de que difere na feitura, no cozimento e no ornato. Poder-se-ia tratar de sambaquianos evoluídos, que já adquiriram cerâmica, mas não temos fatos concretos para comprovar tal hipótese. No trabalho de Inácio Schmitz encontrará um pequeno estudo desta cerâmica.

b. *Esqueletos com objetos de adorno.* O uso de enfeites parece ter sido bastante generalizado entre os construtores daquêle reduto páleo-etnográfico. Eram de preferência as crianças, cujos encantos naturais, se procurava ressaltar por meio de alguma jóia. Quase que não se desenterrava esqueleto de criança, que não viesse acompanhado de algum amuleto ou colar. Dir-se-ia, que já entre aquêles primitivos filhos das selvas, as mães se esmeravam

em cobrir, cada qual o seu brotinho de jóias, as mais ricas e as mais preciosas. O material mais empregado no fabrico de objetos de adôrno, eram conchas, dentes de peixes e mamíferos e, mais raramente, material lítico. Na escolha dêste material, aquêle povo revelava um gôsto estético, assaz apurado, para as condições em que vivia. Na falta dos metais nobres e das pedras preciosas, o que mais deleitaria a vista do homem, seriam, evidentemente, valvas de concha de brilho nacarado e côres irisadas, bem como os dentes, naturalmente esmaltados e brilhantes do cação e da onça. Êstes animais podiam, além disto, incluir um sentido totêmico, como símbolos da agilidade e da fôrça. Os colares, às vezes, eram tecidos de conchas menos brilhantes, mas constavam então de espécimens mais raros e formosos, que compensavam pela novidade de formas, o que perdiam em brilho.

Junto do crânio n.º 7, que é de um rapazinho dos seus 10 a 12 anos, foi encontrado um amuleto de pedra. Consta de uma pedrinha lisa de quartzito branco, de forma triangular, de ângulos arredondados, imitando, com bastante perfeição, a cabeça de um peixinho. No ângulo de menor espessura, apresenta um furo, formado por dois troncos de cone, opostos pelo vértice. O artífice, evidentemente, furou, primeiramente de um e depois do outro lado, até encontrar o furo do lado oposto. A borda do ângulo, que fica vizinha ao furo, apresenta uma coloração ferruginosa artificial, provocada pelo aquecimento da jóia.

Um esqueleto de criança de 6 a 8 anos de idade, tinha junto da parte superior do úmero, um amuleto, feito de dente largo de cação de forma triangular e de superfície brilhante. Dois lados são naturalmente serrilhados. A borda de fixação forma uma linha curva e apresenta duas facetas opostas alisadas. Nestas facetas foram praticados dois furos normais, distanciados entre si de 6 mm. e destinados à suspensão da peça. Perdido na terra preta de cultura, foi encontrado outro amuleto de dente de cação, em tudo igual ao precedente, apenas, de tamanho maior. Junto do esqueleto muito esmagado de outra criança, foi encontrado um colar, composto de 41 caramujinhos ovóides, todos da mesma espécie e todos furados no vértice. O comprimento destas conchinhas oscila entre 8 e 10 mm. por 4 a 5 mm. de diâmetro.

Outro esqueleto de criança, também êste muito esmagado e decomposto, estava com um colar, tecido de 250 dêstes mesmos caramujinhos de forma ovóide. Neste colar havia, além disto, uma valva de concha maior de um molusco fluvial de brilho nacarado e com dois furos, bem como certo número de rodelinhas, feitas de concha e furadas no centro. O diâmetro das rodelas de concha é de aproximadamente 1,5 cms. Tanto a valva de concha como as rodelas, encontram-se em estado tão adiantado de decomposição, que deixam nas mãos abundante risco de giz e, fàcilmente, se es-

farelam ao menor contato. Devido a isto, certo número de rodelas se perderam.

Em 27.11.58 encontramos e fotografamos um esqueleto de criança, que teria, apenas, 3 a 4 anos de idade. O esqueleto, apesar desta tenra idade, estava bastante bem conservado. Do pescoço, até a cintura pélvica caía um colar, feito de valvas de concha, de rodelas de concha e de dentes de cação (fig. 25, 26). As valvas de concha, em número de três, eram da mesma espécie, como as do colar precedente, tinham brilho nacarado e apresentavam, cada qual, os dois furos característicos destinados à suspensão. As rodelas de concha eram em número bastante elevado, todas do mesmo tipo descrito para o colar precedente. Devido ao estado adiantado de decomposição conseguimos trazer apenas 25 rodelas mais ou menos inteiras e outras tantas fracturadas. Faziam parte dêste colar também 9 dentes de cação, cada qual com dois furos destinados à suspensão. Estes dentes são mais estreitos, do que os supra descritos, como amuletos. Apenas três dentes dêste colar, possuem os dois furos conservados. Dois dentes possuem, cada qual, um furo conservado e vestígios do segundo furo. Nos outros quatro dentes existem, apenas, vestígios dos furos de suspensão, tendo desaparecido parte da raiz do dente com os furos, devido à decomposição.

Em 15 de dezembro, finalmente, foi encontrado o derradeiro esqueleto de criança, esta de 6 a 8 anos de idade, possuindo também ela um colar, confeccionado, exclusivamente, de rodelas de concha. Desta vez, porém, tôdas as rodelas estavam localizadas ao redor da cintura pélvica.

Os objetos de adôrno, porém, não eram reservados, tão sómente, às crianças. Também os adultos serviam-se dêles, embora com menos freqüência. Assim, por exemplo, foi encontrado, junto do crânio n.º 1, que é de um homem adulto, um amuleto, feito de concha. Consta de um fragmento de concha, em estado adiantado de decomposição, deixando abundante risco de giz nas mãos. As bordas são lisas e a forma oblonga. O comprimento é de 3,4 centímetros por 1,4 centímetros de largura. A um terço do eixo maior, apresenta um furo, formado de dois orifícios cônicos, opostos pelo vértice e praticados de um e do outro lado, até se encontrarem. Os furos dos objetos de pedra, de osso e de concha, eram levados a efeito por meio do berbequim (fig. 2). Êste instrumento de pedra, de barro cozido ou de madeira, compunha-se, segundo Barbosa Rodrigues, do corpo de forma cilíndrica e de duas pontas. Pela zona côncava do corpo, se enlaçava um barbante, destinado a imprimir um movimento rotatório rápido ao instrumento. A ponta, que funcionava como pua, servida de abundante areia e água, acabava furando, com relativa facilidade, o material lítico mais resistente.

Junto do crânio n.º 11, que é de um homem, de uns 40 anos de idade, foi encontrado um colar de conchas, de formas quase cônicas. Todas estas conchas são da mesma espécie Conus spurius, e foram furadas na ponta do caracol. Eram, apenas, em número de sete peças, tendo a maior delas, 4 cms. de comprimento por 2,3 cms. de diâmetro maior. Esta espécie de conchas não foi encontrada, a não ser, fazendo parte de colares. Além dêstes objetos de adôrno, localizados junto de esqueletos, encontramos ainda outros, perdidos na terra preta de cultura, feitos de valvas de conchas, de dentes de jaguar, de dentes de macaco etc., que abaixo vão descritos mais detalhadamente.

c. *Crânios.* Foram montados, até a presente data, 21 crânios, faltando em três dêles a mandíbula e em dois o maxilar superior. A escassez de tempo não permitiu fôsse montado algum esqueleto completo. Outrossim restam por montar, ainda, passante de 20 crânios, entre crianças e adultos. Os crânios, que aqui vão descritos, são de indivíduos adultos, uns mais, outros menos avançados em anos, com exceção do crânio n.º 7 que é de um rapazinho dos seus 10 a 12 anos. Os crânios, vistos em conjunto, apresentam-se bastante homogênios. São de construção robusta e maciça, de rostos largos e de um aspecto anguloso. O calibre dos ossos da caixa craniana é notável.

Os ossos, devido à idade, perderam tôda a substância orgânica, restando, apenas, a substância mineral. Um fragmento sêco da caixa craniana, jogado na mesa, emite um som submetálico, que lembra o som da porcelana. O ácido cloridrico dissolve os ossos completamente.

Os crânios dos indivíduos masculinos, geralmente, apresentam os carateres diferençais, bem acentuados, i. é, apófises mastóides robustas, arcadas superciliares salientes, inserções musculares fortes, etc. Do outro lado, a transição dos crânios masculinos, para os femininos, é lenta, tornando, às vêzes difícil a distinção.

Vistos em norma superior, segundo a nomenclatura de Sergi, aproximam-se, às mais das vêzes do tipo ovóide e elipsóide. Quase todos apresentam a mesma largura na parte posterior, como na parte mais larga dos arcos zigomáticos. Alguns, vistos de cima, imitam, com bastante perfeição, o corpo de um carrapato. Muito largos, quase circulares atrás, vão estreitando, suavemente, para a frente. Típicos, neste detalhe, são os crânios n.º 4 e n.º 16.

Todos os crânios são fenózigos, deixando visíveis os arcos zigomáticos em norma superior. Por falta de aparelhamento, não nos foi possível medir o prognatismo.

As suturas, em alguns, são simples, em outros algo complexas e denteadas. Vistos em norma lateral, apresentam geralmente a glabela cheia, fundindo-se não raro, com as arcadas superciliares

salientes. As frontes apresentam-se largas e um pouco inclinadas. Alguns crânios, como p. ex. o n.º 17 e n.º 5 são lofocéfalos, apresentando uma depressão transversal ao longo da sutura coronal, que dá à abobada craniana a forma de sela de montar. As fontes largas terminam lateralmente numa aresta, crista fronto-temporal, particularmente saliente nos indivíduos masculinos. Analisados em norma posterior, apresentam-se alargados, tendo o ocipital bem desenvolvido. O ínio, geralmente, é saliente e as linhas da nuca bem acentuadas. Os ossos wormianos, são raros e pequenos. Apenas o crânio n.º 13 apresenta um osso wormiano de superfície maior. Os ossos zigomáticos, muito salientes, em muitos indivíduos, apresentam ainda inferiormente, uma apófise, processus zigomáticus maxillae, em forma de unha. As órbitas tendem para a forma quadrada, de bordas irregulares, angulosas, muitas vêzes com chanfratura superorbitária. O forámen magnum varia de indivíduo para indivíduo. Via de regra é, posteriormente, arredondado, estreitando-se e alongando-se na parte anterior, do que resulta um diâmetro longitudinal maior que o trasversal.

A mandíbula é notável pela sua altura e robustez. Apresenta largura e espessura óssea, consideràvelmente, maior do que os esqueletos do homem moderno. Um reparo especial merece a parte antero-inferior da região do mento, particularmente nos indivíduos masculinos. A mandíbula dá a impressão de ter sido martelada inferiormente no mento, até formar-se uma espécie de rebordo. Em vez de apresentar a parte anterior do mento, em curva suave, como as mandíbulas comuns, apresenta um rebordo reto de três a quatro centímetros de comprimento. Colocada a mandíbula em posição normal sôbre uma mesa, a parte do mento não toca na mesa, mas fica num nível um pouco mais elevado, de 7 a 8 mm. Vista de baixo, esta parte da mandíbula, devido ao rebordo, apresenta uma espessura muito maior, do que as mandíbulas comuns. Nos crânios femininos, não se acentua tanto esta configuração especial da região do mento. Os ramos ascendentes da mandíbula caracterizam-se, igualmente, pela sua notável robustez nos indivíduos masculinos. Ultrapassa, comumente, de um terço a altura e a largura das mandíbulas comuns. O ângulo da mandíbula no ramo ascendente, às vezes, é quase reto e as protuberâncias, massetérica e pterigoídea, são robustas e acentuadas. As duas apófises superiores do ramo ascendente, condilóide e coronóide, em robustez, correspondem ao conjunto.

Um capítulo à parte merecem os dentes. Todos os crânios tanto de indivíduos masculinos, como femininos, apresentam um desgaste dos dentes, verdadeiramente impressionante. Quando o desgaste se encontra em sua fase inicial, i.é, em indivíduos ainda no vigor dos seus vinte a trinta anos, os dentes são, apenas, alisados desaparecendo tôda e qualquer protuberância da corôa do

dente. Em continuação o desgaste vai-se acentuando no decorrer dos anos e os dentes do indivíduo de 40 anos, dão a impressão de terem sido limados simètricamente ou cortados à serra. Aos poucos o desgaste vai atingindo a gengiva, pondo a descoberto o canal do nervo e, finalmente, chega ao extremo de desgastar parte da própria raiz do dente (crânios nº 12, 16 e 19). Nesta fase os maxilares começam a recuar, rejeitando os dentes, que vão caindo aos poucos. Facto notável é que não se encontra em crânio algum, nem vestígio, sequer, de cárie dentária. No entanto, tudo indica, que o maior flagelo que atribulasse aquêle povo, tenham sido terríveis dôres de dente; salvo se admitirmos que conhecessem algum antídoto natural que lhes aliviasse a dôr. Tivemos ensejo de consultar diversos cirurgiões dentistas que todos concordaram, prontamente, em afirmar, que indivíduos, com tamanho desgaste de dentes, deviam sofrer dôres insuportáveis. Em muitos indivíduos, faltam quase todos os dentes da mandíbula, encontrando-se os alvéolos já fechados e cicatrizados. Em virtude disto a mandíbula apresenta-se muito recuada. Este facto, que a princípio nos parecia enigmático, agora se nos apresenta de explicação extremamente fácil e consentânea. Em virtude do desgaste dos dentes e das dôres subsequentes, de uma ou de outra forma, procuravam extrair os dentes. Há vestígios de extração violenta, como, p. ex., no crânio nº 6, onde uma operação cirúrgica destas, em um molar superior, redundou em fractura óssea. Em virtude disto a extração não foi completada e o dente deslocado, junto com um fragmento do maxilar, cicatrizou novamente. Em outros casos o maxilar, devido ao desgaste extremo, rejeitava os dentes espontaneamente. É um facto, assaz conhecido na cirurgia dentária, que a mandíbula, uma vez perdidos os dentes, recua muito em tamanho e robustez.

d. *Material lítico.* Instrumental indispensável às lides diárias do homem primitivo, eram os artefatos de pedra. Esparsos por todas as camadas da terra de cultura, foram encontrados numerosos machados de pedra, quebra-cocos, martelos, pedras para amolar, alisadores de instrumentos, abridores de conchas e grande quantidade de outro material lítico, com sinais evidentes de uso, mas de finalidade problemática. Foram encontrados, ao todo 33 machados acabados de corte alisado, 32 machados apenas lascados, que não apresentam corte alisado e 41 fragmentos de machados. Os fragmentos, em questão, constam todos de corte alisado ou parte (fragmento) do corte alisado e parte do corpo. Há número elevado de outros fragmentos de machados, mas sem o corte, e, por isso, não raro, difíceis de reconhecer como tais. Como matéria prima, na confecção dos machados, serviram-se, exclusivamente, do basalto preto.

Os machados variam muito em forma, tamanho e pêso. Uns

são muito compridos e estreitos, outros curtos e largos; uns muito grossos e pesados, outros finos e leves. Os menores, com apenas 1 cm. e pouco de espessura e um corte fino e perfeito, parecem antes facas, do que machados de pedra. No seu acabamento geral os machados revelam falta de capricho, de quem tem em vista, apenas, a utilidade do instrumento, sem preocupar-se muito com beleza de formas. Às vezes não passam de simples pedaços de basalto de corte alisado; outras foram, lateralmente, lascados com o fim de tirar algumas irregularidades ou saliências mais grosseiras. Os mais perfeitos, depois de lascados, foram submetidos ainda a um alisamento parcial, com o fim de eliminar as arestas muito vivas e incômodas para a mão do operador. O alisamento, como é sabido, era conseguido mediante desgaste, atritando o instrumento de encontro a outro mineral duro. Serviam para isto as superfícies de alisamento em forma de prato das estações líticas. A parte melhor acabada nos machados é o corte que, geralmente, apresenta-se perfeitamente alisado à semelhança dos machados modernos. Por via de regra, o corte, apresenta forma ligeiramente arredondada; não raro, também, forma uma linha reta perpendicular ou levemente oblíqua aos lados. As faces geralmente são convexas. Aparecem, também, muitos exemplares de faces planas e alguns raros de faces irregulares. Os lados, por via de regra, são constituídos por arestas irregulares, resultantes de um lascamento lateral em ambas as faces. Às vêzes esta aresta foi posteriormente alisada. A miude, porém, os lados são formados por planos não lascados, mas alisados nas quinas mais cortantes. A cabeça usualmente forma um plano, lascado ou não lascado na periferia; outras vêzes tem a forma irregular da pedra original não trabalhada. Em alguns machados a cabeça apresenta certo desgaste, que indica terem sido usados, oportunamente, também como martelos para quebrar nozes, conchas, coquinhos e outras sementes. Não foi encontrado na jazida nenhum machado de todo alisado e polido, que em acabamento e beleza se comparasse aos machados, encontrados em estações líticas da Ilha. Tão pouco foi encontrado algum machado com gargalo ou em âncora. Todos os machados, retirados dêste local, conservam sinais mais ou menos abundantes do lascamento inicial ou de superfícies não trabalhadas. Se êste fato pode ser invocado como testemunho da antiguidade da jazida, deixamos, por ora, em suspensão.

Utensílios líticos comuns nos sambaquís e na jazida páleo-etnográfica são quebra-coquinhos ou quebra-nozes. São pedras de forma irregular, que apresentam, nas faces, uma ou mais pequenas cavidades, destinadas a receberem coquinhos, nozes e outras sementes a serem quebradas. Na jazida foram encontrados 11 exemplares de quebra-côcos. Para o fabrico de seis dêles, foi aproveitado o cascalho e para os cinco restantes, basalto não ro-

lado. O mais volumoso de todos é um cascalho achatado, de forma elíptica, de 16,5 cms. de comprimento por 12 de largura máxima. Numa das faces existe a pequena cavidade arredondada, que o caracteriza como quebra-côcos; o alisamento da outra face, indica em uso suplementar, como pedra de amolar. — Outro mais grosso, do que o precedente, também é um cascalho, que possui forma de ovo, achatado de um lado. No centro da face achatada apresenta a cavidade característica do quebra-côcos e no outro lado numerosas incrustações de cracas e mariscos. Numa extremidade sofreu um lascamento extenso. O menor de todos, tem forma de pequena esfera, achatada e escavada nos polos, de 5,5 por 4 cms. de diâmetro. O desgaste irregular que apresenta em vários pontos da superfície, revela um uso suplementar como martelo.

Os martelos constam de cascalhos, que apresentam desgaste em uma ou nas duas extremidades, devido a seu uso, como utensílio percussor. Foram encontrados na jazida 15 peças, que, seguramente, podem ser incluídas na rol dos martelos. Todos êles têm superfícies lisas. A forma de cilíndrica e roliça, vai declinando para ovóide, mais ou menos, achatada. O comprimento oscila entre 14,5 e 6,5 cms. e a espessura entre 6,3 e 3,3 cms. Todos são de basalto rolado e alisado pelas águas. Com exceção de dois exemplares, todos têm duas extremidades desgastadas pelo uso. Em outros dois nota-se, além disto, uma pequena cavidade, indicando o seu uso suplementar como quebra-coquinhos.

O cascalho, rolado pelas águas, exercia ainda papel preponderante, nos apetrechos indígenas, como amolador ou alisador de instrumentos. Recolhemos na jazida, passando de uma dúzia dêste tipo de utensílios, que se caracterizam pelas superfícies parcialmente polidas, devido ao desgaste pelo atrito com o instrumento a afiar ou a alisar. Os maiores são cascalhos volumosos e roliços de 6 a 7 quilos de pêso. Os menores não ultrapassam o tamanho do punho de uma criança, mas sempre apresentam alguma face mais aplanada, servindo de superfície de alisamento.

Entre os alisadores existe um exemplar de menção especial, devido a uma característica particular. Trata-se de um volumoso cascalho achatado, de forma elíptica e de 6 quilos de pêso. Ambas as faces apresentam extensas superfícies de alisamento. Numa das faces possui uma pequena cavidade, que se distingue dos quebra-nozes, primeiramente, por ser muito menor, tendo, apenas, o tamanho da ponta do dedo mínimo. Além disto, apresenta a superfície interna polida, o que não acontece nos quebra-nozes e, finalmente, ocupa posição excêntrica. Nos quebra-nozes, a cavidade, ocupa sempre uma posição axialmente oposta a um ponto de apoio firme da peça. A cavidade em questão, porém, situa-se num paralelo longitudinal, que se encontra a 1/3 da periferia da

elipse. Fazendo pressão ou percussão sôbre aquêle ponto, a pedra se desequilibra, porque o seu ponto de apôio oposto, encontra-se mais ao centro. Êstes detalhes sugerem, que êste alisador, tenha servido, oportunamente, de peça complementar do berbequim, i. é como cabeça de apoio à ponta superior, que se encaixava naquela cavidade do alisador.

Tembetás. Foram encontrados 15 artefatos similares de pedra polida, 10 inteiros e 5 fragmentados, que na forma lembram pequenas canoas, não escavadas, tendo uma face quase plana e o resto da superfície arredonda e abaulada à guisa de fundo de barquinha. O comprimento destas barquinhas oscila entre 4,3 e 6,8 cms.; a largura, geralmente, regula por 1 cm. e a espessura por um pouco menos. Uma das pontas é achatada e a outra cônica. Muitas vêzes a superfície tôda é perfeitamente polida. No museu etnológico do Colégio Catarinense existem muitas dezenas de artefatos semelhantes, que o Pe. Lutterbeck S. J. (1948) descreveu como tembetás. O tembetá é um objeto de adorno, que os indígenas, carregavam no septo nasal, nos lábios ou nas orelhas perfuradas. Carl von den Steinen, encontrou generalizado o uso do tembetá entre algumas tríbos indígenas do Rio Xingú. Descreve-o como pequeno fuso (Spindel). Apresenta também um desenho desta jóia, que em tudo se assemelha aos objetos recolhidos na nossa jazida.

e. *Pontas de flecha e outros utensílios.* A arma mais temível na mão do índio, sempre tem sido o arco com a seta certeira e às vêzes ervada com o mortífero "curare". E' óbvio, que os arcos embora confeccionados da madeira mais rija, não resistissem à ação destruidora dos séculos, na terra úmida da jazida. E' de admirar, porém, que não se encontrasse na bagagem, aliás tão rica e variada daquêle povo, nenhuma ponta de flecha de pedra lascada, semelhante às que existem às centenas no museu etnológico do Colégio Catarinense, também procedentes da Ilha de S. Catarina. As pontas de flecha, feitas de pedra lascada perecem ser, evidentemente, de época e de cultura diferente, do que o homem construtor da jazida. No entanto, êle também conhecia o uso do arco, porque foram encontradas, na jazida, pontas de flecha feitas de osso. Junto de um esqueleto de adulto, foi encontrada uma pequena ponta de flecha, feita de osso, de 5,5 cms. de comprimento, por 1,4 cms. de largura máxima. Consta de lâmina e de pé de encaixe. A lâmina tem uma das faces lisas, levemente convexa; a outra face é, simétricamente, chanfrada, apresentando, no meio, uma aresta longitudinal, resultando, daí, uma secção triangular para a lâmina. As farpas são assimétricas, uma em ângulo reto, a outra em ângulo muito obtuso. O pé de encaixe tem ambas as faces, levemente, convexas e alisadas. Esta ponta de flecha, pela aparência foi feita de osso humano. Já vi-

mos, acima, que foi encontrado, na jazida, um osso da perna (tíbia) cortado transversalmente.

Foram encontrados dois outros utensílios de osso, que devem ser considerados como pontas de flecha. Constam do osso longo de algum pássaro, partido longitudinalmente e apontado em ambas as extremidades, à guisa de bico de pena de escrever. Tem 6 a 7 cms. de comprimento e 0,7 cms. de largura.

Ponta de flecha ou, talvez furador, representa outro artefato ósseo, encontrado na jazida. Trata-se de uma peça, feita, segundo tôdas as aparências, de osso humano, partido longitudinalmente. Possui 9 cms. de comprimento e 1,3 cms. de largura máxima no pé. E' caprichosamente alisada e apontada. A ponta é quase cônica. O apontamento é acabado com suavidade, começando o alisamento já a 6 cms. da ponta. Na extremidade larga, oposta à ponta, apresenta um furo, quase circular, destinado à suspensão ou fixação da peça.

Foram encontrados diversos dentes de porco do mato, com um desgaste profundo na parte interna da corôa, resultando daí quinas vivas e cortantes e pontas agudas, que podem ter servido como furadores ou raspadores. Os dentes finos, duríssimos e ponteagudos do cação, que apareciam espalhados, abundantemente, na jazida, ostentando impecáveis o seu esmalte de brilho vivo e original, certamente, tiveram o seu uso no arraial, mesmo que fôsse, tão sòmente, com bisturis para abrir algum tumor maligno ou extrair alguma ponta de espinho do pé de um daquêles bugrinhos descalços e travessos. Os estilhaços finos e cortantes que, às centenas, saltavam dos seixos de basalto ao serem lascados e que apareciam em tôdas as camadas da jazida, prestariam ótimos serviços, quando se tratava de destripar ou retalhar algum peixe ou caça.

f. *Cerâmica.* A arte de fabricar vasilhame de barro cozido, muito vulgarizada e aperfeiçoada entre alguns povos indígenas, era de todo desconhecida de outros. As peças de cerâmica, mais ou menos bem acabadas em forma e decoração, constituem um dos critérios mais importantes, de julgar o grau de cultura de um povo. E' famosa, p. ex., a louça fabricada pelos habitantes primitivos da Ilha de Marajó, na fóz do Rio Amazonas, em virtude da variedade de formas, beleza de estilo e riqueza de motivos decorativos que a caraterizam. Carl von den Steinen diz, que, entre os povos do Rio Xingú, alguns, mais sésseis, conheciam a cerâmica, enquanto outros, de hábitos mais nômades e venatórios, não a usavam. Os etnólogos, geralmente, admitem, que o homem construtor dos sambaquís, desconhecesse o uso da cerâmica. Do outro lado sabemos, que o barro cozido desempenhava um papel muito importante, na vida dos indígenas de história mais recente. Todo o vasilhame da cozinha e da mesa, muitos objetos de adôrno, os

cachimbos para fumar, até as urnas funerárias, eram confeccionadas de barro cozido. E' natural que as formas e a decoração, pouco a pouco, iam-se adaptando e especializando para determinado uso.

Na ilha de S. Catarina a cerâmica indígena, decorada ou não decorada, é sobremaneira abundante. No museu etnológico do Colégio Catarinense, além de numerosas peças, mais ou menos inteiras, existem passante de 80.000 fragmentos de cerâmica, recolhidos na Ilha pelo Sr. Carlos Berenhäuser. Na mesma jazida encontramos uns 180 fragmentos de cerâmica, que se achavam esparsos por tôdas as camadas da terra de cultura. Com exceção de uma única peça, tôdas têm paredes lisas, sem a mínima ornamentaçã ou desenho. A côr, nas peças mais finas, é de uma tonalidade escura, com transições para marron. Nas peças de paredes mais grossas, a côr é castanha clara, lembrando a côr das telhas ou vasos de flôres modernos. A parte, referente à cerâmica da jazida, será tratada "ex professo" por Inácio Schmitz S. J.

Queremos chamar a atenção, apenas, para três peças, que nos parecem dignas de nota especial. A primeira é um fragmento da borda superior de uma vasilha com gargalo, que teria uns 16 cms. de diâmetro de boca e de 6 a 7 mm. de espessura de parede. É única peça que apresenta decorações, constantes de depressões regulares e simétricas em forma triangular. As depressões menos profundas, ficam, duas a duas, encostadas uma à outra por um ângulo. Desta juxtaposição resulta uma espécie de chave gráfica, como se usa na matemática, que daria também um bom motivo para o número "três" cheio, como se usa na arte moderna. A terceira depressão, mais profunda, ocupa um lugar pouco acima da figura precedente. Vista no seu conjunto, esta decoração muito simples e primitiva, dá uma impressão de suave beleza.

A segunda peça é, quase, metade de um prato, de uns quatro centímetros de altura e quatorze centímetros de diâmetro de abertura. As paredes não são muito lisas, nem uniformes. A espessura da parede, que no fundo do prato atinge 10 mm., no rebordo superior se reduz a 3 ou 4 mm. A côr, castanho-clara, é idêntica à côr dos artefactos das olarias modernas. A peça foi encontrada na camada das conchas e repleta delas. — A terceira peça, é um fundo de vaso, de 14 centímetros de diâmetro, que, na forma, lembra uma calota de crânio humano. A espessura das paredes varia de 4 a 6 mm. A côr é, predominantemente, preta. Apenas na parede externa, apresenta algumas pequenas zonas de côr marron. Esta peça foi encontrada junto do crânio nº 11, ao nível dos esqueletos, normalmente, enterrados a 1 metro de profundidade. Pertencia, evidentemente, aos trastes culinários dos construtores da jazida.

IV. PARTE DESCRITIVA

Para fins de um estudo comparativo com o material existente em outras coleções, daremos, a seguir, uma descrição mais detalhada dos crânios e de parte do material recolhido, com algumas medições. As medidas cranianas, serão dadas em um quadro sinóptico geral.

A. CRÂNIOS

Crânio n.º 1. Trata-se do crânio de um esqueleto de homem em idade adulta. O crânio, completamente fraturado, foi reconstituido. Falta grande parte dos ossos da base craniana e dos ossos internos da face. O desgaste dos dentes é relativamente pequeno, tendo chegado, apenas, a alisar as saliências naturais da corôa dos dentes. Falta o dente de siso superior direito; o primeiro incisivo e o canino esquerdo da mandíbula, que se perderam por descuido. Visto em norma superior, apresenta os contornos largos, quase esférico atrás, vai estreitando suavemente para a frente. É francamente fenózigo. A sutura sagital está, parcialmente, obliterada; na sutura coronal e lambdóide, não se nota indício de obliteração. A sutura sagital e coronal são simples, a lambdóide é algo denteada. Em norma lateral: spina nasalis alta, nariz e região da glabela prejudicados; curva sagital, quase, esférica: ínio em depressão. Em norma posterior: perfil domiforme típico; linhas da nuca muito fortes, occipital não muito elevado. Em norma inferior: apófises mastóides robustas; paladar profundo, arco dentário, quase reto na frente; o resto prejudicado. Em norma anterior: face alargada; malares muito salientes, processus zygomaticus maxillae muito saliente em forma de gancho; as órbitas alargadas, com chanfratura superorbitária; arcadas superciliares robustas; linha frontotemporal em aresta viva, o resto prejudicado.

A mandíbula é especialmente robusta e desenvolvida em todas as suas partes; apresenta ossos largos e espessos. A região antero-inferior do mento é espessa, mas o rebordo é menos acentuado, do que nos indivíduos masculinos mais idosos. Os ramos ascendentes são largos e altos; as apófises condilóide e coronóide robustas; a incisura mandibulae curta e profunda, o angulus mandibulae, quase reto, a tuberositas massetericae em rebordo.

Crânio n.º 2. Crânio do esqueleto de um indivíduo do sexo feminino em idade madura. O crânio encontra-se em estado de conservação muito bom. Faltam alguns ossos da parte interior da face. No maxilar superior falta o primeiro pré-molar e o segundo incisivo direitos; os dois pré-molares, o canino e os incisivos esquerdos. O canino e o incisivo restantes, são desviados da sua

direção, dirigindo-se obliquamente para a frente. É o único crânio, que apresenta esta anomalia. Na mandíbula existem, apenas, o primeiro pré-molar e o canino do lado direito; o primeiro pré-molar, o canino e o segundo incisivo do lado esquerdo. O desgaste dos dentes é extremo, chegando, nos incisivos à altura da gengiva, pondo à mostra o canal do nervo. No primeiro grande molar superior há desgaste de parte da raiz. Apesar disto, não há vestígio de cárie nos dentes. Em norma superior: ovóide, fenózigo acentuado. As suturas de forma simples; a sagital parcialmente obliterada; na coronal e na lambdóide começos de obliteração.

Em norma lateral: ossos nasais fortemente arqueados; násio profundo; glabela cheia, alargada; fronte baixa, inclinada; arco sagital regular elíptico; ínio saliente. Em norma posterior: perfil domiforme característico, linhas da nuca bastante acentuadas. Em norma inferior: apófises mastóides pequenas; côndilos regulares; crista occipitalis em aresta curta; forámen magnum pequeno, piriforme, 32 x 28 mm.; paladar profundo; arco dental desfigurado pelo deslocamento e desgaste dos dentes. Em norma anterior: temos diante de nós uma face alargada, que dá a impressão de ter sido comprimida de baixo para cima; malares e arcos zigomáticos particularmente salientes, fossa canina, em depressão profunda; órbitas grandes, quase quadradas, a direita com chanfratura, a esquerda com foramen supraorbitale; arcadas superciliares fortes; fronte relativamente estreita. A altura da face é sensìvelmente reduzida pelo desgaste e recúo dos maxilares.

A mandíbula conserva, apenas, cinco dentes, desgastados até a gengiva e em vias de serem rejeitados. Os alvéolos dos dentes perdidos, estão, na maioria, completamente obliterados. A mandíbula apresenta um recúo deformante. Confrontando esta mandíbula pobre e atrofiada, com a mandíbula imponente e maciça do crânio nº 1, a primeira vista, ninguém diria, que se trata de indivíduos da mesma raça. No entanto, a configuração da parte antero-inferior do mento, em linha quase reta, com um fraco rebordo e os ramos ascendentes, ainda largos, embora depauperados e de pouca espessura óssea, mostram ainda, os carateres raciais idênticos. A mandíbula apresenta a protuberantia e o tuberculum, particularmente salientes.

Crânio nº 3. O esqueleto dêste crânio está incompleto, devido ao estado adiantado de decomposição. É de indivíduo do sexo feminino; a julgar pelo desgaste arrazador dos dentes e recúo profundo do maxilar em idade, bastante avançada. O estado de conservação do crânio é bom, com exceção da face e da base. No maxilar superior faltam todos os incisivos e o canino esquerdo. Os alvéolos dêstes dentes encontram-se, completamente, obliterados. O maxilar apresenta, na parte anterior, um recúo profundo. Em norma superior apresenta-se ovóide, acentuadamente fenózigo. A

sutura sagital está em estado adiantado de obliteração, nas suturas coronal e lambdóide, há apenas indícios de obliteração. As suturas são simples. Em norma lateral: ossos nasais, levemente, arqueados; násio pouco profundo; glabela cheia, fundindo-se com as arcadas superciliares; fronte baixa, inclinada; curva sagital, achatada por cima, com leve depressão no bregma, devido a uma fraca lofocefalia; ínio em depressão. Em norma posterior: domiforme suave, declive lateral fraco; ocipúcio saliente; linhas quase apagadas. Em norma inferior: crista occipitalis em aresta fraca; apófises mastoides e côndilos pouco desenvolvidos; forámen magnum pequeno, piriforme, 35 x 30 mm.; paladar profundo; arco dental arruinado pelo desgate dos dentes e recúo do maxilar. Em norma anterior: face alargada e deprimida; altura reduzida pelo recúo do maxilar. As órbitas tendem para a forma quadrada; a fronte não muito larga, malares salientes; crista fronto-temporal suave. No lado esquerdo do temporal, ao lado da crista fronto-temporal, apresenta pequena depressão, com três estrias extensas, que parecem procedentes de algum ferimento com ofensa do osso, não de todo obliterada.

A mandíbula, pelo desgaste e perda consequente dos dentes, foi reduzida a um estado de recúo lastimável. Dos dentes restam, apenas, os caninos, os pré-molares direitos e um pré-molar esquerdo. Os alvéolos dos outros dentes estão obliterados. Alguns dos molares, parecem ter sido extraídos à força, com fragmentos do maxilar. A largura óssea, nestas zonas, em ambos os ramos da mandíbula, não ultrapassa um centímetro. É a mandíbula mais profundamente deformada de tôda a série estudada. Os ramos ascendentes são largos, mas depauperados e pouco espessos. O angulus mandibulae é, quase, reto; a parte antero-inferior do mento é reta, em leve rebordo, fortemente projetada para a frente.

Crânio n.º 4. O esqueleto, dêste crânio, se perdeu nas escavações. É um belo exemplar de crânio, pesado e maciço, de indivíduo masculino, em idade madura, em estado ótimo de conservação, faltando, apenas alguns fragmentos da parte interna da face. A dentadura é completa. O desgaste dos dentes é regular, pondo em todos êles, exceto nos dentes de siso, a descoberto a dentina. Nota-se nos dentes abundante tártaro. Visto, em norma superior, apresenta um perfil alargado. É o crânio mais largo e de maior capacidade craniana de tôda a série. É francamente fenózigo. A sutura sagital está, parcialmente, obliterada; as suturas coronal e lambdóide com inícios de obliteração; todas bastante denteadas. A sutura lambdóide apresenta, lateralmente, uma configuração algo estranha. Em norma lateral: ossos nasais em curva suave; násio pouco profundo; glabela cheia e alargada; fronte baixa, inclinada, com leve depressão acima das arcadas superciliares; curva sagital, quase circular; ínio saliente. Em norma

posterior: domiforme, de teto em declive muito suave; larga depressão acompanhando 2/3 da sutura sagital; occipital muito maciço; linhas da nuca muito acentuadas. Em norma inferior: apófises mastóides muito robustas; côndilos bem desenvolvidos; crista occipitalis em aresta mui suave; forámen magnum piriforme, relativamente pequeno, 35 x 30 mm; paladar profundo; arco dental um tanto irregular, alargado, quase reto na frente; espaços interdentários entre incisivos e caninos. Em norma anterior: face alargada, malares salientes, fronte larga; órbitas grandes, quadrangulares; arcadas superciliares fortes; crista fronto-temporal em aresta viva, prolongada até a sutura coronal.

A mandíbula está com todos os dentes. É robusta, maciça, angulosa. O desgaste dos dentes é uniforme e atinge a dentina. A parte inferior do mento é reta, em rebordo, projetado para a frente; os incisivos acompanham a linha reta do mento inferior. A tuberositas masseterícae é acentuada; o angulus mandibulae, quase reto; os ramos ascendentes largos e robustos; as apófises coronóide e condilóides, acompanham a robustez do conjunto; a incisura mandibulae é estreita e profunda.

Crânio nº 5. É o crânio de um homem em idade madura. Os membros inferiores do esqueleto se perderam na exploração da areia da jazida. O estado de conservação do crânio é bom; faltam os ossos internos da face e fragmentos da base do crânio. A dentadura está completa. Na maioria dos dentes, a coroa está desgastada até a gengiva. Em norma superior, o perfil tende para a forma ovóide, francamente fenózigo. A largura dos arcos zigomáticos é igual à largura máxima do crânio. A sutura sagital encontra-se, completamente, obliterada. O grau de obliteração da sutura coronal não se constata, devido à fratura. A sutura lambdóide, está algo denteada, as outras são simples. Em norma lateral: ossos nasais quase retos (fraturados na ponta); násio pouco profundo; glabela cheia; fronte fugida; lofocéfalo, não muito acentuado; curva sagital um tanto irregular; ínio levemente deprimido. Em norma posterior: domiforme, com declive regular; occipital alto; linhas da nunca muito acentuadas; crista occipitalis em aresta forte. Em norma inferior: apófises mastóides e côndilos muito desenvolvidos; forámen magnum quase circular, 37 x 38 mm.; arco dental regular, com espaços interdentários grandes entre incisivos e caninos; paladar profundo. Em norma anterior: face comprida; fronte não muito larga; arcadas superciliares bem formadas; órbitas quadradas, com chanfratura superorbitária.

A mandíbula robusta já apresenta traços de recúo, devido ao desgaste dos dentes. Possui ainda todos os dentes, desgastados até a gengiva. Os ramos ascedentes, neste indivíduo, são muito inclinados, ficando as apófises coronóides, em plano bem mais elevado, do que as condilóides. O rebordo na região antero-inferior

do mento, não é muito acentuado, lembrando antes um crânio de indivíduo feminino.

Crânio nº 6. Trata-se do crânio maciço, anguloso e robusto do esqueleto de um homem, na idade madura, em ótimo estado de conservação. Faltam os ossos internos do nariz. No maxilar superior faltam os três molares direitos e o terceiro molar esquerdo. O 1º molar esquerdo, está preso, apenas, pela raiz interna, apresentando uma fratura do alvéolo externo "in vivo". Parece ter havido tentativa de extração violenta, que redundou em fratura óssea. Os alvéolos dos dentes, que faltam, estão obliterados, na maioria. O desgaste eliminou a corôa dos dentes até a gengiva. Em norma superior, o crânio apresenta contornos, levemente, ovóides; mais largo nos arcos zigomáticos do que na parte posterior; fenózigo. Tôdas as suturas estão, parcialmente, obliteradas. O crânio apresenta um pequeno osso wormiano, no encontro das suturas sagital e lambdóide. Em norma lateral: spina nasalis robusta; násio profundo; glabela cheia, fundindo-se com as arcadas superciliares; fronte, francamente, fugida; curva sagital não de todo regular; região deprimida no fim da sutura sagital; ínio em leve depressão. Em norma posterior: domiforme com bastante declive; linhas da nunca muito acentuadas. Em norma inferior: crista occipitalis não muito viva; forámen magnum arredondado atrás e alongado na frente, 35 x 30 mm; paladar profundo; apófises mastóides e côndilos muito desenvolvidos. Em norma anterior: fronte comprida, fugida, não muito larga; crista fronto-temporal em aresta viva; arcadas superciliares muito salientes; órbitas grandes quadradas, a direita com chanfradura, a esquerda com forámen superorbitário; malares muito salientes; processus zygomaticus maxillae em gancho.

A mandíbula, particularmente angulosa, nos contornos, revela ainda a robustez primitiva. Devido, porém, ao desgaste e perda consequente dos dentes, apresenta-se recuada, especialmente, na região dos molares. Dos dentes restam, apenas, os incisivos esquerdos e todos os pré-molares. Perderam-se as apófises condrióide e coronóide esquerdas. A região antero-inferior do mento apresenta uma linha reta de 40 mm., com rebordo acentuado. A tuberositas massetericae, forma, igualmente um rebordo acentuado; o angulus mandibulae é, quase, reto.

Crânio nº 7. Presumìvelmente de um rapaz dos seus 10 a 12 anos. O crânio fraturado, foi reconstituido, faltando alguns fragmentos da base craniana e do interior da face; está ainda com dentição de leite. Na mandíbula faltam três dentes dianteiros, que se perderam por descuido. As suturas, todas abertas, apresentam configuração simples. Em norma superior, apresenta-se alargado atrás, estreitando um pouco em direção da fronte. A fronte é bastante reta, os ossos zigomáticos pouco salientes, as órbitas já

apresentam os contornos internos quadrangulares. Os incisivos médios do maxilar superior são muito largos e salientes. Os dentes já apresentam um desgaste visível, que chegou a alisar os dentes molares. Em largura óssea, a mandíbula atinge o calibre de uma mandíbula de homem adulto moderno.

Crânio nº 8. Trata-se de um crânio de mulher, em idade madura. O crânio fraturado foi reconstituido, sendo substituida artificialmente parte da face; faltam fragmentos ósseos da base do crânio. Os dentes, na maioria, se perderam, devido ao desgaste, que atingiu a raiz dos dentes, provocando um recúo deformante do maxilar. Em norma superior apresenta-se ovóide, fenózigo, de suturas simples, parcialmente obliteradas. Em norma lateral: glabela cheia, fundida com as arcadas superciliares; fronte baixa, pouco inclinada, em leve depressão; curva sagital um tanto irregular, em pão de açúcar; ínio em depressão. Em norma posterior: domiforme, com teto em declive forte (ogival); occipital alto, linhas da nuca suaves. Em norma inferior: crista occipitalis muito fraca; apófises mastóides largas, mas baixas; o resto prejudicado. Em norma anterior: fronte não muito larga; arcadas superciliares normais; malares salientes; crista fronto-temporal suave.

A mandíbula encontra-se em estado lastimável de recúo, devido ao desgaste dos dentes, todos rejeitados e com os alvéolos já obliterados, restando, apenas, os incisivos e os pré-molares, reduzidos a petição de miséria. A protuberantia mentalis muito acentuada; todo o resto muito depauperado, devido ao recúo extremo; ramos ascendentes bastante inclinados.

Crânio n.º 9. De indivíduo feminino em idade, apenas, adulta; em perfeito estado de conservação; dentadura completa, faltando, apenas, os dentes de siso na mandíbula; desgaste dos dentes, relativamente pequeno, simétrico. Em norma superior apresenta-se fenózigo, inclinando para o perfil ovóide. As suturas são simples, ainda abertas, apenas a sutura esfeno-occipital em começos de obliteração. Em norma lateral: spina nasalis forte; násio pouco profundo; glabela cheia, fundida com as arcadas superciliares; fronte fugida; curva sagital, bastante regular; ínio em depressão; ptério em H. Em norma posterior: domiforme com teto em declive suave; ocipital alto; linhas da nuca suaves. Em norma inferior: apófises mastóides e côndilos de tamanho regular; crista occipitalis, quase, apagada; forámen magnum pequeno, quase circular, 31 x 28 mm.; paladar muito profundo; arco dental bastante regular. Em norma anterior: face quase oval; fronte arredondada; arcadas superciliares fracas; malares pouco salientes; órbitas quadradas.

A mandíbula apresenta uma configuração simétrica e robusta; dentes simètricamente alisados pelo desgaste; gônio em leve depressão; ramos ascendentes largos; apófises condilóides e coro-

nóides de tamanho regular; incisura mandibulae profunda; angulus mandibulae, quase, reto.

Crâneo nº 10. É um crânio isolado (sem esqueleto) de linhas gerais suaves e delicadas, de indivíduo do sexo feminino, em idade senil. O estado de conservação é muito bom. Apresenta uma fissura originária, talvez "causa mortis", a começar da sutura lambdóide, atravessando todo o parietal esquerdo e, pelo bregma, até meio frontal, onde quebra para a esquerda, até encontrar a sutura temporal. Os dentes do maxilar superior, todos presentes, apresentam desgaste acentuado, que põe a descoberto o canal dos nervos, mas ainda não atinge a raiz do dente. Em norma superior: ovóide, fenózigo; sutura coronal e sagital, quase de todo, lambdóide, parcialmente obliterada. Em norma lateral: násio pouco profundo; glabela quase cheia; fronte baixa, inclinada, em leve depressão; fracamente lofocéfalo; arco sagital, quase, regular; ínio levemente deprimido. Em norma posterior: domiforme, em declive suave; occipital alto; linhas da nuca, muito suaves. Em norma inferior: crista occipitalis, quase, apagada; apófises mastóides e côndilos regulares; forámen magnum ovóide, 33 x 28 mm; paladar muito profundo, arco dental simétrico; espaços interdentários entre incisivos e caninos. Em norma anterior: fronte de largura regular; crista fronto-temporal suave, mas comprida; arcadas superciliares bastante salientes; suturas nasomaxilares em sulco acentuado; malares não muito salientes; órbitas quadrangulares.

Na mandíbula faltam os pré-molares, os dois primeiros molares direitos, os incisivos e o segundo molar esquerdos. Os alvéolos dos dentes perdidos, ainda não estão de todo obliterados. O desgaste dos dentes, atingiu as gengivas; o recúo da mandíbula acentuado, em vias de rejeitar todos os dentes; os ramos ascendentes, largos e pouco altos; apófises condilóide e coronóide regulares. No ângulo da mandíbula, os dois ramos ascendentes são torcidos para dentro, apresentando tuberositas massetericae e pterigóidea em rebordos acentuados.

Caveira n.º 11. Esta caveira foi encontrada sem mandíbula; a poucos centímetros de um pedaço de cerâmica. O esqueleto havia sido destruido pelos operários da Base, na exploração da areia. Trata-se de uma caveira pesada e maciça, de um indivíduo do sexo masculino, em idade madura. O estado de conservação é ótimo, mas os dentes foram reduzidos à petição de miséria pelo desgaste, que atinge as raízes de muitos dêles e provocou a queda da metade. Do lado direito existem, ainda, os primeiros molares e o segundo pré-molar; no lado esquerdo todos os molares e pré-molares. O maxilar apresenta um recúo acentuado. O primeiro molar esquerdo apresenta um desgaste lateral externo, âue atinge a raiz (= biselamento); porque já "in vivo", estava solto e des-

locado para dentro. Os alvéolos dos dentes perdidos, ainda não estão obliterados. Em norma superior, apresenta-se ovóide e fenózigo. Nas suturas não se verifica, ainda, obliteração alguma. A sutura coronal e sagital são simples; a lamdóide é muito ramificada. Em norma lateral: nariz fortemente arqueado; násio profundo; glabela cheia; fronte baixa, fugida, curva sagital regular, ovóide; ínio saliente; crista fronto-temporal em aresta viva e prolongada até a sutura coronal. Em norma posterior perfil domiforme, em declive suave. No encontro da sutura sagital com a lambdóide, apresenta um osso wormiano de 30 x 23 mm. deslocado para a direita. As linhas da nuca são muito acentuadas. Em norma inferior: crista occipital quase apagada; apófises mastóides e côndilos muito desenvolvidas; foramen magnum grande, alongado, 40 x 36 mm. Em norma anterior: face alargada com malares salientes; órbitas grandes, quadrangulares; arcadas superciliares salientes; fronte bastante larga.

Crânio n.º 12. De indivíduo feminino, em idade adulta. Faltam fragmentos da base do crânio, do maxilar superior e partes adjacentes. Os dentes do maxilar superior foram perdidos em vida, achando-se os alvéolos, na sua maior parte já obliterados e o maxilar recuado de maneira deformante. Em norma superior: perfil ovóide, fracamente fenózigo. As suturas, ainda abertas; a coronal de configuração simples, a sagital e a lambdóide, algo dentadas. Em norma lateral: glabela mui pouco saliente, fronte baixa, inclinada, fracamente deprimida; curva sagital, com algumas depressões e elevações fracas; ínio áspero e rugoso, um pouco deprimido; ptério em H. Em norma posterior: domiforme, em declive forte; occipital alto; linhas da nuca, para indivíduo feminino, muito fortes. Em norma inferior: uma apófise mastóide e um côndilo de proporções reduzidas, os outros perdidos; o resto prejudicado. Em norma anterior: cara alargada; órbitas muito grandes quadrangulares, quase quadradas; arcadas superciliares salientes, fronte larga, crista fronto-temporal suave.

Dentro da órbita esquerda, na parte superior, apresenta uma perfuração perfeitamente circular, feita "post mortem", porque não se observa reconstituição óssea alguma, de aproximadamente 1 cm. de diâmetro.

A mandíbula possui, ainda, grande parte dos dentes, faltando, apenas, os incisivos, o segundo pré-molar e o dente do siso esquerdo. O desgaste dos dentes é extremo, atingindo em muitos dêles a própria raiz do dente; devido a isto a mandíbula apresenta recúo muito acentuado, em vias de rejeitar todos os dentes. Os alvéolos dos dentes perdidos, na maioria, estão obliterados. A região infero-anterior do mento é arredondada, com a protuberântia mentalis muito proeminente. Todo o maxilar é muito depauperado e enfraquecido devido ao recúo.

Crânio n.º 13. Crânio, de indivíduo do sexo feminino em idade adulta, em perfeito estado de conservação com a dentadura completa apesar do desgaste grande que atinge as gengivas. Em norma superior: perfil elíptico, fenózigo; suturas todas abertas, simples, com exceção da lambdóide, que apresenta grande número de ossos wormianos pequenos e um maior, de 50 x 50 mm., êste no encontro da sutura sagital com a lambdóide. Em norma lateral: glabela cheia, fundindo-se com as arcadas superciliares; násio muito pouco profundo; fronte fugida; a curva sagital, sofrendo uma forte depressão, no encontro com o osso wormiano; occipúccio protuberante; ínio saliente. Em norma posterior: perfil domiforme, em declive forte; linhas da nuca bastante acentuadas. Em norma inferior: apófises mastóides e côndilos fracos e suaves; forámen magnum pequeno, 34 x 28 mm; ovóide; paladar profundo, arco dental simétrico de forma elítica, com espaços intermediários, não muito grandes. Em norma anterior.: face comprida e estreita; malares pouco salientes; órbitas muito grandes, quase quadradas; arcadas superciliares suaves, fronte estreita.

A mandíbula forte e bem formada, possui, ainda todos os dentes, desgastados até as gengivas e em vias de serem rejeitados. O recúo da mandíbula em começos. A região do gônio é arredondada, um pouco levantada; os ramos ascendentes pouco inclinados; as apófises coronóide e condilóide regulares; a incisura larga e pouco profunda.

*Crânio n*º 14. É o crânio maciço de um homem de idade madura em muito bom estado de conservação, faltando apenas alguns fragmentos ósseos interiores da face. Tem todos os dentes, com exceção do dente de siso superior direito. O desgaste dos dentes é muito grande, deixando, nos dentes dianteiros, o canal do nervo a descoberto, e atingindo em outros a raiz. Em norma superior: elipsóide, fenózigo acentuado. A sutura coronal e lambdóide são simples e, parcialmente, obliteradas. A sutura lambdóide é algo denteada, ainda não obliterada. Em norma lateral: espinha nasal saliente, násio profundo; glabela saliente; fronte inclinada; ínio muito deprimido. Em norma posterior: domiforme arredondado por cima, linhas da nuca pouco acentuadas. Em norma inferior: côndilos robustos, apófises mastóides regulares; forámen magnum grande e piriforme (40 x 35 mm.); paladar profundo, arco dental um tanto irregular. Em norma anterior: fronte estreita, arcos superorbitários e malares salientes, órbitas quadrangulares com chanfradura superorbitária.

A mandíbula robusta, apresenta, ainda, todos os dentes com desgaste, que em alguns dêles já atinge a raíz. Observa-se começo de recúo, com rejeição dos dentes. O mento forma, inferiormente, uma linha reta, de 30 mm. com fraco rebordo. A tuberositas massetericae em rebordo acentuado; o angulus mandibulae, quase re-

to, ramo ascendente largo, apófise condilóide e coronóide, bem desenvolvidas; incisura mandibular estreita e pouco profunda.

Calvaria nº 15. Caixa craneana, recolhida pelos operários da Base, de mulher adulta. Faltam a face, os arcos zigomáticos e um fragmento do temporal esquerdo. Em norma superior: apresenta forma ovóide. As suturas são simples, a lambdóide um pouco ramificada; sem obliteração. Em norma lateral: násio pouco profundo; glabela levemente saliente, confundindo-se com as arcadas superorbitárias; fronte inclinada; curva sagital regular; ínio deprimido. Em norma posterior: domiforme, linhas da nuca medianas. Em norma inferior: apófises mastóides: esquerdo muito baixo, direito mais desenvolvido; forámen magnum elíptico, tamanho regular 35 × 30 mm.

Crânio nº 16. Crânio de homem idoso, em bom estado de conservação; faltam alguns fragmentos ósseos internos da face. No maxilar superior faltam, apenas, 2 incisivos dianteiros; na mandíbula faltam todos os dentes incisivos, os segundos pré-molares e os primeiros molares. O desgaste dos dentes é extremo, atingindo em muitos dêles a raiz do dente. Em norma superior: elipsóide, acentuadamente fenózigo. A sutura coronal, quase tôda obliterada, as outras, parcialmente, obliteradas.

Em norma lateral: spina nasalis saliente; násio pouco profundo; glabela cheia; fronte inclinada; occipúcio achatado; ínio cheio. Linha fronto-temporal em aresta viva. Em norma posterior: domiforme, teto em declive muito suave, as linhas da nuca fraca, crista occipitalis forte. Em norma inferior: crista occipitalis em aresta viva, apófises mastóides robustas; côndilos desenvolvidos, forámen magnum em forma de amêndoa (37 x 35 mm.), tamanho regular; palatino profundo, arco dental elíptico. Em norma anterior: rosto largo; arcadas superorbitárias robustas; malares salientes; processus zigomaticus maxillae forte em unha; órbitas quadrangulares, não muito grandes, 40 x 35 mm., com forámen superorbitário.

A mandíbula apresenta um desgaste extremo, atingindo a raiz nos poucos dentes que restam, em vias de rejeitar todos os dentes, afora os dentes de siso, menos desgastados. Os alvéolos dos dentes rejeitados, estão quase de todo, obliterados e o corpus mandibulae, num estado de recúo deformante. Apenas os ramos ascendentes manifestam, pela sua largura, o calibre original; o angulus mandibulae é quase reto; a incisura mandibulae profunda.

Crânio nº 17. Crânio pesado e maciço de um homem, em idade madura, em ótimo estado de conservação, faltando, apenas, alguns fragmentos ósseos internos da face e da base do crâneo. O maxilar superior tem todos os dentes, na mandíbula faltam os incisivos, dianteiros, o canino e o primerio pré-molar esquerdo. O desgaste dos dentes é grande, atingindo a gengiva e pondo a des-

coberto o canal do nervo. Em norma superior, apresenta-se elipsóide, fenózigo acentuado. A sutura coronal é simples, em parte obliterada, a sagital e lambdóide algo ramificadas em vias de obliteração. Em norma lateral: spina nasal saliente; násio profundo; glabela algo deprimida; fronte comprida, menos fugida; curva sagital irregular, com depressão no comêço e na região terminal da sutura sagital; francamente lofocéfalo; ínio pouco saliente. Em norma posterior: domiforme, teto em declive acentuado, com occipital alto, linhas da nuca fracas. Em norma inferior: crista occipitalis fraca; côndilos desenvolvidos e apófises mastóides robustas, a direita mais do que a esquerda; forámen magnum pequeno, alongado (34 x 28 mm.). Paladar profundo; arco dental irregular, quase reto na frente. Em norma anterior, apresenta os dentes incisivos e pré-molares direitos mais desgastados, que os esquerdos, resultando daí a impressão de um rosto assimétrico; os molares salientes; os órbitas muito largas com chanfradura superorbitária; as arcadas superorbitárias robustas e salientes; fronte não muito larga; linha fronto-temporal em aresta, não muito acentuada.

A mandíbula, apesar do grande desgaste dos dentes e de sinais evidentes de recúo e rejeição dos dentes, apresenta-se ainda robusta e larga. A parte antero-inferior do mento, apresenta uma linha reta de 35 mm., com o rebordo característico, não muito acentuado. Os ramos ascendentes são robustos e largos; o angulus mandibulae quase reto; as apófises coronóides inclinadas para fora.

Crânio nº 18. É um crânio leve e delicado de indivíduo feminino em idade adulta, em muito bom estado de conservação, faltando, apenas, um fragmento do arco zigomático e dos ossos interiores do nariz. Possui todos os dentes. O desgaste dos dentes é bem acentuado, atingindo em alguns a gengiva. Em norma superior é oval fenózigo. As suturas tôdas abertas, apresentam-se pouco ramificadas. Em norma lateral, apresenta spina nasal saliente, násio pouco profundo; glabela levemente saliente; fronte muito pouco inclinada; arco sagital regular; ínio deprimido. Em norma posterior: domiforme, com occipital muito desenvolvido, linhas da nuca suaves. Em norma inferior: côndilos regulares; apófises mastóides pequenas, a direita quase desaparece; forámen magnum pequeno, 34 x 29 mm; pouco alongado; palatino profundo; arco dental simétrico; elipsóide. Em norma anterior: rosto alargado, malares salientes, arcadas superorbitárias, quase, apagadas; fronte suave, não muito larga; órbitas quadrangulares não muito grandes, 40 x 34 mm.

A mandíbula é robusta e simétrica, o recúo é insignificante, os dentes todos presentes; alguns já desgastados até a gengiva; os dentes do siso, ainda não de todo alisados pelo desgaste. A parte inferior do mento, apresenta uma reta de 30 mm, com fraco re-

bordo. O ramo ascendente é largo, não muito alto; o angulus mandibulae é quase reto.

Crânio nº 19. Crânio de indivíduo do sexo masculino, em idade madura. O crânio parcialmente fraturado, foi reconstituído, vindo a faltar alguns fragmentos ósseos da base e do interior da face, bem como um fragmento do arco zigomático esquerdo. No maxilar superior, faltam os dois incisivos e o segundo pré-molar direito e o primeiro pré-molar esquerdo. Na mandíbula faltam o dente do siso direito, os dois incisivos médios e o primeiro pré-molar esquerdo. O desgaste dos dentes é muito grande, atingindo em muitos dêles a raiz. Os alvéolos dos dentes perdidos, ainda não estão obliterados. Em norma superior, tende para a forma ovóide; é francamente fenózigo. As suturas tem configuração simples; a coronal e lambdóide estão abertas; a sagital está, parcialmente, obliterada.

Em norma lateral, apresenta o násio não muito aprofundado; a glabela cheia; a fronte fugida, a curva sagital regular; ínio bem saliente. Em norma posterior: occipital bem desenvolvido; perfil fracamente domiforme. Em norma inferior: côndilos e apófises mastóides, tamanho regular; forámen magnum, anteriormente fraturado, posteriormente em ângulo reto; paladar profundo; o arco dental regular.

Em norma anterior: cara alargada, com molares bem salientes; arcadas super-orbitárias altas; linha fronto-temporal, pouco acentuada; órbitas grandes, quadrangulares, com forámen supra-orbitário.

A mandíbula é maciça e robusta. O desgaste dos dentes, nos molares, eliminou parte da raiz; apesar disto o recúo é relativamente fraco. A região do gônio apresenta, apenas, fracos indícios de rebordo; inferiormente, porém, os ossos do mento são espessos e fortes e apresentam um sulco original transversal, de tuberculum a tuberculum mentale. Os ramos ascendentes são largos, não muito altos, a tuberositas massetericae forte. A apófise coronóide é larga e pouco aguda; a incisura mandibulae estreita; o angulus mandibulae, quase reto.

Crâneo n.º 20. De indivíduo do sexo feminino em idade madura. A caixa craniana é bem conservada, fraturou-se, porém, a face pelas órbitas, perdendo-se o arco zigomático. No maxilar superior faltam os dentes do siso, os incisivos e o segundo molar direito. Os alvéolos dos dentes perdidos estão todos abertos. O desgaste dos dentes é extremo atingindo em muitos dêles a raiz e deixando, em outros, aberto o canal do nervo. Em norma superior: ovóide; as suturas de configuração simples, a coronal quase toda obliterada, as outras em vias de obliteração. Em norma lateral: násio muito pouco profundo; glabela um pouco saliente; fronte não muito inclinada; curva sagital regular, ínio quase pla-

no. Em norma posterior: domiforme, com occipital desenvolvido e alto; linhas da nuca, muito fracas. Em norma inferior: côndilos e apófises mastóides fracas; forámen magnum pequeno, quase circular (30 x 30 mm.). Em norma anterior: arcadas superorbitárias, muito suaves; fronte, relativamente, estreita.

Do ramo direito da mandíbula, existe tão sòmente pequeno fragmentos com os dentes incisivos; no ramo esquerdo, faltam todos os dentes exceto os incisivos e o canino, todos muito desgastados. Os alvéolos dos dentes caídos, estão, na maioria, obliterados e o recúo do maxilar, é deformante. O gônio é elevado; o ramo ascendente largo e pouco espêsso, o angulus mandibulae reto.

Crânio nº 21. De indivíduo do sexo feminino em idade adulta. O crânio fraturado foi reconstituido. O maxilar superior, imperfeitamente reconstituido, apresenta um desgaste dos dentes, que não atinge a gengiva. Em norma superior forma ovóide. As suturas são simples; a coronal fraturada, parece ter sido, parcialmente, obliterada; a sagital e lambdoide são abertas. Em norma lateral apresenta: glabela cheia; fronte arredondada; curva sagital regular; ínio saliente. Em norma posterior: domiforme, occipúcio protuberante, as linhas da nuca confusas. Em norma inferior: côndilos e apófises mastóides pequenas, o resto prejudicado.

Na mandíbula faltam os dois incisivos esquerdos; o canino e os pré-molares. Os alvéolos dos dentes perdidos estão obliterados. O desgaste dos dentes, na mandíbula, é muito mais acentuado do que no maxilar superior, atingindo, em alguns, já a raiz.

A mandíbula apresenta um recúo tão grande, rejeitando os dentes. Os ossos da região antero-inferior do mento, apresentam-se espessos, com a parte anterior alargada e arredondada. Os ramos ascendentes, são largos e baixos; faltam as apófises condilóides; das coronóides resta a direita, que é baixa.

MEDIDAS CRANIANAS

Na medição do crânios seguimos os seguintes critérios.

1. *A orientação do crânio*, para qualquer medida ou fotografia, foi feita de acôrdo com a linha de Frankfurt, em que o ponto mais baixo da órbita (orbital) e o bordo superior do orifício auricular (pório), ficam em um mesmo plano horizontal.
2. Comprimento máximo do crânio: da glabela ao opistocrânio.
3. Largura máxima do crânio: de êurio a êurio.
4. Altura total do crânio: do básio ao bregma.

5. Altura parcial da face: do próstio ao násio.
6. Largura da face: de zígio a zígio.
7. Altura auricular: do pório ao ponto mais alto do crânio, colocado na linha de Frankfurt.
8. Curva horizontal: pela glabela e opisto-crânio.
9. Curva sagital: do násio ao opístio.
10. Altura total da face: do násio ao gnatio.
11. Largura da órbita: do maxilo-frontal ao ecto-cônquio.
12. Altura da órbita: linha perpendicular à precedente.

13. Índice craniano: $\frac{\text{largura} \times 100}{\text{comprimento}}$

14. Índice vertical $\frac{\text{altura do crânio} \times 100}{\text{comprimento}}$

15. Índice facial parcial $\frac{\text{altura parcial} \times 100}{\text{largura}}$

16. Índice facial total $\frac{\text{altura total} \times 100}{\text{largura}}$

17. Comprimento da mandíbula: do pogônio à base da linha vertical posterior do ramo ascendente.
18. Largura da mandíbula: de gônio a gônio.
19. Altura do ramo ascendente: do gônio ao ponto mais alto do côndilo.

As unidades de medida linear são expressas em milímetros e as unidades ponderais em gramas.

A medição da altura da face e índices derivados, são prejudicados pelo desgaste dos dentes.

CAIXA CRANIANA

Capacidade craniana

Crânio nº	4m	17m	12f	19m	5m	11m	16m	20f	1m	8f
	1455	1425	1400	1358	1350	1335	1325	1325	1320	1320
nº	6m	10f	14m	21f	15f	2f	3f	18f	13f	9f
	1305	1300	1300	1255	1225	1180	1180	1175	1150	1145
						Homens: 9 Mulheres: 11			Média: 1291,4	

Pêso do Crânio

Crânio nº	6m	17m	4m	14m	11m	5m	1m	12f	13f	19m	2f	9f
	770	694	691	667	650	591	585	580	580	553	525	498
nº	16m	3f	8f	18f	10f	20f	7mi					
	485	463	461	439	438	410	330					

Comprimento máximo

Crânio nº	6m	11m	17m	1m	13f	19m	5m	14m	2f	8f	12f	3f
	188	185	183	182	182	182	181	181	180	180	180	178
nº	10f	15f	4m	16m	21f	9f	20f	18f	7m inf			
	178	177	175	173	172	170	170	162	150			

Largura máxima

Crânio nº	4m	12f	1m	16m	5m	14m	11m	13f	20f	10f	15f	17m
	149	145	142	142	141	141	140	140	140	139	139	139
nº	19m	3f	9f	21f	6m	2f	7m inf	8f	18f			
	138	137	136	136	134	132	132	132	131			

Altura total

Crânio nº	5m	17m	4m	6m	12f	8f	11m	21f	14m	20f	9f	13f
	145	144	142	142	142	141	141	140	138	137	137	136
nº	18f	10f	15f	16m	3f	19m						
	135	132	132	132	130	120						

Altura auricular

Crânio nº												
	17m	4m	12f	13f	18f	10f	8f	19m	5m	11m	3f	1m
	136	128	128	126	125	120	120	120	115	118	117	116
nº	9f	2f	14m	6m	7mi							
	114	113	113	106	106							

Curva horizontal

Crânio nº												
	1m	4m	12f	11m	6m	10f	5m	19m	17m	8f	14m	13f
	523	525	515	510	510	498	505	502	518	503	503	500
nº	16m	3f	20f	2f	21f	9f	18f	7mi				
	500	491	501	498	510	478	472	469				

Curva sagital

Crânio nº												
	12f	5m	17m	10f	6m	4m	11m	21f	8f	15f	20f	14m
	393	384	380	376	374	372	372	371	369	368	367	366
nº	13f	19m	3f	9f	16m	7mi	18f	2f				
	364	360	358	353	348	336	347	278				

índice craniano

Crânio nº	4m	20f	21f	16m	18f	12f	9f	15f	5m
	85,20	82,35	82,35	82,08	80,86	80,55	80,00	78,53	77,90
nº	14m	1m	3f	13f	19m	11m	17m	8f	2f
	77,90	77,59	76,96	76,92	75,82	75,67	75,13	74,44	73,33
nº	6m								
	71,27								
								Média:	78,15

índice vertical

Crânio nº	18f	4m	20f	21f	9f	5m	12f	8f	17m
	83,33	81,14	80,58	80,58	80,58	80,11	78,88	78,33	77,83
nº	16m	14m	6m	13f	15f	3f			
	76,30	76,24	75,53	74,72	74,57	73,03			
								Média:	78,11

FACE

Altura parcial da face

Crânio nº	6m	1m	13f	16m	5m	17m	4m	11m	10f	14m	18f	9f	19m	7m	2f
	82	80	80	80	78	73	72	72	72	72	72	70	69	59	57

Largura da face

Crânio nº	4m	1m	19m	17m	11m	14m	2f	5m	6m	8f	10f	16m	3f
	148	147	145	143	141	141	140	140	140	139	138	138	135
nº	12f	9f	18f	13f	7mi								
	135	133	132	130	119								

Altura total da face

Crânio nº	5m	6m	14m	17m	16m	19m	13f	18f	10f	9f	7mi	
	129	129	126	123	122	115	113	112	112	112	92	

índice facial parcial

Crânio nº	13f	6m	16m	11m	5m	18f	1m	9f	14m
	61,53	58,57	57,97	56,02	55,71	54,54	54,42	52,63	51,06
nº	17m	7mi	4m	19m	2f				
	51,04	49,57	48,64	47,58	40,71				
								Média: 55,71	

índice facial total

Crânio nº	1m	5m	6m	14m	16m	17m	18f	9f	8f
	93,19	92,14	92,14	89,36	88,40	86,01	84,84	84,21	83,19
								Média: 87,16	

ÓRBITAS

Altura

Crânio nº	6m	13f	11m	8f	3f	12f	2f	5m	10f	4m	14m	16m	17m	18f	7mi
	40	40	39	38	37	37	36	36	36	36	35	35	34	34	34
nº	19m	1m													
	32	30													

Largura

Crânio nº	17m	1m	14m	13f	11m	19m	3f	4m	6m	10f	16m	18f	8f	12f	7mi	2f
	45	44	43	42	42	41	40	40	40	40	40	40	39	39	37	36
nº	5m															
	36															

MANDÍBULA

Comprimento

Crânio nº	1m	4m	5m	6m	19m	17m	8f	12f	13f	10f	2f	21f	16m	3f	14m
	99	99	97	97	96	96	95	93	92	91	91	89	89	87	87
nº	20f	18f	9f	7mi											
	87	85	85	73											

Largura

Crânio nº	6m	19m	4m	1m	5m	16m	12f	21f	8f	9f	14m	10f	2f
	118	108	105	105	103	102	100	100	98	97,5	97	96	93
nº	7mi	3f	13f										
	91	89	83										

Altura do ramo ascendente

Crânio nº	1m	14m	4m	6m	17m	9f	16m	8f	20f	12f	18f	13f	5m	19m	3f
	79	78	78	77	76	75	74	72	70	69	68	67	65	65	64
nº	2f	7mi	10f												
	60	53	52												

Largura máxima do ramo ascendente

Crânio nº	13f	20f	8f	5m	1m	3f	19m	12f	2f	4m	10f	17m	14m	16m	18f
	51	50	50	49	49	48	48	47	47	46	46	46	44	44	43
nº	7mi	6m	9f												
	43	43	41												

Largura mínima do ramo ascendente

Crânio nº	19m	17m	5m	4m	13f	16m	12f	10f	6m	14m	21f	20f	1m	18f	9f
	42	41	41	40	40	40	39	39	39	38	38	37	37	35	35
nº	7mi	2f	3f	8f											
	35	34	34	35											

Pêso da mandíbula

Crânio nº	1m	4m	19m	14m	5m	6m	17m	9f	18f	13f	16m	10f	7mi	12f	2f
	123	112	109	91	90	90	84	76	75	71	68	58	57	54	52
nº	8f	3f													
	48	44													

A capacidade craniana medida em 9 homens e 11 mulheres nos apresenta os seguintes resultados concretos: Classificação segundo Flover e Turner.

MICROCÉFALOS (Com capacidade craniana inferior a 1350 cm3) 75%

5 crânios masculinos e
10 crânios femininos.

MESOCÉFALOS (Com capacidade craniana de 1350 — 1450 cm3) 20%

3 crânios masculinos e
1 crânio feminino.

MACROCÉFALOS (Com capacidade de 1450 mais ou menos) 5%

1 crânio masculino.

A média um tanto baixa das capacidades cranianas, em parte é decorrente do número predominante de indivíduos femininos, que, via de regra, apresentam capacidade média 150 cm3, mais baixa que os homens.

Pelos índices cranianos se nos apresentam

DOLICOCÉFALOS (índice craniano 70 — 74,99) 15,78%

1 crânio masculino e
2 crânios femininos.

SUBDOLICOCÉFALOS (índice craniano 75 — 77,76) 31,57%

4 crânios masculinos e
2 crânios femininos.

MESATICÉFALOS (índice craniano 77,77 a 79,99) 15,78%

2 crânios masculinos e
1 crânio feminino.

SUBRAQUICÉFALOS (índice craniano 80 — 83,32) 31,57%

1 crânio masculino e
5 crânios femininos.

BRAQUICÉFALOS (índice craniano de 83,33 — 84,99) 0%

Nenhum.

HIPERBRAQUICÉFALOS (índice craniano de 85 — 89,99) 5,26%

1 crânio masculino.

Os índices verticais nos fornecem os seguintes aspectos:

ORTOCRANOS (índice vertical entre 70 e 74,9) 20%

MESOPROSOPOS — (índice facial total entre 85 — 89,9) 33,33%

3 crânios masculinos.

Nenhum.

ORTOCRANOS (índice vertical entre 70 e 74,9) 20%

3 crânios femininos.

HIPSICRANOS (índice vertical acima de 74,9) 80%

6 crânios masculinos e
6 crânios femininos.

Os índices faciais são grandemente prejudicados pelo desgaste dos dentes e recúo dos maxilares, que reduzem, em muitos casos, sensivelmente, a altura da face. Além disto escasso número de crânios está em condições de permitir a medição da altura e largura da face.

O índice facial total determinado em 9 indivíduos deu o seguinte resultado:

EURIPRÓSOPOS (índice facial total entre 80 — 84,9) 33,33%

1 crânio masc., 2 crânios fem.

MESOPRÓSOPOS (índice facial total entre 85 — 89,9) 33,33%

3 crâncos masculinos.

LEPTOPRÓSOPOS (índice facial total entre 90 — 94,9) 33,33%

3 crânios masculinos.

Índice facial parcial segundo Kollmann, medido em 14 indivíduos dá como resultado:

HIPEREURIENOS (índice facial parcial inferior a 44,9) 7,14%

1 crânio feminino.

EURIENOS (índice facial parcial 45 — 49,9) 21,42%

3 crânios masculinos.

MESENOS (índice facial parcial de 50 — 54,9) 35,71%

3 crânios masculinos e
2 crânios femininos.

LEPTENOS (índice facial parcial 55 — 59) 28,57%

4 crânios masculinos.

HIPERLEPTENOS (índice facial parcial 60 ou mais) 7,14%

1 crânio feminino.

B. *AMULETOS, COLARES E OUTROS UTENSILIOS DE ORIGEM ORGÂNICA*

1. *Amuleto de pedra,* encontrado junto do esqueleto da criança de crânio nº 7. Consta de uma pedrinha lisa de quatzito branco, de forma triangular, de ângulos arredondados, imitando com bastante perfeição a cabeça de um peixinho. O comprimento máximo é de 21 mm.; a largura máxima de 15 mm. e a espessura máxima de 9 mm. num dos ângulos, diminuindo em espessura até, apenas, 3,5 mm. No ângulo de menos espessura, apresenta um furo de 4 mm. de diâmetro, formado por dois troncos de cone, opostos pelo vértice. O artífice, evidentemente, furou, primeiramente de um e depois do outro lado, até encontrar o furo do lado oposto. A borda do ângulo, que fica vizinho ao furo, apresenta uma coloração ferruginosa, provocada por aquecimento da jóia. Pêso: 1,55 g.

2. *Amuleto de concha,* encontrado junto do esquelto do crânio nº 1. Consta de um fragmento de concha, sem brilho, e em tal estado de decomposição, que deixa nas mãos um risco branco de giz. As bordas são lisas, arredondadas e a forma oblonga. O comprimento é de 34 mm.; a largura máxima de 14 mm. e a espessura máxima de 8 mm.

Como o amuleto de pedra, apresenta, a um terço do eixo maior, um furo cônico, formado por dois orifícios cônicos, opostos pelo vértice e praticados de um e de outro lado, até se encontrarem. Pêso: 4,95 g.

3. *Amuleto de dente de cação,* de forma triangular, superfície brilhante e duas bordas serrilhadas, não artificialmente. A borda de fixação forma uma linha quebrada e apresenta três facetas alisadas. Nas duas facetas opostas foram praticados dois furos normais de 3,5 mm. de diâmetro e distanciados entre si de 7 mm.

Pêso: 4,1 g.; comprimento: 42 mm.; largura: 29 mm.; espessura máxima: 6 mm.

4. *Amuleto de dente de cação,* encontrado junto do esqueleto (úmero) de uma criança. A forma é triangular, a superfície brilhante, duas bordas são serrilhadas, não artificialmente. A borda de fixação, forma uma linha curva e apresenta duas facetas opostas alisadas. Nestas facetas foram praticados dois furos normais, destinados à suspensão da peça, tendo aproximadamente 3 mm. de diâmetro e distanciados entre si de 6 mm.

Comprimento: 28 mm.; largura: 24 mm.; espessura máxima: 4 mm.

5. *Amuleto de dente de jaguar* (*Felis onza*), constando da prêsa, i.é, do dente canino do jaguar de raiz ôca, apresentando a ponta da raiz alisada. A meio cm. da ponta da raiz, de ambos os lados do dente, foi praticado um furo de 5 mm. de diâmetro externo, estreitando-se para o interior, até encontrar o canal longitudinal do dente, regulando o diâmetro interno do furo, ainda, em 3 mm. junto do canal. A abertura do canal longitudinal, é irregular de 5 mm. de diâmetro máximo, por 4 mm. de diâmetro mínimo.

Comprimento: 73 mm.; largura: 20 mm.; espessura máxima: 12 mm.; pêso: 15,15 g.

6. *Amuleto de concha*, constando de um fragmento de concha de brilho nacarado, mas já em tal estado de decomposição, que deixa nas mãos abudante risco branco de giz. Na borda semi-circular, apresenta dois furos de diâmetro irregular, distanciados entre si de 15 mm.

Comprimento: 50 mm.; largura máxima: 25 mm.; pêso: 3,3 g.

7. *Amuleto de concha*, constando de concha de brilho nacarado, em estado de franca decomposição, deixando risco branco de giz nas mãos. Tem forma oval-concoidal, apresentando na periferia, três falhas, provocadas por lascamento casual. Próximo à parte mais espessa da valva, apresenta 3 furos de diâmetro quase regular de, aproximadamente, 6 mm. e um quarto orifício, um pouco maior, de diâmetro irregular, quase no centro da concha.

Comprimento: 110 mm.; largura máxima: 70 mm.; espessura máxima: 3 mm.; pêso: 20,6 g.

8. *Colar de conchas*, encontrado junto do esqueleto do crânio nº 11. Consta de sete conchas de forma quase cônica (caramujos) tôdas da mesma família Conus spurius (Gmelin) e furadas na ponta do caracol. A peça maior do colar tem 40 mm. de comprimento por 23 mm. de diâmetro máximo, enquanto a peça menor possui apenas 24 mm. de comprimento por 13 mm. de diâmetro máximo. Não encontramos exemplar algum desta espécie de caracol, a não ser fazendo parte de colares. É óbvio que não houvesse elo de ligação entre as diversas peças do colar; porque o barbante (embira) que ligava os caramujos em colar não podia resistir à ação destruidora dos séculos.

9. *Colar de conchas*, encontrado junto do esqueleto, de uma criança, muito esmagado e decomposto. Consta de 41 caramujinhos de forma ovóide, todos da mesma família e todos furados no vértice. O comprimento das conchinhas oscila entre 8 a 10 mm. e o diâmetro de 4 a 5 mm.

10. *Colar de conchas*, encontrado junto do esqueleto, muito esmagado, de uma criança. Consta de 230 caramujinhos de forma ovóide da mesma família como os caramujos do colar descrito sob o número 9. Neste colar havia ainda um caramujo de forma cônica da mesma família, como aquêles, descritos no colar nº 7, bem como um fragmento de concha com dois furos da mesma família, como os amuletos descritos sob os números 5 e 6 e mais 5 discos de conchas furados no meio. O diâmetro dos discos é de, aproximadamente, 15 mm. e o diâmetro do furo de 25 mm. A valva de concha e os discos de concha estão em estado de franca decomposição, deixando abundante risco de giz nas mãos. Havia no colar número maior de discos de concha, mas em estado tão adiantado de decomposição, que se esfarelavam ao contato da mão.

Os discos quando limpos apresentam um brilho nacarado.

11. *Colar de conchas e de dentes de cação*, encontrado e fotografado junto do esqueleto bastante conservado de uma criança, retirado em 27/11/58. Consta de 3 valvas de conchas grandes, que apresentavam, cada qual, dois furos e grande número de rodelas de conchas, semelhantes às descritas no número anterior. Uma das conchas grandes foi esmagada pelos assistentes curiosos e as outras duas fraturaram-se muito ao serem retiradas e no transporte. Tanto as rodelas como as conchas grandes estavam em adiantado estado de decomposição. Devido a isso, certo número de rodelas do colar, se perderam. Conseguimos salvar assim mesmo 25 rodelas, mais ou menos perfeitas e outras tantas fragmentadas. Faziam parte dêste colar, ainda, nove dentes de cação todos êles com dois furos destinados à suspensão. Todos êsses dentes são mais estreitos, do que aquêles descritos nos amuletos nº 3 e 4 e, apenas, 3 dêstes dentes possuem os dois furos conservados; dois dentes possuem, cada qual, um furo conservado e vestígios do segundo furo, nos outros 4 dentes existem apenas, vestígios dos furos de suspensão, tendo desaparecido parte da raiz do dente com o furo, devido à decomposição.

12. *Ponta de flecha feita de osso*, constando de lâmina e pé de encaixe.

a) A lâmina tem 30 mm. de comprimento, por 14 mm. de largura máxima nas farpas. A face inferior é lisa, levemente convexa. A face superior é chanfrada simètricamente, apresentando uma aresta no meio, pelo que resulta uma secção, pràticamente, triangular para a lâmina. As farpas são assimétricas, sendo uma em ângulo reto e a outra em ângulo muito obtuso de 155 graus, dando a impressão de ter sido limada posteriormente. O ápice da lâmina é levemente arredondado.

b) O pé de encaixe, tem 25 mm. de comprimento, por 10 mm. de largura máxima, estreitando um pouco a parte terminal.

As duas faces são alisadas e, levemente, convexas.

Comprimento total: 55 mm.; largura máxima: 14 mm.; pêso: 3,1 g.

Material: osso de mamífero, talvez osso humano.

13. *Ponta de flecha ou furador de osso*, partido longitudinalmente.

É um instrumento de 90 mm. de comprimento por 15 mm. de largura máxima e 5 mm. de espessura, apontado finamente e alisado numa extremidade, apresentando a extremidade oposta à ponta um furo quase circular de 3,5 mm. de diâmetro, destinado à suspensão do objeto. O apontamento é acabado com suavidade, começando o alisamento já a 60 mm. da ponta, que é quase cônica. A face externa não apresenta sinal de alisamento. A face interna é alisada, apenas, na ponta, enquanto os dois lados são alisados e arredondados para a face interna, formando, apenas, com a face externa uma aresta suave. Pêso: 8,4 g; material: osso de mamífero; a nosso ver, a parte posterior, de tíbia humana.

14. *Ponta de flecha*: feito de osso longo de alguma ave, partido longitudinalmente e apontado em ambas as extremidades à guisa de pena de aço. Todas as arestas foram alisadas. A espessura do osso não ultrapassa um milímetro. Comprimento 70 mm. largura máxima: 6 mm., pêso 0,9 g, material: ósseo.

15. *Ponta de flecha* similar à precedente, feita de osso longo de pássaro, partido ao meio e apontado em ambas as extremidades, à guisa de pena de escrever. A face externa apresenta de um lado vestígios nítidos de alisamento por fricção. Uma das pontas está danificada. Comprimento: 64 mm.; largura máxima: 7 mm.; pêso: 0,95 g; material: osso de ave.

16. *Osso humano*, i. é, tíbia da perna direita, cortada transversalmente. O corte foi levado a efeito, por objeto cortante, ao redor de todo o osso, terminando-se a operação por fratura. A parte traseira do osso, acima do corte, apresenta vestígios nítidos de alisamento, numa superfície de 90 mm. de comprimento. O osso estava fincado na terra com a extremidade cortada, para baixo, ao lado de um esqueleto adulto em que faltavam o tronco e os membros superiores, ocupando o esqueleto de uma criança o lugar do osso do tronco do adulto. As tíbias dêsse esqueleto estavam intatas. Fotografado junto com o esqueleto de criança. Comprimento 170 mm.; diâmetro maior: 35 mm.; diâmetro menor: 20 mm.; pêso: 74,9 g.

17. *Fragmento, i. é, parte inferior de chifre de cervo galheiro* (Dorcelaphus dichotomus). Esta espécie de cervo, atualmente já não existe na zona praieira do Estado de Santa Catarina, nem no interior. Comprimento: 110 mm.; diâmetro maior: 40 mm.; diâmetro menor: 20 mm.; diâmetro da corôa inferior: 50 mm.; pêso: 84,5 g.

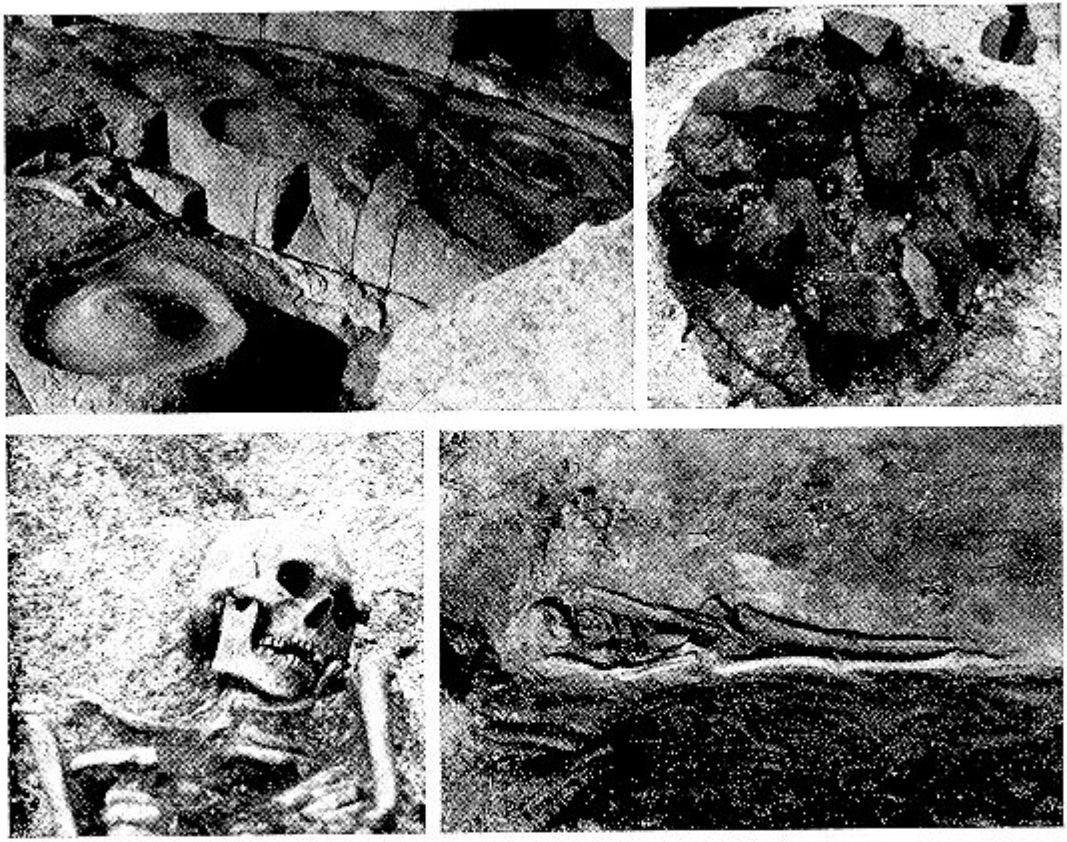


Fig. 3. "Moinhos" ou superficies de alisamento. Fig. 4. Um dos fogões desenterrados. Fig. 5. Pormenor da posição de um esqueleto. Fig. 6. A posição do esqueleto na sepultura.

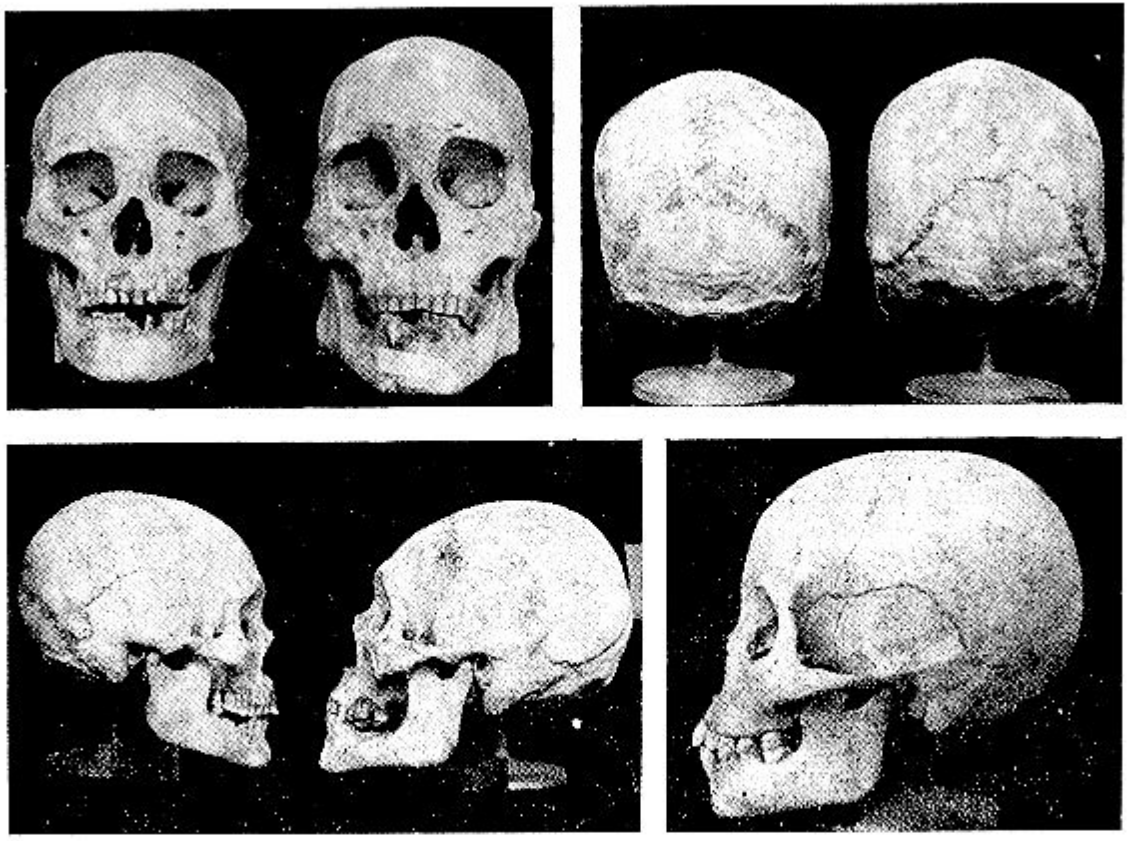


Fig. 7. Crâneo feminino (nr. 6) e masculino (nr. 10) em norma frontal; Fig. 8. Os mesmos em norma occipital; Fig. 9. Em norma lateral. Fig. 10. Crâneo infantil (nr. 7).

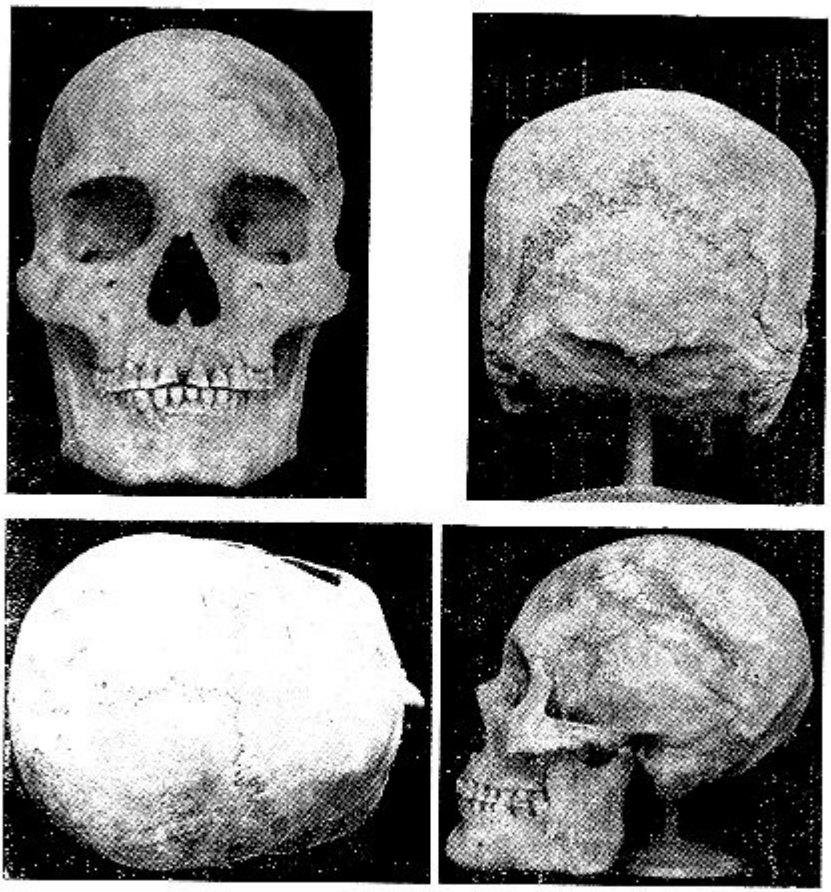


Fig. 11-14. Crâneo masculino (nr. 14), nas diversas normas.

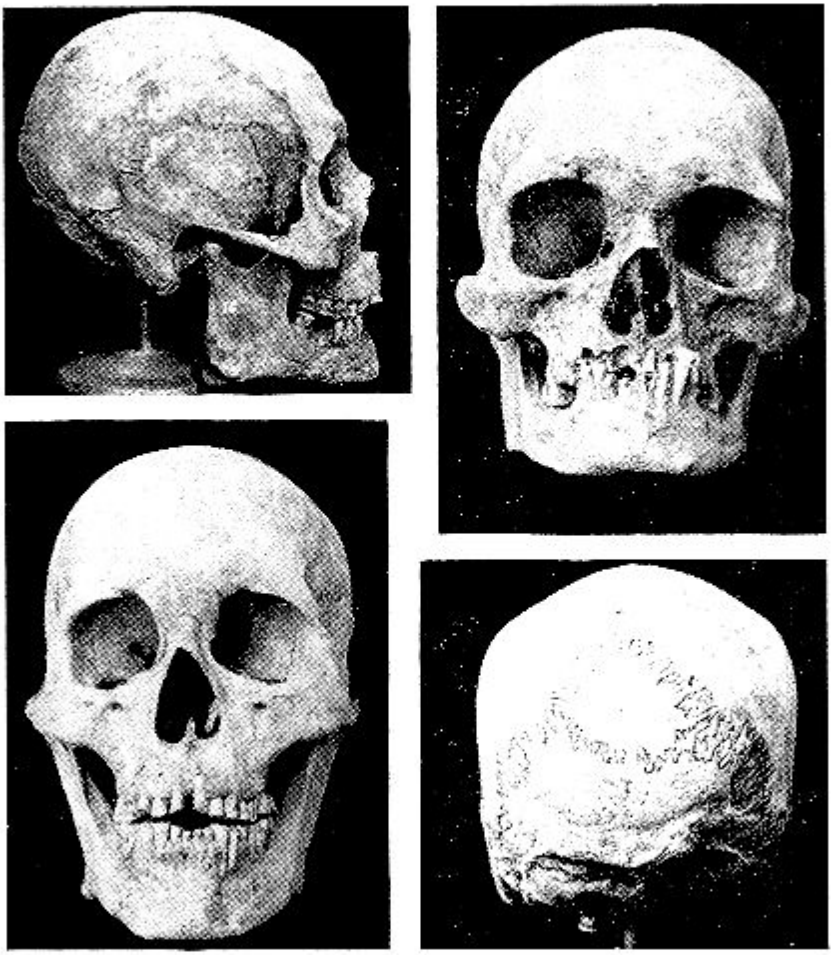


Fig. 15. Cráneo nr. 16; Fig. 16. Cráneo nr. 2; Fig. 17. Cráneo nr. 13; Fig. 18. nr. 16.

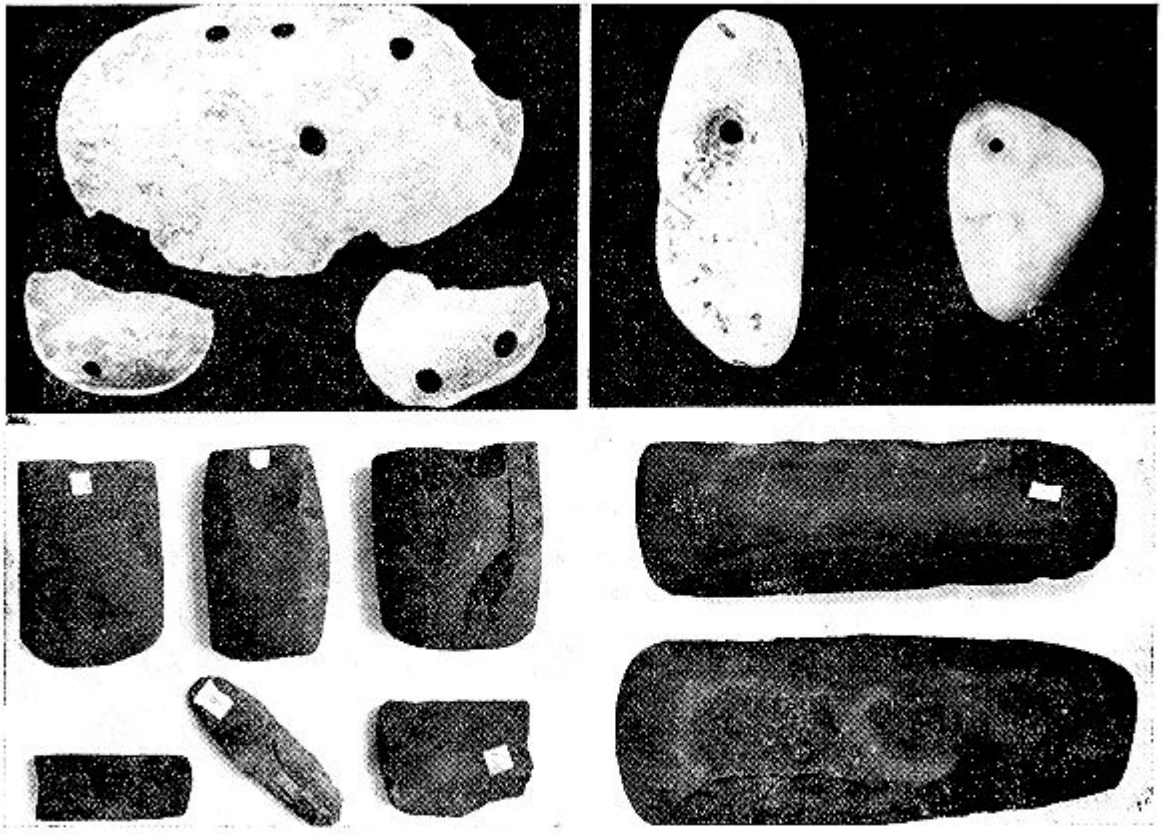


Fig. 19. Conchas perfuradas. Fig. 20. "Amuletos" de pedra. Fig. 21. Machados e material de pedra. Fig. 22. Machados típicos.

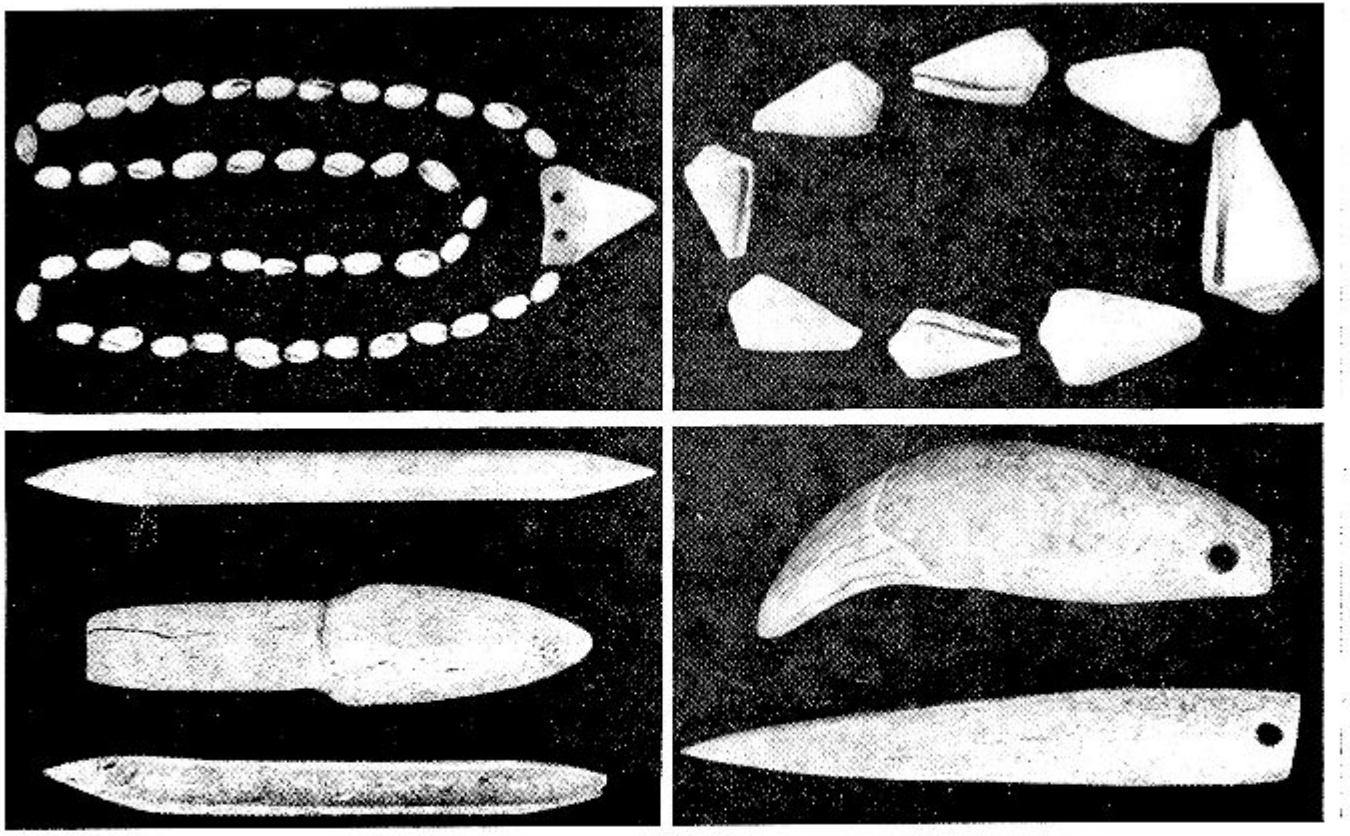


Fig. 23-26. Material de ôsso, dentes e conchas

18. *Raspador e furador*, feito do dente incisivo (presa) do maxilar inferior de porco do mato "queixada". É um dente curvo, cuja face externa forma a secção de uma circunferência de 40 mm. de raio, tendo o arco 55 mm. de comprimento. Consta de raiz e corôa.

A raiz ôca, possui 30 mm. de comprimento e 14 mm. de largura máxima, por 10 mm. de espessura. A corôa do dente foi desgastada, na face interna, por alisamento, até formar um perfeito bico de pássaro, com as duas arestas laterais muito acentuadas e cortantes.

Foram encontrados ao todo 4 dentes similares.

C. *MATERIAL LITICO*

a) TEMBETÁS

Foram encontrados 15 artefatos similares de pedra polida, que na forma lembram pequenas canoas não escavadas, tendo uma face plana e a outra arredondada e abaulada à guisa de fundo de barquinha. 5 peças estão fragmentadas e 10 são inteiras.

1. *Tembetá de pedra* em forma de barquinha de 68 mm. de comprimento e 13 mm. de largura máxima por 8 mm. de espessura máxima na região central. A superfície externa abaulada, apresenta um polimento quase perfeito, tendo as extremidades achatadas, ainda, 4 mm. de largura por 1,5 mm. de espessura. A superfície interna, de polimento menos perfeito, é quase plana, levemente convexa. Material: basalto preto; pêso: 11,35 g.

2. *Tembetá de pedra*, em forma de barquinha, de 60 mm. de comprimento, por 14 mm. de largura máxima e 11 mm. de espessura máxima na parte central. A superfície externa, abaulada, apresenta alisamento um tanto irregular, mas sem vestígios de lascamento inicial. A face interna é levemente abaulada. Uma das pontas achatadas, é levemente prejudicada, por lascamento acidental, possuindo a outra, intata, 5 mm. de largura e 2 mm. de espessura.

Material: basalto preto; pêso: 8,45 g.

3. *Tembetá de pedra*, em forma de canôa, de 65 mm. de comprimento e 13 mm., de largura máxima por 10 mm. de espessura máxima na parte central. A superfície externa de alisamento irregular, apresenta diversas facetas secundárias, irregulares, não restando vestígio de lascamento inicial. A face interna, levemente abaulada e alisada, apresenta na parte central, numa extensão de 20 mm. de comprimento, restos de lascamento inicial de 2 mm. de profundidade. Uma das pontas achatadas, possui 4

mm. de largura por 2 mm. de espessura; a outra mais estreita, possui, apenas, 3 mm. de largura por 2 mm. de espessura.

Material: basalto preto; pêso: 10,55g.

4. *Tembetá de pedra*, não acabado, em forma de barca de 54 mm. de comprimento e 20 mm. de largura e 16 mm. de espessura máxima na parte central. Não aparece vestígio de alisamento em parte alguma da superfície externa ou interna. Tôda a superfície parece trabalhada a martelo. A face externa é fortemente abaulada e a interna é levemente abaulada, quase plana. Uma ponta é obtusamente arredondada, a outra achatada e lascada.

Material: basalto preto; pêso: 22,75g.

5. *Tembetá de pedra*, em forma de canôa, de 55 mm. de comprimento e 30 mm. de largura máxima na parte central por 6 mm. de espessura máxima. A face externa, irregularmente abaulada, é alisada, sem vestígio de lascamento ou martelamento inicial. A face interna é alisada e, pràticamente, plana. As pontas achatadas, possuem 4 mm. de largura por 2 mm. de espessura.

Material: basalto preto; pêso: 4,4g.

6. *Tembetá de pedra* em forma de canôa de 44 mm. de comprimento e 10 mm. de largura máxima por 9 mm. de espessura máxima na região central. A face externa e abaulada é perfeitamente alisada e polida. A face interna, quase plana, também alisada e polida. Uma ponta é prejudicada por um pequeno lascamento; a outra intata, apresenta a largura de 3 mm. por 2 mm. de espessura. As pontas são menos achatadas do que nas peças anteriores.

Material: basalto menos escuro. Pêso: 6,1 g.

7. *Tembetá de pedra*, em forma de canôa, de 43 mm. de comprimento e 13 mm. de largura máxima, por 10 mm. de espessura máxima, na parte central. A face externa abaulada, é alisada, sem vestígios de lascamento. A face interna, quase plana, levemente abaulada, é alisada. As duas pontas foram prejudicadas tendo uma 5 mm. de largura por 2 mm. de espessura e a outra mais prejudicada 6 mm. de largura por 5 mm. de espessura.

Material: basalto preto; pêso: 6,7 g.

8. *Tembetá de pedra* em forma de barquinha, de 43 mm. de comprimento e 14 mm. de largura máxima por 13 mm. de espessura máxima na parte central. A face externa abaulada e arqueada é alisada, sem vestígio de lascamento, áspera, porém, ao tato. A sua periferia forma um arco, quase perfeito de 40 mm. de raio. A face interna, levemente convexa numa extremidade e côncava na outra, devido a um resto da superfície de lascamento inicial, de 2 mm. de profundidade, por 3 mm. de extensão. As pontas achatadas, possuem 4 mm. de largura por 1 mm. de espessura.

Material: basalto preto; pêso: 9,65 g.

9. *Tembetá de pedra* em forma de barquinha, de 52 mm. de comprimento e 11 mm. de largura máxima na parte central por 7 mm. de espessura máxima. A face externa abaulada e alisada, apresenta, na região dorsal, uma extensa zona com restos de superfície de lascamento inicial, apenas, parcialmente alisada. A face interna, levemente abaulada, é alisada, mas sofreu um lascamento acidental profundo e recente, ao ser retirada a peça, causado pela pá do escavador. Êste lascamento estende-se, em parte, também, sôbre a face externa lateralmente. As pontas são achatadas, tendo uma, levemente danificada, 4 mm. de largura por 3 mm. de espessura e a outra intata, 4 mm. de largura por 2 mm. de espessura.

Material: basalto preto; pêso: 6 g.

10. *Fragmento (2/3) de utensílio de pedra,* que inicialmente possuia forma de barquinha, de 32 mm. de comprimento e 14 mm. de largura máxima na parte central por 10 mm. de espessura máxima. Falta, aproximadamente um terço da peça. A face externa, abaulada, é alisada, áspera ao tato, sem vestígios de lascamento. A face interna, levemente convexa, também é alisada. A ponta intata, tem 5 mm. de largura, por 3,5 mm. de espessura. A ponta quebrada, possui 11 mm. de largura, por 8 mm. de espessura.

Material: basalto preto; pêso: 10,35 g.

Foram encontrados outros 4 fragmentos de Tembetá similares aos descritos acima.

b) OUTRO MATERIAL LíTICO COM SINAIS EVIDENTES DE USO

1. *Amolador de instrumentos.* Consta de um pedaço irregular de basalto de aproximadamente 130 mm. de comprimento e outro tanto de largura por 100 mm. de espessura máxima, que apresenta um sulco alisado de 75 mm. de comprimento e 40 mm. de largura por 50 mm. de profundidade. O sulco tem a forma de bôjo de canôa cortado transversalmente. Uma das arestas da peça foi lascada profundamente. Pêso: 1,5 Kg.

2. *Alisador de cerâmica.* Uma lâmina de basalto de 130 mm. de comprimento e 30 mm. de largura por 10 mm. de espessura, de secção losangular, que apresenta tôdas as arestas alisadas. Pêso: 75 g.

Foram encontrados mais 5 artefatos similares.

3. *Abridor de conchas.* É um pequeno utensílio de basalto, que lembra um machado em miniatura, que tivesse um corte

em cada extremidade, de 62 mm. de comprimento e 19 mm. de largura máxima, por 8 mm. de espessura. Uma face é quase plana, alisada numa extremidade, a outra é convexa, parcialmente alisada, particularmente em ambas as extremidades. Ambas as faces apresentam superfície de lascamento lateral. Pêso: 13 g.

Foi encontrado um segundo instrumento similar.

4. *Martelo* de forma roliça, quase cilíndrica de 103 mm. de comprimento e 59 mm. de largura máxima, por 59 mm. de espessura máxima. A superfície é tôda alisada e roliça. As duas cabeças muito gastas e parcialmente lascadas pelo uso como pilão ou martelo.

Material: basalto preto; pêso: 533 g.

5. *Martelo* semelhante ao precedente, apenas, muito mais curto em forma de cilindro achatado de 74 mm. de comprimento e 51 mm. de largura máxima por 33 mm. de espessura máxima. A superfície é menos alisada, apresentando ambas as faces achatadas pequenas cavidades no centro, provocadas pelo uso como quebra-nozes. As extremidades, também, são muito gastas pelo uso como martelo ou pilão.

Material: basalto de côr amarelada, devido à decomposição superficial.

Pêso: 190 g. Foram encontradas na jazida 15 peças de função idêntica, mas de formas variadas.

6. *Quebra-coquinhos* ou quebra-nozes em forma de esfera, achatada nos polos, de 54 mm. de diâmetro máximo e 39 mm. de diâmetro mínimo polar. Ambas as superfícies achatadas, apresentam uma concavidade irregular, provocada pelo uso. A superfície lateral arredondada apresenta também pequenos lascamentos, que, parecem, provocados pelo uso como martelo.

Material: basalto amarelo escuro devido à decomposição superficial. Pêso: 175 g.

7. *Quebra-nozes* quase triangular de basalto amarelo escuro, devido à decomposição superficial, de 122 mm. de comprimento e 74 mm. de largura máxima, por 29 mm. de espessura máxima. Uma das faces apresenta no centro uma cavidade, provocada pelo uso como quebra-nozes.

Pêso: 405 g.

8. *Quebra-nozes*. Utensílio quadrilátero de basalto amarelo escuro devido à decomposição superficial. Um lado fino é arredondado; o lado oposto é arredondado e lascado em um degrau; os outros dois lados são lascados, um quase plano o outro côncavo. No centro de uma das faces existe uma cavidade proveniente do uso como quebra-nozes.

Pêso: 168 g.

Foram encontrados, na jazida, 11 exemplares de quebra-nozes semelhantes, aos descritos acima.

c) MACHADOS DE PEDRA

1. Machado de 195 mm. de comprimento e 70 mm. de largura máxima, quase no meio, estreitando em direção da cabeça, onde possui, 45 mm. de largura, espessura máxima de 30 mm. no meio. O corte é perfeitamente alisado, sendo um pouco danificado pelo uso. As faces, lateralmente, apresentam tôdas as superfícies de lascamento inicial grosseiro. Na parte central tem côr ferruginosa da pedra original não alisada, mas em decomposição superficial. Notam-se, apenas, leves vestígios de alisamento nas faces. Material: basalto preto; pêso: 640 g.

2. Machado de 180 mm. de comprimento e 68 mm. de largura máxima, estreitando um pouco em direção da cabeça, onde possui, ainda, 58 mm. de largura, espessura máxima de 28 mm. O corte é perfeitamente alisado, muito pouco danificado pelo uso. Ambas as faces, lateralmente, apresentam tôdas as superfícies de lascamento inicial grosseiro. Uma das arestas laterais foi alisada. Uma das faces apresenta um polimento longitudinal, praticado com o fim de desgastar uma aresta natural, muito saliente, que se estendia pelo meio da face.

Material: basalto preto; pêso: 460 g.

3. Machado achatado de 133 mm. de comprimento e 80 mm. de largura máxima, estreitando muito pouco em direção da cabeça, onde possui, 75 mm. de largura. Espessura máxima 30 mm. O corte, de um lado, está perfeitamente alisado e polido; do outro lado apresenta, apenas fracos vestígios de alisamento nos cantos, sendo a parte média, profundamente lascada. As faces, de um lado, sofreram lascamento lateral, com vestígios de alisamento da aresta resultante; do outro lado ficaram intatas, resultando um plano lateral, não lascado, nem polido, de côr cinza-escura da pedra original, em decomposição superficial, que se estende sôbre ambas as faces.

Material: basalto escuro; pêso: 565 g.

4. Machado de 115 mm. de comprimento e 75 mm. de largura máxima, estreitando um pouco em direção da cabeça, que possui 70 mm. de largura. Espessura máxima 37 mm. O corte é perfeitamente alisado, um pouco danificado pelo uso. As faces sofreram um alisamento superficial, que deixou abundantes traços do lascamento inicial. Uma face é convexa, a outra quase plana. Material: basalto preto; pêso: 585 g.

5. Machado achatado, de 143 mm. de comprimento e 66 mm. de largura máxima, estreitando muito em direção da cabeça, que possui, apenas, 40 mm. de largura. Espessura máxima 20 mm. O alisamento do corte não é perfeito, apresentando em ambos os lados traços do lascamento inicial. Uma face e um lado, apresentam vestígios de alisamento; o resto das faces, apresenta a

côr amarelo escura da pedra original, em decomposição superficial. O lascamento lateral é insignificante.

Material: basalto escuro; pêso: 230 g.

6. Machado de 126 mm. de comprimento e 51 mm. de largura máxima, estreitando em direção da cabeça, onde possui, ainda, 43 mm. de largura. Espessura máxima 28 mm. O corte é perfeitamente alisado, apresentando, apenas, em um canto, um resto de lascamento inicial. As faces são convexas e polidas, restando poucos traços do lascamento inicial lateral. A cabeça termina em um plano oblíquo, sem lascamento, nem polimento, da côr amarelo-escura da pedra original, em decomposição superficial. E' o machado mais bem polido de tôda a coleção.

Material: basalto escuro; pêso: 295 g.

7. Machado de 120 mm. de comprimento e 61 mm. de largura máxima, estreitando em direção da cabeça, onde possui, ainda 40 mm. de largura. Espessura máxima 24 mm. O corte foi quase totalmente arruinado por um lascamento profundo numa das faces. Ambas as faces apresentam numerosas superfícies de lascamento, com início de alisamento superficial.

Material: basalto escuro; pêso: 265 g.

8. Machado de 123 mm. de comprimento e 90 mm. de largura, estreitando muito pouco em direção da cabeça, onde tem, ainda, 80 mm. de largura. Espessura máxima 30 mm. O corte é perfeitamente alisado e muito pouco danificado pelo uso. Numa das faces, o alisamento, partindo do corte, estende-se ao meio da face, com apenas uma falha, devida ao lascamento mais profundo. A outra metade desta face apresenta três superfícies de lascamento profundo, que partem da cabeça. A outra face é alisada lateralmente, apresentando, de um lado, uma superfície de lascamento profundo e do outro lado, vestígios do lascamento inicial. Nesta face há uma superfície de lascamento profundo, que parte do meio da cabeça e outras, menos profundas, partindo, também, da cabeça. O meio desta face, apresenta uma zona de côr amarelo-escura da pedra original em decomposição superficial, sem lascamento, nem alisamento.

Material: basalto escuro; pêso: 570 g.

9. Machado de 105 mm. de comprimento e 70 mm. de largura máxima, estreitando, muito pouco, em direção da cabeça, de 65 mm. de largura. Espessura máxima 35 mm. O corte está, quase completamente, arruinado por numerosas superfícies de lascamento, dando a impressão de tratar-se de um machado inacabado. As faces convexas e parcialmente alisadas, apresentam, também, grande número de superfícies de lascamento, particularmente de um lado. O outro lado forma um plano oblíquo irregular e polido.

Material: basalto escuro; pêso: 410 g.

10. Machado de 117 mm. de comprimento e 67 mm. de largura, quase uniforme, em todo o corpo. Espessura máxima 35 mm. O corte alisado foi bastante danificado pelo uso. Uma das faces é convexa e alisada parcialmente, apresentando superfícies de lascamento profundo. A outra face, quase plana, apresenta uma superfície de lascamento lateral de aproximadamente 5 mm. de profundidade. Os lados são formados por dois planos: um irregular e alisado, com uma pequena superfície de lascamento; o outro, formando duas superfícies irregulares e côncavas de lascamento. A cabeça apresenta uma superfície oblíqua de lascamento profundo, que se estende, lateralmente, até o meio da cabeça.

Material: basalto escuro; pêso: 460 g.

11. Machado de 105 mm. de comprimento e 52 mm. de largura máxima, estreitando um pouco em direção da cabeça de, ainda, 47 mm. de largura. Espessura máxima 29 mm. O corte é alisado, um pouco danificado pelo uso. Numa das extremidades apresenta uma superfície de lascamento. Uma das faces é levemente convexa, com numerosas superfícies de lascamento. A outra face é concava e apresenta pequenas superfícies de lascamento lateral. Os lados são formados por dois planos: um côncavo, sem vestígios de alisamento; o outro com uma superfície de lascamento. A cabeça, grossa e irregular, apresenta, em tôda a periferia, superfícies de lascamento. Tanto as faces, como os planos laterais apresentam, na maior parte da superfície a côr amarelo- escura da pedra original, em decomposição superficial.

Material: basalto preto; pêso: 350 g.

Foram encontradas na jazida mais 22 peças de função idênticas às acima descritas.

d) FRAGMENTOS DE MACHADOS

1. Fragmento de machado, constando do corte e metade (?) do corpo, de 77 mm. de comprimento e 52 mm. de largura em tôda a extensão. Espessura máxima 26 mm. O corte é perfeitamente alisado e arredondado, muito pouco danificado pelo uso. As faces convexas, parcialmente alisadas, apresentam vestígios de lascamento lateral. A superfície de fratura transversal é côncava.

Material: basalto preto; pêso: 185 g.

2. Fragmento de machado, constando do corte e parte (metade?) do corpo, de 74 mm. de comprimento e 77 mm. de largura máxima. Espessura máxima 24 mm. O corte é perfeitamente alisado e, parcialmente, danificado pelo uso. As faces não alisadas apresentam superfícies de lascamento lateral e formam planos, la-

teralmente inclinados, devido à menor espessura de um dos lados. A fratura transversal, concoidal, sofreu posteriormente desbastamento na periferia.

Material: basalto escuro; pêso: 230 g.

3. Fragmento de machado, constando de corte e parte (1/4?) do corpo, de 60 mm. de comprimento e 75 mm. de largura máxima. Espessura máxima 30 mm. O corte arredondado é perfeitamente alisado, pouco prejudicado pelo uso. As faces são planas, devido a um descascamento superficial posterior à fratura. A superfície transversal de fratura é côncava.

Material: basalto escuro; pêso: 280 g.

4. Fragmento, i.é, metade de machado, fraturado longitudinalmente pelo meio do corte, de 119 mm. de comprimento e 61 mm. de largura máxima. Espessura máxima 29 mm. O corte, perfeitamente alisado é pouco danificado pelo uso. Uma face levemente convexa e parcialmente alisada, apresenta um lascamento profundo, perto da cabeça. A outra face, côncava, não é alisada. O lado não fraturado é, parcialmente, alisado. A superfície longitudinal de fratura é bicôncava.

Material: basalto escuro: pêso: 300 g.

5. Fragmento de machado, constando do corte e metade (?) do corpo de 70 mm. de comprimento e 70 mm. de largura máxima. Espessura máxima 24 mm. O corte perfeitamente alisado, não danificado pelo uso, apresenta um pequeno lascamento numa extremidade, causada pela picareta do escavador. As faces formadas, cada qual, de dois planos, um maior e outro menor, têm as arestas de intersecção dêstes planos, alisadas. Apresentam, também, superfícies de lascamento lateral, parcialmente alisadas. A superfície de fratura transversal é quase plana.

Material: basalto escuro; pêso: 208 g.

6. Fragmento de machado, constando do corte e parte (2/3?) do corpo, de 76 mm. de comprimento e 48 mm. de largura máxima. Espessura máxima 30 mm. O corte é perfeitamente alisado, muito pouco danificado pelo uso, salvo em uma das extremidades, aonde sofreu um lascamento profundo, que se estende lateralmente sôbre uma das faces, numa distância de 50 mm. As faces, levemente convexas e parcialmente alisadas, apresentam superfícies de lascamento lateral. Os lados formam planos irregulares, parcialmente, alisados. Um dêstes planos quase destruido pelo lascamento lateral do corte descrito. A superfície de fratura transversal é quase plana.

Material: basalto escuro; pêso: 170 g.

7. Fragmento de machado, constando do corte e parte (quase metade?) do corpo de 65 mm. de comprimento e 55 mm. de largura máxima. Espessura máxima 28 mm. O corte foi quase totalmente arruinado pelo uso. Uma face é levemente convexa,

apresentando superfícies de lascamento lateral, parcialmente alisadas. A outra face, irregular, apresenta de um lado, superfícies de lascamento lateral, com vestígios de alisamento; do outro lado apresenta um plano de lascamento, que ocupa quase metade da face. A superfície de fratura é irregular. Material: basalto escuro; pêso: 160 g.

8. Fragmento de machado, constando do corte e parte (mais da metade?) do corpo, de 72 mm. de comprimento e 61 de largura máxima. Espessura máxima 21 mm. O corte, perfeitamente alisado, é muito prejudicado pelo uso. Uma das faces, levemente convexa, é tôda alisada, apresentando uma superfície de lascamento profundo, perto do corte e outro, menos profundo, na superfície de fratura. A outra face, quase plana, lateralmente, apresenta superfícies de lascamento, parcialmente alisadas e, no centro, uma grande superfície de lascamento, não alisada. Os lados foram alisados. A superfície de fratura transversal é quase plana.

Material: basalto escuro; pêso: 170 g.

9. Fragmento de machado, constando do corte e parte (1/3?) do corpo, de 60 mm. de comprimento e 59 mm. de largura máxima. Espessura máxima 13 mm. O corte é perfeitamente alisado e em quase nada danificado pelo uso. As faces são planas, apresentando superfícies de lascamento lateral, sem sinal de alisamento posterior. A superfície de lascamento transversal é levemente convexa.

Material: basalto preto; pêso 80 g.

10. Fragmento de machado, constando do corte e parte (metade?) do corpo, de 63 mm. de comprimento e 65 mm. de largura máxima. Espessura máxima 15 mm. O corte perfeitamente alisado, é bastante danificado pelo uso, com um lascamento maior em um dos cantos. As faces são levemente convexas, com vestígios de lascamento lateral, parcialmente alisados. Os lados sofreram alisamento.

Material: basalto escuro; pêso: 90 g.

11. Fragmento de machado, constando do corte e parte (1/3?) do corpo, de 51 mm. de comprimento e 78 mm. de largura máxima. Espessura máxima 21 mm. O corte de um alisamento imperfeito, foi muito danificado pelo uso. As faces, levemente convexas, foram lateralmente alisadas com perfeição. A superfície de fratura transversal é concoidal.

Material: basalto escuro; pêso: 150 g.

12. Fragmento de machado, constando do corte e parte (metade?) do corpo, de 73 mm. de comprimento e 58 mm. de largura máxima. Espessura máxima 24 mm. O corte, de um alisamento imperfeito, foi muito danificado pelo uso. Uma das faces é convexa; a outra plana, apresentando ambas, superfícies de lascamento lateral, parcialmente alisadas. As arestas de inter-

secção das faces, foram alisadas. O plano de fratura transversal é irregular.

Material: basalto escuro; pêso: 178 g.

13. Fragmento de machado, constando do corte e parte (1/2?) do corpo, de 56 mm. de comprimento e 45 mm. de largura máxima. Espessura máxima 11 mm. O corte, perfeitamente alisado, foi bastante danificado pelo uso. As faces são formadas, cada qual, por dois planos, lateralmente inclinados, apresentando, cada face, um aresta longitudinal. A aresta de uma das faces foi parcialmente alisada. Ambos os lados, são formados de arestas, muito agudas e cortantes, não alisadas, uma delas danificada por um lascamento posterior. O plano de fratura transversal, de forma losangular, é oblíquo às faces.

Material: basalto escuro; pêso: 37 g.

14. Fragmento de machado, constando do corte e pequena parte do corpo, de 32 mm. de comprimento e 56 mm. de largura máxima. Espessura máxima 18 mm. O corte, perfeitamente alisado, é muito pouco danificado pelo uso. Uma das faces é convexa e a outra plana. Todo o fragmento é alisado, sem vestígio de superfície de lascamento inicial. O plano de fratura transversal é irregular.

Material: basalto escuro; pêso: 45 g.

Foram encontradas na jazida mais 36 peças de função idêntica às acima descritas.

Zusammenfassung:

Vorliegende Arbeit ist ein erster Versuch zur Darstellung einer wahrscheinlich **vorkolumbischen Kultur auf der Insel Sta. Catarina, Südbrasilien.** Einleitend gibt der Verfasser einen Überblick über die zahlreichen Muschelhaufen (Sambaquís), Schleifstellen, Felszeichnungen und Fundstätten auf der einst dichtbevölkerten Insel, um dann auf seine eigenen Ausgrabungen überzugehen, die er im Jahre 1958 auf dem Gelände des Flughafens unmittelbar am Strande der Südbucht von **Florianópolis** ausgeführt hat.

Die Fundstätte umfasste eine Fläche von mehr als 1000 Quadratmetern, war aber leider schon 15 Jahre lang als Sandgrube benutzt worden und zu neun Zehnteln zerstört. Im Aufriss folgt unter dem Rasen die 30 bis 130 Zentimeter starke, dunkle bis schwarze Kulturschicht, die auf dem hellen, groben, mit Muschelresten untermischten Granitsand des nur 10 Meter entfernten Meeres aufruht.

Aus einem etwa 100 Quadratmeter grossen, ungestörten Teil konnte der Verfasser 54 Kinder- und Erwachsenenskelette bergen. Die Erwachsenen lagen in flachen Gruben zwischen den beiden Schichten in gestreckter Rückenlage, die Arme an den Oberkörper gelehnt und die Hände meist über dem Becken zusammengelegt; Kopf und Füsse lagen gewöhnlich etwas höher. Dass es sich um wirkliche Begräbnisse handelt, beweist nicht nur die sorgfältige Lage, sondern auch die Gru-

be selbst, deren Umrisse sich durch die Verschiedenheit der beiden Schichten leicht feststellen lassen. Die Kinderskelette wurden meist in unregelmässiger Lage in der oberen Schicht gefunden, sodass man den Eindruck hatte, sie seien überhaupt nicht sorgfältig begraben worden. Bei ihnen sowie auch bei einigen männlichen Skeletten wurden Halsketten und Schmuckanhänger gefunden, dagegen nicht bei den weiblichen.

Die Arbeit behandelt vor allem die Schädel, von denen aber nur 21 gereinigt, soweit nötig wiederhergestellt, und gemessen werden konnten. Davon stammen 11 von Frauen, 9 von Männern und einer von einem 10-11 jährigen Knaben. Im allgemeinen lässt sich dazu Folgendes aussagen: Der Unterschied der Geschlechter ist sehr ausgeprägt; der Bau ist wuchtig und schwer; das Fassungsvermögen ist klein bis mittelgross; die Grösse bewegt sich um mittlere Werte; die Backenknochen springen stark vor; von oben gesehen, sind sie von eiförmigem Umriss; von hinten erscheinen sie dachförmig; die Unterkiefer sind hoch und schwer; die Zähne zeigen niemals Spuren von Fäulnis, sind aber oft tief bis zur Wurzel abgekaut, soldass die Nervenkanäle offenliegen; bei ausgefallenen Zähnen nimmt der Unterkiefer stark ab; bei alten Schädeln sind sie oft ausgefallen. Der Erhaltungszustand der Knochen ist befriedigend, obwohl alles Organische aus ihnen verschwunden ist. Anscheinend wurden die Toten ohne jede Umhüllung in die Erde gesenkt. Nach der unverhältnismässig hohen Zahl von Kinderskeletten jeden Alters zu schliessen, muss die Kindersterblichkeit erheblich gewesen sein.

Die Begleitfunde an Werkzeugen und Schmuckstücken stimmen im allgemeinen mit denen der Muschelhaufen überain: Steinäxte mit in Spalttechnik bearbeiteter Fläche und geschliffener Schneide; Handhämmer; Steine mit kleinen, flachen Grübchen («quebra-coquinhos», Palmkernbrecher); Pfeilspitzen und Ahlen aus Knochen; Schmuckanhänger aus Stein, Muschel und Tierzähnen; Halsketten aus kleinen Muscheln oder aus von grösseren Muschela herausgeschnittenen Scheibchen; Lippenpflöcke. Es konnten auch Feuerstellen mit Kohlenresten und Asche ausgemacht werden. Die Kulturschicht enthält eine Menge von Vogel- Säugetier- und Fischknochen, sowie Schalen von essbaren Muscheln.

Über die ganze Fundstätte verstreut finden sich spärliche Anzeichen von Töpferei. Da diese nach allgemeiner Annahme in der älteren Muschelhaufenkultur fehlt, müssten die Träger sie entweder selbstständig oder durch Entlehnung erhalten haben. Das Letztere kann aber nicht durch die zur Zeit der Entdeckung auf der Insel siedelnden Guaranys geschehen sein, denn deren Töpferware ist völlig verschieden (siehe Schmitz, A Cerâmica Guarani, in diesem Jahrbuch). Vorläufig fehlt zur Lösung dieser Frage jede Unterlage.

Nach allem, was man schliessen kann, scheint die untersuchte Fundstätte vorkolumbisch zu sein; nicht nur der Befund selbst, sondern auch die Abwesenheit von Gegenständen europäischer Herkunft deuten darauf hin. Was die Basse selbst angeht, so gehört sie wohl sicher zu jener Schicht, die man in Brasilien als den Sambaquimenschen bezeichnet.

Abstract:

This is the first approach to the investigation of a probably pre-Columbian culture on the Island of Santa Catarina, South Brazil.

After a general view over the numerous shell mounds (Samba-

quis), sites, and rock engravings found all over the Island, the author devotes his attention to the very rich site on the western border of the airport near the south bay of Florianópolis, which he explored during the year 1958.

The original area comprises more than 1000 square meters, but it has been used as a sand-pit during 15 years, and nine thenths of it are destroyed. The dark to black culture layer, 30-130 cm thick, begins immediately below the turf, and lies on coarse, light granite sand intermingled with shells and scales of fishes from the sea distant only 10 meters.

The careful excavation of about 100 square meters of undisturbed soil yielded 54 skeletons of children and adults. The adults were found lying straight on the back with the arms appressed to the body and the hands on the pelvis, the head and the feet generally on a somewhat higher level. This careful position and the shallow pit clearly discernible at the limit between the black and the light layer leave no doubt as to a true interment. The skeletons of the children, on the contrary, were generally met with in the upper layer only, and in irregular positions, so that one is left with the impression that they were not especially interred. However, some of them, like many of the male skeletons of adults, were associated with collars and pendants, whereas no trinket of any kind was observed in the female graves.

The present article deals with the sculls, of which 21 were selected for mounting and measuring; 11 are female, 9 male, one of a boy of about 10-11 years. Generally speaking, they show the following features: difference between the sexes, strongly marked; capacity, small to medium; size, about medium; cheek-bones, markedly high; seen from above, ovoid, phenozygous; seen from behind, roof-shaped; robust and weighty; jaw, hign and heavy; teeth, without any trace of caries but often champed off down to the root, or fallen out, and then the jaw-bone notably diminished.

Although the last vestiges of organic matter have disappeared, the preservation of the bones is satisfactory. From all one can judge, the dead were interred without any clothes or wrappings. The high number of children of all ages suggests a disproportional rate of mortality.

The associated material of tools and ornaments harmonizes with that of other sambaquis: stone axes with split body and polished edge; stone hammers for hand use; stones with small, shallow groves («quebra-coquinhos», palm kernel breakers); arrow heads and awls of bone; ornamental pendants of stone, shell, and animal teeth; collars of small shells or disks cut from large austers; lip plugs.

There also were discovered some fireplaces with remmants of coals and ashes. Throughout the whole of the culture layer, the bones of birds, mammals, and fishes, and shells of edible mussels were frequent.

Pottery was very rare. From all we know, the older Sambaquí culture is entirely devoid of it. Its presence may be explained either by independent invention, or by contact with agricultural tribes. In any case, it has nothing in common with the Guarany ware of the same Island described by Schmitz in this yearbook.

At the present level of investigation, it would be irrespondible to make a final statement as to the age and the race of the old inhabitants of the Island; however, the mode of interment, the associated material, and the absence of any European introduction strongly point to pre-Columbian times The race may be the same as what in Brazilian literature is called the Sambaqui Man.

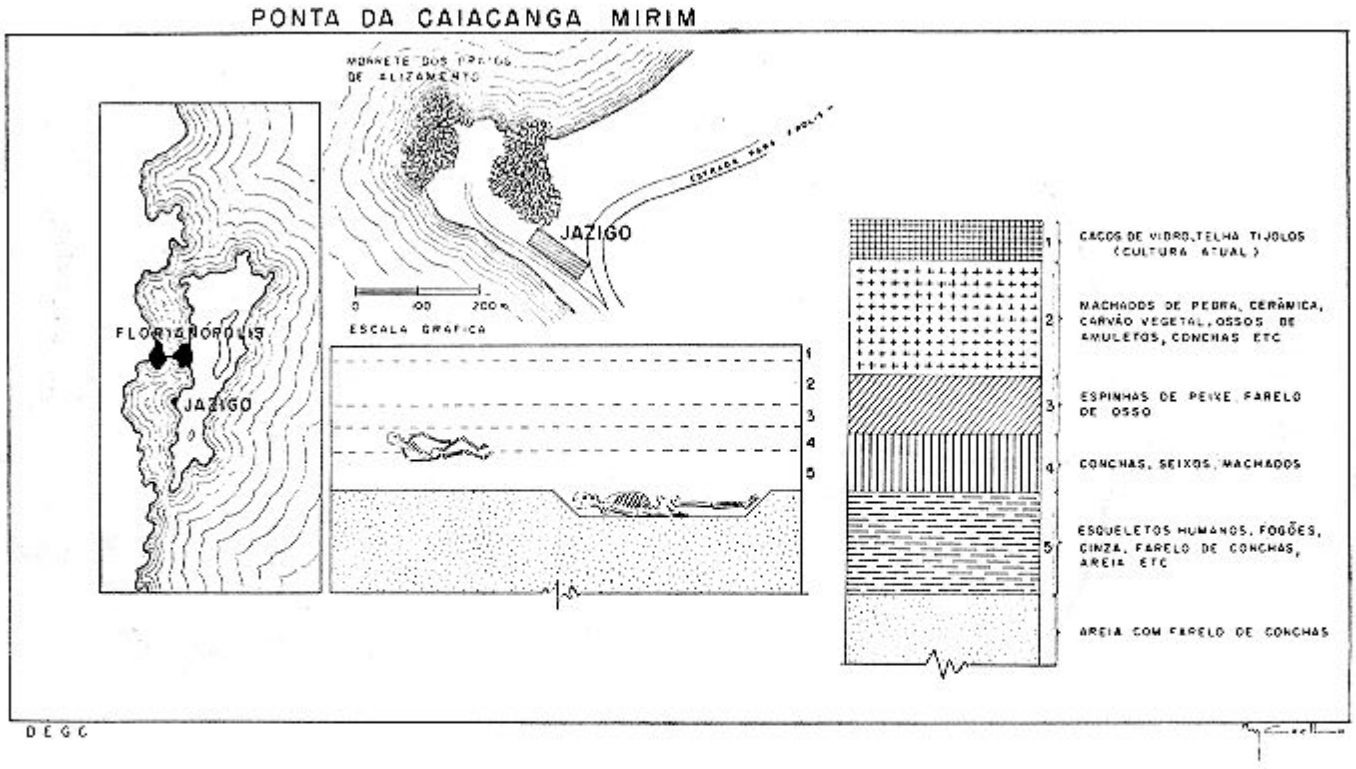


Fig. 1 - A jazida da Base Aérea de Florianópolis: a ilha; a situação da jazida; a situação dos esqueletos das crianças e adultos; um corte pela jazida.

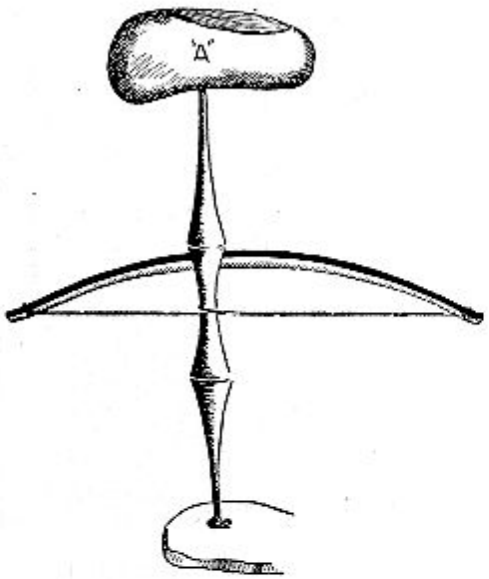
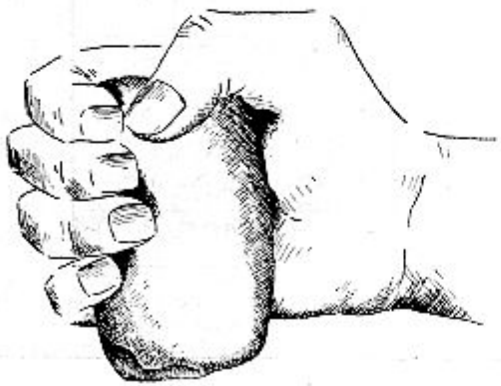


Fig. 2 — Berbequim com a cabeça "A" achada na jazida. b. Maneira presumível de usar os machados.



A CERÂMICA GUARANI DA ILHA DE SANTA CATARINA

e a cerâmica da Base Aérea

INÁCIO SCHMITZ, S. J. — PÔRTO ALEGRE

A COLEÇÃO BERENHÄUSER

O exame de amostragens até agora tem predominado no estudo da cerâmica guarani, visto ainda não estarmos em condições de realizar um trabalho global definitivo, em parte por causa da escassez e mau estado do material, em parte devido à falta de precauções na sua coleta. Desta maneira já se realizaram amostragens para diversas regiões ocupadas antigamente pelos guaranis, com vistas a um trabalho de conjunto. Entretanto no território de que agora nos ocupamos, ainda não se fêz nenhuma tentativa séria de análise da cerâmica guarani. Resolvemos assim apresentar esta amostra de relativa importância, devido à abundância do material e à proveniência regionalmente bem circunscrita. O material que oferecemos, ao que nos consta, nunca foi descrito, ou aproveitado de alguma outra forma, de modo que temos a possibilidade de oferecer aos estudiosos um material abundante e inédito.

O presente relatório é um exame, tão perfeito quanto nô-lo permitiam os nossos conhecimentos e os poucos meios, feito sôbre a Coleção Carlos Berenhäuser, guardada no Colégio Catarinense, em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil.

A coleção, compõe-se de uma parte de material lítico, principalmente sambaquiano, e de outra apenas de cerâmica. Foi adquirida faz pouco mais de dez anos pelo colégio respectivo, por vontade do colecionador, que não desejava saisse ela da região a a que se refere. O material lítico, que não interessa nestas páginas, consta de aproximadamente 8.000 objetos de origem preferentemnte sambaquiana, interessante como material de museu, mas de menor utilidade para a ciência, visto ter sido recolhido por um amador, ou pela população, sem atender a normas científicas. Es-

ta parte, guardada numa das salas do colégio está quase tôda catalogada, sem entretanto separar as culturas ou indicar sua distinção.

A coleção de cerâmica, contando algumas dezenas de objetos inteiros e aproximadamente 80.000 fragmentos, sofre do mesmo defeito que a parte anterior, as consequências ali entretanto, não são igualmente funestas, visto tratar-se de material mais conhecido que o sambaquiano. Trata-se em sua quase totalidade de material guarani, bastante bem estudado nas suas características gerais para se poder distinguir sem maior dificuldade do pouco material de outra procedência, bem como das falsificações da população colecionadora. Apenas da cerâmica da coleção tratam as linhas abaixo. A secção de cerâmica encontra-se de momento, por falta de lugar, em caixas e gavetas num compartimento do sótão do colégio. Não está catalogada, nem mesmo ordenada, de modo que só dificilmente conseguimos passar, analisar e desenhar o que interessava para esta rápida análise. Não falta entretanto a proteção mais essencial, que é a defesa contra a luz, preservando-se dessa forma os numerosos motivos de ornamentação, geralmente escassos nas outras coleções.

Para aquilatar do valor da coleção são indispensáveis duas palavras sôbre o colecionador. O Sr. Carlos Berenhäuser, que se deu ao trabalho de reunir todo êsse material, era gerente de uma das casas comerciais da cidade de Florianópolis. Gostava de colecionar material indígena quando o trabalho lhe dava folga. Não possuia preparação científica para isso, embora procurasse informação nos livros, como prova a selecionada biblioteca de que era dono. Uma parte do material foi colhida por êle pessoalmente, incluindo uma série não muito inferior a cem crânios, com partes dos respectivos esqueletos, que escavou num dos sambaquis da ilha. Hoje estão muito deteriorados, de modo que perderam grande parte do valor original. A maior porção do material, entretanto, foi recolhida pelo povo, que recebia em troca retalhos de fazenda ou alguma paga em gêneros. Essa coleta era fácil. Após as fortes chuvas encontra-se abundante material à flor da terra nos sambaquis e paradeiros, podendo ser recolhido até pelas crianças. Mas também a tentação de falsificar, produzindo de preferência objetos raros, apresentava-se continuamente ao povo e era muitas vêzes seguida, como nos contaram pessoas da região, confirmando o que observáramos no exame prévio. Êstes dados indicam o que seja o conjunto em estudo.

Não obstante todos os aspectos negativos, que fizemos questão de não ocultar, a coleção tem grande valor. O material é abundantíssimo e provém todo de uma área restrita, isto é do sul da Ilha de Santa Catarina, onde até hoje se podem ver campos enormes semeados de fragmentos de cerâmica guarani. De modo que,

se falta o estudo da estratificação e da localização por aldeias, para determinar as aculturações ou evoluções que aí se pudessem processar, ao menos temos a certeza de que tudo o que ali está reunido provém da metade sul da ilha, e não há mistura de elementos de outras regiões. Como se trata de uma ilha, embora não muito afastada do continente, a contaminação horizontal é menos de temer, ainda mais porque o continente vizinho era ocupado pelo mesmo povo em todos os lados. Em outras palavras, a ilha era o ponto menos exposto à aculturação horizontal.

Não se pode, é verdade, controlar exatamente, nas atuais condições a evolução da cultura, nem tão pouco a aculturação no sentido vertical, que os guaranis do tempo do descobrimento poderiam ter sofrido por parte das duas culturas anteriores, a dos sambaqu'anos antigos e a dos habitantes representados pela jazida da Base Aérea.

Esta contaminação, como o mostrarão os fatos, foi pequena ou não existiu.

A coleção Berenhäuser consta quase que exclusivamente de cerâmica guarani, cujas características são bem conhecidas, de modo que a mistura com objetos de outra procedência cultural é menos perniciosa, visto os restos das diversas culturas que ali se superpuseram serem típicos, levando dificilmente a um equívoco. Os sambaquianos antigos, ao que tudo indica, não possuiam cerâmica, como se pode observar nos numerosos pequenos sambaquis ainda existentes na ilha. Inclinamo-nos a admitir que a tivessem possuido os mais recentes e mais evoluidos, que poderiam ser talvez caracterizados pela jazida da Base Aérea. Voltaremos mais adiante a esta questão. Também no sambaqui do Rio Vermelho, na parte norte da ilha, foi encontrado um fragmento de cerâmica cujas características não tive oportunidade de analisar e portanto não o posso confrontar com a da Base Aérea. Se essa rara cerâmica, encontradiça nas camadas superiores também de outros sambaquis do Sul do Brasil, é produto de evolução própria ou empréstimo de outros grupos culturais é uma questão ainda insolvida. Quanto à cerâmica do paradeiro da Base Aérea, na parte central da ilha e fragmentos idênticos da coleção, imediatamente chamam a atenção de quem as observa pelas diferenças fundamentais que apresentam com o material guarani.

Vemo-nos, pois, obrigados a tomar o riquíssimo material da coleção Berenhäuser como um todo estático, sem nos podermos deter na sua dinâmica, quer no sentido vertical, quer no horizontal, apresentando em poucas páginas o que é a coleção e o que representa para o estudo dos guaranis.

Os fragmentos ou vasos inteiros com ornamentação ainda visível são numerosíssimos de modo que nos podem dar uma melhor idéia da mesma, bem como podem indicar relações com os outros

paradeiros já descritos. Muitas vêzes, é verdade, os fragmentos são pequenos demais para se poderem restituir as formas do vaso, ou a sua ornamentação total. De qualquer maneira não haveria nem espaço, nem tempo suficiente para tantas reconstruções ou desenhos, de modo que nos vemos constrangidos a dar os motivos ornamentais mais frequentes, uma série de perfis das paredes e o desenho de um pequeno número de vasos inteiros ou reconstruídos, para que do conjunto se tenha uma idéia ao menos geral e aproximada. Trabalhos posteriores, quando isso fôr útil ou necessário, poderão aprofundar com muito proveito para o estudo ds guaranis, o trabalho feito na coleção.

Dividimos o estudo em três partes desiguais: na primeira localizaremos geográficamente o material e indicaremos alguns dados sôbre os índios do tempo do descobrimento; na segunda estudaremos a cerâmica dos guaranis, em quatro passos: depois de uma introdução sôbre os caracteres comuns do material, dedicar-nos-emos à cerâmica de ornamentação em relêvo e à pintada e tiraremos nossas conclusões relativas a esta segunda parte; na terceira parte lançaremos um olhar à cerâmica encontrada na Base Aérea, com a intenção de verificar se existem, ou não, relações entre o que até agora era conhecido e o que acaba de ser desenterrado.

I. A ILHA. SEUS ÍNDIOS AO TEMPO DO DESCOBRIMENTO

A ilha marítima de Santa Catarina, com 60 Kms. de comprimento por 20 de largura, estende-se longitudinalmente junto ao litoral do estado do mesmo nome, no Brasil Meridional. Nela está situada Florianópolis, ligada ao continente por meio de uma ponte de 800 ms. A ilha formou-se ao redor de dois blocos montanhosos de estrutura granítica, um ao norte e outro ao sul, sendo os recentes vales intermédios, constituídos de terras baixas, em parte inundadas nas marés-cheias e onde não falta a água doce por causa de diversos pequenos rios, algumas lagoas grandes e numerosos pântanos.

A abundância de peixe e marisco, como de outros alimentos, atraiu à ilha, em todos os tempos, grande número de nativos, que a ocuparam desde tempos remotos até depois de conquistada pelos espanhóis e portuguêses.

A passagem dos nativos é atestada por importantes relíquias culturais: as mais antigas acredita-se que sejam os sambaquis, existentes em número bastante grande desde o sul até o norte da ilha.

Existem ainda, principalmente no lado do mar aberto, nume-

rosos desenhos rupestres de diversos feitios, de cuja procedência nada conhecemos.

A jazida da Base Aérea, em pequena parte escavada por Alfredo Rohr, S.J., traz indícios de uma cultura diferente da sambaquiana antiga e da guarani, pois embora apresente em seu patrimônio cultural grande parte de objetos conhecidos até agora como de origem sambaquiana antiga, trouxe nas suas camadas, com certa regularidade, fragmentos de cerâmica, que por tôdas as características não é guarani. Por outro lado o paradeiro não é um depósito de conchas, como os sambaquis, mas uma camada de terra preta com pouco material conchífero, indicando ter sido ocupado por um grupo agricultor. Tudo isso nos faz crer que se trata de população sambaquiana recente, evoluída ou por fôrça própria, ou com o auxílio de um povo que ainda nos é desconhecido. Até agora conhece-se um único paradeiro desta cultura na ilha, mas os diversos fragmentos com as mesmas características, que a coleção nos revelou, fazem suspeitar que tenham existido outras aldeias semelhantes no território a ser examinado.

Além dos sambaquianos deixeram-nos restos abundantes os carijós, de origem guarani, que dominavam a ilha no tempo do descobrimento e auxiliaram decididamente os espanhóis e portuguêses na conquista do novo continente. Pertenceu a êste grupo a cerâmica analisada nestas linhas. Ocupavam seguramente tôda a ilha que constituia um pequeno recanto apenas dentro do seu território, o qual se estendia ao longo da costa, desde o estado do Rio Grande do Sul até o interior de São Paulo, tendo possìvelmente ocupado também uma porção do interior sul-brasileiro. Teriam migrado para estas regiões no curso do século XV, segundo Métraux, ou no século XIV, no pensamento de A. Serrano (Serrano, 1936 — 116). Quais foram as relações com os povos que antes dêles ocupavam a ilha ainda não o sabemos. Do contato com os brancos que ao tempo da conquista os visitaram, realizando-se os encontros geralmente na parte sul da ilha, falam-nos os documentos da nossa história primeva. Não é muito o que dêles sabemos para o que ora nos interessa. Reproduziremos, portanto, apenas os episódios mais importantes.

Encontramos uma rápida, porém muito compreensiva, notícia a respeito dos guaranis da ilha de Santa Catarina no paraguaio Rui Díaz de Guzman:

"Mas adelante está la isla de Santa Catalina, uno de los mejores puertos de aquella costa... Fué esta isla muy poblada de indios guaranies, y en este tiempo está desierta, porque se han ido los naturales a tierra firme, y dejando la costa, se han metido dentro de los campos y pinales de aquella tierra..." (Guzman — 23).

Se o escritor rio-platense apenas indica que a ilha era densamente povoada, Outes refere que havia cinco ou seis aldeias conhe-

cidas e cita alguns nomes: Riberacô, Tiguá, Tameubre, Trinoga e Aboçapecaú. Os dados referem-se à estada de Caboto em 1526. (Boiteux-119).

A desgraça do carijó começou no momento em que as duas abrigadas baías, formadas entre a ilha e o continente, foram procuradas pelas expedições do Prata. De boa índole, o carijó recebia sempre bem aos navegantes ou náufragos, sendo por êles, em recompensa, explorado e mais tarde completamente destruído.

Foram numerosíssimas as expedições que entraram em contato com o carijó na baía do Sul: em 1516 onze náufragos da expedição de Solis, estabelecem-se no meio dêles, casam-se com as filhas dos íncolas e auxiliam as posteriores expedições a se abastecer. Aportaram ainda à mesma terra D. Rodrigo de Acuña e Cristóvão Jacques. Em 1526 João Caboto permanece bastante tempo na ilha. Estabelecendo relações com os naturais, por intermédio de um dos náufragos da primeira expedição, atraiu-os para o local onde estava construindo uma galeota para poder continuar a sua viagem ao Prata, tendo vindo grande número de silvícolas espontaneamente do continente próximo. Os íncolas abasteceram aos náufragos com 277 veados, 398 galinhas, 2 antas, 80 patos, 6 porcos montêses, 200 perdizes grandes, 200 mãos de milho, 40 cestas de inhame, 50 cabaças de mel, 26 cargas de ostras, 300 de mandioca, 2 de peixe moído, 5 cabaças de manteiga preparada pelos aborígenes com gordura de peixe; palmitos e muita coisa mais. Trouxeram ainda dez cargas de carvão para as forjas, 90 igaçabas, fio para calafeto, cêra, almagre e madeira... (Cabral, 1937, 32 ss.)

Depois é Gonzalo de Mendoza que vai buscar víveres na Ilha de Santa Catarina para a povoação fundada no Prata por seu tio Pedro de Mendoza. Foi recebido com a mesma boa vontade como os anteriores. Em 1536 esteve na ilha Ruy Moschero, das armas de Castela. Em 1537 Alonso Cabrera, que, embora tardiamente, viera em socôrro do Adelantado Pedro de Mendoza, arribou na ilha e deixou nela, para conversão do gentio carijó, os padres franciscanos Alonso Lebron e Bernardo Armenta, cuja missão não teve o êxito esperado. Em 1541 toca a vez a Cabeza de Vaca de passar pela ilha, na qual deixa 140 homens. (Cabral, 1937, 38 ss.)

O Carijó sempre recebera cordialmente a todos os brancos, pondo-se a seu serviço, ajudando-os nos seus misteres, tomando parte no concêrto das avarias consequentes às longas viagens e contribuindo para o reabastecimento de todos os navios. Os náufragos no seu meio sentiam-se bem, de modo que tendo muitas vêzes oportunidade de voltar à Europa, preferiam ficar entre os silvícolas que os tinham recebido. Pouco antes da metade do século XVI foram transformados em sistemático ponto de abastecimento para os espanhóis do Prata, quando Juan Hernandez foi

enviado do Paraguai para o meio dêles, com o encargo de fomentar o cultivo do mandioca para abastecer os navios que se dirigiam para as terras meridionais (Cabral, 1937, 56).

Não obstante terem os carijós da ilha entretido comércio, desde 1554, com alguns moradores do Pôrto de Santos que lhes traziam em suas embarcações ferramentas, anzóis, facas e outros gêneros que permutavam por algodão, o qual plantavam e colhiam, redes e índios que capturavam na guerra ou por castigo degradavam, ainda no ano de 1650 pertencia-lhes tôda a ilha a qual compartilhavam apenas com alguns criminosos, que nela se vinham acoutar. Só em 1651 veio estabelecer-se no território Francisco Dias Velho Monteiro, partido do Pôrto de Santos com sua família (Almeida Coelho, 1856, 5). Os índios, porém, continuavam a ocupar o continente fronteiro e diversos pontos da ilha, mantendo relações de comércio com Monteiro.

O comércio de troca com os paulistas e o tráfico de escravos devem ter despovoado a ilha, como tornou desabitado todo o território sul-brasileiro: os que não seguiam para a escravidão nas plantações de São Paulo, fugiam para o interior longínquo, para as bacias dos afluentes do Prata, onde se julgavam mais bem abrigados.

É isto, em resumo, o que nos diz a história a respeito do grupo nativo, cuja cerâmica tencionamos analisar ràpidamente nestas linhas: viveram na ilha, como último grupo indígena, desde o século XIV ou XV até a segunda metade do século XVII, tendo que ceder o lugar ao branco do qual tinham sido os mais entusiastas e desinteressados colaboradores. Hoje apenas os campos semeados de fragmentos de cerâmica e a coleção Berenhäuser nos atestam uma ocupação de mais de 200 anos.

II. A CERÂMICA DOS CARIJÓS

1. *Caracteres gerais*

Quando tomamos o primeiro contacto com uma coleção de fragmentos não catalogados como os da coleção Berenhäuser, não se tem de princípio, uma visão de conjunto. Apenas com algumas semanas de trabalho contínuo, tendo passado todo o material e começado a desenhar os diversos modelos, surgiram lentamente formas típicas, relativamente pouco numerosas, que se repetiam continuamente, apenas com as pequenas variantes impressas pelo estilo pessoal de cada um dos fabricantes e a utilidade do recipiente.

Reunimos num esquema que abrange os traços fundamentais da cerâmica carijó, uma série de formas de vasos, outra série

de perfis de paredes, principalmente bordos, e algumas páginas com os motivos de ornamentação mais repetidos e mais bem conservados. A maior parte dos nossos desenhos tem para os confirmar algumas dezenas, talvez centenas de modelos fundamentalmente idênticos. Nem nos motivos de ornamentação, nem nos perfis dos bordos, nem muito menos nas formas de vasos queremos dar uma visão integral. Principalmente nestas últimas tomamos apenas o que existia na coleção de formas inteiras ou quase inteiras, sendo por isso mais bem representados os exemplares pequenos e faltando completamente os maiores. Estas podem ser encontradas, para outras regiões, nos livros que mais adiante, ao fazermos as comparações do nosso material, com o que já foi publicado, continuamente citamos. De um modo geral podemos afirmar que, tanto as formas, quanto os motivos ornamentais que apresentamos são simples e, ao menos em parte, artísticos, de uma arte singela como era próprio de um povo sem grande cultura e sem moradias sólidas.

O material cerâmico aqui, como em todos os lugares onde passaram os guaranis, é extraordinàriamente abundante e hoje poder-se-iam reunir, sem maior dificuldade, várias outras coleções como a de Berenhäuser. Grandes regiões ainda estão juncadas de fragmentos, havendo outras onde se encontram também, com alguma regularidade, objetos inteiros, embora estas sejam mais raras.

Podemos distinguir dois tipos fundamentais de cerâmica guaraní, embora outros a diversifiquem mais. Permanecemos com dois tipos porque realmente na coleção estão representados dois tipos apenas, cada um com seus subtipos. O tipo mais comum, encontrado em maior quantidade em todos os paradeiros, tem as formas mais simples, o material menos selecionado, o cozimento inferior, a ornamentação em geral descuidada: é a cerâmica de ornamentação gravada ou em relêvo. Parecem ter sido feitos neste estilo os recipientes destinados aos usos simples e cotidianos de uma casa: eram usados ao fogo, conservavam-se neles diversos mantimentos e materiais variados. São objetos de fabricação rápida e pouco custosa, aos quais, por isso mesmo, se dá pouco valor. Como regra geral apresentam ornamentação gravada, nos exemplares grandes em tôda a superfície externa, em exemplares pequenos em tôda a superfície externa ou apenas ao redor do bordo. Em raros números não encontramos ornato algum, mas também os enquadramos aqui, como enquadraremos outros no tipo pintado.

Pela primeira vez, ao examinarmos os restos culturais dos carijós tivemos a impressão de que aquêles recipientes que não estão pintados ou gravados não devem ser classificados como um tipo a parte, mas que foram fabricados pela técnica de um ou de outro, apenas não se lhes dando o acabamento externo: a ornamentação. Esta convicção se tornou tanto mais forte quanto mais

examinávamos os objetos em questão. A maior parte dos recipientes sem ornato não pertence ao tipo gravado, mas ao seguinte: são recipientes pequenos de tipo pintado e que deveriam pròpriamente levar ornamentação interna se estivessem acabados: em regra geral são tigelas parecidas entre si quanto à forma e feitio.

O tipo de cerâmica mais bem cuidado na escolha do material, na forma, no cozimento e na ornamentação é a cerâmica pintada. Tem-se a impressão de que um princípio soberano era observado pelos carijós com relação a êstes vasos: tudo o que era possível ornar, enfeitava-se de uma ou de outra forma; se não era possível no lado interno, porque a boca era demasiadamente estreita, fazia-se do lado de fora; mas se o lado de fora não aparecia suficientemente, quando o vaso estava no chão, pintava-se por dentro; quanto possível fazia-se mesmo em ambos os lados. Isso observa-se nitidamente em todos os vasos pintados, como também, embora menos intensamente, nos de ornamentação em relêvo.

A decoração consiste ora em motivos lineares geométricos, ora num traço apenas que destaca as diversas zonas, ora numa mão de tinta uniforme, que é sempre o vermelho. Os motivos ornamentais são desenhados com tinta vermelha, ou tinta vermelha e reôrço preto, ou ainda, raramente, com tinta preta apenas, sôbre um fundo branco.

Sendo a pintura externa, é sempre zonária, indo do bordo até o ombro em uma ou mais zonas; quando interna pode ser não-zonária, cobrindo a superfície interna tôda, ou apresentar uma ou mais zonas ao longo do bordo, e o fundo com motivos não-zonários. Existem também alguns exemplares pequenos dêste tipo, que não são pintados nem por dentro, nem por fora, como já apontamos.

Tôda a cerâmica pintada parece ter sido usada pelos indígenas para fins mais nobres, como para se servirem de bebidas e alimentos, ou para preparar a bebida fermentada nas grandes igaçabas, dentro das quais depois se enterravam os mortos.

O material de que se serviam para o fabrico da cerâmica, de um e de outro tipo, era o barro da ilha, que não é de composição uniforme, por ter origem diversa: a massa proveniente da decomposição do granito dos montes contém abundância de cristais de quartzo bastante grandes, ao passo que a terra negra das baixadas recentes apenas apresenta alguma areia fina. Tanto um como outro tipo de barro empregava-se, indistintamente para um ou outro tipo de cerâmica, certamente de acôrdo com o lugar onde se encontrava a aldeia. O tamanho dos cristais no barro de procedência granítica costuma estar em relação com o tamanho do recipiente e a grossura das paredes, tendo havido portanto, ao menos para os exemplares menores, um prévio tratamento da massa.

A técnica do fabrico era em espiral, o que se pode notar mais fàcilmente nos tipos gravados, sendo que alguns recipientes pequenos, de ambos os tipos, foram moldados simplesmente à mão. Nos tipos zonários tem-se muitas vêzes a impressão como se tivessem sido feitos em zonas, juntadas posteriormente, visto que costumam estar fraturados nos pontos de união entre uma e outra zona, principalmente no ombro. Entretanto não conseguimos certeza, pois em muitos outros casos de vasos zonários observamos as rodelas típicas do fabrico em espiral simples. Não se nos deparou um único exemplar em que se notasse uso de cêsto, fruto, ou algum outro material de suporte. É verdade que existem profundas estrias em raríssimos fragmentos de algumas bases, mas que não podem ser resultantes de uso de cesto, por serem em geral, posteriores ao cosimento, provenientes seguramente, como semelhantes estrias encontradas em fragmentos de arenito, do fato de terem servido de superfície ao alisamento de pontas. Como no início do trabalho, na base, tomava-se um pedaço de barro arredondado, ao redor do qual evolviam as espirais. Isso se pode constatar fàcilmente visto êste pedaço frequentemente ter caído, ficando então uma falha circular.

O alisamento interno costuma ser bom, sendo em regra geral melhor na cerâmica pintada do que na outra. Para a ornamentação externa havia diversas técnicas: no caso de ornamentação digital, fechavam-se as frinchas existentes entre uma espiral e outra com o dedo, ficando as impressões, uma ao lado da outra, dispostas ao longo das espirais, ao redor de todo o corpo e convergindo na base, como um ornato não desprezível. Geralmente, entretanto, é descuidado. O ornato unguicular acompanha também as espirais do barro, mas depois de fechadas, por meio de uma pedra, as fissuras. Os outros ornatos dêste tipo são em regra geral independentes das espirais e se imprimiam depois do alisamento completo. São muitíssimo mais raros que os ornatos indicados, constituindo quase que exceções. São geralmente feitos com espátulas, ou constituem simplesmente o sinal deixado, ao que parece, pela espiga de milho ou algo semelhante, empregado no alisamento externo das paredes. Quando o vaso se destinava a receber pintura costuma ser perfeitamente acabado o polimento.

O cozimento costuma ser mais perfeito no tipo pintado e muitas vêzes bastante descuidado no tipo em relêvo. A dureza e resistência à fratura correspondem ao cozimento. Quanto à côr do núcleo, costuma ser preta ou cinzenta quando o barro era preto; a superfície interna e externa, neste caso, é avermelhado-terrosa depois de cozida; o miolo é vermelho quando a massa provém da decomposição do granito vermelho. Há entretanto também casos intermédios, em que o núcleo é preto, apesar de con-

ter grande quantidade de cristais de quartzo granítico. A côr das paredes em geral é de um vermelho terroso no caso de massa preta, e vermelho bastante claro no caso de massa avermelhada. Nos tipos em relêvo encontramos, na parede externa, muitas manchas negras nos pontos onde o vaso se apoiava enquanto era queimado.

As formas são diferentes no tipo em relêvo e no pintado. Serão tratadas adiante mais pormenorizadamente.

Quanto ao tamanho nota-se uma quantidade extraordinária de formas pequenas em ambos os tipos, mas não faltam também as formas grandes, algumas agigantadas como uma igaçaba com 70 cms. de altura aproximadamente e 84 cms. de diâmetro no bôjo.

Para diferenciar os diversos tamanhos, formas e partes, empregamos a seguinte terminologia, tanto no texto, quanto nas legendas dos quadros: Para o tipo zonário, de pintura externa, os maiores exemplares, com mais de 35 cms. de altura, chamamo-los igaçabas; panelas grandes quando são exemplares menores dentro dêste grupo: denominamos de panelas os exemplares entre 10 cms. e 35 cms., havendo panelas médias e pequenas; panelinhas são recipientes de menos de 10 cms. — Quando as paredes são curvas, sem zonas ou com as mesmas apenas indicadas, a pintura geralmente interna, empregamos a denominação de potes para os exemplares em que os bordos se inclinam para dentro, sendo a boca mais estreita que o bôjo; e tigelas quando a boca é tão larga como o bôjo. — Finalmente chamamos de pratos os exemplares muito baixos, quer tenham as paredes retas ou curvas.

Empregamos ainda os termos: bordo, colo ou gargalo, bôjo ou corpo, ombro e base, no sentido comumente aceito. Exemplificamos na figura 1 da III tábua. Asas não encontramos.

No tipo em relêvo ou gravado, chamamos a tôdas as formas maiores de 10 cms., de panela com as diversas gradações indicadas por meio de adjetivos convenientes. Denominamos, em alguns casos, de jarro a um vaso com o colo estreito. Para as formas menores de 10 cms. empregamos a mesma denominação como no tipo anterior.

2. *A Cerâmica gravada*

Depois do que vimos no estudo dos caracteres gerais, resta-nos pormenorizar, apreciando as características particulares aos tipos de cerâmica guarani, a começar pela gravada.

Discriminando formas, não queremos nem podemos ser completos, visto a grande fragmentação e abundância dos restos, que permitem ùnicamente uma idéia aproximada do conjunto original.

Dos exemplares maiores da cerâmica gravada, com aproximadamente 30 cms. de altura, não conseguimos fazer reconstruções devido à excessiva fragmentação do material. Representa êste grupo uma porcentagem reduzida dentro da cerâmica em relêvo. Os dois exemplares inteiros, cuja descrição daremos a seguir, indicam-nos que deve ter havido, entre êles, grande diferenciação de formas, as quais infelizmente estão perdidas para nós.

O nr. 32 da tábua II representa uma *panela grande*, perfeitamente conservada, pertencente à coleção Berenhäuser e que apresenta as seguintes características: altura 320 mm.; diâmetro do bojo 465; diâmetro mínimo do colo 415; abertura do bordo 440; grossura da parede 9 mm. Feito em espiral, com ornamentação digital uniforme e bem acabada em todo o corpo. Internamente polido. Cozimento regular, tendo a parede tôda a mesma côr. O fundo interno é preto de uso, ao passo que externamente, na parte superior do corpo, existe uma zona negra como carvão, sendo o resto avermelhado, com manchas escuras provenientes do cozimento. O barro de que é feita a panela contém cristais até de 2 mm.

O nr. 33 da tábua II é uma *panela* de 210 mm. de profundidade; diâmetro do bojo 340; o colo tronco cônico tem o diâmetro máximo de 310 e o mínimo de 280 mm.; a abertura do bordo é de 317; a largura da parede no bordo 7 mm.. Fabricação em espiral, estando a rodela inicial do fundo destacada por um traço. Bem cozido, tendo o miolo quase todo a mesma côr que a superfície externa e conservando apenas um resquício escuro. O barro contém cristais até de 2 mm.. A côr no lado de fora é escura, no lado de dentro é escura no fundo, devido ao uso, e no resto é avermelhado-terrosa. As arestas internas são muito salientes, distinguindo bem as zonas, sendo o bordo simples, projetado para fora. Internamente é polido ao passo que do lado de fora a parte inferior até o ombro é ornada com tracinhos muito bem ordenados, semelhando impressão de unha; a parte superior apresenta um relêvo digital mais bruto e apagado. Êste recipiente é de um tipo zonário bastante raro no tipo em relêvo.

Ao contrário das escassas formas grandes, os exemplares médios, entre 30 e 10 cms., aproximadamente, de altura, nos deixaram além de número relativamente grande de exemplares inteiros, numerosos fragmentos representativos. Na II tábua reproduzimos uma série de perfis, os quais nos indicam a forma do bordo, do colo e do bojo, pondendo-se reconstituir, pela fantasia, todo o recipiente original.

No quadro orientamos todos os perfis na mesma direção, de modo que o lado esquerdo de cada um dos desenhos represente a superfície externa e o direito a interna do vaso. Os fragmentos constumam estar quebrados à meia altura do bojo, de modo a

sempre nos orientarem quanto à forma total. Infelizmente não pudemos conservar, no desenho, as proporções entre um e outro perfil, devendo-se atentar à legenda onde abreviadamente estão explicadas as formas e os tamanhos.

Os números 34, 36, 37, 38, 41, 25a, 31a, 28a, da tábua II, indicam as formas mais comuns. Com mais frequência encontramos panelas de um corpo um pouco maior que meia-esfera, com a base levemente aplanada, o colo baixo e pouco reintrante e o bordo simples. São recipientes usados no fogo, como o demonstram as camadas de fuligem que ainda se encontram no lado externo da base, bem como restos de comida na parte interna da mesma. Devem ter sido usados ainda para muitos outros misteres comuns da vida doméstica. Nestes, como na maior parte da cerâmica gravada, os bordos são abertos, a parte interna com poucas saliências por se tratar de panelas e outros recipientes que deviam permitir uso e limpeza fácil. Poucos são os vasos, em geral pequenos, que têm os bordos um pouco mais fechados. A cerâmica da Base Aérea já é bastante diferente, como veremos.

Formas semelhantes às descritas foram encontradas por Tiburtius na jazida de Itacoara, próximo a Joinville, no mesmo litoral catarinense ocupado pelos carijós (Tiburtius, 1951, 339 ss). Vasos parecidos encontram-se em todos os paradeiros guaranis. A forma é a mais simples e a que custa menos reproduzir. No Alto-Uruguai tanto os exemplares grandes, como os médios, têm a base mais cônica, como indica o nr. 39, II tábua, do museu de Florianópolis. Existem outros exemplares semelhantes a êste provenientes do Rio Grande do Sul (Serrano, 1947, 136).

Entre os vasos médios encontramos ainda potes e tigelas, bem como pratos, que terão servido para finalidades semelhantes às já indicadas. Tanto os potes como as tigelas, menores que as panelas do número anterior, são abundantíssimas na coleção. Os pratos são mais raros (tábua II, 28 e 28a).

Selecionamos da coleção alguns exemplares mais completos que descrevemos:

Número 34, tábua II. *Panela*: profundidade presumível 190 mm.; diâmetro do bôjo 310; diâmetro do colo 210; abertura do bordo 240; parede 10 mm.. Feita em espiral; apenas uma leve camada externa é acinzentada, da côr do barro sêco, com manchas pretas e colo preto; internamente tôda preta; miolo preto, estando só a parte externa, na espessura de um mm. transformado pela cocção. — Internamente é polida, externamente está coberta de uma ornamentação digital mal terminada em todo o corpo. O bordo é simples, projetado para fora.

Número 37, tábua II. *Panela*: O dado referente à profundidade é aproximado: 172 mm.; diâmetro do bôjo 265; abertura do bordo 291; parede 9 mm.. Feito em espiral, sendo as fissuras

entre uma espiral e outra bem visíveis. Tamanho dos cristais de quartzo como nos exemplares anteriores. Queimado uniformemente como os outros, sem miolo negro. O trabalho é bruto, mal acabado, tanto na ornamentação quanto no feitio. A côr interna é de terra escura, externamente é avermelhada, mais escura que as anteriores. Algumas manchas escuras indicam os pontos onde se apoiava sôbre a pedra, quando foi queimada. Não tem sinais de uso posterior sôbre o fogo. A ornamentação unguicular é mal acabada. O bordo é simples, projetado para fora.

Numerosos são também os exemplares menores de 10 cms., com as formas diversas e, às vêzes, um pouco mais cuidadas que as anteriores. Os números 35, 40, 1a, 20a, 21a são apenas alguns exemplos que não chegam a dar uma idéia de tôda a variedade. Usavam-nas os índios, assim o podemos supor e parcialmente o comprovamos, para guardar diversas miudezas. Exemplificamos:

Número 36, tábua II. *Panela pequena*: Profundidade 80 mm.; bôjo 145; bordo 135; parede 3 mm.. Cozimento ruim, sendo a côr das paredes terrosa, com alguns lugares avermelhados e outros pontos pretos originados no cozimento. Cristais de quartzo um pouco menores que nos anteriores. Internamente polida. Bordo inclinado para fora. Ornato unguicular tosco.

Número 35, tábua II. *Panelinha*: profundidade 41 mm.; diâmetro do corpo 70; bordo 92 por 85, não sendo perfeitamente circular, mas um pouco amassado; parede 4 mm.. Côr avermelhado-terrosa na superfície externa; fundo externo escuro. É formada de uma só peça, não se podendo ver a contextura. A base é aplanada. Bordo simples para fora. Ornamentação do tipo unguicular em todo o corpo, internamente lisa.

No que se refere aos bordos, os perfis reproduzidos na tábua II são mais expressivos do que o poderia ser uma descrição nossa. Indicam um estilo comum, havendo apenas dois exemplares um pouco estranhos. O nr. 8, de parede reta e vertical, não apresenta nem colo nem corpo distintos, impossibilitando a dedução da forma. Foi o único exemplar dêste feitio, que nos lembramos ter encontrado na coleção. O nr. 9 é um vaso de técnica mista: o feitio, a forma, o cozimento aproximam-no da cerâmica pintada, ao passo que a ornamentação é unguicular em zonas paralelas e bastante distanciadas, que se estendem ao longo do corpo desde o bordo até o ombro. Existe ainda o prato (28 e 28a), mas que está perfeitamente dentro do estilo da cerâmica gravada, embora seja um exemplar muito pouco frequente. A maior parte dos pratos são feitos segundo a técnica da cerâmica pintada.

As bases de todos êstes recipientes, como se pode ver, são arredondadas, em casos mais raros, levemente cônicas. Conservam-se direitos apenas quando acomodados em pequena cavida-

de do solo. Não encontramos um modêlo sequer de base plana, sendo que mesmo a base do prato é suavemente arqueada, não se mantendo a não ser numa superfície irregular ou algum tanto côncava.

Não havendo uma base plana, poder-se-ia pensar que ao menos fôssem dotados de dispositivos para suspensão. Entretanto nem isso existia. Apenas no fragmento de um potezinho unguicular encontramos um orifício no bordo, o que deveria ter servido para a suspensão do recipiente. Entre os exemplares da cerâmica pintada também só a tigela geminada, da qual mais tarde falaremos, mostra semelhante adaptação. De modo que nos vemos obrigados a concluir ser o lugar normal dos recipientes guaranis o chão de terra irregular das cabanas e seus arredores, como aliás estamos acostumados a ver nos desenhos dos livros antigos.

A espessura das paredes dos vasos de ornamentação gravada é mais ou menos constante em relação com o tamanho do recipiente, oscilando entre 15 e mesmo extraordinàriamente 20 mm. de espessura nos exemplares grandes e 5 mm. nos minúsculos. Não encontramos aqui as espessuras extraordinárias do Alto-Uruguai, em razão de não existirem tamanhos iguais, nem na cerâmica pintada nem na gravada, o que pode ser influência da tradição técnica ou do material inferior de que se utilizavam os guaranis litorâneos.

O cozimento desta cerâmica não é muito bom, havendo entretanto, bastante variedade entre um exemplar e outro. Geralmente são mais cuidados os recipientes de grande tamanho e menos os de porte médio, sendo que os pequenos tinham a favorecê-los a pouca espessura das paredes. Nos exemplares feitos com barro avermelhado de procedência granítica, tanto as superfícies exteriores, quanto o miolo, são mais ou menos da mesma tonalidade avermelhada, não se constatando uma nítida diferenciação do núcleo, sem que isso indique, a nosso ver, uma técnica diferente do que a empregada para os outros vasos, de miolo cinzento ou negro. Deve-se isso, em primeiro lugar, segundo acreditamos, não à técnica mas ao material empregado. Os vasos feitos com barro preto ou ao menos escuro, têm as paredes interna e externa, em geral de côr vermelho-terrosa. O miolo é preto ou cinzento. A cocção modificou a côr original do barro apenas na espessura de um mm., aproximadamente, na superfície exterior, e geralmente um pouco menos na interior. É verdade que existem também numerosos exemplares em que as paredes externas são de côr cinzenta ou escura, não chegando a avermelhar. Isso pode ser resultado do cozimento, ou consequência de uso na preparação de alimentos sôbre o fogo, ou deterioração

devida a substâncias, que durante muito tempo a tivessem impregnado.

A resistência, parece-nos que não está em relação com a coloração da superfície ou do miolo. É interessante deixar anotado que o miolo preto não é necessàriamente sinal de pouca resistência. As telhas fabricadas nas antigas reduções jesuíticas do Prata mostram o miolo completamente negro, debaixo de uma superfície vermelha, não obstante acharem pessoas conhecedoras de produtos de olaria, que dificilmente se reproduzirá artigo mais resistente.

A côr externa do barro cozido varia, segundo vimos, entre o avermelhado-terroso e o cinza. Pode-se dizer que existem em todos os vasos dêste tipo, manchas pretas, maiores ou menores, provenientes do cozimento, nos lugares onde apoiavam sôbre as pedras e não eram atingidas diretamente pelo fogo. Isso nos poderia sugerir algo sôbre a maneira como era realizada a cocção.

Para um recipiente de uso comum, fàcilmente substituível, não é costume empregar-se ornamentação muito escolhida ou custosa. É o que verificamos em tôda essa cerâmica de uso cotidiano. O tipo mais comum é o de impressões digitais, dispostas uma ao lado da outra em filas paralelas ao redor de todo o corpo, a começar do bordo até o centro da base. Não é um ornato grandioso, mas quando bem acabado não deixa de causar alguma impressão de beleza. Êste enfeite normalmente se estende por tôda a superfície exterior dos exemplares grandes e médios. Nas panelas menores e nos recipientes pequenos muitas vêzes apenas orna o colo ou bordo. No litoral ao contrário do que verificamos no Alto-Uruguai, são muito raros os vasos em que o ornato se apresente com algum bom-gôsto. Em geral estão mal acabados, dando a impressão de trabalho rápido e descuidado. Isso se nota mais ainda na base das panelas e na parte que entra em contato com a terra, enquanto o recipiente se mantém direito. Quase todos os vasos grandes e médios não têm outro motivo ornamental a não ser o da impressão dos dedos, enquanto entre os pequenos onde também é muito frequente, compete com o unguicular que é o segundo em uso. Encontra-se êste de preferência nos recipientes pequenos e um pouco nos médios, não existindo entre os grandes.

A impressão da unha apresenta aspectos diversos: ora é uma unha grande, ora uma pequena; algumas vêzes são impressas uma ao lado da outra, em linhas paralelas, outras distribuem-se irregularmente pelo corpo todo; há impressões profundas e superficiais; em alguns exemplares cobrem a superfície externa tôda ou se estendem apenas ao longo dos bordos; muitas vêzes a impressão é de unha legítima, enquanto que outras procura-se efeito parecido com auxílio de uma espátula ou concha em meia-

lua. Exemplos únicos são os números 40 e 41, onde os sinais se dispõem em triângulo, imitando de alguma forma o tipo pintado.

Semelhante ao unguicular é uma impressão cuneiforme, encontrada apenas num fragmento, e levada a efeito com uma espátula.

Sui generis e muito raro é um modêlo de linhas paralelas salientes, distanciadas entre si de, aproximadamente, 1 cm. e que percorrem verticalmente o corpo todo. Podemos registrar ainda o que se nos afigurou como sinais de alisamento com espigas de milho ou algo semelhante, motivo que anteriormente assinalamos para o Alto-Uruguai (Schmitz, 1957) e Osório (Schmitz, 1958) e Antônio Serrano figurou para o Rio Grande do Sul de um modo geral (Serrano, 1947, 136). Mencionamos ainda os vasos sem ornato pertencentes a êste estilo e teremos os principais motivos de ornamentação da cerâmica gravada.

Todos os tipos, com exceção do cuneiforme e dos sinais de espigas de milho foram descritos por Tiburtius para a jazida de Itacoara, o que vem confirmar a tese do autor de que a parte superior é de cultura guarani (Tiburtius, 1951, 338 e fig. 44, 45). Comuns aos guaranis das diversas paragens são o ornato digital, o unguicular e o estriado com espigas de milho. Procedentes do litoral são os ornatos cuneiformes, ao passo que o de linhas paralelas, até o momento só foi indicado para os carijós de Florianópolis e Itacoara.

3. *A cerâmica pintada*

Depois de termos estudado a cerâmica gravada, vamos observar que os guaranis possuiam uma outra, completamente diferente não apenas na ornamentação e nas formas, porém ainda mesmo no cozimento. Antes vimos uma cerâmica empregada para as finalidades mais comuns e menos elevadas da vida doméstica. A que estudamos agora, segundo tôdas as características, destinava-se a fins mais nobres, sendo por isso melhor cuidada e menos abundante.

Embora mostrem alguma parecença diversas formas pequenas, de ambos os tipos de cerâmica guarani, esta semelhança é aparente, podendo-se distinguir mesmo com uma observação superficial, as características essenciais dos dois grandes grupos distintos.

Quanto às formas podemos dividir a cerâmica pintada em dois grupos: o primeiro reune aquêles modelos em que as paredes se distinguem em zonas nitidamente marcadas (t III, 1-8 e t IV, 1-22), ao passo que o segundo agrupa os modelos de paredes curvas, onde as zonas apenas estão levemente indicadas, no

barro ou na pintura, ou então absolutamente não existem (t III, 9-21 e t IV, 32). Na realidade esta distinção é mais fácil do que na teoria, pois as zonas externas costumam estar reforçadas por motivos zonários separados entre si por traços, às vêzes bem largos, de uma côr vermelha intensa, sôbre fundo branco, ao passo que os exemplares de paredes curvas, embora tenham muitas vêzes um motivo zonário externo, com mais frequência têm a ornamentação interna. Que a nossa distinção não indica algo de essencial, mas apenas um agrupamento para facilitar a supervisão, mostra o fato de a maioria dos vasos do segundo grupo terem uma ornamentação interna ao menos parcialmente zonária, indicando no desenho que as paredes simples e curvas provem de um tipo zonário mais complicado.

Entretanto a ornamentação do fundo interno nunca é zonária, embora geralmente ao redor do bordo haja um ornato em zona, ou ao menos um traço vermelho. Estas zonas, internas ou externas, quando não existe um cotovelo bem expresso ou ao menos uma pequena reentrância, normalmente interior e exterior, indicam a divisão do vaso, nas suas diversas partes ou ao menos a ressaltam. Tenho a impressão de que esta persistência do ornato em zonas e a indicação infalível das mesmas, se deva ao fabrico em tiras de barro, abrangendo cada qual uma zona. É o que se parece depreender dos fragmentos, que estão quebrados mais vêzes no sentido do ombro, ou de uma das outras divisões zonárias, do que no encontro das espirais.

Nos tipos onde as paredes são zonárias, isto é no primeiro sub-grupo, distinguimos o bordo; o colo ou gargalo; o corpo, dividido em duas partes pelo ombro; e a base. A ornamentação ocupa a parte superior, desde o bordo inclusive até o ombro, sendo a parte inferior desprovida de ornato. As zonas podem ser duas, três, quatro ou mais; em casos muito raros, tratando-se de recipientes pequenos, encontramos apenas uma zona superior ao ombro. A parte inferior ao ombro, normalmente é algum tanto cônica e, em casos menos frequentes, arredondada. Não leva ornamentação alguma na parte externa. No sub-grupo de paredes curvas as bases são mais arredondadas. Bases planas encontramos em tôda a coleção apenas uma (t III, 5) e desta não sabemos se é legítima, visto ser reconstruida a parte que nos interessa. Inclusive os pratos (t III, 16) ou recipientes quadrangulares de fundo quase plano (t III, 19) apresentam ainda alguma concavidade. De modo que podemos afirmar que, da mesma forma como na cerâmica gravada, tão pouco nesta existem bases planas, que mantenham o recipiente em pé numa superfície horizontal. Não falamos de pés que sustentem um vaso, porque, até o momento, em parte alguma de nossos estudos guaranis, encontramos um único pé sequer.

No que se refere a asas ainda não tivemos em nossas mãos uma única, embora tenhamos três fragmentos, um da coleção Berenhäuser, outro de Osório e o terceiro do Alto Uruguai, que como tais pudessem ser interpretados. São uma espécie de carretel, bastante grande, de barro cozido, com vestígios de pintura, os três quase idênticos, com as bordas gastas, mas nenhum dêles estava prêso a alguma parede de igaçaba, de modo a nos indicar seguramente a sua finalidade. Ficamos esperando para ver se futuramente aparece alguma confirmação. Perfurações para suspensão também só vimos uma única, como já mencionamos (t III, 15).

Muito se falou e se fala ainda em tampas, tendo sido encontradas diversas em diferentes lugares do território tupi-guarani. Mas, ou porque a sorte não nos favorece, ou porque não as distinguimos, o fato é que até agora não apareceu vestígio. As figuras da tábua IV, 1, 2, que são de grandes igaçabas, têm na passagem do colo para o corpo uma saliência notável, que se estende ao redor de tôda a circunferência e que só pode ser interpretada como suporte de tampa, mas do objeto mesmo nenhuma notícia tivemos.

A espessura das paredes varia, como no tipo anterior, em função do tamanho, regulando mais ou menos pelas mesmas medidas, embora de um modo geral seja mais fina.

A técnica da fabricação, como em todos os outros exemplares guaranis, é a da espiral para os recipientes todos, com exceção provàvelmente, dos bem pequenos, moldados à mão. Como já indicamos antes, há indícios ainda não suficientemente comprovados de que talvez a cerâmica zonária tenha sido fabricada em zonas, que em regra geral são indicadas no barro das paredes, interna ou externamente, e quando não, ao menos se procura recordar esta feição por meio de ornato zonário.

O cozimento e a resistência são melhores que as da cerâmica gravada, embora as espécies de barro utilizado sejam as mesmas, e com a mesma quantidade de cristais na massa proveniente de decomposição do granito.

Quanto às formas distinguimo-las dentro do primeiro grupo mais por tamanho do que pelo seu aspecto, visto êste ser fundamentalmente idêntico, apesar das poucas exceções que aparecem como o nr. 3 e 4 da tábua III. Dividimo-los, pois, em igaçabas ou panelas grandes, quando superiores a 350 mm. de altura; panelas médias ou pequenas, aproximadamente entre 350 e 100 mm.; e panelinhas daí para baixo. O grupo das formas curvas, com as zonas não indicadas ou apenas esboçadas, dividimo-lo em tigelas, quando a abertura do bordo é igual ou superior ao diâmetro do bojo; e potes quando é menor. Esta distinção é arbitrária, mas pelo menos nos proporciona clareza, quando em-

pregamos um ou outro têrmo, o que não se daria, caso os empregássemos no sentido comum atribuído às duas palavras.

Na tábua III damos algumas formas de cerâmica pintada. Os números que incluimos no texto são de vasos inteiros e desenhados de acôrdo com o original (4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 15, 18). As reconstruções são aproximadas, em razão de não as fazermos, em geral, sôbre um fragmento apenas, mas como resultado médio da observação de numerosos fragmentos parecidos (os números restantes da t III). Os modêlos da tábua IV são todos feitos sôbre originais.

A igaçaba é um tipo zonário semelhante ao representado na fig. 1 da tábua III. Não tivemos nenhum modêlo inteiro na coleção e por isso não nos atrevemos a reconstruções com receio de errar. Nos livros que tratam do assunto podem ser vistas as suas formas. Apresentam em geral bem distintos o bordo, o colo, a parte superior do corpo e a parte inferior levemente cônica. Devem ter sido ao menos em parte providas de tampas (t IV, 1, 2). Algumas têm os bordos largamente abertos, ao passo que outras os têm mais fechados, em tipo de ânfora (t IV, 3).

Os fragmentos de igaçabas são muito abundantes na coleção. Eram intensamente utilizadas, como provam as paredes internas, principalmente as do fundo, extraordinàriamente gastas, de modo que os cristais estão salientes, às vêzes com quase todo o corpo de fora. Sabemos pelos documentos e também pelos desenhos antigos que nas igaçabas se preparavam as bebidas fermentadas o que poderia provocar a erosão constatada (Staden, 1942, 166, 183; Léry, 115a, 120a). Aparecem igualmente nos desenhos como usadas no fogo (Staden, 1942, 166; Léry, 115a, 180a), embora disso não tenhamos encontrado vestígios. Consta ainda pelos documentos e pelas escavações que nelas eram enterrados os mortos. Só põem em dúvida que neles se enterravam homens inteiros quem ainda não viu uma igaçaba, não digo gigantesca, mas só do tamanho normal (Bruxel, 1958, 105).

Damos a seguir as características de uma igaçaba conservada na coleção Berenhäuser. Não a desenhamos visto achar-se em máu estado de conservação, faltando atualmente o colo e o bordo, cujos fragmentos ainda existem, mas não foram ainda restituídos ao seu lugar. Vejam-se também os bordos das igaçabas t IV, 1-5.

Igaçaba: altura 700 mm. aproximadamente; diâmetro do bojo 840; a abertura do bordo não é possível medir; a grossura das paredes varia entre 15 e 20 mm.. Feita em espiral, polimento perfeito interno e externo. Miolo preto, sendo 2 mm. da parede interna e externa modificados pelo calor. Da ornamentação conservam-se apenas os motivos do corpo, estando o colo e o bordo destruídos. Os motivos são comuns em linhas retas, semelhan-

tes a t IX, 42. Dentro do bojo cabe perfeitamente um homem, com o corpo inteiro.

As panelas grandes têm, comumente, a mesma forma das igaçabas, distinguindo-se apenas pelo tamanho, ou podem ter formas diferentes, como o número 3, t III. Também as poderíamos chamar de igaçabas pequenas. Teriam provàvelmente finalidades idênticas às igaçabas maiores, como mostram as figuras acima indicadas.

As panelas de tamanho médio e pequeno, bem como as panelinhas, têm em regra geral os bordos mais abertos que as igaçabas. O formato mais comum tem as linhas essenciais da igaçaba (t III, 1, 2, 5, 6, 7, 8), havendo porém exemplares diferentes como o nr. 4, t III. Sôbre a finalidade concreta nada conhecemos, preferindo não fazer conjeturas. Parece não terem sido utilizadas no fogo, como provam as nossas buscas estéreis de camadas de fuligem, ou restos de comida. Também a pintura escolhida falaria contra tal uso. Seu número é muito abundante, proporcional ao das formas arredondadas. A pintura, externa, é em zonas e os exemplares se parecem muito nas formas, nos bordos e em grande parte nos ornatos, que entretanto são mais escolhidos que os das grandes panelas e igaçabas (t IV, 6-22). Nos desenhos 6-10, bem como nos anteriores da tábua IV, indicamos sempre a correspondente ornamentação, exterior. Os números 11-22 indicam apenas, no que se refere ao ornato, os traços vermelhos, separadores das zonas, visto os motivos estarem apagados. Eis algumas panelas:

Panela (t III, 5). Altura interior 131 mm.; largura máxima do bôjo 320; diâmetro do bordo 290; grossura das paredes 6. A feitura não se pode ver. Polimento perfeito por dentro e por fora. Barro perfeitamente homogêneo, com algumas pedrinhas apenas. O cozimento é muito bom, sendo a côr um alaranjado terroso, perfeitamente homogêneo interna e externamente. Os motivos zonários externos são apenas dois: um para o corpo e outro para o gargalo, o bordo é reto e não apresenta ornamentação. Formas semelhantes a esta são muito numerosas.

Panelinha (t III, 6). Altura interna 57 mm.. Largura máxima do bôjo 245; abertura do bordo 117; parede 4 mm.. A feitura não se pode ver. O cozimento é perfeito através de todo o barro. Côr interna avermelhada, externamente existem pontos avermelhados, sendo o resto terroso. Perfeitamente polido. O bordo é reto, levemente inclinado para fora. A ornamentação era de duas zonas, uma para o colo, outra para o bôjo, estando atualmente prejudicadas por causa da luz, que as apagou.

Panela (t III, 4). Vaso bastante prejudicado. A abertura do bordo é de 155 mm.; as outras medidas não as tomamos. Feitio desconhecido. Cozimento regular: a metade exterior da pa-

rede é avermelhada, enquanto a parte interna é cinza escuro. Na massa existem abundantes pedrinhas até de 1 mm. de diâmetro. A côr da parede externa é vermelha, em partes avermelhada; a interna é cinza escuro e alguns lugares escura. Perfeitamente polida, sem pintura, nem interna nem externamente. Não são muito abundantes vasos semelhantes a êste, podendo-se dizer, que, os vasos duplos por assim dizer são inexistentes.

Formas comuníssimas de panelas e panelinhas são os representados nas figuras 1, 2, 7, 8 da tábua III, bem como 5 e 6 da mesma tábua. O bordo pode ser maior ou menor, o número de traços vermelhos, distintivos de zonas podem ser multiplicados, a inclinação das paredes varia um pouco, bem como a base, ou a altura mas o estilo é idêntico.

O segundo grande sub-grupo de cerâmica pintada, absolutamente o mais numeroso, comporta os potes e as tigelas, bem como algumas formas que não poderíamos enquadrar fàcilmente no grupo anterior. A distinção dos dois grandes sub-grupos, como o reconhecemos de início, é arbitrária, mas empregâmo-la assim para que haja clareza sôbre o que desejamos dizer. Pertence todo o conjunto, ao menos remotamente ao mesmo tipo zonário e o traço que geralmente marca, interna e externamente o bordo, assim como o desenho zonário que o ressalta, nô-lo mostram nitidamente. Pode ser visto em quase todos os desenhos da tábua III, 10-21 e na tábua IV, 25-32. As bases costumam ser muito mais arredondadas do que as do grupo anterior, mais cônicas. O ornato é colocado naquelas partes em que realmente possa ser visto: sendo interno, quando os bordos são muito abertos; externo, quando demasiadamente fechados, e em ambas as superfícies quando isso era possível e conveniente. Só existe aqui uma lei: a de não deixar sem desenho aquilo que era possível ornar.

Não obstante encontramos também alguns recipientes pequenos, de estilo idêntico aos pintados, mas onde não se lhes deu êste acabamento. Como no grupo das panelas aqui também são relativamente raros. Quanto à utilidade de potes e panelas temos maiores informações nos documentos e desenhos antigos. Serviam-se neles os alimentos e as bebidas, como nós nos servimos de pratos e taças, sendo, ainda utilizados para o transporte de alimentos e bebidas (Staden, 1942, 166, 183, 186; Léry 115a, 120a). E se olharmos para a escolhida ornamentação em côres, certamente que se não precisavam envergonhar da sua baixela mesmo perante pessoas bem colocadas, afirmando Léry que era mais decente e muito mais ornada do que a de que se costumavam servir os brancos. (Léry in Métraux, 1928, 234).

Acrescentamos ainda os pratos e outras formas que se não enquadram no grupo das panelas. Os pratos aparecem frequen-

temente nos desenhos antigos, com a mesma finalidade com que nós os utilizamos, podendo ser grandes ou pequenos, redondos ou elípticos ou ainda angulosos, pintados sempre internamente. Encontramos um fragmento de prato que dá para o original ao menos 500 mm. de diâmetro, sendo porém os pratos normalmente menores, entre 250 e 300 mm. (Staden, 166, 186; Léry, 115a.).

Mencionemos ainda certos pequenos recipientes quadrangulares de ornamentação interna, semelhantes aos que Métraux representou sob as letras b-e da fig. 26 do seu livro sôbre a Civilização Material dos Tupi-guarani.

Concretizemos:

Tigela (t III, 10). Altura interna 56 mm.; abertura máxima 190; parede 7 mm.. Não se pode ver a feitura, nem a massa. Muito bem queimado, sendo por fora avermelhado forte, com 3 manchas pretas nos pontos onde encostava nas pedras por ocasião do cozimento. Polido por dentro e liso por fora e pintado com vermelho uniforme interiormente. Bordo simples, sem traço e sem indicação de zona, nem interna, nem externamente.

Tigela geminada (t III, 15). Profundidade 17 mm.; largura 60 mm.; comprimento de ambas juntas 100 mm.. Num dos lados existe uma perfuração para suspensão. O exemplar está perfeitamente trabalhado, por dentro e por fora. Conservava-se nêle uma substância preta, mas por baixo desta substância consegue-se ver o ornato primitivo muito bem feito, vermelho ou preto sôbre branco. Exemplares simples da mesma forma existem numerosos, todos com primorosa ornamentação interna. Notamos alguns raros exemplares, todos pequenos ou minúsculos, cujos bordos não são retos e simples, como é a regra, mas que são artisticamente conformados. São obras de capricho, mas revelam em tudo as características da cerâmica pintada guarani.

Sob o nr. 20, t III, damos o corte através de uma tigela para mostrar as suas paredes e a ornamentação interna em vermelho (linha contínua) e preto (linha pontuada) sôbre fundo branco. Pode-se ver também nitidamente a reentrância que, interna e externamente, marca o bordo zonário. Exemplar semelhante é o nr. 14, t III.

Os potes são também numerosíssimos com algumas formas muito semelhantes às tigelas e outras de bordos mais fechados.

Pote (t III, 9). Profundidade 58 mm.; bojo 210; bordo 195; parede 6 mm. Cozimento bom; 1 mm. de cada lado transformado pelo calor, o resto do miolo é preto. Parece ser moldado à mão, sendo externamente áspero como se fôsse todo rachado. Os cristais de quartzo da massa são bastante grandes (2-3 mm.). Côr externa: bordo vermelho intenso como se fôsse pintado, mas na realidade não o é. O resto do corpo apresenta lugares vermelhos, ao lado de um conjunto vermelho-terroso. Ex-

ternamente está apenas indicada uma zona, ao passo que internamente está bem marcada. Pintado de um vermelho uniforme por dentro, havendo lugares onde a tinta se acumulou e poderia ser retirada para exame.

Pote (t III, 11). Altura interna 53 mm.; abertura máxima 180 mm.; parede 5 mm.. Cozimento atravessou a parede tôda. Barro com poucas pedrinhas. Feitio desconhecido. Uma mancha preta indicando o ponto onde estava apoiado durante o cozimento. Perfeitamente polido por dentro. Liso por fora. Paredes simples sem zonas nem traços para tal distinção. Pintura com motivos em traço vermelho sôbre fundo branco por dentro: zona ao redor do bordo e sem zona no fundo.

Potezinho minúsculo (t III, 18). Reconstrução à base de alguns fragmentos. Os dados são aproximados: profundidade 60 mm.; diâmetro da abertura do bordo 80; diâmetro do bôjo 95; parede 6 mm.. Cozimento bom: 1 mm. de fora e 0,5 mm. do lado de dentro transformado pelo calor; miolo preto. Polido por dentro e por fora. Pintado de vermelho uniforme por dentro e por fora, sendo o bordo branco, inclinado para dentro, sem motivos ornamentais. Êste tipo de pote é mais raro do que o outro, de bordos mais abertos, que se encontra com grande frequência.

Potes como o da figura nr. 13, t III, aparecem com alguma frequência, tendo ornato zonário externo, até o ombro. Mais raros são potes quase esféricos como o nr. 17, t III, com ornato externo e o 21, sem ornato.

Os pratos apresentam a ornamentação interna, como o nr. 16 e 12 t III. Formas semelhantes ao nr. 19 também são ornados internamente.

Prato (t III, 12). Profundidade máxima 60 mm.; abertura máxima 241; parede 7 mm.. Provàvelmente feito de uma só peça. Polido por dentro, liso por fora. Não se vê o cozimento, nem a côr, devido ao cimento com que foi reconstruído. O bordo levemente inclinado para fora e bastante irregular. Pintado por dentro, com uma zona ao redor do bordo, e o fundo com motivos não zonários; restam apenas vestígios da pintura. Os outros pratos costumam ser mais raros que êste.

A ornamentação de tôda esta cerâmica é de um estilo apenas, quer seja de motivos com ou sem zonas, quer seja uma pintura vermelha uniforme. Na sua maior parte a ornamentação é zonária, sendo os motivos, em ambos os casos, exclusivamente de figuras geométricas em traços retos e mais raramente curvilíneos. Os motivos são estereotipados, como é fácil de ver nas tábuas (V-XV), sendo poucos e repetindo-se com pequenas variantes nos diversos exemplares.

Nas tábuas III e IV mostramos como se sucedem os motivos nas diversas formas, reproduzindo alguns modelos bem con-

servados. Nas tábuas posteriores, onde reproduzimos apenas os motivos, indicamos sempre as suas características essenciais: se é zonário ou não-zonário, se interno ou externo, qual o lugar do vaso em que se encontra e qual a côr. Os motivos zonários externos, como já frisamos, encontram-se em todos os casos acima do ombro; os motivos zonários internos, quando existem, ao longo do bordo; os motivos não-zonários internos sempre recobrem o fundo todo: o interior, quando pintado, está sempre todo pintado, sem deixar nada sem ornato; podem recobrir todo o interior, ou estar o bordo cercado por um motivo zonário (t III, 20 e t IV, 32). Os pontos encontrados nos motivos são sempre pretos, as linhas pontuadas indicam linhas pretas.

Os motivos não são reproduzidos na sua escala, podendo aparecer pequeno no desenho o motivo grande e desenvolvido de uma igaçaba, e ser bem desenvolvido no papel um ornato pequeno, mas complicado de um potezinho minúsculo. Quanto aos traços vermelhos que separam as zonas umas das outras, algumas vêzes os reproduzimos e outras não, atendendo sempre ao desenho e ao espaço que precisávamos para o representar. Às vêzes reproduzimos no desenho em linhas simples o que era traçado duplo, indicando-o então na legenda. Também não pudemos atender à grossura dos traços, visto ser muito variada; a grossura das linhas no desenho é arbitrária.

Os desenhos costumam ser feitos sôbre um motivo concreto, existente, mas há, na coleção, geralmente dezenas de outros motivos semelhantes a cada um dos reproduzidos. Se indicamos algumas variantes de um motivo não foi absolutamente para as esgotar, mas ùnicamente para mostrar que o mesmo se pode desenvolver de formas diversas. Dificilmente encontramos um motivo completamente igual a outro, diferindo no tamanho, na tinta, no acabamento, no desenvolvimento para o lado direito ou esquerdo, etc.

Não reunimos os motivos segundo a forma dos recipientes visto não haver motivos exclusivos de igaçabas, ou panelas, não sendo nem mesmo os motivos não-zonários exclusivamente internos, como mostra a fig. 17, t III. Juntamo-los, por isso, em grupos parecidos, podendo-se ver pela legenda, que acompanha os quadros, que dois motivos parecidíssimos pertenciam um a uma igaçaba gigantesca e outro a uma panelinha minúscula (por exemplo t V, 2 e 4; 1 e 3).

A igaçaba, em comparação com os outros modelos menores é pobre em motivos ornamentais, em côr e acabamento. A ornamentação é sempre externa, em diversas zonas até a altura do ombro. Sôbre fundo branco desenrolam-se motivos vermelhos em linhas retas e raramente em linhas curvas, de preferência duplas, ou então muito largas, representando motivos sim-

ples. Tanto o colo como o bordo reproduzem apenas motivos triangulares, semelhantes aos desenhos da tábua V. No corpo encontramos tipos diversos, como podem ver nas outras tábuas.

As panelas e panelinhas têm ainda o mesmo tipo de ornamentação, mas à medida que diminui o tamanho cresce o acabamento, surgindo pinturas graciosas, retilíneas e abundância de curvilíneas. Também a pintura preta, acompanhando motivos vermelhos ou isolada pode ser observada nos exemplares menores, sendo entretanto bastante rara nas zonas externas.

Nos vasos de pintura interna encontramos as melhores obras, tanto na distribuição da côr (vermelho e preto sôbre fundo branco), quanto nos motivos ornamentais. Costumam ser de linhas retas as zonas do bordo interno, ao passo que nunca o são os motivos que enchem o resto da parede interna. Se no tipo panela costuma haver apenas uma côr, o vermelho, sôbre fundo branco, nestes outros a côr preta é muito frequente, raramente como traço principal, mas geralmente reforçando o traçado vermelho, ou entremeado no traço vermelho, ou então como pontos que enchem claros, para lhe dar mais variedade. Os motivos adaptam-se à forma do recipiente: o fundo interno nunca é pintado em zonas e dá margem ao jogo da fantasia para encher um espaço circular, apresentando-se aí os motivos mais interessantes, mas tão variados e às vêzes tão complicados que é impossível copiá-los todos. Êstes, embora também se repitam, fazem-no muito menos do que os motivos zonários, havendo maior liberdade para a fantasia do pintor (t III, 11, 12, 15, 19, 20; t IV, 8a, 32; t X-XIV).

Às vêzes, principalmente as tigelas e potes têm internamente apenas uma camada de côr vermelha uniforme, cobrindo a camada branca. Outras vêzes pinta-se de vermelho o lado que também pode ser visto quando um já está pintado. Dificilmente pintam-se os dois lados com motivos.

De resto quanto menores os vasos mais bonitos e mais bem cuidados os motivos. É uma grande vantagem que a coleção Berenhäuser apresenta sôbre as outras a de ter conservado uma quantidade fabulosa de motivos ornamentais, que podem constituir um modo de reconhecer relações entre os grupos guaranis que se espalharam por regiões às vêzes bem distantes. E' verdade que muitos fragmentos são tão pequenos que já não se podem copiar os motivos. Em regra geral, entretanto, estão bem conservados, de modo que ao menos com algum esfôrço se podem bem reconhecer. Entre os modelos pintados predominam sem dúvida alguma os exemplares pequenos até miniaturais.

Embora, como deixamos dito, não existam motivos exclusivos de uma forma ou tamanho, vamos passar ràpidamente as tábuas de motivos para dizer algo sôbre êles.

A *tábua V* contém motivos de bordos e colos: é o conheci-

do motivo triangular que parece ser uma das características da cultura tupi-guarani. Encontramo-lo sempre nos recipientes bem grandes e muitas vêzes ainda nos mais pequenos, aparecendo tanto no interior, quanto no exterior, ora em formas muito complicadas, ora tão simplificado que não sobraram senão linhas paralelas. E' certamente o motivo mais repetido em tôdas as terras de cultura tupi-guarani. Apresentamos dez variedades, mas também poderíamos ter trazido um milhar com a mesma facilidade, pois dificilmente se encontrava um vaso que não tenha ao menos um modêlo triangular.

A *tabela VI* contém alguns motivos triangulares e losangulares, que também se podem encontrar em todos os tamanhos e formas da cerâmica guarani, mas são muito menos frequentes que o motivo anterior. Mesmo consideradas de um modo absoluto são pouco frequentes. O mais difícil de todos êles é o nr. 16 que encontramos apenas uma vez em tôda a coleção.

Os motivos de linhas simples da *tábua VII* são encontrados com relativa frequência em panelas, ao passo que os de linhas duplas encontram-se também em igaçabas. O desenvolvimento ora é para a direita, ora para a esquerda, normalmente em zonas externas.

A *tábua VIII* apresenta também motivos encontradiços em panelas, em zonas externas, sendo raros em panelas grandes os motivos de linhas simples e frequentes os de linhas duplas. O nr. 35 é um dos poucos motivos traçados só em linhas pretas sôbre fundo branco.

Motivos comuns em igaçabas e panelas são os da *tábua IX*. Temos um exemplar bastante complicado no nr. 39, que apareceu uma única vez na coleção. Os nrs. 40-44 são muito repetidos, principalmente no corpo de igaçabas e panelas grandes.

Mais graciosos que os das tábuas anteriores são os motivos desta (X). Os ornatos em cruz como aparecem aqui surgem com alguma frequência (46-48). As ondas (52) encontrâmo-las algumas vêzes em colos de panelas médias e grandes. Os demais ornatos são internos, devendo-se notar a frequência de traços ou pontos pretos.

Típicos para a ornamentação interna são os números 56-58 das *tábuas XI e XII*, sendo que os nrs. 69-71 se vêem mais em gargalos de panelas pequenas e de panelinhas.

Ainda são característicos para os fundos internos de tigelas e potes os desenhos 72-81, das *tábuas XIII* e *XIV*, sendo ora mais, ora menos complicados e bem abundantes.

Os restantes motivos aparecem em panelas em traços simples, nas igaçabas em traço duplo, com muita abundância: 82-94, das *tábuas XIV-XVI*.

Depois disso vamos deter-nos um pouco sôbre a pintura em

geral. Observamos que tudo o que é possível pintar os carijós não o deixavam sem enfeite, de maneira que geralmente só vasos bem pequenos não trazem pintura, o que também não é uma regra. Em vista disso a pintura é interna ou externa, ou encontra-se em ambos os lados, quando conveniente, parecendo que todos os lados visíveis estavam pintados e os que não apareciam, estavam sem pintura.

Distinguimos mais: motivos zonários e motivos não-zonários; sendo os zonários sem contestação os mais frequentes, visto tôda a cerâmica ter um caráter zonário, o que pessoalmente atribuo ao seu feitio. As zonas podem ser internas ou externas, ao passo que os fundos dos vasos, pintados internamente, costumavam ser em motivos não-zonários, sendo entretanto em regra geral motivos que se repetem em ordem. Não se encontra em tôda a coleção um desenho que lembre um vegetal, um animal ou um homem, sendo tôda a decoração meramente linear.

O motivo mais comum e que é por assim dizer o motivo por excelência dos guaranis, embora também se encontre entre os tupis, é o triângulo. Também nos outros motivos zonários predominam os traços retos, ao passo que os curvilíneos, em diversos motivos se distinguem mais nos fundos pintados, onde seria difícil aplicar um motivo retilíneo, de modo a encher com êle todo o espaço disponível. Também é ali geralmente que aparecem os pontos preenchendo os claros deixados pelo traçado das linhas e ainda a côr preta, mostrando claramente, que, se os outros recipientes eram pintados, todo o gôsto e cuidado se punha nesta cerâmica pequena e às vêzes minúscula, que constituia a baixela dentro da qual serviam alimentos e bebidas. Realmente a impressão que deixam os interiores pintados dêstes pequenos potes, tigelas ou pratos é bem outra do que a deixada pelas igaçabas grandes e pesadas.

Quanto à técnica queremos registrar o seguinte: a parede a ser pintada era primeiro recoberta por uma mão de tinta branca, que serviria de fundo aos motivos ornamentais. Mesmo quando se passava uma camada vermelha uniforme encontramos por baixo o "verniz" branco. Esta tinta é muito resistente, apagando dificilmente; protege assim a parede pintada de modo que, se o outro lado está completamente erodido, muitas vêzes até aparecer o miolo negro, o lado pintado se encontra perfeitamente conservado. Só depois de muito tempo exposta à luz, começa esta côr branca a minguar lentamente.

Sôbre êste fundo branco traçava-se o motivo ornamental. Já se afirmou que os guaranis traçariam primeiro as linhas dos motivos com argilha vermelha, para só depois aplicarem a tinta, entretanto em nenhum exemplar pudemos comprovar isso, embora tivéssemos prestado especial atenção. Aplicavam pelo contrário,

o vermelho diretamente sôbre a camada branca, como se pode ver perfeitamente.

As linhas não são tôdas da mesma largura, mas em geral se adaptam ao tamanho da superfície que é preciso pintar, havendo relação entre o tamanho do recipiente e a grossura das linhas. De modo que encontramos geralmente linhas largas cobrindo recipientes grandes e linhas que parecem traçadas com penas finas modernas as que ornam vasos pequenos. Muitas vêzes para aumentar o efeito da linha, traçavam linhas duplas, com pequeno intervalo entre uma e outra, o que era mais fácil do que reforçar muito uma linha só. Por vêzes se ligavam as linhas duplas por meio de pequenos tracinhos para dar impressão de maior largura.

Efeito diferente, de ordem artística, procurava-se ao reforçar, nos recipientes pequenos, o traço vermelho com outro paralelo de côr preta, ou o emprêgo de pontos pretos para preencher vazios, ou ressaltar os pontos de encontro de linhas em motivos vermelhos. Os traços pretos, em geral, são muito finos e os motivos feitos exclusivamente em preto sôbre branco, raríssimos.

Para separar as diversas zonas internas ou externas empregava-se um traço vermelho, espêsso, nos recipientes pequenos muitas vêzes reforçados por dois traços paralelos pretos. Podia também um largo traço vermelho substituir um motivo zonário inteiro, quando o espaço não era suficiente para o desenvolver razoàvelmente.

Se olhamos para as côres e seus diversos matizes, podemos ver que tôdas elas variam bastante: o vermelho ora é intenso, côr de sangue, ou mesmo arroxeado, ora é alaranjado ou creme. O preto pode ser preto simples, ou preto misturado com vermelho o que dá uma impressão tôda especial; também se pode notar maior ou menor intensidade na côr, de acôrdo com a maior ou menor quantidade de material graxo nela misturado. Nem mesmo o branco do fundo deixa de apresentar os seus matizes, desde o branco bem claro, até o cinzento bem escuro e o creme.

As côres de que falamos são persistentes, pois após centenas de anos de entêrro, ainda se podem ver perfeitamente. O inimigo da côr não é tanto a água, pois ao se retirarem do solo as côres são ainda firmes; o grande adversário da côr é a luz e dentro de pouco tempo ela as faz desaparecer.

Quanto à tinta, afirmou-se já que a tinta vermelha era em geral muito líquida e a preta muito consistente. Não encontramos sinal disso, mas ambas pareciam tão líquidas quanto era necessário para a pintura. E' verdade que muitas vêzes no início do traço ficava uma gota de tinta, mas depois a linha corria até o fim sem novamente assentar o instrumento de pintura. Às vêzes, como já fizemos constar, ficavam gotas de tinta vermelha ou verdadei-

ros blocos de tinta vermelha presos dentro de um recipiente, caso em que a tinta era bem consistente. Em outros casos vê-se que era líquida. Os traços pretos geralmente são mais uniformes que os vermelhos.

Quando observamos a ornamentação desta cerâmica, principalmente dos exemplares pequenos e minúsculos, temos de reconhecer que o ceramista carijó conhecia a sua arte. Quer tenha sido homem ou mulher o seu fabricante, estamos dispostos a crer que se tratava de profissionais. A cerâmica gravada não temos dificuldade em atribuí-la à mulher carijó, que teria fabricado os utensílios necessários para o seu lar, mas que tenha produzido igualmente a cerâmica pintada com seu acabamento de formas e desenhos e a repetição dos mesmos motivos, não nos parece verossímil. Os traços retos são tão retos como dificilmente os traçaria outro à mão livre, como tudo indica que foram traçados, com uma leve curvatura acompanhando o bojo do vaso, ao qual em caso algum se poderia aplicar uma régua. O mesmo se deve dizer das linhas curvas: certamente não foram traçadas por meio de compasso, pois nenhuma delas forma um arco de círculo perfeito, mas geralmente estão um pouco amassadas num dos lados. O que em tudo se observa é que foram tiradas com mãos extraordinàriamente firmes no manejo do pincel ou do bastonete de pintura. Os desenhos, apesar de não serem perfeitamente simétricos, causam uma impressão agradável e artística.

Sôbre o instrumento com o qual teriam pintado não temos informação alguma, mas prestando atenção nas linhas tem-se a impressão de que teriam pintado com um pincel as linhas mais grossas, mas as linhas estreitas, finíssimas, como se traçadas com fina pena moderna, não saberia com que a poderiam tirar. Havia, em todo o caso uma tradição pictórica muito grande, pela qual poderíamos explicar a repetição das mesmas formas e dos mesmos motivos, apenas com pequenas variantes, decorrentes do tamanho e do gênio de cada um dos ceramistas. A grossura regular do traço e a distribuição das tintas indica uma técnica muito adiantada, principalmente nos tipos pequenos, dificilmente imitável para quem não é desenhista. Também no caso do refôrço de traços vermelhos por linhas pretas, causa admiração o paralelismo das linhas.

Se os motivos ornamentais, de linhas retas, tiveram sua origem em semelhantes motivos trançados nos cestos de taquara, é uma questão ainda aberta. Realmente os motivos das tábuas V-X com boa vontade poderiam ser assim interpretados, bem como os nr. 40 e 41 da tábua II, mas o problema ainda está insolvido e não temos argumentos perentórios, nem pró nem contra tal hipótese.

Muitas outras questões, por falta de meios, ficaram necessàriamente abertas, não as podendo nós resolver, como por exem-

plo o estudo da tinta, a reconstrução de maior número de formas e motivos ornamentais, um estudo mais aprofundado do barro, os instrumentos de pintura: pincel, pena ou bastonete, bem como a reprodução de motivos em côres.

4. *Conclusões*

Resumindo o nosso estudo da cerâmica guarani da Ilha de Santa Catarina, observamos que existem dois tipos distintos, sendo o mais simples o de ornato gravado, e o mais bem acabado o de motivos, geralmente zonários, pintados em vermelho, ou vermelho e preto, sôbre fundo branco.

Êstes dois tipos de cerâmica, nos seus caracteres gerais, são comuns aos guaranis e ainda aos tupis.

Dentro do grupo guarani, que ora nos interessa, as distâncias territoriais produziram pequenos matizes na técnica de origem comum. A técnica comum não atinge apenas a feitura em espiral, o cozimento, as formas externas dos recipientes, mas ainda a ornamentação com motivos, desenhos e côres fundamentalmente idênticos e repetidos em todo o território ocupado. As modificações podem consistir no acréscimo de algum motivo novo, numa conformação levemente diferente, ou na ocorrência em proporções diferentes de formas comuns.

A estas pequenas nuanças, enquanto a escassez de material comparativo nô-lo permite, queremos atender nestas poucas linhas de conclusão, passando ràpidamente os lugares mais conhecidos e de material mais bem documentado.

A cerâmica gravada da jazida páleo-etnográfica de Itacoara, é por assim dizer idêntica à da Ilha de Santa Catarina, tanto nas formas quanto na ornamentação e isso não é de admirar, visto o mesmo povo carijó ter ocupado a ilha e o litoral onde se encontra a jazida descrita. Infelizmente os demais fragmentos, outrora pintados, já nenhum ornato conservaram, impossibilitando uma comparação de motivos ornamentais, que certamente confirmariam a nossa conclusão (Tiburtius, 1951).

Os fragmentos de ornamentação gravada descobertos por H. Baldus apresentam o mesmo ornato que os de Florianópolis. Os motivos pintados não é possível comparar (Baldus, 1951-52, As figuras).

Com os paradeiros de Osório apresenta o material de Florianópolis semelhanças e diferenças: as semelhanças manifestam-se nos motivos de ornamentação gravada e no seu descuido; ainda nos motivos ornamentais pintados, em grande parte idênticos; bem como na predominância dos recipientes pequenos sôbre os grandes. Diferem no entanto quanto às formas da cerâmica gravada,

que em Osório muitas vêzes é dupla ou tripla, com superposição de corpos, ao passo que semelhantes perfis apenas se encontram escassamente na Ilha. Disso tudo poderiam tomar algum argumento os defensores do parentesco estrito entre carijos e arachãs (Schmitz, 1958).

Comparando o material da Ilha litorânea com o do Alto-Uruguai, chamam atenção aqui principalmente as formas grandes, bem acabadas, de base mais cônica, em oposição às pequenas, descuidadas, com base preferentemente arredondada do litoral. Também os motivos semelhantes já são mais escassos do que entre os paradeiros litorâneos. Mencionemos ainda a argila basáltica muito mais adaptada, permitindo construções mais avantajadas e resistentes que as dos carijós (Schmitz, 1957).

A cerâmica pintada de Bonpland (Misiones) com seus corpos superpostos, distingue-se da nossa, onde predominam as formas simples e as reentrâncias no meio dos corpos são menos acentuadas nos raros casos em que se constatam (Métraux, 1928, 237).

De um modo geral observamos que a cerâmica da Ilha se aproxima de alguma forma do material tupi, sem, entretanto, perder as características guaranis. Isso se verifica, enquanto o material publicado permite conclusões válidas, entre outras coisas na coincidência de pratos redondos, elípticos, mais ou menos quadrangulares da coleção com os desenhos de Staden, Léry, Thevet e outros, bem como exemplares da arqueologia tupi publicados por Métraux (1928, 235 fig. 26), Tibiriçá (1935, tábua) e Carlos Ott. Ainda na maior variedade de ornatos internos, mais própria dos tupis, de acôrdo com os nossos conhecimentos atuais, do que de seus irmãos guaranis. Nas outras características, entretanto, nota-se coincidência com o material proveniente do Rio Grande do Sul (Serrano, 1936; 1937; 1947 passim).

Se expressarmos o conteúdo de nossas afirmações teremos o seguinte esquema: Do mesmo povo que os habitantes da ilha eram os ocupantes do litoral onde está situada a jazida de Itacoara; parentes próximos eram os arachãs da região de Osório; embora do mesmo grupo que os guaranis da Bacia Platina, tanto mais se diferenciam dêles, em pequenos matizes, quanto maior a distância, recebendo em troca elementos do grupo tupi que lhes era próximo.

A CERÂMICA DA BASE AÉREA

Ao examinarmos a coleção Berenhäuser encontrávamos certos fragmentos que, a princípio, não se enquadravam dentro do conjunto da cerâmica guarani, deixando-nos sem saber onde os

colocaríamos. Não era cerâmica guarani, nem moderna, mas por todo o seu aspecto parecia-nos nativa. A dúvida resolveu-se imediatamente quando principiamos a trabalhar com Alfredo Rohr na escavação e exame do material recolhido por êle. A estranha cerâmica da coleção era idêntica à desenterrada na jazida da Base Aérea. Isso indica, a nosso ver, que existiram no sul da Ilha, território da coleta do Sr. Berenhäuser, ainda outros jazigos da mesma cultura que a da Base Aérea.

A tábua I dá as principais características do material encontrado. Aproveitamos para os desenhos, bem como para o exame, apenas material recentemente escavado por nosso confrade, a fim de possuirmos segurança em nosso estudo. Não nos abalançamos a não ser a duas reconstruções, visto não nos querermos expor ao êrro, mas as formas e os fragmentos aproveitados, são bem claros, quando tomados dentro do conjunto.

As formas distanciam-se completamente da cerâmica guarani pintada ou em relêvo. A maior parte são do tipo 1 a 7, t I, sugerindo um moderno vaso de flôres, com o colo bastante estreito e as linhas do corpo bem delineadas, em formas arredondadas, sem ombros. Existem também exemplares de tigelas simples (8), ou ao menos duplas, superpostas (5). O nr. 5 indica apenas a secção inferior de um vaso provàvelmente duplo ou triplo. Observamos mais que uma grande parte, podemos dizer a maioria, têm a base plana, que serve para deixar o vaso numa superfície lisa e horizontal, como os tipos modernos (6). Às vêzes existe mesmo uma linha saliente, margeando a base plana, completamente circular, como nos produtos dos nossos tempos (1a, 5, 6, 7). No centro da base encontramos normalmente um ponto saliente ou reintrante, indicando o ponto central da superfície de apoio. Diferentes da cerâmica dos carijós são também os bordos, mais bem feitos, embora mais simples. Por êste caráter já seria difícil trocá-los com o produto guarani.

Todos os restos encontrados na coleção e na jazida, com exceção de apenas um fragmento, não apresentam ornato em relêvo, ou pintura. O exemplar nr. 1 mostra uma ornamentação externa, cuneiforme, gravada com um estilete, presumìvelmente em todo o corpo. Os outros recipientes são todos polidos, por dentro e por fora e sem ornato.

Quanto ao tamanho apresenta esta cerâmica grande uniformidade, sendo todos os exemplares encontrados médios ou pequenos, sem haver nem tamanhos grandes, nem minúsculos. À base dos fragmentos calculamos que oscilariam entre 200 e 350 mm. de diâmetro no bojo. As paredes são aproximadamente de 5 mm. de espessura, naturalmente com exceções para mais e para menos.

O cozimento costuma ser tão bom ou melhor que o da cerâ-

mica pintada guarani e é uniforme, variando a coloração de acôrdo com o material empregado como entre aquêles: existem formas completamente pretas interna e externamente, quando se empregou o barro sem areia ou com areia muito fina das terras baixas, como existem outras, vermelhas, quando se utilizou a argila, com abundante areião, proveniente da decomposição do granito. Em ambos os casos a côr é uniforme através de tôda a parede que ora é tôda preta, ora tôda avermelhada. Existem também raros casos em que as paredes externas são amarelo-avermelhadas e o miolo é preto. Em alguns vasos notamos manchas negras, provenientes do cozimento, indicando superfícies de contato.

Quanto à fabricação é muito difícil de verificar, tão compacta é a massa, mas num exemplar se observa que foi moldado segundo a técnica em espiral. Os outros dão a impressão de não serem feitos segundo êste uso. O alisamento e polimento, tanto interno como externo, é muito bem acabado, superando os melhores tipos guaranis, sendo em geral brilhante, com exceção do ornado, onde o alisamento é inferior na parte interna.

A resistência à fratura supera igualmente os melhores produtos guaranis.

Um grande número de fragmentos ainda apresenta no interior, e diversos também no exterior, camadas de substâncias que podem ser restos de alimentos ou imundície quando internas, ou fuligem quando externas; em alguns, esta camada atinge a dois milímetros de espessura. Tanto os vasos de fundo arredondado, quanto os de fundo liso eram usados ao fogo.

Os fragmentos representados na tábua I, têm as seguintes características:

1. Fragmento, mais ou menos um têrço do gargalo até o começo do bôjo; é bem cozido, as paredes com 5 mm. de espessura, massa fina e compacta, sem areião, de côr preta uniforme, por dentro e por fora. Todo o fragmento é recoberto por um ornato externo, cuneiforme, distribuído em zonas ao redor do corpo. Com o auxílio de grande número de fragmentos parecidos, mas sem ornato, tentamos uma reconstrução (1a).

2. Fragmento de um vaso semelhante ao anterior, porém maior. Com as mesmas características, mas sem ornato.

3 e 4 são parecidos aos anteriores em tôdas as suas características essenciais. No número quatro chamamos a atenção para a forma do bordo, que é o menos simples dos que encontramos.

5. Apresenta atualmente forma de tigela, reproduzindo o desenho quase o tamanho natural. Não sabemos quantas formas se sobrepunham à que atualmente ainda existe. Massa sem areia, bem cozida; no fundo interno existe uma camada de restos de comida, que se desprende em escamas. Foi usado no fogo. Parece ter sido feito à mão e não em espiral.

6. Fundo de um vaso, mostrando a superfície da base, que se manifesta externa e internamente. Como vimos acima numerosos fragmentos apresentam a base alisada, de modo que os recipientes podiam ser colocados sôbre uma superfície lisa, sem cairem, o que não se pode fazer com a cerâmica guarani, que se sustêm apenas quando enterrada no chão.

7. Fundo de um vaso, cuja reconstrução tentamos. Poderia ter-se a impressão de ser uma secção de um porongo. Existem diversos fundos globulares de cerâmica, sem podermos dizer da forma do vaso.

8. Tigela pequena, representada em tamanho pouco menor que o natural. Excelentemente cozida. Parede muito fina.

Os números 9 a 17 são formas de bordos, orientados sempre na mesma direção, de modo que o lado esquerdo é a parede externa, e a direita a interna. Como se pode ver, as diferenças entre os diversos exemplares, quando comparadas com outros tipos de cerâmica e com a dos guaranis, são pequenas.

Se perguntamos pela origem desta cultura, creio podermos dar a seguinte resposta: não se trata de cerâmica guarani, nem de produtos que poderiam ter surgido da imitação, mesmo inteligente e ativa dos modelos guaranis, porque as características são, por demais, diferentes. Não se encontrou em todo o paradeiro nenhum elemento que se possa dizer de origem guarani. Por outro lado, os demais elementos concordam, quanto nos é possível saber, com a cultura dos sambaquianos antigos, com uma única exceção, i. é que a jazida não é um monte de conchas, com abundância de mariscos,, embora estivesse à beira do mar. Pelo contrário, os elementos encontrados na camada de cultura, dentro da qual estavam enterrados os esqueletos e os restos culturais, são provenientes da caça, da pesca, em pequena parte da colheita de mariscos. Que poderiam ter coletado mariscos é claro, pois à distância de um Km. aproximadamente, encontra-se um monte de conchas igual aos outros sambaquis. Neste sambaqui não encontramos cerâmica, durante uma rápida inspeção que lhe fizemos. Supomos, portanto, que os habitantes do paradeiro tenham cultivado o solo, constituindo os alimentos daí resultantes, uma parte importante do sustento.

Teríamos, pois, elementos sambaquianos com agricultura e com cerâmica, esta última ao menos não emprestada dos guaranis, que ocupavam a ilha ao tempo do descobrimento e que aí se fixaram ao menos uma centena de anos antes. A cerâmica do paradeiro até agora não apresenta nenhuma semelhança com nenhuma das que conhecemos de regiões circumvizinhas.

Muitas vêzes se fala de restos de cerâmica encontrados nas camadas mais altas dos sambaquis, explicando-os como produto adquirido dos guaranis. Entretanto, a cerâmica que até agora

temos encontrado em semelhantes monumentos é tôda ela muito diferente da que se encontra nos paradeiros guaranis vizinhos. Sòmente estudos pormenorizados não só da estratificação, mas também do material cerâmico, nos poderão dar clareza sôbre êste ponto de nossos estudos. O material até agora encontrado nos faz supor, embora ainda não o possamos provar, que os sambaquianos adquiriram a cerâmica por si mesmos ou por um povo até agora não identificado e que não são os guaranis.

A nossa hipótese, portanto, seria a seguinte para a cultura do paradeiro. Tratar-se-ia de sambaquianos que evoluiram, adquirindo cerâmica e agricultura por si mesmos ou por meio de um povo que ainda não conhecemos. Tudo nos faz crer que tenham estado extintos, ou que se tenham extinguido quando chegaram os guaranis, visto não encontrarmos nenhum indício daquela cultura entre os seus restos.

Com isso também tocamos na idade da jazida. Se estava extinta ou se extinguiu quando chegaram os guaranis, terá no mínimo 600 a 700 anos. O grande número de esqueletos de adultos e principalmente de crianças, colocados um encostado no outro e muitas vêzes um por cima do outro, numa superfície seguramente maior do que 1.000 m2. fará remontar a origem do aldeamento ali existente ao encontro de um passado muito mais remoto.

É tudo o que podemos dizer, de momento, sôbre a cultura do paradeiro da Base Aérea de Florianópolis: um povo de cultura sambaquiana, com cerâmica e agricultura, e que é anterior aos guaranis, que para aí teriam migrado no século XIV ou XV.

Depois de termos entregue o manuscrito veio a nossas mãos o artigo de Menghin sôbre o povoamento prehistórico de Misiones (Argentina). Observando a cerâmica que Menghin denominou de Eldoradense, vimos a sua grande semelhança, para não dizer identidade com a que nestas linhas descrevemos. A única diferença está nas bases aplanadas em Florianópolis, globulares em Eldorado. Essa semelhança poderá, com o correr do tempo, vir a confirmar a hipótese de Menghin de uma identidade cultural primitiva no sul do Brasil, incluindo os sambaquianos (Menghin, 1957, passim).

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALMEIDA COELHO, Manoel Joaquim d'
1856 — Memória Histórica da Província de Santa Catarina, Destêrro (Florianópolis).

BALDUS, Herbert
Tonfunde in Nordparaná. Sep. de "Archiv für Völkerkunde", Wien 1951-52.

BOITEUX, Lucas Alexandre
s.d. — Notas para a Hstórica Catharinense. Florianópolis.

BRUXEL, Arnaldo
1958 — A Nobreza dos Caciques Guaranis, do Primitivo Rio Grande do Sul. Pesquisas II, Pôrto Alegre.

CABRAL, Osvaldo R.
1937 — Santa Catarina. Col. Brasiliana, São Paulo.

GUZMAN, Rui Díaz de
1882 — Argentina: Historia del Descubrimiento, Conquista y Plobación del Rio de la Plata escrita por ... el año 1612. Buenos Aires.

LÉRY, Jean de
1951 — Viagem à Terra do Brasil. São Paulo.

MENGHIN, Osvaldo F. A.
El Poblamiento Prehistórico de Misiones. Sep. de "Anales de Arqueología y Etnología", Mendoza, 1957.

MÉTRAUX, Alfred
1928 — La Civilisation matérielle des Tribus tupi-guarani. Paris.

OTT, Carlos
1958 — Pré-história da Bahia. Salvador da Bahia.

SCHMITZ, Inácio
1957 — Um paradeiro Guarani do Alto-Uruguai. Pesquisas I, Pôrto Alegre.
1958 — Paradeiros Guaranis em Osório (Rio Grande do Sul). Pesquisas II, Pôrto Alegre.

SERRANO, Antônio
1936 — Etnografia de la Antigua Provincia del Uruguay. Paraná.
1937 — Arqueologia Rio Grandense. Rev. do Arquivo Municipal de São Paulo, ano III, XXXVI.
1947 — Los Aborígenes Argentinos. Editorial Nova, Buenos Aires.

STADEN, Hans
1942 — Duas Viagens ao Brasil. Publicação da Soc. Hans Staden, São Paulo.

TIBIRIÇÁ, Ruy W.
1937 — Paulistaner Vorgeschichte. Pindorama I, 1; São Paulo.

TIBURTIUS, Guilherme — Iris Koehler Bigarella — João José Bigarella
1951 — Nota Prévia sôbre a Jazida Páleo-etnográfica de Itaccara (Joinville, Estado de Santa Catarina). Sep. dos Arquivos de Biologia e Tecnologia. Curitiba.

Zusammenfassung:

Das Ziel des Verfassers ist die Beschreibung der grossen Keramiksammlung aus der Guaranykultur, die Karl Berenhäuser vom Süden der Insel Santa Catarina zusammengetragen hat.

Nach einleitenden Bemerkungen über den Sammler und den Zustand der Sammlung selbst (gegenwärtig im Besitz des Jesuitenkollegs, Colégio Catarinense, von Florianopolis) behandelt er kurz die Geschichte der Guaranys auf der Insel, die kurz vor der Entdeckung eingewandert waren, aber nach fortwährender Unterdrückung durch die Weissen in der zweiten Hälfte des 17. Jahrhunderts völlig ausgerottet wurden.

Die auf der Insel vorhandene Tonware muss in zwei grundsätzlich verschiedene Arten eingeteilt werden: Zur ersten Gruppe gehören die einfachen Gefässe des alltäglichen Gebrauches, mit schlechtem Brand und unregelmässiger, eingedrückter Verzierung; zur zweiten, die Totenurnen, Töpfe, Ess- und Trinkgefässe, mit besserem Brand, gefälligeren Formen, deren meist geometrische Ziermotive rot oder rot und schwarz auf Zonen rings um das Gefäss angeordnet sind.

In beiden Fällen sind die Gefässe nach der Spiralwulsttechnik hergestellt. Unterschiedslos waren für beide Arten zwei Sorten Ton im Gebrauch: Der feine schwarze Ton aus den sumpfigen Überschwemmungsebenen lieferte die erdfarbige Ware mit grauem oder dunklem Kern; der aus verwittertem Granit stammend Ton, oft mit groben Kristallen durchsetzt, gab eine rote Oberfläche und eine rötliche Mittelschicht ab. Über die Gestalt, die besondere Form des oberen Randes und die Verzierung mögen die beigegebenen Tafeln genügend Auskunft geben; im allgemeinen lässt sich Folgendes sagen:

Die Verzierung der ersten Gruppe besteht aus Finger- oder Fingernagelabdrücken, zu denen auch andere, immer eingedrückte Zeichnungen kommen. Die bemalte Keramik weist an der Aussenseite zonal angeordnete Motive auf, meist in roter Farbe auf weissem Untergrund; die Innenseite hat nur um den Rand ein zonales Motiv, während der Boden andere Ziermuster zeigt; die Zeichnungen sind in roter, oder roter und schwarzer Farbe auf den weissen Untergrund aufgetragen. Mit wenigen Ausnahmen ist nur eine Seite verziert, nämlich diejenige, die mehr ins Auge fällt, während die versteckteren Teile die Farbe des gebrannten Tons behalten. Sehr selten ist die ganze Fläche mit einem einförmigen Rot überstrichen.

Aus dem Vergleich der Keramik der Insel Santa Catarina mit den anderen Fundstellen der Guaranykultur gelangt der Verfasser zu folgenden Schlussfolgerungen:

Die Hersteller gehörten zu der gleichen Kulturschicht wie die der nördlichen Küste von Santa Catarina, wo Tiburtius die Fundstelle von Itacoara ausgegraben hat. Sie waren weiterhin nahe verwandt mit den vom Verfasser (Pesquisas 2, 1958) beschriebenen Arachãs von Osório an der Nordküste von Rio Grande do Sul. Obwohl diese Gruppen offensichtlich zu der grossen Kulturgemeinschaft der Guaranys im La Plata Stromgebiet gehören, unterscheidet sich ihre Hinterlassenschaft davon um so mehr, je weiter die Entfernung vom Kernland dieses Volkes abliegt; umgekehrt, bedingte die Nachbarschaft zu den mittelbrasilianischen Tupystämmen die Übernahme mancher Eigentümlichkeiten.

Abschliessend sei bemerkt, dass die Keramik des auf der gleichen Insel liegenden Fundplatzes beim Lufthafen (siehe Rohr, Pesquisas Paleo-etnográficas, in diesem Jahrbuch) völlig verschieden von der

oben beschriebenen ist. Was sie angeht, so ist der Verfasser der Meinung, sie gehöre zu den Sambaqui- (Musschelhaufen-) Indianern, die entweder selbstständing oder durch Anregung durch eine unbekannte Kultur zu den Anfängen der Töpferei und des Ackerbaus gelangt waren.

Abstract:

The author describes the large collection of Guarany earthenware (about 80.000 sherds and dozens of more or less preserved urns and pots) found by Karl Berenhäuser on the southern half of the Island of Santa Catarina, South Brazil.

After some brief introductory notes on the collector and his work — now in the museum of the Jesuit College, Colégio Catarinense, at Florianópolis — the author summarizes the history of the Guaranys on the Island: After their immigration, one or two hundred years before the discovery, they underwent constant persecution by the white conquerors, until their final extermination during the second half of the 17th century.

The pottery presents two entirely different types: The first group comprises the plain vessels of daily use, especially cooking pots and water jars, with inferior baking and irregularly impressed ornamentation; the second contains burial urns and a great variety of containers of all kinds with a more careful burning and a geometrical ornamentation, red, or red and back, zonally distributed around the vessel.

In both cases, the pottery is made in the spiral technique. Two kinds of clay are indistinctly used for both types of vessels: The black one from the swampy plains supplies the material for the dun ware with a black or grey core; the reddish one from the local weathered granite produces a red surface and a more or less brick core often containing coarsely grained fragments of quartz.

As to the general form of the vessels and their ornamentation, the tables may give a sufficient idea; they may be characterized as follows:

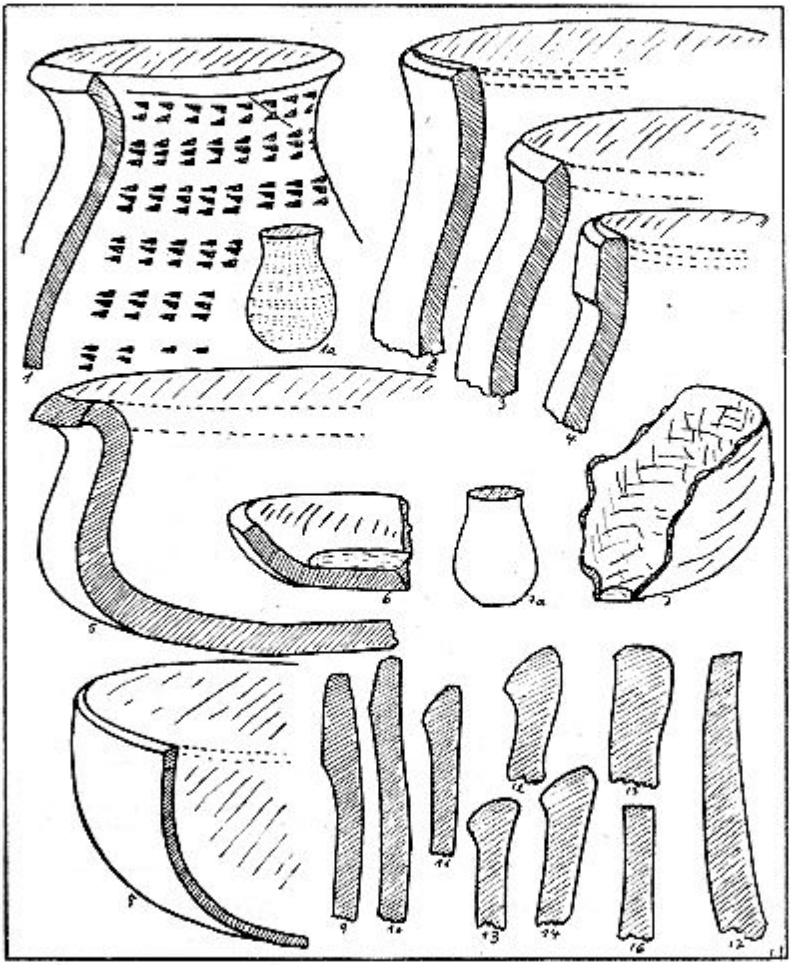
The ornamentation of the first group consists of finger or fingernail impressions associated with other imprinted marks. The painted pottery shows, on the outer surface, a great variety of zonally distributed motives, generally red on white; on the inner surface, only the rim is divided into ornamental zones whereas the bottom presents other motives; the painting is red, or red and black, on white. Except for a few cases, only the outer surface has an ornamentation; generally speaking, the more conspicuous parts of the vessel are ornamentated whilst the hidden ones retain their dun or reddish natural colour. Some few pots are uniformly painted red.

By drawing a comparision between the pottery of the Island of Santa Catarina with that of the Guarany sites on the mainland, the author reaches the following conclusions:

The Indians on the Island belong to the same cultural layer als those of the northern coast of Sta. Catarina where Tiburtius studied the site of Itacoara; moreover, they are much akin to the Arachãs of Osório near the northern coast of Rio Grande do Sul described by the author in Pesquisas 2, 1958. Although appertaining to the large cultural unit of the Guaranys in the basin of the Paraná River, their differences appear the more accentuated the farther their outposts

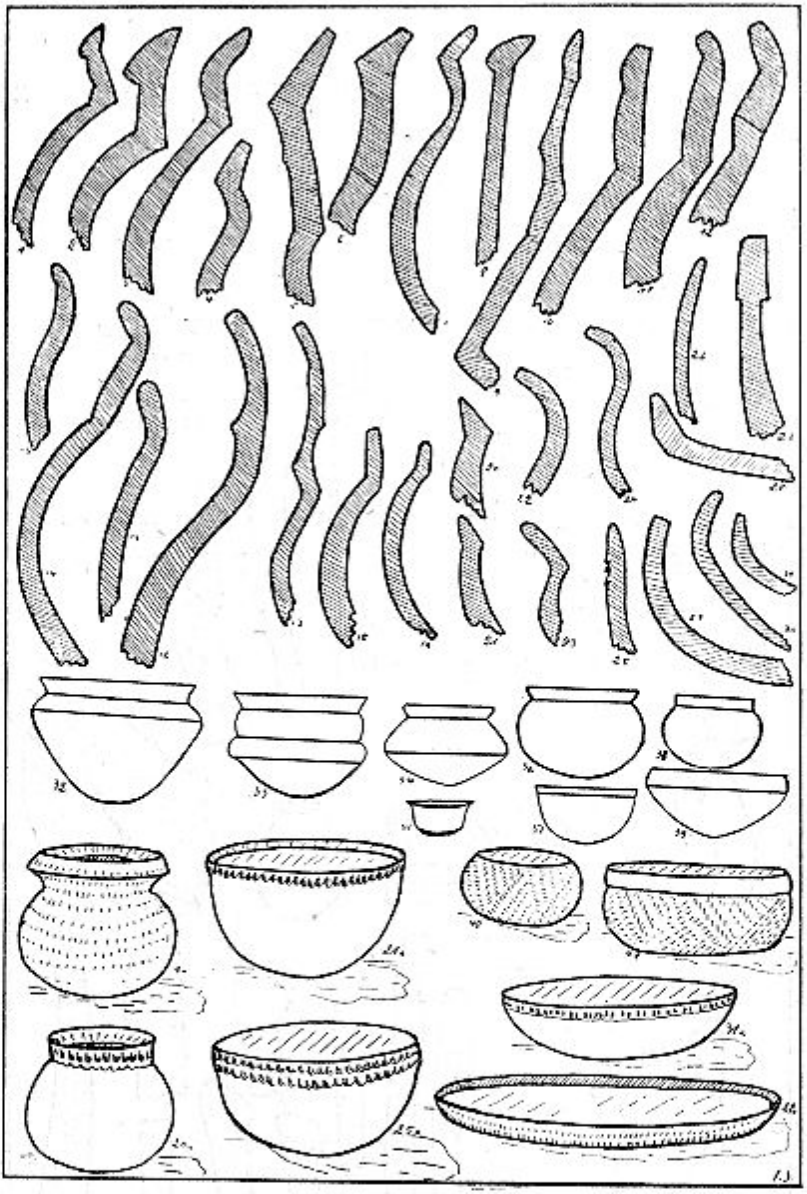
lie from the center of this culture; and, conversely, their neighbourhood to the Tupy at the central Brazilian coast explains many cultural borrowings received from these tribes.

In concluding, the author stresses the striking difference between the Guarany pottery and that of the burial field near the airport on the same Island (see Rohr, Pesquisas Paleo-etnográficas, in this yearbook); he expresses the opinion that this latter culture belongs to the Sambaqui (Shellmound) Indians who, either independently or by way of contact with some unknown impulse, reached the beginnings of pottery and agriculture.



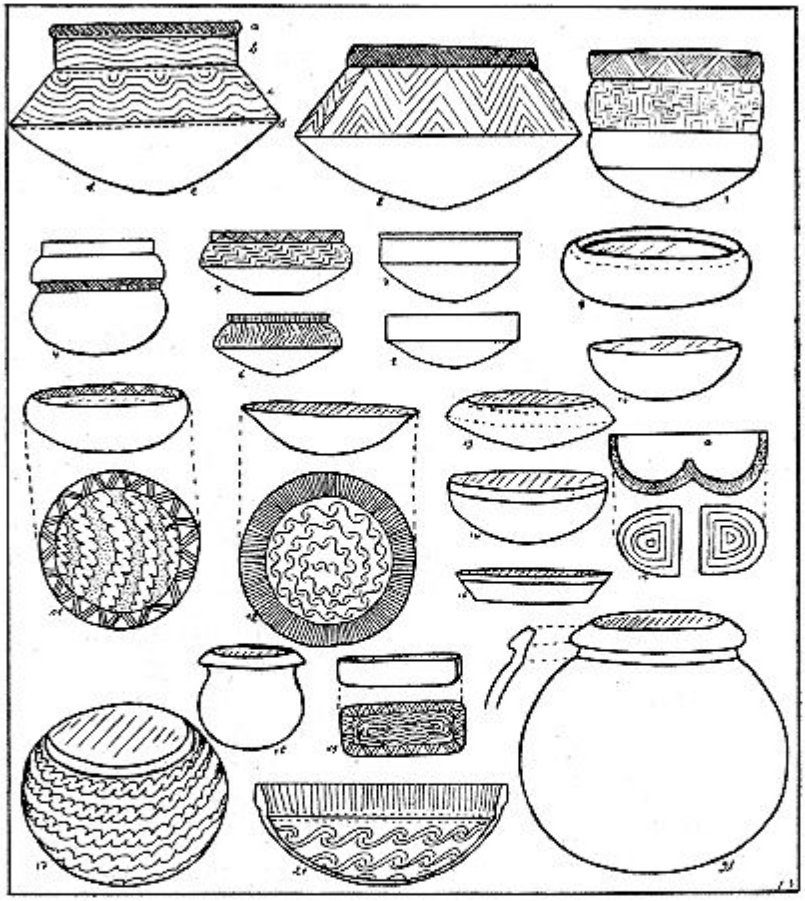
I. Tábua: Cerâmica da Base Aérea de Florianópolis:

1. Jarro, ornamentação cuneiforme. 1a. reconstrução. 2-4. Jarros sem ornando a base plana. 7. Fragmento de um vaso. 7a. reconstrução. 8. Tigela minúscula. 9-17. Bordos de vasos, semelhantes aos primeiros.



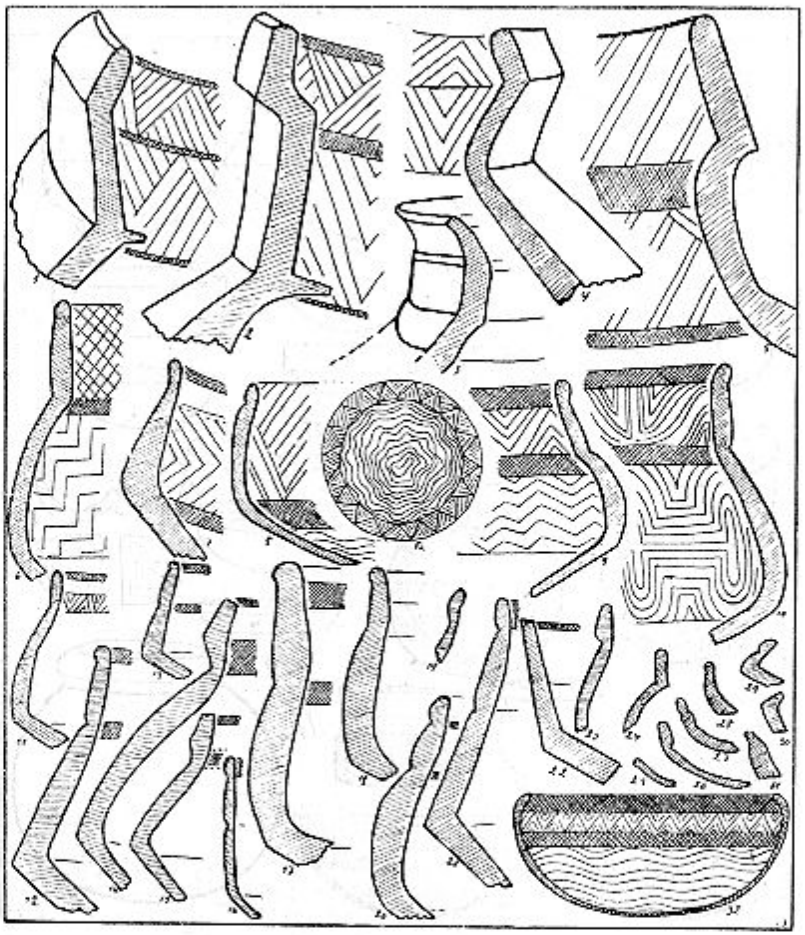
II. Túbua: Cerâmica gravada dos carijós catarinenses:

1. Pote unguicular. 1a. reconstrução. 2. Pote, digital só no bordo. 3. Pote, digital. 4. Pote, digital. 5. Jarro digital. 6. Jarro, unguicular. 7. Pote, unguicular. 8. Recipiente de forma desconhecida, unguicular. 9. Vaso com forma e cozimento de igaçaba e ornato unguicular. 10. Pote, digital. 11. Jarro, digital. 12. Pote, digital. 13. Pote, só bordo unguicular. 14. Panelinha, unguicular. 15. Pote, só bordo unguicular. 16. Panela grande, digital. 17. Panela, digital. 18. Pote, digital. 19. Panela, digital só no bordo. 20. Potezinho, só bordo unguicular. 20a, reconstrução. 21. Tigela, só bordo unguicular. 21a, reconstrução. 22. Pote, digital. 23. Pote digital. 24. Pote maior, digital. 25. Panela, só bordo unguicular. 25a, reconstrução. 26. Pote minúsculo, digital. 27. Panelinha, só bordo digital. 28. Prato unguicular. 28a, reconstrução. 29. Tigela baixa, digital. 30. Tigela baixa, só bordo unguicular. 31. Tigela baixa, só bordo unguicular. 31a, reconstrução. 32. Panela grande, digital. Descrita no texto. 33. Panela grande, unguicular-digital. No texto. 34. Panela, digital. No texto. 35. Panela pequena, unguic. No texto. 36. Panela pequena, unguicular. No texto. 37. Panela, unguicular. No texto. 38. Panela, unguicular. 39. Panela grande, unguicular. Natural do Alto-Uurguai. 40. Potezinho unguicular. Reconst. 41. Panelinha, unguicular.



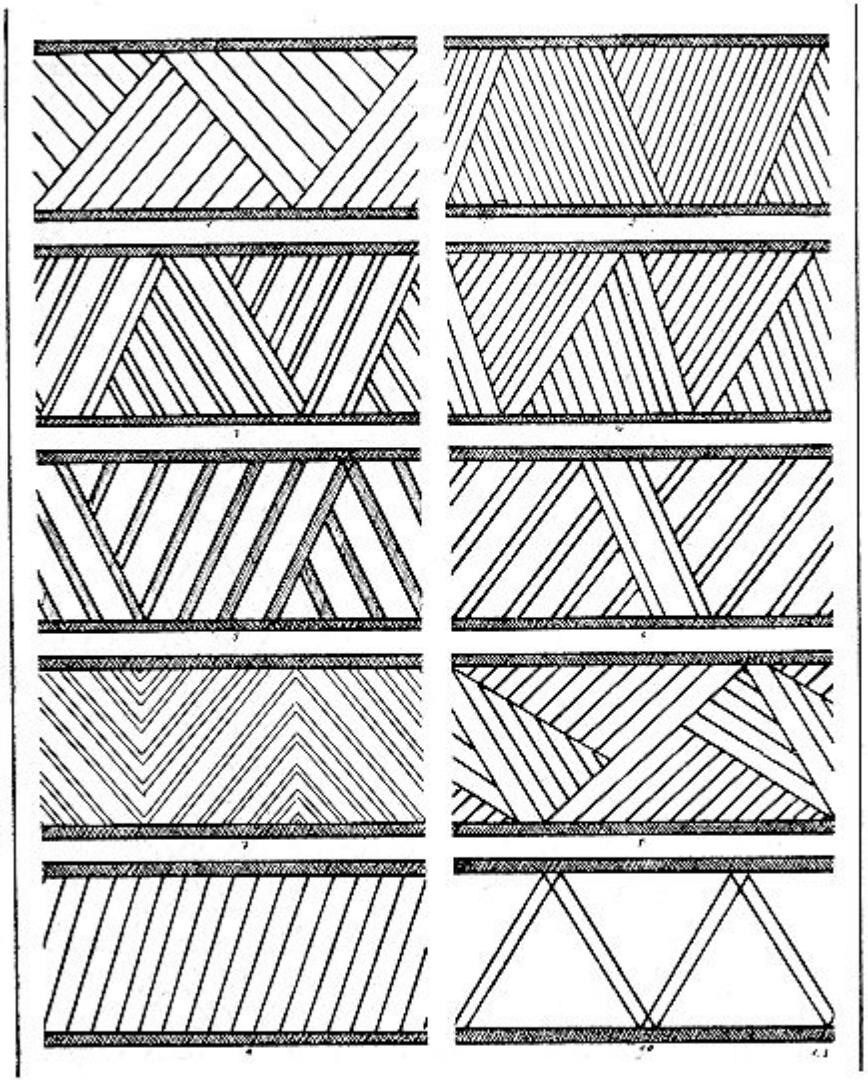
III. Tábua: Cerâmica pintada dos carijós catarinenses:

1. Panela pequena, branco-vermelho, externo. Reconstrução. a — bordo; b — colo ou gargalo; c — corpo ou bojo; d — ombro; e — base. 2. Panela, br-verm, ext, reconstrução. 3. Panela grande, br-verm, ext, reconstr. 4. Panela sem ornato. No texto. 5. Panela, br-verm, ext. No texto. 6. Panelinha, br-verm, ext. No texto. 7-8. Panelinhas e panelas. Pintura geralmente externa, às vêzes interna. 9. Pote, verm, uniforme, interno. No texto. 10. Tigela, vermelho uniforme, int. No texto. 11. Pote br-verm, int. No texto. 12. Prato, br-verm, int. No texto. 13. Pote, sem pintura. Reconstrução. 14. Tigela, br-verm-preto, int. 15. Recipiente geminado, br-verm, int. No texto. 16. Prato, br-verm-preto, int. 17. Pote, br-verm, ext. Reconstrução. 18. Potezinho, vermelho uniforme, int. e ext. No texto. 19. Recipiente quadrangular, br-verm, int. 20. Corte por uma tigela, br-verm-preto, int. 21. Pote sem pintura. Reconstrução.



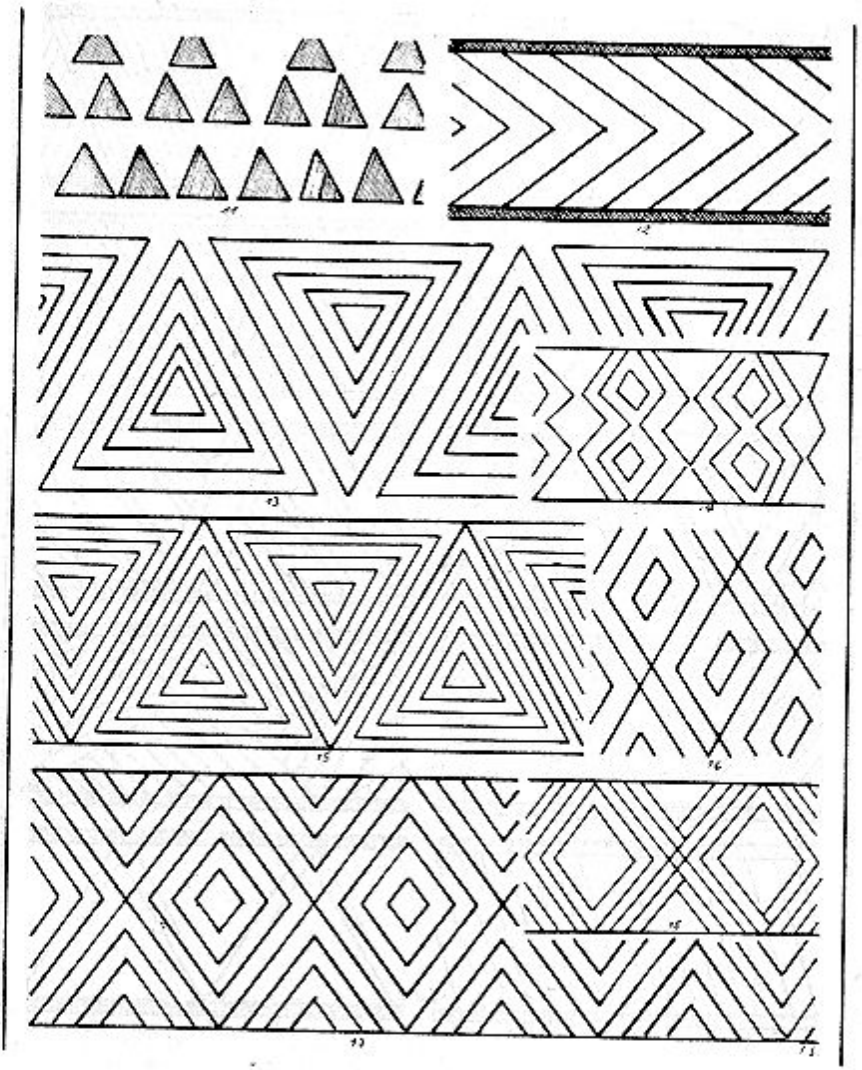
IV. Tábua: Cerâmica pintada dos carijós catarinenses:

1. Gargalo e bordo de grande igaçaba com motivos br-verm. ext. 2. Gargalo e bordo de igaçaba muito grande, br-verm. ext. 3. Gargalo e bordo de igaçaba muito grande. 4. Garbalo e bordo de igaçaba média, br-verm. ext. 5. Gargalo e bordo de igaçaba, br-verm. ext. 6. Panela, br-verm, ext. 7. Panelinha, br-verm-preto, ext. 8. Panelinha, br-verm, int. 8a. ornamentação interna. 9. Panelinha, br-verm, ext.: verm. uniforme internamente. 10. Panela, br-verm etx. 11. Panela, br-verm, ext. Os seguintes motivos são apagados. 12. Panela, br-verm, ext. 13. Panelinha, br-verm, ext. 14. Panela, br-verm, ext. 15. Panelinha, br-verm-preto, ext. 16. Panelinha, br-verm, ext. 17. Panela, br-verm com motivos pretos, ext: verm. uniforme, int. 18. Panela, apagado, ext. 19. Fragmento, recipiente de forma desconhecida, sem pintura. 20. Panelinha, br-preto, ext. 21. Panela br-verm, ext. 22. Panelinha, br-verm, int. 23. Fragmento, recipiente de forma incógnita, branco, ext. 24. Fragmento, recipiente de forma incógnita, sem pintura. 25. Prato, pintura interna. 28. Tigela, br-verm-preto, int. 29. Pote, sem pintura. 30. Pora interna, apagada. 26. Tigela, pintura interna, apagada. 27. Tigela, pinte. pintura interna, apagada. 31. Tigela, br-verm-preto int. 32. Tigela, br-preto, retoque verm, int.



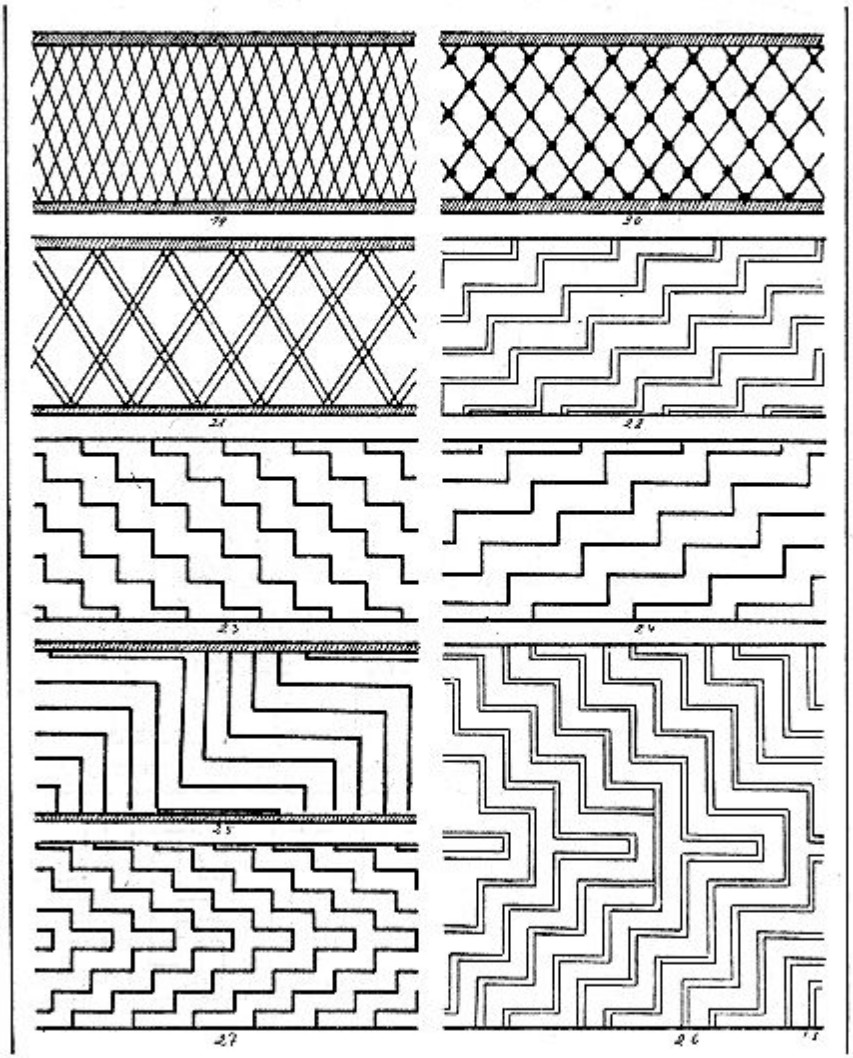
V. Tábua: Motivos ornamentais da cerâmica dos carijós catarinenses (1):

1. Tigela, zona, int. bordo, br-preto. 2. Tigela, zona, int, bordo, br-preto. 3. Igaçaba, zona, ext, colo, br-verm. 4. Igaçaba, zona, ext. colo, br-verm. 5. Igaçaba, zona, ext, colo, br-verm. 6. Igaçaba, zona, ext, corpo, br-verm. 7. Panela grande zona, ext, colo, br-verm. 8. Igaçaba, zona, ext, colo, br-verm. 9. Panela, zona, int, bordo, br-verm. 10. Panela, zona, ext, bordo, br-verm.



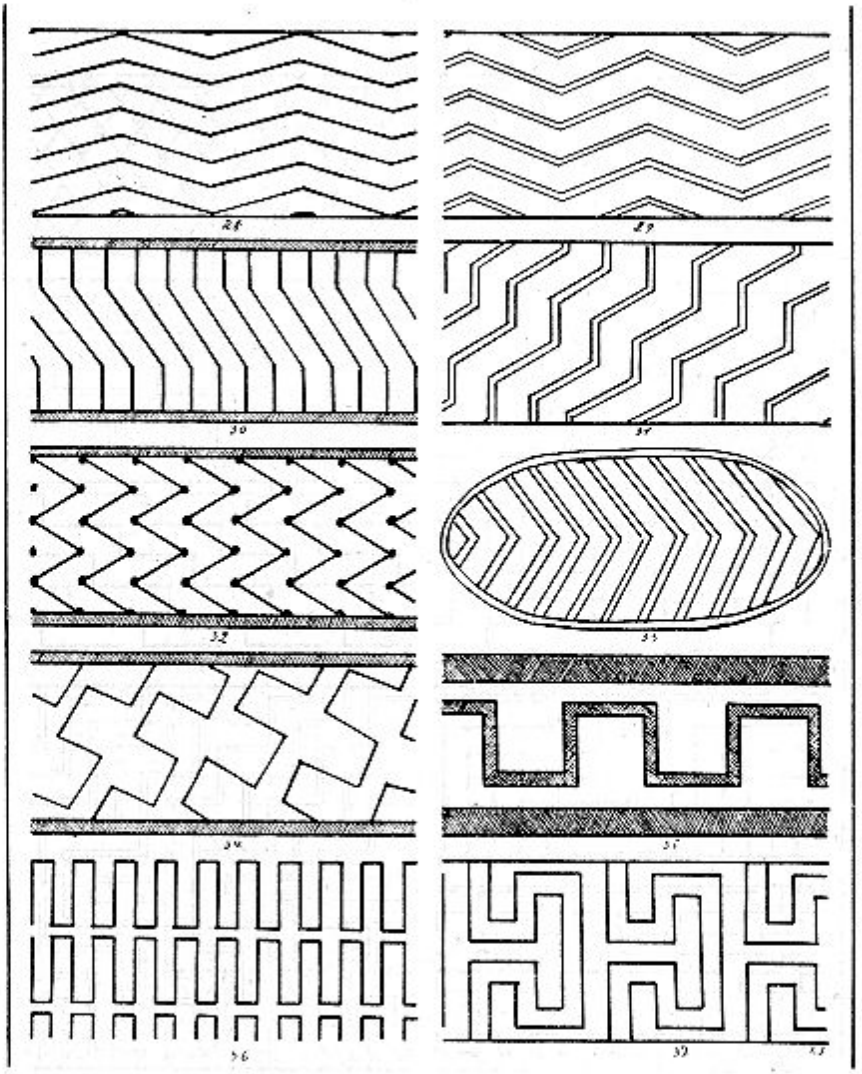
VI. Tábua: Motivos ornamentais da cerâmica dos carijós catarinenses (2):

11. Panela, não-zona, int, br-verm. 12. Pote, zona, ext, colo, br-preto. 13. Panela, zona, ext, corpo, br-vermelho, traço duplo. 14. Pote, zona, ext, colo, br-verm. 15. Igaçaba, zona, ext, bojo, br-verm, traço duplo. 16. Panela, n-zona, ext, bojo, br-verm. 17. Panela, zona, ext, bojo, br-verm. 18. Panela, zona, ext, colo, br-verm.



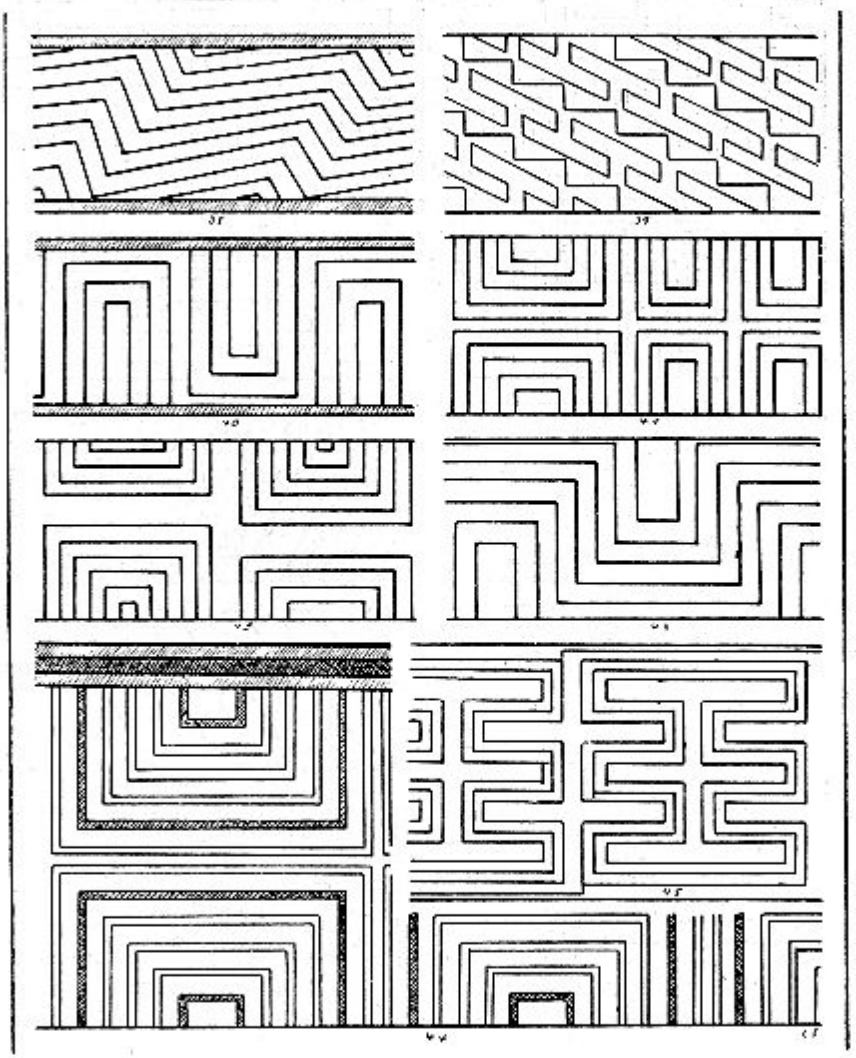
VII. Tábua: Motivos ornamentais da cerâmica dos carijós catarinenses (3):

19. Panela, zona, ext, bojo, br-verm. 20. Pote minúsculo, zona, ext, colo, br-verm, pontos pretos. 21. Panela, zona, int, bordo, br-verm. 22. Igaçaba, zona, ext, bojo, br-verm. 23. Pote, zona, ext, bojo, br-verm. 24. Panela, zona, ext, corpo, br-verm. 25. Panelinha, zona, ext, bordo br-verm. 26. Panela grande, zona, ext, bojo, br-verm. 27. Panela, zona, ext, corpo, br-verm.



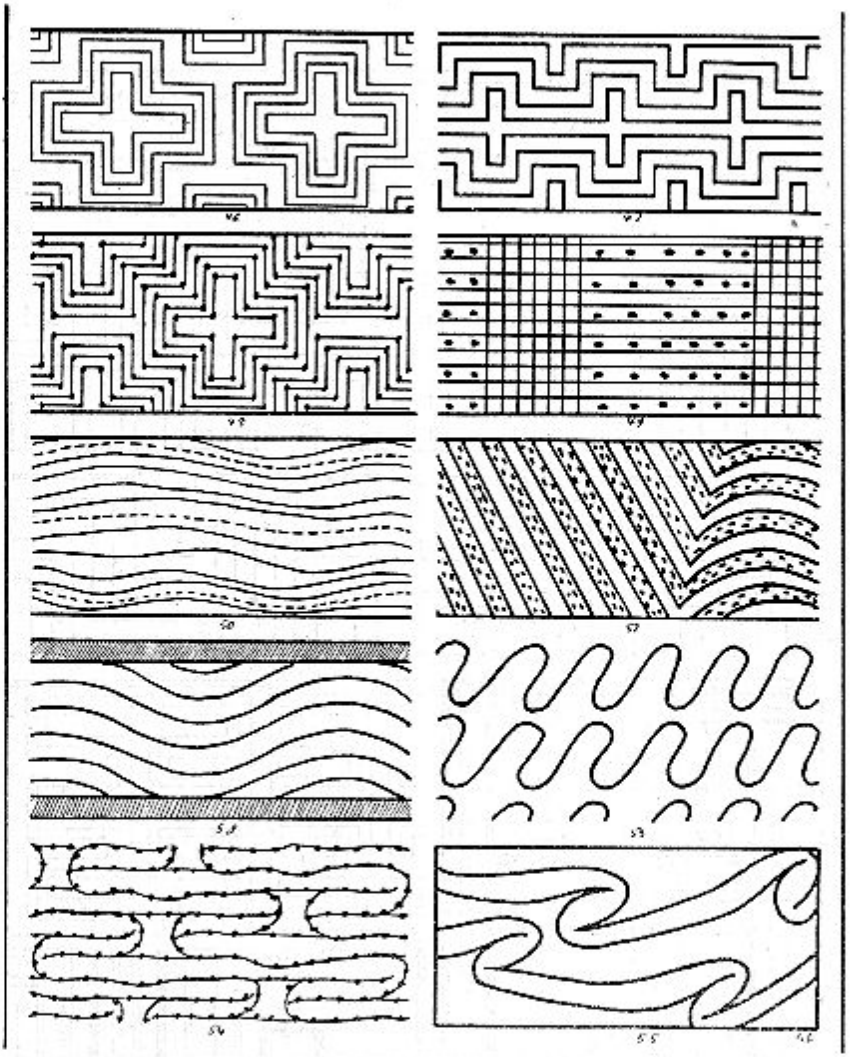
VIII. Tábua: Motivos ornamentais da cerâmica dos carijós catarinenses (4):

28. Tigela, zona, int. bordo, br-preto. 29. Igaçaba, zona, ext, bojo, br-verm. 30. Pote, zona, ext, colo, br-verm. 31. Panela grande, zona, ext, bojo, br-verm. 32. Panelinha, zona, ext, colo, br-verm, pontos pretos. 33. Igaçaba, fragmento isolado, ext, bojo, br-verm. 34. Panela n-zona, ext, bojo, verm. sem fundo branco. 35. Pote, zona, ext, colo, br-preto. 36. Igaçaba, zona, ext, bojo, br-verm. 37. Panelinha, zona, ext, bojo, br-verm.



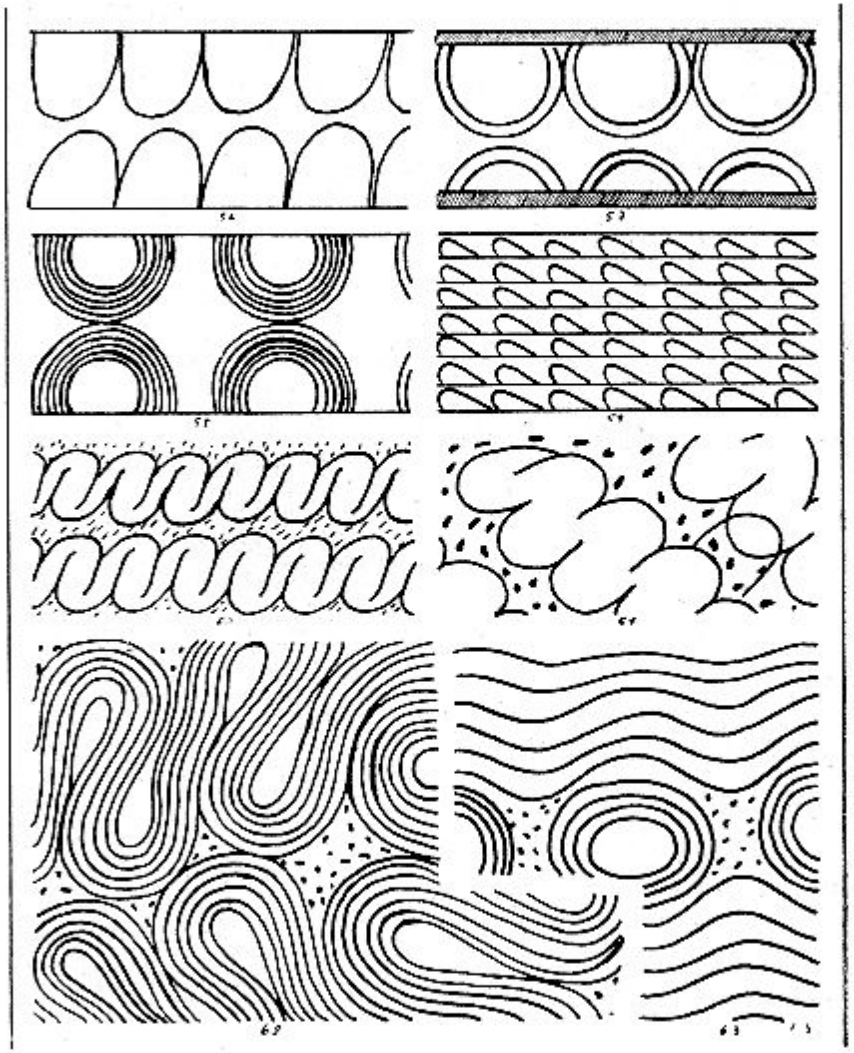
IX. Tábua: Motivos ornamentais da cerâmica dos carijós catarinenses (5):

38. Panelinha, zona, ext, colo e bojo, br-verm. 39. Panelinha, zona, ext. bojo, br-verm. 40. Panelinha zona, ext, corpo, br-verm. 41. Panela, zona, ext, corpo, br-verm. 42. Panela grande, zona, ext, bojo, br-verm. 43. Panelinha, zona, ext, bojo, br-verm. 44. Pote, zona, ext, corpo, br-verm-preto. 45. Panela grande, zona, ext, bojo, br-verm..



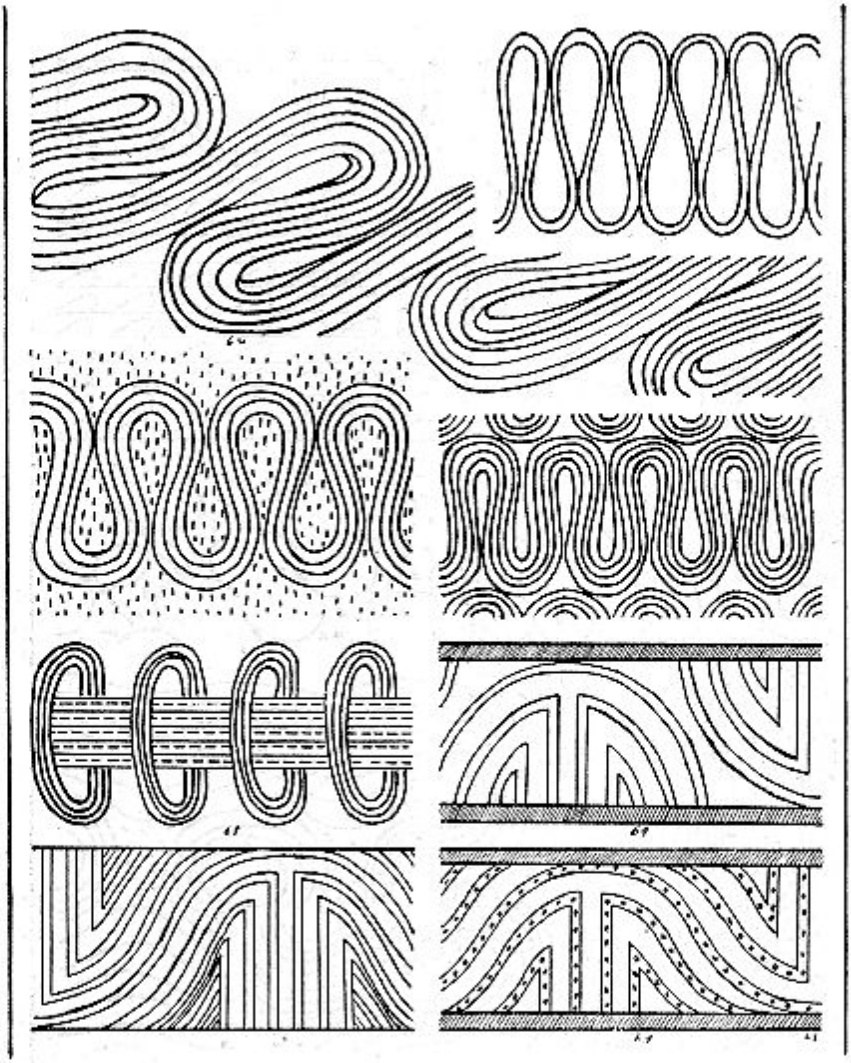
X. Tábua: Motivos ornamentais da cerâmica dos carijós catarinenses (6):

46. Panela, zona, ext, corpo, br-verm, traço duplo. 47. Panela, zona ext, corpo, br-verm, traço duplo. 48. Panelinha, zona, ext, br-verm, pontos pretos. 49. Tigela, n-zona, int, br-verm, pontos pretos. 50. Tigela, n-zona, int, br-verm, preto (traço interrompido). 51. Tigela n-zona, int, br-verm, pontos pretos. 52. Panela, zona, ext, colo, br-verm. 53. Tigela, n-zona, int, br-verm. 54. Tigela, n-zona, int, br-verm, pontos pretos. 55. Tigela, n-zona, int, br-verm.



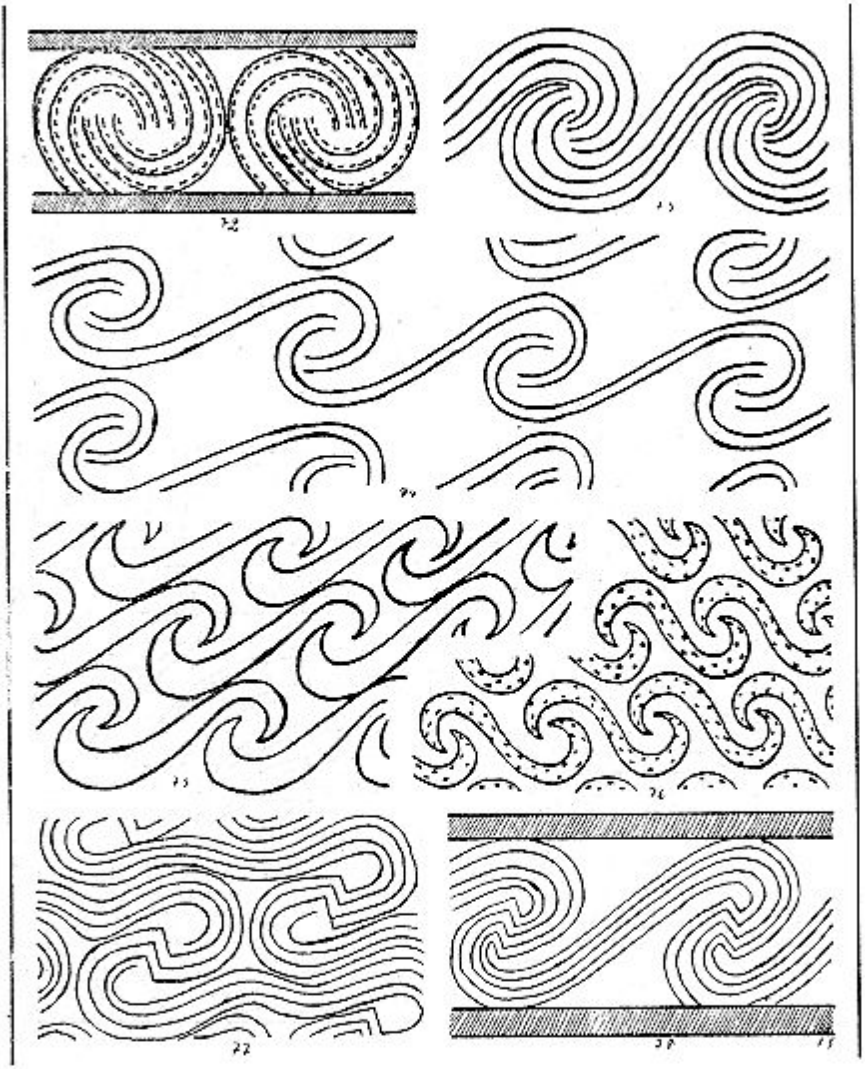
XI. Tábua: Motivos ornamentais da cerâmica dos carijós catarinenses (7):

56. Tigela, n-zona, int. corpo br-verm. 57. Togela, zona, int, bordo, br-verm. 58. Pote, zona, ext. corpo, br-verm. 59. Tigela, n-zona, int, corpo, br-verm. 60. Tigela, n-zona, int, corpo, br-verm, pontos pretos. 61. Tigela, n-zona int. corpo, br-verm, pontos pretos. 62. Panela, n-zona, int, br-verm, preto (traço inter.). 63. Tigela, n-zona, int, br-verm, pontos pretos.



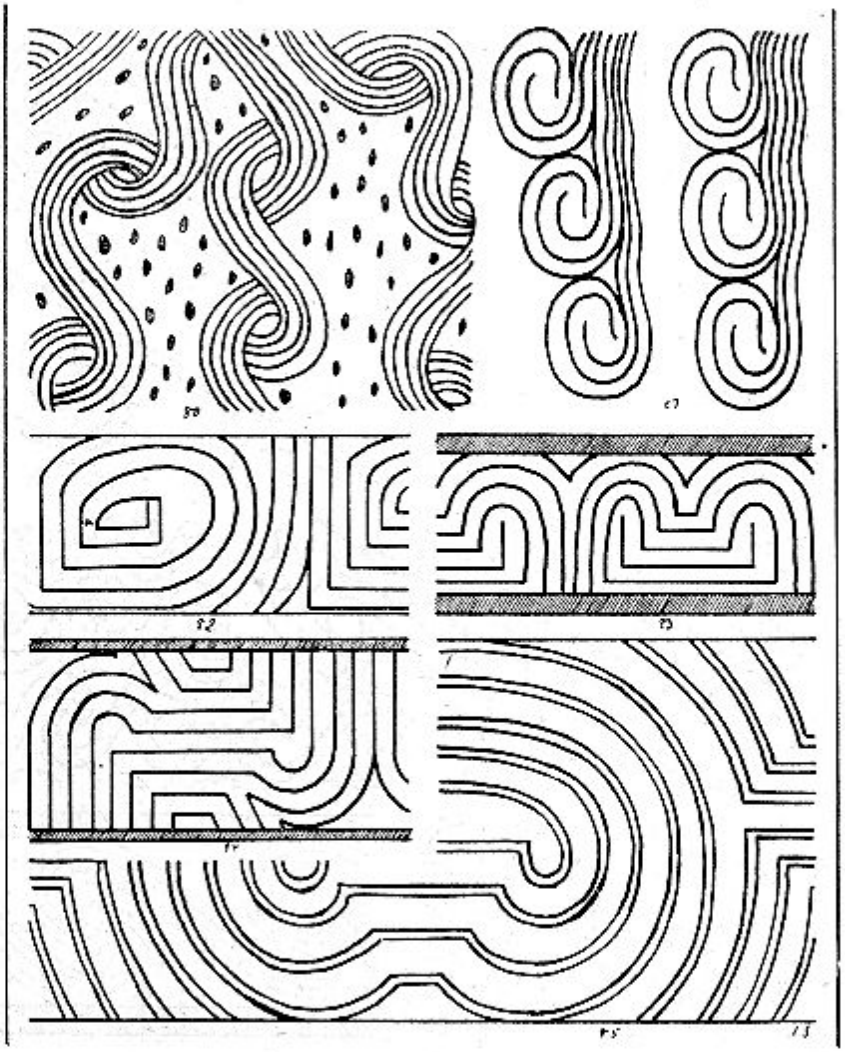
XII. Tábua: Motivos ornamentais da cerâmica dos carijós catarinenses (8):

64. Pote, n-zona, int, br-verm. 65. Tigela, n-zona, int, br-verm. 66. Tigela, n-zona, int, br-verm, pontos pretos. 67. Tigela, n-zona, int, br-verm. 68. Tigela, n-zona, int br-verm, preto (traço inter.). 69. Panela, zona, ext, bojo, br-verm. 70. Panela, zona, ext, colo, br-verm. 71. Panelinha, zona, ext, bojo, br-verm, pontos pretos.



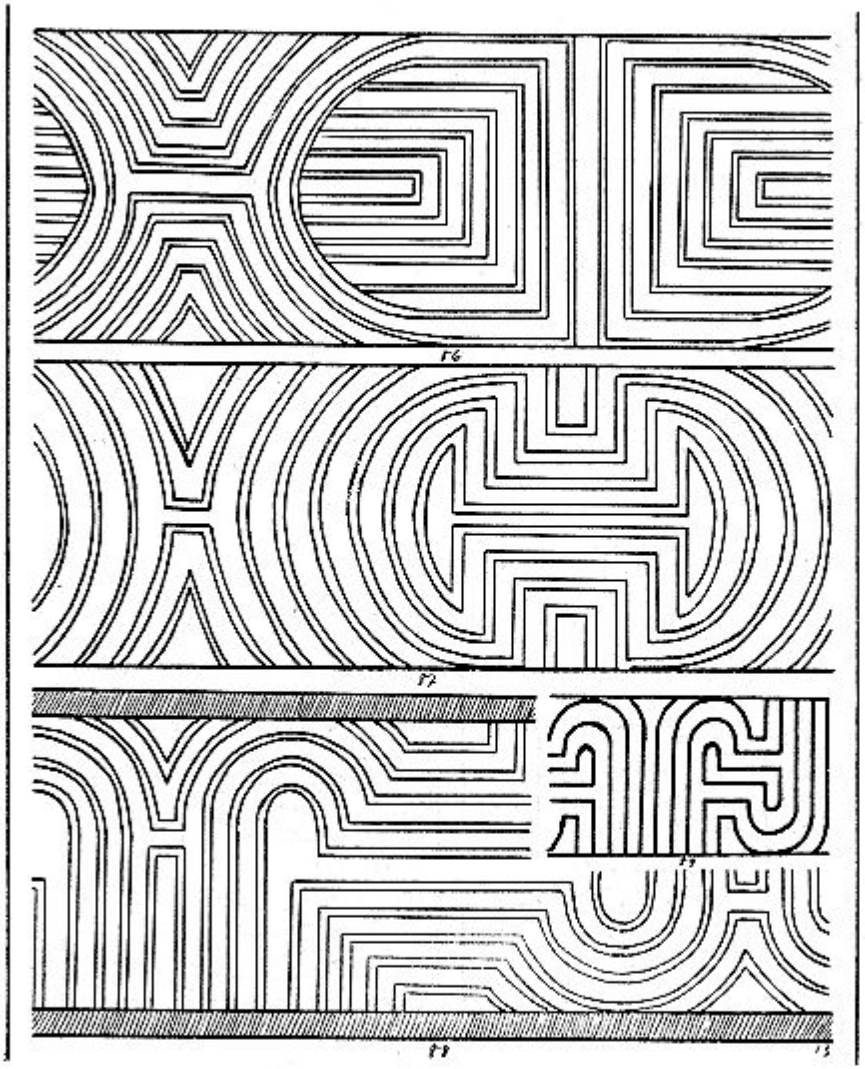
XIII. Tábua: Motivos ornamentais da cerâmica dos carijós catarinenses: (9):

72. Panelinha, zona, ext, colo, br-verm, preto (traço inter.). 73. Tigela, n-zona, int, br-verm. 74. Tigela n-zona, int, br-verm, com reforço preto. 75. Pote, n-zona, int, br-verm. 76. Tigela, n-zona, int, br-verm, pontos pretos. 77. Tigela, n-zona, int, br-verm. 78. Panela, zona, ext, bojo, br-verm.



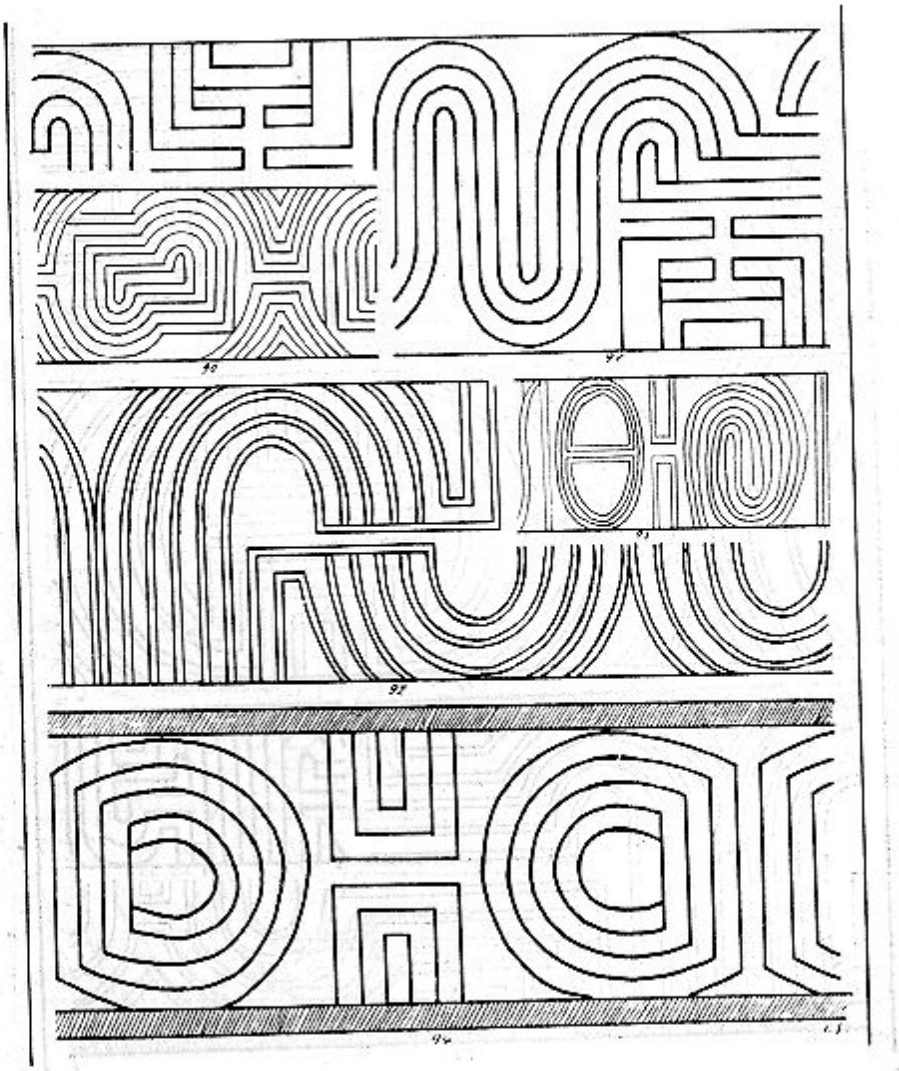
XIV. Tábua: Motivos ornamentais da cerâmica dos carijós catarinenses (10):

80. Tigela, n-zona, int, br-verm pontos pretos. 81. Tigela, n-zona, int, br-verm. 82. Panela, zona, ext, corpo, br-verm. 83. Panela, zona, ext, corpo, br-verm. 84. Panela, zona, ext, corpo, br-verm. 85. Igaçaba, zona, ext, corpo, br-verm.



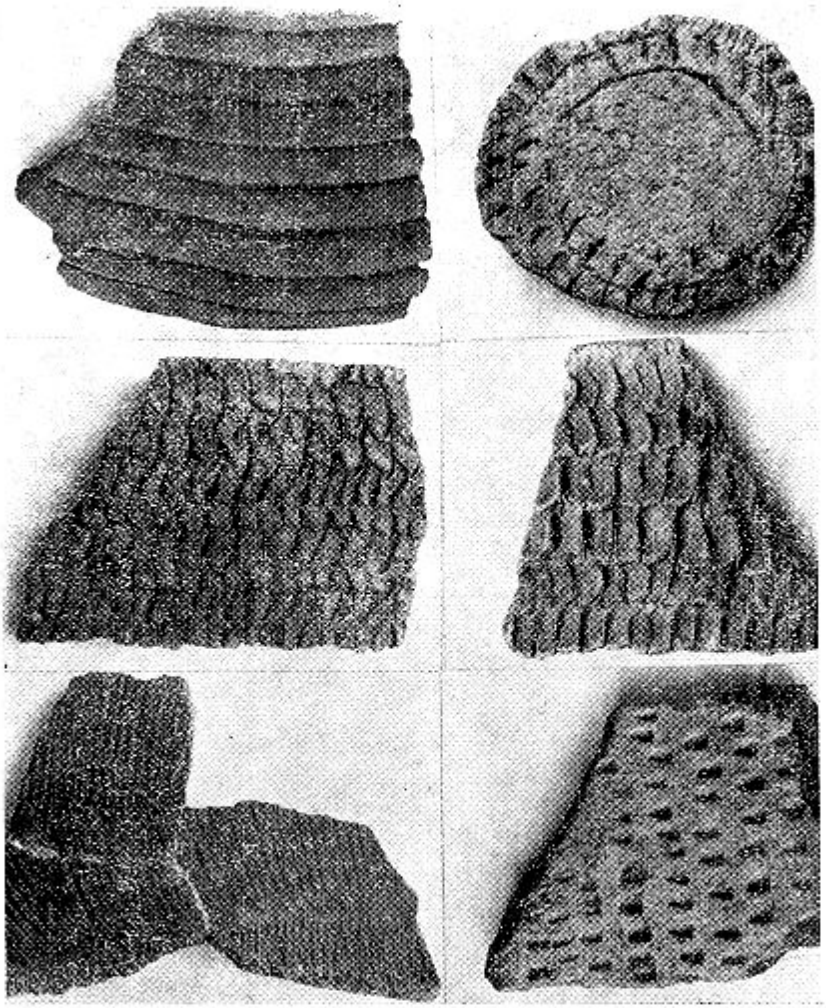
XV. Tábua: Motivos ornamentais da cerâmica dos carijós catarinenses (11):

86. Igaçaba, zona, ext, colo e bojo, br-verm. 87. Igaçaba, zona, ext, bojo, br-verm. 88. Panela, zona, ext, bojo, br-verm. 89. Igaçaba, zona, ext, bojo, br-verm, traço duplo.

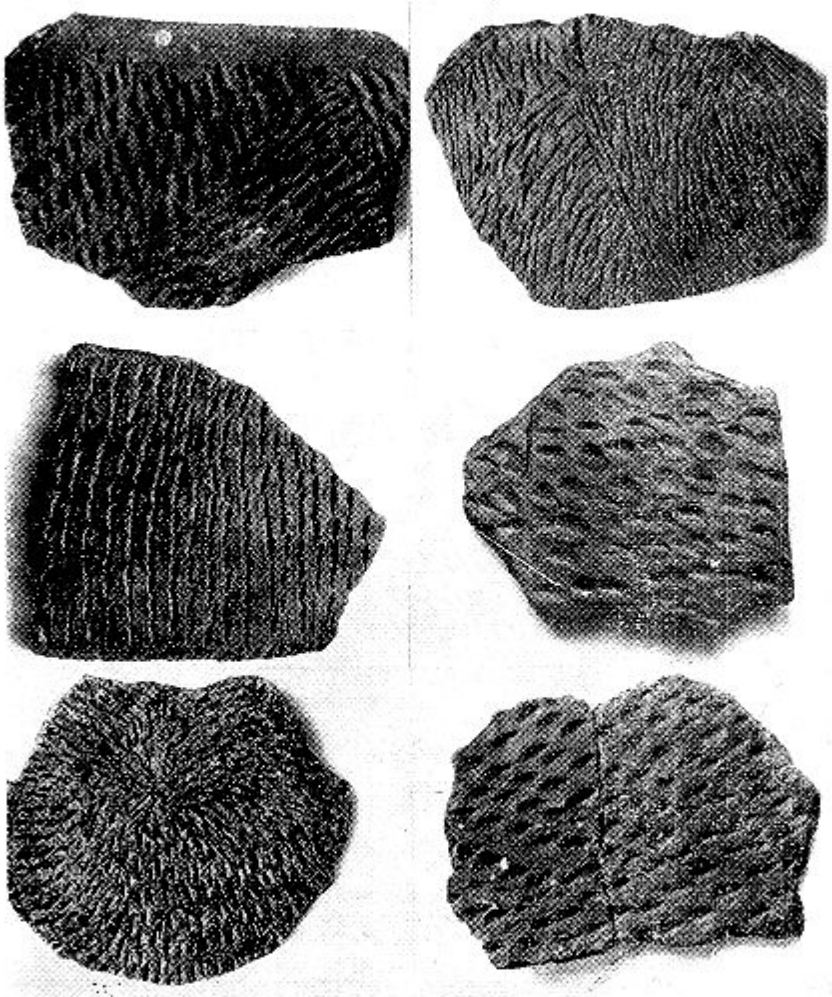


XVI. Tábua: Motivos ornamentais da cerâmica dos carijós catarinenses (12):

90. Igaçaba, zona, ext, corpo, br-verm, traço duplo. 91. Panela grande, zona, ext, corpo, br-verm. 92. Panela grande, zona ext, bojo, br-verm. 93. Panelinha, zona, ext, corpo, br-verm. 94. Igaçaba, n-zona ext, bojo, br-verm.



XVII. Tábua: Cerâmica gravada dos carijós catarinenses.
1. Fragmento mostrando as espirais da fabricação. 2. Fundo de vaso. 3-4. Ornamentação digital. 5. Alisamento com "espigas de milho". 6. Ornato cuneiforme.



XVIII. Tábua: Cerâmica gravada dos carijós catarinenses.
1-5. Ornamentação unguicular. 1-2. Distribuição em triângulo (cf. II. Tábua, 40,41). 5. Fundo de vaso. 6. Ornamentação incisada.

RECENÇÕES

ERICH FAUSEL: **Die deutschbrasilianische Sprachmischung.** Probleme, Vorgang und Wortbestand. Mit einem Geleitwort von Hugo Moser. 230 Seiten, Gr. 8°, kartoniert, DM 32,80. — Erich Schmidt Verlag, Berlin 1959.

Seit 1824 war Südbrasilien das Ziel zahlreicher deutscher Einwanderer meist bäuerlichen Berufes. Die meisten kamen aus dem Moselland, doch finden sich auch namhafte Gruppen aus Westfalen, Pommern und Böhmen. Sie brachten ihre Mundarten mit und vererbten sie an ihre Nachkommen, die heute anderthalb bis zwei Millionen zählen. Während in den Städten die Muttersprache meist schnell mit der Landessprache vertauscht wird, hat sie sich auf dem Lande durchweg bis heute als die engere Umgangssprache erhalten.

Fausel stellt sich die Aufgabe, die unter solchen Umständen unvermeidliche Sprachmischung wissenschaftlich zu erfassen. Als Sprachenlehrer in der Mittelschule und durch ständigen Verkehr mit der Landbevölkerung deutschen Stammes ist er dazu hervorragend befähigt. Im Gegensatz zu früheren Ansätzen, die meist nicht über das Sammeln von Wörten und Ausdrücken portugiesischen Ursprungs hinnausgehen, untersucht er im ersten Teil (1-61) folgende Probleme: Sprache, Sprachberührung, Michsprachen; Deutschbrasilianisch, seine Verbreitung, Mundarten und geschichtlichen Grundlagen; Eigenim Kulturablauf des Paläolithikums bringt den vergleichenden Teil und tümlichkeiten des Deutschbrasilianischen; Bisherige Forschungen, Neubildungen; Hauptgruppen der übernommenen Wörter; der Vorgang der Sprachmischung; Untergang oder Fortbestand. Es folgt der Hauptteil des Buches (63-230), Wortsammung underklärung, mit rund 3500 Wörtern und Ausdrücken, wobei die erste Reihe das portugiesische Wort, die zweite, die deutsche Umbildung, die dritte die Übersetzung und Erklärung bringt. Auch die Häufigkeit des Wortes oder Ausdrucks findet ihre Bezeichnung.

Dieses Verzeichnis ist weitaus das vollständigste, das je über die deutschbrasilianische Umgangssprache angefertigt worden ist. Zu seiner Bewertung muss allerdings dringend auf Kapitel 5 des ersten Teiles verwiesen werden, da sonst ein völlig falsches Bild entstehen würde. Ganz allgemein und durch das gesamte deutschstämmige Siedlungsgebiet verbreitet und meist in einer völlig der Mundart angepassten Form sind nur die Wörter, die typisch brasilianische Dinge und Verhältnisse bezeichnen; der Gebrauch von Hunderten von anderen Wörtern — es mögen schätzungsweise die gute Hälfte des Verzeichnisses sein — mit mehr oder minder rein erhaltener landessprachlicher Form und Aussprache beschränkt sich auf besondere Verhältnisse, wobei die Nähe der Städte und die Berufstätigkeit die Hauptrolle spielen.

Wer wie der Unterzeichnete die Hunsrücker Mundart mit ihren portugiesischen Lehnwörtern als Muttersprache spricht und liebt, muss dem Verfasser dankbar sein für dieses Buch; er muss ihm auch zustimmen, wenn er den ersten Teil mit folgenden Sätzen beschliesst:

«Damit stehen wir heute an einem Wendepunkt der deutschbrasilianischen Sprachgeschichte. Entweder wird der Deutschbrasilianer die Sprachmischung als Übergangsstufe zur Aufgabe der Muttersprache betrachten, oder er wird an ihr in ihrer bisherigen Form, und damit an seinem Deutschbrasilianertum, seiner Eigenart und seiner Geschichte festhalten. Eine Entmischung ist höchstens in Form eines grösseren Willens zur sauberen Berherrschug beider Sprachen, des Portugiesischen wie des Deutschen, zu erwarten. Eine völlige Entmischung wäre weder in der Heimatliebe noch im Wesen des Deutschbrasilianers begründet. Dieses Wesen wurzelt in seiner unmittelbaren Daseinswirklichkeit und deren Aufgabe: Deutsches Kultur- und Spracherbe zu besitzen und damit freudig und vorbehaltlos auf brasilianischem Heimatboden und inmitten des brasilianischen Volkes und seiner portugiesischen Sprache zu leben».

Der Verlust der deutschen Sprache und Kultur wäre eine unersetzliche Verarmung des Deutschbrasilianers und Brasiliens selbst; möge Fausel's Buch uns zur Selbstbesinnung und Selbsthilfe anregen.

B. Rambo SJ.

GISELA FREUND: **Die Blattspitzen des Paläolithikums in Europa.** 349 Seiten 30x22 cm, 16 Abbildungen, eine Verbreitungskarte. — (Quartär-Bibliothek, herausgegeben von Prof. Dr. Lothar Zotz, Band 1). Ludwig Röhrscheid Verlag, Bonn 1952.

Das vollendetste Erzeugnis der paläolithischen Steinschlagtechnik, die Blattspitze, wurde bis vor nicht allzulanger Zeit als das Leitwerkzeug des Solutréen betrachtet. Das Auftauchen von gleichen oder ähnlichen Funden in Ungarn und Süddeutschland brachte diese Auffassung ins Wanken und forderte zu einer neuen Durcharbeitung des ganzen Fundbestandes heraus.

Die Verfasserin unterzieht sich dieser Aufgabe in drei Kapiteln: Die Blattspitzen in Westeuropa (Frankreich, Spanien, Belgien und England); in Osteuropa (Ungarn, Rumänien und Bulgarien, Russland); in Mitteleuropa (Deutschland, Polen, Tschechoslowakei, Österreich). Ausgezeichnete Abbildungen vermitteln einen Begriff von der Veränderlichkeit des Bestandes bei grundlegender Gleichheit der Form.

Das vierte Kapitel: Die Entwicklung und Stellung der Blattspitzen im Kulturablauf des Paläolithikums, bringt den verfleichenden Teil und die Schlussfolgerungen des Werkes. Die räumliche Verteilung, die typologische Entstehung und Ausbildungsmöglichkeit, die Wurzelkulturen, führen zur Datierung und kulturellen Stellung der Blattspitzen. Das Ergebnis wird in folgenden Worten zusammengefasst (S. 316):

«Es ist in Europa zwischen zwei grossen Gruppen von Blattspitzenkulturen zu unterscheiden, die in Alters- und Kulturstellung wesentich verschieden sind. Die eine ist im weitesten Sinne altpaläolithisch, die andere jungpaläolithisch. In ihren Verbreitungsräumen unterscheiden sie sich erheblich voneinander. Die altpaläolithische Gruppe nimmt das weitaus grössere Gebiet ein, das sich von Mittel- und Süddeutschland über Mähren und Ungarn bis in den Krim-Kaukasus-Raum erstreckt. Sie fehlt in Westeuropa trotz vieler Prototypen, bis auf eine lokal eng begrenzte kleine Gruppe bei Madrid, vollständig. Dagegen ist die grosse jungpaläolithische Gruppe des Solutréen vor allem in Westeuropa, in Frankreich und Spanien vertreten. In dieser gleichen Ausprägung fehlt diese wiederum östlich des Rheins vollkommen».

Wir müssen die kritische Bewertung dieses Ergebnisses der euro-

päischen Fachwissenchaft überlassen. Für den Leser in Südamerika ist besonders die Frage nach der Ableitung der Blattspitzen anregend. Die Verfasserin (S. 317) neigt zu der Ansicht, sie stammten von ursprünglichen Trägern der Klingenkulturen, die die Technik des Faustkeils übernommen hätten. Nun sind in Bolivien, Argentinien (Misiones, Menghin 1955), Uruguay und Südbrasilien (Sta. Catarina, Rio Grande do Sul) Faustkeile in Menge und manche bearbeitete Klingen gefunden worden. Während Menghin sie in das Epimiolithikum verweist, verteidigt Ibarra Grasso (Zeitschr.f.Ethnologie, B. 83, H. 2 (1958) 170 ff.) nicht nur ihre typologische, sondern auch zeitliche Zugehörigkeit zum Paläolithikum. Es wäre eine dankbare Aufgabe, auch hier das Verhältnis zwischen Faustkeil und Klinge zu untersuchen.

B. Rambo SJ. ord. Prof. f. Ethnologie an der Univ. P. Alegre.

FRANZ HANCAR: **Das Pferd in prähistorischer und früher historischer Zeit.** 651 Seiten 24x17 cm, 20 Abbildungen, 7 Karten, 63 Tabellen, 30 Tafeln. — Institut für Völkerkunde der Universität Wien (Wiener Beiträge zur Kulturgeschichte und Linguistik, Band XI, 1955). Verlag Herold, Wien-München.

Unter Durcharbeitung des gesamten Schrifttums, worunter das russische von besonderer Wichtigkeit ist, unternimmt der Verfasser die gewaltige Aufgabe, die Nutzung des Pferdes als Jagd- Zug- und Reittier von der Eiszeit an bis in das frühe erste Jahrtausend vor Christus darzustellen. Alle bekannten Fundstellen in Europa, Asien und dem Alten Orient, die irgendwie auf das Pferd hinweisen, werden herangezogen und kritisch ausgewertet.

Hancar fasst seine Ausführungen folgendermassen zusammen (S. 563): «Schon der Gedanke, wie Wirtschaft und politisches Geschehen ohne Pferd sich hätten gestalten müssen, vermittelt mit dem flüchtigsten Bild klar die Höhe der historischen Bedeutung des Pferdes. Greifbar deutlich wird sie uns materialfundiert erstmalig mit dem Spanneinsatz des Pferdes an dem erst damit entwicklungsvollendeten Streitwagen des 2.Jt.v.Chr. sowie mit dem Dienst des Pferdes in der ersten militanten bogenbewehrten Reiterei der eurasischen Hirtennomaden des 1.Jt.v.Chr».

Der vom Verfasser angestrebte Handbuchcharakter des Werkes und damit seine Wertbeständigkeit ist meines Erachtens in menschenmöglichem Masse erreicht worden. Wir Leser im Ausland würden allerdings wünschen, das Buch wäre in einem durchsichtigeren Deutsch geschrieben; neben den Schwierigkeiten der Fachsprache bereiten die langen Sätze und die ungewöhnlichen Wortbildungen dem nichtdeutschen Benutzer erhebliche Hindernisse.

«Equus caballus, das Geschichte machende Haustier» ist für Hancar mehr als der Gegenstand wissenschaftlicher Forschung; es ist ihm aus eigener Lebenserfahrung der Kamerad Pferd im Kriege und der Arbeitsgenosse Pferd im Frieden. Diese echt menschliche Grundhaltung zieht sich wohltuend durch das ganze Buch und verleiht ihm seinen eigenen Reiz.

B. Rambo SJ.

LEONHARD ADAM UND HERMANN TRIMBORN: **Lehrbuch der Völkerkunde.** Unter Mitwirkung von Fachgenossen. 303 Seiten 24x16 cm, mit zahlreichen abb. au 13 Tafeln, 1 Karte, 8 Tafeln Notenbeispiele. — 3. Auflage, Ferdinand Enke Verlag, Stuttgart 1958.

Das Werk ist als Lehrbuch für Studierende an deutschsprachigen Universitäten gedacht und entwickelt in 14 Kapiteln den Gesamtstoff eines Lehrganges der Völkerkunde: Von den Aufgaben und Verfahren der Völkerkunde (Hermann Trimborn); Naturwissenschaftliche Methoden der Völkerkunde (Leonhard Adam und Franz Josef Micha); Geistesverfassung der Naturvölker (Richard Thurnwald); Religion (Joseph Haekel); Die Dichtung der Naturvölker (Ferdinand Herrmann;) Die Musik der Naturvölker (Marius Schneider); Bildende Kunst (Leonhard Adam); Sprachen und die Methoden ihrer Erforschung (Gerhard Deeters); Das Gesellungsleben der Naturvölker (Richard Thurnwald); Ethnologische Rechtsforschug (Leonhard Adam); Die Wirtschaft der Naturvölker (Kunz Dittmer); Ergologie und Technologie (Hans Nevermann); die Zukunft der Naturvölker (Dietrich Westermann, Leonhard Adam und Udo Oberem); Ethnologische Zeitschriften und Publikationsreihen (W. Fröhlich, J. Bolz und W. Stöhr); Museen (W. Fröhlich, J. Bolz un W. Stöhr).

Als Ganzes gesehen, ist das Buch, vor allem in seinen allgemeinen und vergleichenden Teilen, eine eindeutige Absage an den ethnologischen Evolutionismus, der die Völkerkunde bis in den Anfang dieses Jahrhunderts beherrschte. Die von den Vorkämpfern der kulturhistorischen Richtung aufgestellte Definition: Ethnologie ist die Kulturgeschichte der schriftlosen Menschheit, bildet die Grundlage aller Einzeluntersuchungen. Naturwissenschaftliche Methoden können nur insoweit herangezogen werden, als der Mensch als Leib-Geist-Wesen ihnen zugänglich ist.

Diese Eigenständigkeit des Menschen kommt vor allem im einleitenden Kapitel (Trimborn) zum Ausdruck (S. 4): «Die grosse Mehrheit der Kulturgüter einer Epoche beruht nicht auf neuer Schöpfung, sondern auf Überlieferung. Sie ist die stärkste formende Kraft für das Gesicht eines Volkes und einer Kultur — gestützt auf das Beharrungsvermögen, kraft dessen zunächst einmal alles bleibt, wie es ist».

Die Grundhaltung dem Menschen gegenüber, die dem Evolutionismus verloren gegangen war und die man auch heute noch vielfach in ethnographischen Ausfsätzen vermisst, findet folgenden Ausdruck (Seite 22): «Eine rechte Kunde von den Völkern wird aber immer eines voraussetzen, und das ist nicht die letzte Eigenschaft, die für das Studium der Ethnologie erforderlich ist, nämlich Ehrfurcht. Menschen, die keine Ehrfurcht vor Äusserungen des Lebens haben, wie sie uns auch anmuten mögen, sind in der Völkerwissenschaft nicht zu gebrauchen».

Mit diesem Durchbruch der kulturgeschichtlichen Auffassung vom Menschen aller Zeiten wird dieses Lehrbuch zu einem Wahrzeichen unserer Zeit: Überwindung der grössten Irrlehre der letzten hundert Jahre, des geschichtslosen Evolutionismus.

Das Buch ist ein Sammelwerk und hat als solches seine Vor- und Nachteile. Der grösste Vorteil liegt in der besseren Beherrschung des Stoffes vonseiten des Fachmanss in seinem Sondergebiet; der grösste Nachteil in der notgedrungen uneinheitlichen Darbietung des Stoffes. Im allgemeinen lässt sich feststellen, dass in allen Teilgebieten das für Unterricht und Selbstbildung Wesentliche geboten wird. Von dem in den meisten Lehrbüchern fehlenden oder nebensächlich behandelten Kapitel über die Dichtung der Naturvölker möchte man eine

weitere Ausführung wünschen. Das Kapitel über die Sprache und die Methoden ihrer Erforschung wäre für den Lehrgebrauch nützlicher, wenn weniger allgemeine Sprachforschung und eine Übersicht über die heute tatsächlich schon bekannten Sprachstämme gebracht würden. Auch von dem Kapitel über das Recht erwartet man eher die Umreissung des positiven Inhalts dieses Rechts.

Doch das mögen vielleicht eher persönliche Wünsche eines Lehrers sein, der seinen Stoff unter ganz anderen Voraussetzungen zu geben hat als an den deutschen Universitäten.

Das Lehrbuch bringt den Stoff nicht mehr unter den Kulturkreisen, wie sie bis vor kurzem in den klassischen Werken der kulturhistorischen Schule üblich waren. Haekel setzt sich scharf von der alten Wiener Schule ab, wenn er sagt (von Trimborn angeführt, S. 15): «Die Kulturgeschichte des Menschen ist viel zu kompliziert, als dass sie durch vereinfachende Schemata ...erfasst werden könnte. Aber auch der Kulturkreisbegriff als methodisches Prinzip wurde von der Wiener Schule fallengelassen, da er auf einer unrichtigen Auffassung von Kulturkonstanz beruhte. Unberührt... bleibt jedoch die Gültigkeit der historischen Methode der Völkerkunde mit ihrer Beziehungsforschung». Trimborn unterzieht die Kulturkreislehre ebenfalls einer Kritik, bemerkt aber dazu (S. 14): «Ich möchte damit nicht sagen, die Kulturkreislehre sei überholt. Sie hat methodischen Konzeptionen zum Durchbruch verholfen, die unverlierbar sind... Aber man muss sich auf die Notwendigkeit besinnen, solche Kulturgeschichte aus einzelnen und zunächst einmal möglichst kleinen Räumen heraus, aus Teilen der Erdteile mit ihren besonderen Bedingungen zu erarbeiten».

Ich bin nicht in der Lage, zu dem Für und Wider eine endgültige Stellung nehmen zu können; ich möchte aber zwei Fragen stellen: Erstens: Wenn schon die kulturgeschichtliche Metode die einzige ist, um an die Entfaltung des Menschen in Raum und Zeit heranzukommen, ergibt sich dann das «Schema» der Kulturkreise nicht ganz von selbst? Dann wäre aber auch mit dem Fallenlassen des Kulturkreisbegriffs eine breite Bresche in den kulturhistorischen Begriff selbst geschlagen.

Zweitens: Hat von den als Ersatz gebotenen Begriffen auch nur einer die Aussicht, uns die gleiche Tiefenschau in die Kultur der Menscheit zu geben, wie es der Kulturkreisgedanke getan hat? Mir will eher scheinen, das dies nicht zu hoffen ist.

Das «Schema» der klassischen Schule mag einer Läuterung bedürfen, der Kulturkreisgedanke selbst gehört meines Erachtens ebenso wesentlich zu jeder Völkerkunde wie der kulturgeschichtliche Gedanke selbst. Die Gefahr besteht sonst — vorliegendes Lehrbuch selbst ist bis zu einem gewissen Grade ein Vorzeichen dafür — dass die Völkerkunde sich zu sehr mit der Völkerbeschreibung begnügt. Eine auf Umwegen eindringende naturwissenschaftliche Geisteshaltung und — ganz zeitentsprechend — ein übertriebener Psychologismus melden sich an. Das sind Gedanken eines Lehrers an einer brasilianischen Universität, und sie mögen genommen werden als das, was sie sind; ich bin den Verfassern von Herzen dankbar für die knappe Übersicht über ein Fach, von dem die mir zur Verfügung stehenden Bibliotheken kaum je ein für die Schule brauchbares Lehrbuch besitzen.

B. Rambo, S.J.

MAGNUS MOERNER: **The Policital and Economic Activities of the Jesuits in the La Plata Region.** The Hapsburg Era. Stockholm, 1953.

O autor tem razão quando diz no prólogo, que desde o século 18º se escreveu grande número de obras científicas e literárias sôbre a antiga Companhia de Jesus na bacia do Rio de la Plata; que, porém, grande parte destas obras sofre de parcialidade pró ou contra a Companhia.

Quer pois o autor arriscar-se a debater o assunto sem preconceitos nem para um nem para outro lado. Quer coletar materiais históricos que não estejam sob a pecha de seleção tendenciosa. Acrescenta que para formar conceito certo é necessário tratar tôda a área da antiga Província do Paraguai, não separando artificialmente o que formava um todo homogêneo e multiplamente entrosado. Que se devia projetar tudo sôbre o fundo social, político e econômico do ambiente em que se exercia a atividade da Companhia. Que a limitação do autor aos lados econômicos e políticos não implicava afirmação por sua parte de que êstes dois aspectos eram os mais importantes e de maior interêsse. Era simplesmente uma limitação imposta pela abundância de aspectos e materiais. Por esta razão os aspectos religiosos e culturais tiveram que ser postos fora do foco, apesar de serem de importância capital para a compreensão do conjunto.

Não quer, como diz, apresentar descobertas sensacionais, nem aventar hipóteses engenhosas ou completamente novas. Quer seguir o conselho de um de seus mestres que dizia que uma obra bem e conscienciosamente documentada não tem menos valor científico nem causa menos interêsse do que brindar novas teorias.

Com êste programa, cremos que o autor traçou a sua finalidade: procurar dentre o muito pró e contra, que se escreveu sôbre uma das realizações fundamentais da antiga Companhia, que foram as reduções, o justo meio, que é ao mesmo tempo a verdade. Nem as hipérboles dos apologetas nem as verrinas dos adversários ferrenhos. E se dissermos que um ligeiro exame da obra dá a impressão de ter plenamente alcançado esta meta, cremos que também ficamos na estrita justiça para com o autor. Isto é tanto mais de reconhecer-se, se atendermos às convicções religiosas do autor e dos leitores para quem escreve, já que êstes na Suécia são na imensa maioria protestantes. Aliás de pleno acôrdo com a maravilhosa transformação da opinião científica protestante que se opera na Europa com respeito à obra da Companhia. Veja-se a êste respeito Mansueto Kohnen, O.F.M. História da Literatura Germânica, Curitiba, 1949, vol. I, cap. XIII. Veja-se também Órganon, Univ. do Rio Grande do Sul, nº 2, 1959.

Perguntando pelas habilitações do autor para a obra, vemos que já durante os estudos juvenis se interessava vivamente pela história sul-americana. Teve bons professôres na matéria. Teve bastante longos estágios em tôdas as cidades, em que se conservam arquivos inéditos sôbre os assuntos, tanto na América como na Europa. Teve bemfeitores que lhe ajudaram nas despesas das viagens e das pesquisas. Teve contato com os maiores especialistas da matéria, entre os quais só queremos mencionar Guillermo Furlong Cardif de Buenos Aires, cuja «unexampled courtesy» também o autor destas linhas conheceu sobejamente.

As abundantes e precisas notas bibliográficas provam que seu contato com livros e documentação inédita não foi perfuntória, mas tenaz e penetrante, bem ao contrário dos que substituem as provas documentais pelas creações de sua fantasia unilateral.

Que dizer de metas alcançadas? Já nos escapou mais acima, que a impressão que nos deixou uma leitura apressada é de que rara vez

um leigo e um leigo protestante tenha acertado tão bem com a imparcialidade necessária para tratar dêstes assuntos. Não queremos entrar em particularidades deixando o exame para os especialistas em cada assunto, sobretudo em questões econômicas, compras e vendas, dívidas e créditos, em que basta às vêzes uma única concepção errônea para viciar dezenas de outros assuntos. Só quem conhece o manejo interno dos negócios na Companhia, compreenderá que se um padre acusa outro diante do Superior ou do Provincial ou diante do Padre Geral, não se pode ainda dizer que tudo corresponde à verdade, nem que seja um abuso geral, e menos que uma coisa não seja justificada sob outros pontos de vista. A pouquidade do tempo disponível nos impede agora de examinar cuidadosamente tôdas e cada uma das partes de teses afirmadas por Moerner com respeito à economia da Província e das Reduções. Mas a crer na ligeira impressão julgamos que está no caminho certo. Reservamo-nos para outra ocasião o prazer de examinar a obra sôbre êste ponto de vista, de acôrdo com estudos sôbre o sistema de propriedade nas reduções, que vai publicado neste mesmo número de Pesquisas. Aliás Moerner lamenta, em alguma parte, que não pôde demorar-se suficientemente em Buenos Aires para perpassar tôda a rica documentação, grandemente econômica, que existe, no Archivo General de la Nación. Êste arquivo nas Secções Companhia, Indios, Misiones, Temporalidades, cremos que não tem menos de 200 «legajos». E os primeiros da Companhia têm cada um cêrca de mil e tantas folhas ou seja muitas vêzes duas mil páginas escritas. Ainda que os outros legajos sejam menores ou pelo menos não exclusivos na matéria, pode-se imaginar o que representa isto para um investigador que vem com a família e não pode demorar-se anos e anos na mesma sala de estudos, tanto mais que não existe catálogo pormenorizado, e nem sequer paginação em todos os documentos, nem se pode impedir completamente o tão freqüente «transpapelar» dos documentos, com a conseqüente dificuldade de reencontrar com facilidade o que uma vez havia sido encontrado...

Entretanto permita-se-nos dizer aqui que, ao que parece, não se pode exagerar a importância da coleção que está no Archivo General de la Nación. Pois falando em tese, e deixando valer exceções, pode-se dizer contudo que os papéis oficiais que iam para Roma ou para Madrid, já teriam sofrido alguma depuração, porque os de Roma iam em parte para edificar, os de Madrid em parte para obter algo das autoridades, ao passo que os de Buenos Aires são muitas vêzes coisas destinadas a nunca sair dos arquivos, cartas atiradas ao sabor das disposições momentâneas, «cuenta y razón» para trabalhar sôbre a pura realidade. Por isso julgamos que os documentos de Buenos Aires refletem a Companhia tal qual era na realidade, nem oito nem oitenta, nem tanto ao mar nem tanto à terra, mas uma Companhia que não andava na lua nem rastejava na terra, uma plêiade de homens que ininterruptamente forcejavam para sobrepujar as suas humanas fraquezas, a fim de poder levar os brancos e os vermelhos daquele tempo para o caminho da paz e do progresso cultural e religioso. Cremos que não exageramos em afirmar que esta é a meta de Magnus Moerner em seu primeiro volume e o será também no segundo que nos promete. Acrescentamos que o autor destas linhas, em 1957 e 1958 extratou minuciosamente uns dez mil documentos desta coleção importantíssima, com a intenção de aproveitá-los intensivamente nas obras que prepara, e também para confeccionar, se houver as necessárias sugestões e contribuições de meios, um catálogo de tôda a coleção. Passado ano e meio de interrupção devido a doenças, se pretende continuar a levar a cabo a catalogação, que poderia ser de auxílio incal-

culável para os historiadores, que quase sempre desanimam diante daquelas montanhas desprovidas de roteiros catalogais.

Se se quiser uma ligeira indicação do assunto, diremos que o I° volume vai desde os princípios até 1700. Na introdução traz uma resenha breve da Companhia e uma criteriosa vista da principal literatura impressa. Segue-se como pano de fundo a organização do império colonial espanhol debaixo dos Habsburgos, o Brasil durante a união das duas coroas de Espanha e Portugal na mesma cabeça, a região do Rio de la Plata nos começos de 1600.

Em seguida cinco capítulos, abrangendo os começos, 1585-1628; a crise externa, 1628-1641; a época de Cárdenas, 1642-68; progressos 1669-1700; opiniões de antigos escritores e o conceito do autor.

Segue ainda material estatístico, apêndices de Padres Gerais, Provinciais, Governadores, Vice-reis etc., glossário dos têrmos mais usuais na administração, bibliografia, índice, mapas.

Note-se que cada capítulo vem seguido de exata e extensa anotação bibliográfica, em que muitas vêzes se citam os próprios textos originais comprovantes.

Concluindo nos parece que Magnus Moerner fêz uma obra excelente em seu gênero. Só nos resta esperar com ânsia o segundo volume que promete.

Arnaldo Bruxel, S.J.

ORESTE POPESCU: **El Sistema Económico en las Misiones Jesuíticas.** Editorial «Pampa Mar», Bahia Blanca, 1952.

O autor da presente obra fala, já no prólogo, de sua habilitação dizendo que já em Budapest, quando se ocupava de estudos de história e economia, sentia interêsse pelo primitivo «comunismo» cristão e pelo sistema das reduções dos índios americanos. Depois, em Berlim, teve melhores métodos, mas faltava-lhe a literatura conveniente. Em Bahia Blanca finalmente encontrou a necessária literatura na Biblioteca Rivadavia daquela cidade. Deu conferências no Instituto Tecnológico, publicou resultados na Revista de Ciências Econômicas. Por fim aperfeiçoou o trabalho e o publicou em 1952.

Popescu delimitou seu tema ao sistema econômico das reduções jesuíticas.

A dificuldade principal nestes assuntos, segundo Popescu, é não haver muitos guias seguros para um economista moderno. Pois a história econômica das missões está pràticamente por fazer-se ainda. E os poucos autores que falam do assunto geralmente não se cingem a êste ponto, mas desviam-se para a justificação ou reprovação do que comentam. Mas com a adoção ou repulsão de certas teorias preconcebidas, lògicamente, vem com facilidade a falsa interpretação dos fatos, a seleção preferencial dêles, desfigurando, omitindo, acrescentando mesmo sem querer. Há autores bem versados nas teorias econômicas, mas falhos em seus conhecimentos quanto aos fatos concretos de propriedade e economia que havia nas reduções.

Acrescentamos a estas justíssimas observações de Popescu uma conclusão muito natural. E é que antes e acima de tudo será, pois, necessário estabelecer com precisão, tanto quanto seja possível, o sistema de propriedade que realmente vigorava entre os índios guaranis reduzidos. Para estabelecer os fatos concretos não bastará apoiar-nos em algum dito isolado, ainda que seja do mais abalizado escritor coe-

tâneo dos fatos. Porque no sistema de administração mais ou menos familiar que havia nas reduções pode muito bem haver consideráveis diferenças nos diversos tempos, lugares e pessoas. Devemos pois arrolar todos os testemunhos, passá-los sem piedade pelo crivo da crítica imparcial, e desta maneira procurar escrever a «biografia» que um objeto qualquer tinha com referência ao sistema de propriedade, para assim apanharmos a linha geral, que governava a seu respeito. Assim o autor destas linhas intentou realizá-lo no trabalho que se publica sôbre êste assunto em outra parte desta revista.

Mas também é justo chamar a atenção para um perigo que ameaça um autor que se enamora pela limpidez dos esquemas lògicamente traçados. Com relativa facilidade, ainda que inconscientemente, pode querer enquadrar à fôrça os fatos na teoria, realçando certos aspectos e deprimindo outros, dando assim uma falsa visão da verdade.

Mas apraz-nos declarar que, quanto conhecemos esta matéria, Popescu foge claramente dêste perigo, em que tantos outros, leigos e religiosos e ainda padres da Igreja Católica, caem, ao tratarem as reduções sob êste ponto de vista. Popescu no fim chega mesmo à conclusão, de que o sistema das reduções, se bem que se assemelha à definição das classificações, que lhe assinalam os esquemas da ciência econômica, contudo não se ajusta perfeitamente, e mesmo faz-se necessário acrescentar-lhe mais uma categoria no sistema de Sombart (cf. cap. VI).

Nós, em nosso trabalho, chegamos à mesma conclusão, afirmando que a única e completa explicação do regime econômico e de propriedade das reduções é chamá-lo de tutelar ou antes familiar, sendo que em tão grande escala talvez nunca na história se tenha verificado tal regime. Aliás Popescu trata especificamente o nosso tema apenas no capítulo VII. Isto quanto ao primeiro capítulo.

No segundo explica Popescu os diversos sistemas, que esta ciência econômica, relativamente nova, tem estabelecido. Todos os autores da faculdade, desde os gregos até os mais modernos, concordam em ordenar a infinita massa de fatos; mas todos discordam também multiformemente nos critérios de sistematização que adotam. Eis alguns critérios e divisões que são possíveis. Considerando a produção de bens, se enumeram caça, pesca, pastorcio, agricultura, artesanato, comércio, indústria. Segundo as formas de troca teríamos troca natural, sistema monetário, sistema de crédito. Atendendo à grandeza das relações se diversifica em relação doméstica, de aldeia, de cidade, de região, de nação... Sob o ponto de vista dos motivos da produção teríamos economia de auto-suficiência e de comércio. Segundo a conexão com a política haveria liberalismo (capitalismo) e coletivismo (socialismo, comunismo); haveria individualismo e universalismo (totalitarismo); haveria câmbio livre, planificação pura no coletivismo; haveria corporativismo, capitalismo moderado...

Popescu explica, e critica êstes sistemas brevemente, apontando os seus senões, quanto à sistematização científica dos fatos. Por fim apresenta e explica mais largamente o sistema de Werner Sombart, cuja verificação nas reduções jesuíticas procura estudar no trabalho que recenseamos. Sombart aponta três aspectos principais numa economia: espírito, constituição e técnica. Segundo êle uma economia quanto a seu espírito pode ser classificada em três pares de antinomias: sustento e lucro, tradicionalismo e racionalismo, individualismo e solidarismo. Quanto à constituição tem economia livre ou dirigida, privada ou coletiva, democrática ou aristocrática (e esta dividida em de «oicos» ou senhorial), especializada ou não especializada, de auto-suficiência ou de tráfico, de emprêsa individual ou social. Quanto à téc-

nica classifica em economia de técnica empírica ou científica, estacionária ou revolucionária, orgânica ou não orgânica.

Por fim Popescu acrescenta o sistema dos sistemas com crítica de tudo.

Nos capítulos III-V examina se a economia missioneira foi de tradicionalismo ou racionalismo, de sustento ou de lucro, de solidarismo ou de individualismo.

Nos capítulos VI-XI se estuda o que houve nas reduções com respeito às antinomias, que acima apontamos, quanto à constituição.

No capítulo XII examinam-se as três parelhas acima indicadas quanto à técnica.

Por fim no capítulo XIII faz-se a recapitulação e posição do sistema missioneiro dentro dos esquemas econômicos examinados, comentando-se sua relação com capitalismo e comunismo.

E' sobretudo no capítulo VII que Popescu examina o sistema de propriedade, que havia com respeito a bens móveis e imóveis, dentro das reduções. Constata, como é evidente, à base da documentação, que havia uma mescla de propriedade individual e coletiva. Indica com citação de fontes a propriedade que havia com respeito a diversas categorias de bens. Em muitos pontos deixa e deve deixar a decisão a ulteriores investigações, como aliás fazem os mais abalizados predecessores que falam desta matéria. Em nosso ensaio «O Sistema de Propriedade nas Reduções Guaraníticas»» procuramos abrir o debate sôbre êstes assuntos. Apenas queremos aproveitar a ocasião para alertar a investigação das extremas precauções com que devemos proceder. Assim por exemplo, segundo Hernandez, Organización Social... I, 216, o padre Peramás afirma que entre os índios tudo era comum. Cardiel o desmente e com êle milhares de outros documentos e fatos, que indireta ou diretamente afloram na documentação. Outro fato pode ser apontado também com respeito a Peramás. Em Hernández, Organización Social... I, 106 se diz que um desenho do Povo de Candelária, que Hernández por esta altura do livro também publica, se deve a Peramás. Neste desenho as casas dos índios são apresentadas bastante pormenorizadas, tentando os escritores valer-se desta figura ao estudarem as casas dos índios. Mas, ainda que êste desenho talvez só tenha sido feito para dar uma idéia geral dum Povo guaraní, contudo contém erros graves que eram bem evitáveis, e que Peramás ou cometeu ou deixou escapar. Assim êste desenho apresenta chaminés que segundo os documentos não havia, nem podia haver dada a maneira de construir as casas e nelas passar a vida. Além disso vê-se claramente que faltam as varandas das casas dos índios que segundo todos os documentos e as ruinas que em alguns povos se conservam, também deviam ter estado em Candelária. Os blocos de casas, que apresentam ao expectador o lado mais estreito, em vez de uma fileira de casas e uma varanda de cada lado, mostram três fileiras de casas, como se vê pelas três portas e três janelas acima delas. Considerando o acesso à fileira do meio, vê-se imediatamente que tal maneira de construir seria um grande absurdo. Além disso as proporções de cada aposento também são um absurdo. No desenho cada aposento tem duas vêzes mais altura que largura e comprimento. Ora sabemos pelas ruinas e pelos documentos que largura e comprimento oscilavam entre cinco a seis metros respectivamente. Daí seguiria que os aposentos teriam no soalho seis por seis metros e na altura de dez a doze metros o que sob todos os pontos de vista é um absurdo administrativo e também arquitetônico, além de ser contra ruinas e documentação. Também os respiradouros ou janelas por cima das portas são contra ruinas, contra documentos e contra a razão.

As ruinas (e a razão) apontam estas aberturas ou janelas ao lado das portas. Pode ser que êste desenho não tenha sido feito por Peramás, e feito por outro sob suas indicações, talvez já não se podia reformar o gravado, ou talvez queriam ambos dar apenas uma idéia da distribuição urbanística do conjunto populacional, sendo um exagêro na altura exigido pelo senso da estética... Em todo o caso prova com quanta cautela devem ser examinadas as informações que nos dão mesmo os homens aparentemente mais abalizados. E quão necessário é seguir o sábio conselho de Marcel Maus, Manuel d'Ethnographie, Payot, Paris, 1947, pg. 144, onde trata do modo de examinar o sistema de propriedade dum povo ou tribo que se queira investigar.

Apesar de Popescu dizer que só quer abrir o debate sôbre o sistema econômico, contudo parece que êle o abre na qualidade de mestre e conhecedor não só da teoria, mas também dos fatos históricos, em que quer ver verificada, ou não, a teoria.

Ser-no-ia grato copiar aqui as conclusões, que quanto ao espírito, quanto à construção e quanto à técnica, tirou Popescu no final de seu trabalho, e que cremos que nenhum historiador honesto pode rejeitar. Mas sem a definição exata dos têrmos empregados nas conclusões, poderia dar-se azo a malentendidos. Por isto remetemos o leitor para a própria obra. Para finalizar dizemos que, ao que parece, raramente um escritor terá versado êste assunto com tanta competência e honestidade científica, como Oreste Popescu. Resistiu à tentação natural de comprimir os fatos dentro da camisa de fôrça da teoria. Pois confessa que o sistema econômico das reduções jesuítas não é inteiramente idêntico a nenhuma categoria dos sistemas explicados, achando necessário acrescentar ao sistema aristocrático a subdivisão: aristocrático tutelar. A nós nos parece que se deve ir ainda mais longe, pois em vez de uma administração de tutela jurídica, devemos admitir antes uma administração de pai de família, para explicar plenamente os fenômenos históricos, como foram na realidade. Nos esquemas econômicos existe a categoria de sistema familiar, mas sempre em família pròpriamente dita ou então em grupos pequenos, mais ou menos patriarcais. A administração paternal em escala tão grande quanto a terra, bens e indivíduos, talvez nunca tenha existido fora das reduções da Companhia de Jesus na Província do Paraguai.

Arnaldo Bruxel S. J.

VIVALDO COARACY: **A Colônia de São Lourenço e seu Fundador Jacob Rheingantz.** Notas para a História. Contribuição às comemorações do Centenário da Fundação. 161 p. 8°, 1 mapa, 6 ilustrações. — S. Paulo, 1958.

Do vasto documentário existente sôbre a Colônia de S. Lourenço, fundada em 15 de janeiro de 1858, o autor selecionou os dados mais significativos para, em rápidos traços, delinear a vida do fundador e o drama humano de sua obra. As citações literais dos documentos dão o fundamento seguro do texto, que é orgânico, fluente e de agradável leitura. As ilustrações, parcas mas bem escolhidas, são dum acabamento técnico descomunal no nosso ambiente. O corpo tipográfico é nítido e grande, como que feito para os velhos que revivem nas lembranças do passado. O livro faz honra à Colônia de S. Lourenço, que quis prestigiar o autor desta recensão encarregando-o do discurso festivo, na língua dos fundadores, por ocasião do Primeiro Centenário, em 15 de março de 1958.

Êste livro de Coaracy vem contribuir, no seu setor, para o preenchimento duma falta grave na historiografia do Rio Grande do Sul. A História Oficial do nosso Estado tem sido, até bem pouco, a das Missões Jesuíticas no Oeste Médio, e a dos Açorianos irradiados do Leste, desde 1719; o papel histórico dos imigrantes, alemães, italianos e outros, que desde 1824, silenciosa mas orgânica e decididamente, vem influindo no nosso panorama público, tem sido ignorada, rejeitada mesmo como estranha ao Rio Grande do Sul. A maior parte das publicações a respeito se fizeram nas línguas de origem dos imigrantes, notadamente em alemão. Existem em mão de particulares (por exemplo da Fundação Benno Mentz, Pôrto Alegre) tesouros escondidos de documentação, cujo aproveitamento colocaria os descendentes dos alemães em luz bem mais favorável do que nos anos turbulentos da histeria bélica costumavam ser contemplados.

Coaracy olha os problemas de língua, cultura e aclimatação dos imigrantes com a mente serena do historiador objetivo e justo. Está na hora de se debaterem, em mesa redonda, e em língua oficial, estas questões atinentes à generalidade dos rio-grandenses de ascendência não-lusitana ou colonial.

B. Rambo, S.J.

LEOPOLDO PETRY: **O Município de Novo Hamburgo**, Monografia, Editôra Rotermund, São Leopoldo (RS). 167 páginas, ilustradas.

Novo Hamburgo teve o seu início histórico com a chegada dos primeiros colonos germânicos que imigraram no Rio Grande do Sul em 1824. Ligado à Capital da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no ano de 1876, enveredou pelo caminho da indústria, sobretudo de artefatos de couro com todos os seus derivados. Apesar da sua diminuta área de apenas 218 kms. quadrados, desanexado de São Leopoldo em 5 de abril de 1927, sobe hoje a 40.000 habitantes e já se enfileirou no número dos municípios mais prósperos do Brasil.

No seu bem elaborado livro, o Major L. Petry trata inicialmente da origem da palavra «Novo Hamburgo», devida a um hamburguês que por ali se estabelecera (10-11); relaciona numerosas famílias imigradas em 1824 a 1929, localizadas naquela região (14 a 21), pinta-nos a enorme penúria dos pioneiros das nossas matas, onde houve falta de tudo, menos a coragem para vencer. E venceram paulatinamente na pátria nova. Notável foi o tributo de sangue dos alemães e de seus filhos nas guerras do Brasil contra seus inimigos (26-31). Maus bocados passaram durante a guerra dos farrapos, sobretudo por incêndios, depredações e até mortes. Entrou depois um século de tranqüilidade, em que Novo Hamburgo conquistou o lugar de destaque que o A. nos descreve nos capítulos dos «Serviços Públicos», «Serviço Hospitalar e Assistência», «Sociedades e Clubes», «Informações Diversas», «Dados Estatísticos» e as muitas «Espécies de atividades exploradas» em Novo Hamburgo. Obras desta espécie honram não apenas ao Autor, mas ainda ao próprio Município. Fazemos votos de que também a História do Município de São Leopoldo, que L. Petry está redigindo, tenha o mesmo mérito.

Luiz Gonzaga Jaeger, S.J.

Enciclopédia Rio-Grandense, 5º Volume, IMIGRAÇÃO. Emprêsa altamente benemérita para a cultura rio-grandense está realizando êsse «beneditino» da nossa História regional Dr. Klaus Becker. Já são 5 os volumes da ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE por êle dados a lume, todos êles ricamente ilustrados. Êste, com o sub-título de IMIGRAÇÃO, aborda com maior ou menor proficiência «matéria tão interessante quão importante para a História do Brasil, de modo especial para a do Rio Grande do Sul» (Prefácio). Não há negar: êste volume 5º representa um esfôrço titânico para salvar do olvido a descrição acurada dos elementos imigratórios que se foram estabelecendo no Brasil meridional, contribuindo com o seu sangue, sua cultura e sobretudo com o seu trabalho para o caldeamento da raça, da qual sairá o futuro étnico do Brasil de amanhã. Dessa maneira, nossos pósteros poderão informar-se com facilidade donde procedem seus troncos, mas não apenas os blocos e colunas mestras do novo edifício do povo gaúcho, senão também suas mais insignificantes belezas arquitetônicas. Sendo isso assim, já não será possível falar em futuro não remoto numa «única tradição», importada há dois séculos pelos açorianos, — por êles mesmos modificada e adaptada ao meio ambiente local, — e sim em costumes e hábitos novos, sem ficarmos ancilosados a uma antiquada «tradição unívoca». Realmente, sendo o Brasil, e mais pronunciadamente o Rio Grande do Sul, um país eminentemente imigratório, constituído de raças multiformes, nenhuma prevalência poderá haver duma porção racial sôbre as demais. «Dessas núpcias de raças, escreve acertadamente o Dr. Edmundo Gardolinski (pág. 56), surgiu o novo tipo humano no Rio Grande, que predomina hoje em tôda a parte». E ainda fazemos nossas as palavras do articulista A. A. Gómez del Arroyo (pág. 209), que afirma: «As populações das diferentes regiões tendem cada vez mais a conviver numa interpenetração espontânea que atenua, a pouco e pouco, as arestas mais vivas dos contrastes».

Ao Dr. Klaus Becker nosso entusiástico «Vivant sequentes!»

Luiz Gonzaga Jaeger, S.J.

AMYR BORGES FORTES: **Geografia Física do Rio Grande do Sul.** Ed. Globo, Pôrto Alegre, 1959, 16x23, 393 páginas.

O General Amyr Borges Fortes é, sem favor, um dos melhores pesquisadores e estudiosos mais pertinazes do Rio Grande do Sul. Contando com uma rica formação científica, colhida na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Estado Maior de Guerra, mais o curso de Medicina, com o exercício de Professor de História do Brasil, Geografia do Brasil e Didática especial de Geografia e História na Pontifícia Universidade Católica do R. G. do Sul, acha-se habilitado como poucos a escrever com proficiência sôbre assuntos históricos e geográficos da nossa terra. Mas a sua especialidade e matéria predileta é a Geografia, como o demonstram seus livros, entre os quais destacamos «Aspectos Fisiográficos, Demográficos e Econômicos do Rio Gr. do Sul», já por nós apreciado em PESQUISAS Nº 2, p. 231, e a nupérrima Geografia Física do R. G. S.», de 393 páginas. Nesta obra, estuda, como mestre, em 5 Títulos, a posição, a base física (dimensão, área, altitude, estrutura geológica rio-grandense, com as zonas fisiográficas), o clima, a orografia e a hidrografia do Rio Grande, concluindo cada Título com a bibliografia consultada nessa parte. Remata o livro com um mapa da «Rêde hidroviária do R.G.S.» e uma valiosa bi-

bliografia alfabética dos Autores citados. Capítulos bem elaborados, interessantes e bem instrutivos. Mas o Título que mais nos encheu as medidas foi o V, onde estuda a Hidrografia do Estado. Por isso, nada admira que Amyr Borges Fortes já tenha sido condecorado com diversas medalhas, e seja membro efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. E certamente merecerá subir ainda mais com o aparecimento de uma nova publicação, já pronta para entrar no prelo «Divisão territorial, administrativa, judiciária e eclesiástica do R. G. do Sul».

Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.

REVISTAS RECEBIDAS

História e Antropologia

Setembro de 1958 — setembro de 1959.

ACTA ETHNOGRAPHICA ACADEMIAE HUNGARICAE, t. VII, 1-2, 3-4, Budapest 1958.
ACTA PRAEHISTORICA I., Centro Argentino de Estudios Prehistóricos. Buenos Aires 1957.
DAS ALTERTUM, B.3, H.3, 4 (1957); B.4, H.1, 2, 3, 4 (1958); B.5, H.1 (1959). Akademie-Verlag, Berlin.
ANNUAL REPORT OF THE BOARD OF REGENTS OF THE SMITHSONIAN INSTITUTION, Publication 4314. Wassington 1958.
ANTHROPOS, B.53 (1958). Freiburg in der Schweiz.
ANTROPOLOGIA E HISTORIA DE GUATEMALA, vol. X, 2 (1958); vol. XI, 1 (1959). Guatemala.
ANUÁRIO ESTATISTICO DO ARROZ 13º, Instituto Rio Grandense do Arroz. P. Alegre 1958.
ARCHIV FÜR VÖLKERKUNDE, B.12, 13. Wien 1957 und 1958.
B.B.A.A., Boletín Bibliográfico de Antropologia Americana, vol. XIX-XX, 1956-1957, Parte I México 1958.
THE BODLEYAN LIBRARY RECORD, vol. VI, 3 (1959). Oxford 1959.
BOLETIM, Órgão informativo da biblioteca do Exército, Ano XX, 30 (1958); n. 33, 34 (1959). Rio de Janeiro.
BOLETÍN AEREO, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 34-48. México 1958-1959.
BOLETIM ESTATISTICO, Ano XVI, 64 (1958); Ano XVII, 65, 66 (1959). Rio de Janeiro.
BOLETÍN N. 5 (1957), Servicio Nacional de Microfilm, 42. Madrid 1958.
BOLETÍN DEL CENTRO DE COOPERACIÓN CIENTÍFICA, 17 (1957), 18 (1958), 19 (1958). Montevideo.
BOLETÍN DEL ARCHIVO NACIONAL, t. LXI (1957). La Habana 1958.
BOLETÍN DE LA SOCIEDAD GEOGRÁFICA DE COLOMBIA, vol. XVI, 57, 58 (1958). Bogotá.
BOLETIM INFORMATIVO DO SERVIÇO GEOGRÁFICO, Ano 2, 3, 4 (1958). Rio de Janeiro.
BULLETIN, Société Suisse des Americanistes, 9.année, 16 (1958), 17 (1959). Genève.
BRASILIA, vol. X, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra 1958.
DOCUMENTOS HISTÓRICOS, vol. CIX, CX, Ministério de Educação e Cultura. Rio de Janeiro 1955.
ESTUDIOS MONOGRÁFICOS, 1, 3 (1955); 3 (1958). Unión Panamericana, Washington.
L'ÉTHOGRAPHIE, Nouv. Sér. 52 (1957); 53 (1958-1959). Paris.
ETHNOS, vol. 23, 1, 2-4 (1958). Stockholm.
ETHNOLOGISKA STUDIER, 23 (1958). Göteborg.
EVPHROSYNE, vol. II (1959). Lisboa.
HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW, vol. XXXVIII, 1, 2, 3 (1958); vol. XXXIX, 1, 2, 3 (1959). Duke University Press, Durham, N.C.
HISTORIA, 2 (1955), 3, 5, 6 (1956); 8, 9, 10 (1957); 11, 12, 13, 14 (1958) Buenos Aires.
HUMANIDADES, vol. X, 19-20 (1958); vol. XI, 22 (1959). Comillas.
HUMANIDADES, vol. XXXIV, Sec. Histórica, Universidad Nacional de Eva Perón 1954.
HUMAN ORGANIZATION, vol. 17, 1 (1958). Cornell University, Ithaca, N. Y.

INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA DO PARÁ, Publicação 9. Belém 1955.
JAHRBUCH DES MUSEUMS FÜR VÖLKERKUNDE ZU LEIPZIG, Band XVI (1957). Akademie-Verlag, Berlin 1959.
JOURNAL OF INTER-AMERICAN STUDIES, April 1959. University of Florida, Gainsville.
THE JOURNAL OF THE ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE OF GREAT BRITAIN AND IRELAND, vol. 88, part 1, 2 (1958); vol. 89, part 1 (1959). London.
THE KIVA, vol. 24, 3, 4 (1959). University of Arizona, Tucson.
KRITERION, 45-46 (1958); 47-48 (1959). Belo Horizonte.
LATIN-AMERICAN STUDIES, IX, X, XI, (1950); XVI (1957); XVIII. The University of Texas, Austin.
MAN, vol. 59, art. 60-86 (1959). London.
MEMORIA correspondiente al Año Académico de 1957-1958, Bibl. Inst. Est. Ibero-Americanos Esc. Cien. Econ. Estocolmo.
MID-AMERICA, vol. 40; new-series vol. 29, 3, 4 (1958); vol. 41, 2, 3 (1959). Loyola University, Chicago Ill.
MISSIONALIA HISPANICA, año XV, 45 (1958); año XVI, 46 (1959) Madrid.
MITTEILUNGEN, Institut für Auslandsbeziehungen, 9. Jahrgang, 1 (1959). Stuttgart.
PAPERS of the Peabody Museum of Arch. and Ethn., Harvard University, vol. LII. Cambridge 1959.
PUBLICACIONES de la Sociedad Colombiana de Etnologia, n. 1 (1953), 2 (1954). Bogotá.
REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, Ano XIX, 75/76 (1958). Rio de Janeiro.
REVISTA DE ANTROPOLOGIA, vol. 6, 1, 2 (1958). S. Paulo.
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS, vol. 5. Belo Horizonte 1958.
REVISTA DO MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS E ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 8 (1957); 9 (1958). P. Alegre.
REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, Ano LXXVIII, 4-5 e 6, 7-8 e 9, 10, 11 e 12 (1958); Ano LXXIX, 1-2 e 3 (1959). Rio de Janeiro. Suplemento.
REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, vol. 222 (1954); tom. esp. I, II, III (1956); IV, V, VI, VII (1957); VIII, IX, X, XI, XII, XIII (1958); vol. 239 (1958); Índice I (1959). Rio de Janeiro.
RIVISTA DI ETNOGRAFIA, vol. XI-XII (1957-1958). Napoli.
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO, Cadastro dos principais estabelecimentos produtores de trigo, 1957. Rio Grande do Sul (Separata) 1, 2, 3, 4. I.B.G.E. Rio de Janeiro 1958.
SMITHSONIAN MISCELLANEOUS COLLECTIONS, vol. 138, 1. Washington 1959.
SOUTHWESTERN LORE, vol. XXIV, 3 (1958); XXV, 1 (1959). Boulder, Col.
TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA, vol. XVI, 1-4 (1958); XVII, 1-4 (1959). Pôrto.
TRABAJOS Y COMUNICACIONES, 4, 5, 6, 7. Universidade Nacional de Eva Perón.
VERITAS, Ano IV, 2 (1959). Pontifícia Univ. Cat. do Rio Grande do Sul, P. Alegre.
THE WEST VIRGINIA ARCHAEOLOGIST, n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10. Moundsville, W. Va.
WIENER BEITRÄGE zur Kulturgeschichte und Linguistik, Band XII. Horn — Wien.
ZEITSCHRIFT FÜR ETHNOLOGIE, Band 83, 1, 2 (1958). Braunschweig.

LIVROS RECEBIDOS

Setembro de 1958 — setembro de 1959.

ADAM, L. und TRIMBORN, H.: Lehrbuch der Völkerkunde. Ferdinand Enke Verlag, Stuttgart 1958, 3. Aufl.
ALLENDE, A. R.: La Frontera y La Campaña del Estado de Buenos Aires (1852-1853). Monografias y Teses, Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad Nacional de La Plata, 1958.
ALMEIDA, L. F. de: A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil, vol. I (1493-1700). Universidade de Coimbra. Coimbra 1957.
ANDRÄ, H.: Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro. Aus seinem Leben und seinem Werk. Veröffentlichung der Fundação Visconde de Pôrto Seguro und des Instituto Hans Staden. S. Paulo, 1958.
ANDRÉA, J.: A Marinha Brasileira. Rio de Janeiro, 1955.
AZAMBUJA, D.: Principais Lendas Folklóricas do Rio Grande do Sul. Comissão Gaúcha de Folklore, vol. 14, 1958.
AZEVEDO, A. Dias de: A Inseminação artificial humana em face da moral e do direito. Rev. Fac. Dir. P. Alegre, URGS, 1958, ano IV, n. 1. P. Alegre, 1958.
BESSELAER, J. van den: Introdução aos Estudos históricos. Ed. Herder, S. Paulo, 1958.
BORNHEIM, G.: Aspectos filosóficos do Romantismo. Inst. Est. Livro, P. Alegre, 1959.
BUSCHIAZZO, M.J.: Argentina: Monumentos históricos y arqueológicos. Inst. Panam. Geog. Hist. México, 1959.
CAMARGO, P. F. da S.: A Igreja na História de São Paulo, 7 volumes. Inst. Paul. de Hist. e Arte Relig. S. Paulo 1952-1953.
CASTAÑEDA, C.E. & DABBS, J.A.: Calendar of the Manuel E. Gondra. Manuscript Collection. The University of Texas Library. México, 1952.
CESAR, G., Guido, A.: Araujo Pôrto Alegre. Dois Estudos. P. Alegre, 1957.
FIORI, E. M.: Propriedade viva e Propriedade morta. Instituto de Filosofia URGS. P. Alegre, 1958.
FORTES, A. B.: Geografia Física do Rio Grande do Sul. P. Alegre, 1959.
FREUD, G.: Die Blattspitzen des Paläolithikums in Europa. Bonn, 1952.
FURTADO, S. da: Cel. Ricardo de Almeida Serra. Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 1959.
HANCAR, F.: Das Pferd in prähistorischer und früher historischer Zeit. Inst. f. Völkerkunde der Univ. Wien. Wien und München, 1955.
HANKE, L.: The Imperial City of Potosí. The Hague, 1956.
HARING, C. H.: El Imperio Hispánico en América. B. Aires, 1958.
HUMPHREYS, Robin H., CANCINO, F. C.: William Robertson. Inst. Panam. Geogr. Hist. México, 1958.
GOMES, F.C.: Camoniana. P. Alegre, 1958.
KIEFER, B.: A Música alemã. Dois Estudos. Inst. Est. Livro. P. Alegre, 1958.
LÉVI-STRAUSS, C.: La Vie Familiale et Sociale des Indiens Nambikwara. Journ. Soc. Americanistes, N.S.t. XXXVII. Paris, 1948.
LIMA, J.C.C.: Araujo Viana. Vida e Obra. P. Alegre, 1956.

LOPES, P.C.: Obra Poética. P. Alegre, 1958.
MATEOS, F.S.J.: La Anulación del Tratado de Límites con Portugal de 1750 y las Misiones del Paraguay. Madrid, 1954.
MATEOS, F.S.J.: Nuevos incidentes de las Misiones del Paraguay hasta el final de la demarcación de los límites (1757-1760). Madrid, 1954.
MEIRELES, C.: Panorama Folclórico dos Açores, especialmente da Ilha de S. Miguel. Com. Gaúcha de Folclore, vol. 15, 1958.
MENGHIN, O.F.A.: Origen y Desarollo racial de la Especie humana. B. Aires, 1958.
MENGHIN, O.F.A.: El Desarollo de las Culturas, a Propósito de una Obra recentísima. Runa, B. Aires, 1953-1954.
MENGHIN, O.F.A.: Existe en Tierra del Fuego la auténtica Casa Pozo? Runa, B. Aires, 1956.
MENGHIN, O.F.A.: Vorgeschichte Amerikas. München 1957.
MELLO, J.A.G. de: João Fernandes Vieira, Vol. 1, 2. Univ. do Recife, 1956.
Idem: Frei Manuel Calado do Salvador, Univ. do Recife, 1954.
Idem: Antonio Dias Cardoso. Univ. do Recife, 1954.
Idem: Francisco de Figueiroa. Univ. do Recife, 1954.
Idem: D. Antonio Filipe Camarão. Univ. do Recife, 1954.
Idem: Filipe Bandeira de Melo. Univ. do Recife, 1954.
Idem: Henrique Dias. Univ. do Recife, 1954.
MENDOZA, A.: Panorama de las Idéas contemporaneas en los Estados Unidos. Fondo de Cult. Econ. México, 1958.
MEYER, A.: Gaucho, História de uma Palavra. Inst. Est. Livro. P. Alegre, 1957.
MÉTRAUX, A.: The Native Tribes of Eastern Bolivia and Western Matto Grosso. Smithsonian Institution, Bul. 134. Washington, 1942.
MORENO, D. de C.: Livro que dá Razão do Estado do Brasil — 1612. Recife, 1955.
SEBASTIÃO, J.: A Poesia do Mar. Minist. da Marinha. Rio de Janeiro, 1957.
SCHELLENBERG, T.R.: Archivos Modernos, Principios y Técnicas. La Habana, 1958.
SCIACCA, M.F.: Santo Agostino Essenziale. Univ. do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia. P. Alegre.
SILVA, A. da: Um Fernando Pessoa. Inst. Est. Livro. P. Alegre, 1959.
SMITH, A.: Yellow Fever in Galveston. Austin, 1951.
SOARES, J.C. de M.: Conceitos de Solidariedade Continental. Min. Rel. Ext., Rio de Janeiro, 1959.
SOUZA, T.O.M. de: Algumas Achegas à História dos Descobrimentos marítimos. S. Paulo, 1958.
SPELL, J.R.: Rousseau in the Spanish World before 1833. Austin, 1938.
ORNELLAS, M. de: A Gênese do Gaúcho Brasileiro. Rio de Janeiro, 1956.
PEIXOTO, A.: Indes. Livraria Jackson, 1947.
PEREIRA, L.M.: Comentário da Cruzada. Petrópolis, 1954.
PEREZ, J.: San Martin y José Miguel Carrera. Eva Perón, 1954.
ROBLEDO, A. G.: Idea y Experiencia de América. Fondo de Cult. Am. México, 1958.
TRUJILLO, R.L.: Evolución de la Democracia en Santo Domingo. Trujillo, 1955.
VIANNA, H.: História Diplomática do Brasil. S. Paulo.
VILLARDI, J. A.: La Manzana de las Luces y el Colegio Nacional de Buenos Aires. B. Aires, 1939.

BERICHT DER DEUTSCHEN FORSCHUNGSGEMEINSCHAFT 1957-1958. Godesberg, 1958.
BRASIL, Censo Agrícola 1950. Rio de Janeiro, 1956.
BRASIL-ARGENTINA. Rio de Janeiro, 1959.
BRASIL-ITÁLIA. Rio de Janeiro, 1958.
CENSO DEMOGRÁFICO 1950. Rio de Janeiro, 1952.
CENSO DEMOGRÁFICO 1950. Rio de Janeiro, 1953.
GOBIERNO DE 1808, 1, 2. Montevideo, 1958.
DOCUMENTOS RELATIVOS A LA JUNTA MONTEVIDEANA DE
ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: Vol. 3, 6, 10, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 33, 35, 36.
ENCICLOPÉDIA RIOGRANDENSE, vol. 3, 4, 5. Canoas, 1957-1958.
ESTATISTICA DO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL 1958. Rio de Janeiro, 1959.
FUNDAMENTOS DA CULTURA RIOGRANDENSE, 2a. ser. Fac. de Filosofia, URGS. P. Alegre 1957; 3a. ser., ibidem, 1958.
LIVRO PRIMEIRO DO GOVÊRNO DO BRASIL. Minist. Rel. Ext. Rio de Janeiro, 1958.
«O MENSAGEIRO», «O AMERICANO», «ESTRELLA DO SUL». A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. P. Alegre, 1930.
OPERAÇÃO PAN-AMERICANA. Documentário I, II, IV. Rio de Janeiro, 1958-1959.
THIRD INTER-AMERICAN STATISTICAL CONFERENCE 1955. Rio de Janeiro, 1958.

IHERINGIA

Séries Científicas do Museu Riograndense de Ciências Naturais. **Zoologia, Botânica.**

Fundada em 1957.

Diretor: B. Rambo SJ.

Trabalhos originais de investigação, em latim, português, alemão e inglês.

MUSEU RIOGRANDENSE DE CIENCIAS NATURAIS.
Praça Dom Feliciano, 73.
Pôrto Alegre,
Rio Grande do Sul, Brasil.

Permuta — Exchange — Austausch.

●

SELLOWIA

Anais Botânicos
do Herbário "Barbosa Rodrigues".

Fundada em 1949.

Fundador e editor: P. Raulino Reitz.

REVISTA SULBRASILEIRA DE BOTANICA; artigos em português, alemão e inglês.

P. R. Reitz,
HERBÁRIO "BARBOSA RODRIGUES",
Itajaí,
Santa Catarina, Brasil.

Permuta — Exchange — Austausch.

EDIÇÕES DO INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS

COLEÇÃO JESUITAS NO SUL DO BRASIL

I. **OS TRÊS MARTIRES RIO-GRANDENSES**, os Beatos Roque Gonzáles de S. Cruz, Afonso Rodrigues e João del Castillo, da Companhia de Jesus.
Autor: **Luís Gonzaga Jaeger, S. J.**
2.ª edição melhorada — 391 páginas ilustradas — encadernado . ..... Cr$ 80,00

II. **BIOGRAFIA COMPLETA DO P. JOÃO BAPTISTA REUS**
Autor: **Leo Kohler, S. J.**
398 páginas ilustradas — encadernado ..... Cr$ 60,00

III. **HISTÓRIA DAS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI** — I.ª parte.
Autor: **Aurélio Pôrto**
2.ª edição revista e melhorada por Luís Gonzaga Jaeger, S. J. — 434 páginas — encadernado ..... Cr$ 100,00

IV. **HISTÓRIA DAS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI** — II.ª parte.
Autor: **Aurélio Pôrto**
2.ª edição revista e melhorada por Luís Gonzaga Jaeger, S. J. — 462 páginas — encadernado ..... Cr$ 120,00

V. **A TRANSMIGRAÇÃO DOS SETE POVOS**
Autor: **P. Juan Escandón, S. J. — 1760**
Versão do espanhol por Arnaldo Bruxel, S. J. — Em preparação.

VI. **A FISIONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL**
Autor: **Balduino Rambo, S. J.**
2.ª edição — 458 páginas ilustradas — encadernado .. Cr$ 150,00

LIVRARIA SELBACH

Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil

Pedidos diretamente ou através de qualquer livraria.

Prêço do exemplar de "Pesquisas": Cr$ 150,00